

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO DE TERESINA





# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO POLO DE TERESINA

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Dilma Vana Rousseff  
Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer Lulia

## MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Gastão Dias Vieira

**Ministério  
do Turismo**



## SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretário: Neusvaldo Lima

## DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Diretor: Carlos Henrique Menezes Sobral

## COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS II

Coordenadora: Viviane de Faria  
Técnica Nível Superior: Ana Carla Fernandes Moura  
Técnica Nível Superior: Marina Neiva Dias  
Técnica Nível Superior: Miranice Lima Santos

## GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Governador: Antonio José de Moraes Souza Filho



## SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

Secretário: Luis Nunes Neto



## DIRETORIA DA UNIDADE DO PRODETUR NO ESTADO DO PIAUÍ

Diretora: Marleide Pedro da Silva



## EQUIPE TÉCNICA DO PRODETUR/PI

Técnica: Cléa Maria Bessa Silveira Bacarau  
Técnica: Doraneide Costa Rodrigues





## CONSULTORIA: AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA



- ☀ **ANDERSON ADAMI** | Gestor da informação. Especialista em Programação
- ☀ **ANNA CAROLINA V. DE FARIA** | Turismóloga. Especialista em Turismo
- ☀ **ARTUR SILVA COELHO | ECONOMISTA** | Especialista em Estudos e Análise de Viabilidade
- ☀ **CYNTHIA C. PATRÍCIO | ENGENHEIRA CARTÓGRAFA** | Especialista em Desenvolvimento Regional
- ☀ **DÉBORA FOLLADOR** | Arquiteta e Urbanista. Doutoranda em Gestão Urbana
- ☀ **GIOVANNA MILANO** | Advogada. Doutoranda em Direito
- ☀ **FABIANO MILANO FRITZEN** | Administrador. Especialista em Fortalecimento da Gestão Municipal
- ☀ **FÁBIO DOMINGOS BATISTA** | Arquiteto e Urbanista. Especialista em Patrimônio Histórico
- ☀ **JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA** | Engenheiro Civil. Especialista em Projetos de Infraestrutura
- ☀ **JOSIAS RICKLI NETO** | Biólogo. Especialista em Meio Ambiente
- ☀ **JUSSARA SILVA** | Arquiteta e Urbanista. Especialista em Projetos de Infraestrutura
- ☀ **MARCUS VINÍCIUS CONCATTO** | Turismólogo. Especialista em Gestão de Negócios
- ☀ **MAURÍCIO ALEXANDRE MAAS** | Arquiteto e Urbanista. Especialista em Urbanismo
- ☀ **MICHELLI GONÇALVES STUMM** | Economista. Mestre em Sociologia
- ☀ **PATRÍCIA CARTES PATRÍCIO** | Bióloga. Especialista em Meio Ambiente

## COORDENAÇÃO DO PROJETO

- ☀ **ALEXANDRE PEDROZO** | Arquiteto e Urbanista. Especialista em Políticas do Solo
- ☀ **JOSIAS RICKLI NETO** | Biólogo. Mestre em Planejamento Urbano e Regional

## APOIO

- ☀ **LETÍCIA MARIA TREIN** | Secretária Executiva



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	POPULAÇÃO TOTAL, TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA.....	21
GRÁFICO 2 -	PIB PER CAPITA, ÍNDICE DE GINI, INTENSIDADE DE POBREZA, E % DA POPULAÇÃO QUE GANHA ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA.....	23
GRÁFICO 3 -	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E % DE PESSOAS ENTRE 15 OU MAIS ANOS ANALFABETAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO POLO .....	24
GRÁFICO 4 -	PIAUI: PROJEÇÃO VOLUME DE TURISTAS .....	25
GRÁFICO 5 -	TEMPO DE PERMANÊNCIA POR TIPO DE PROCEDÊNCIA .....	27
GRÁFICO 6 -	MOTIVAÇÃO DA VIAGEM (%) .....	28
GRÁFICO 7 -	TIPO DE HOSPEDAGEM .....	29
GRÁFICO 8 -	MEIOS DE TRANSPORTE (%).....	29
GRÁFICO 9 -	MODO DE VIAJAR (%) .....	30
GRÁFICO 10 -	FONTES DE INFORMAÇÕES PARA COMPRA DA VIAGEM .....	31
GRÁFICO 11 -	GASTO MÉDIO PER CAPITA POR DIA SEGUNDO GRANDES REGIÕES .....	32
GRÁFICO 12 -	COMPOSIÇÃO GASTO TURÍSTICO.....	32
GRÁFICO 13 -	AVALIAÇÃO POSITIVA DA OFERTA TURÍSTICA.....	33
GRÁFICO 14 -	AVALIAÇÃO NEGATIVA DA OFERTA TURÍSTICA .....	34
GRÁFICO 15 -	RECOMENDAÇÃO À VISITA (%) .....	35
GRÁFICO 16 -	PROJEÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL .....	36
GRÁFICO 17 -	VALORIZAÇÃO ATRATIVA - ATUAL E POTENCIAL (%) .....	37
GRÁFICO 18 -	PERMANÊNCIA MÉDIA ATUAL E POTENCIAL (DIAS) .....	38
GRÁFICO 19 -	GASTO MÉDIO/DIA ATUAL E POTENCIAL (R\$).....	38
GRÁFICO 20 -	MEIOS DE TRANSPORTE ATUAL E POTENCIAL (%) .....	39
GRÁFICO 21 -	HABITOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES PARA COMPRA DOS SEGMENTOS (%) .....	41
GRÁFICO 22 -	DESTINOS COMPETIDORES (mil) .....	42
GRÁFICO 23 -	EMPREGOS LIGADOS AO TURISMO SEGUNDO ATIVIDADES .....	77
GRÁFICO 24 -	FORMAS USUAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS ENTREVISTADOS .....	98
GRÁFICO 25 -	RESULTADOS DA PESQUISA DE VISIBILIDADE REALIZADA NO GOOGLE ....	100

GRÁFICO 26 -	MUNICÍPIOS E ELEMENTOS MAIS PROMOVIDOS NOS MATERIAIS FÍSICOS	107
GRÁFICO 27 -	CONTEÚDO QUALITATIVO DOS MATERIAIS FÍSICOS .....	108
GRÁFICO 28 -	MUNICÍPIOS MAIS PROMOVIDOS POR ROTEIROS COMERCIALIZADOS .....	112
GRÁFICO 29 -	INCIATIVAS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO POLO .....	113

## INDICE DE TABELAS

TABELA 1 -	PROCEDENCIA TURISTAS DOMÉSTICOS .....	26
TABELA 2 -	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS .....	76
TABELA 3 -	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS .....	78
TABELA 4 -	REMUNERAÇÃO MÉDIA POR ATIVIDADE .....	79
TABELA 5 -	CAPACIDADE INSTALADA MEIOS DE HOSPEDAGEM.....	81
TABELA 6 -	CAPACIDADE INSTALADA MEIOS DE HOSPEDAGEM.....	82
TABELA 7 -	MEIOS DE HOSPEDAGEM SEGUNDO TIPOLOGIA E INÍCIO DAS ATIVIDADES	83
TABELA 8 -	MEIOS DE HOSPEDAGEM SEGUNDO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS..	85
TABELA 9 -	MEIOS DE HOSPEDAGEM SEGUNDO NECESSIDADE DE EXPERIÊNCIA NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO .....	87
TABELA 10 -	RELAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO .....	90
TABELA 11 -	PESQUISA NAS REDES SOCIAIS SEGUNDO NOME DOS MUNICÍPIOS .....	101
TABELA 12 -	PESQUISA NOS PORTAIS DE INTERESSE TURÍSTICO.....	103
TABELA 13 -	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	132
TABELA 14 -	OFERTA DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA NO POLO DE TERESINA .....	138
TABELA 15 -	TECNOLOGIA DISPONÍVEL NOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL .....	139
TABELA 16 -	DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS E CORREIOS .....	143
TABELA 17 -	DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E LEITOS DISPONÍVEIS NOS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA.....	144
TABELA 18 -	RECURSOS FEDERAIS PARA O TURISMO 2005-2010.....	162

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 -	TIPOLOGIA DE ATRATIVOS E RECURSOS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO POLO	47
QUADRO 2 -	SÍNTESE DA SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA SEGUNDO MUNICÍPIOS DO POLO	60
QUADRO 3 -	ATRATIVOS NATURAIS .....	62
QUADRO 4 -	ATRATIVOS E RECURSOS CULTURAIS .....	65
QUADRO 5 -	INDICADORES BÁSICOS: ATRATIVOS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO .....	68
QUADRO 6 -	INDICADORES BÁSICOS: ATRATIVOS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL .....	69
QUADRO 7 -	INDICADORES BÁSICOS: ATRATIVOS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOCIAL E RELIGIOSO .....	70
QUADRO 8 -	ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO .....	75
QUADRO 9 -	AVALIAÇÃO DOS SITES DAS PREFEITURAS .....	104
QUADRO 10 -	MATERIAIS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO POLO .....	106
QUADRO 11 -	AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS MATERIAIS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO POLO .....	109
QUADRO 12 -	ROTEIROS INSTITUCIONAIS E COMERCIALIZADOS DO POLO DE TERESINA .....	110
QUADRO 13 -	CLASSIFICAÇÃO dAS BRs E Pis – POLO DE TERESINA .....	128
QUADRO 14 -	DISPONIBILIDADE DE TECNOLOGIAS DE INTERNET .....	140
QUADRO 15 -	DISTRIBUIÇÃO DE SEGURANÇA NO POLO DE TERESINA.....	148
QUADRO 16 -	PARCERIAS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL .....	152
QUADRO 17 -	ESTRUTURA FORMAL DE TURISMO .....	155
QUADRO 18 -	RECURSOS HUMANOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	157
QUADRO 19 -	ANÁLISE DA NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA O TURISMO: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO .....	159
QUADRO 20 -	PLANO DIRETOR, POLÍTICAS E PLANO DE TURISMO .....	167
QUADRO 21 -	TIPOS DE BIOMAS EM CADA UM DOS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA	180
QUADRO 22 -	ESPÉCIES-CHAVE DA FAUNA DA CAATINGA NO POLO DE TERESINA.....	182
QUADRO 23 -	ESPÉCIES-CHAVE DA FLORA DA CAATINGA NO POLO DE TERESINA.....	184
QUADRO 24 -	ESPÉCIES-CHAVE DA FAUNA DO CERRADO NO POLO DE TERESINA.....	186
QUADRO 25 -	ESPÉCIES-CHAVE DA FLORA DO CERRADO NO POLO DE TERESINA.....	187

QUADRO 26 -	PRINCIPAIS ATIVIDADES VINCULADAS À PROTEÇÃO DA NATUREZA E AOS ATRATIVOS TURÍSTICOS PELA GESTÃO MUNICIPAL .....	196
QUADRO 27 -	LISTA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	203
QUADRO 28 -	ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO POLO.....	206
QUADRO 29 -	CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO .....	208
QUADRO 30 -	ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO.....	221
QUADRO 31 -	HIERARQUIZAÇÃO – ATRATIVOS E RECURSOS – ECOTURISMO .....	236
QUADRO 32 -	HIERARQUIZAÇÃO – ATRATIVOS E RECURSOS – TURISMO CULTURAL .....	237
QUADRO 33 -	HIERARQUIZAÇÃO – ATRATIVOS E RECURSOS – TURISMO SOCIAL E RELIGIOSO .....	238
QUADRO 34 -	RELAÇÃO DOS SEGMENTOS META COM OS ELEMENTOS CENTRAIS .....	253
QUADRO 35 -	PORTFÓLIO DE PRODUTOS – ECOTURISMO.....	253
QUADRO 36 -	PORTFÓLIO DE PRODUTOS – TURISMO CULTURAL.....	255
QUADRO 37 -	IMPACTOS, INDICADORES DE MONITORAMENTO E LINHA BASE DO TURISMO NO POLO DE TERESINA .....	382
QUADRO 38 -	MODELO DO MONITORAMENTO MUNICIPAL DAS AÇÕES .....	383
QUADRO 39 -	ESPAÇOS DE MONITORAMENTO.....	385

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 -	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS POLOS TURÍSTICOS .....	20
FIGURA 2 -	EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS PEDRO II .....	50
FIGURA 3 -	EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS CAMPO MAIOR .....	51
FIGURA 4 -	PARQUE NACIONAL DAS SETE CIDADES .....	52
FIGURA 5 -	SEDE DA FAZENDA OLHO D'ÁGUA DOS PIRES, ESPERANTINA.....	53
FIGURA 6 -	GRUTA BETÂNIA, LAGOA DO PIAUÍ .....	54
FIGURA 7 -	PARÓQUIA SANTA CRUZ DOS MILAGRES, SANTA CRUZ DOS MILAGRES .....	55
FIGURA 8 -	PAISAGEM DE BURITI DOS MONTES.....	57
FIGURA 9 -	MAPA DE ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS .....	74
FIGURA 10 -	MAPA DE CONDIÇÃO DO MERCADO TURÍSTICO.....	116
FIGURA 11 -	MAPA DE SISTEMA VIÁRIO .....	118
FIGURA 12 -	TRECHO DA BR 316, COM ÓTIMA CONDIÇÃO ASFÁLTICA .....	119

FIGURA 13 -	TRECHO DA BR-316 SEM SINALIZAÇÃO.....	120
FIGURA 14 -	TRECHO DE ACOSTAMENTO NÃO ASFALTADO NA PI-225 .....	120
FIGURA 15 -	TRECHO SEM ACOSTAMENTO E COM SINALIZAÇÃO PRECÁRIA NA PI-117. ....	121
FIGURA 16 -	MAPA DE SISTEMA RODOVIÁRIO - CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS.....	122
FIGURA 17 -	ANIMAIS EM TRECHO DA PI-117.....	123
FIGURA 18 -	TRECHO DA PAISAGEM DA BR-316 COM OCORRÊNCIA DE QUEIMADA .....	124
FIGURA 19 -	MAPA DE SISTEMA RODOVIÁRIO - CONEXÕES INTERESTADUAIS .....	126
FIGURA 20 -	AEROPORTO DE TERESINA SENADOR PETRÔNIO PORTELLA.....	129
FIGURA 21 -	AEROPORTO DE PARNAÍBA .....	130
FIGURA 22 -	ACÚMULO DE LIXO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II .....	134
FIGURA 23 -	MAPA DE COLETA DE LIXO.....	135
FIGURA 24 -	ESGOTAMENTO DE ÁGUAS CINZAS EM PEDRO II .....	136
FIGURA 25 -	ESGOTAMENTO DE ÁGUAS CINZAS EM MONSENHOR GIL .....	137
FIGURA 26 -	MAPA DE ENERGIA ELÉTRICA.....	141
FIGURA 27 -	MAPA DE SAÚDE – NÚMERO DE LEITOS .....	145
FIGURA 28 -	MAPA DE POSTOS DE SAÚDE .....	146
FIGURA 29 -	MAPA DE CONDIÇÃO DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.....	150
FIGURA 30 -	MAPA DE CONDIÇÃO INSTITUCIONAL.....	172
FIGURA 31 -	ENCONTRO DOS RIOS PARNAÍBA E POTI EM TERESINA.....	176
FIGURA 32 -	CÂNION DO RIO POTI.....	177
FIGURA 33 -	MAPA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS .....	178
FIGURA 34 -	CAATINGA .....	181
FIGURA 35 -	REPRESENTAÇÃO DA FAUNA DA CAATINGA.....	183
FIGURA 36 -	REPRESENTAÇÃO DA FLORA DA CAATINGA.....	184
FIGURA 37 -	CERRADO CARACTERÍSTICO NO POLO DE TERESINA .....	185
FIGURA 38 -	REPRESENTAÇÃO DA FAUNA DO CERRADO.....	186
FIGURA 39 -	REPRESENTAÇÃO DA FLORA DO CERRADO.....	188
FIGURA 40 -	MAPA DE REMANESCENTES E FRAGMENTAÇÃO AMBIENTAL .....	189
FIGURA 41 -	HIERARQUIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL.....	192

FIGURA 42 -	MAPA DE ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO .....	205
FIGURA 43 -	CONJUNTO HISTÓRICO, IGREJA MATRIZ DE PIACURUCA.....	211
FIGURA 44 -	CEMITÉRIO DO BATALHÃO DE CAMPO MAIOR .....	211
FIGURA 45 -	MAPA DE CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	219
FIGURA 46 -	MAPA SÍNTESE DAS CONDIÇÕES POR DIMENSÃO DE ANÁLISE .....	223
FIGURA 47 -	MAPA DE SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA ATUAL E POTENCIAL.....	226
FIGURA 48 -	MATRIZ DE RELAÇÕES.....	230
FIGURA 49 -	SWOT .....	232
FIGURA 50 -	MAPA: LOCALIZAÇÃO DOS POLOS TURÍSTICOS .....	234
FIGURA 51 -	MAPA: CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DO SEGMENTO META .....	249
FIGURA 52 -	DIAGRAMA DE MONITORAMENTO .....	385



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>17</b>
2.1. OBJETIVO GERAL .....	17
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO POLO DE TERESINA .....</b>	<b>19</b>
3.1. ASPECTOS TERRITORIAIS .....	19
3.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	21
<b>4. MERCADO TURÍSTICO .....</b>	<b>25</b>
<b>4.1. DEMANDA ATUAL .....</b>	<b>25</b>
4.1.1. PERFIL QUANTITATIVO DOS VISITANTES ATUAIS .....	25
4.1.2. IDENTIFICAÇÃO E MOTIVAÇÃO DA VIAGEM .....	27
4.1.3. TIPO DE HOSPEDAGEM .....	28
4.1.4. MEIOS DE TRANSPORTE .....	29
4.1.5. MODO DE VIAJAR .....	30
4.1.6. PLANEJAMENTO DA VIAGEM: COMPORTAMENTO E HÁBITOS DE INFORMAÇÃO.....	30
4.1.7. GASTO TURÍSTICO E SUA COMPOSIÇÃO.....	31
4.1.8. QUALIDADE DA OFERTA: IMAGEM PERCEBIDA PELOS TURISTAS .....	33
<b>4.2. 4.2 DEMANDA POTENCIAL.....</b>	<b>35</b>
4.2.1. ESTIMATIVA QUANTITATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL QUALITATIVO.....	35
4.2.2. ATRATIVOS E PRODUTOS MAIS VALORIZADOS .....	36
4.2.3. TEMPO DE PERMANÊNCIA .....	37
4.2.4. GASTO MÉDIO PER CAPITA.....	38
4.2.5. MEIOS DE TRANSPORTE .....	39
4.2.6. ELEMENTOS CRÍTICOS QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE VIAGEM .....	39
4.2.7. NÍVEL DE EXPECTATIVAS .....	40
4.2.8. PLANEJAMENTO DA VIAGEM: COMPORTAMENTO E HÁBITOS DE INFORMAÇÃO.....	40
4.2.9. CONHECIMENTO E INTERESSE PELO POLO.....	41
<b>4.3. OFERTA TURÍSTICA .....</b>	<b>43</b>
4.3.1. ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS.....	43
4.3.2. ANÁLISE GERAL DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E USO DOS ATRATIVOS.....	60
4.3.3. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.....	75
4.3.4. PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....	97
<b>4.4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>114</b>
<b>5. INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS .....</b>	<b>117</b>
5.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO À ÁREA .....	117

5.1.1. RODOVIAS .....	117
5.1.2. AEROPORTOS .....	129
5.1.3. FERROVIAS.....	130
<b>5.2. SANEAMENTO AMBIENTAL .....</b>	<b>130</b>
5.2.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	132
5.2.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	133
5.2.3. LIMPEZA URBANA.....	133
5.2.4. DRENAGEM .....	136
<b>5.3. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>137</b>
5.3.1. ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA .....	137
5.3.2. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO.....	138
5.3.3. SERVIÇOS BANCÁRIOS E CORREIOS.....	142
5.3.4. SERVIÇOS DE SAÚDE.....	143
5.3.5. SERVIÇOS DE SEGURANÇA.....	147
<b>5.4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>149</b>
<b>6. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA TURÍSTICA.....</b>	<b>151</b>
6.1. ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, QUE ATUAM NA GESTÃO DO TURISMO .....	151
6.2. IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA.....	153
6.2.1. QUADRO DOS INCENTIVOS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO .....	154
6.2.2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL .....	159
6.2.3. ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ATIVIDADE TURÍSTICA DO POLO DE TERESINA.....	161
6.3. ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO .....	163
6.4. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO.....	164
6.4.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	164
6.4.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL .....	164
6.4.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL .....	165
6.5. QUADRO DOS INCENTIVOS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO .....	168
6.6. CONCLUSÃO .....	170
<b>7. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA TURÍSTICA.....</b>	<b>173</b>
7.1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA .....	173
7.1.1. ASPECTOS FÍSICOS – CLIMA, SOLO E HIDROGRAFIA.....	174
7.1.2. BIOMAS E ECOSISTEMAS .....	179
7.2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS .....	190
7.2.1. MINERAÇÃO .....	191
7.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA .....	191
7.3.1. GESTÃO NOS MUNICÍPIOS DO POLO .....	193
7.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS .....	197

7.5.	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE TERRITORIAL .....	198
7.6.	GRAU DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO .....	206
7.6.1.	CONSELHOS E ESFERAS DE GOVERNANÇA .....	207
7.7.	BENS CULTURAIS .....	208
7.8.	GESTÃO CULTURAL.....	215
7.9.	CONCLUSÃO .....	217
8.	DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	220
8.1.	IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO .....	220
8.2.	VALORAÇÃO PONDERADA DAS LINHAS DE PRODUTOS TURÍSTICO.....	224
8.3.	POSIÇÃO ATUAL E POTENCIAL: SEGMENTOS PRIORITÁRIOS.....	227
8.4.	ANÁLISE SWOT .....	229
9.	VALIDAÇÃO DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA .....	233
9.1.	IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS.....	235
9.2.	ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE .....	239
9.3.	NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL .....	242
9.4.	CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS .....	243
9.4.1.	CONDIÇÕES FÍSICAS.....	243
9.4.2.	SANEAMENTO BÁSICO .....	244
9.4.3.	OUTROS SERVIÇOS .....	246
9.5.	QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS.....	246
9.6.	VALIDAÇÃO DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA.....	247
10.	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	252
10.1.	POSICIONAMENTO DE MERCADO.....	252
10.2.	VALORIZAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS ATRATIVOS PRINCIPAIS.....	252
10.3.	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	258
11.	PLANO DE AÇÃO.....	259
11.1.	AÇÕES PREVISTAS.....	259
11.1.1.	PRODUTO TURÍSTICO.....	259
11.1.2.	COMERCIALIZAÇÃO .....	283
11.1.3.	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL .....	285

11.1.4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.....	292
11.1.5 GESTÃO AMBIENTAL .....	322
<b>11.2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL.....</b>	<b>329</b>
<b>11.3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES .....</b>	<b>334</b>
11.3.1 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO AÇÕES PRODETUR .....	334
11.3.2 QUADRO RESUMO AÇÕES PRODETUR – 18 PRIMEIROS MESES* .....	337
<b>11.4. FICHA DAS AÇÕES PRIORIZADAS - DEZOITO PRIMEIROS MESES PRODETUR .....</b>	<b>339</b>
<b>11.5. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS .....</b>	<b>368</b>
<b>11.6. PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO .....</b>	<b>378</b>
<b>11.7. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>379</b>
<b>12. FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>381</b>
12.1. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (LINHA BASE – PDITS PI) .....	381
12.2. MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PDITS PI.....	383
<b>13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>386</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A área turística denominada Polo de Teresina, selecionada pelo Governo do Estado do Piauí para contemplar o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Piauí - PRODETUR, congrega quatorze municípios: Teresina, Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, União, José de Freitas, Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piripiri, Lagoa do Piauí, Piracuruca, Esperantina, Pedro II e Buriti dos Montes. A inserção de todos os municípios é justificada, principalmente, pela iniciativa já existente de desenvolvimento turístico, a qual lhes confere uma identidade em relação a outras regiões do Estado, exigindo a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento turístico, além de estar nas proximidades da capital, facilitando o acesso.

A área selecionada para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS apresenta uma diversidade de aspectos culturais, ambientais e históricos que evidenciam seu potencial. Além dos recursos naturais, ecossistemas de grande riqueza ambiental e diversidade ecológica, reconhecidos nacional e internacionalmente como a Caatinga, o Cerrado, e a floresta semidecidual, vegetação típica da Mata Atlântica, está o patrimônio histórico e cultural, formado por importantes sítios arqueológicos e construções históricas. Destaca-se também a riqueza cultural das tradições, mitos, crenças e hábitos dos moradores da região, juntamente com a arquitetura e paisagem diferenciada, na criação de um cenário convidativo para a visitação.

No que se refere aos atrativos e recursos turísticos, o Polo de Teresina apresenta um conjunto de atrativos turísticos de natureza diversa, que possibilita o desenvolvimento de variados segmentos. A referência ao turismo social, religioso, cultural, e ecoturismo, vem se constituindo como os principais segmentos para o desenvolvimento do turismo na região. Assim, tendo em vista que, atualmente, é crescente a procura por destinos sustentáveis e naturalmente preservados, as características físicas do Polo vêm atraindo um fluxo incipiente de turistas regionais, nacionais e, até internacionais.

Para uma melhor utilização produtiva desse potencial são necessárias intervenções financeiras que permitam a criação de vantagens competitivas para aproveitamento da dotação dos recursos local. Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado pelo Governo Federal, gerido no âmbito do Ministério do Turismo (MTur), tem por objetivo o financiamento de programas regionais para a captação de recursos de organismos financiadores externos. Com fins neste objetivo, faz-se necessária a estruturação de um plano de desenvolvimento para o turismo tendo como pressuposto a valorização dos aspectos positivos presentes no Polo para que a atividade possa se reafirmar e se intensificar, bem como os elementos negativos que impactam qualitativamente e quantitativamente os resultados da atividade turística no território.

O presente documento trata, portanto, do **Produto Final** do PDITS, instrumento orientado do programa de desenvolvimento do turismo - PRODETUR. Ainda que parte de um programa específico, ressalta-se a relevância do presente plano como instrumento técnico do planejamento e gestão da política municipal de turismo, alinhada aos principais potenciais e oportunidades turísticas da área, debatidas ao longo do processo de elaboração do PDITS – Polo de Teresina.

O **PDITS Polo de Teresina** foi então estruturado da seguinte forma: (i) Delimitação dos objetivos do PDITS; (ii) Diagnóstico Estratégico, com a caracterização geral do Polo de Teresina somado a leitura da realidade do fundamentada nas quatro dimensões de análise definidas pelo ROP - Mercado Turístico, Infraestrutura Básica e Serviços Gerais, Quadro Institucional e Aspectos Socioambientais, finalizando com consolidação do diagnóstico a qual apresenta uma síntese estratégica; (iii) Validação da Área Turística, que reforça os aspectos apontados no diagnóstico que validam o destino como capaz de desenvolver a atividade turística; (iv) Estratégias de Desenvolvimento, que assim como os objetivos orientam a concepção e implementação da política pública delimitando o Posicionamento de Mercado Desejado para a área Turística; (v) Plano de Ação que retrata todos os investimentos recomendados para o desenvolvimento do turismo, a delimitação de ações prioritárias, bem como a análise do Impacto Socioambiental desta priorização e por fim (vi) Feedback, definição dos mecanismos de avaliação e monitoramento do plano.

Entre os conteúdos do Plano, cabe dar destaque ao Item "Plano de Ação", pois este reúne todas as intervenções propostas para o atingimento dos objetivos pautados, elaborado a partir de um processo sistemático e lógico iniciado na análise da realidade do Polo (diagnóstico), passando pela definição das estratégias e culminando por fim, no Plano de Ações, organizado conforme os cinco componentes indicados no Regulamento Operacional do PRODETUR – ROP, a saber:

- Componente I - Estratégia de Produto Turístico: 19 ações propostas.
- Componente II - Estratégia de Comercialização: 2 ações propostas.
- Componente III - Fortalecimento Institucional: 4 ações propostas.
- Componente IV - Infraestrutura e Serviços Básicos: 29 ações propostas.
- Componente V - Gestão Ambiental: 4 ações propostas.

Na sequência e por fim, é importante destacar também o item Feedback que trata dos mecanismos de medição e avaliação dos impactos resultantes da implementação do PDITS, que permitem monitorar a execução das ações planejadas bem como dimensionar seus reflexos na qualificação da atividade turística no Polo de Teresina.

## 2. OBJETIVOS

Apresentam-se a seguir os objetivos do PDITS do Polo de Teresina, destacando que os mesmos irão orientar a formulação das fases subsequentes do presente plano, sendo compreendidos em sua amplitude, como os conceitos norteadores para o desenvolvimento integrado, estratégico e sustentável do polo.

### 2.1. OBJETIVO GERAL

Fomentar o desenvolvimento turístico no Polo de Teresina por meio de ações de incentivo ao desenvolvimento do Ecoturismo e Turismo Cultural, para que oriente as ações estatais, da sociedade civil e das forças econômicas na construção de alianças e parcerias, com vistas à implementação de políticas e projetos de cunho sustentável e focados no posicionamento de mercado, promovendo o incremento da economia, a inclusão social e a satisfação dos turistas, considerando:

- aumento do volume de turistas;
- diversificação da motivação da visita ao polo;
- aumento da receita turística;
- aumento dos investimentos no setor público e privado;
- ampliação do trabalho e da renda nas ACTs;
- aumento da qualidade dos serviços turísticos;

### 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

#### Produto Turístico

- Promover a qualificação e atratividade dos equipamentos e serviços de interesse turístico considerando a sensibilização do setor para a construção de produtos criativos e qualificados, o fomento para a atração de novos investimentos e a estruturação do quadro de incentivos estratégicos de modo a qualificar a experiência turística do visitante.
- Desenvolver produtos turísticos voltados ao Ecoturismo, por meio do aproveitamento ordenado das Unidades de Conservação existentes, do fomento a implantação de produtos em áreas privadas, da sensibilização e capacitação da população local e profissionais do setor em relação a conservação e valorização do ambiente natural de forma a garantir as bases para o incremento sustentável do turismo em áreas naturais.
- Desenvolver produtos turísticos que valorizem o patrimônio cultural material e imaterial através das ações de reconhecimento, proteção e qualificação do patrimônio e do fomento a implantação de produtos locais de modo a possibilitar o

conhecimento da cultura local e regional por meio do turismo e incrementar a experiência turística.

#### Quadro Institucional

- Aprimorar em âmbito municipal os processos de planejamento, elaboração de políticas públicas, gestão de atrativos turísticos e a integração pública regional para qualificar o resultado das ações, orientar as ações do setor privado e fortalecer o polo como destino turístico.

#### Infraestrutura

- Ampliar e qualificar a infraestrutura e a gestão do sistema de saneamento ambiental do polo de forma integrada tendo em vista a conservação do ambiente natural, qualidade de vida da população e visitantes e a condição de atratividade turística da região.

#### Gestão Ambiental

- Fomentar a instrumentalização do poder público e os agentes envolvidos com o planejamento e a gestão ambiental tendo em vista a necessidade de integração das políticas ambientais, culturais e de turismo para o desenvolvimento sustentável e efetivo do polo.

#### Promoção e Comercialização

- Fortalecer o posicionamento de mercado do turismo como destino diferenciado na oferta de atrativos naturais e culturais que representam a identidade do Estado do Piauí e da Região de Teresina, por meio da construção de estratégias de marketing regional direcionada ao mercado turístico real e potencial.



### 3. CARACTERIZAÇÃO DO POLO DE TERESINA

#### 3.1. ASPECTOS TERRITORIAIS

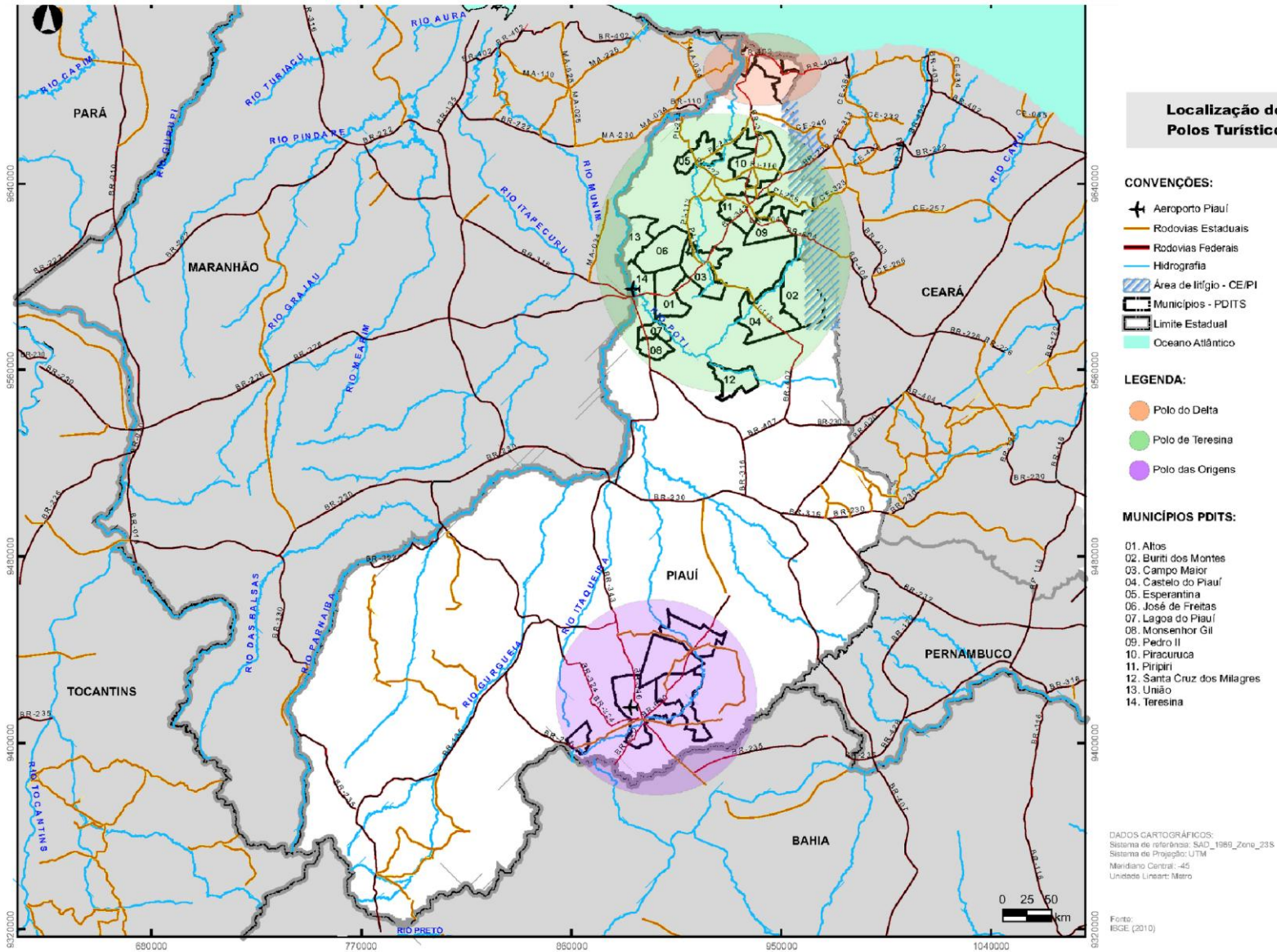
O Estado do Piauí encontra-se situado no Nordeste do Brasil, especificamente na porção noroeste, e faz fronteira com cinco estados brasileiros (Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão). O Polo de Teresina localiza-se na região centro-norte do estado.

Os aspectos físicos territoriais do Polo de Teresina são constituídos pela passagem de dois Grandes Rios que cortam a região, o Rio Poti e o Rio Parnaíba, com volume de água e perenidade de curso, o restante dos rios são menores e intermitentes, ou seja, secam em períodos de falta de chuvas. O clima é considerado como semiárido com altas temperaturas e períodos grandes de estiagem, carecendo de adaptações da produção e da vida do povo da região. O solo é frágil a erosão, com grandes irregularidades geológicas formando paredões de arenito, em alguns casos tomando formas esculturais. A paisagem é variada, mas predominantemente seca, marcada pelo bioma Caatinga e Cerrado, com uma variação paisagística considerável no período de chuvas, que vai de fevereiro a março, mudando as características de amarela – vermelho para o verde da rebrota das matas nativas. Tais aspectos moldaram a vida do sertanejo e também da diversidade biológica local, os quais sempre conviveram, ao mesmo tempo com a falta de água e grandes secas e, também, com a beleza das mudanças da paisagem e riqueza da diversidade das formas.

O acesso a região turística é realizado tanto via aérea quanto terrestre. O Aeroporto Senador Petrônio Portella, principal porta de entrada do estado, localiza-se na capital Teresina. Em relação aos principais eixos rodoviários federais de conectividade da região, podem-se destacar BR-343, BR-316, BR-222 e BR-404. O acesso aos destinos, fora o caso da capital, é realizado via terrestre, sendo que, em relação a Teresina os municípios mais distantes encontram-se em média num raio de 200 quilômetros. Os limites geográficos podem ser estabelecidos ao norte pelo município de Piracuruca, a leste Buriti dos Montes e ao sul Santa Cruz dos Milagres.

Além do Polo de Teresina, podemos destacar no Piauí outros dois Polos prioritários para o desenvolvimento turístico do Estado, o Polo das Origens e o Polo Costa do Delta. O Polo das Origens encontra-se mais distante de Teresina, sendo Monsenhor Gil o município mais próximo do eixo de ligação a 450 km de distância, o que dificulta a conectividade entre os polos. Já em relação ao Polo Delta do Parnaíba a integração é facilitada, tanto pela distância quanto pela qualidade das vias de acesso. Neste caso, Piracuruca, município mais próximo ao polo, localiza-se a apenas 130 quilômetros de distância de Parnaíba, destino âncora da região. Essa relação entre os polos turísticos de Teresina e do Delta do Parnaíba pode, também, ser observada nos roteiros turísticos já comercializados, analisados a seguir no capítulo do Mercado Turístico.

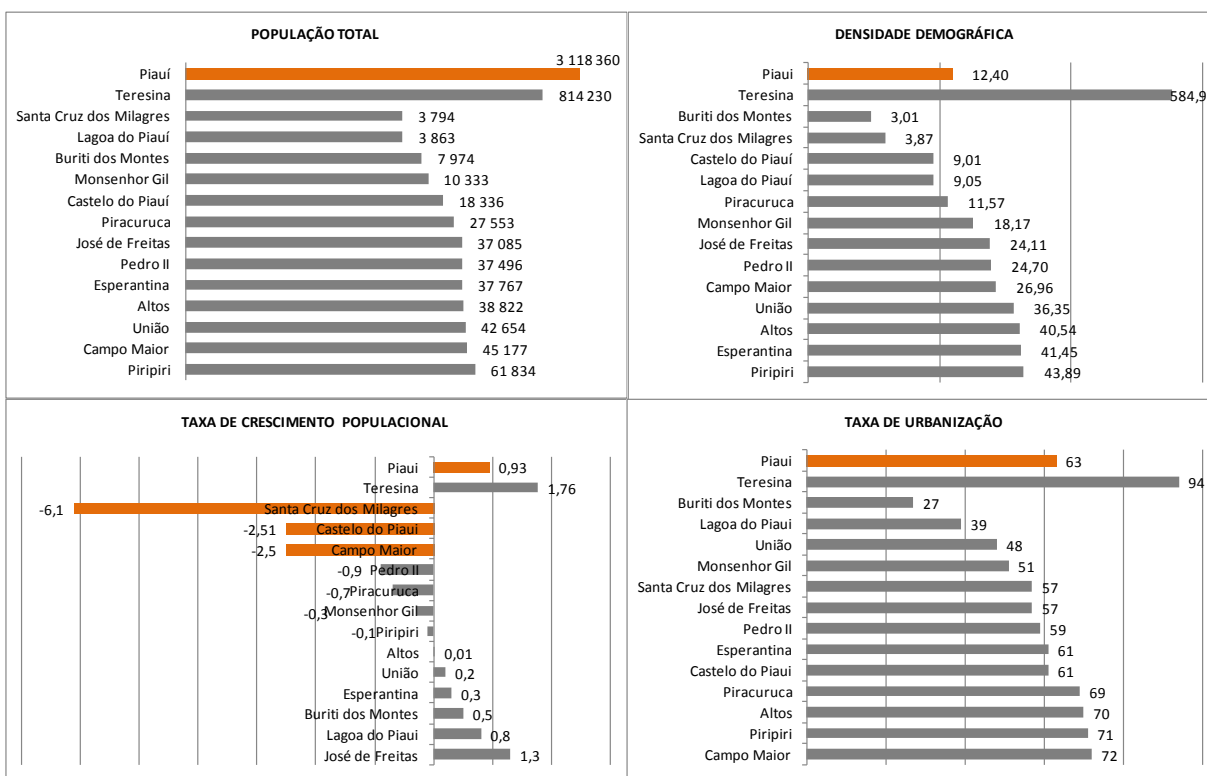
Figura 1 - Mapa de localização dos polos turísticos



### 3.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Segundo o IBGE (2010), o Piauí apresenta uma população aproximada de 3 milhões em 2010. Dentro desse universo, os municípios do Polo de Teresina representam 38% da população estadual, o que equivale a aproximadamente 1,2 milhões de habitantes, com destaque para a capital Teresina e Piriapiri, municípios com as maiores populações, e Santa Cruz dos Milagres e Lagoa do Piauí, com as menores concentrações populacionais.

**GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL, TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA**



Fonte: IBGE, 2010.

No que diz respeito ao crescimento populacional, entre 1991 a 2010, verifica-se que apenas José de Freitas, Lagoa do Piauí, Buriti dos Montes, Esperantina e União apresentam incremento ao longo do período analisado. Em contrapartida, o restante dos municípios do Polo, principalmente Santa Cruz dos Milagres e Campo Maior, vem perdendo população corroborando para o cenário de mudança da estrutura populacional do estado, já que, segundo o Censo de 2010, 78% municípios do Piauí apresentam essa característica.

Além do decréscimo populacional, os municípios do Polo, também apresentam outras características similares a do Estado, principalmente em relação taxa de urbanização e densidade demográfica. Segundo Ambiens (2009), o Piauí detém 6% da população do Nordeste e supera apenas Sergipe e Rio Grande do Norte, considerando os nove estados

da região. Com uma extensão de 250 mil km<sup>2</sup>, é o terceiro maior estado do Nordeste, ficando atrás somente do Maranhão e Bahia. No entanto, possui a menor densidade demográfica dos estados nordestinos (cerca de 12 habitantes por km<sup>2</sup>) e apresenta uma das menores taxas de urbanização do Brasil, cerca de 60%, perdendo somente para o Maranhão na região Nordeste. Porém, é válido ressaltar que embora 05 (cinco) municípios estejam abaixo da média do Estado no que diz respeito a densidade demográfica, o Polo apresenta mediana taxa de urbanização, pois 67% da população vivem em áreas urbanas.

Em relação aos indicadores de renda, verifica-se pelo gráfico 2 que grande parte dos municípios possui um PIB per capita baixo apresentando, em conjunto, uma média de R\$ 2.790,00. Dentro desse contexto, a capital Teresina e Campo Maior lideram o ranking dos municípios do Polo, com R\$10.841,20 e R\$ 4.070,00 por habitante, respectivamente. Em contrapartida, a maioria dos municípios não consegue alcançar a metade do valor auferido por Teresina o que pode impactar negativamente, não só no poder aquisitivo da população residente nesses municípios, como também no nível de arrecadação fiscal que, por sua vez, pode frear a execução de políticas públicas.

Além disso, a baixa agregação de valor das atividades econômicas existentes nos municípios tem reflexos diretos sobre o nível de pobreza no Polo. De acordo, com os dados da PNUD, cerca de 57% das famílias residentes nos municípios da amostra possuem renda per capita familiar inferior a R\$ 140,00. Esse nível de rendimento, de acordo com aquela instituição, caracteriza as famílias como as que vivem na linha da pobreza<sup>1</sup>. Segundo o Atlas da Exclusão Social no Piauí<sup>2</sup>, essa situação é também característica dos municípios do Polo, uma vez que o Estado do Piauí é o segundo estado mais pobre da Federação e seus municípios encontram-se inseridos num quadro de elevado grau de pobreza, traduzido pelo grande número de famílias com rendimentos insuficientes (IBGE, 2010)<sup>3</sup>. Esse cenário é agravado quando verificamos outros dados, como índice de Gini que nos indica que, além do baixo nível de produto interno bruto gerado pelos municípios, existe uma elevada concentração de renda, principalmente em Teresina, José de Freitas e Lagoa do Piauí que apresentam índice de concentração maior que a média apresentada pelo Estado.

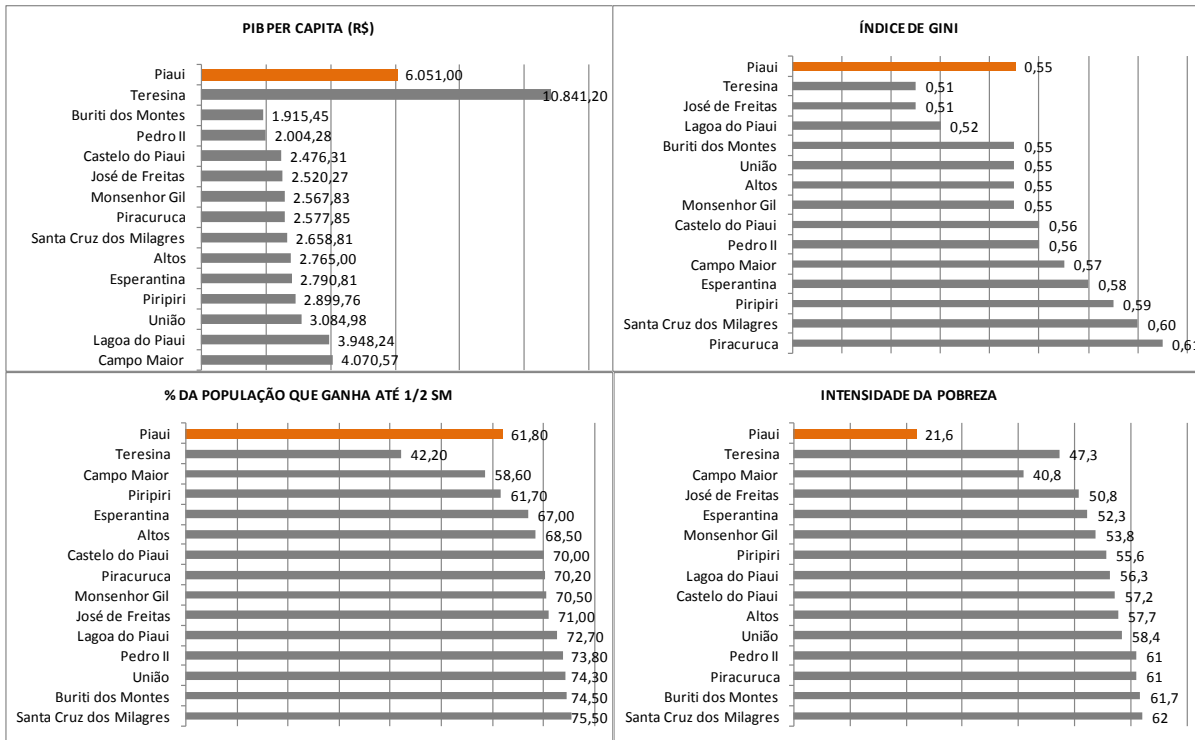
---

<sup>1</sup> O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 1 dólar por dia por pessoa como linha de indigência e de US\$ 2 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza.

<sup>2</sup> Elaborado pela CEPRO, 2003.

<sup>3</sup> Estados brasileiros classificados por renda média domiciliar per capita em 2010, Renda média domiciliar per capita segundo Unidade da Federação, 2010.

**GRÁFICO 2 - PIB PER CAPITA, ÍNDICE DE GINI, INTENSIDADE DE POBREZA, E % DA POPULAÇÃO QUE GANHA ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA**



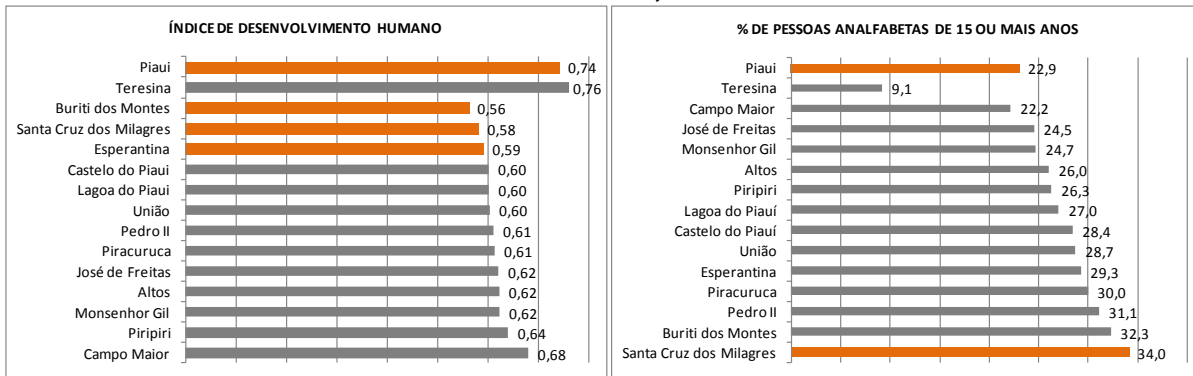
Fonte: (1) PIB per capita: IBGE (2006); (2) Índice de Gini, (3) % da população que ganha até 1/2 SM e (4) intensidade de pobreza: IBGE (2010).

No que tange ao nível de desenvolvimento humano do Polo, pelo parâmetro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, todos os municípios do Polo possuíam, em 2000, um nível médio de desenvolvimento humano<sup>4</sup>. Em comparação aos dados de 1991, somente Campo Maior não apresentou elevação do IDH, enquanto que União, Buriti dos Montes e Santa Cruz dos Milagres apresentaram, respectivamente, crescimento de 28%, 36% e 46%, fruto da melhoria de indicadores relacionados à expectativa de vida.

<sup>4</sup> De acordo com a classificação do PNUD, o IDH pode variar de 0 a 1. Entre 0 e 0,499 é considerado baixo; de 0,50 a 0,799 é considerado médio; de 0,80 a 0,899 é considerado elevado; e de 0,90 a 1 é considerado muito elevado (PNDU. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000).



**GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E % DE PESSOAS ENTRE 15 OU MAIS ANOS ANALFABETAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO POLO**



Fonte: (1) Índice de Desenvolvimento Humano: PNUD (2003), (2) % de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais: IBGE (2010).

No entanto, um fator que se apresenta como um entrave para elevar ainda mais os índices de desenvolvimento humano se relaciona com a baixa taxa de alfabetização já que, em média, 73,31% da população do Polo é alfabetizada ou, na relação oposta, 26,69% é analfabeta. Segundo a Conferência Mundial de Educação de Dacar, a proporção de analfabetos tida como aceitável, em escala mundial, é 7%, ou seja, os municípios do Polo apresentam uma situação alarmante no que tange a alfabetização de sua população.

O conjunto de indicadores socioeconômicos apresentados demonstra o baixo dinamismo econômico e social do Polo de Teresina. Assim, tendo em vista essas orientações e as que serão apresentadas a seguir, a execução de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo na região pode se tornar um catalisador para resolver ou amenizar os problemas econômicos e sociais demonstrados.

## 4. MERCADO TURÍSTICO

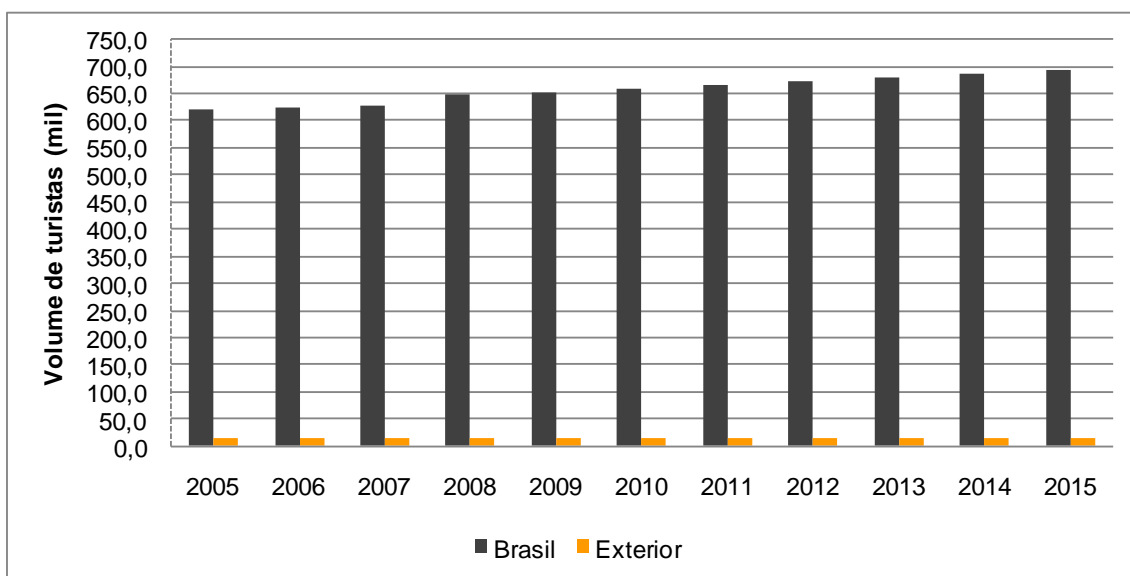
### 4.1. DEMANDA ATUAL

#### 4.1.1. Perfil quantitativo dos visitantes atuais

Tomando por base os dados de desembarque aéreo no aeroporto de Teresina, bem como os dados de Desempenho do Turismo no Nordeste (Fundação CTI/NE, 2009), e da Fundação CEPRO (2007, 2008), verifica-se que, em 2009, dentre os turistas que visitaram o Piauí com desembarques na Capital, 97,8% tinham procedência nacional e apenas 2,2% internacional<sup>5</sup>. O percentual de turistas internacionais desembarcados no Piauí é menor que a média do Nordeste (3,6%), porém, consegue ficar à frente da Paraíba e de Sergipe que registraram médias percentuais inferiores a unidade.

Projetando essas tendências, verifica-se que os turistas domésticos podem atingir o patamar de 690 mil já no ano de 2015. Em contrapartida, um dado preocupante é o do número de turistas internacionais, pois os dados levam a inferência de que o Piauí não faz parte de seus destinos, visto que os registros mostram um número bem diminuto de turistas que frequentam o território conforme o gráfico 4.

**GRÁFICO 4 - PIAUÍ: PROJEÇÃO VOLUME DE TURISTAS**



Fontes: (1) dados de 2005 a 2008: FUNDAÇÃO CEPRO (2007, 2008); (2) dados de 2009: FUNDAÇÃO CTI/NE (2009); (3) dados de 2010 a 2015: projeção elaborada pela consultoria

<sup>5</sup> Não foram registrados concentração de turistas de um único país ou continente, o comum é o registro de um número mínimo de turistas dos mais variados países do mundo.

Ocorre que esse número pode ser ampliado, se forem criadas condições estruturais para o atendimento de turistas e, em especial, se forem formatados e comercializados produtos que induzam a demanda a desfrutar das vantagens comparativas que o Estado dispõe.

Em relação a procedência nacional, os turistas que frequentam a capital e tem potencial de visitar o Polo de Teresina podem ser distribuídos conforme a tabela 1. Verifica-se que as contribuições que merecem destaque são as do Centro-Oeste (13,7%), do Sudeste (20,7%) e do próprio Nordeste (58,2%). Dessa forma, os Estados nordestinos foram os principais emissores de turistas para o Polo em 2008, com destaque para o Ceará (12,4%), o Maranhão (8,1%), Pernambuco (6,3%), além dos próprios turistas internos do Piauí (25,3%) que se constituem a maioria dos turistas que circulam em Teresina e nas cidades do entorno.

**TABELA 1 - PROCEDENCIA TURISTAS DOMÉSTICOS**

Anos	Procedência					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Total
<b>2005</b>	25.388	360.385	127.869	84.523	21.053	<b>619.218</b>
<b>2006</b>	25.525	362.331	128.559	84.980	21.167	<b>622.562</b>
<b>2007</b>	25.665	364.311	129.262	85.444	21.283	<b>625.964</b>
<b>2008</b>	26.523	376.499	133.586	88.303	21.995	<b>646.905</b>
<b>2009</b>	26.788	380.264	134.922	89.186	22.215	<b>653.374</b>
<b>2010</b>	27.056	384.066	136.271	90.077	22.437	<b>659.908</b>
<b>2011</b>	27.327	387.907	137.634	90.978	22.661	<b>666.507</b>
<b>2012</b>	27.600	391.786	139.010	91.888	22.888	<b>673.172</b>
<b>2013</b>	27.876	395.704	140.400	92.807	23.117	<b>679.904</b>
<b>2014</b>	28.155	399.661	141.804	93.735	23.348	<b>686.703</b>
<b>2015</b>	28.436	403.658	143.222	94.672	23.581	<b>693.570</b>

Fontes: (1) dados de 2005 a 2008: FUNDAÇÃO CEPRO (2007, 2008); (2) dados de 2009: FUNDAÇÃO CTI/NE (2009); (3) dados de 2010 a 2015: projeção elaborada pela consultoria.

É válido ressaltar que os dados acima permitem inferir que o maior fluxo turístico no Estado ocorre por via terrestre, corroborando a estatística da FUNDAÇÃO CTI/NE (2009), a partir de dados da ANTT, que mostra o Piauí como o responsável pelo maior índice da movimentação interestadual de passageiros nas rodoviárias dos estados do Nordeste (47,6%), no ano de 2007. Esses dados permitem concluir que o turismo regional de curta distância é o mais importante para o Piauí e conseqüentemente para o Polo de Teresina.

No que diz respeito à permanência média dos turistas, Teresina mantém, segundo pesquisa da Fundação CEPRO, uma média de 7,9 dias registrada para o turista internacional e 5,6 dias para o turista nacional de acordo com o gráfico 5. É válido ressaltar que a permanência média se constitui como uma importante variável na determinação da receita turística de qualquer delimitação territorial ou administrativa.

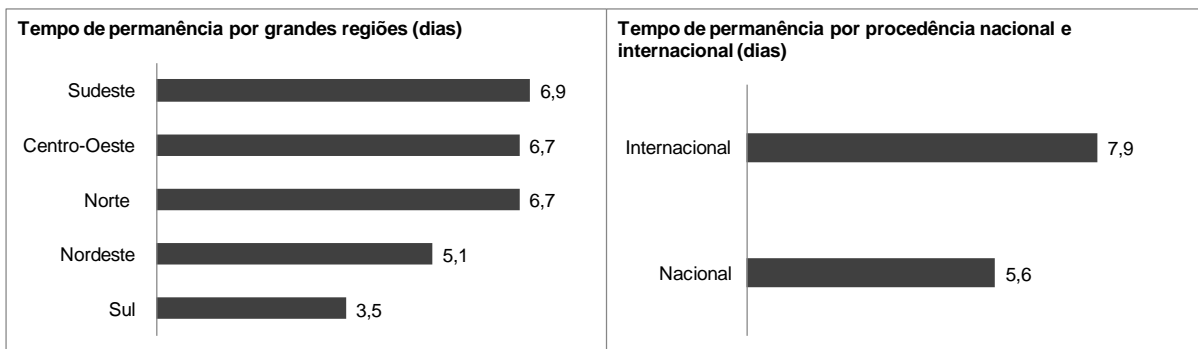
Nesse sentido, o aumento desta variável é um objetivo que deve sempre ser perseguido, tendo como norte os dados registrados pela média nacional. No entanto, verifica-se que essas médias estão distantes dos dados apresentados pelo Brasil, onde a média de permanência para turistas internacionais é mais que o dobro da registrada em Teresina, e também permanece abaixo da média de permanência da nacional registrada pela FIPE (2009) em 9,6 dias. Esses dados sugerem uma grande necessidade de investimentos em



todas as atividades ligadas ao turismo na Capital e por consequência no Polo, que permitam aproximar o tempo de permanência dos turistas do Polo da média nacional.

Corroborando para o cálculo da média de permanência de turistas nacionais em Teresina, o gráfico 5 também mostra que os turistas do Sudeste (6,9 dias) são os que permanecem mais tempo na região do polo, seguidos pelos turistas do próprio Nordeste e Centro-Oeste que apresentam a mesma média (6,7 dias).

**GRÁFICO 5 - TEMPO DE PERMANÊNCIA POR TIPO DE PROCEDÊNCIA**



Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

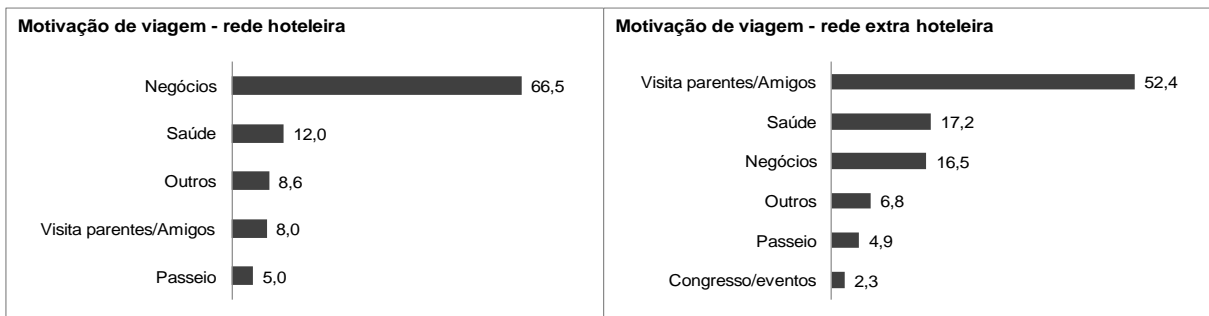
Porém, se essa análise comparativa tomar por base o tempo médio de permanência e o gasto médio dos turistas por região, facilmente será observado que o turista que tem o maior gasto médio per capita é o que menos tempo permanece no Polo (Sul: 3,5 dias). Só esse cruzamento de dados já permite inferir a necessidade de direcionar os investimentos e ações para produtos que atendam a demanda dessa específica região.

#### 4.1.2. Identificação e motivação da viagem

Considerando a diversidade de motivos que induzem a uma viagem turística, foi considerado o público que utiliza vários tipos de hospedagem (hoteleira e não hoteleira), de forma a verificar se suas motivações são dispares em função do tipo de hospedagem ou se são homogêneas, como forma de traçar estratégias que tenham maior amplitude no que diz respeito ao aumento da demanda pelos produtos de Teresina e do Polo.

A análise dos dados da pesquisa mostra que o maior percentual dos turistas da rede hoteleira visitantes de Teresina, é motivado pelo turismo de negócios (66,5%) seguidos por aqueles que estão em visita por motivo de saúde (12%), o que pode servir de *proxí* para o maior desenvolvimento de ações e produtos que atendam essas motivações específicas, ao mesmo tempo que criem opções variadas de oferta de produtos com vistas a captação de demandas diversificadas.

**GRÁFICO 6 - MOTIVAÇÃO DA VIAGEM (%)**



Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

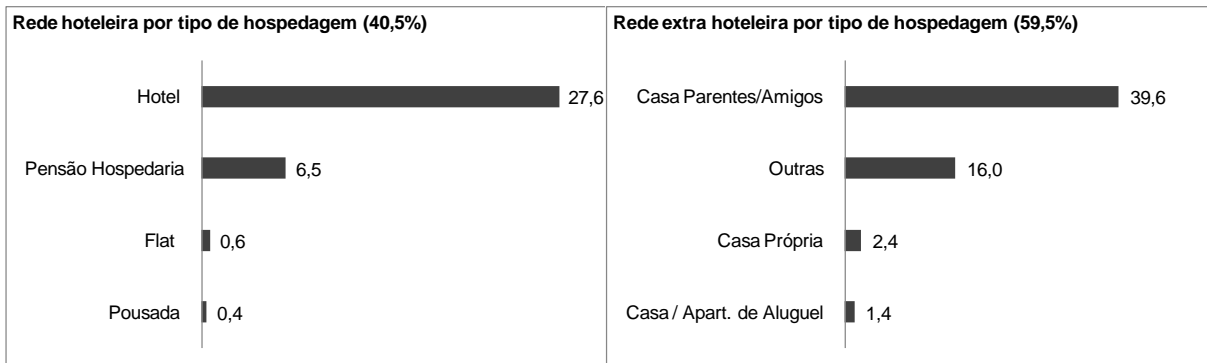
Os turistas da rede extra hoteleira, segundo a pesquisa, possuem motivações dispares da classificação anterior, pois o maior percentual está registrado no item visita a parentes e amigos (52,4%), seguidos de motivos de saúde (17,5%) enquanto que a motivação induzida pelo turismo de negócios ocupa a terceira classificação.

Considerando que esses dados retratam realidade da capital Teresina e esta integra o Polo, pode-se inferir a necessidade de investimentos para atender o turismo de negócios e saúde como produtos complementares aos identificados no Polo. Por outro lado, deve-se pensar no percentual de cerca de 5% motivados a questões de passeios, que pelo baixo índice, pode configurar-se como potencial de mercado a partir da estruturação e oferta de produtos turísticos em quantidade e com qualidade com vistas a atender essa parcela de consumo.

#### 4.1.3. Tipo de hospedagem

O meio de hospedagem escolhido pelo turista está diretamente associado a sua renda, uma vez que verifica-se, pelos gráficos abaixo, que nas classes de renda mais baixas predomina a estadia na casa de amigos ou parentes, enquanto que a utilização dos outros modos de hospedagem crescem em função da renda do viajante. Os turistas pesquisados apontam a casa de amigos ou parentes como principal opção, tanto que se encontra na primeira posição, com participação relativa de 39,6%, seguida de hotéis (27,6%) e outros (16%).

## GRÁFICO 7 - TIPO DE HOSPEDAGEM



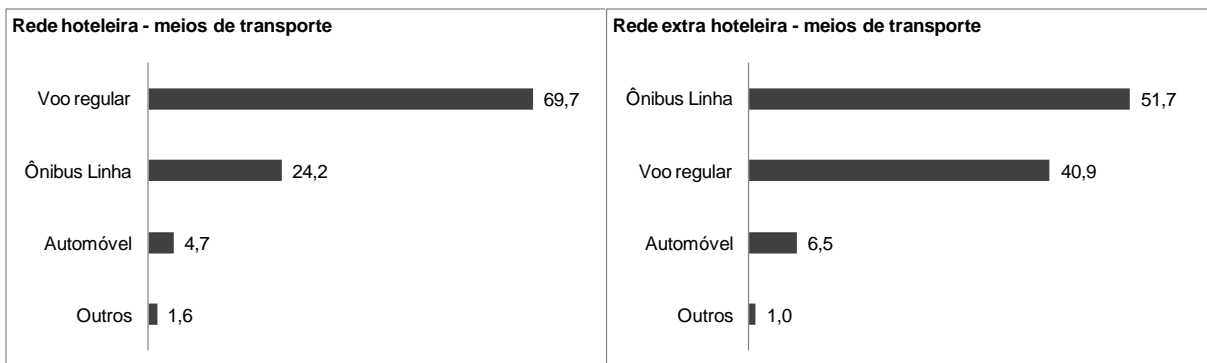
Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

Analisando os dados e projetando a maximização do uso dos equipamentos, infere-se que a hospedagem em hotéis merece especial atenção, por se constituir no segmento que deverá ser provavelmente estimulado, caso os municípios do Polo pretendam desenvolver projetos de turismo.

### 4.1.4. Meios de transporte

Os meios de transporte utilizados, além de estarem associados ao nível de renda sofrem influência direta da distância existente entre a origem e destino do turista. Em viagens mais distantes são maiores as proporções relativas a utilização da aviação. Nesse sentido, verifica-se uma diferenciação entre aqueles que utilizam a rede hoteleira e extra hoteleira, pois o gráfico 8 mostra que a utilização de transporte aéreo ocorre com maior incidência (69,7%) entre os primeiros, enquanto que para a classe extra hoteleira predomina o transporte terrestre (58,3%).

## GRÁFICO 8 - MEIOS DE TRANSPORTE (%)



Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

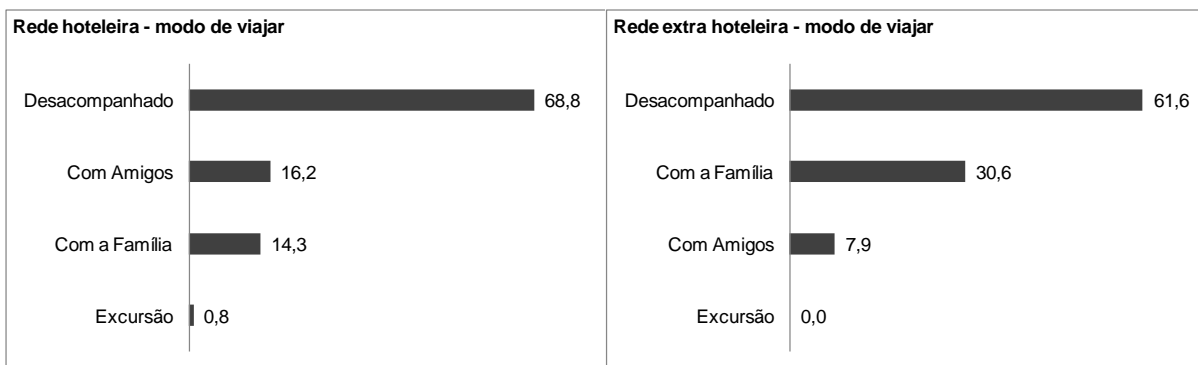
A inferência em relação aos tipos de transporte para Teresina, é que a viagem aérea, já acessível a maior parte da população, ainda é uma barreira a ser transposta pelos municípios, uma vez que os campos de aviação são diminutos e as pequenas companhias que operam na área, praticam preços abusivos. Em função dessa insuficiente infraestrutura

associada à renda do turista, verifica-se que o uso do ônibus de linha e o automóvel são mais relevantes no que diz respeito à visitação dos atrativos.

#### 4.1.5. Modo de viajar

Os dados da pesquisa que mostram o modo de viajar “desacompanhado” ocorre em grande proporção tanto para turistas da rede hoteleira quanto para os da extra hoteleira, pois esse item alcança uma proporção maior que 60% em ambos os casos. Essa grande incidência certamente esta relacionada identificação e motivação da viagem (negócios - 66,5%), uma vez que os turistas que usam a rede hoteleira registram essa motivação para viagem. A diferença maior está entre aqueles que viajam com a família, visto que são em maior proporção na rede extra hoteleira (30,6%) contra 14,3% da rede hoteleira.

**GRÁFICO 9 - MODO DE VIAJAR (%)**



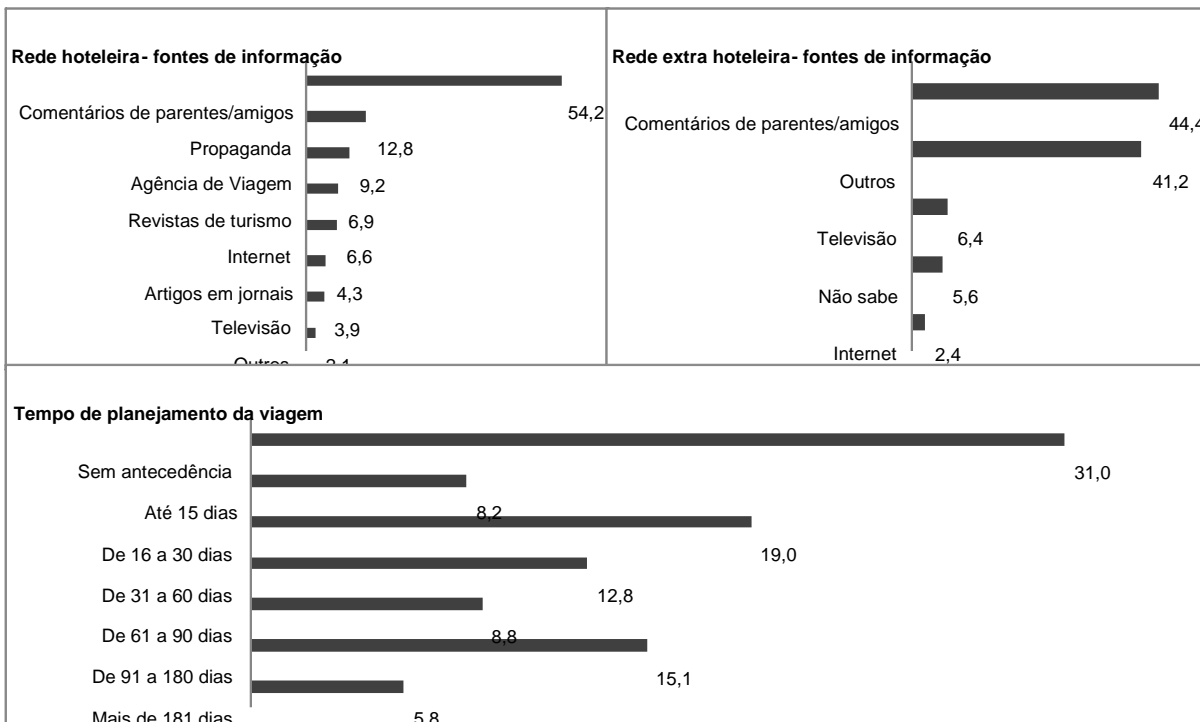
Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

A análise dos dados permite inferir que o turismo de negócios atua como grande indutor do fluxo de turistas para o Polo e poderá servir como difusor para os demais segmentos atrelados ao Polo.

#### 4.1.6. Planejamento da viagem: comportamento e hábitos de informação

Os dados da pesquisa mostram uma diversidade de fontes de coleta de informações para a compra da viagem. Porém, seja turista da rede hoteleira quanto da extra hoteleira, ambos possuem elevado percentual de informações a partir de comentários de parentes e amigos.

**GRÁFICO 10 - FONTES DE INFORMAÇÕES PARA COMPRA DA VIAGEM**



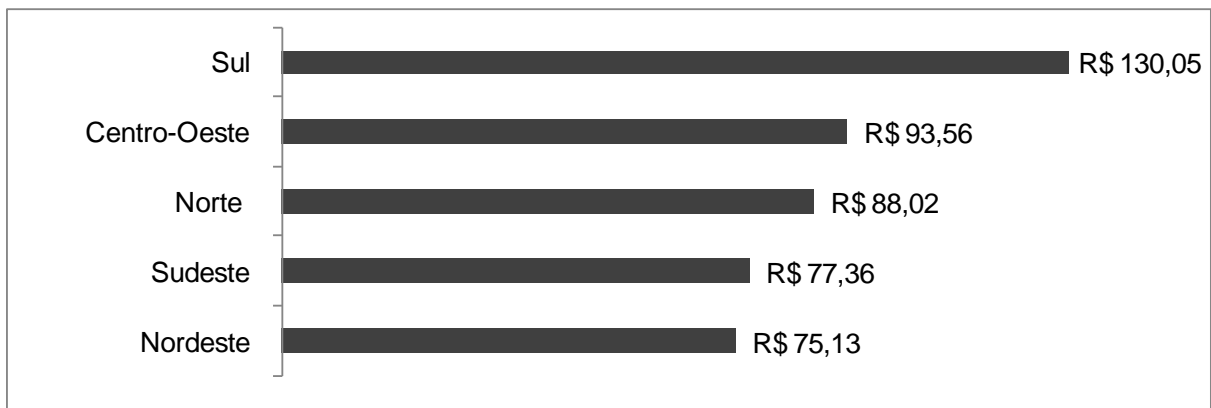
Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

Verifica-se também uma pequena incidência e coleta em outros meios, levando-se a inferência de que a informação que prevalece é a informal e que poucos turistas visitam os atrativos em função da divulgação e comercialização dos produtos feitos por operadoras e agências de viagens.

**4.1.7. Gasto turístico e sua composição**

Verifica-se pelo gráfico 11 que o gasto médio per capita/dia em Teresina mostra que o turista que mais gasta é o da Região Sul (R\$ 130,05/dia) seguido dos turistas da Região Centro-Oeste (R\$ 93,56/dia).

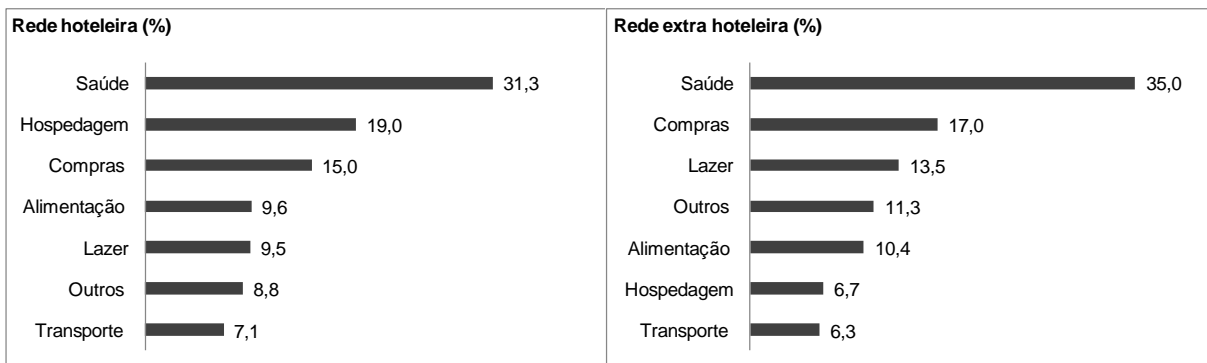
**GRÁFICO 11 - GASTO MÉDIO PER CAPITA POR DIA SEGUNDO GRANDES REGIÕES**



Fonte: FIPE (2009).

A composição desses gastos varia em função das características dos visitantes, quanto à renda; tipo de viagem; tipo de hospedagem; tipos de transportes; motivos das viagens; etc. Porém, num contexto geral de Teresina, mais de 30% dos gastos concentra-se no item saúde, proporção maior do que o gasto com hospedagem, seguido de compras pessoais e alimentação, além de mostrar que o custo do transporte representa menos que 10% do custo total da viagem, muito inferior a média nacional que é de 26,5%.

**GRÁFICO 12 - COMPOSIÇÃO GASTO TURÍSTICO**



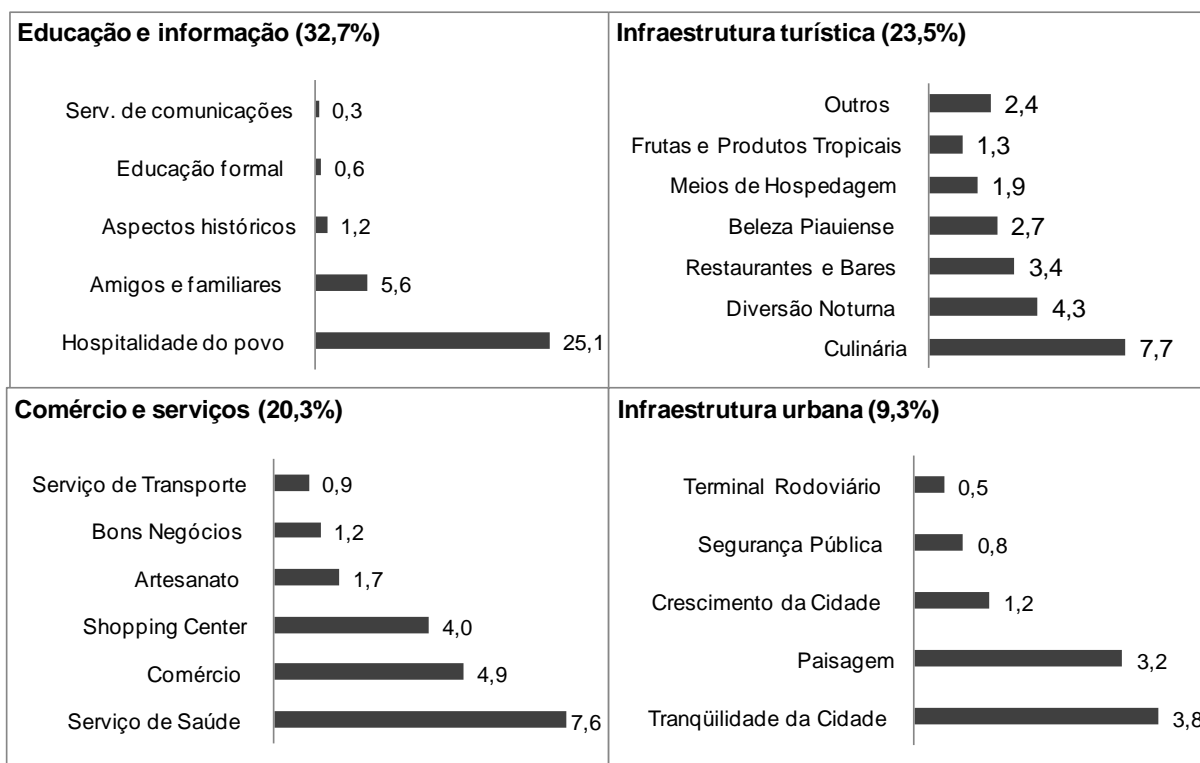
Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

Outro fato importante é o custo com alimentação, item fixo em qualquer orçamento, ainda que seja significativo (+/-10%) está num patamar muito abaixo da média nacional que é de 19,3%. Esse cenário nos leva a duas deduções: primeira o polo ainda apresenta carências no que diz respeito à alta cozinha, trabalhando apenas com a cozinha regional; segundo, o fator cozinha regional torna os preços bastante acessíveis a qualquer classificação de turistas pelo nível de renda, o que pode ser considerado um fator de vantagem comparativa do Polo em relação a possíveis destinos concorrentes se estruturado e promovido de forma eficaz.

#### 4.1.8. Qualidade da oferta: imagem percebida pelos turistas

A valorização da oferta turística está relacionada a percepção manifesta positiva ou negativa do turista em relação aos serviços demandados durante sua estada no destino escolhido e a possível imagem que ele forma desse destino a partir das recomendações, sejam elas positivas ou negativas. A pesquisa mostrou que, em geral, a educação, informação e comunicação (32,7%) registraram um elevado índice de aprovação, comprovando a imagem hospitaleira da população Piauiense como um todo. O setor de comércio e serviços (20,3%) e a infraestrutura turística (23,5%) registraram regulares índices de aprovação, o que mostra uma necessidade de melhoria principalmente nos subitens artesanato e bons negócios para o primeiro caso; passeios, pontos turísticos e opções de lazer para o segundo caso, além de melhoria no setor de transporte que obteve os menores registros de aprovação nos dois casos.

**GRÁFICO 13 - AVALIAÇÃO POSITIVA DA OFERTA TURÍSTICA**

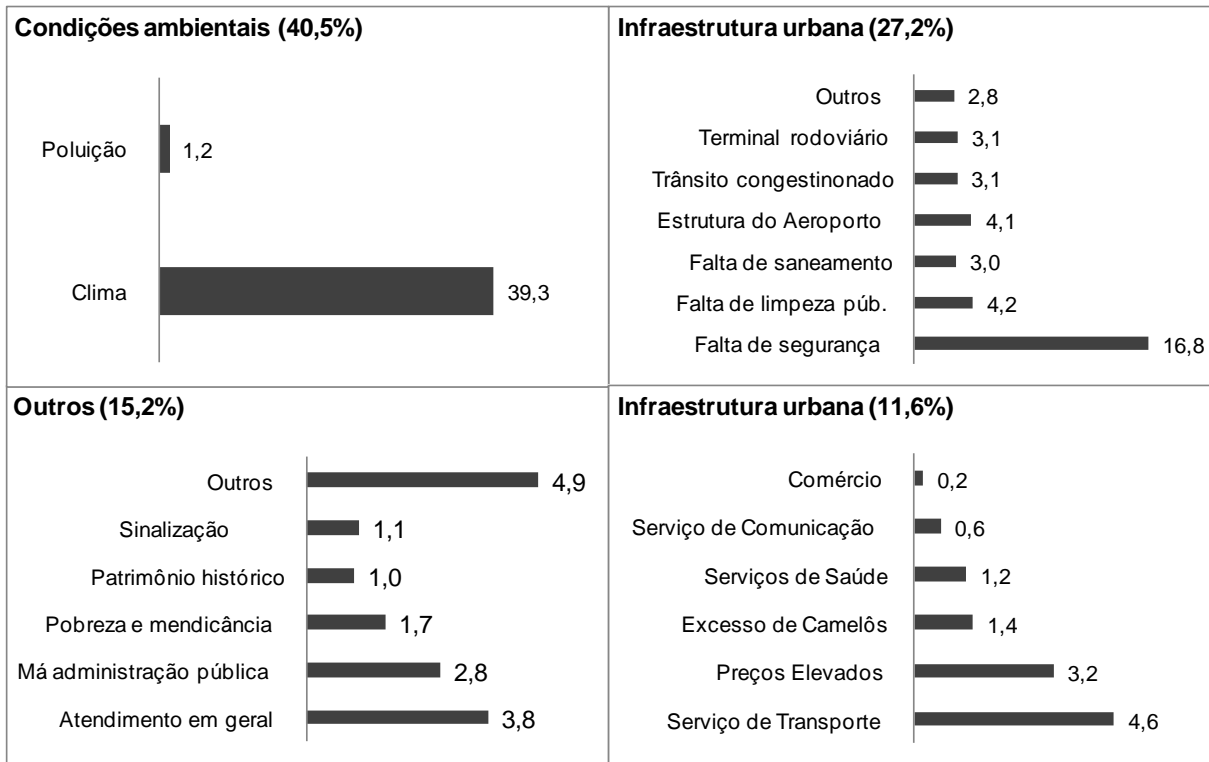


Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

Na mesma proporção os dados da pesquisa mostram a incidência elevada de aspectos negativos, que podem ser um impeditivo no que diz respeito ao aumento do fluxo de turistas para Teresina e por consequência para o Polo. Os itens com piores resultados de avaliação foram a infraestrutura urbana associada a falta de segurança (27,2%) e as condições climáticas (40,5%), o que por um lado pode ser considerada como um impeditivo na dinamização da economia do turismo em função das diminutas possibilidade de modificação

climática e por outro lado pode entendida como um fator positivo no que diz respeito a indução dos produtos turísticos ligados a área da saúde.

**GRÁFICO 14 - AVALIAÇÃO NEGATIVA DA OFERTA TURÍSTICA**

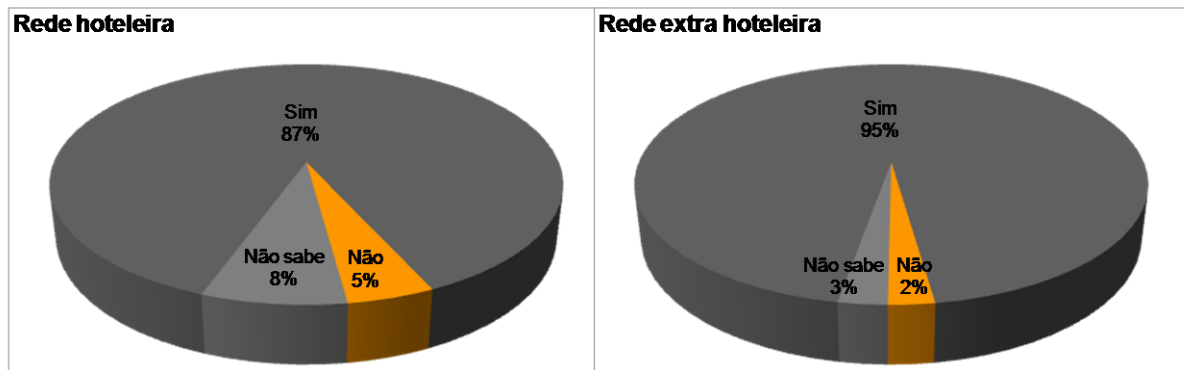


Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

Com relação a fidelização da viagem, essa também pode ser mensurada pelas recomendações positivas ou negativas sobre a mesma. É válido ressaltar que essa indicação tem elevado efeito multiplicador consubstanciado na capacidade de influenciar a demanda pelos produtos turísticos. Nesse sentido os dados apontam para uma excepcional avaliação no que diz respeito à recomendação da viagem para potenciais demandantes. Os registros de turistas, tanto da rede hoteleira quanto da extra hoteleira, alcançaram patamares próximos a 90%, o que mostra a capacidade de realização quase que total das expectativas acerca da viagem à Teresina, fator que deve ser almejado também para o Polo.



**GRÁFICO 15 - RECOMENDAÇÃO À VISITA (%)**



Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO (2008).

#### 4.2. DEMANDA POTENCIAL

A análise da demanda turística potencial para o Polo de Teresina tem como objetivo estimar a quantidade de turistas que poderiam visitar seus destinos, porém, não o fazem em função de motivos diversos. Essa análise será embasada na caracterização do perfil qualitativo dos segmentos potenciais; na identificação dos elementos críticos que influenciam na tomada de decisão de consumo dos segmentos potenciais; no nível de expectativa dos diferentes segmentos; dos hábitos de informação e compra dos segmentos; no grau de conhecimento e interesse da demanda potencial e na identificação de destinos competidores que impedem a realização do consumo por essa demanda potencial.

Para caracterizar a demanda potencial e sua projeção futura foi estabelecido um fator multiplicador gerado a partir da taxa de crescimento atual do fluxo de turistas para o Estado do Piauí, associado a taxa de crescimento média anual do turismo no Nordeste, assumindo-se a elasticidade renda da demanda a partir da taxa de crescimento da renda nominal vinculada ao salário mínimo especificada pelo Governo federal para o ano de 2009.

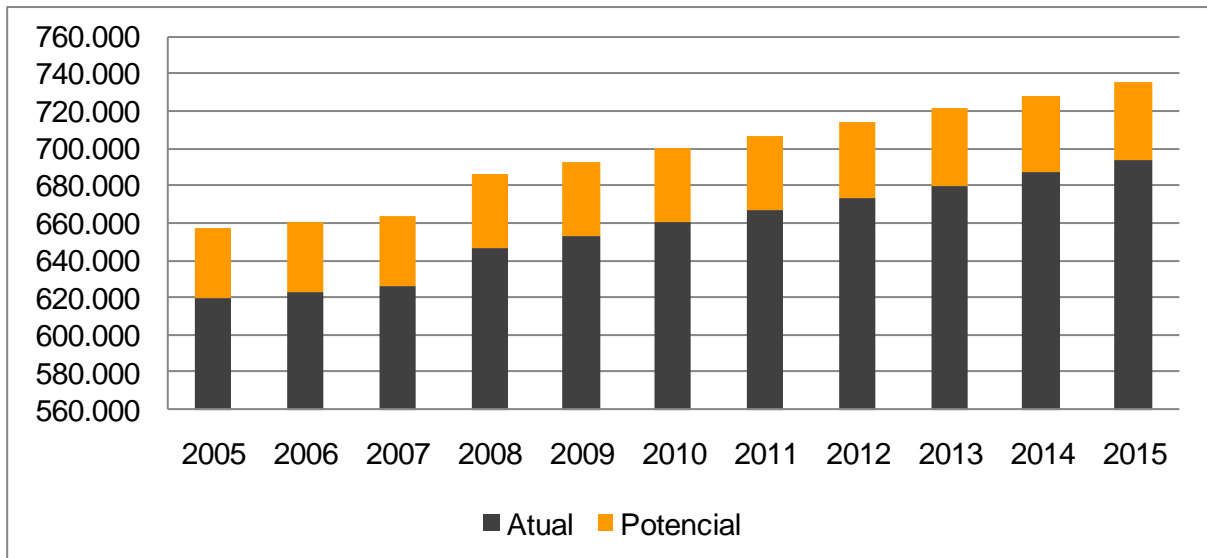
Os resultados são apresentados, inicialmente, buscando-se caracterizar o perfil qualitativo dos turistas, e, na sequência, avaliando-se o tamanho do mercado turístico do Polo de Teresina e demais informações quantitativas, tendências e as projeções.

##### 4.2.1. Estimativa quantitativa e caracterização do perfil qualitativo

No Plano Aquarela (MTUR, 2003, p. 39), que se refere ao marketing para o produto turístico brasileiro, o turismo cultural é definido como “a viagem a lugares diferentes da residência habitual de pessoas interessadas em conhecer outras culturas, costumes e tradições diferentes dos seus e a contemplar bens materiais e imateriais, principalmente aqueles relacionados com a história e arte do lugar escolhido”. A análise desse plano pode ser aproveitada para Polo de Teresina cujas características se enquadram, dentre outros segmentos, no turismo cultural. Nesse sentido, torna-se válido projetar a demanda potencial para o Polo como forma de antecipar estratégias que possam dar conta desse fluxo futuro. Ressaltando que a demanda do turismo é elástica a renda, as projeções são parametrizadas

pelo percentual real de crescimento do salário mínimo vigente e pela taxa de crescimento tendência do Polo e do turismo da Grande Região.

**GRÁFICO 16 - PROJEÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL**



Fontes: (1) dados de 2005 a 2008: FUNDAÇÃO CEPRO (2007, 2008); (2) dados de 2009: FUNDAÇÃO CTI/NE (2009); (3) dados de 2010 a 2015: projeção elaborada pela consultoria.

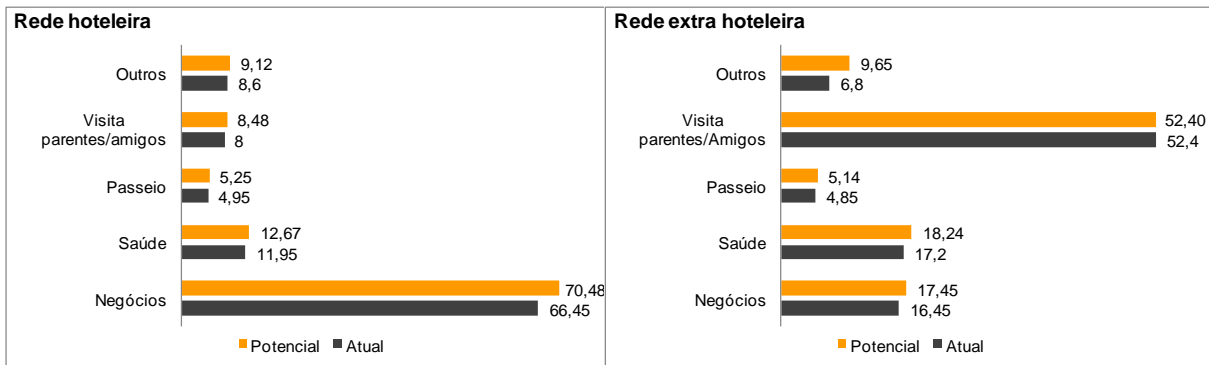
Como o fluxo de turistas pode ser influenciado por aspectos relativos as condições da oferta, esse número pode ser ampliado, desde que esse dimensionamento seja equacionado pela ampliação da infraestrutura pertinente ao atendimento de turistas no geral, associados a melhor comercialização dos produtos do polo que sejam capazes de induzir essa demanda a desfrutar das vantagens comparativas que o Estado dispõe.

#### 4.2.2. Atrativos e produtos mais valorizados

Considerando que os turistas que vistam Teresina estão prioritariamente distribuídos de forma proporcional entre os motivações como negócios, saúde, passeio, visita a parentes e amigos, pode-se verificar a partir dos próprios índices que ações podem ser efetivadas no sentido de maximizar o número de turistas por segmento.

Analisando os gráficos abaixo se verifica que o segmento de maior potencial de crescimento é o de passeio, visto que existe uma incidência mínima de turistas que frequentam Teresina para esse tipo de turismo, sejam eles da rede hoteleira ou extra hoteleira. Porém, esse segmento somente poderá ser ampliado se forem dadas às condições básicas de infraestrutura urbana e turística apontadas no item valorização da qualidade da oferta atual e determinação da imagem percebida da área turística, anteriormente descrito. Outro segmento que também depende da infraestrutura urbana é o segmento de negócios que possui margem de crescimento em torno de 30%, mas que somente poderá ser majorado se ações específicas forem levadas a termo de modo a favorecer o fluxo de turista.

**GRÁFICO 17 - VALORIZAÇÃO ATRATIVA - ATUAL E POTENCIAL (%)**



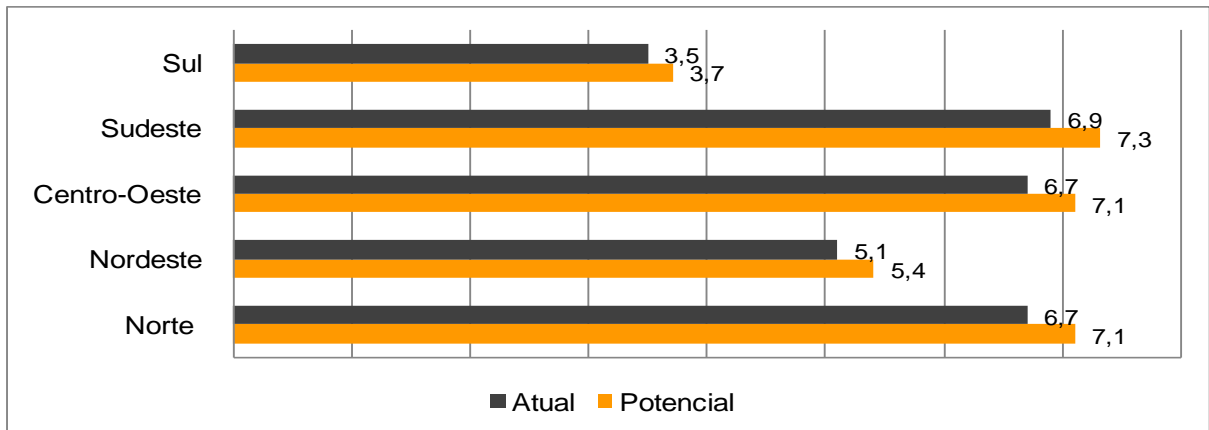
Fontes: (1) demanda atual: FUNDAÇÃO CEPRO (2008); (2) demanda potencial: calculado pela consultoria.

Um dos fatores que tornam dificultosa a decisão de investimentos direcionados para esses segmentos é a elasticidade preço da demanda, pois ela mede a resposta dos consumidores, quando ocorre uma variação no preço de um bem ou serviço. Esse conceito está diretamente relacionado ao mecanismo de mercado que rege a lei da oferta e da demanda, mostrando a existência de uma relação inversa entre a quantidade demandada de um bem e o seu preço, ou seja, quanto menor o preço, maior é a procura do bem. Esse conceito pode incidir diretamente sobre o montante de investimentos necessários de forma a criar dificuldades de justificativa dos investimentos a luz da teoria econômica, visto que tanto o segmento de negócios quanto o de passeio não apresentam vantagens comparativas e competitivas frente a seus concorrentes diretos, outros Estados e municípios da própria região, que já possuem ampla tradição nos dois segmentos.

#### 4.2.3. Tempo de permanência

Teresina, analisada a partir do tempo de permanência médio dos turistas por grandes regiões permite inferir que essa permanência pode ser ampliada em pelo menos 20%, a partir da maior dinamização dos segmentos do turismo, de forma a pelo menos alcançar a média nacional de permanência (9,6 dias). Para que isso ocorra será necessário um esforço no sentido de ampliar, via divulgação e promoção, a visibilidade do Polo nos mais diversos setores da sociedade.

**GRÁFICO 18 - PERMANÊNCIA MÉDIA ATUAL E POTÊNCIAL (DIAS)**

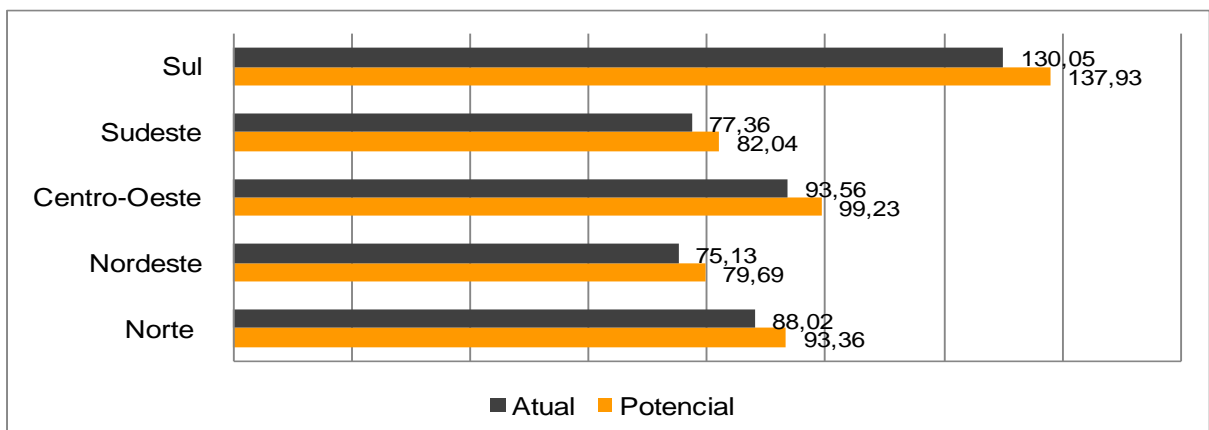


Fontes: (1) demanda atual: FUNDAÇÃO CEPRO (2008); (2) demanda potencial: calculado pela consultoria.

#### 4.2.4. Gasto médio per capita

Outro fator determinante na decisão de consumo turístico diz respeito ao nível de renda do turista que frequenta Teresina. Nesse sentido, a renda per capita média/dia registrada pelos turistas alcança o valor de R\$ 92,84/dia bem próximo ao da média nacional que é de R\$ 108,51/dia. Ocorre que Teresina e por consequência o Polo podem ampliar esse gasto médio per capita/dia a partir da indução do consumo de seus produtos por turistas das Regiões Centro Oeste e Sul, notadamente os que mais gastam quando estão visitando o Piauí conforme o gráfico 19. Essa estratégia pode ser bem sucedida se conseguir criar visibilidade para turistas que busquem os atrativos principais do Polo, aqui entendidos como os recursos naturais e o seu patrimônio histórico-cultural.

**GRÁFICO 19 - GASTO MÉDIO/DIA ATUAL E POTENCIAL (R\$)**

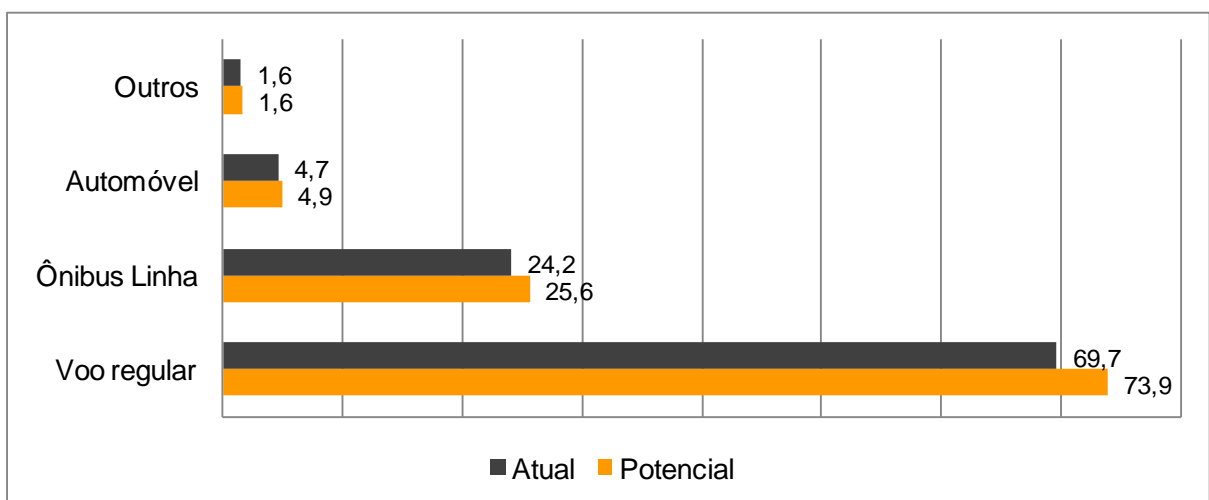


Fonte: (1) demanda atual: FUNDAÇÃO CEPRO (2008); (2) demanda potencial: calculado pela consultoria.

#### 4.2.5. Meios de transporte

A análise da demanda potencial por meio dos transportes utilizados está diretamente relacionada às condições de infraestrutura urbana que dispõe o Estado do Piauí no geral e o Polo em específico. Nesse quesito é válido ressaltar o potencial para crescimento do número de voos regulares para o Piauí, visto que há apenas 39 voos diários sendo operados no Aeroporto de Teresina, sendo maior somente que o número de voos do aeroporto de João Pessoa na Paraíba (INFRAERO, 2010). Cabe ainda observar que esses ajustes operacionais dependem de trabalhos de articulação de cunho predominantemente político entre as esferas Estadual e Federal de forma a viabilizar uma melhor utilização do equipamento em evidência.

**GRÁFICO 20 - MEIOS DE TRANSPORTE ATUAL E POTENCIAL (%)**



Fonte: (1) demanda atual: FUNDAÇÃO CEPRO (2008); (2) demanda potencial: calculado pela consultoria.

Os outros meios de transportes que merecem destaque na ampliação da demanda potencial são os ônibus de linha e o automóvel, mas segundo a lógica do transporte aéreo as soluções não parecem ser das mais fáceis, uma vez que os investimentos em infraestrutura rodoviária também dependem das articulações políticas. Associado a isso, pesa o fato de que o Estado do Piauí já está classificado como o Estado do Nordeste possuidor do maior fluxo de movimentação rodoviária interestadual, o que pode representar esgotamento da capacidade de suporte das rodovias que cortam o estado.

#### 4.2.6. Elementos críticos que podem influenciar a decisão de viagem

De maneira geral, como será observado ao longo do presente documento, os elementos críticos relacionados ao Polo de Teresina, estão associados a distância; as condições de infraestrutura urbana e turística; custos dos serviços; nível de segurança; atrativos existentes e; material informativo e promocional.

No que diz respeito a distância e as condições de infraestrutura, considera-se o portal de entrada do Piauí, a capital Teresina, problemático, visto que distância em pelo menos 400 km dos principais atrativos turísticos do Polo, demandando tempo e excelência na organização de viagens que se destinam aos atrativos. Viagens essas, que pelo tempo necessário, podem se tornar cansativas em função do clima, da vegetação e da baixa integração existente entre as cidades em que se situam tais atrativos.

Com relação ao nível de serviços, o Polo apresenta-se estruturado em alguns aspectos relativos ao comércio de produtos para os turistas e a organização geral das visitas aos atrativos. Entretanto, os dados apresentados anteriormente, mostraram a insatisfação dos turistas com o nível de preços praticados na visitação e no setor de comércio e serviços em geral (11,6%). De qualquer forma verificou-se *in loco* a existência da necessidade de incrementos tanto qualitativos como quantitativos nos equipamentos turísticos para satisfação da demanda potencial.

Quanto aos níveis de segurança e salubridade, verifica-se uma associação direta com a avaliação da infraestrutura urbana. Esta registrou um dos mais elevados índices de negatividade da pesquisa, e os itens mais preocupantes são a falta de segurança (16,8%); a falta de limpeza pública (4,2%) e; a falta de saneamento básico (3,0%). Estes itens necessitam de ações imediatas que possam sanar os problemas apresentados, além de garantir a qualidade do produto turístico e aumentar a atração da demanda potencial.

#### **4.2.7. Nível de expectativas**

A análise da demanda potencial pelo viés da expectativa está relacionada aos padrões mínimos de qualidade que devem ser respeitados na oferta de produtos turísticos, na infraestrutura básica; nos recursos humanos e no entorno geográfico. Nesse sentido é válido lembrar o conceito de vantagem comparativa associado ao conceito de vantagem competitiva criada que se adéqua perfeitamente ao setor do turismo. Por esses conceitos verifica-se que não basta ter o atrativo a disposição do público, é preciso que esse atrativo (vantagem comparativa) seja complementado por equipamento e serviços de boa qualidade (vantagem competitiva criada). Isso diz respeito principalmente as instalações sanitárias, a qualidade dos alimentos ofertados, a higiene e limpeza dentro dos ambientes de um modo geral.

Como apontado na pesquisa da FUNDAÇÃO CEPRO (2007, 2008), o item educação, informação e comunicação do local foi apontada com o melhor aspecto do Polo (32,7%). Isso pode ser amplamente utilizado como fator de fidelização da demanda potencial. Entretanto, como o objetivo é maximizar o uso do atrativo pelo aumento do número de visitantes, torna-se necessário agregar valor a essa qualidade, e isso pode ser feito a partir da formatação de ações que propiciem a comunidade local eficiência e eficácia no que diz respeito ao atendimento ao público, bem como nos serviços operacionais de atendimento e recepção dos turistas, sejam eles nacionais ou internacionais.

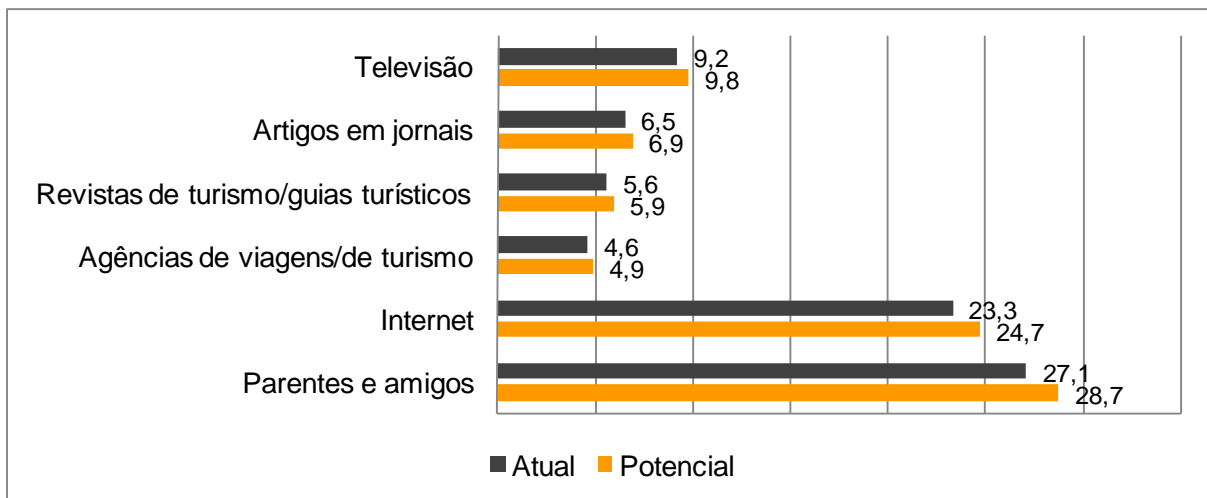
#### **4.2.8. Planejamento da viagem: comportamento e hábitos de informação**

Esse tópico pode ser analisado a partir dos dados da pesquisa quantitativa referente ao item 3.1.6 que projetados sob a ótica da demanda potencial inferem em uma estratégia de crescimento na divulgação e comercialização dos destinos turísticos do Polo de Teresina.

Essa projeção mostra que os hábitos de informação para compra dos diferentes produtos estão muito abaixo da realidade do mercado nacional. Verifica-se que os atrativos do Polo são divulgados e, portanto tornam-se conhecidos, muito mais a partir das informações de parentes e amigos do que dos outros meios de divulgação.

Analisando o gráfico 21 se verifica que, por exemplo, existe um campo potencial a ser ocupado no que diz respeito a divulgação e comercialização dos produtos turísticos do Polo a partir das agências de viagens e de turismo; das revistas de turismo e guias turísticos, além da televisão.

**GRÁFICO 21 - HABITOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES PARA COMPRA DOS SEGMENTOS (%)**



Fonte: (1) demanda atual: FUNDAÇÃO CEPRO (2008); (2) demanda potencial: calculado pela consultoria.

A análise dos dados aponta para a formatação de estratégias que tenham por objetivo redefinir o portfólio de produtos comercializados, com foco na demanda potencial de clientes do sul e centro oeste, bem como turistas internacionais, visto que estes são os que mais gastam quando da sua visita em Teresina.

#### 4.2.9. Conhecimento e interesse pelo Polo

Os principais fatores que influenciam na decisão de viajar são as informações sobre o local, além de preço, atrativos e infraestrutura. Nesse sentido o Polo de Teresina apresenta dificuldade de induzir a demanda potencial. A pesquisa realizada pela equipe junto às operadoras mostra que uma parcela significativa dos turistas potenciais ainda desconhece os destinos do Estado, ou sua imagem está associada à pobreza, exclusão social e falta de infraestrutura básica que acaba prejudicando a escolha do Piauí e conseqüentemente do Polo como destino final.

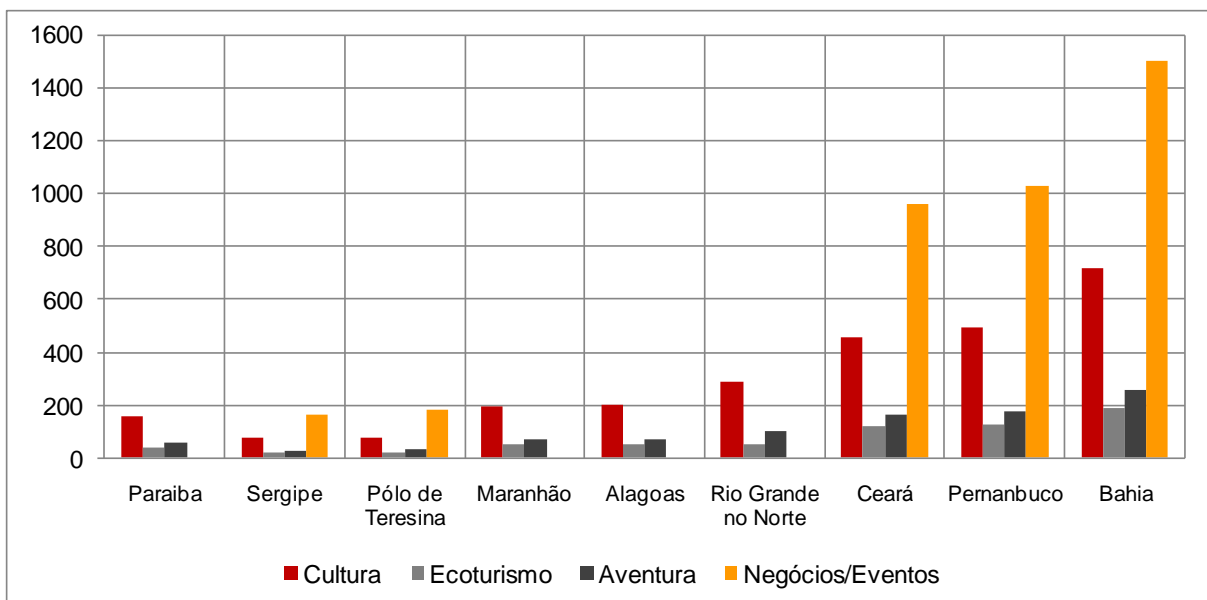
Também associado a visão problemática da infraestrutura, estão presentes as dúvidas do potencial demandante em relação aos serviços prestados, tais como disponibilidade de

transporte aéreo, os acessos, níveis de custos e sua compatibilidade, a qualidade dos serviços aeroportuários, a qualidade do receptivo, as oportunidades de recreação, etc.

Conforme diagnosticado o fato da não existência de uma estrutura aeroviária regional é um forte impeditivo para um avanço no turismo na região, dificultando o processo de investimentos e decisões empresariais indutoras do turismo.

O que pode favorecer o turismo local é o estabelecimento de uma imagem de acordo com o perfil do turista desejado, analisar as estratégias, os produtos e os preços da concorrência como forma de melhor definir a estratégia de *marketing* e implantação das operações como forma de redefinir papéis para atuar de forma efetivamente correta no planejamento e execução de metas voltadas para o desenvolvimento sustentável do turismo no Polo.

**GRÁFICO 22 - DESTINOS COMPETIDORES (mil)**



Fonte: elaborado com base nos estudos da FUNDAÇÃO CEPRO (2007, 2008) e da FUNDAÇÃO CTI/NE (2009).

Dessa forma a inferência está direcionada a ações que ampliem a capacidade de oferta do Polo no que diz respeito a infraestrutura turística uma vez que suas vantagens comparativas, nesses segmentos, se não iguais são pelo menos semelhantes aos outros potenciais concorrentes conforme gráfico 22. Desta forma, pode-se afirmar que a escolha de determinados segmentos de turismo, a exemplo do ecoturismo, pode representar uma decisão estratégica para o Polo de Teresina uma vez que os demais estados do Nordeste já apresentam maior demanda por turistas motivados pela Cultura e pela participação em Negócios e Eventos.



### 4.3. OFERTA TURÍSTICA

#### 4.3.1. Atrativos e recursos turísticos

A análise da oferta de atrativos e recursos turísticos do Polo de Teresina tem como objetivo principal identificar elementos que, de alguma forma, possam contribuir para impulsionar e desenvolver o potencial turístico da região. A partir da visita *in loco* que possibilitou o reconhecimento de diversos locais de interesse turístico ainda não estruturados para atividade, optou-se por adotar o mesmo conceito utilizado por Salvati (2004), no que se refere a diferenciação entre recurso e atrativo. Os recursos turísticos são elementos histórico-culturais e ambientais que ainda não são explorados formalmente e que, portanto, não possui estrutura de serviços definitiva. Já os atrativos turísticos consideram-se os elementos histórico-culturais e naturais caracterizado pela presença sistemática de alguns serviços dirigidos ao visitante ou turista.

A análise destes elementos que constituem a matéria-prima da atividade turística foi feita por profissionais de diferentes áreas de estudo que realizaram visitas técnicas em 57 (28,2%) dos 202 atrativos e recursos identificados como universo de pesquisa no Polo. A partir desta seleção, os atrativos foram organizados, conforme o Sistema Nacional de Inventariação – INVTUR, dividida em quatro tipologias de atrativos e recursos: (i) atrativos e recursos naturais; (ii) atrativos e recursos culturais; (iii) eventos programados; (iv) atividades econômicas.

Considerando a análise de atrativos e recursos por tipologia buscou-se identificar as características gerais dos espaços, considerando seu diferencial e poder de agregar valor na dinâmica da atividade de forma a contribuir com a integração da oferta na definição de produtos prioritários e competitivos. Para a análise de atrativos já estruturados, a análise considerou: (i) condições de uso, referente a qualidade do receptivo, a estrutura de interpretação, condições de limpeza, segurança e comunicação; (ii) condições de acesso, pelo grau de conforto, diversidade de modais, característica do trajeto; (iii) nível de atratividade, identificando o grau de conservação, originalidade e relevância dos atrativos.

##### 4.3.1.1. Caracterização Geral dos Municípios

O Polo de Teresina é formado por 14 municípios e possui uma variedade e quantidade significativa de elementos que configuram paisagens, eventos e acontecimentos de fins turísticos. Para melhor compreensão da região será tratado a seguir uma breve descrição sobre os características de cada município.

Em **Teresina**, capital do estado, município de maior densidade populacional do polo, destaca-se a formação urbana com a presença de diversos espaços livres como praças e parques. Cidade que teve seu desenvolvimento urbano planejado, crescendo em formato “xadrez” a oeste do Rio Parnaíba em direção ao Rio Poty, se destaca, neste contexto, pela relevância histórica, cultural, ambiental e econômica destes rios perenes para o estado do Piauí. A paisagem da cidade é reconhecida pela formação da hidrografia local que manteve diversos pontos de áreas naturais preservadas, representado uma quantidade significativa de parques ambientais municipais com potencial de desenvolvimento do ecoturismo. Com relação ao desenvolvimento do turismo é relevante destacar que para além de atrativos de

interesse natural ou cultural, Teresina, pelo status de capital é também um polo de turismo de eventos e negócios, de educação e de saúde exercendo grande influência sobre as cidades interioranas e capitais próximas dos estados do norte e nordeste do país. O fluxo de turistas já existentes potencializa o desenvolvimento de atividades turísticas de lazer com maior agregação de valor econômico e social a capital do estado.

O município de **Altos** está localizado próximo a cidade de Teresina e possui em seu entorno um belo conjunto paisagístico dotado de rios e rica vegetação. Devido a este fato, há dois anos a cidade lançou o EcoFestival. O festival tem como intuito a divulgação do município através fortalecimento da imagem como polo de ecoturismo regional. Além da paisagem natural, Altos possui três sítios paleontológicos, com a presença de lenhos fósseis que datam de 230 a 250 milhões de anos, localizados nos arredores da zona urbana. Possui ainda a Floresta Nacional dos Palmares, uma unidade de conservação de uso sustentável administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O município também apresenta potencialidades vinculadas ao meio rural, onde fazendas com modos artesanais de produção e criação de gado, ovinos e caprinos tornam-se uma potencial alternativa para a geração e aumento da renda destas localidades.

**Campo Maior** é o terceiro maior município do Polo em densidade populacional. Devido a este fato, apresenta a melhor oferta de serviços e equipamentos turísticos se comparado com as cidades com as quais faz divisa – Altos e José de Freitas. Além disso, o município se destaca culturalmente, pois foi palco de uma das mais violentas batalhas travadas pela Independência do Brasil, a Batalha de Jenipapo. Em homenagem a tal acontecimento, foi construído o Memorial de Jenipapo, o qual é parte integrante do acervo cultural da cidade. O centro histórico de Campo Maior também merece destaque pelas várias construções de significância histórica, juntamente com a Praça Bona Primo, outro local de relevância arquitetônica do município. Quanto ao patrimônio ambiental, têm-se como relevantes a Serra de Santo Antonio, a Barragem dos Corredores, e o Açude Grande, este localizado no perímetro urbano da cidade. A gastronomia do município também merece destaque, pois é considerado pelos municípios vizinhos como o Polo gastronômico da região.

**Castelo do Piauí** tem seus potenciais recursos vinculados principalmente ao meio natural. O município apresenta em seu entorno, diversas - formações rochosas e rios e cânions de significativa beleza. Com relação ao acervo cultural, destacam-se as pinturas e gravuras rupestres concentradas no Parque Municipal da Pedra do Castelo e na Comunidade Picos dos Andrés. Castelo do Piauí também se destaca na produção artesanal com entalhes em madeira e peças em couro. O museu do Tito, propriedade particular que abriga considerável acervo de peças de notável valor histórico-cultural, também complementa os atrativos culturais do município.

**União**, assim como os demais municípios vizinhos, possui bela paisagem cênica dotada de diversas belezas naturais. Seu potencial turístico está nos recursos naturais de seu entorno, onde se destacam o Morro do Urubu, o Assentamento Belas Fontes, os rios e cachoeiras. O Vale do Tucunaré, um dos únicos atrativos do Polo mantido pela iniciativa privada, foi apontado pela gerente de turismo municipal, como o principal atrativo da cidade. Dentro da atmosfera cultural de União, tem-se a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios e o Vapor Floriano, uma embarcação naufragada localizada a vinte e cinco quilômetros do centro.

**José de Freitas** tem seu maior potencial turístico na Barragem do Bezerro. Localizada na zona urbana no município, a Barragem atrai visitantes tanto da comunidade local, quanto das localidades vizinhas. Os demais atrativos do município ficam por conta dos diversos

festejos religiosos, onde a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento é o ponto central de visitação. Um diferencial de Jose de Freitas é o carnaval fora de época, denominado Zé Pereira. O evento acontece na praça de eventos da cidade e atrai grande público proveniente das localidades vizinhas. O município também apresenta potencial para o desenvolvimento de atividade no meio rural.

**Monsenhor Gil** é um dos – quatro municípios do Polo de Teresina com real potencial para atividades de cunho religioso. Entre os principais atrativos do município está a Via Sacra, Morro do Cruzeiro e a Igreja Menino Deus, atrativos complementares entre si, muito visitados durante a semana santa. O município ainda apresenta potencialidades no meio rural, como o Poço Azul, um local de beleza singular com água cristalina. Os Balneários Natal e Monte alegre, também são largamente utilizados como local de lazer para os excursionistas e munícipes.

**Santa Cruz dos Milagres** é considerada pelos demais municípios do Polo de Teresina, como polo religioso do estado. O município tornou-se uma espécie de santuário e tem seu fluxo de visitantes concentrado nos três festejos religiosos que acontecem todos os anos. A Igreja Matriz municipal é o ponto de encontro dos romeiros que visitam a cidade. Tem-se ainda o Olho D'água Santo, localizado na praça em frente à prefeitura. O município de pouco mais de três mil habitantes, chega a receber 30 mil<sup>6</sup> fiéis durante os festejos. O resultado disso são pessoas dormindo em redes nas praças, em carrocerias de caminhões. Diante desta situação, o município está passando por melhorias em sua infraestrutura, como medida para amenizar os impactos negativos da visitação. Dentro dos atrativos naturais, vale ressaltar o Rio São Nicolau, utilizado como espaço de lazer e banho, tanto pelos moradores locais, quanto pelos milhares de visitantes que chegam ao município.

**Piripiri** é a segunda cidade de maior densidade populacional do Polo de Teresina, participa do projeto Serras do Nordeste<sup>7</sup>. Tem sua potencialidade e atratividades vinculadas ao Parque Nacional de Sete Cidades. O PARNÁ recebe este nome devido às peculiares formações rochosas, distribuídas em sete conjuntos. Outro destaque do atrativo são os diversos sítios arqueológicos catalogados dentro e nos arredores do parque. Dentro dos atrativos naturais da cidade está o Açude Caldeirão localizado a 9 km da sede do município. Atualmente Piripiri se destaca, economicamente, como polo da Indústria de Confeções, possuindo cerca de 300 unidades fabris<sup>8</sup>, todas micro e pequenas empresas, destacando-se também pelo comércio varejista. Por ser um município de maior porte, apresenta a melhor oferta de restaurantes e serviços de hospedagem da região. Também apresenta diferencial no potencial para eventos e locais de lazer.

**Lagoa do Piauí**, assim como Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres, destaca-se no aspecto religioso. A Gruta Betânia, localizada a poucos quilômetros do perímetro urbano, é considerada o principal atrativo do município. A Gruta dispõe de estrutura para visitação e conta com pequeno fluxo de visitantes, porém contínuo. Além do aspecto religioso a cidade investe no potencial das comunidades rurais, onde foram realizados estudos a fim de identificar as principais potencialidades turísticas destas localidades.

---

<sup>6</sup> Informação primária, obtida na prefeitura municipal de Santa Cruz dos Milagres.

<sup>7</sup> Serras do Nordeste: roteiro turístico que envolvendo seis cidades da região serrana dos estados do Piauí e do Ceará. No Piauí, o projeto percorre roteiros que ligam as cidades de Pedro II, Piripiri e Piracuruca.

<sup>8</sup> <http://conhecendoPiauí.blogspot.com/2010/03/mostrando-cidade-de-piripiri.html>

**Piracuruca** é um dos municípios componentes do Projeto Serras do Nordeste, elaborado pelo SEBRAE. Possui em sua área central um belo conjunto arquitetônico de significativa valor histórico-cultural. Juntamente com o centro histórico, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Carmo é tombada em âmbito federal como patrimônio histórico. Além do valor do acervo urbano, o município também apresenta atrativos naturais, como é o caso do PARNA das Sete Cidades, o qual grande parte está localizado perímetro do município.

**Esperantina**, juntamente com outros municípios do Polo, é parte integrante do Território dos Cocais, fruto do programa do Governo Federal lançado em 2008, Territórios da Cidadania<sup>9</sup>. A cidade tem seus aspectos culturais mais relevantes vinculados ao patrimônio imaterial e ao ambiente rural. Entre as ações desenvolvidas da localidade, estão os projetos com escopo na valorização da cultura quilombola e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Esperantina também possui representatividade no conflito de luta pelo território onde assentamentos da reforma agrária estão presentes, a exemplo das quebradeiras de coco e dos territórios de remanescentes de quilombos. Dentro dos atrativos naturais, merece destaque o Parque Ecológico Cachoeira do Urubu, o qual tem sua beleza potencializada nos períodos de chuvas.

A área central cidade de **Pedro II**, compõe um conjunto arquitetônico de significativa relevância para a oferta turística local. Festival de Inverno, realizado no mês de Junho, já está na sétima edição e pode ser considerado como o principal produto turístico do município. Segundo o secretário de turismo municipal, atualmente o público do evento chega a vinte mil pessoas as quais são procedentes na maioria do próprio Estado. Entretanto, durante a visita *in loco*, avaliou-se que a estrutura do município não comporta o crescimento do festival. Outro atrativo que agrega valor a localidade é a exploração e beneficiamento da opala. Ainda neste contexto o Museu da roça, propriedade privada que atua em parceria com a ACONTUR<sup>10</sup> e SEBRAE conta com acervo de objetos históricos que remontam a história de Pedro II. O município também apresenta potencialidades pouco exploradas em relação ao ambiente natural, na Serra da Ibiapaba localiza-se a estrutura do Morro do Gritador, na região há cachoeiras, sítios arqueológicos e outros espaços de significativa beleza.

O município de **Buriti dos Montes** encontra-se numa área de significativa beleza, rodeadas de cânions e outras formações rochosas. Como em várias localidades do estado do Piauí, grande parte do acervo está diretamente ligada às pinturas e gravuras rupestres espalhadas pelos vários sítios arqueológicos da região. A Igreja Matriz pode ser considerada como atrativo cultural, porém de baixa relevância para o turismo.

Diante do panorama geral aqui apresentado, nota-se que o Polo de Teresina apresenta diferentes espaços com potencial turístico que variam entre naturais, culturais e atividades econômicas, totalizando 203 atrativos e recursos segundo quadro resumo a seguir.

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cocaispi/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cocaispi/one-community?page_num=0) acesso: 18/12/2010.

<sup>10</sup> Acontur – Associação dos Condutores de Visitantes de Pedro II

**QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE ATRATIVOS E RECURSOS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO POLO**

MUNICÍPIO	ATIVIDADE ECONÔMICA	CULTURAL	EVENTO PROGRAMADO	NATURAL	TOTAL GERAL
Altos	-	2	2	1	5
Buriti dos Montes	2	4	-	10	16
Campo Maior	1	6	5	3	15
Castelo do Piauí	1	5	1	8	15
Esperantina	1	2	4	1	8
Jose de Freitas	-	1	8	2	11
Lagoa do Piauí	1	1	-	-	2
Monsenhor Gil	-	3	3	5	11
Pedro II	2	9	2	6	19
Piracuruca	1	4	4	2	11
Piripiri	1	8	6	4	19
Santa Cruz dos Milagres	-	1	4	1	6
União	1	6	-	12	19
Teresina	2	7	2	35	46
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13</b>	<b>59</b>	<b>41</b>	<b>90</b>	<b>203</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

Como pode ser observado, a região possui considerável quantidade de bens ambientais, em sua maioria em bom estado de conservação. Em relação à totalidade dos atrativos do Polo, 44,5% pertence à categoria de atrativos naturais. Dentre os atrativos naturais, a região sedia 2 Unidades de Conservação Federais e 1 estadual. Entre estas, é válido destacar as de maior singularidade: o Parque Nacional das Sete Cidades, que reúne formações rochosas com formatos diferenciados, e a Floresta Nacional dos Palmares, que reúne espécies endêmicas características do cerrado e caatinga.

Ainda relacionados aos bens naturais, a região conta com diversas formações rochosas, rios, açudes, cachoeiras, balneários e cânions. No entanto, vale ressaltar o caráter sazonal de vários destes locais, constituídos em sua maioria por rios temporários, típicos da região do Nordeste, os quais têm seu nível de vazão baixo ou até mesmo esgotado em determinadas épocas do ano, devido ao regime irregular das chuvas na região, como apresentado no capítulo “aspectos socioambientais”.

Em relação aos bens culturais do estado, tratados em maior detalhe no capítulo “aspectos socioambientais”, três são tombados pelo governo federal e cinco tombados pelo governo estadual. Dentre o conjunto de bens federais tombados que servem como atrativos, destaca-se o Centro Histórico e a Igreja de Piracuruca, e o Cemitério do Batalhão em Campo Maior.

Os centros históricos, assim como as praças das cidades, são sede de diversos festejos religiosos, como é o caso do Festejo de Santa Cruz dos Milagres que atraem milhares de pessoas para o município. Além dos festejos religiosos, a região do Polo de Teresina conta com eventos culturais e de lazer, como é o caso do Festival de Inverno de Pedro II e do

Cachaça Fest em Castelo do Piauí. Vale ressaltar o caráter sazonal de alguns dos atrativos, representados principalmente pelos eventos programados. Estes, ao mesmo tempo em que atraem o fluxo de turistas e geram divisas para a localidade, também podem causar impactos negativos quando mal estruturados, pois alteram a rotina e interferem na qualidade de vida dos munícipes.

Ainda exemplificando a riqueza do patrimônio cultural da região, destacam-se atividades econômicas cuja prática está relacionada à cultura local e que de alguma forma estão associadas ao turismo. Dentre estas, destaca-se o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, localizado em Esperantina, a produção de cachaça na Fabrica Mangueira em Castelo do Piauí, a extração e confecção de joias de opala em Pedro II e a indústria de confecção que atrai diversos visitantes para a cidade de Piripiri.

#### 4.3.1.2. Segmentação turística

Como já visto, o Polo de Teresina é um local que possui uma variedade e quantidade significativa de elementos que configuram paisagens, eventos e acontecimentos de fins turísticos. Devido aos diferentes potenciais de cada localidade, tem-se como alternativa para a definição das linhas de produto a segmentação<sup>11</sup> das atividades. A análise realizada neste diagnóstico identificou a presença e a prática da atividade turística com temas que abordam cinco segmentos distintos, ao considerar as definições dos cadernos de segmentação do Ministério do Turismo:

**Turismo Cultural:** “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico” (Mtur, 2008, p.16)

**Turismo Cultural - Religioso:** “configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.” (Mtur, 2008, p.19)

**Ecoturismo:** “é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Mtur, 2008, p. 9).

**Turismo Social:** “é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”. (MTUR, 2008, p 6)

As características e tipos de atrativos são determinantes para definir os segmentos e roteiros turísticos de maior “aptidão”, considerando as potencialidades dos destinos. Seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo, optou-se na presente análise pela definição de linhas de produtos traçadas a partir do agrupamento dos recursos e atrativos mais relevantes para cada região. Para tanto, os municípios foram agrupados conforme as suas potencialidades e singularidades, para que juntos possam caracterizar as regiões associando-as aos diferentes segmentos do turismo, direcionando assim seu

---

<sup>11</sup> “A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda”. (Mtur, 2008, p.3)



posicionamento de mercado por meio da priorização dos segmentos a serem focados no polo.

Com destaque pela significativa presença nos municípios do polo, os atrativos culturais são bens e práticas culturais de natureza material e imaterial, produzidos pelo homem e utilizados para fins turísticos. Os bens que constituem o patrimônio cultural estão associados à cultura, história e memória das pessoas e lugares. Ao se tornarem os principais fatores motivadores da visita ao destino turístico, vinculam-se a segmentos turísticos específicos, como é o caso do **turismo cultural e o turismo religioso**. Os atrativos turísticos culturais analisados são locais que expressam os bens, valores e costumes e no Polo, são reconhecidos por meio das edificações históricas, dos museus, dos memoriais e das manifestações culturais e religiosas.

Entre os atrativos e recursos levantados durante a pesquisa, chegou-se ao total de 59 locais vinculados ao patrimônio cultural, ou seja, 29,2% da oferta. Dentro desta estatística 38% são atrativos e 46% são recursos, sendo 16% considerados atrativos sazonais, estes representados, principalmente, pelos festejos e manifestações populares.

Dentro deste contexto, os municípios de **Teresina, Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, Esperantina e Pedro II**, se destacam por concentrarem 54,2% dos atrativos culturais do Polo. Existem outros atrativos culturais espalhados pelos demais municípios do polo, porém, no intuito de consolidar a segmentação e definir linhas de produto, serão analisados somente os atrativos mais relevantes.

No que diz respeito ao patrimônio material, pode-se destacar Teresina, Piracuruca, Campo Maior, Piripiri e Pedro II como os municípios mais expressivos com relação às edificações históricas relevantes para a visita e detentores de edificações tombadas pelo IPHAN em âmbito federal.

Piracuruca tem em sua área central um belo conjunto arquitetônico composto por diversas edificações históricas. O conjunto histórico e paisagístico da cidade, que compreende o conjunto da Rua Tertuliano Vieira, Praça Getúlio Vargas, Praça Santo Antônio, Praça Irmãos Dantas, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Praça José de Moraes Meneses às margens do rio Piracuruca e da Santa Luzia, no Cemitério Campo da Saudade à rua Félix Gomes e o Grupo Escolar Anísio Brito, teve seu tombamento registrado em âmbito federal em 2010. Ainda em Piracuruca destacam-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, também tombada em âmbito federal em 1940 e a Casa da Antiga Intendência, primeira sede do governo municipal, do início do século XIX tombada, no âmbito estadual, no ano 2000.

Assim como Piracuruca, Teresina, Pedro II e Piripiri apresentam, em seu centro urbano, diversas edificações conservadas de relevante valor histórico. O Casarão do Embaixador, construção típica do século XIX é considerado o imóvel mais antigo de Piripiri e teve seu registro no Livro Tombo realizado em 1998. Em Pedro II, o Memorial Tertuliano Brandão Filho, edifício com referências neoclássicas teve seu tombamento estadual efetuado em 1992.

**Figura 2 - Edificações Históricas Pedro II**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

Em Teresina, na Praça da Bandeira e na Praça Marechal Deodoro, encontra-se o maior e mais preservado conjunto de edificações históricas, destacando-se o Museu do Piauí como espaço cultural, instalado em um antigo casarão datado da metade do século XVIII. Possui o maior acervo do patrimônio histórico do estado. Nas proximidades está a Praça Dom Pedro II, a qual abriga o Theatro 4 de Setembro, compondo um ambiente de lazer e cultura com intensa vida noturna para moradores e visitantes.

Campo Maior também apresenta significativo potencial com a arquitetura da Praça Bona Primo, a qual foi recentemente restaurada e está inserida no centro da cidade, local onde se encontra a Igreja Matriz de Santo Antônio, que completou recentemente 298 anos. No entorno da praça existem diversas edificações históricas, sendo que a maioria delas encontra-se em bom estado de conservação. Estas edificações encontram-se entre os bens de interesse que, no entanto não possuem tombamento. Com grande relevância histórica, outro atrativo cultural de Campo Maior é o Memorial do Jenipapo, obra representativa da batalha de mesmo nome, a qual foi de extrema importância para a Independência do Brasil. O local conta com bela estrutura arquitetônica, porém em estado pouco satisfatório de conservação, pois segundo um dos funcionários, o local passa por manutenção somente uma vez ao ano. Dentro do Memorial existe o Museu do Couro, cujas peças encontram-se, no geral, em bom estado de conservação, no entanto, falta mobiliário para sua exposição e sinalização interpretativa. No local, aos fundos, está o Cemitério da Batalha o qual guarda os restos mortais dos combatentes. O local foi tombado em âmbito federal no ano de 1938.



Figura 3 - Edificações Históricas Campo Maior



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

Considerado um atrativo de relevância regional, O Museu Zé Didôr é também um representante da cultura em Campo Maior. Segundo o Zé Didôr, o acervo é composto por aproximadamente 70 mil peças, dentre as quais se destacam objetos que remontam a centenas de anos de história da região. Pode-se encontrar desde antigas radiolas, porcelanas, ferro de passar roupa movido a carvão, armamentos, uniformes de militares, até documentos e outras curiosidades. O espaço é mantido com auxílio financeiro da Prefeitura Municipal de Campo Maior, mas quem executa a manutenção e exerce a função de curador do museu, é o próprio Zé Didôr. A estrutura do museu, instalado na antiga estação ferroviária municipal, encontra-se bastante deteriorada e seu acervo carece de manutenção e organização para melhor conservação das peças, as quais encontram-se dispostas de forma irregular, o que causa poluição visual e não permite a interpretação das mesmas. O museu não conta com estrutura específica para visitação como banheiros, acesso para deficientes, entre outros.

Campo Maior ainda se destaca pela gastronomia, um importante componente da cultura local. O município conta com o Festival Gastronômico Sabor Maior que está em sua segunda edição. Este Festival tem o intuito de fortalecer a imagem da cidade como polo gastronômico da região. Para atender tal demanda, o município conta com boa estrutura de bares e restaurantes, sendo a principal iguaria a carne de sol.

Ainda no contexto do segmento **turismo cultural**, Teresina, Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes apresentam significativo potencial para o desenvolvimento do turismo arqueológico, sendo este uma vertente do segmento cultural. De acordo com a Carta de Lauzane (1990)

“O patrimônio arqueológico integra nosso patrimônio cultural material, cujo conhecimento básico é fornecido pelos métodos de arqueologia. Não obstante sua posição no contexto nacional, cultural é [...] patrimônio de toda a sociedade humana [...] Por ser uma riqueza cultural não renovável, as atividades antrópicas que os envolvem precisam ser

regulamentadas e sistematicamente integradas sob política de proteção continuamente atualizadas em decorrência do dinamismo das atividades humanas”.

Os sítios arqueológicos se constituem como um das belezas de maior significância para o estado do Piauí, onde diversos municípios abrigam vestígios de homens primitivos. Dentro desse contexto, Piracuruca possui quatorze sítios pré-históricos cadastrados, espalhados pelo entorno do Parque Nacional das Sete Cidades. Os sítios de arte rupestre estão concentrados bem próximos ao rio Piracuruca. Entre os que se destacam no município está o sítio a Pedra do Arco, cujas pinturas apresentam formas geométricas, espirais e carimbos de mãos. Em Piripiri se destaca o Sítio Buriti dos Cavalos e em Pedro II, o Sítio Arqueológico da Comunidade da Lapa. Todos os sítios apresentam inestimável valor e encontram-se em bom grau de conservação, no entanto, os espaços onde estão localizados dispõem de condições mínimas de visitação, com exceção do Parque Nacional das Sete Cidades que possui melhor estrutura por se tratar de uma Unidade de Conservação, o qual conta com centro de recepção de visitantes e trilhas sinalizadas e a visita pode ser feita a pé, de carro, bicicleta, moto ou ônibus.

**Figura 4 - Parque Nacional das Sete Cidades**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

Em Teresina podemos destacar o Parque da Floresta Fóssil, localizado no leito do rio Poti, o qual apresenta afloramentos de troncos fossilizados datados de 250 milhões de anos representando um patrimônio de relevância nacional. Criado por decreto municipal em 1993 o parque elevou-se a patrimônio nacional em 2008 com o tombamento do IPHAN, entretanto permanece sem estrutura de visitação, considerado apenas um recurso turístico.

Vinculado ao patrimônio imaterial, Esperantina destaca-se no âmbito cultural por meio da valorização do movimento quilombola e do movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, importante recurso turístico e econômico do município. Assim como os demais municípios destacados neste capítulo, Esperantina também possui um bem tombado em nível estadual, a Fazenda Olho D'Água dos Pires, que apresenta remanescentes do século XIX e compreende no seu sítio histórico: a casa sede da fazenda, a casa da farinha, a casa do engenho, o olho d'água e quintais cercados por muro de pedra.

**Figura 5 - Sede da Fazenda Olho D'Água dos Pires, Esperantina**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

No que diz respeito aos atrativos sazonais, estes compostos em sua maioria por eventos programados, destaca-se o Festival de Inverno de Pedro II, o qual é considerado pelos moradores locais como o atrativo âncora do município. O Festival Sabor Maior, em Campo Maior, também merece destaque como citado anteriormente. O Encontro Nacional de Folguedos do Piauí, organizado em Teresina pelo governo do estado, através da Fundação Cultural – FUNDAC ocorre desde 1974 com expressão de manifestações culturais como: Bumba-Meu-Boi, Cavalo Piancó, Forró Tradicional, entre outros. Entre os eventos culturais, percebe-se que muitos estão relacionados aos festejos religiosos, outra vertente do turismo cultural que será abordada a seguir.

Percebe-se que seguindo a linha da segmentação, **Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, Esperantina e Pedro II**, apresentam potencial para o desenvolvimento do **turismo cultural**, além de Teresina, em menor escala, como complementação da demanda atual - Negócios e Eventos e Ecoturismo - identificados no PDITS municipal como segmentos prioritários. Neste sentido tem-se Campo Maior e Piripiri como portadores do maior número de atrativos com alguma estruturação para atender a demanda turística, fato que pode ser justificado, por se tratar de municípios polo da região, os quais apresentam a melhor oferta no contexto geral.

Ainda dentro da atmosfera cultural, destaca-se o aspecto religioso, notado em várias cidades do Polo de Teresina. Caracterizado pela sazonalidade, o turismo religioso, responsável por 21,7% da oferta, aponta diversas potencialidades em locais onde este segmento já é tido e reconhecido como forma de geração de emprego e renda para a população. Dentro dos municípios que se destacam neste segmento estão: Lagoa do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Monsenhor Gil e Castelo do Piauí, concentrando 37% da oferta de atrativos não sazonais.

Entre os 14 municípios contemplados pelo plano, **Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres e Castelo do Piauí têm sua demanda estruturada no turismo religioso**. Em Lagoa do Piauí a Gruta Betânia é o mais expressivo atrativo. O santuário, fundado em fevereiro de 1948, é uma homenagem a Nossa Senhora de Lourdes e atrai todos os anos milhares de fiéis no festejo em homenagem à Santa. A Gruta está localizada



na beira da BR 316, fora do perímetro urbano da cidade, entre os municípios de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil. O local é bem arborizado e conta com boa estrutura de acesso, possui banheiros, bancos e pequena área para estacionamento, no entanto, a estrutura não atende as necessidades da demanda que aumenta significativamente durante os eventos.

**Figura 6 - Gruta Betânia, Lagoa do Piauí**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

Já Monsenhor Gil tem sua demanda potencial concentrada durante os festejos da Semana Santa. Os atrativos com maior potencialidade são a Igreja Matriz Menino Deus, o Caminho da Via Sacra e o Morro do Cruzeiro. Os três fazem parte de um circuito, percorrido pelos romeiros que visitam o local. A Via-Sacra é composta por 12 estações as quais ilustram a paixão de Cristo. Possui estrutura pavimentada com cerca de 2 km de extensão, a qual tem início na Igreja Matriz e termina aos pés do Morro do Cruzeiro. A subida do morro é a última parte do circuito, onde o acesso foi facilitado devido à estrutura de 322 degraus com pavimentação antiderrapante e corrimões. No alto do morro pode-se observar o Templo da ressurreição, monumento constituído por três cruzeiros, além de apreciar a vista do município.

Dentro da perspectiva do turismo religioso, o município de maior expressividade com relação a este segmento, é Santa Cruz dos Milagres. A cidade é considerada um dos principais polos receptores de romeiros da região Nordeste, assim como Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e de Juazeiro do Norte, no Ceará. O principal atrativo é a Paróquia Santa Cruz dos Milagres, considerada o ponto de encontro dos visitantes. A Igreja localiza-se no alto de um morro; o acesso ocorre logo na entrada da cidade. No entorno da Igreja encontra-se o estacionamento para carros e ônibus, banheiros e bebedouros com água gelada. Devido ao fato do município já apresentar um representativo fluxo de visitação, está em andamento um projeto financiado pelo PRODETUR Nacional, o qual visa à melhoria de acesso à Igreja, e à melhoria de infraestrutura do local.

**Figura 7 - Paróquia Santa Cruz dos Milagres, Santa Cruz dos Milagres**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria..

Ainda no contexto religioso, destaca-se o município de Castelo do Piauí. O Parque Municipal Pedra do Castelo, além de um local com considerável beleza cênica e grande acervo de arte rupestre, ainda atrai diversos visitantes devido a seu aspecto religioso. Segundo o material disponibilizado pelos condutores locais<sup>12</sup>, várias lendas cercam a Pedra do Castelo. Uma delas conta a história da imagem de Nossa Senhora do Desterro que foi encontrada em uma das grutas do castelo de pedra. Desde então fiéis de várias localidades vêm ao local para a prática de atividades de cunho religioso.

Um ponto importante a se ressaltar diz respeito aos impactos negativos do turismo religioso em ambientes naturais. Um exemplo claro é a degradação da formação rochosa onde os romeiros utilizam as grutas para queimar velas, deixar objetos pessoais em forma de agradecimento por alguma graça alçada e “picham” as paredes rochosas com nomes e frases religiosas. Isso, além de poluir o meio ambiente, causa poluição visual ao local de beleza singular. Diante desta situação, existem projetos de intervenção do IPHAN, o qual realizou um processo de restauração de algumas paredes do Castelo de maior concentração de pichações. Outro projeto é - para a urbanização do Parque, com a construção de Centro Ecumênico, um prédio de apoio com banheiros, sala para os guias locais, lanchonete, administração do parque, loja de artesanato, estacionamento e área de camping<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Apostila elaborada pelos colaboradores da Condatur.

<sup>13</sup> <http://condatur.wordpress.com>

Entre os municípios citados, vale destacar Santa Cruz dos Milagres. A cidade apesar de apresentar condições insatisfatórias com relação a oferta de equipamentos de apoio a atividade turística, já possui significativo fluxo de turistas durante os festejos. Neste aspecto há que se ressaltar a fragilidade do atrativo com relação a sazonalidade, no entanto, a imagem do município está cada vez mais concretizada ao turismo religioso e a demanda, apesar de pequena, encontra-se cada vez mais constante.

Diante do levantamento dos atrativos e recursos existentes em todos os municípios do Polo, constatou-se que a área que abrange os municípios de **Teresina, Campo Maior, Pedro II, Castelo do Piauí, Altos, União, Piracuruca, Esperantina e Buriti dos Montes** apresentam características de ligação com o segmento de **ecoturismo**. Segundo diversas instituições e operadores especializados, esse tipo de turismo vem apresentando um crescimento contínuo no mundo e no Brasil, apresentando-se como segmento potencial de grande competitividade internacional. (Mtur, 2008).

Levando em consideração, tanto os atrativos quanto os potenciais recursos levantados, chegou-se ao montante de 89 espaços, com maior concentração em Teresina, União, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes. Estes dois municípios vizinhos apresentam uma característica comum, já que alguns dos atrativos de Castelo do Piauí encontram-se de fato na área que pertence a Buriti dos Montes, no entanto o acesso a tais atrativos é realizado por Castelo do Piauí.

Do total de atrativos e recursos levantados em toda a região do Polo, 44,5% encontram-se ligados ao meio natural, sendo 55,3% considerados recursos, 37,5% atrativos e 7,1% atrativos sazonais. Diante disso, percebe-se que a falta de estruturação está presente na maioria dos espaços, no entanto este dado mostra o potencial de desenvolvimento de novas atividades.

Entre os atrativos exclusivos de Buriti dos Montes estão o Balneário Brisa do “S”, a Barragem da Burra, Cachoeira do Campeão, a Pedra Redonda. Porém, os de maior relevância para a atividade turística, os Cânions e as formações rochosas, ainda encontram-se carentes de estruturação, por esse motivo são considerados recursos. Em Castelo do Piauí, o local de maior visitação é o Parque Municipal da Pedra do Castelo. Em Teresina são 34 bens ambientais, entre os quais se destacam pela representatividade o Parque da Cidade, o Parque Ambiental de Teresina (Zoobotânico), Parque Encontro dos Rios, Parque da Floresta Fóssil, e os Rios Parnaíba, Rio Poti e Lagoas.

Vale destacar que os atrativos de Teresina aqui analisados referem-se ao segmento de ecoturismo, esse destaque leva em consideração tanto a análise proposta pelo PDITS municipal, recém elaborado como segmento prioritário, quanto a convergência do polo como produto turístico regional. Portanto, não há exclusão do segmento de turismo e negócios, pois os investimentos necessários para potencializar e planejar o desenvolvimento de tal produto foi objeto de análise do plano municipal.

O Cânion do Rio Poti, local de beleza singular, possui 180 km de extensão e está localizado em Buriti dos Montes e seu acesso se dá por Castelo do Piauí. O local é caracterizado pela peculiaridade de suas formações rochosas como o Cânion Verde e o Canelão, sendo este último composto por um paredão de pedras de 50 m de altura. Durante toda a sua extensão apresenta notável quantidade de gravuras e pinturas rupestres de inestimável valor histórico e cultural. A formação do Cânion também é propícia para o turismo de aventura por meio da prática de rapel, canoagem e *trekking*. Outros atrativos são as quedas d'água, com destaque

para a Cachoeira da Lembrada, a qual tem sua beleza evidenciada durante os meses com maior incidência de chuvas no primeiro semestre do ano.

**Figura 8 - Paisagem de Buriti dos Montes**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria..

Assim como o Poti, o Cânion do Rio São Miguel impressiona pelas formações dos paredões rochosos, embora estes sejam de menor proporção, com cerca de 15m de altura. O atrativo está localizado a 22 km do centro de Castelo do Piauí e o acesso se dá por estrada não pavimentada, pela comunidade de Buritizinho. Nas proximidades do cânion existe uma pequena barragem que torna o local propício para banho.

Considerado pela Associação dos Condutores de Visitantes de Castelo do Piauí como o atrativo âncora do município, o Parque Municipal da Pedra do Castelo destaca-se pelas formações rochosas distribuídas ao longo de seu território. O monumento que dá nome ao parque é constituído por vários blocos de arenito que se encaixam de tal forma que dão a impressão de ser uma única estrutura com formato de castelo medieval. O castelo, com cerca de 20 metros de altura, possui aproximadamente 13 compartimentos, com destaque para o salão de entrada, o salão dos anjos, o mirante (topo) e o quarto escuro, sendo este último o ponto de maior relevância para os visitantes com intuito religioso, conforme já citado anteriormente. Como em outras localidades do município, a Pedra do Castelo também é dotada de inscrições rupestres, mas devido à inexistência de estudos arqueológicos, ainda não é possível afirmar a qual tradição pertencem tais registros.

Assim como nos cânions, o parque abriga cachoeiras, entre elas a Cachoeira das Arraias. O local é propício para a prática de atividades de aventura como rapel, tirolesa, canoagem. No entanto, a estrutura que demanda este tipo de atividade só é disponibilizada durante o período do evento *Cachaça Fest*, quando o fluxo de visitantes aumenta consideravelmente.

Pedro II assim como Castelo do Piauí e Buriti dos Montes, possui atrativos vinculados ao segmento de ecoturismo. Como exemplo tem-se o Açude Joana, o qual está passando por processo de urbanização, a Cachoeira do Urubu Rei, o Cânion Queda do Bode e o Mirante do Gritador. Ambos os locais, são propícios para atividades de contemplação da natureza e para a prática de atividades de aventura. Vale ressaltar que diferentemente dos municípios citados acima, Pedro II conta com a maior concentração de atrativos, ou seja, locais que já possui alguma estrutura básica de visitação.



O Parque Ecológico Cachoeira do Urubu, localizado entre os municípios de Esperantina e Batalha, possui elementos que estão diretamente ligados às paisagens naturais, a exemplo de cachoeiras, piscinas naturais, trilhas e formações rochosas. Possui como maior atrativo a Cachoeira do Urubu, importante área para a recreação de pessoas oriundas de várias cidades próximas aos municípios do entorno. O atrativo oferece bom acesso desde Esperantina e apresenta estruturas de lazer para os visitantes, porém em estado ruim de uso e conservação.

Em Campo Maior, a Serra de Santo Antonio, conhecida também como Serra Campo Maior, apresenta grande quantidade de depressões decorrentes das chapadas, que represam a água da chuva, elevando o volume dos riachos. Além dessas características, a fauna e flora típicas do Cerrado Brasileiro, se destacam como importantes elementos para o ecossistema local a exemplo, do Lírio da Montanha, várias espécies de bromélias, borboletas, pássaros como o tucano, dentre outras.

Os municípios de Altos e União, contam com espaços propícios para o lazer de excursionistas que procuram contato com a natureza, principalmente, nos finais de semana. Em Altos, a Floresta Nacional dos Palmares por se tratar de uma Unidade de Conservação, conta com atividades de educação ambiental, além de dispor de centro de recepção aos visitantes. O local se destaca pela prática de caminhada nas diversas trilhas preestabelecidas pela administração da FLONA, as quais são diferenciadas por níveis de dificuldade. Em União, o Vale do Tucunaré foi apontado pela gerente de turismo municipal, como o local de maior visitação. Trata-se de uma propriedade privada que dispõe de boa estrutura, dentro dos quais se destacam os serviços de alimentação e hospedagem além de locais para a prática de esportes e outras atividades de lazer.

Diante da descrição acima, identifica-se a oferta de produtos turísticos reais e potenciais ligados ao segmento de **ecoturismo** em **Teresina, Altos, Campo Maior, União, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Pedro II, Piracuruca e Esperantina**. No entanto, vale ressaltar que a maioria dos locais levantados, apesar de possuírem características singulares capazes de motivar o turista a conhecer o local, ainda carecem de estrutura de apoio, sinalização de acesso e sinalização interpretativa e outras estruturas específicas que este segmento demanda, como por exemplo, estruturas e equipamentos para a prática de atividades de aventura.

Analisando a demanda real de alguns espaços durante a visita *in loco*, pode-se perceber que o perfil de alguns recursos e atrativos atendem ao segmento de **turismo social**. Entretanto, este foi utilizado como referência para a estruturação de mercado dos seguintes municípios, **União, José de Freitas, Altos, Campo Maior, Piracuruca, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres e Monsenhor Gil**. Vinculado aos segmentos populares, ou seja, para a parcela da população que encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica, este segmento apresenta entre suas características motivacionais a realização de viagens de lazer de curta duração e distância, por um preço acessível.

Normalmente as viagens vinculadas a este segmento, turismo social, provocam o deslocamento de pessoas a centros de lazer e recreação, localizados em meio a natureza. Dentro desta realidade está José de Freitas, Monsenhor Gil, com destaque a Altos e União que para o turismo social utilizam os mesmos atrativos que possuem potencial para desenvolvimento do ecoturismo, conforme apontado acima.



A Barragem do Bezerra, localizada num bairro próximo a região central de José de Freitas, chega a atrair até cinquenta ônibus de excursionistas durante os finais de semana, segundo o Secretário de Turismo Municipal. No entorno da Barragem é considerável a oferta de serviços de alimentação disponibilizados aos visitantes. O local também conta com espaço para estacionamento, quadra poliesportiva e banheiros, porém o lixo é um dos problemas devido a insuficiência de lixeiras e da falta de sensibilização por parte dos visitantes.

Em Campo Maior, o Açude Grande, localizado na região central do município, conta com boa estrutura de apoio em seu entorno. A oferta de serviços de alimentação é diversificada e os visitantes podem usufruir de parque infantil e da estrutura do Complexo de Cultura e Lazer Valdir de Carvalho Fontes, que disponibiliza além de praça de alimentação, banheiros e um pequeno museu de arte em seu espaço. Já em Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres, os atrativos naturais estão localizados em comunidades do entorno do município, onde destacam-se o Balneário Natal e Poço Azul em Monsenhor Gil, e o Balneário São Nicolau em Santa Cruz dos Milagres.

De acordo com os dados apresentados sobre os atrativos e recursos presentes nos municípios do Polo, pode-se inferir que há 04 segmentos que se destacam pela participação real e/ou potencial na área em estudo, conforme descrito pelo quadro 2:

**QUADRO 2 - SÍNTESE DA SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA SEGUNDO MUNICÍPIOS DO POLO**

Municípios	Turismo social	Turismo religioso	Turismo cultural	Ecoturismo
Altos	real	-	-	potencial
Buriti dos Montes	-	-	potencial	potencial
Campo Maior	real	-	real	potencial
Castelo do Piauí	-	real	potencial	real
Esperantina	-	-	real	potencial
Jose de Freitas	real	-	-	-
Lagoa do Piauí		real	-	-
Monsenhor Gil	real	real	-	-
Pedro II	-	-	real	real
Piracuruca	potencial	-	real	real
Piripiri	potencial	-	real	-
Santa Cruz dos Milagres	real	real	-	-
Teresina	-	-	potencial	potencial
União	real	-	-	potencial

Fonte: Ambiens, 2011.

#### 4.3.2. Análise geral das condições de acesso e uso dos atrativos

Mesmo dotados de originalidade e singularidade, para compreensão dos atrativos é importante considerar as condições de uso e acesso ofertadas ao visitante. Dentro deste panorama notou-se durante a pesquisa *in loco* que as condições de acesso aos atrativos turísticos, especialmente em se tratando da sinalização, são insatisfatórias. No que se refere a sinalização de acesso, a maioria dos atrativos encontram-se deficitários. A sinalização turística interpretativa é praticamente inexistente e degradada nos poucos casos onde aparece. Com relação ao transporte, todos os locais podem ser acessados com veículo próprio, por via rodoviária ou mesmo a pé nos casos dos atrativos localizados nas áreas centrais. Porém, um fato que dificultou a análise integral dos atrativos e recursos foi a dificuldade de acesso devido a estradas vicinais em mau estado de conservação, em casos nos quais não se recomenda a utilização de veículos passeio para a visitação.

Quanto às condições de uso notou-se que mesmo os espaços classificados como atrativos, não apresentam níveis satisfatórios de estrutura para atender as necessidades dos visitantes. Em grande parte não ha nenhum tipo de receptivo e nem estrutura com banheiros e outros serviços de apoio, como alimentação. Mesmo em Teresina “percebe-se a deficiência, e mesmo a ausência, de infraestrutura nos atrativos turísticos do município, no que diz respeito ao acesso e locomoção dentro dos atrativos, à oferta de serviços agregados e até mesmo à manutenção dos espaços públicos” (PDITS Teresina, 2011).

Em relação à limpeza nota-se a falta de sensibilidade por parte dos usuários, morador e turista, que acabam deixando considerável quantidade de resíduos nos locais, além da deficiência no manejo do lixo. Na maioria dos espaços não existem guardas ou qualquer outro recurso de segurança e dependendo da localização é nula a comunicação via telefone fixo ou celular. Dentro dessa perspectiva vale ressaltar que as Unidades de Conservação Nacionais, áreas protegidas por legislação específica, são os únicos atrativos que trabalham de forma sistematizada, pois realizam controle de visitantes, ações de educação ambiental, contam com centro de receptivo e visitas guiadas.

Ainda nas características gerais dos atrativos, em sua maioria, são públicos e não cobram taxa de visitação, o que indica a baixa participação da iniciativa privada na oferta de atividades turísticas. Outro ponto é o baixo índice de geração de empregos já que a maioria não possui funcionários.

Para compreender o nível de importância da oferta de atrativos e recursos do Polo de Teresina, a equipe consultora considerou fatores relativos a originalidade destes bens, aqui representados por aqueles que possuem características singulares simbolizando a cultura socioambiental do polo. Estes bens, por sua importância e representatividade, foram denominados de “atrativos e recursos âncora”, conforme descrito nos quadros a seguir, divididos entre atrativos naturais e culturais.

QUADRO 3 - ATRATIVOS NATURAIS

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO	ÂNCORA	SEGMENTOS RELACIONADOS
<b>ALTOS</b>	Floresta Nacional dos Palmares	Floresta Nacional dos Palmares	Ecoturismo e Turismo Social
<b>BURITI DOS MONTES</b>	Cânion Rio Cais; Balneário Brisa do "S"; Barragem da Burra (Estado); Cachoeira da comunidade Conceição do Rio Madeira; Cachoeira do Campeão; Cânion Rio Poty; Morro da Boca do Jacaré e Pedra do Jacaré; Pedra Redonda; Riacho dos Meios; Balneário Fazenda Montes Claros; Cânion Verde; Cânion Canelão; Cachoeira da Lembrada; Cânion do Rio São Miguel	Cânion Rio Poty, Cachoeira da Lembrada	Ecoturismo
<b>CAMPO MAIOR</b>	Açude Grande, Barragem dos Corredores, Serra de Santo Antonio	Serra de Santo Antonio	Ecoturismo
<b>CASTELO DO PIAUÍ</b>	Cachoeira das Arraias; Cânion Rio Cais; Cânion Rio Poty; Cânion Rio São Miguel (Espirão); Castelo das Barrocas do Miguel; Castelo dos Tucuns do Miguel; Comunidade Picos dos Andrés; Parque Municipal da Pedra do Castelo	Cânion Rio Poty;	Ecoturismo
		Parque Municipal da Pedra do Castelo	Ecoturismo e Turismo Religioso
<b>ESPERANTINA</b>	Parque Ecológico Cachoeira do Urubu	Parque Ecológico Cachoeira do Urubu	Ecoturismo
<b>JOSÉ DE FREITAS</b>	Balneário Pintombeira; Barragem do Bezerra	Barragem do Bezerra	Turismo Social
<b>MONSENHOR GIL</b>	Açude Cai N'água - Monte Alegre; Balneário Natal; Poço Azul; Riacho da Cruz; Riacho de Santa Bárbara	Balneário Natal;	Turismo Social

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>PEDRO II</b>	Açude Joana; Cachoeira do Salto Liso; Cachoeira do Urubu Rei; Cânion Queda do Bode; Mirante do Gritador; Parque Ambiental Pirapora	Cachoeira do Urubu Rei; Cachoeira do Salto Liso; Mirante do Gritador;	Ecoturismo
<b>PIRACURUCA</b>	Balneário Piracuruca; Parque Nacional das Sete Cidades	Parque Nacional das Sete Cidades, Balneário Piracuruca	Ecoturismo, Turismo Social
<b>PIRIPIRI</b>	Açude Caldeirão	Açude Caldeirão	Turismo Social
<b>SANTA CRUZ DOS MILAGRES</b>	Balneário São Nicolau	Balneário São Nicolau	Turismo Social
<b>TERESINA</b>	Parque da Cidade; Parque Ambiental de Teresina; Parque Zoobotânico; Parque Ambiental Encontro dos Rios; Parque Municipal Acarape; Parque Ambiental Poti I; Parque Vila do Porto; Parque Municipal Parnaíba I; Parque Ambiental São Pedro; Parque Nova Brasília; Parque Ambiental da Ilhota; Parque Ambiental Floresta Fóssil; Parque Ambiental Rio Poti; Parque Ambiental Haroldo Vaz; Parque Ambiental Prainha; Parque Ambiental Boa Vista; Parque Ambiental Angelim; Parque Ambiental Porto Alegre; Parque Ambiental Porto Alegre I; Parque Ambiental Santa Clara; Parque Ambiental Sete Estrelas; Parque Mini-Horto; Parque Beira Rio; Parque Raul Lopes; Parque Nossa Senhora do Livramento; Parque Caneleiro; Marina Residencial Marina; Vale do Gavião; Tropical Parque; Parque Caneleiro II; Parque Frei Damião; Parque Ambiental do Conjunto São Paulo; Rio Parnaíba, Rio Poti e Lagoas; Parque Poticabana	Parque Floresta Fóssil; Parque Ambiental Encontro dos Rios Parque Zoobotânico	Ecoturismo e Turismo Cultural (arqueológico)
<b>UNIÃO</b>	Barragem do Raiz; Cachoeira da Formosa; Cais do Beira Rio; Canto da Cana-Brava; Gruta do Céu Velho; Vale do Tucunaré; Vale dos Sonhos; Emparedado; Barragem Filinto Rego; Morro de Pedra; Prainha do Rio	Vale do Tucunaré;	Ecoturismo e Turismo Social

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

---

	Parnaíba; Boca da Barra		
--	-------------------------	--	--

Fonte: Ambiens, 2013.

**QUADRO 4 - ATRATIVOS E RECURSOS CULTURAIS**

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO	ÂNCORA	SEGMENTO RELACIONADO
<b>BURITI DOS MONTES</b>	Casarões históricos da comunidade Nova Olinda; Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat; Gravuras Rupestres do Cânion do Rio Poty; Sítio Arqueológico da comunidade Mundo Novo	Gravuras Rupestres do Cânion do Rio Poty	Turismo Cultural
<b>CAMPO MAIOR</b>	Centro Histórico; Catedral de Santo Antônio; Memorial do Jenipapo; Museu do Couro; Museu Zé Didor	Centro Histórico Memorial do Jenipapo / Museu do Couro; Museu Zé Didor	Turismo Cultural
	Açude Grande e Complexo Cultural e Lazer Valdir de Carvalho Fortes	Açude Grande e Complexo Cultural e Lazer Valdir de Carvalho Fortes	Turismo Social
<b>CASTELO DO PIAUÍ</b>	Sítios Arqueológicos - Comunidade Picos dos André; Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro; Museu do Tito; Paróquia Nossa Senhora das Graças	Sítios Arqueológicos - Comunidade Picos dos André;	Turismo Cultural (arqueológico)
<b>ESPERANTINA</b>	Casa Grande – Quilombo; Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Esperança; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB	Casa Grande do Quilombo - Fazenda Olho D'Água dos Pires	Turismo Cultural
<b>LAGOA DO PIAUÍ</b>	Gruta Betânia	Gruta Betânia	Turismo Religioso
<b>MONSENHOR GIL</b>	Igreja Matriz Menino Deus; Memorial Carlos Prestes; Morro do Cruzeiro (Via Sacra)	Igreja Matriz Menino Deus; Morro do Cruzeiro - Via Sacra	Turismo Religioso

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>PEDRO II</b>	Centro Histórico; Sítio Arqueológico da Comunidade da Lapa; Sítio Arqueológico da Comunidade de São Miguel; Sítio Arqueológico da Comunidade Torre; Igreja Nossa Senhora da Conceição; Memorial Tertuliano Brandão Filho; Mirante da Santa; Museu da Roça; Sítio Buritizinho; Extração de Opala	Centro Histórico; Memorial Tertuliano Brandão Filho; Sítios Arqueológicos - Comunidade de São Miguel e Comunidade Torre;	Turismo Cultural
<b>PIRACURUCA</b>	Centro Histórico; Complexo turístico Prainha; Chapada da Bidoca; Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Carmo, Parque Nacional das Sete Cidades – sítios arqueológicos	Centro Histórico; Sítios arqueológicos - Parque Nacional das Sete Cidades	Turismo Cultural e arqueológico
<b>PIRIPIRI</b>	Centro Histórico; Capela de Nossa Senhora do Rosário; Casarão do Embaixador Expedito Resende; Complexo Turístico Nossa Senhora dos Remédios - Morro da Saudades; Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios; Memorial Embaixador Expedito Resende; Museu Perypery; Sítio Arqueológico Buriti dos Cavalos	Centro Histórico; Museu Perypery; Sítio Arqueológico Buriti dos Cavalos;	Turismo Cultural e arqueológico
<b>SANTA CRUZ DOS MILAGRES</b>	Paróquia Santa Cruz dos Milagres	Paróquia Santa Cruz dos Milagres	Turismo Religioso
<b>TERESINA</b>	Museu do Piauí, Museu Municipal de Arte Sacra Dom Paulo Libório, Museu dos Rios, Igreja São Benedito, Catedral de Nossa Senhora das Dores, Ponte Metálica João Luis Ferreira, Ponte Estaiada João Isidoro França, Parque da Floresta Fóssil	Parque da Floresta Fóssil	Turismo Cultural (arqueológico)

Fonte: Ambiens, 2013.



Como forma de identificar os atrativos e recursos que possuem maior potencial para compor um conjunto de produtos turísticos adequado às características do mercado atual e potencial, a equipe consultora elaborou uma análise da qualidade dos atrativos âncora, considerando elementos técnicos levantados *in loco* como (i) condição de acesso e (ii) condição de uso e fatores relacionados ao (iii) singularidade e ao (iv) grau de atratividade, baseados nas definições a seguir:

- Singularidade: Representado pelo grau de originalidade do atrativo ou recurso como patrimônio natural ou cultural em relação a atrativos similares no território nacional;
- Grau de Atratividade: Potencial que o atrativo ou recurso possui para atração de demandas.

Ao associar elementos da oferta turística com dimensão de atração da demanda, tem-se uma base referencial em razão das características elementares desses atrativos e recursos, servindo também como fator de decisão estratégica na escolha dos segmentos meta com maior potencial de contribuição para o Polo em estudo. Espera-se que esta análise aponte a importância dos atrativos para o desenvolvimento do turismo regional e seu potencial de inserção e consolidação no mercado turístico.

Vale destacar que as variáveis “condição de uso” e “condição de acesso” foram analisadas segundo os critérios: muito satisfatório, satisfatório, regular, insatisfatório, muito insatisfatório. Já as variáveis “singularidade” e “grau de atratividade” foram analisadas segundo os critérios: muito alto, alto, médio, baixo, irrelevante e, nacional, regional e local, respectivamente.

**QUADRO 5 - INDICADORES BÁSICOS: ATRATIVOS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO**

Município	Atrativo ou recurso âncora	Condição de acesso	Condição de uso	Singularidade	Grau de atratividade
<b>Altos</b>	Floresta Nacional dos Palmares	Satisfatório	Satisfatório	Alto	Regional
<b>Buriti dos Montes</b>	Cânion Rio Poty;	Insatisfatório	Insatisfatório	Muito Alto	Nacional
	Cachoeira da Lembrada	Insatisfatório	Insatisfatório	Alto	Nacional
<b>Campo Maior</b>	Serra de Santo Antonio	Regular	Insatisfatório	Médio	Regional
<b>Castelo do Piauí</b>	Cânion Rio Poty;	Regular	Insatisfatório	Muito Alto	Nacional
	Parque Municipal da Pedra do Castelo	Satisfatório	Regular	Alto	Nacional
<b>Esperantina</b>	Parque Ecológico Cachoeira do Urubu	Satisfatório	Insatisfatório	Médio	Regional
<b>Pedro II</b>	Mirante do Gritador	Satisfatório	Satisfatório	Alto	Nacional
	Cachoeira do Urubu Rei	Muito Insatisfatório	Insatisfatório	Alto	Regional
	Cachoeira do Salto Liso	Regular	Satisfatório	Alto	Nacional
<b>Piracuruca</b>	Parque Nacional das Sete Cidades	Satisfatório	Satisfatório	Muito Alto	Nacional
<b>Teresina</b>	Parque Floresta Fóssil	Muito satisfatório	Insatisfatório	Alto	Regional
	Parque Zoobotânico	Muito satisfatório	Satisfatório	Pequeno	Regional
	Parque Ambiental Encontro dos Rios	Muito satisfatório	Satisfatório	Alto	Nacional
<b>União</b>	Vale do Tucunaré	Satisfatório	Satisfatório	Baixo	Regional

Fonte: Ambiens, 2013.

**QUADRO 6 - INDICADORES BÁSICOS: ATRATIVOS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL**

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO ÂNCORA	CONDIÇÃO DE ACESSO	CONDIÇÃO DE USO	SINGULARIDADE	GRAU DE ATRATIVIDADE
<b>Buriti dos Montes</b>	Gravuras Rupestres do Cânion do rio Poty	Insatisfatório	Insatisfatório	Alto	Nacional
<b>Campo Maior</b>	Centro Histórico	Satisfatório	Satisfatório	Médio	Local
	Memorial do Jenipapo / Museu do Couro	Satisfatório	Regular	Alto	Local
	Museu Zé Didor	Satisfatório	Regular	Baixo	Local
<b>Castelo do Piauí</b>	Parque Municipal da Pedra do Castelo	Satisfatório	Regular	Alto	Nacional
	Sítio Arqueológico – Picos dos André	Regular	Regular	Alto	Nacional
<b>Esperantina</b>	Casa Grande do Quilombo - Fazenda Olho D Água dos Pires	Regular	Insatisfatório	Médio	Regional
<b>Pedro II</b>	Centro Histórico	Satisfatório	Satisfatório	Alto	Regional
	Memorial Tertuliano Brandão Filho;	Satisfatório	Regular	Médio	Local
	Sítios Arqueológicos: Comunidade de São Miguel e Comunidade Torre	Regular	Regular	Médio	Regional
<b>Piripiri</b>	Centro Histórico	Satisfatório	Satisfatório	Médio	Regional
	Museu Perypery	Satisfatório	Regular	Médio	Local
	Sítio Arqueológico Buriti dos Cavalos	Regular	Insatisfatório	Alto	Nacional
<b>Piracuruca</b>	Centro Histórico	Satisfatório	Regular	Alto	Nacional
	Sítios Arqueológicos - Parque Nacional das Sete Cidades	Satisfatório	Satisfatório	Alto	Nacional
<b>Teresina</b>	Parque Floresta Fóssil	Muito satisfatório	Insatisfatório	Alto	Regional

Fonte: Ambiens, 2013.

**QUADRO 7 - INDICADORES BÁSICOS: ATRATIVOS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOCIAL E RELIGIOSO**

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO ÂNCORA	CONDIÇÃO DE ACESSO	CONDIÇÃO DE USO	SINGULARIDADE	GRAU DE ATRATIVIDADE
<b>Altos</b>	Floresta Nacional dos Palmares	Satisfatório	Satisfatório	Alto	Regional
<b>Campo Maior</b>	Açude Grande e Complexo Cultural e Lazer Valdir de Carvalho Fortes	Satisfatório	Satisfatório	Baixo	Regional
<b>Castelo do Piauí</b>	Parque Municipal da Pedra do Castelo	Satisfatório	Regular	Alto	Regional
<b>Lagoa do Piauí</b>	Gruta Betânia	Insatisfatório	Insatisfatório	Baixo	Local
<b>José de Freitas</b>	Balneário do Bezerra	Satisfatório	Satisfatório	Baixo	Regional
<b>Monsenhor Gil</b>	Igreja Matriz Menino Deus; Morro do Cruzeiro - Via Sacra	Satisfatório	Regular	Baixo	Regional
<b>Piracuruca</b>	Balneário Piracuruca	Satisfatório	Regular	Baixo	Regional
<b>Piripiri</b>	Açude Caldeirão	Satisfatório	Regular	Baixo	Regional
<b>Santa Cruz dos Milagres</b>	Balneário São Nicolau	Regular	Regular	Baixo	Regional
	Paróquia Santa Cruz dos Milagres	Satisfatório	Regular	Baixo	Regional
<b>Teresina</b>	Parque Floresta Fóssil	Muito satisfatório	Insatisfatório	Alto	Regional
<b>União</b>	Vale do Tucunaré	Satisfatório	Satisfatório	Baixo	Regional

Fonte: Ambiens, 2013.

#### 4.3.1.3. Eventos Programados

Os municípios pertencentes ao Polo de Teresina possuem uma diversidade de eventos, sendo que a maioria deles está vinculada ao patrimônio cultural das localidades. São festejos religiosos, festivais gastronômicos, eventos relacionados a música e folclore e competições esportivas. Dentre os diversos eventos programados que acontecem nestes municípios, alguns podem ser considerados como de destaque das localidades que o sediam. Dentro deste contexto, Encontro Nacional de Folguedos do Piauí na capital, Cachaça Fest (em Castelo do Piauí), Festival de Inverno de Pedro II e Festejos de Santa Cruz dos Milagres são considerados de maior amplitude e significância para o poder público e comunidade local.

Dentro desta perspectiva, assim como em outros estados brasileiros, no Piauí a motivação religiosa também é responsável pelo deslocamento de milhares de pessoas, fato este observado durante os diversos festejos que ocorrem ao longo do ano, quando um número significativo de fiéis deixam suas cidades de origem num ato de fé e devoção.

Grande parte das localidades visitadas apresenta um fluxo turístico sazonal vinculado aos festejos religiosos. Entre as festas de maior destaque no estado estão as realizadas no **Santuário de Santa Cruz dos Milagres**. O município é considerado um grande polo religioso do nordeste, e, segundo informações do poder público local, chega a receber cerca de 30 mil visitantes durante os festejos. As festas ocorrem nos meses de maio e setembro, e tem uma duração média de 3 dias. Neste período, uma estrutura provisória é montada nas proximidades da igreja, com banheiros químicos e barracas que oferecem pratos típicos da gastronomia local. Além dos romeiros, moradores de localidades vizinhas vêm para a cidade no intuito de venderem seus produtos.

Eventos religiosos de menor porte, porém de grande representatividade no contexto municipal, ocorrem nos municípios de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil. Lagoa do Piauí, quando se recebe milhares de visitantes durante o **festejo de “Nossa Senhora de Lourdes”**. O evento ocorre no principal ponto turístico da cidade, a Gruta Betânia. Esta festa, como as outras do estado atingem junto com o religioso, outros segmentos do turismo. No município de Monsenhor Gil, os festejos durante a Semana Santa, atraem fiéis de várias cidades da região.

Outro evento considerado de alta relevância é o **Festival de Inverno de Pedro II**. O evento está em sua sétima edição e segundo a secretaria de turismo municipal, o número de visitantes durante este período chega a 20 mil pessoas. O festival, com duração de 4 dias, ocorre no início do mês de junho e conta com apresentações de importantes nomes da música, além de manifestações artísticas com escopo na cultura local, barracas com a gastronomia típica do estado. O evento é realizado pela Prefeitura Municipal de Pedro II, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE/PI; tem o patrocínio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste do Brasil e do Ministério do Turismo, e recebe o apoio de empresas da iniciativa privada local. Durante o evento a cidade oferece diversos roteiros incluindo atividades de ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural.

Castelo do Piauí também demonstra significativo potencial com relação a eventos programados. Sede da Fábrica de Cachaça Mangureira, o município pode ser considerado um dos mais expressivos da região na produção da bebida. Diante disso, há 6 anos foi

criado o **Cachaça Fest**, evento que toma proporções maiores a cada edição. Devido a este fato, na última edição, o município recebeu apoio do SEBRAE/PI, o qual participa juntamente com a Prefeitura Municipal e os agentes da iniciativa privada, de uma comissão para a organização do evento. Assim como no município de Pedro II, Castelo do Piauí se transforma nos dias da festa, oferecendo passeios aos principais pontos turísticos da cidade, os quais são equipados com infraestrutura para melhor receber os visitantes e para a prática de esportes de aventura. Entre os principais pontos de visita são o Parque Municipal da Pedra do Castelo e a fábrica de Cachaça Mangueira. Estes roteiros são organizados e comercializados pela associação de condutores de visitantes local – a Condatur.

Seguindo a tendência das festas de Carnaval fora de época lançadas em várias cidades brasileiras, alguns municípios Piauienses se atentaram para a realização de eventos desta natureza. O que acontece no município de Piri-piri, o **Pirifolia**, está em sua 14ª edição e em seus 3 dias de festa, conta com apresentações de grandes nomes da música brasileira, dando destaque aos artistas representantes do “axé music” nordestino. O Pirifolia ocorre no mês de julho e atrai milhares de foliões ao município. Seguindo o modelo do Pirifolia, no mês de fevereiro, é a vez do município de José de Freitas realizar a sua festa, chamada de Zé Pereira. Segundo o secretário de turismo municipal, o evento chega a atrair um público de 30 mil pessoas em seus 2 dias de duração.

A região também apresenta potencial para eventos gastronômicos, como é o caso do **Festival Gastronômico Sabor Maior**, que acontece em Campo Maior entre os dias 29 de abril a 02 de maio. O festival, que tem como principal intuito agregar valor a gastronomia Piauiense, conta com feira gastronômica e de artesanato, apresentações artísticas, campeonatos gastronômicos, oficinas e shows. Durante o festival, são disponibilizados para os turistas, roteiros comercializados no *stand* dos condutores locais. O evento é realizado por meio de parcerias interinstitucionais, entre a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual e o SEBRAE/PI.

Na intenção de fortalecer a imagem do município de Altos como polo de ecoturismo, foi lançado o **EcoFestival**, este ano em sua segunda edição. O evento reúne música, gastronomia, ecoturismo e atividades de esporte e mostra ao visitante as potencialidades naturais da cidade.

#### 4.3.1.4. Atividades Econômicas

Para que uma atividade econômica seja um atrativo turístico, é importante que ela tenha características específicas e singulares quanto ao modo como é praticada ou em relação ao produto originado. Além do valor comercial em si, estas atividades, ao terem grau de originalidade e relevância cultural ou ambiental, adquirem valor turístico, e movimentam pessoas que irão conhecê-las, acompanhá-las ou adquirir os produtos resultantes destas atividades.

No caso do Polo de Teresina, foram identificadas as atividades econômicas de maior originalidade e capacidade de serem associadas ao turismo, são elas: (i) a produção de cachaça, em Castelo do Piauí; (ii) movimento interestadual das quebradeiras de coco de babaçu em Esperantina; (iii) indústria de confecção em Piri-piri; (iv) fábrica de doces artesanais Q-doces em Piracuruca; (v) extração e beneficiamento da opala em Pedro II; (vi) Assentamento Belas Fontes em União (vii) polo cerâmico de Teresina. A seguir, é apresentada uma breve descrição de cada uma destas atividades.

A **Fábrica de Cachaça Mangueira** está localizada na fazenda de mesmo nome no município de Castelo do Piauí. O modo de fabricação artesanal e a qualidade da bebida, cuja matéria prima provém em sua maioria da própria fazenda, torna a cachaça a mais conhecida do estado. A fábrica e seus produtos foram um dos motivadores para o evento de maior repercussão para a cidade, o *Cachaça Fest*, sendo esta ponto de visitação dos roteiros turísticos municipais.

O **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB**, integra quatro estados nordestinos onde há ocorrência das palmeiras de babaçu, sendo respectivamente, Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Esperantina é a cidade representante do movimento no estado do Piauí. As quebradeiras são, sobretudo, trabalhadoras rurais que tem como principal fonte de renda a comercialização de produtos feitos a partir da palmeira de babaçu. No local é possível visualizar os métodos artesanais de fabricação e comprar os produtos que variam entre azeite, carvão, sabão de coco, sabonete, farinha e peças de artesanato.

A **Indústria de Confecção** localizada em Piripiri tem seu potencial turístico devido ao significativo fluxo de visitantes provenientes dos municípios da região.

Com grande potencial na cajucultura, em Piracuruca tem-se como atividade econômica de destaca a fabrica de doces **Q- Doçura**. A produção da fabrica gira em torno da confecção de doces artesanais e principalmente da produção da cajuína, bebida de grande relevância considerada um dos atrativos do Piauí.

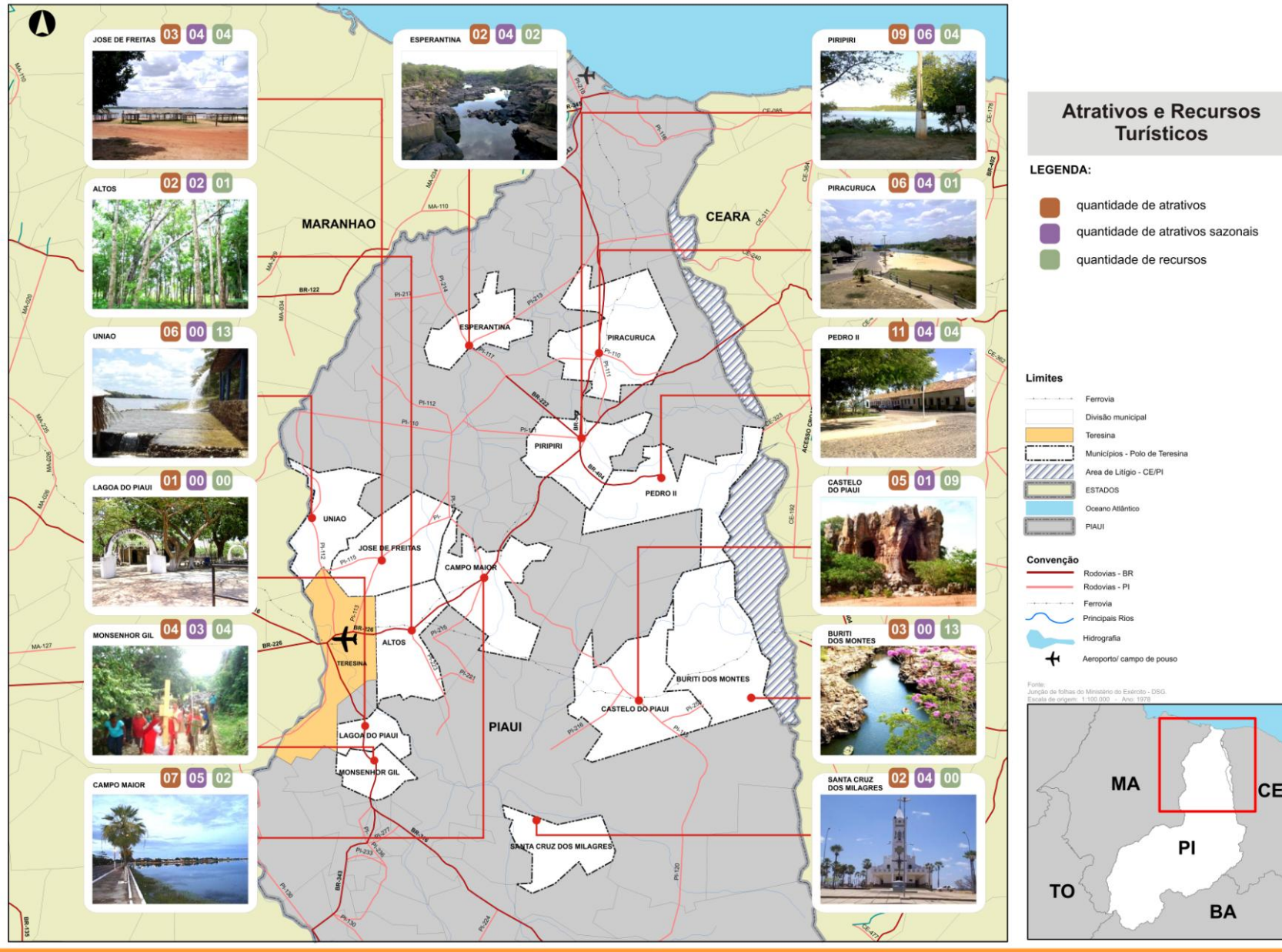
Considerada de grande potencial econômico e turístico, a extração e beneficiamento da **Opala** merecem destaque entre as atividades desenvolvidas em Pedro II. As minas de extração da opala tornaram-se uma das principais fontes de renda e geração de empregos do município, e também ponto de atração turística para os visitantes, com ênfase para a produção de joias de relevância em contexto nacional.

O **Polo Cerâmico do Velho Poty** de Teresina, estruturado em 2006 pela prefeitura municipal, proporciona ao visitante o contato direto do turista com o artesão. Localizado nas proximidades de um dos principais e melhor estruturado atrativo do município, o Parque Ambiental Encontro dos Rios, a estrutura do polo possui vinte e três salas comerciais, todas ocupadas por artesãos locais que confeccionam tanto peças decorativas quanto utilitárias, atraindo turistas e moradores pela qualidade diferenciada da arte local.

Outro espaço que representa o artesanato da capital é a **Central de Artesanato Mestre Dezinho**, o qual integra o complexo cultural da Praça Pedro II, atualmente há vinte e cinco lojas com venda de artesanato com base em fibras naturais, couro e talos de buriti.



Figura 9 - Mapa de atrativos e recursos turísticos





### 4.3.3. Equipamentos e serviços turísticos

#### 4.3.1.5. Emprego e Renda

O turismo impacta, de forma direta ou indireta, em cerca de 50 itens da economia de uma localidade. A partir do gasto do turista ocorrerá no mercado local um efeito multiplicador, ou seja, uma sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e beneficia os setores ligados ao turismo, repercutindo, direta e indiretamente na riqueza da região (BARRETTO, 1995). Alguns desses impactos podem ser mensurados a partir do número de estabelecimentos atuando nas atividades turísticas; no número de ocupações e no nível de renda gerado pelas atividades ligadas ao turismo. Como o exercício de uma atividade depende de variados perfis; das motivações dos visitantes; das condições socioeconômicas do local visitado; dentre outras condicionantes da demanda turística, incidindo em um conjunto heterogêneo de produtos consumidos, torna-se difícil um modelo próprio. Dessa forma, para esse estudo foram identificadas no Sistema de Contas Nacionais, aquelas atividades que contivessem dentre suas agregações de códigos de classificação da Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE relação com as Atividades Características do Turismo conforme Quadro 8.

#### QUADRO 8 - ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO

CLASSES
CLASSE 49221 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional
CLASSE 49299 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente
CLASSE 51111 - Transporte aéreo de passageiros regular
CLASSE 52290 - Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
CLASSE 52401 - Atividades auxiliares dos transportes aéreos
CLASSE 55108 - Hotéis e similares
CLASSE 55906 - Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
CLASSE 56112 - Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
CLASSE 77195 - Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor
CLASSE 77217 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
CLASSE 79112 - Agências de viagens
CLASSE 79121 - Operadores turísticos
CLASSE 79902 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

Fonte: MTE, 2009.

Tomando por base essa classificação e compilando dados do MTE (2209) referentes a mesma registradas na Relação Anual de Informações Sociais, verifica-se a existência de um número baixo de estabelecimentos comerciais que se propõe a atender a demanda turística

o que os torna pouco eficientes no atendimento a demanda turística. Se a análise for desagregada por tipo de atividade, o cenário torna-se inferior, visto que a maioria dos municípios do Polo conta, ou com poucos estabelecimentos para a oferta de serviços, ou concentram estabelecimentos em apenas uma das atividades da classificação o que prejudica o fluxo circular da renda e inibe o efeito multiplicador do turismo.

**TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS**

ESTABELECIMENTOS	ALTOS	CAMPO MAIOR	CASTELO DO PIAUÍ	ESPERANTINA	JOSE DE FREITAS	LAGOA DO PIAUÍ	MONSENHOR GIL	PIRACURUCA	PIRIPIRI	TERESINA	UNIÃO	TOTAL
<b>TRANSPORTE</b>	1	0	0	0	0	0	0	1	5	66	3	76
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	0	0	0	0	0	0	0	1	2	36	1	40
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	1	0	0	0	0	0	0	0	3	7	2	13
Transporte aéreo de passageiros regular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12
Atividades auxiliares dos transportes aéreos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	9
<b>MEIOS DE HOSPEDAGEM</b>	1	4	1	0	2	0	0	0	4	95	0	107
Hotéis e similares	1	4	1	0	2	0	0	0	4	77	0	89
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	18
<b>ALIMENTAÇÃO</b>	3	11	0	1	1	1	1	1	9	486	3	517
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	3	11	0	1	1	1	1	1	9	486	3	517
<b>LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8
Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
<b>AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS</b>	0	3	0	0	0	0	0	0	2	50	0	55
Agências de viagens	0	3	0	0	0	0	0	0	2	48	0	53
Operadores turísticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>705</b>	<b>6</b>	<b>763</b>

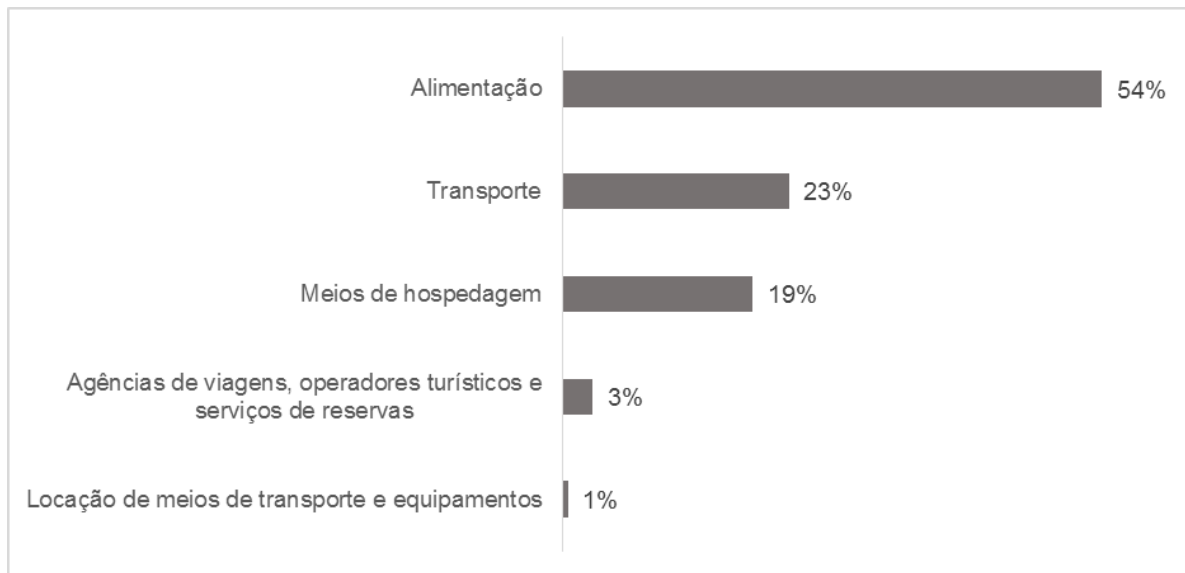
Fonte: MTE, 2009.

Nota: Os municípios de Santa Cruz dos Milagres, Pedro II, Buriti dos Montes não possuem estabelecimentos e empregos ligados às atividades turísticas.

O que se verifica no Polo é que a capital Teresina concentra o maior número de estabelecimentos em quaisquer das atividades, isso em função da centralização de investimentos e em infraestrutura de qualquer centro administrativo do país. Porém, verifica-se dentre os municípios do Polo que Buriti dos Montes, Pedro II e Santa Cruz dos Milagres, não possuem registro de nenhum estabelecimento nas atividades relacionadas por esse trabalho segundo o Ministério do Trabalho e Empregos (2009). O que nos leva a inferir que predomina a informalidade em suas atividades ligadas ao turismo, prejudicando a economia local e corroborando com o histórico de informalidade das atividades econômicas predominantes na região Nordeste (68%) e no país.

No que diz respeito às ocupações formais nas atividades ligadas ao turismo, os dados também mostram que ocupam posição importante no Polo os serviços de alimentação, responsáveis por mais de 54% das ocupações, bem como as atividades de transporte (23% do total de empregos) e meios de hospedagem (19% dos empregos).

### GRÁFICO 23 - EMPREGOS LIGADOS AO TURISMO SEGUNDO ATIVIDADES



Fonte: MTE, 2009.

Porém, quando esses dados são desagregados surge um complicador de escala, pois, verifica-se que os municípios de Buriti dos Montes, Pedro II e Santa Cruz dos Milagres confirmam os dados de não existência ou da irregularidade de estabelecimentos de atividades ligadas ao turismo, uma vez que não registram nenhum emprego nessas atividades, além de mostrar uma grande concentração de ocupações nos municípios de Piripiri (57%) e Campo Maior (22,5%) do total de ocupações, quando Teresina é excluída da amostra, isso em função da elevada concentração dos serviços na capital.

**TABELA 3 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS**

MUNICÍPIO	TRANSPORTE	MEIOS DE HOSPEDAGEM	ALIMENTAÇÃO	LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS	AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	TOTAL
Altos	0	0	14	0	0	14
Campo Maior	0	25	42	0	4	71
Castelo do Piauí	0	1	0	0	0	1
Esperantina	0	0	1	0	0	1
Jose de Freitas	0	6	1	0	0	7
Lagoa do Piauí	0	0	2	0	0	2
Monsenhor Gil	0	0	8	0	0	8
Piracuruca	5	0	2	0	0	7
Piripiri	117	17	43	0	3	180
União	20	0	5	0	0	25
Teresina	1.474	1.307	3.732	43	210	6.766
<b>TOTAL</b>	<b>1.616</b>	<b>1.356</b>	<b>3.850</b>	<b>43</b>	<b>217</b>	<b>7.082</b>

Fonte: MTE, 2009.

Nota: Os municípios de Santa Cruz dos Milagres, Pedro II, Buriti dos Montes não possuem estabelecimentos e empregos ligados às atividades turísticas.

Quando são analisados os dados referentes à remuneração média praticada nas cidades que compõem o Polo, excetuando Teresina e aqueles municípios que não constam no registro de empregos e estabelecimentos, verifica-se que as médias salariais são bem próximas ao mínimo estabelecido pela legislação brasileira.

**TABELA 4 - REMUNERAÇÃO MÉDIA POR ATIVIDADE**

	TRANSPORTE	MEIOS DE HOSPEDAGEM	ALIMENTAÇÃO	LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS	AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS
Altos	-	-	R\$ 486,49	-	-
Campo maior	-	R\$ 547,99	R\$ 488,53	-	R\$ 447,56
Castelo do Piauí	-	R\$ 930,00	-	-	-
Esperantina	-	-	R\$ 697,50	-	-
José de Freitas	-	R\$ 470,00	R\$ 930,00	-	-
Lagoa do Piauí	-	-	R\$ 465,00	-	-
Monsenhor Gil	-	-	R\$ 465,00	-	-
Piracuruca	R\$ 760,84	-	R\$ 465,00	-	-
Piripiri	R\$ 725,74	R\$ 547,57	R\$ 509,12	-	R\$ 474,33
União	R\$ 623,63	-	R\$ 465,00	-	-
Teresina	R\$1.250,92	R\$ 593,04	R\$ 552,86	R\$ 582,48	R\$ 642,46
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.203,61</b>	<b>R\$ 591,34</b>	<b>R\$ 551,18</b>	<b>R\$ 582,48</b>	<b>R\$ 636,54</b>

Fonte: MTE, 2009.

Nota: Os municípios de Santa Cruz dos Milagres, Pedro II, Buriti dos Montes não possuem estabelecimentos e empregos ligados às atividades turísticas.

#### 4.3.1.6. Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem se constituem como uma estrutura fundamental para o desenvolvimento do turismo. Atualmente, há uma diversidade crescente de tipos de hospedagem atendendo públicos com diferentes possibilidades, necessidades e desejos. “A hospedagem, ou acomodação, é o maior setor dentro da economia turística, e também o mais presente. Com poucas exceções, os turistas querem um local em que possam descansar e recuperar suas energias durante as viagens ou estadas em uma destinação” (COOPER et. al., pg. 350, 2007).

Segundo pesquisas realizadas pelo Ministério do Turismo, o setor hoteleiro, o qual inclui hotéis, pousadas e similares, atua como um potencial agente de desenvolvimento econômico e social, tendo um papel de destaque na geração de empregos ofertados pelos diversos atores desta cadeia produtiva. Esse fato deve-se a característica do setor de hospedagem que movimenta diversos outros setores da economia devido ao fato de serem

grandes consumidores de bens industriais, como aparelhos elétricos, roupas de cama e banho, entre outros.

Atualmente a hotelaria brasileira, encontra-se em expansão, apesar da crise econômica, em 2009, que afetou as empresas do setor em escala internacional. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH)<sup>14</sup> o “Parque Hoteleiro nacional possui hoje aproximadamente 25 mil meios de hospedagem, e deste universo 18 mil são hotéis e pousadas. Isto representa mais de um milhão de empregos e oferta de aproximadamente um milhão de apartamentos em todo o país”. No balanço de 2009, a associação apresenta a hotelaria em crescimento, principalmente nas grandes cidades. A taxa de ocupação hoteleira, um dos principais indicadores do setor, sofreu um acréscimo de 5% em 2009 em relação ao ano anterior, sendo que a taxa média nacional apresentou um índice positivo de 65%.

O polo turístico em análise apresenta poucos estudos referente à hotelaria local e regional, além de poucas informações sistematizadas em relação à capacidade instalada e a qualificação dos serviços prestados, dificultando a análise histórica e atual do setor.

O Plano Estratégico do Estado (2001) apresenta dados relativos à capacidade instalada de sete dos quatorze municípios analisados. Dentre aqueles com informação disponível Teresina e Piri-piri apresentam a maior oferta de meios de hospedagem, em termos de estabelecimentos e unidades habitacionais – UH. Essa característica se dá pela função exercida dos municípios na região como polo urbano desenvolvido que apresenta uma oferta diversificada de comércio e serviços comparada aos municípios do entorno, além de ser um polo regional de saúde.

Com relação a capital do estado, foram utilizados dados do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Teresina, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e publicado em abril de 2011. Este documento serviu de base para informações da oferta da rede hoteleira no município com destaque sobre a capacidade instalada, número de UHs e leitos. A partir dos dados publicados neste documento, foi elaborado o método para aplicação da pesquisa primária com os empreendimentos, definido como 20% para cada faixa dos estabelecimentos classificados como “hotel”, variando de acordo com as unidades habitacionais da seguinte forma: até 20 UHs, de 21 a 60 UHs e mais de 61 UHs. As pousadas, albergues, hospedarias e demais meios de hospedagem, mesmo constando com número aproximado de 400 estabelecimentos no relatório do PDITS de Teresina, foram desconsiderados por terem sido classificados na maioria como informais. Dentro dessa perspectiva, a informalidade gera falta de informações sobre o setor o que não permite uma análise adequada e confiável.

Outras informações mais atualizadas sobre a capacidade instalada são dos municípios de Piracuruca, Piri-piri e Pedro II, por participarem do projeto Serras do Nordeste<sup>15</sup>. Neste levantamento Piri-piri também apresenta a maior oferta, entretanto a diferença entre as três localidades em termos de Unidades Habitacionais é pouco significativa.

---

<sup>14</sup> Perfil da Hotelaria Nacional. Disponível em :

<<http://www.abih.com.br/principal/historia.php?cod=007>>. Acesso em 19/12/2010.

<sup>15</sup> O roteiro envolve destinos nas cidades de Pedro II, Piri-piri e Piracuruca, no Piauí; e Tianguá, Ubajara e Viçosa, no Ceará; tendo vários empreendimentos atendidos pelo projeto que é uma parceria entre o Sebrae no Piauí e no Ceará; governos estaduais; Programa de Regionalização do Turismo do Ministério de Turismo e prefeituras municipais.

**TABELA 5 - CAPACIDADE INSTALADA MEIOS DE HOSPEDAGEM**

MUNICÍPIOS	PLANO ESTRATÉGICO DO ESTADO		PROJETO SERRAS DO NORDESTE		PDITS - TERESINA	
	Quantidade	UH	Quantidade	UH	Quantidade	UH
Altos	-	-	-	-	-	-
Campo Maior	3	38	-	-	-	-
Esperantina	1	11	-	-	-	-
Santa Cruz dos Milagres	-	-	-	-	-	-
Pedro II	2	30	7	108	-	-
Piracuruca	2	16	10	102	-	-
Castelo do Piauí	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-
José de Freitas	1	7	-	-	-	-
Piripiri	5	86	12	158	-	-
Lagoa do Piauí	-	-	-	-	-	-
Monsenhor Gil	-	-	-	-	-	-
Buriti do Montes	-	-	-	-	-	-
Teresina	-	-	-	-	35	1471
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>188</b>	<b>29</b>	<b>368</b>	<b>35</b>	<b>1471</b>

Fonte: PDITS de Teresina, 2011.

Considerando a falta de fontes de informações secundárias para a análise qualitativa dos serviços de hospedagem, atividade de referência para o desenvolvimento do turismo, optou-se pela realização de pesquisa primária que objetivou identificar diversas variáveis de qualidade para o setor, tais como: (i) perfil do estabelecimento, características gerais de funcionamento e existência de associações representativas do setor; (ii) perfil da promoção e comercialização, formas de promoção adotada pelo setor e articulação entre a iniciativa privada<sup>16</sup>; (iii) perfil da gestão e mão de obra, tipo de gestão, relação com funcionários e qualificação; (iv) perfil dos clientes, características básicas do cliente real; (v) caracterização dos serviços, diferenciação do serviço prestado e capacidade de atendimento a clientes com necessidades especiais; (vi) rentabilidade e investimento; e (vii) gestão ambiental.

A pesquisa realizada pela consultoria traçou o perfil da hotelaria do polo turístico com o propósito de analisar a capacidade do setor em atender com qualidade a demanda turística. Para tanto, foi realizado um levantamento de empreendimento de hospedagem<sup>17</sup>, que chegou a um universo de 95 estabelecimentos. A equipe de pesquisa entrou em contato com os empreendimentos hoteleiros de Teresina seguindo o método citado anteriormente e com a totalidade dos empreendimentos nos demais municípios, no entanto diversos motivos restringiram o levantamento integral, por exemplo: desatualização do cadastro fornecido e pesquisado, encerramento das atividades e não interesse do empresário em participar da pesquisa. Desse modo, os resultados que serão apresentados a seguir referem-se a uma

<sup>16</sup> A ser analisado no tópico referente à comercialização e promoção.

<sup>17</sup> O levantamento foi realizado a partir de pesquisas em diversos sites de comunicação, cadastro de hospedagem disponibilizado pela SETUR, SEBRAE e PDITS de Teresina.

amostra de 36 estabelecimentos, número estatisticamente adequado para traçar um perfil da hotelaria regional, com destaque ao fato de haver uma diferença de realidade entre a capital Teresina e os demais municípios do Polo que apresentam algumas variáveis bastante distintas, e por essa razão, em alguns momentos, estes dados serão analisados e apresentados separadamente.

**TABELA 6 - CAPACIDADE INSTALADA MEIOS DE HOSPEDAGEM**

MUNICÍPIOS	LEVANTADOS	PESQUISADOS
Altos	3	1
Campo Maior	6	2
Esperantina	3	-
Santa Cruz dos Milagres	4	4
Pedro II	11	4
Piracuruca	9	4
Castelo do Piauí	6	4
União	1	-
José de Freitas	-	-
Piripiri	15	8
Lagoa do Piauí	-	-
Monsenhor Gil	1	1
Buriti do Montes	1	1
Teresina	35	7
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>	<b>36</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

A oferta de meios de hospedagem da região é caracterizada por hotéis e pousadas de pequeno porte sendo que 79% dos estabelecimentos possui até 25 UH e 100% tem menos de 15 funcionários, com exceção de Teresina que, além de pequenos empreendimentos, possui também hotéis de médio e grande porte. Na Capital 49% dos equipamentos hoteleiros pesquisados possuem mais de 25 UH e 57% tem mais de 15 funcionários. Além de Teresina, os maiores estabelecimentos em termos de UH localizam-se nos municípios de Piripiri e Castelo do Piauí, já em relação ao número de funcionários Piripiri e Campo Maior. Quanto à classificação do estabelecimento em todos os municípios do Polo, 64% consideram-se simples, 25% categoria turística e 11% luxo.

Os estabelecimentos mais antigos, anteriores a década de 90, se encontram em Piripiri, Castelo do Piauí e Monsenhor Gil, porém a grande maioria (75%) iniciou as atividades após 2000, sendo 2005 o ano de maior representatividade para o setor. Portanto, metade dos empreendimentos possui menos de oito anos de funcionamento, caracterizando uma atividade econômica “jovem”.



**TABELA 7 - MEIOS DE HOSPEDAGEM SEGUNDO TIPOLOGIA E INÍCIO DAS ATIVIDADES**

MUNICÍPIOS	TIPO		INÍCIO DAS ATIVIDADES		
	Hotel	Pousada	Até 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2009
Altos	0	1	0	0	1
Buriti dos Montes	1	0	0	0	1
Campo Maior	1	1	0	1	0
Castelo do Piauí	4	0	1	0	3
Monsenhor Gil	0	1	1	0	0
Pedro II	1	3	0	1	3
Piracuruca	1	3	0	1	3
Piripiri	6	2	1	2	5
Santa Cruz dos Milagres	0	4	0	0	3
Teresina	7	0	0	1	6
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>25</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

Apesar do importante papel na economia brasileira as empresas de pequeno porte no contexto nacional apresentam dificuldades de se manter ativas por diversos fatores. Segundo Borba, entre estes fatores destaca-se o baixo nível de profissionalização, tanto dos funcionários quanto dos gestores, que em muitos casos não possuem visão empreendedora e sim conservadora mantendo-se desatualizados com relação às necessidades e realidades do mercado consumidor.

Ao analisar variáveis decorrentes do aspecto de gestão e profissionalização dos estabelecimentos em Teresina, percebe-se um bom nível de preocupação dos empreendedores com relação à utilização de ferramentas de gestão, bem como na contratação de funcionários capacitados, sendo que 86% possuem sistema informatizado de gestão; 71% utilizam a Ficha Nacional de Registro de Hospede (FNRH) para fins de gestão; e 86% contratam funcionários da linha de frente (recepção, mensageiro, etc.) com qualificação e/ou experiência profissional, além da exigência de qualificação na contratação dos gerentes, que chega a 71% dos estabelecimentos.

Já nos demais municípios do Polo de Teresina, a baixa profissionalização do setor hoteleiro pode ser percebida a partir das seguintes características: (i) 86% dos estabelecimentos apresenta gestão familiar, (ii) 72% não possui nenhum sistema informatizado de gestão; (iii) 83% não utiliza a Ficha Nacional de Registro de Hospede (FNRH), (iv) 75% dos donos que contratam profissionais de gerência não exige nenhum tipo de qualificação por não achar necessário.

Outros aspectos relevantes observados durante a visita técnica<sup>18</sup> aos demais municípios do Polo foram: (i) a carência de capacitação dos atendentes na recepção ao público interessado em visitar a cidade; (ii) a falta de higiene e procedimentos básicos da hotelaria; (iii) a falta de registro de hóspedes; (iv) não atendimento em mais de um idioma; e (iii) a irregularidade fiscal.

A fragilidade do setor aparece também na falta de parceria e associativismo, somente dois dos locais pesquisados afirmam pertencer a alguma entidade de classe e apenas uma é vinculada à rede de hotéis. Já em relação a parcerias estabelecidas com outras Atividades Características do Turismo – ACT, 48% afirmam não possuir nenhum tipo de projeto conjunto, sendo que a maioria das respostas positivas são provenientes dos empreendimentos de Teresina. Essa relação mostra a falta de integração do setor entre si e em relação a outras atividades do turismo, o que torna alto o grau de fragmentação da cadeia empresarial da hospedagem no polo.

Outra característica do setor é o baixo interesse em investimentos, quando questionados sobre o acesso a alguma linha de financiamento nos últimos dois anos, 81% dos empresários responderam não acessarem nenhum tipo de crédito. Já sobre investimentos futuros, 39% afirmou ter interesse em realizar alguma melhoria, com destaque aos estabelecimentos de Teresina que obtiveram 100% de respostas positivas.

---

<sup>18</sup> As visitas técnicas aconteceram em novembro de 2010 e contou com a análise *in loco* de todos os municípios do Polo.

**TABELA 8 - MEIOS DE HOSPEDAGEM SEGUNDO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

MUNICÍPIO	FINANCIAMENTO OU EMPRÉSTIMO			NOVOS INVESTIMENTOS			
	Não	Capital de giro	Investimento	Não	Melhoria e reforma	Ampliação	Nova sede
Altos	1	-	-	1	-	-	-
Buriti dos Montes	1	-	-	-	-	1	-
Campo Maior	1	-	1	1	1	-	-
Castelo do Piauí	3	-	1	2	1	1	-
Monsenhor Gil	-	-	1	-	1	-	-
Pedro II	2	-	2	1	2	1	-
Piracuruca	3	-	1	1	1	2	-
Piripiri	8	-	-	6	1	1	-
Santa Cruz dos Milagres	3	-	1	-	2	1	1
Teresina	7	-	-	-	5	1	1
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>2</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

No Cadastur, Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo, do total das entrevistas realizadas, apenas 47% dos estabelecimentos se registraram. Ainda segundo a relação à inserção da política pública, apenas 28% utilizam a FNRH.

Teresina mais uma vez se destaca no fator oferta de empregos no ramo da hospedagem, com 100% dos estabelecimentos apresentando profissionais contratados, mesmo os caracterizados como de gestão familiar que somam 57% dos entrevistados. A variação no número de funcionários por estabelecimento segue também o tamanho da estrutura oferecida de acordo com a disponibilidade de UHs, chegando a um número mínimo de 5 e máximo de 120 funcionários. Outra característica de destaque é a exigência por funcionários com experiência profissional e/ou conhecimentos na área no momento da contratação, demonstrando a preocupação dos gestores com a qualidade no atendimento aos clientes que se mantém após período de entrada nos empreendimentos, com 100% dos entrevistados afirmando oferecer algum tipo de treinamento ou capacitação.

Nos demais municípios do Polo, em relação a prestação de serviços, 21% das empresas não contrata nenhum profissional, prestando o serviço apenas com pessoas da família. Essa característica está presente tanto em municípios que apresentam maior oferta como Piripiri, Castelo do Piauí e Pedro II, quanto em municípios com poucos empreendimentos como

Buriti dos Montes e Santa Cruz dos Milagres. Entre os meios de hospedagem que possui quadro de funcionários a maioria (82%) contrata até 6 funcionários. Campo Maior e Piripiri são os municípios que apresentam os estabelecimentos com maior oferta de empregos, 10 e 13 funcionários, respectivamente.

Ainda nos demais municípios, no que se refere à qualificação, diversos empresários consideram não ser necessária a qualificação dos profissionais que serão contratados. Todos os estabelecimentos que se autodeclararam simples, não exigem experiência do profissional. Os estabelecimentos que apresentaram iniciativas de experiência e qualificação estão localizados em Piripiri, Piracuruca, Pedro II, Campo Maior e, com menor representatividade, Castelo do Piauí e Santa Cruz dos Milagres. A baixa iniciativa de profissionalização do setor pode refletir a baixa qualificação do empresariado local quanto a necessidade de qualificação do serviço a ser prestado ao cliente. Na observação *in loco*, realizada em todos os municípios do polo, e em conversas com os empresários, percebeu-se a não intenção de implantar um programa de qualificação nos empreendimentos, pois os locais possuem um movimento constante e o público principal refere-se a comerciantes que estão satisfeitos com os serviços prestados.

**TABELA 9 - MEIOS DE HOSPEDAGEM SEGUNDO NECESSIDADE DE EXPERIÊNCIA NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO**

<b>CONTATO DIRETO PÚBLICO</b>	Sim, curso de capacitação	-
	Sim, com experiência profissional	6
	Sim, com cursos e experiência profissional	3
	Não, por não achar necessário	13
	Não, pela falta de profissionais qualificados	4
<b>CONTATO DIRETO PÚBLICO EM TERESINA</b>	Sim, curso de capacitação	1
	Sim, com experiência profissional	3
	Sim, com cursos e experiência profissional	2
	Não, por não achar necessário	-
	Não, pela falta de profissionais qualificados	1
<b>GERENTES</b>	Sim, com experiência profissional	1
	Sim, com nível técnico ou superior	2
	Não, por não achar necessário	12
	Não, pela falta de profissionais qualificados	1
<b>GERENTES EM TERESINA</b>	Sim, com experiência profissional	1
	Sim, com nível técnico ou superior	4
	Não, por não achar necessário	2
	Não, pela falta de profissionais qualificados	-
<b>OFERECE TREINAMENTO</b>	Não	12
	Sim, no momento de contratação prestado por outro funcionário	9
	Sim, nos primeiros meses sob supervisão de outro funcionário	3
	Sim, periodicamente através de cursos, palestras e workshops com profissionais da área	2
<b>OFERECE TREINAMENTO EM TERESINA</b>	Não	-
	Sim, no momento de contratação prestado por outro funcionário	3
	Sim, nos primeiros meses sob supervisão de outro funcionário	3
	Sim, periodicamente através de cursos, palestras e workshops com profissionais da área	1

Fonte: Ambiens, 2010.

Como visto anteriormente, Teresina oferece serviços de hospedagem com melhor estrutura e qualificação se comparado aos demais municípios do Polo. Essa oferta mais qualificada faz com que os preços praticados pelos estabelecimentos também sejam mais altos, podendo variar de R\$ 37,50 nos hotéis menores e com menos estrutura a R\$ 240,00 nos hotéis que se autotransformam como Luxo. A média das diárias em Teresina é de R\$ 160,00, todos com café da manhã incluído, valores bastante distintos dos demais municípios. Já

nestes, observou-se uma oferta regional diversificada e acessível onde: (i) 21% cobram até R\$29,00 por pessoa; (ii) 41% cobram de R\$31,00 a R\$59,00 por pessoa e (iii) 38% cobram acima de R\$60,00 por pessoa. O café da manhã está incluso no tarifário de 72% dos locais.

Já em relação aos serviços extras 39% dos pesquisados afirmaram não possuir nenhum, entre os que oferecem algum serviço os dois itens comumente apontados referem-se à alimentação 24h e a disponibilidade de acesso a internet. Apenas um estabelecimento apontou ter espaços de recreação e lazer e seis apresentam piscina em sua estrutura.

Para o atendimento de pessoas com necessidades especiais, segundo critérios pré-estabelecidos<sup>19</sup>, os proprietários deveriam qualificar seu empreendimento como péssimo, ruim, razoável, bom e ótimo. Considerando a falta de adequação na totalidade dos equipamentos, 50% apontaram como péssimo, 36% ruim e 14% como razoável, sendo que nenhum empreendedor considerou bom ou ótimo sua estrutura, considerando que os espaços não são adequados a critérios básicos de acessibilidade universal.

Já com relação aos clientes, apesar de o fluxo ser declarado perene, o maior movimento, segundo os pesquisados de Teresina, concentra-se nos meses de fevereiro a junho e agosto a novembro, resultado inverso aos demais municípios do Polo que afirmaram ser em julho e dezembro, e a permanência média geral é de 1 a 2 dias. Alguns estabelecimentos afirmaram que chegam a ter clientes que permanecem uma semana, neste caso são comerciantes que atendem a região. Outra característica peculiar nos municípios, exceto em Teresina, são os períodos festivos onde os meios de hospedagem ficam saturados e a permanência passa de 2 dias.

A principal motivação da viagem, percebida pelos empreendedores, são as atividades comerciais e de negócios, principalmente em Teresina. Os municípios de Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Castelo do Piauí, Santa Cruz dos Milagres apresentam o lazer como uma motivação. Já em Pedro II, Piracuruca, Piripiri e Altos os empresários apontam, também, as compras como motivação da estada na localidade. Pedro II, Campo Maior, Santa Cruz dos Milagres, além de Teresina, apontam eventos como uma das motivações. Em relação à procedência dos visitantes, a grande maioria dos empreendedores afirma serem do próprio estado, seguido da região nordeste e de outros estados, com destaque aos da região sudeste e centro.

Como anteriormente observado, a ausência de dados que permitam analisar com detalhes os indicadores hoteleiros de cada município e a falta de cadastro atualizado dos empreendimentos, dificulta a análise dos serviços de hospedagem. Entretanto, o panorama aqui apresentado retrata o comportamento do setor e demonstra a fragilidade deste em relação a qualidade de serviços prestados, a integração da oferta e a profissionalização dos empreendimentos. Os municípios de Piripiri, Piracuruca, Pedro II, Castelo do Piauí, Campo Maior e Santa Cruz dos Milagres apresentam indicadores, ainda que frágeis, de maior preocupação em relação a qualificação do empreendimento. Teresina por ser a capital do Estado e também seu portão de entrada, possui maior diversidade e qualidade na oferta de equipamentos de hospedagem, apresentando resultados mais satisfatórios com relação aos demais municípios.

---

<sup>19</sup> Impresso especial para necessidades visuais, mídia para necessidades auditivas, acessibilidade adequada para cadeirantes e profissionais capacitados.

#### 4.3.1.7. Serviços de alimentação

A culinária Piauiense, assim como toda a gastronomia brasileira, é fruto de influências dos colonizadores portugueses, índios e negros que formaram a cultura local. Assim, pode-se afirmar que o estado é rico em cores, aromas e sabores, tendo como ingredientes chave a mandioca, a carne de sol e os temperos que dão um toque peculiar a esta cozinha. Sendo o Piauí um grande produtor de frutas, outro ponto relevante de sua gastronomia é a produção de doces, cajuína, feita com uma fruta muito popular na região, o caju. Desse modo, juntamente com o setor hoteleiro, os serviços de alimentação têm uma dinâmica muito importante no desenvolvimento do turismo na medida em que atendem uma das necessidades básicas do ser humano ao mesmo tempo em que proporcionam o contato com aspectos culturais e econômicos da região. Diante dessas características, julgou-se importante a qualificação e análise do setor no presente diagnóstico.

Durante a coleta de dados, notou-se que os municípios componentes da região não apresentam estudos com informações referentes aos serviços de alimentação, com exceção a capital Teresina. As informações sobre os serviços de alimentação de Teresina utilizados neste relatório foram coletadas a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Teresina, elaborado pela FGV que apresenta alguns dados, porém ainda insipientes.

Diante da falta de informações secundárias sobre os demais municípios do Polo, a consultoria optou pela aplicação de um questionário que buscou analisar quantitativamente o perfil dos estabelecimentos e a capacidade em prestar serviços de qualidade. Para a presente análise foram consideradas diversas variáveis de qualidade para o setor, tais como: (i) perfil do estabelecimento, características gerais de funcionamento; (ii) perfil da gestão e mão de obra, tipo de gestão, relação com funcionários e qualificação; (iii) perfil dos clientes, características básicas do cliente real; (iv) caracterização dos serviços, diferenciação do serviço prestado e capacidade de atendimento a clientes com necessidades especiais; (v) rentabilidade e investimento; e (vi) gestão ambiental.

Para a aplicação dos questionários, foi realizado um levantamento dos serviços de alimentação, através do qual se chegou a um montante de 77 estabelecimentos. Todavia, fatores como encerramento das atividades, a desatualização do cadastro fornecido e pesquisado, desinteresse dos proprietários, não permitiram que a pesquisa fosse aplicada em sua totalidade. Diante disso, optou-se por uma amostragem de 28 estabelecimentos (36%), a qual é considerada suficiente para traçar o perfil dos serviços de alimentação na região do Polo de Teresina.

Em Teresina, segundo dados do relatório PDITS do município, há 381 estabelecimentos registrados na RAIS, porém destes, somente 85 estão cadastro na ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) entidade que representa a classe de bares e restaurantes. Este fato demonstra a baixa interação entre os empreendedores do setor, gerando pouca oportunidade para a realização de parcerias e ações associativistas. O mesmo documento aponta ainda para a abertura de novos estabelecimentos nos últimos seis anos com boa estrutura, porém com pouca qualidade no atendimento aos clientes, demonstrando necessidade de atenção do *trade* no desenvolvimento e aplicação de treinamentos e capacitação aos funcionários.

Sobre os demais municípios, a tabela 10 apresenta dados referentes a quantidade de empresas levantadas para a pesquisa. Nota-se que a maioria significativa encontra-se em Piri-piri, seguida de Pedro II e Piracuruca, no entanto, a falta de informações impossibilitou a análise integral da oferta de Campo Maior, terceiro maior município do Polo. Ainda neste contexto, tem-se a nulidade de informações nos municípios de Lagoa do Piauí e José de Freitas, sendo este último representante significativo no setor de alimentação.

**TABELA 10 - RELAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO**

MUNICÍPIOS	PESQUISADOS	ENTREVISTADOS
Altos	2	1
Campo Maior	1	1
Esperantina	2	1
Santa Cruz dos Milagres	1	1
Pedro II	17	5
Piracuruca	13	3
Castelo do Piauí	3	2
União	4	3
José de Freitas	1	0
Piri-piri	30	9
Lagoa do Piauí	1	0
Monsenhor Gil	1	1
Buriti dos Montes	1	1
Teresina	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>28</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, as atividades características do turismo (ACT) apresentaram, entre os anos de 2006 e 2007, um crescimento de cerca de 22%, enquanto os demais setores da economia apresentaram o índice de crescimento em torno de 19,3%. Dentro desta perspectiva, tem-se como destaque o setor de alimentação, responsável por 35% do montante arrecadado pelas ACT, com ênfase para empresas de pequeno porte e de gestão familiar.

O Estatuto da Micro e Pequena Empresa, documento disponibilizado pelo SEBRAE, tem seu critério de classificação baseado na receita bruta anual e no número de funcionários contratados, onde tem-se para micro empresa do setor de serviços o máximo de 19 funcionários e para pequenas empresas, entre 10 a 49 funcionários. Dentro deste contexto, classifica-se a maioria dos estabelecimentos de alimentação do Polo, como micro e pequenas empresas, onde 68% apresentam o quadro de recursos humanos com o máximo de 18 funcionários.

Ainda com relação aos recursos humanos, 68% dos estabelecimentos contratam funcionários. Este dado foi constatado nos municípios de Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, Monsenhor Gil, Pedro II, Piri-piri, Santa Cruz dos Milagres e União, com destaque para Pedro II e Piri-piri com o maior número de geração de empregos, 15 e 18 respectivamente.



Os demais estabelecimentos se atêm a mão de obra de membros familiares (32%). No que se refere a mão de obra extra, 68% contratam em períodos de maior fluxo de visitantes, onde Pedro II destaca-se com o recrutamento de até 6 pessoas.

Quanto ao porte dos empreendimentos, neste caso analisando a quantidade de lugares disponíveis, verificou-se que os maiores estabelecimentos estão concentrados nos municípios de Castelo do Piauí e Piriipiri (7%), seguidos de União, Campo Maior e Esperantina (22,2%). Nestas localidades o número de assentos disponíveis varia de 80 em Esperantina a 350 em Piriipiri.

Ainda dentro das características gerais dos estabelecimentos, têm-se os mais antigos, anteriores a década de 90, concentrados em Piriipiri e União e representam 14,8% da oferta, todavia a grande maioria (85,2%) teve o início de suas atividades após 2000, sendo 2004 o ano de maior representatividade para o setor. Portanto, classifica-se como recente a oferta desta atividade econômica do Polo, já que a maioria dos empreendimentos possui menos de oito anos de funcionamento.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo SEBRAE, a taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas na região nordeste variaram de 46,7% a 62,7% entre os anos de 2002 e 2006. Entre os fatores apontados como causadores desta situação são: a falta de conhecimentos gerenciais dos proprietários, a baixa qualificação na prestação dos serviços e a ausência de instrumentos adequados de gestão. Dentro desse contexto, constatou-se *in loco* a **baixa qualidade no atendimento** e a dificuldade dos estabelecimentos em atenderem às normas básicas de higiene e segurança alimentar inerentes ao setor. Observou-se ainda a **falta de experiência por parte dos gestores** que não julgam necessários pré requisitos de qualificação no momento da contratação.

Estes fatores foram observados em União, Piriipiri, Pedro II, Esperantina, Castelo do Piauí e Campo Maior, ou seja, em 42% dos municípios. Com relação à preocupação da experiência e capacitação dos funcionários destacam-se os empreendimentos de Pedro II, Piriipiri e Castelo do Piauí, em que os proprietários afirmaram preocuparem-se em buscar profissionais com experiências anteriores e realizarem processos de capacitação, com destaque a Pedro II para a participação de cursos externos.

Outra dificuldade inerente as empresas de pequeno porte é a **ausência de adequados instrumentos de gestão**, representada nesta análise, pela inexistência de sistemas informatizados em 96% dos estabelecimentos pesquisados. Este fato constata a nulidade de informações sistematizadas e a desatualização e fragilidade destes estabelecimentos perante a realidade atual.

Com **relação aos níveis de investimento**, quando questionados sobre o acesso a alguma linha de financiamento nos últimos dois anos, 89% dos empresários responderam não acessarem nenhum tipo de crédito, por outro lado, 57% afirmam interesse em investimentos futuros, sendo 29% referente a melhoria da estrutura existente, 21% para a ampliação e 7% para construção de nova sede. Dentro desta intenção em investimentos futuros, destacam-se empreendimentos em Piriipiri, Piracuruca, Pedro II e Castelo do Piauí.

No que diz respeito **aos tipos de serviços prestados**, a gastronomia, apresenta-se pouco diversificada, com a predominância da cozinha regional em praticamente todos os municípios, inclusive Teresina. Pratos tradicionais do estado como a Maria-Izabel, o Baião de Dois, o Capote, a paçoca e a galinha ao molho, representam 90% da oferta. Nos demais

entrevistados, 7% ofertam também pratos tradicionais brasileiros e 3% contam com pratos da cozinha internacional. Neste contexto destaca-se Pedro II, pois apresenta a oferta mais diversificada da região, seguido de Piri-piri. Somado a esta questão, vale ressaltar a oferta noturna de serviços de alimentação presente nas praças e calçadas, representados por quiosques e outras pequenas estruturas, muitas vezes improvisadas com mesas e cadeiras, servem lanches e outras comidas típicas da região como a buchada de bode.

A pouca diversidade no setor, também é notada na quantidade de serviços oferecidos, onde 39% dos entrevistados afirmam possuírem somente um serviço diferenciado. Entre os que afirmam possuírem dois ou três tipos (53%), os serviços variam entre música ao vivo, banheiros adaptados e estacionamento. Somente um estabelecimento possui, além dos itens citados acima, espaço para eventos.

Para a avaliação quanto ao cumprimento das normas de acessibilidade universal, os entrevistados poderiam optar entre (i) bom, (ii) razoável, (iii) ruim e (iv) péssimo. Dentro deste contexto, 85% optaram pelo quesito péssimo, seguido de 15% no quesito ruim, fato que mostra a falta de infraestrutura adequada para atender este público em especial.

Com relação ao **nível de preços** praticados pelos estabelecimentos do setor em Teresina, segundo dados do relatório PDITS do município, a percepção dos consumidores varia de acordo com a sua procedência, podendo se caracterizar como normais para os visitantes das capitais dos estados norte e nordeste, baixo para os turistas que se deslocam das regiões Sudeste-Centro-Oeste e alto para os turistas provenientes do interior do Piauí e outros estados da região norte e nordeste. Nos demais municípios do Polo, notou-se a oferta bastante acessível, pois (i) 57% cobram de R\$ 2 a R\$10 reais por pessoa; (ii) 29% cobram de R\$11 a R\$ 20 por pessoa e (iii) 14% cobram mais de R\$ 20 por pessoa. Dentro desta perspectiva de preços, Pedro II e Piri-piri apresentam os valores mais elevados, chegando a R\$ 45,00 em Piri-piri. Por outro lado, se destacam por concentrarem o maior número de estabelecimentos que adotam política de descontos já que, dos treze municípios que oferecem descontos nas refeições, seis estão em Piri-piri e quatro em Pedro II. O percentual apontado pela maioria (84%) é de 10% de desconto.

No que diz respeito ao perfil dos usuários apontado pelos proprietários, estes se mesclam entre turistas e munícipes, sendo a diferença de percentual entre estas variáveis pouco significantes. Entre os entrevistados, 67% apontam o turista como principal consumidor e 64% apontam os moradores locais. Fato que evidencia a utilização dos serviços de alimentação tanto pelos os turistas quanto pela comunidade local.

A fragilidade do setor também se evidencia na ausência de parceria e associativismo, pois 79% dos locais pesquisados afirmam não pertencer a nenhuma entidade de classe e são empresas únicas, ou seja, sem franquias e não vinculadas a redes. Entre as demais empresas, 14% dizem estabelecer parceiras com entidades governamentais e apenas 7% parcerias com entidades ligadas a atividade turística. Essa relação mostra a falta de integração do setor entre si e em relação a outras atividades do turismo, o que torna alto o grau de fragmentação da cadeia empresarial dos serviços de alimentação do Polo de Teresina.

Para a presente pesquisa, notou-se que a ausência de dados dificultou a análise detalhada dos serviços de alimentação de cada município do Polo, e a falta de contatos atualizados dos empreendimentos, não permitiu a aplicação da pesquisa em locais como Lagoa do Piauí e José de Freitas. Entretanto, o panorama aqui apresentado indica a fragilidade do setor de

alimentação com relação a qualidade dos serviços prestados, a falta de mão de obra qualificada, a deficiente integração da oferta e a ausência de adequados instrumentos de gestão. Os municípios que apresentaram indicadores de maior qualidade foram, Pedro II, Castelo do Piauí, Piracuruca, com destaque para Piripiri que apresentou os resultados mais satisfatórios para composição do produto turístico.

#### 4.3.1.8. Animação e lazer

Assim como os serviços de alimentação, as atividades de lazer atendem tanto ao turismo quanto à comunidade local. Neste sentido, pode-se afirmar que o turismo está intimamente ligado ao lazer, sendo opção para preencher o tempo livre e propiciar maior qualidade de vida ao morador e a experiência turística do visitante.

No Estado do Piauí, devido ao clima com temperaturas elevadas durante grande parte do ano, os principais meios de lazer estão relacionados a atividades que envolvem água, para banho e prática de esportes náuticos. Dentro deste contexto, os rios, açudes e barragens são os principais meios de entretenimento da população local e dos turistas ou excursionistas.

Nos municípios como Campo Maior, José de Freitas, Piripiri, Piracuruca, Pedro II, Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil, os locais de lazer mais frequentados são aos açudes e barragens. Além de pouco diversificados, estes espaços mostram-se carentes de infraestrutura de apoio para atender aos usuários, onde os serviços de alimentação são geralmente a única estrutura que agrega valor ao espaço.

No entanto, obras realizadas com recursos do PRODETUR, estão em andamento em Pedro II que incluem a modificação da entrada na orla do açude Joana, e a construção de um calçadão, quadra de esportes, quiosques e píer. Já em Piripiri, o projeto de urbanização da orla do Açude Caldeirão, realizado por meio de emendas parlamentares, prevê a instalação de novos bares, ancoradouro, área de lazer, quadra de esporte, *playground*, além de enfermarias, estrutura para bombeiros e a administração. Segundo o Secretário Estadual de Turismo, Silvio Leite, “a obra aumentará ainda mais a visitação do município, que já conta com o Parque Nacional de Sete Cidades, gerando empregos em diversos setores da economia, além de ser um estímulo para os empresários do setor hoteleiro”.<sup>20</sup>

Em cidades como Castelo do Piauí, Campo Maior, Pedro II, Piripiri, Piracuruca e Esperantina, é notável a oferta de entretenimento noturno para o porte dos municípios, no entanto quando analisada a variedade dos serviços oferecidos, esta oferta mostra-se pouco diversificada restringindo-se a bares e alguns espaços para dança.

Entre os municípios do Polo, segundo dados do PDITS elaborado para o município, Teresina é a cidade que apresenta a oferta mais qualificada e diversificada de equipamentos e serviços de lazer e entretenimento, dado justificado por ser a capital do estado, além de mais populosa. Em virtude do seu grande centro urbano, diferencia-se dos demais municípios do Polo ao oferecer parques municipais e estaduais que atendem as demandas de lazer dos moradores locais e também de visitantes com a presença de infraestrutura de apoio como estacionamento, banheiros, lanchonetes, trilhas, espaço próprio para a prática

---

<sup>20</sup> [http://www.cidadeverde.com/porteira/colunaporteira\\_txt.php?id=20519](http://www.cidadeverde.com/porteira/colunaporteira_txt.php?id=20519)

desportiva (*cooper, stake*, quadras poliesportivas) ginástica, e playgrounds para as crianças. Entre os maiores parques merecem destaque o Parque da Cidade, o Parque Ambiental de Teresina – Jardim Botânico, o Parque do Encontro dos Rios e o Parque da Floresta Fóssil. Além destes, há outros 10 parques menores utilizados que oferecem estruturas similares. Em Teresina é possível destacar também a oferta de equipamentos de cunho cultural como teatros, cinemas, museus e espaços culturais, incluindo marcos patrimoniais tombados a exemplo da Casa Barão de Gurguéia (Casa da Cultura), Casa da “Dona Carlotinha” (Sede Fundação Monsenhor Chaves), Casa Odilon Nunes (Museu do Piauí), Cine Rex, Biblioteca Pública Estadual Cromwell de Carvalho e o Teatro 4 de Setembro.

Campo Maior é outro município que apresenta boa estrutura se comparada aos demais municípios. Tal fato se justifica pela presença de alguns espaços de lazer na orla do Açude Grande, como parque infantil, museu de arte e significativa variedade de serviços de alimentação. Piripiri também se diferencia por uma academia ao ar livre em uma das praças do município. Estes lugares proporcionam, além da diversão e integração social, a prática de atividades físicas e melhoria da qualidade de vida da população local.

As praças também são utilizadas como espaço de lazer, com uso intenso da população no fim do dia, além de serem locais onde geralmente ocorrem eventos como shows e festejos religiosos. Entretanto, vale ressaltar a carência de feiras livres e a restrita oferta de equipamentos relacionados a cultura, como teatros, cinema, bibliotecas. E nos casos onde existem edificações específicas para esta finalidade, nota-se a restrição de uso e a falta de manutenção dos mesmos.

A pouca arborização das praças e a ausência de espaços verdes urbanos, dificulta o entretenimento da população durante o dia, devido ao clima característico da região, marcado pela má distribuição das chuvas, altas temperaturas e sol intenso. Neste contexto, tem-se o exemplo de União onde o Parque Beira Rio, apesar de apresentar boa estrutura de lazer, encontra-se pouco arborizado e carente de manutenção.

É importante ressaltar que as atividades relativas ao lazer e entretenimento da população local se intensificam e diversificam em períodos pontuais, com a ocorrência de eventos programados. Um exemplo é o caso de Pedro II e Castelo do Piauí, onde durante o Festival de Inverno e a Cachaça Fest é montada uma estrutura para o evento a qual os munícipes também usufruem.

Durante a análise, notou-se que a **falta da diversificação da oferta de equipamentos de lazer e de atividades de entretenimento**, é fator característico na maioria das localidades, exceto em Teresina. A ausência de espaços urbanos com estrutura de lazer, como parque infantil, pista de caminhada, passeios programados e espaço para a prática de esportes, sinaliza a carência de investimentos em locais que além de proporcionar entretenimento para os munícipes, servem como estrutura complementar para a atividade turística. Dentro do panorama traçado, destacam-se Campo Maior e Piripiri pelo diferencial da oferta, no entanto pouco satisfatória quando utilizada para agregar valor turístico a estas localidades. Em Teresina, mesmo com certa diversificação na oferta destes equipamentos, nota-se a falta de integração entre os setores público e privado, na articulação a favor da formatação de produtos turísticos que utilizem tais equipamentos, criando opções de visitação com potencial de aumentar o fluxo e o tempo de permanência de turistas.

#### 4.3.1.9. Equipamentos de eventos

O setor de eventos constitui-se em um segmento importante para o turismo, atraindo crescentes investimentos e contribuindo de forma expressiva para a promoção da imagem do Brasil no exterior e para uma crescente profissionalização dos serviços.

Apesar da diversidade de festas e comemorações realizadas nos municípios do Polo de Teresina, em geral e, principalmente, nos municípios adjacentes à capital Teresina, os eventos ocorrem, em espaços abertos, como praças ou ruas. Segundo dados do relatório do PDITS sobre Teresina, mesmo havendo espaços fechados para realização de eventos de pequeno porte, concentrados principalmente nos empreendimentos hoteleiros que oferecem este tipo de estrutura, a capital apresenta insuficiência de equipamentos públicos e privados para realização de eventos de médio e grande porte. Isso se deve também ao fato do centro de convenções estadual estar em reforma há cerca de 3 anos, sem previsão para o fim das obras. Já nos demais municípios do Polo, os espaços fechados se restringem aos teatros, ginásios de esportes, galpões e pequenos auditórios, com capacidade para atender eventos de pequeno porte.

Municípios como Lagoa do Piauí e Santa Cruz dos Milagres têm seu maior fluxo de visitantes voltados à questão religiosa. Ambas as cidades contam com festejos os quais atraem milhares deromeiros para os municípios. Assim como outras localidades, estas não dispõem de locais próprios dotados de infraestrutura de apoio para o acontecimento destes eventos. Nestas ocasiões são montadas estruturas de apoio provisórias que se limitam a banheiros químicos e barracas de comidas. As barracas em sua maioria não são padronizadas, o que provoca poluição visual e desorganização no espaço. No município de Monsenhor Gil a situação é praticamente a mesma quanto aos eventos de maior porte; no entanto, possui como estrutura de apoio a Casa Verde. O espaço tem suas atividades focadas na educação ambiental, porém conta com pequeno auditório onde são realizados cursos de capacitação e outros eventos de pequeno porte.

Devido à consolidação de Santa Cruz dos Milagres como polo religioso da região, o município está sendo contemplado com duas obras de melhoria de infraestrutura. Uma delas refere-se a criação de uma avenida marginal ao rio São Nicolau, que visa desafogar o tráfego de dentro da cidade. A outra, de apoio ao turista, conta com a criação de 120 banheiros, espaços para redes e restaurantes e estacionamento. Ambas as obras estão sendo realizadas com recursos do PRODETUR<sup>21</sup>.

O município de Piri-piri conta com uma Praça de Eventos Arimatéia Castro Souza, localizada na antiga estação ferroviária, a qual passou por processo de restauração no ano de 2004 e encontra-se em bom estado de conservação. O local comporta um público de aproximadamente 5000 pessoas para shows e 350 lugares em auditório, e conta com espaço para instalação de estrutura de apoio, como quiosques e barracas.

Sede de um dos mais relevantes eventos culturais do estado, Pedro II utiliza-se de praças para a realização desta atividade. Localizadas no centro da cidade, estas praças atendem um público de até dez mil pessoas, sendo esta capacidade insuficiente devido à proporção que o festival toma a cada ano. Outro ponto importante é a falta de estrutura de apoio, a qual se restringe a banheiros químicos e barracas de comida instaladas provisoriamente

---

<sup>21</sup> Programa de Desenvolvimento do Turismo



durante o evento. Outros equipamentos citados pelos representantes do poder público local são o Ginásio Poliesportivo e o Estádio José Teixeira Santos, ambos utilizados para eventos esportivos. Dentro deste panorama, é possível constatar a ausência de valor agregado ao principal produto turístico do município, o Festival de Inverno. Existe um projeto da Prefeitura Municipal para a construção de um centro de eventos no Clube 11 de Agosto (no momento está sendo aguardada a liberação do IPHAN para o início da obra).

Campo Maior, a segunda maior cidade em densidade populacional da região, dispõe do Complexo de Cultura e Lazer Valdir Carvalho Fontes, uma grande estrutura instalada nas margens do Açude Grande que conta com espaço para shows, eventos culturais e artísticos de grande porte. O local conta com estrutura de banheiros, lojas de artesanato, praça de alimentação, playground e um palco com espaço para receber um público de até cinco mil pessoas. A Praça Bona Primo também comporta eventos de grande porte, com capacidade para até dez mil pessoas e duzentos expositores. A praça localiza-se em frente a Igreja Matriz, fato que potencializa a utilização do espaço para os festejos religiosos. O Teatro Sigefredo Pacheco, cujo auditório dispõe de 400 lugares, também é apontado como espaço para eventos, no entanto, encontra-se com vidros e poltronas quebradas e pintura em mau estado de conservação.

Teresina e União possuem a mais diversificada oferta de equipamentos para eventos, quando comparada com as demais cidades da região. Teresina recebe eventos de pequeno porte, sobretudo nas áreas médica e educacional. A cidade possui também um calendário de eventos culturais e de lazer que compreende cerca de 30 atividades programadas por ano, movimentando a região e intensificando o fluxo de pessoas no município. Entre os eventos de maior destaque estão o Salão do Humor e Salão do Livro atraindo fluxos locais, estaduais e regionais, inclusive de estados vizinhos ao Piauí. Mesmo com a realização destes eventos, a capital do estado apresenta insuficiência de espaços para eventos de médio e grande porte, pois mesmo com os 86 auditórios disponíveis na cidade, absorvendo um total de 13.925 pessoas, estes são na maioria pequenos, demonstrando a necessidade de implantação de espaços melhor estruturados como pavilhões, centro de convenções ou similares. Entre os empreendimentos de maior destaque, pode-se apontar o Blue Tree, com capacidade para 1.500 pessoas, com oito auditórios; Real Palace Hotel, com capacidade para 930 pessoas em doze auditórios e; Luxor Piauí Hotel, com capacidade para 400 pessoas divididas em três auditórios.

O município de União dispõe de seis locais que variam entre praça, parque, ginásio poliesportivo e auditório. Neste âmbito se destaca o Parque Municipal Beira Rio com a melhor estrutura para eventos de grande porte. O local comporta cerca de dez mil pessoas e conta com palco para apresentações artísticas, arquibancadas, banheiros e quadra poliesportiva, a qual é utilizada para a instalação de barracas de expositores e parque de diversão durante os eventos.

Em Buriti dos Montes, a Praça Padre Expedito é o local com maior capacidade de público, quatro mil pessoas. O município ainda conta com espaços fechados como o Buriti Palace Club e o Auditório João do Monte Soares, estes com capacidade de público para três mil e duzentas pessoas respectivamente. Ambos os espaços atendem a demanda de expositores.

Em Esperantina os eventos de maior porte acontecem no ginásio poliesportivo municipal que comporta aproximadamente dez mil pessoas sendo os demais locais destinados a eventos de pequeno porte devido à capacidade de público reduzida.

No que tange aos aspectos qualitativos da análise, tem-se Campo Maior, União e Piripiri, como os municípios dotados com a melhor oferta de equipamentos. As três localidades contam com espaços apropriados e munidos de estrutura para atender a demanda na realização de eventos de médio e grande porte. Teresina, como já visto, apresenta uma oferta distinta de produtos turísticos oriundos da realização de eventos, o que gera também um número significativo na oferta de equipamentos dotados de boa infraestrutura de apoio (sistema audiovisual, acesso a *internet* e ar condicionado), chegando a 45 empreendimentos e um total de 86 auditórios, porém insuficiente para atender às demandas de eventos com capacidade superior a 500 pessoas simultaneamente. Os demais municípios da região, como é o caso de José de Freitas, utilizam as praças para a realização dos eventos, fato que mostra a falta de investimento neste setor. Ainda neste contexto, vale ressaltar que a falta de informações secundárias impossibilitou a completa análise da estrutura inerente a cada localidade, como é o caso de Castelo do Piauí, Altos e Piracuruca, onde apesar da persistência, não foi possível a obtenção de dados concretos por parte dos representantes do poder público local.

#### 4.3.1.10. Postos de informações turísticas

A oferta turística é constituída também por serviços auxiliares, como por exemplo, os locais destinados a fornecer informações ao visitante. Segundo Filho (2003) “os postos de informações turísticas existem na maioria das cidades com [...] potencial turístico e deveriam servir como ‘porto seguro’ do visitante”.

O equipamento faz parte da política institucional de promoção do destino e tem o objetivo de prestar atendimento ao visitante fornecendo as informações necessárias para sua estadia na cidade. Portanto, além do conhecimento das atividades e dos equipamentos e serviços turísticos locais e regionais, é necessário que estes pontos conheçam os serviços de apoio à estadia, como por exemplo, disponibilidade de agências bancárias e sistema de saúde.

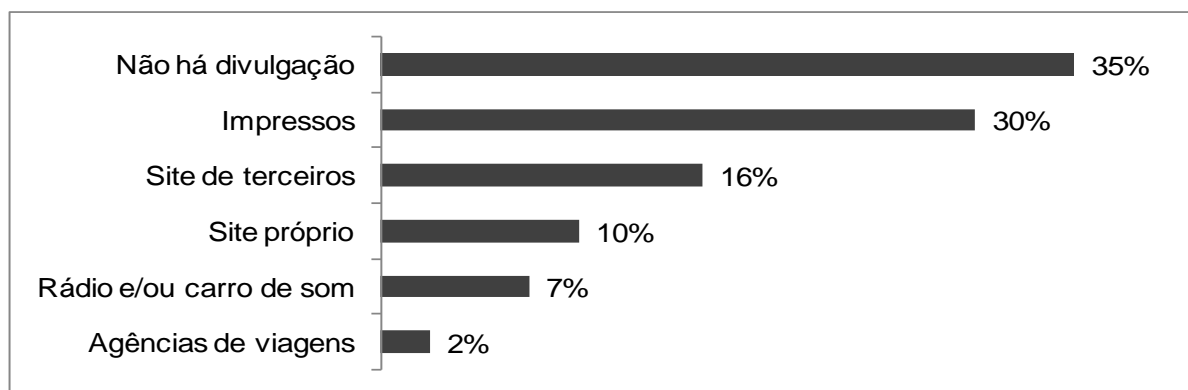
Durante a visita técnica ao Polo de Teresina, pode-se observar na maioria dos municípios que compõem o Polo a inexistência deste tipo de serviço, assim como a falta de conhecimento da população em relação aos atrativos, localização e informações complementares. Entre os municípios a exceção é Teresina, que apresenta um posto de atendimento e informações turísticas, porém localizado em um local considerado pouco estratégico em se tratando de fluxos turísticos (Piauí Center Moda), e ainda, apresenta horário de funcionamento restrito, das 7hrs às 13hrs. A ausência de informação dificulta ao turista o acesso aos locais, o que conseqüentemente diminui a permanência e os gastos de turistas na localidade.

#### **4.3.4. Promoção e Comercialização**

O objetivo do presente tópico é analisar as formas mais usuais de comercialização e promoção com o intuito de diagnosticar a imagem e o tipo de serviços oferecidos pelo Polo de Teresina. Para tanto, foram analisados (i) as formas mais usuais de comercialização e promoção do Polo de Teresina e identificação das limitações existentes, (ii) os agentes responsáveis por essas ações, (iii) os tipos de pacotes mais comercializados e divulgados e (iv) as formas de planejamento utilizadas para essa área.

Inicialmente, a análise fundamentou-se em dados primários, recolhidos junto aos estabelecimentos de hospedagem e serviços de alimentação<sup>22</sup>, cujo exame objetivou o levantamento preliminar das formas mais usuais de comercialização e promoção do Polo de Teresina. Segundo este levantamento, dentre os 57 estabelecimentos entrevistados, as formas mais usuais de divulgação e promoção utilizadas são: (i) os materiais impressos e (ii) as propagandas divulgadas na internet, seja por *site* próprio ou de terceiros. Conforme o gráfico 24, cerca de 35% dos estabelecimentos não possui nenhuma forma de divulgação, enquanto que 56% promovem e comercializam seus serviços pela internet e também por meio de *folders*, livretos, revistas etc.

**GRÁFICO 24 - FORMAS USUAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS ENTREVISTADOS**



Fonte: Ambiens, 2010.

Tendo em vista esta constatação inicial, optou-se, na sequência da análise, por uma avaliação mais profunda das formas mais usuais observadas pelo gráfico 24. Assim, foram avaliados: (i) os materiais impressos recolhidos em visita aos municípios, (ii) os *sites* das operadoras de turismo divulgadas pelos materiais impressos e em outras divulgadas na internet, (iii) os *sites* oficiais do governo, como secretaria de turismo e prefeituras e (iv) os resultados obtidos em pesquisa realizada no Google e nas redes sociais.

Vale destacar que a segunda etapa de análise, como se verá a seguir, teve como foco de análise não somente as formas de divulgação e promoção dos equipamentos de meios de hospedagem e serviços de alimentação, como também os destinos (município), os atrativos, e os roteiros institucionais e comercializados.

<sup>22</sup> No total, foram entrevistados 57 estabelecimentos de alimentação e hospedagem distribuídos nos 14 municípios do Polo. Ver questionário em anexo (oferta – serviços de alimentação e hospedagem).



#### 4.3.1.11. Formas de comercialização e promoção

##### Visibilidade na Web

A *internet* insere-se como um valioso recurso para a promoção e comercialização no turismo, aliando-se de maneira positiva às mídias e formatos tradicionalmente adotados para esse fim. Por essa razão, considerou-se fundamental explorar esse aspecto de forma mais minuciosa, realizando-se uma pesquisa de visibilidade em relação aos municípios do Polo de Teresina, bem como de seus equipamentos e atrativos. Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos:

Cada município foi pesquisado na ferramenta Google segundo os seguintes critérios: (i) análise dos primeiros 60 resultados obtidos com as palavras-chave formadas pelo nome do município (entre aspas) e pelo nome do estado (Piauí)<sup>23</sup>; b) cadastro somente de *sites* pertinentes no que diz respeito à promoção e comercialização (gráfico 25).

Levando-se em conta a importância das redes sociais, cada município também foi pesquisado em quatro redes: Facebook (<http://www.facebook.com>), Orkut (<http://www.orkut.com>), Flickr (<http://www.flickr.com>) e Twitter (<http://www.twitter.com>). Como cada uma dessas redes cumpre um propósito diferente, adotou-se critérios diferenciados para realizar a pesquisa.

Os municípios também foram pesquisados em nove portais<sup>24</sup> de possível interesse de um visitante potencial, focando-se a análise dos municípios enquanto destinos e em relação à disponibilidade de informações sobre hotéis e restaurantes.

Os *sites* das prefeituras foram avaliados utilizando-se de quesitos relacionados à disponibilidade de conteúdos de interesse turístico, bem como a aspectos relativos à navegabilidade.

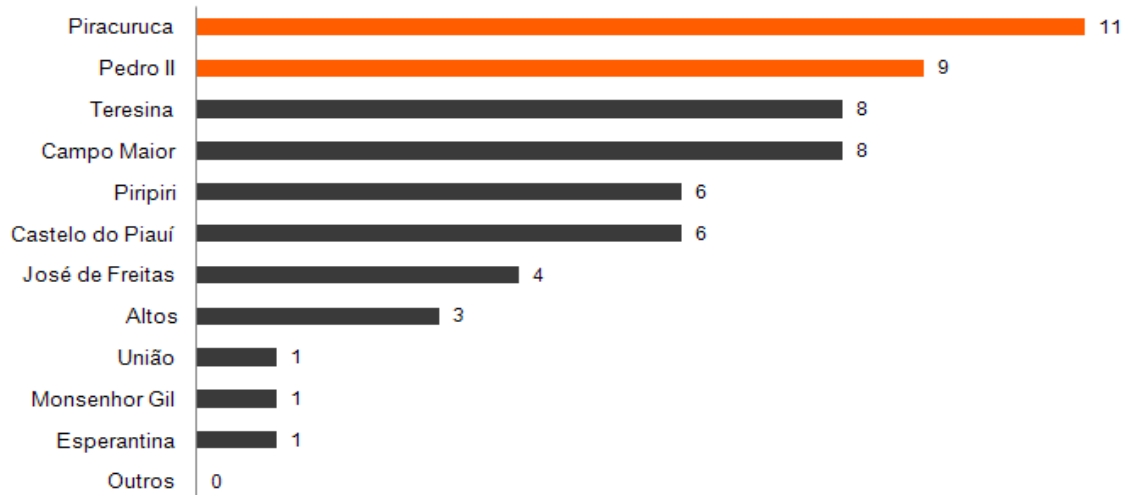
---

<sup>23</sup> Tornou-se pertinente acrescentar o nome do estado como palavra-chave na pesquisa para reforçar a relevância dos resultados – há municípios cujo nome é duplicado em relação a outros municípios, a exemplo de Esperantina, de Pedro II e de Campo Maior (que tem um homônimo em Portugal).

<sup>24</sup> 4Hotéis (<http://www.4hoteis.com.br>), Brasiladentro (<http://www.brasiladentro.com.br>), CityBrazil (<http://citybrazil.uol.com.br>), Culturamix (<http://turismo.culturamix.com>), Férias.tur.br (<http://www.ferias.tur.br>), Hotelinsite (<http://www.hotelinsite.com.br>), Portal de Hospedagem (<http://www.portaldehospedagem.com.br>), Viajeaqui / Quatro Rodas (<http://viajeaqui.abril.com.br/>) e VTN Viagens (<http://www.vtn.com.br>).

## GRÁFICO 25 - RESULTADOS DA PESQUISA DE VISIBILIDADE REALIZADA NO GOOGLE

### Municípios mais promovidos



Fonte: Ambiens, 2010.

A pesquisa realizada no Google resultou em 79 *sites*, cujas características principais podem ser assim sintetizadas: 97% dos *sites* apresentam a descrição dos municípios; 13% descrevem os serviços e equipamentos disponíveis nos municípios; 17% apresentam atividades complementares (de lazer e entretenimento); 63% disponibilizam um mapa ou itinerário; 97% deles não informam nenhuma forma de comercialização; nenhum *site* disponibiliza uma média para os valores cobrados.

Conforme pode ser observado acima, entre os municípios do Polo, Pedro II, Piracuruca, Teresina e Campo Maior são os que disponibilizam maior quantidade de informações de interesse a um visitante potencial, caso este realize uma busca simples no *Google* com base apenas no nome do município e do estado. Um aspecto que deve ser observado para analisar esse resultado é o tamanho dos municípios, assim como a quantidade de atrativos, serviços e atividades neles disponíveis. Sob esse ponto de vista, a maior visibilidade de Pedro II na internet pode ter sido favorecida pelo fato da cidade realizar um festival de inverno anualmente, o qual reúne vários artistas de renome nacional, o que atrai um grande número de visitantes e gera um fluxo de informações mais intenso na internet. Também porque esse tipo de entretenimento, se combinado com determinados atrativos – tal como os relacionados ao turismo de aventura, que também é o caso de Pedro II – chama a atenção de um público mais jovem, justamente de uma faixa etária que concentra uma maior quantidade de usuários da *internet*. Essas constatações tornam-se ainda mais evidentes ao se analisar a tabela 11, que apresenta os resultados da pesquisa realizada com os municípios do Polo nas redes sociais.

**TABELA 11 - PESQUISA NAS REDES SOCIAIS SEGUNDO NOME DOS MUNICÍPIOS**

MUNICÍPIOS	TWITTER (TWEETS)	FLICKR (FOTOS E VÍDEOS)	ORKUT (COMUNIDADES)	FACEBOOK (PÁGINAS)
Pedro II	11	537	23	1
Piripiri	7	520	25	1
Esperantina	9	155	24	1
Campo Maior	14	115	32	2
Piracuruca	4	140	12	1
Castelo do Piauí	12	91	18	1
União	3	40	24	1
Altos	4	14	26	0
José de Freitas	8	16	8	0
Monsenhor Gil	1	16	14	1
Buriti dos Montes	6	14	9	1
Lagoa do Piauí	1	1	5	1
Santa Cruz dos Milagres	0	0	3	2
Teresina	18	730	42	1
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>1659</b>	<b>223</b>	<b>13</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

Para essa segunda etapa do levantamento, optou-se por pesquisar as redes mais populares usadas no Brasil. Como um dos principais sustentáculos dessas redes são as discussões, o conteúdo das publicações não foi tomado como fator principal na pesquisa realizada no *Twitter* e no *Flickr*, levando-se em conta a simples citação de um município como item válido para destacar a visibilidade. Vale observar, entretanto, que os assuntos discutidos são os mais diversos, envolvendo, por exemplo, esportes, religião, política etc.

Devido a uma limitação temporária do *Twitter* no dia em que a pesquisa foi realizada, os resultados do *Twitter*, foram analisados apenas os *tweets* dispostos na primeira página de resultados – um *tweet* é o nome dado a uma postagem no *Twitter*, cuja principal característica é o limite de 140 caracteres. Conforme pode ser percebido, os municípios de Teresina, Campo Maior e Castelo do Piauí ganharam destaque, mas convém observar que tais resultados podem variar em decorrência dos acontecimentos e eventos de cada município.

Já no *Flickr*, foram consideradas todas as postagens relacionadas aos municípios pesquisados. Com relação às imagens de interesse turístico Pedro II ganhou destaque mais uma vez, seguido de Piripiri. Vale ressaltar que Teresina, como capital do estado, possui imagens relacionadas a outros destinos turísticos do Piauí, tal como o litoral e os locais de turismo arqueológico. Como ressalva, nesse caso, deve-se considerar que nem todos os vídeos e imagens postados são relevantes enquanto fontes de informação dos destinos e de seus atrativos. A visibilidade maior de Piripiri, por exemplo, explica-se pela grande

quantidade de imagens relacionadas a um comício ocorrido na cidade – ou seja, um evento isolado.

No *Orkut* e no *Facebook* os municípios não foram pesquisados por meio de postagens, mas sim das comunidades e páginas de conteúdo que reúnem os usuários de acordo com seus interesses. Nesse caso, os municípios de Campo Maior e de Altos são os que disponibilizam mais informações no *Orkut*. Por outro lado, a maior parte dos municípios pesquisados no *Facebook* possui uma única página apresentando conteúdos a eles atinentes, com exceção de Campo Maior, que possui duas páginas. A maior parte dos conteúdos nestes casos diz respeito a dados sobre os municípios. Teresina tem diversas páginas no *Facebook*, as quais se relacionam à empreendimentos privados, sendo alguns de interesse turístico como restaurantes, espaços de shows e lazer.

Em resumo, ao se considerar a simples pesquisa no *Google* e nas redes sociais, constata-se que **Teresina, Pedro II, Piripiri, Esperantina e Campo Maior representam os municípios mais visíveis na internet**. Convém observar, no entanto, que ao se pesquisar os portais e a disponibilidade de informações em *sites* públicos (prefeituras), esse resultado muda, o que também vale para os municípios menos visíveis, ou seja, Buriti dos Montes, Lagoa do Piauí e Santa Cruz dos Milagres (que ficou praticamente invisível nas redes pesquisadas).

A tabela 12 foi elaborada com base na pesquisa baseada nos portais anteriormente citados. Essa pesquisa consistiu na busca direta nos portais de cada um dos municípios, observando-se nos resultados a disponibilidade de informações sobre o destino (município e seus atrativos), bem como sobre hotéis e restaurantes. Vale ressaltar que Teresina, por ser a capital do estado e concentrar o maior número de empreendimentos ligados ao setor, apresenta maior representatividade entre os municípios do polo.

TABELA 12 - PESQUISA NOS PORTAIS DE INTERESSE TURÍSTICO

MUNICÍPIO	DESTINO	HOTÉIS	RESTAURANTES	TOTAL
Piripiri	5	16	1	22
Campo Maior	5	10	4	19
Pedro II	4	8	1	13
Piracuruca	3	5	0	8
Esperantina	5	2	0	7
Altos	5	1	0	6
Santa Cruz dos Milagres	3	1	1	5
Castelo do Piauí	2	1	0	3
União	3	0	0	3
José de Freitas	2	0	0	2
Monsenhor Gil	2	0	0	2
Lagoa do Piauí	2	0	0	2
Buriti dos Montes	2	0	0	2
Teresina	6	115	117	238
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>159</b>	<b>241</b>	<b>332</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

Uma vez que o cadastro de um destino ou serviço nos portais é gratuito – com exceção do portal ViajeAqui, cujo cadastro é selecionado e publicado no Guia Quatro Rodas – e, normalmente, simples de ser realizado, pode-se considerar que os resultados apresentados na tabela são bastante negativos – cinco municípios não possuem um único serviço cadastrado. Cabe salientar que o espaço destinado à promoção dos destinos e serviços varia entre os portais. Alguns são completos, possibilitando o cadastro de informações detalhadas sobre o destino – como, por exemplo, história, atrativos, eventos, imagens, mapas etc. – e sobre os serviços – disponibilizando tarifário e possibilitando fazer reservas por *e-mail* –, outros são bem restritos. Assim mesmo, a maior parte dos destinos e dos serviços encontram-se cadastrados de forma incompleta nos portais – para alguns destinos encontra-se apenas algumas linhas de texto sobre o mesmo. De modo geral, os municípios que apresentam maior quantidade de itens cadastrados nos portais também são os que dispõem de informações mais completas tanto para o destino quanto para os serviços.

Os resultados revelam que **Teresina, Piripiri, Campo Maior e Pedro II são os municípios que disponibilizam maior quantidade de conteúdos nos portais**, em especial no que diz respeito aos serviços (hotéis e restaurantes). Com menor visibilidade, em contrapartida, constam quatro municípios: José de Freitas, Monsenhor Gil, Lagoa do Piauí e Buriti dos Montes.

No que diz respeito aos *sites* das prefeituras, considera-se que estes representem as fontes de informação mais fidedignas sobre os municípios e, portanto, significativas enquanto um meio facilitador da escolha de um destino. Os *sites*, desse modo, foram analisados segundo a conformidade a 12 quesitos que exploram, sobretudo, aspectos relativos à promoção e à comercialização do turismo.

**QUADRO 9 - AVALIAÇÃO DOS SITES DAS PREFEITURAS<sup>25</sup>**

QUESITOS	Teresina	Altos	Campo Maior	Castelo do Piauí	Esperantina	José de Freitas	Piripiri	União	Total
Apresenta a história do município	N	N	S	S	N	S	S	S	5
Descreve os atrativos	N	N	S	S	N	N	N	N	2
Descreve as atividades complementares	N	N	N	N	N	N	N	N	0
Descreve os serviços	N	N	N	S	N	N	N	N	1
Disponibiliza informações meteorológicas da região	N	N	N	S	N	N	S	N	2
Apresenta imagens do município e seus atrativos	N	N	S	S	N	N	N	N	2
Disponibiliza mapas ou informações para facilitar a localização do município	N	N	N	S	N	N	N	N	1
Disponibiliza links que permitam buscar outras informações sobre o município e a região	N	N	N	S	N	N	N	N	1
As informações no site são localizadas de forma fácil e intuitiva	S	S	N	S	S	S	S	S	6
Todos os links do site funcionam	N	N	N	S	N	N	S	N	2
Há equilíbrio e bom senso na exibição de imagens e figuras	S	S	N	N	S	N	S	N	3
O site é visualmente agradável	N	S	N	S	S	S	S	N	5
<b>Nota (*)</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>83</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>50</b>	<b>17</b>	<b>36</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

(\*) A nota atribuída aos *sites* é resultado da multiplicação de cada quesito atendido ou marcado com “S” pelo valor de 8,333. O total final (36) é resultado da média das notas. Quanto maior a nota, melhor a qualidade.

Conforme pode-se observar, os resultados indicam **o site da prefeitura de Castelo do Piauí como o mais bem posicionado (nota 83) no que diz respeito aos conteúdos ideais para promover e comercializar o turismo do município**. Por outro lado, os *sites* dos municípios de União e de Teresina apresentam menor qualidade (nota 17) e que, no entanto, distancia-se pouco dos demais *sites*, cuja avaliação também revela vários problemas. Como aspectos negativos mais evidentes, pode-se notar que nenhum dos *sites* disponibiliza informações acerca das opções de lazer ou de entretenimento que os municípios possibilitam (as atividades complementares). Por conseguinte, somente Castelo do Piauí disponibiliza informações sobre os serviços – sugere hotéis e restaurantes –, bem como mapas e *links* externos que possibilitem obter mais informações sobre o município.

Vale citar outros aspectos negativos que se destacam nos *sites* analisados:

<sup>25</sup> Os demais municípios não foram avaliados pois não possuíam site oficial da prefeitura

- Entre as 14 prefeituras analisadas, apenas oito possuem site – curiosamente, apesar de apresentar uma alta visibilidade na *web*, Pedro II está entre os sete municípios que ainda não disponibilizaram o próprio *site*;
- Em cinco dos *sites* analisados um ou mais *links* internos não funcionam – constatou-se que esse problema é realmente grave no *site* de Campo Maior, que possui mais *links* com problemas do que funcionando (presume-se que o *site* ainda esteja em construção);
- Em três *sites* foram observados erros ortográficos e/ou gramaticais nos textos das páginas de início ou em seus menus – caso dos *sites* de Altos, Esperantina e José de Freitas;
- Percebeu-se que os *sites* enfatizam e privilegiam conteúdos de promoção política (destaque aos investimentos, resultados obtidos na área social etc.) em detrimento de outros conteúdos – no *site* de Esperantina esse problema é mais evidente.

De um modo geral, **a análise realizada evidencia que um dos fatores mais negativos identificados diz respeito à ausência de conteúdos na *web* que favoreça a promoção e a comercialização dos serviços (hospedagem e alimentação) e das atividades complementares (opções de lazer e entretenimento).**

#### 4.3.1.12. Materiais físicos: folhetos, revistas, cd-rom etc.

Como já foi comentado, durante visita aos 14 municípios do Polo foram recolhidos diversos folhetos, revistas e CD-ROM materiais para posterior avaliação do conteúdo. Assim sendo, após uma triagem inicial, separou-se 18 materiais promocionais tendo em vista a significância da informação turística<sup>26</sup>. Conforme o quadro 10, a maioria do material é de iniciativa pública e cerca de 80% se referem a informações impressas (folhetos, livretos e revistas).

---

<sup>26</sup> Alguns dos materiais analisados não têm a finalidade turística propriamente dita, como os materiais do IPHAN. No entanto, optou-se pela análise de tais materiais por conterem informações relevantes sobre os atrativos do Polo como, por exemplo, artesanato em madeira.



**QUADRO 10 - MATERIAIS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO POLO**

FORMA	ORGANIZAÇÃO PROMOTORA	NOME DO MATERIAL	MUNICÍPIOS DO POLO
Folheto	Piemtur/Setur <sup>27</sup>	Artesanato do Piauí	6
Revista	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	Piauí Tur	6
Folheto	Sebrae e prefeituras	Caminho Entre Rios	5
Folheto	Piemtur/Setur	Piauí: vários destinos, muitas emoções	5
Livreto	Ministério do Turismo/ Embratur	Brasil - Piauí	4
Livreto	Piemtur/Setur	Região Turística Polo Aventura e Mistério	4
Livreto	Iphan	Arte em madeira no Piauí	3
Folheto	Piemtur/Setur	Roteiro Piauí: surpresa, aventura e mistério	3
Livreto	Ministério do Turismo	Guia Roteiros do Brasil/PI:	2
CD-ROM	Piemtur/Setur	Piauí: vários destinos, muitas emoções	2
Folheto	Piemtur/Setur	Roteiro Piauí surpreendente	2
Revista	Iphan	Senhores de seu ofício	2
Folheto	Iphan	Bens Tombados do Piauí	1
CD-ROM	Piemtur/Setur	Brasil - Piauí	1
CD-ROM	Pacífico Produções	Conheça Piripiri	1
Folheto	Piemtur/Setur	Guia Castelo do Piauí	1
Livreto	Editora Letras Brasileiras	Guia Roteiros do Brasil 2009 - 2010	1
Livreto	Piemtur/Setur	Região Turística Polo de Teresina	1

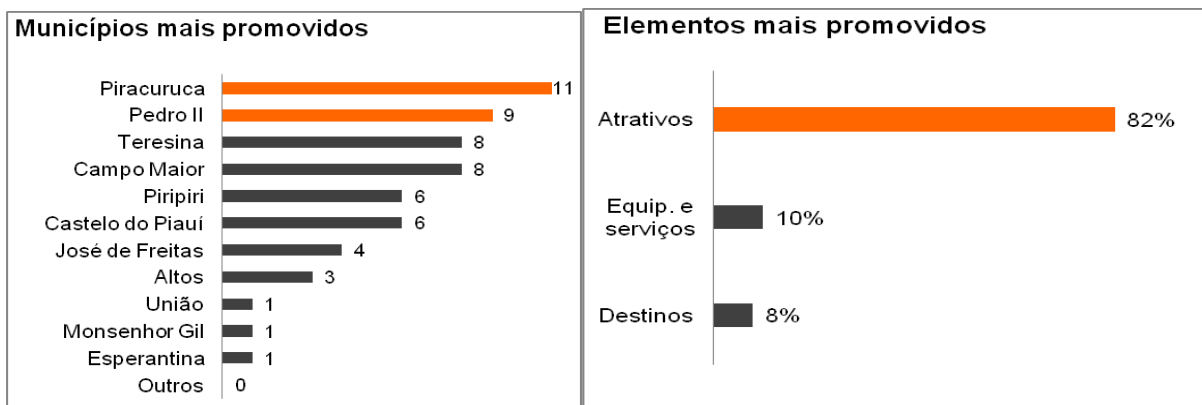
Fonte: Ambiens, 2010.

Segundo a análise dos materiais apresentados observou-se que, dentre os 14 municípios do Polo, Teresina, Piracuruca e Pedro II são os mais promovidos conforme o gráfico 26. Em contrapartida, os municípios de Santa Cruz dos Milagres, Buriti dos Montes e Lagoa do Piauí não aparecem nos materiais em questão. Essa constatação permite afirmar que, **no Polo de Teresina, não existem materiais impressos de promoção e comercialização que divulguem todos os municípios de maneira equitativa ou como um destino.**

<sup>27</sup> Os materiais avaliados foram elaborados ainda na época da Piemtur, que mesmo extinta em dezembro de 2010, constava nas logos dos materiais avaliados.

De forma paralela, o elemento mais promovido nos materiais promocionais refere aos atrativos dos municípios mais divulgados, pois atrativos como o Parque Nacional das Sete Cidades (Piracuruca), o Cânion do Rio Poti (Castelo do Piauí), a Igreja Nossa Senhora do Carmo (Piracuruca), a extração de Opala (Pedro II) e a Cachaça Fest (Castelo do Piauí) são constantemente apresentados em diferentes materiais. Esse elemento, os atrativos, abarca aproximadamente 80% das informações apresentadas e demonstra que **os materiais promocionais do Polo não apresentam informações sobre um produto turístico integrado com diferentes atividades complementares (como lazer e entretenimento) e oferta de equipamentos de hospedagem e serviços de alimentação.** Em resumo, os informativos analisados visam, de modo geral, apresentar e descrever os atrativos de forma isolada, o que representa um aspecto negativo no que tange a forma de promoção e comercialização do Polo e sua consolidação como produto e destino turístico.

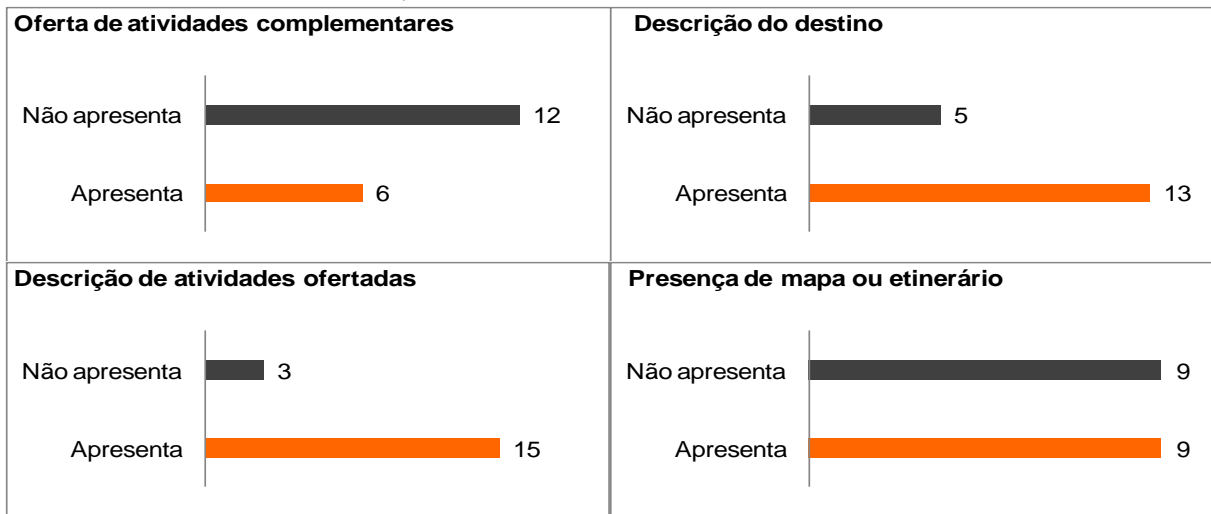
**GRÁFICO 26 - MUNICÍPIOS E ELEMENTOS MAIS PROMOVIDOS NOS MATERIAIS FÍSICOS**



Fonte: Ambiens, 2010.

Em relação a qualidade do material apresentado, representado pelo conjunto de informações disponíveis como (i) oferta de atividades complementares como lazer, entretenimento, serviços de alimentação e hospedagem, (ii) indicação do destino com a presença de mapa ou itinerário, (iii) descrição do atrativo propriamente dito com informações de todas as atividades que podem ser executadas ao visitá-lo, (iv) descrição do destino com informações sobre o município ou o conjunto de municípios, (v) indicação do conteúdo do material em línguas estrangeiras e (vi) apresentação de média de preços cobrados pelos serviços ou atividades ofertadas, algumas considerações podem ser tecidas.

**GRÁFICO 27 - CONTEÚDO QUALITATIVO DOS MATERIAIS FÍSICOS**



Fonte: Ambiens, 2010.

Dentre os 18 materiais impressos analisados apenas 6 apresentam informações em línguas estrangeiras, como inglês e espanhol, o que demonstra pouca preocupação com o público turístico externo. Grande parte do material apresenta a descrição do destino ou município, no entanto, oferecem informações imprecisas ou vagas quanto ao conjunto de atrativos que o município oferece ou confundem o leitor, pois não indicam o nome do município onde o atrativo está instalado. Esse é o caso, por exemplo, de um dos principais atrativos do Polo, o Parque Nacional das Sete Cidades, cujos materiais normalmente se referem a este atrativo ou o descrevem sem mencionar os municípios que dão acesso ao atrativo e oferecem estrutura de apoio para visitação (Piracuruca e Piripiri).

Teresina se destaca por ter três materiais impressos de alta qualidade com uma identidade única, cumprindo três funções: mapa turístico, guia de serviços turísticos, guia de atrativos turísticos.

Além disso, são raros os materiais que apresentam atividades complementares que o turista pode usufruir ao visitar o atrativo ou município, como também são poucos os casos encontrados de indicação de meios de hospedagem e serviços de alimentação. Paralelamente, a forma disponível para contato com as poucas atividades complementares, equipamentos e serviços apresentados se dá majoritariamente por telefone, o que demonstra que o visitante não tem a oportunidade de conhecer minimamente os serviços oferecidos como teria se essas informações estivessem na *internet*, com apresentação de fotos, mapas, etc.

Assim, tendo esse conjunto de aspectos avaliados, elaborou-se um indicador avaliativo do material físico tendo em vista os cinco primeiros itens elencados anteriormente nos 18 materiais examinados:

- Um foi considerado péssimo, pois apresentava somente uma das informações consideradas essenciais para o visitante conhecer o atrativo ou destino divulgado;
- Seis foram considerados razoáveis, pois apresentam de uma a duas informações;
- Oito foram considerados bons porque apresentam informações consideráveis e

- Três foram avaliados como muito bons, pois oferecerem informações pertinentes sobre o destino ou atrativo.

**QUADRO 11 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS MATERIAIS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO POLO**

<b>NOME DO MATERIAL</b>	<b>DESCRIÇÃO QUALIDADE</b>	<b>NOTA*</b>
<b>Arte em madeira no Piauí</b>	Razoável porque apresenta somente a descrição do destino e o itinerário ou mapa	<b>2</b>
<b>Artesanato do Piauí</b>	Bom porque o material apresenta descrição sobre os serviços turísticos ofertados, possui itinerário ou mapa e é voltado para diferentes línguas	<b>3</b>
<b>Bens Tombados do Piauí</b>	Razoável porque apresenta somente a descrição do destino e o itinerário ou mapa	<b>2</b>
<b>Brasil - Piauí</b>	Bom porque o material apresenta informações sobre o destino, descrição dos serviços turísticos ofertados e o itinerário ou mapa	<b>3</b>
<b>Caminho Entre Rios</b>	Razoável porque apresenta somente a descrição do destino e dos serviços turísticos ofertados	<b>2</b>
<b>Conheça Piripiri</b>	Bom porque o material apresenta a descrição do destino, dos serviços turísticos ofertados e possui itinerário ou mapa	<b>3</b>
<b>Guia Castelo do Piauí</b>	Razoável porque apresenta somente a descrição do destino e dos serviços turísticos ofertados	<b>2</b>
<b>Guia Roteiros do Brasil 2009 -2010</b>	Bom porque o material apresenta a descrição dos serviços turísticos ofertados e possui itinerário ou mapa	<b>3</b>
<b>Guia Roteiros do Brasil/PI</b>	Bom porque o material apresenta a descrição do destino, dos serviços ofertados e atividades complementares	<b>3</b>
<b>Piauí Tur</b>	Bom porque o material apresenta a descrição dos serviços turísticos ofertados e possui itinerário ou mapa	<b>3</b>
<b>Piauí: vários destinos, muitas emoções</b>	Muito bom porque contém informações sobre o destino, atividades complementares, apresenta mapa ou itinerário e é voltado para diferentes línguas	<b>4</b>
<b>Região Turística Polo Aventura e Mistério</b>	Muito Bom porque contém informações sobre o destino, sobre os serviços ofertados, atividades complementares e é voltado para diferentes línguas	<b>4</b>
<b>Região Turística Polo de Teresina</b>	Muito Bom porque contém informações sobre o destino, sobre os serviços ofertados, atividades complementares, mapa ou itinerário e é voltado para diferentes línguas	<b>4</b>
<b>Roteiro Piauí surpreendente</b>	Péssimo porque só apresenta a descrição dos serviços turísticos e não contém informações sobre o destino, atividades complementares e indicações de itinerário ou mapa	<b>1</b>
<b>Roteiro Piauí: surpresa, aventura e mistério</b>	Razoável porque apresenta somente a descrição dos serviços turísticos ofertados e atividades complementares	<b>2</b>
<b>Senhores de seu ofício</b>	Bom porque o material apresenta a descrição do destino, dos serviços ofertados e atividades complementares	<b>3</b>

Fonte: Ambiens, 2010.

Nota: (\*) Quantidade de itens apresentados. Varia de 0 (nenhum item apresentado) a 5 (todos os itens apresentados). Quanto maior a nota, melhor a qualidade..

4.3.1.13. Pacotes comercializados

No levantamento e exame tanto dos materiais impressos quanto da análise de visibilidade na Web, o diagnóstico também objetivou a avaliação dos roteiros institucionais e comercializados do Polo de Teresina. Tendo em vista esse levantamento, foram identificados 5 roteiros institucionais e 11 comercializados conforme quadro 12.

**QUADRO 12 - ROTEIROS INSTITUCIONAIS E COMERCIALIZADOS DO POLO DE TERESINA**

NOME DO ROTEIRO	TIPO	MUNICÍPIOS DO POLO	INTEGRAÇÃO	INICIATIVA OU OPERADORA
Surpresa, aventura e mistério	Institucional	2	Não integrado	Ministério do Turismo (Guia Roteiros do Brasil: Piauí)
Piauí surpreendente	Institucional	2	Não integrado	Ministério do Turismo (Guia Roteiros do Brasil: Piauí)
Piauí surpreendente	Institucional	2	Não integrado	Piemtur/Setur
Caminhos Entre Rios	Institucional	5	Não integrado	Sebrae
Surpresa, aventura e mistério	Institucional	2	Não integrado	Piemtur/Setur
Parque Nacional de Sete Cidades e Pedro II	Comercializado	5	Não integrado	Piauítour Receptivo
Delta do Rio Parnaíba	Comercializado	4	Não integrado	Piauítour receptivo
Rota das Águas	Comercializado	3	Não integrado	EcoAdventure Tour
Teresina, Pedro II, Sete Cidades e Parnaíba	Comercializado	3	Não integrado	Morais Brito Viagens e Turismo
Rota Serras nordeste	Comercializado	3	Integrado	Clipe Ecoturismo e Aventura
Rota dos Mistérios	Comercializado	3	Integrado	Clipe Ecoturismo e Aventura
Rota das Emoções	Comercializado	2	Integrado	Casa do Turismo
Roteiro Integrado	Comercializado	2	Integrado	Eventur Turismo e Eventos

Serras e Praias	Comercializado	2	Integrado	C Brasil Turismo
Great Adventures	Comercializado	2	Integrado	Rota Tour Turismo
Delta do Parnaíba	Comercializado	2	Integrado	Trip Time Turismo

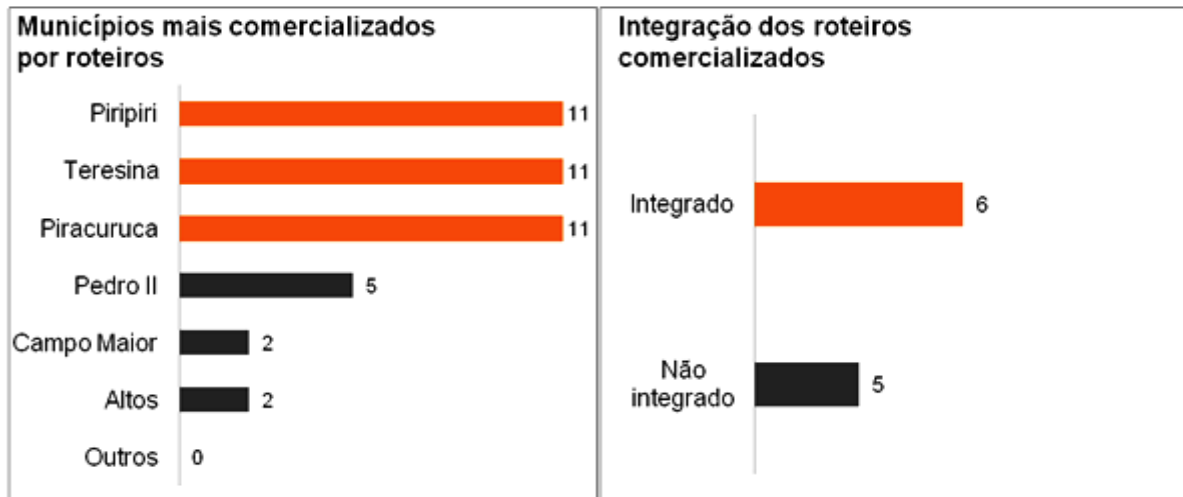
Fonte: Ambiens, 2010.

No que diz respeito a promoção dos roteiros institucionais, as iniciativas se alternam, de forma predominante, entre Ministério do Turismo e Secretaria do Turismo do Estado do Piauí. Os roteiros apresentados por essas instituições visam promover a integração de Teresina e Delta do Parnaíba, perpassando pelos municípios de Piri-piri, Piracuruca e Pedro II. **Percebeu-se que, assim como na análise dos materiais promocionais, não existem roteiros institucionais que divulguem os municípios do Polo de Teresina de maneira equitativa ou como um destino.** Além disso, na descrição desses roteiros verificaram-se as mesmas falhas encontradas nos materiais impressos, pois são poucas ou escassas as informações que indiquem de atividades complementares, meios de hospedagem e serviços de alimentação. Paralelamente, nenhum material institucional analisado apresenta informações em línguas estrangeiras.

Em relação aos onze roteiros comercializados que promovem os municípios do Polo de Teresina, percebe-se também uma concentração de municípios. Piri-piri e Piracuruca são os municípios mais recorrentemente promovidos e comercializados pelas operadoras de turismo em detrimento de municípios como Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Esperantina, José de Freitas, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, União que não são mencionados por tais roteiros. Tal como os roteiros institucionais, **verificou-se que os roteiros comercializados não trabalham como todos os municípios do Polo e “vendem” poucos atrativos do Polo. Esse cenário pode prejudicar a imagem do Polo de Teresina no que tange a promoção de um roteiro ou produto comercializável.**

Cabe destacar que a constante vinculação de Piri-piri e Piracuruca nos roteiros comercializados se dá pela vinculação com o Parque Nacional das Sete Cidades, pois praticamente todos os roteiros integrados ou não com outros estados oferecem o passeio até o parque como parte do pacote turístico. No entanto, assim como nos materiais impressos, o Parque é divulgado de forma isolada, como um destino, e não como parte integrante de municípios que oferecem hospedagem, serviços de alimentação e outros atrativos.

**GRÁFICO 28 - MUNICÍPIOS MAIS PROMOVIDOS POR ROTEIROS COMERCIALIZADOS**



Fonte: Ambiens, 2010.

A qualidade dos roteiros comercializados também foi analisada. Foram elencados cinco aspectos que pudessem representar a qualidade de comercialização e promoção dos roteiros, tais como: (i) descrição qualitativa do roteiro indicando número de dias de viagem; tempo das atividades (cronograma) e grau de dificuldade do trajeto orientando pessoas com deficiências ou idosas; (ii) vias de acesso e forma de deslocamento; (iii) descrição dos municípios de visita; (iv) indicação de meios de hospedagem e serviços de alimentação e (v) indicação do segmento turístico do roteiro.

Em relação aos aspectos examinados, verificou-se que nenhum roteiro comercializado apresenta as vias de acesso e forma de deslocamento que possa orientar o visitante do caminho a ser percorrido ao comprar o pacote. Além disso, nenhum roteiro menciona o tipo de segmento turístico, ou seja, não vendem os roteiros articulados a uma imagem já instituída pelo mercado turístico, como turismo de aventura, turismo cultural, etc.

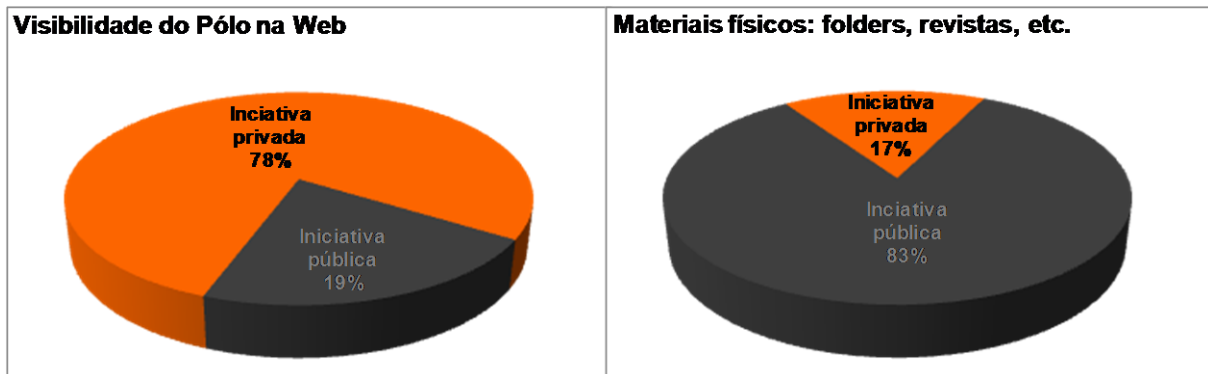
Paralelamente, a descrição qualitativa da maioria dos roteiros é boa oferecendo aos turistas informações sobre a duração da viagem e cronograma. No entanto, pecam pela escassez de informações sobre atrativos e os municípios do roteiro. Analisando os roteiros comercializados de forma conjunta, constata-se que, apesar do número considerável de oferta, a qualidade de comercialização e promoção deixa a desejar o que pode se caracterizar com um entrave para o desenvolvimento do turismo no Polo de Teresina.

#### 4.3.1.14. Agentes de promoção e comercialização

No que tange as ações de promoção e comercialização promovidas por meio de materiais físicos como folders, revistas, *cd-rom*, etc. verificou-se que grande parte é de iniciativa pública, especificamente, da Secretaria do Turismo do Estado do Piauí e do Ministério do Turismo. De forma contrária, a visibilidade na *web* se dá, majoritariamente, por ações de

iniciativa privada, conforme foi constatado com os resultados da pesquisa baseada no *Google* e nos portais de interesse turístico.

### GRÁFICO 29 - INICIATIVAS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO POLO



Fonte: Ambiens, 2010.

Vale destacar que **são poucas as ações de parcerias público-privadas para promoção e comercialização do Polo de Teresina**. Os materiais e *sites* de iniciativa pública divulgam de forma tímida as ações privadas, principalmente, aquelas ligadas a comercialização de produtos e serviços propriamente ditos. No *site* da instituição de origem pública que mais divulga o Polo, a Setur, existem poucas indicações de operadoras de turismo e não menciona os equipamentos de meios de hospedagem e serviços de alimentação do Estado, com exceção de Teresina.

Da mesma forma, o *site* de uma única prefeitura (Castelo do Piauí) apresenta um quadro condizente no que diz respeito à promoção e à comercialização do turismo local, incluindo a menção aos serviços de hospedagem e alimentação. Isso permite inferir que somente 8% dos municípios do Polo disponibilizam na *web* conteúdos atinentes aos interesses de seus potenciais visitantes. Entre os demais, sem incluir os seis municípios cujas prefeituras ainda não possuem um *site*, observa-se um quadro bastante negativo quanto ao atendimento de quesitos mínimos de qualidade no que tange à informação de interesse turístico.

#### 4.3.1.15. Planejamento para promoção e comercialização

Conforme levantamento realizado com nove prefeituras, constatou-se que somente uma delas, a do município de Piri-piri, preparou um plano de *marketing*, o qual, no entanto, não teve o turismo como um dos focos principais. Na mesma ocasião, soube-se que três entre as nove prefeituras consultadas (Esperantina, Pedro II e União), instigaram a promoção e a comercialização junto aos provedores de serviços de hospedagem e alimentação, o que ocorreu mediante parceria com o Sebrae e com o Setur. Foram mencionadas ainda outras iniciativas relativas à capacitação na área de turismo (a exemplo de Monsenhor Gil), tal como a formação de guias, tendo-se como objetivo criar oportunidades à comunidade local, bem como ampliar a capacidade de atendimento aos turistas. Teresina, neste caso, tem previsto no PDITS a elaboração deste planejamento de forma prioritária tendo como foco



desenvolver a estratégia de *marketing* e comercialização para o destino e estruturar ações de captação de eventos e investimentos privados para o fortalecimento do setor turístico.

No que diz respeito ao uso de tecnologias da informação em favor do desenvolvimento turístico, não foi identificada nenhuma iniciativa direta, senão projetos isolados em favor das comunidades locais e de quadros específicos do funcionalismo municipal. Paralelamente, também não foi identificada nenhuma existência de marcas (*branding*) para posicionamento de destinos.

#### 4.4. CONCLUSÃO

Como foi demonstrado, o Polo de Teresina possui uma diversidade de bens culturais reconhecidos vinculados a festejos, ao artesanato e ao patrimônio edificado, que somados à diversidade paisagística dos biomas existentes no Polo resultam em uma variedade quantitativa e qualitativa de atrativos e recursos culturais, naturais, eventos programados e atividades econômicas de interesse turístico. Além dessa variedade de atrativos e recursos, é notável hospitalidade dos moradores locais, fator que favorece a visitação.

Nesse contexto, verificou-se o potencial para o desenvolvimento e consolidação de diferentes segmentações turísticas como (i) **turismo cultural** em Teresina, Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, Esperantina, Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes, com destaque ao turismo arqueológico; (ii) **turismo religioso** nos municípios de Lagoa do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Monsenhor Gil e Castelo do Piauí; (iii) **ecoturismo** em Teresina, Altos, União, Campo Maior, Pedro II, Piracuruca, Esperantina, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes; (iv) **turismo social** em União, José de Freitas, Altos, Piripiri, Piracuruca, Campo Maior, Santa Cruz dos Milagres e Monsenhor Gil.

No entanto, para melhor desenvolver a atividade turística e consolidar os segmentos e atrativos dos municípios do Polo, algumas considerações devem ser feitas:

Mesmo dotados de originalidade e singularidade, observou-se que as **condições de acesso** dos atrativos, retratada pela  **sinalização informativa**, são insatisfatórias. No que se refere à  **sinalização de acesso**, a maioria dos atrativos encontram-se deficitários. Paralelamente, a  **sinalização turística interpretativa** é praticamente inexistente e degradada nos poucos casos em que aparece.

Quanto às **condições de uso**, os atrativos não apresentam níveis satisfatórios de estrutura para atender as necessidades dos visitantes. Além disso, observou a **baixa participação da iniciativa privada na oferta de atividades turísticas** já que grande parte dos atrativos é de domínio público.

Em relação aos **meios de hospedagem**, o panorama apresentado demonstrou certa fragilidade do setor em relação a qualidade de serviços prestados, a integração da oferta e a profissionalização dos empreendimentos, inclusive em Teresina.

Da mesma forma, os **serviços de alimentação** apresentam problemas em relação à qualidade dos serviços prestados, a falta de mão de obra qualificada, a deficiente integração da oferta e a ausência de adequados instrumentos de gestão. Os municípios que apresentaram indicadores de maior qualidade foram Teresina, Pedro II, Castelo do Piauí,

Piracuruca, com destaque para Piri-piri que apresentou os resultados mais satisfatórios para composição do produto turístico.

Observou-se a falta da diversificação da oferta de **equipamentos de lazer e de atividades de entretenimento** em todos os municípios. Dentro do panorama traçado, destacam-se Campo Maior, Teresina e Piri-piri pelo diferencial da oferta, no entanto pouco satisfatória quando utilizada para agregar valor turístico a estas localidades.

Somente Campo Maior, União e Piri-piri possuem uma estrutura adequada de oferta de **equipamentos de eventos**, além de Teresina que possui equipamentos para eventos de pequeno e médio porte, porém ainda é carente de espaços para realização de grandes eventos. Os demais municípios da região, como é o caso de José de Freitas, utilizam-se de praças para a realização dos eventos, fato que mostra a falta de investimento neste setor.

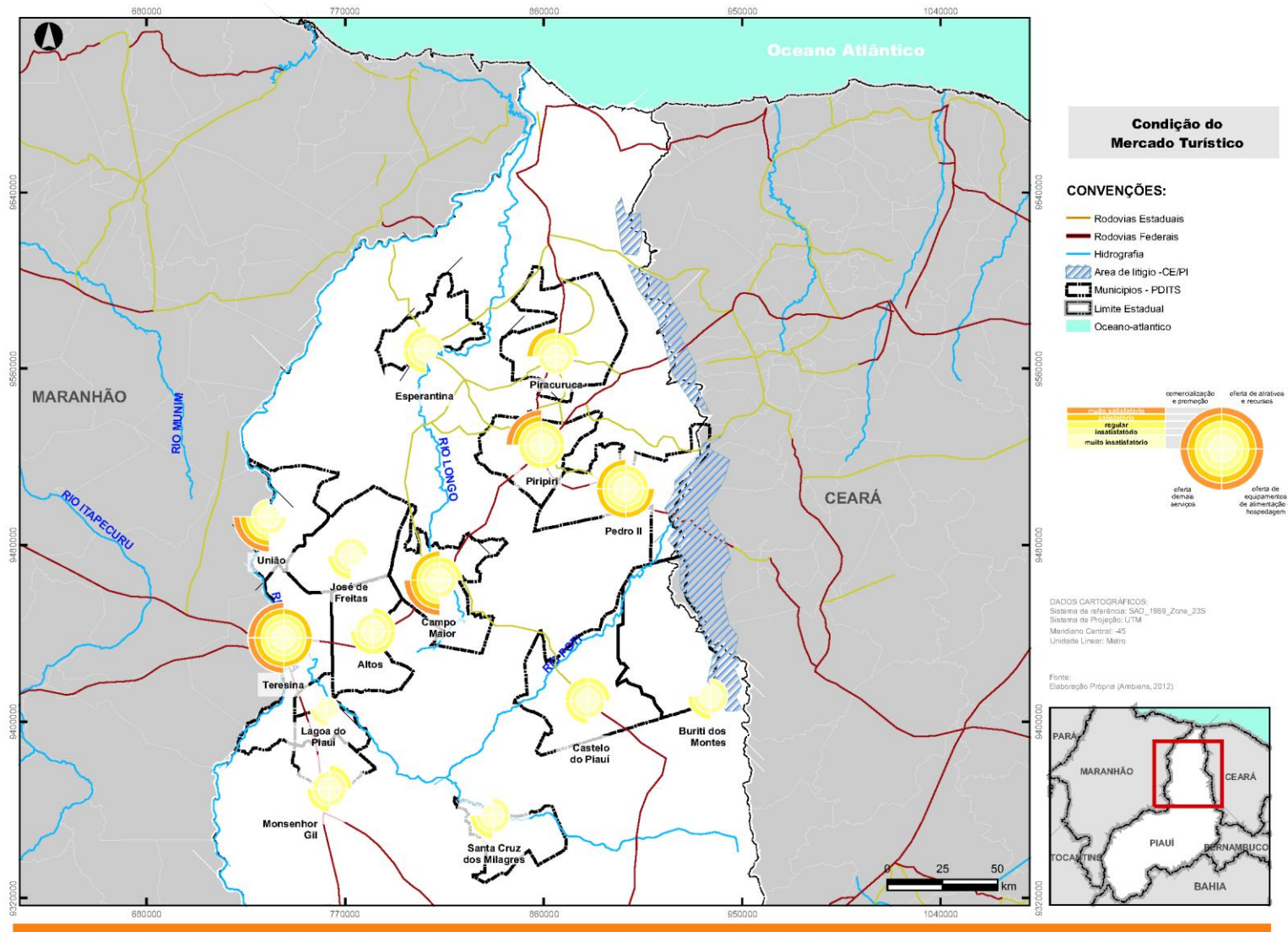
Durante a visita *in loco* ao Polo de Teresina, pode-se observar a inexistência de **postos de informações turísticas**, exceto o situado em Teresina que apresenta indicadores insatisfatórios de qualidade. A ausência de informação dificulta ao turista o acesso aos locais, o que conseqüentemente diminui a permanência e os gastos de turistas na localidade.

Em relação a **promoção e comercialização** de destinos e atrativos do polo, verificou que um dos fatores mais negativos identificados diz respeito à ausência de conteúdos na *web* que favoreça a promoção e a comercialização dos destinos. Paralelamente, no Polo de Teresina, não existem materiais impressos e roteiros comercializados que promovam todos os municípios de maneira equitativa ou como um destino. Desse modo, os municípios constantemente comercializados e promovidos no Polo são apenas Teresina, Campo Maior, Pedro II, Piracuruca e Piri-piri.

Ao analisar os **dados de turismo disponíveis**, verificou-se a falta de fontes que contribuam para a medição dos fatores socioeconômicos resultantes da atividade turística. Mesmo com essa realidade, os conteúdos apresentados em relação a **demanda atual** do Polo de Teresina apontam para o vínculo direto às condições de oferta de infraestrutura turística da capital do Estado que funciona como um centro radial de recepção e distribuição do fluxo turístico para os atrativos do Polo. Essa relação de dependência influencia diretamente os meios de transporte mais utilizados para a visitação (ônibus de linha e automóvel) e gera aspectos negativos na visão de pelo menos 1/3 dos turistas atuais que classificam a falta de infraestrutura como um dos problemas mais prementes do Polo.

Por outro lado, no que diz respeito à **demanda potencial** do Polo, verifica a existência de um grande mercado a ser ocupado, visto que os maiores problemas apontados estão relacionados a imagem negativa e estigmatizada de problemas nas áreas de infraestrutura básica, associado a exclusão social. A excelência na divulgação e comercialização dos produtos turísticos do Polo a partir das agências de viagens, elaboração de materiais promocionais, além da mídia eletrônica, pode influenciar positivamente a visão que o turista potencial tem do Estado como um todo.

Figura 10 - Mapa de condição do mercado turístico



## **5. INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS**

### **5.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO À ÁREA**

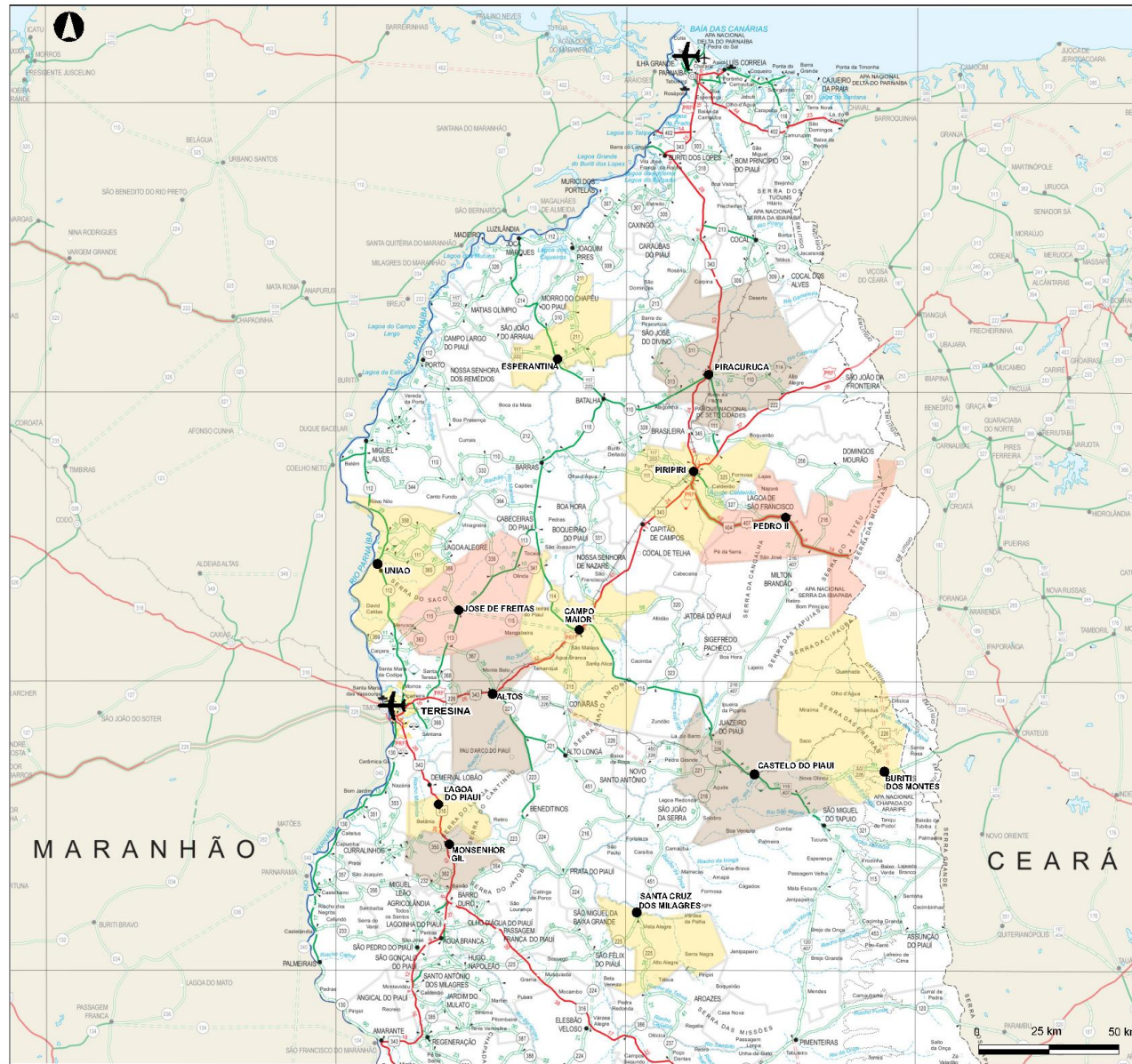
Um dos aspectos relevantes relacionados ao desenvolvimento do turismo é o acesso aos destinos e atrativos e, portanto, o conjunto de vias e equipamentos que dão suporte aos fluxos de pessoas e mercadorias. A qualidade deste sistema é determinante para a capacidade e qualidade das visitas e demais relações (econômicas, culturais, sociais). Neste sentido, as funções, relações e as qualidades físicas dos equipamentos e vias de circulação – rodovias, ferrovias, aeroportos – são aspectos fundamentais a serem avaliados, tanto para a economia específica do segmento turístico, quanto para a economia local e regional em sua totalidade.

#### **5.1.1. Rodovias**

O principal sistema de circulação do Piauí é constituído pelas rodovias que se distribuem com diferentes qualidades e estados de conservação por todo o perímetro estadual e estabelecem as conexões viárias interestaduais.



Figura 11 - Mapa de sistema viário



## SISTEMA VIÁRIO



Municípios integrantes do Polo de Teresina

RODOVIAS		Estaduais	
Federais		Duplicada	
Duplicada		Em Duplicação	
Em Duplicação		Em Pavimentação	
Pavimentada		Em Implantação	
Em Pavimentação		Leito Natural	
Implantada		Planejada	
Em implantação		Concedida	
Leito Natural			
Planejada			
Concedida			

FERROVIAS	
Existente com tráfego / tráfego suspenso	
Em Construção	
Planejada	

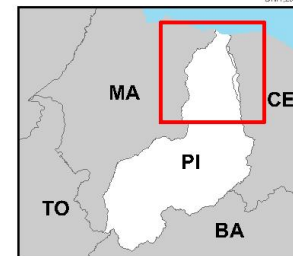
HIDROVIAS	
Hidrovia	

HIDROGRAFIA	
Rio e Lagoa Permanente	
Rio e Lagoa Intermitente	
Barra em Açude	

ÁREAS URBANAS	
Capital/Região Metropolitana	

Cidades	
Acima de 500.000 habitantes	
100.000 a 500.000 habitantes	
10.000 a 100.000 habitantes	
Aeroporto Público	

Fonte: DNIT, 2009



Os fluxos das rodovias estão divididos basicamente em quatro tipologias: na região sudoeste, o principal fluxo é o de transporte de cargas, uma vez que nessa região estão localizadas as maiores produções de soja do estado; na região sul, junto com o fluxo de escoamento da produção, serviços e abastecimento comercial, um dos motivos para o movimento rodoviário, ainda assim incipiente, é o deslocamento entre a região de Teresina e os atrativos turísticos relacionados aos sítios arqueológicos, como os existentes na Serra da Capivara; na região noroeste/leste, mais precisamente em Teresina e seu entorno, encontram-se os fluxos voltados às relações de negócios, ao turismo religioso e ao turismo de aventura.

Na capital, localiza-se um importante nó rodoviário de conexão com os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Teresina, além de se tratar de uma localização de referência para o deslocamento inicial em direção a diferentes fluxos turísticos – religiosos, culturais, ecoturismo e outros, é também uma importante malha viária que conecta o Piauí aos estados vizinhos.

Ao norte está o litoral do estado, região de grande atrativo turístico – talvez o maior do Piauí, conseqüentemente, de grande movimento rodoviário e que apresenta melhores condições físicas de circulação.

Em linhas gerais, grande parte das rodovias federais no Piauí está asfaltada, apresentando boas condições de trafegabilidade, já que, na sua maioria, foram recentemente pavimentadas ou recapeadas. Segundo informações da Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS), as rodovias federais e estaduais existentes no Piauí que ainda não possuem asfalto, estão recebendo este investimento, sendo que parte das obras já contratadas foram temporariamente paralisadas devido o período eleitoral. Tanto as rodovias federais quanto estaduais não são pedagiadas.

**Figura 12 - Trecho da BR 316, com ótima condição asfáltica**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

Em alguns trechos, observa-se a inexistência ou a precariedade dos acostamentos (que variam entre pavimentados e não pavimentados, como é o caso de trechos das rodovias BR-343 e BR-404). No que tange à sinalização, mostra-se bastante precária na maioria das rodovias. Em determinados casos, a localização das placas indicativas confunde o usuário

e, em outros, as placas de sinalização encontram-se deterioradas. Em alguns trechos rodoviários, como da BR-316, não há nenhum tipo de sinalização vertical (como placas, pórticos) e tampouco sinalização horizontal (como olhos de gato, faixas contínuas), o que torna a estrada bastante perigosa.

**Figura 13 - Trecho da BR-316 sem sinalização**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

Alguns trechos das estradas estaduais apresentam muitos buracos e falhas na pavimentação, além da ausência de acostamento em vários trechos, como na PI-452, PI-115, PI-022, PI-110, PI-117. Em algumas rodovias, o acostamento não está pavimentado em trechos parciais ou em sua totalidade, como é o caso da rodovia PI-225. A ausência ou precariedade de sinalização é um aspecto negativo em todas as rodovias estaduais e federais. De forma geral, o estado de conservação e trafegabilidade das rodovias estaduais é inferior ao das federais.

**Figura 14 - Trecho de acostamento não asfaltado na PI-225**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

**Figura 15 - Trecho sem acostamento e com sinalização precária na PI-117**

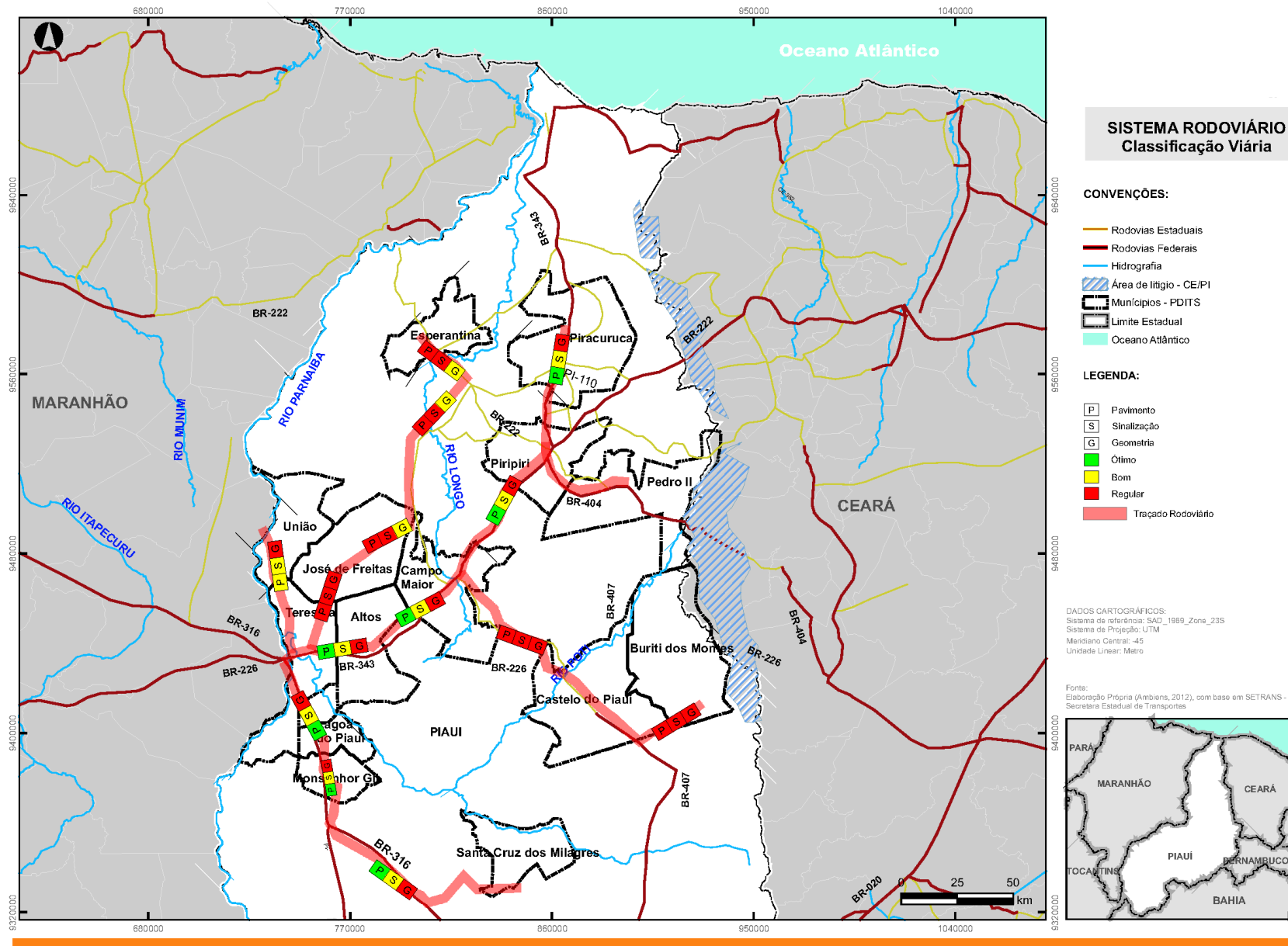


Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

O mapa a seguir demonstra a avaliação realizada pela Secretaria Estadual de Transporte relativa à pavimentação, sinalização e geometria das vias.



Figura 16 - Mapa de sistema rodoviário - classificação das vias



Os pontos de apoio ocorrem em pequeno número e estão localizados de forma bastante espaçada entre eles, o que faz com que alguns trechos de maior circulação viária não apresentem nenhum posto policial, posto de combustível ou qualquer outro equipamento.

A paisagem do entorno das rodovias preserva, em geral, as formas, textura e escala típicas do ecossistema local, tornando o conforto visual do deslocamento um diferencial da região. Com uma vegetação que transita entre a caatinga e o cerrado e uma mata ainda preservada, as retas infundáveis que compõem o cenário rodoviário se tornam bastante agradáveis. Não obstante, em muitos trechos, como na BR-343, PI-113, PI-112, há a presença de inúmeras mangueiras e cajueiros que tornam a paisagem ainda mais colorida e interessante.

Não existem mecanismos de controle de velocidade ou alertas frequentes para cuidados no trânsito. Esta ausência, associada à predominância de retas contínuas nos percursos, contribui para a ocorrência de acidentes. Outro fator que provoca risco e resulta em um número considerável de acidentes é a constante presença de animais soltos nas vias.

**Figura 17 - Animais em trecho da PI-117**



Fonte: Visita técnica realizada pela consultoria.

As queimadas, resultado de uma prática comum da agricultura, podem ser observadas nos vários percursos entre os municípios. Devido à proximidade da fumaça com a circulação dos veículos, a visibilidade dos motoristas é constantemente afetada e, portanto, se caracteriza como outro fator de risco.

**Figura 18 - Trecho da paisagem da BR-316 com ocorrência de queimada**



Fonte: Ambiens, 2010.

Existem duas rodovias federais que dão acesso aos municípios constituintes do Polo de Teresina, a saber: BR-316 e BR-343. A primeira, que passa por Teresina e se direciona ao centro do estado, atravessa os municípios de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil, referências de turismo religioso. Nestas cidades, estão localizados importantes atrativos religiosos, como a Gruta Betânia, Via Sacra e Morro do Cruzeiro. Em época de festejo, a região fica repleta de fiéis e, as rodovias, com movimento intenso. Neste trecho, de ótima pavimentação, a sinalização horizontal está presente integralmente, diferente da sinalização vertical, quase inexistente. Esta rodovia atravessa o Piauí sentido noroeste-sul e chega até a cidade de Araripina, no estado de Pernambuco constituindo um importante eixo de deslocamento.

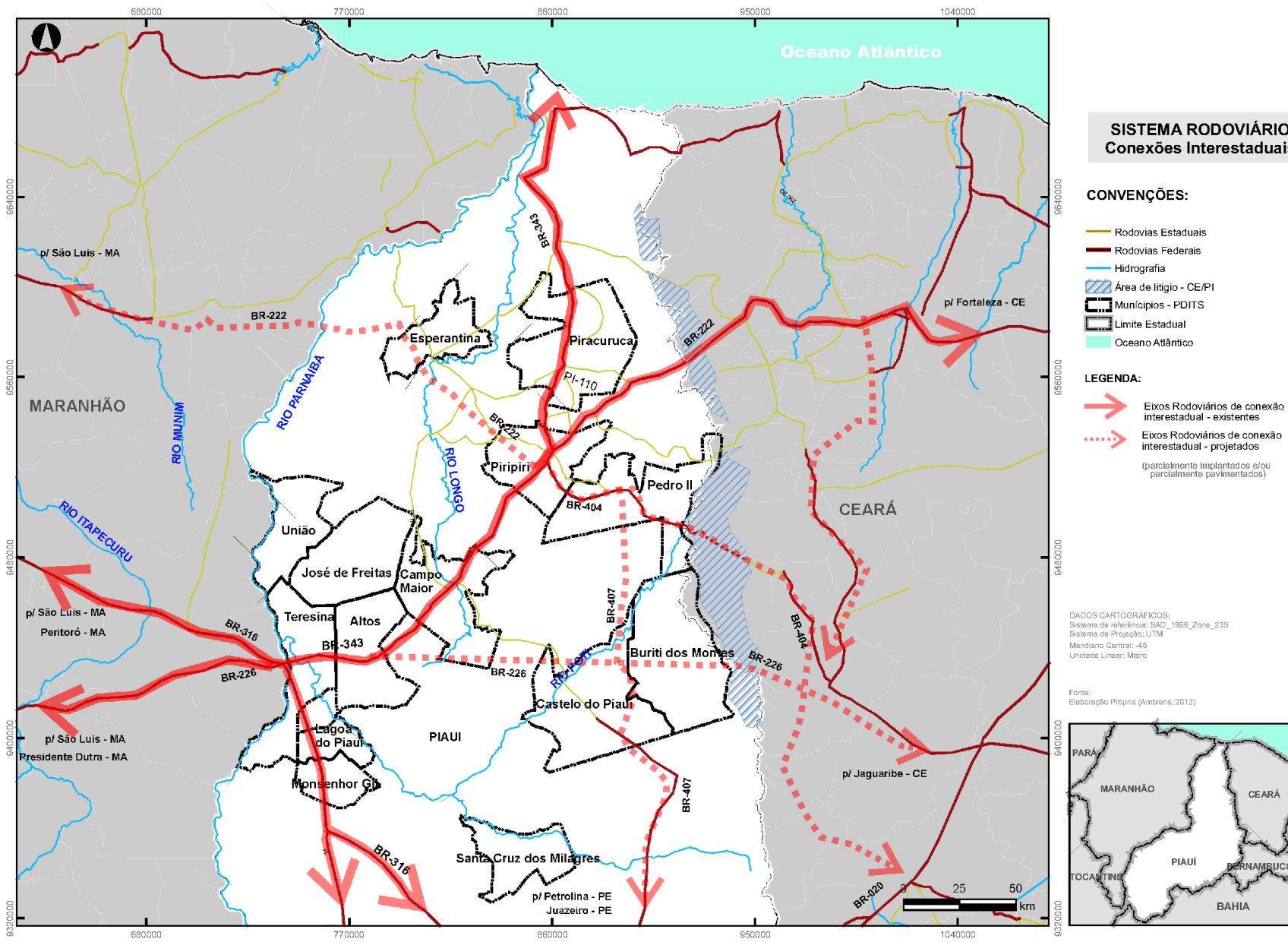
A partir da BR-316 é possível acessar também o município de Santa Cruz dos Milagres através de conexões viárias com a PI-452 e, em seguida, com a PI-225. A pavimentação, tanto na BR quanto nas PIs, possui ótimas condições de trafegabilidade. Já com relação ao acostamento, é inexistente no trecho estadual. Sede da Igreja Matriz, um dos atrativos religiosos nordestinos mais procurados pelos fiéis, em época de festejo ocorre um aumento considerável na frota que transita por essa região. Como todas as rodovias são constituídas por pista simples, esse aumento ocasional interfere no fluxo normal, resultando em congestionamentos, ampliação do número de acidentes e maior degradação do pavimento.

A BR-343 tem como ponto de partida Teresina e se direciona ao litoral, passando pelos municípios de Altos, Campo Maior, Piripiri e Piracuruca. Devido aos atrativos turísticos existentes nestes núcleos urbanos, que variam entre os de ecoturismo (com sítios paleontológicos e florestas nativas), religiosos, culturais (com memoriais, museus e festividades), a rodovia é bastante movimentada, principalmente na época de maior visitação (específica para cada atrativo). As vias se encontram em ótimo estado, havendo carências de pavimentação dos acostamentos nos trechos entre Campo Maior e Piripiri e entre Piripiri e Piracuruca. Como o fluxo de veículos entre Piripiri e Piracuruca apresenta picos de movimentação em determinadas épocas do ano (fluxo Teresina – Parnaíba), a ausência de acostamento pavimentado não é tão grave neste trecho quanto no trajeto entre Campo Maior e Piripiri, rodovia de conexão interestadual e, conseqüentemente, com fluxo intenso e frequente.

No trecho de Piracuruca está localizado o depósito municipal de resíduos, elemento que afeta de forma negativa a paisagem, além de contribuir para a proliferação de vetores e a intensificação de odores desagradáveis na região.

A BR-343 também conecta dois trechos da BR-222 que, segundo projeto do Governo Federal – Ministério dos Transportes, deve atravessar, futuramente, todo o estado, no sentido leste-oeste, ligando Maranhão ao Ceará. A BR-222 está parcialmente implantada, mas requer investimentos em novas ligações, conservação, pavimentação ou melhorias, para configurar importante eixo de integração interestadual e desenvolvimento do turismo.

Figura 19 - Mapa de sistema rodoviário - conexões interestaduais



Os demais municípios do polo são acessados a partir da BR-343, através de conexões entre a BR e PIs: União, bem próximo de Teresina, é acessado pela PI-112; José de Freitas é acessado pela BR-343 e, posteriormente, pela PI-113. Para chegar a Castelo do Piauí, o percurso mais recomendado é o pela PI-115, pois esta é a única rodovia pavimentada, até o momento, que dá acesso ao município. Buriti dos Montes, município bem próximo de Castelo do Piauí, é acessado pela PI-115 e PI-322, esta última encontra-se em obras de pavimentação. No momento, Buriti dos Montes é o único município sem acesso asfaltado entre os que constituem o Polo de Teresina.

Nas rodovias citadas acima, a qualidade da pavimentação e sinalização decaem bastante se relacionadas com as demais rodovias do Polo, porém com condições normais de trafegabilidade. Quanto ao movimento da frota, ele se mantém constante durante o ano todo, uma vez que, em linhas gerais, a tipologia dos atrativos turísticos existentes atrai turistas em todas as épocas do ano. Uma exceção ao constante movimento rodoviário é o aumento do fluxo ocasionado pela Cachaça Fest, evento que ocorre anualmente no município de Castelo do Piauí. Esse aumento deve resultar em alguns problemas de fluxo já que a pista da rodovia, assim como todas as demais rodovias estaduais, é simples e não possui acostamento.

O acesso à Pedro II se dá pela BR-343 e, em seguida, pela BR-404 – estando esta última em obras finais de pavimentação e sinalização. Devido ao festival de inverno, que acontece no feriado de Corpus Christi, muitas pessoas se dirigem ao município, resultando em aumento intensivo no fluxo de veículos nas rodovias da região.

Um dos problemas levantados envolve os municípios de Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e Pedro II: inexistente um eixo rodoviário que estabeleça a conexão direta entre eles. Por possuírem características ambientais e recursos turísticos potenciais bastante semelhantes, essa conexão rodoviária foi identificada como fundamental para o desenvolvimento do polo. Além disso, por existir uma dificuldade de circulação entre Buriti dos Montes e Castelo do Piauí, os buritienses estabelecem maior relação comercial e de serviços com o município vizinho do estado do Ceará. A integração em si não é o problema, mas sim, a falta de opção para os deslocamentos.

O município de Esperantina é acessado via BR-343 de duas formas. A partir de Piracuruca, pela PI-110 até o município de Batalha e, em seguida, pela PI-117 (que liga Batalha à Esperantina), trecho que se sobrepõe ao trajeto da BR-222. A segunda forma é a partir de Piri-piri cujo acesso se dá pela continuidade da BR-222/PI-117.

Em relação ao trajeto Piracuruca-Esperantina, a estrada do trecho inicial apresenta vias sem manutenção, com alguns buracos, sem acostamento e muito acidentada na maior parte do percurso. Na segunda parte deste trajeto a pavimentação não apresenta problemas.

A passagem da BR-343 no interior de Altos, Campo Maior e Piracuruca, da BR-404 em Pedro-II, da PI-117 em Esperantina e da PI-322 em Buriti dos Montes – todas possuindo um traçado que corta a malha urbana desses municípios – acarreta graves problemas e riscos para os moradores como acidentes, poluição sonora e visual.

Segundo qualificações atribuídas pela Secretaria Estadual de Transportes – SETRANS, as rodovias do Piauí foram classificadas de acordo com suas condições gerais, de



pavimentação, sinalização e geometria do asfalto. As características – pavimento, sinalização e geometria<sup>28</sup> – são analisadas segundo os níveis de conservação, segurança e conforto que são perceptíveis aos usuários da infraestrutura rodoviária. Tais pesquisas possuem um teor qualitativo.

Para a característica pavimento, as variáveis consideradas são: condição de superfície; velocidade devido ao pavimento central e ao pavimento do acostamento. Quanto à sinalização, as variáveis são: faixas centrais e laterais; placas de limite de velocidade; placas de indicação; placas de interseção; visibilidade das placas e legibilidade das placas. E com relação à geometria da via as variáveis são: tipo de rodovia; perfil da rodovia; faixa adicional de subida e condições; obras de arte e sua condição; curvas perigosas e sua condição e acostamento. O modelo atribui à extensão avaliada a classificação de Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Péssimo.

**QUADRO 13 - CLASSIFICAÇÃO DAS BRS E PIS – POLO DE TERESINA**

RODOVIAS NO PIAUÍ - POLO DE TERESINA						
Rodovia	Trecho	Extensão Pesquisada (KM)	Geral	Pavimento	Sinalização	Geometria
BR-343	Teresina - Altos	41	Bom	Ótimo	Bom	Regular
BR-343	Teresina – José de Freitas	16	Bom	Ótimo	Bom	Regular
PI-113		37	Bom	Regular	Regular	Regular
PI-113	José de Freitas - Esperantina	67	Bom	Regular	Regular	Bom
PI-110		35				
PI-117		20				
PI-112	Teresina - União	61	Bom	Bom	Bom	Regular
BR-316	Teresina – Lagoa do Piauí	38	Bom	Ótimo	Bom	Regular
BR-316	Lagoa do Piauí – Monsenhor Gil	56	Bom	Ótimo	Bom	Regular
BR-316	Monsenhor Gil – Santa Cruz dos Milagres	63	Bom	Ótimo	Bom	Regular
PI-225		59				
BR-343	Altos – Campo Maior	42	Bom	Ótimo	Bom	Regular
PI-115	Campo Maior – Castelo do Piauí	100	Bom	Regular	Regular	Regular
PI-115	Castelo do Piauí – Buriti dos Montes	19	Bom	Regular	Regular	Regular
PI-322		41				
BR-343	Campo Maior - Piripiri	65	Bom	Ótimo	Bom	Regular
BR-404	Piripiri – Pedro II	51	Bom	Bom	Bom	Bom
BR-434	Piripiri - Piracuruca	42	Bom	Ótimo	Bom	Regular

Fonte: Ambiens, baseado em informações disponíveis pela Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS).

<sup>28</sup> Segundo Corrêa; *et al.* (2006) a geometria, um dos parâmetros técnicos mais importantes de uma via, é analisada segundo sua característica vertical (greide e comprimento de rampa), horizontal (influenciada pelo relevo, velocidade diretriz, distância de visibilidade, tipo de solo, etc.), superfície da pista de rolamento e largura.



Como é possível verificar no quadro 13, com relação ao item “pavimentação” e “sinalização”, apenas as PI’s receberam “regular”. As BR’s apresentaram as melhores condições, tendo sua classificação variado entre “ótimo” e “bom”. A pior classificação foi a atribuída ao item “geometria”: neste caso, tanto as BR’s quanto PI’s foram apontadas como “regulares”. As únicas que receberam o conceito “bom” foram: PI-113, PI-110, PI-117 e BR-404.

### 5.1.2. Aeroportos

O principal aeroporto que atende ao Polo é o de Teresina, denominado Senador Petrônio Portella. Situado ao norte do município, distando apenas três quilômetros do centro da cidade, é o único aeroporto que opera com voos regulares no estado. Segundo a Infraero (2010), o aeroporto possui apenas um terminal de passageiros, estacionamento para automóveis com oitenta e três vagas e estacionamento de aeronaves com cinco posições.

**Figura 20 - Aeroporto de Teresina Senador Petrônio Portella**



Fonte: Infraero, 2010

Ainda de acordo com a empresa pública federal brasileira, o aeroporto conta com seis estabelecimentos comerciais, três estabelecimentos de alimentação, duas agências de viagem, três pontos de serviços bancários, três locadoras de automóveis e uma empresa de táxi. Há quatro empresas aéreas operando no aeroporto. De acordo com a investigação *in loco*, o aeroporto não comporta um aumento significativo de voos devido à saturação de sua infraestrutura atual.

O Estado de Piauí conta ainda com o aeroporto de Parnaíba, sob a direção da Infraero desde 2004. Bem menor que o aeroporto de Teresina e com uma importância também inferior, este aeroporto conta com um estacionamento para automóveis com apenas trinta vagas e um estacionamento de aeronaves com apenas duas posições. Além das obras em

andamento para melhorias na pista e aquisição de equipamentos, estão previstas para 2011, melhorias no terminal de passageiros.

**Figura 21 - Aeroporto de Parnaíba**



Fonte: Infraero, 2010.

### **5.1.3. Ferrovias**

Não há nenhuma ferrovia em atividade no Polo de Teresina. Um importante ramal na região é o existente entre os municípios de Altos e Luís Correa. Concluído em meados do século XX, o trecho tem extensão de 313 Km e passa pelos municípios de Campo Maior, Piripiri e Cocal, estando seu traçado paralelo ao traçado da BR-343.

Considerando a importância que as ferrovias representam, principalmente no transporte de cargas, o governo do estado está trabalhando no sentido de reativá-las. Atualmente algumas sedes das ferrovias, como é o caso da sede de Campo Maior, Piripiri e Piracuruca, foram restauradas e hoje possuem uso turístico, com grande área para a implantação de parques urbanos em seu entorno.

## **5.2. SANEAMENTO AMBIENTAL**

São os aspectos relacionados a saneamento ambiental que evidenciam o estágio de desenvolvimento de uma comunidade ou município. O crescimento econômico, seja

impulsionado pela atividade turística ou qualquer outro segmento produtivo, sem a devida redistribuição dos benefícios gerados revigora um ciclo perverso de concentração de renda e oportunidades. Em municípios com grande atratividade e interesse turístico este processo fica explícito nos indicadores intraurbanos, isto é, na diferença entre áreas centrais, bairros visitados ou de passagem para acesso a atrativos e os demais bairros. De forma sintética, o saneamento ambiental é considerado um processo que acompanha o desenvolvimento das sociedades, ao procurar garantir, com obras civis e instalações, o abastecimento regular de água, a drenagem pluvial e a remoção e tratamento de resíduos (esgotamento sanitário, residencial e não residencial, e coleta de resíduos sólidos).

Por este motivo, as variáveis que compõe a condição de saneamento ambiental do Polo de Teresina – água, esgoto, limpeza urbana e drenagem - devem ser avaliadas e monitoradas de forma a garantir que o desenvolvimento da atividade turística seja acompanhado da qualificação da infraestrutura e serviços básicos que afetam a condição de vida dos moradores e visitantes, universalizando os benefícios da atividade.

Como em toda a região nordeste, conforme aponta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (BRASIL, 2009), a baixa oferta e qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia tem forte associação com os elevados casos de doenças. O Plano reafirma, em especial, a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário ao citar que, no Piauí, apenas 4% da população é atendida.

Em relação ao tema, o Governo Federal e o Conselho das Cidades (ConCidades) desenvolvem conjuntamente o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), sob a coordenação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, conforme determina a Lei 11.445/2007. Segundo informações disponibilizadas pelo Ministério das Cidades, “o Plano Nacional de Saneamento Básico, quando aprovado em sua etapa final, constituirá o eixo central da política federal para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes da Lei 11.445/07. Será um instrumento fundamental para a retomada da capacidade orientadora do Estado na condução da política pública de saneamento básico e, conseqüentemente, da definição das metas e estratégias de governo para o setor no horizonte dos próximos vinte anos, com vistas à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico como um direito social, contemplando os componentes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.” (MINCIDADES, 2013)

Até o momento da elaboração e revisão do presente documento, o plano encontra-se em processo de debate público e qualificação por meio de um conjunto de audiências públicas realizadas em todos os estados da federação.

Conforme a versão preliminar do documento, as metas fixadas no Plansab retratam o desafio da universalização para os serviços de abastecimento de água potável e de coleta de resíduos domiciliares em todas as cidades até 2030. No caso de coleta de esgoto, a meta para região nordeste é de 90%. Ainda segundo o plano, “o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida em lei implicará a erradicação dos lixões/vazadouros no País até 2014”.

### 5.2.1. Abastecimento de água

Dos 14 municípios analisados, com base nas informações disponibilizadas pela AGESPISA (número de economias ativas abastecidas residenciais, 2010) e pelo censo IBGE 2010 (total de domicílios particulares ocupados, 2010), relativas à população atual com abastecimento de água, além de Teresina, apenas três municípios apresentam percentual situado entre 80% e 100% da população total atendida: Santa Cruz dos Milagres, Monsenhor Gil e Castelo do Piauí.

Os demais foram distribuídos em dois grupos: (i) municípios com percentual de abastecimento entre 70% e 80% e (ii) municípios com percentual de abastecimento abaixo de 70%.

O primeiro grupo é constituído pelos municípios de Altos, Piri-piri, Pedro II, Piracuruca e Campo Maior. No segundo grupo, em piores condições de abastecimento de água estão: Esperantina, José de Freitas, Lagoa do Piauí, Buriti dos Montes e União, sendo este último, o município com o menor percentual de atendimento, com menos de 50% do total de moradores.

**TABELA 13 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

MUNICÍPIO	(a) Número de economias ativas abastecidas residenciais	(b) Total de domicílios particulares ocupados	% de domicílios atendidos (a/b)
Altos	8.127	10.383	78
Buriti dos Montes	1.076	2.052	52
Campo Maior	9.063	12.965	70
Castelo do Piauí	4.234	5.078	83
Esperantina	6.641	10.113	66
José de Freitas	5.724	9.219	62
Lagoa do Piauí	588	1.065	55
Monsenhor Gil	2.478	2.854	87
Pedro II	7.529	9.781	77
Piracuruca	5.749	7.742	74
Piri-piri	13.249	17.005	78
Santa Cruz dos Milagres	1.050	1.050	100
Teresina*	207.400*	222.154	93,3
União	5.226	10.846	48

Fontes: (a) AGESPISA (2010); (b): IBGE (2010).

Nota: no caso de Teresina o número refere-se ao total de domicílios com rede de abastecimento de água segundo IBGE/2010.

O abastecimento de água é realizado por meio da captação e tratamento de água de açudes ou poços tubulares, entretanto segundo informações dos profissionais entrevistados nas prefeituras, uma parcela significativa das residências utilizam poços simples ou “cacimbas”. No caso de Pedro II há, por exemplo, uma grande desconfiança sobre a qualidade da água do sistema AGESPISA, o que se deve, principalmente, à posição do açude de captação,

que recebe diretamente a contribuição de drenagem de toda a área urbana, isto é, a jusante da malha urbana municipal.

Outro tema relevante para próximas etapas do presente plano diz respeito à utilização dos açudes para finalidade turística, seja para o aproveitamento via esportes náuticos, balneário, entre outras finalidades, combinado a função de captação para abastecimento público. A finalidade dos açudes precisa ser compatível com o sistema de abastecimento, por exemplo, evitando a utilização de embarcações com motores quando os resíduos prejudicarem o tratamento de água.

### **5.2.2. Esgotamento Sanitário**

Na informação disponibilizada pela AGESPISA, além da capital, apenas o município de Altos apresenta rede coletora de esgoto. Segundo a empresa, existem 1200 ligações de esgoto e uma rede coletora de 10 Km, representando cerca de 10% das economias existentes no município.

No restante dos municípios não existe rede de coleta e tratamento de esgoto vinculados a um sistema público. Segundo informações *in loco*, o tratamento do esgoto é realizado em fossas comuns e, na minoria dos casos, em fossas sépticas, executadas com orientação técnica da prefeitura, de programas vinculados a FUNASA ou por particulares, no caso de empreendimentos não residenciais mais estruturados.

Segundo informações do Ministério de Integração Nacional, o atendimento para esgotamento sanitário atinge 4% da população do Piauí. Considerando que quase a totalidade destas ligações estão na capital, é válido afirmar que a situação diagnosticada nos demais municípios compromete, além da saúde pública dos moradores e visitantes, a própria paisagem e, portanto, a capacidade de receber investimentos privados do segmento turístico.

### **5.2.3. Limpeza Urbana**

O serviço de varrição e coleta de resíduos é um dos grandes problemas da conservação e qualidade da paisagem urbana em todos os municípios que compõe o polo. Apenas no caso da capital, cabe destacar que a limpeza urbana tem recebido investimentos gradativos e o próprio PDITS de Teresina define este componente como ponto forte da cidade.

No restante dos municípios o cenário é outro. Se por um lado, alguns espaços das cidades contempladas no diagnóstico, são reconhecidos como lugar de visitação turística ou componentes do patrimônio histórico e ambiental, e, portanto, apresentam boa qualidade paisagística no que diz respeito à limpeza urbana, por outro lado, em ruas muito próximas destes espaços turísticos, a população convive com a disposição inadequada de resíduos e o mau cheiro cotidianamente.



**Figura 22 - Acúmulo de lixo no perímetro urbano do município de Pedro II**



Fonte: Ambiens 2010.

Segundo os entrevistados nas Prefeituras Municipais, todos os municípios apresentam um sistema municipal de varrição pública das ruas, com servidores ou empresas terceirizadas para este fim. Da mesma forma, todos os municípios realizam a coleta com depósitos de lixo afastados da área urbana, com caminhões próprios ou terceirizados. A nomenclatura utilizada é vasta para explicar a qualidade e tipologia destes depósitos: lixão, aterro, “aterro não completo”, “aterro simples”. Pela descrição durante os relatos, é válido afirmar que nenhum dos casos pode ser considerado como aterro sanitário, com manta impermeável e demais componentes com a disposição e tratamento adequados.

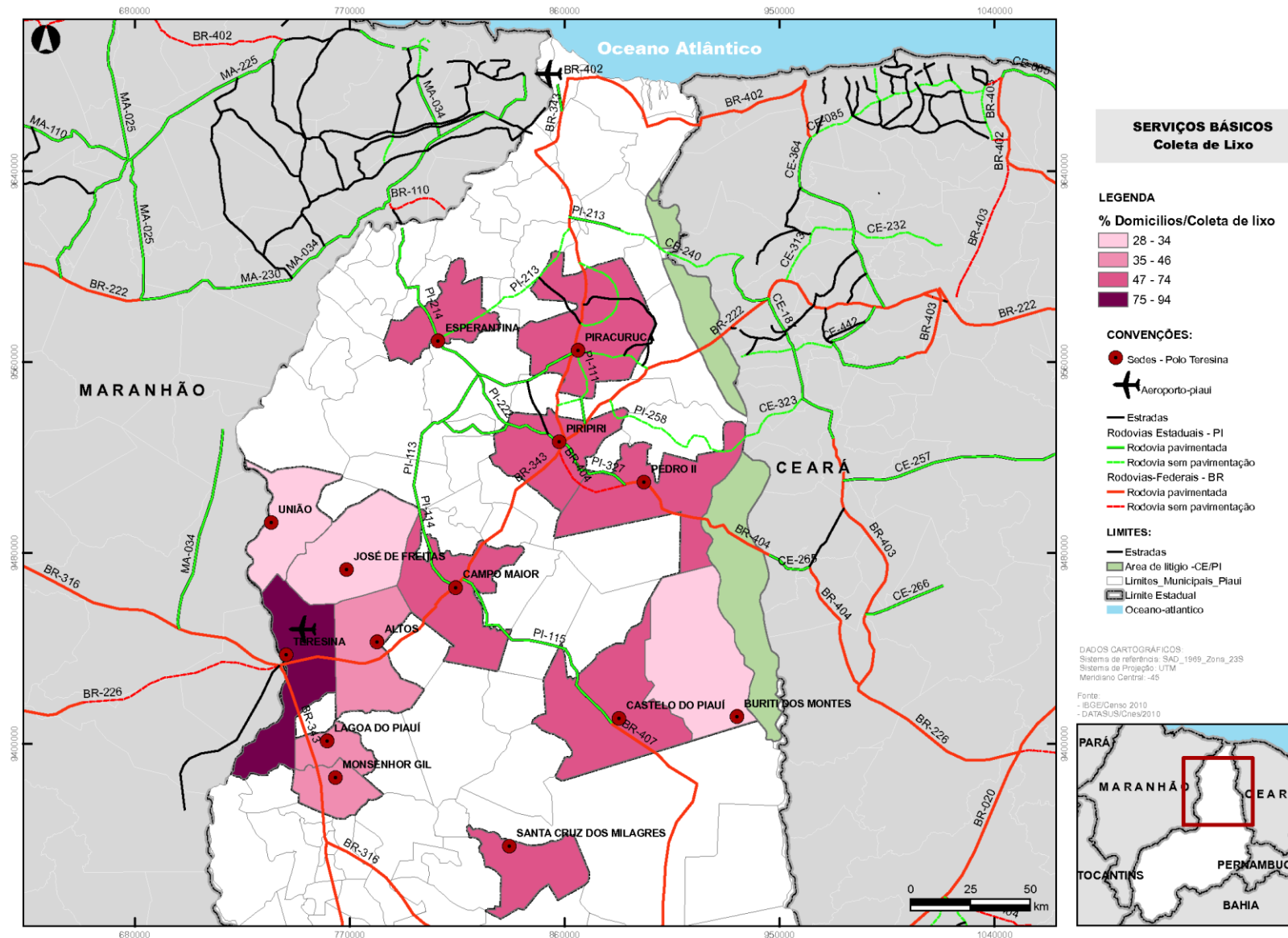
Qualificando o serviço de coleta de lixo por município, no que diz respeito ao percentual de domicílios atendidos em cada um dos quatorze analisados, com base nos dados disponibilizados no site do DATASUS – SIAB<sup>29</sup> pode-se inferir que quatro municípios apresentam um percentual de serviço de coleta situado entre 53% e 72%, são eles: Teresina, Campo Maior, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres, sendo que nenhum atingiu um percentual superior a 72%.

Os demais foram distribuídos em quatro grupos: (i) quatro municípios com percentual de serviço de coleta entre 41% e 52%, (ii) um município com percentual de serviço de coleta entre 32% e 40%, (iii) quatro municípios com percentual entre 13% e 31%, e (iv) um município que apresentou percentual de serviço de coleta inferior a 13% .

O mapa a seguir ilustra o percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo nos municípios avaliados.

<sup>29</sup> <http://siab.datasus.gov.br/SIAB>

Figura 23 - Mapa de coleta de lixo





O efeito destas políticas de coleta e disposição de resíduos é extremamente negativo se avaliarmos a paisagem urbana dos municípios visitados e as localidades de interesse turístico ou recursos listados como potenciais para este fim.

#### 5.2.4. Drenagem

Todos os municípios analisados apresentam problemas graves relacionados à drenagem. Não foram identificadas áreas de alagamento ou de risco eminente para as populações. O principal problema se deve a drenagem pluvial a céu aberto, combinada com o esgotamento de “águas cinzas”, isto é, de cozinhas e instalações sanitárias (chuveiro, pia).

A combinação destas águas, direcionadas por canaletas precárias a céu aberto, com a disposição inadequada de resíduos residenciais, não residenciais e de fezes de animais soltos, é um dos principais elementos poluidores da paisagem e dos sistemas de drenagem natural.

Além do efeito aparente, nos períodos de chuva esta combinação é ainda mais preocupante, pois os resíduos industriais ou residenciais sem condições adequadas depositados no solo são carregados ou percolados no solo, contaminando águas superficiais e subterrâneas.

**Figura 24 - Esgotamento de águas cinzas em Pedro II**



Fonte: visita técnica realizada pela consultoria.

**Figura 25 - Esgotamento de águas cinzas em Monsenhor Gil**



Fonte: visita técnica realizada pela consultoria.

### 5.3. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O desenvolvimento turístico em uma região requer equipamentos e serviços públicos eficientes, pois além da qualidade de estadia e do impacto na avaliação dos destinos pelos visitantes está a qualidade de vida no cotidiano dos moradores.

Serviços de comunicação, por exemplo, servem tanto para difusão de informações, como para divulgação dos próprios produtos turísticos. Neste sentido, foram realizados levantamentos das informações relativas aos equipamentos e serviços fundamentais para qualificar vida e a visitação nos municípios do Polo.

#### 5.3.1. Energia e Iluminação pública

. A distribuidora de energia no Estado do Piauí é a Eletrobrás. Embora seja reconhecida a ampliação e melhoria no sistema em sua totalidade, durante o levantamento de dados primários, foi comum o relato de que o fornecimento de energia é precário, com interrupções frequentes do serviço, inclusive nas sedes municipais.

Em geral as áreas centrais, praças e principais vias de acesso dos municípios analisados possuem postes de iluminação em número e qualidade suficientes. Entretanto, o problema levantado constantemente por técnicos municipais e por moradores é a distribuição de postes de iluminação pública nos bairros periféricos e as interrupções no sistema de distribuição de energia.

No caso das regiões rurais de todos os municípios, exceto Santa Cruz dos Milagres, uma parte significativa dos moradores foi beneficiada pelo Programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, coordenado pela CHESF (Fonte: Relatório Anual da Administração – 2009 – CHESF). O Programa “Luz para Todos” é parte integrante do Programa Territórios da Cidadania, o qual tem como objetivo promover desenvolvimento em regiões com baixo índice de Desenvolvimento Humano municipal – IDHm. Segundo o relatório “Plano de Execução/2008 e 2010” estão previstas 923 ligações de energia no Território Carnaubais e 1296 no Território Entre Rios que juntos, incluem todos os municípios do Polo de Teresina.

### 5.3.2. Sistema de comunicação

Os serviços de telefonia fixa, tanto público como privado, nas sedes e áreas rurais dos municípios são ofertados por uma mesma operadora de telefonia. Em pesquisa primária foi identificada a insuficiência dos equipamentos públicos frente a demanda de usuários. A tabela 14 demonstra a oferta de telefones públicos, e particulares para a região.

**TABELA 14 - OFERTA DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA NO POLO DE TERESINA**

MUNICÍPIOS	Telefones públicos	Telefones públicos adaptados	Telecentro	Telefonia móvel Operadoras	Acesso fixo instalado
Altos	193	00	01	04	1764
Buriti dos Montes	25	00	00	01	193
Campo Maior	337	00	01	04	3087
Castelo do Piauí	81	00	01	02	1047
Esperantina	186	03	02	03	1456
José de Freitas	174	00	01	04	1346
Lagoa do Piauí	15	00	00	01	88
Monsenhor Gil	59	0	0	01	543
Pedro II	188	0	0	03	1701
Piracuruca	123	01	0	03	1427
Piripiri	429	0	4	03	4329
Santa Cruz dos Milagres	27	0	0	01	172
Teresina	6536	21 cad / 6614 aud*	n.i.	04	102.789
União	181	00	00	01	1529

Fonte: Ministério das Comunicações (2009).

Nota: \*cad= adaptado para cadeirantes, aud = adaptado com áudio/fala.

Já os serviços de telefonia móvel são ofertados, por 04 operadoras, com tecnologia GSM e 3G, conforme demonstrado na tabela 15.

**TABELA 15 - TECNOLOGIA DISPONÍVEL NOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL**

MUNICÍPIO	TECNOLOGIA	
	GSM/EDGE Frequência	3G Frequência
Altos	1900 MHz	850/2100MHz
Buriti dos Montes	1900 MHz	Não possui
Campo Maior	1900 MHz	850/2100MHz
Castelo do Piauí	1900 MHz	Não disponível
Esperantina	1900 MHz	850/2100MHz
José de Freitas	1900 MHz	850/2100MHz
Lagoa do Piauí	1900 MHz	Não disponível
Pedro II	1900 MHz	850/2100MHz
Piracuruca	1900 MHz	850/2100MHz
Piripiri	1900 MHz	850/2100MHz
Santa Cruz dos Milagres	Não disponível	Não disponível
Teresina	1900 MHz	850/2100MHz
União	1900 MHz	Não disponível

Fonte: Ministério das Comunicações (2009).

#### 5.3.1.1. Internet

Os municípios do Polo de Teresina dispõem de serviços de *Internet*, com tecnologias como *Backhaul*, ADSL e banda larga móvel.

A tecnologia *Backhaul* está disponível em praticamente todo o Polo de Teresina, exceto em União, município em pior condição de serviços de *Internet*. A *ADSL* também está disponível em parte dos municípios, conforme mostra o quadro 14 e figura 26. Nota-se que o serviço está disponibilizado, em geral, ao longo do eixo que conecta Teresina ao Polo Costa do Delta – BR 343.

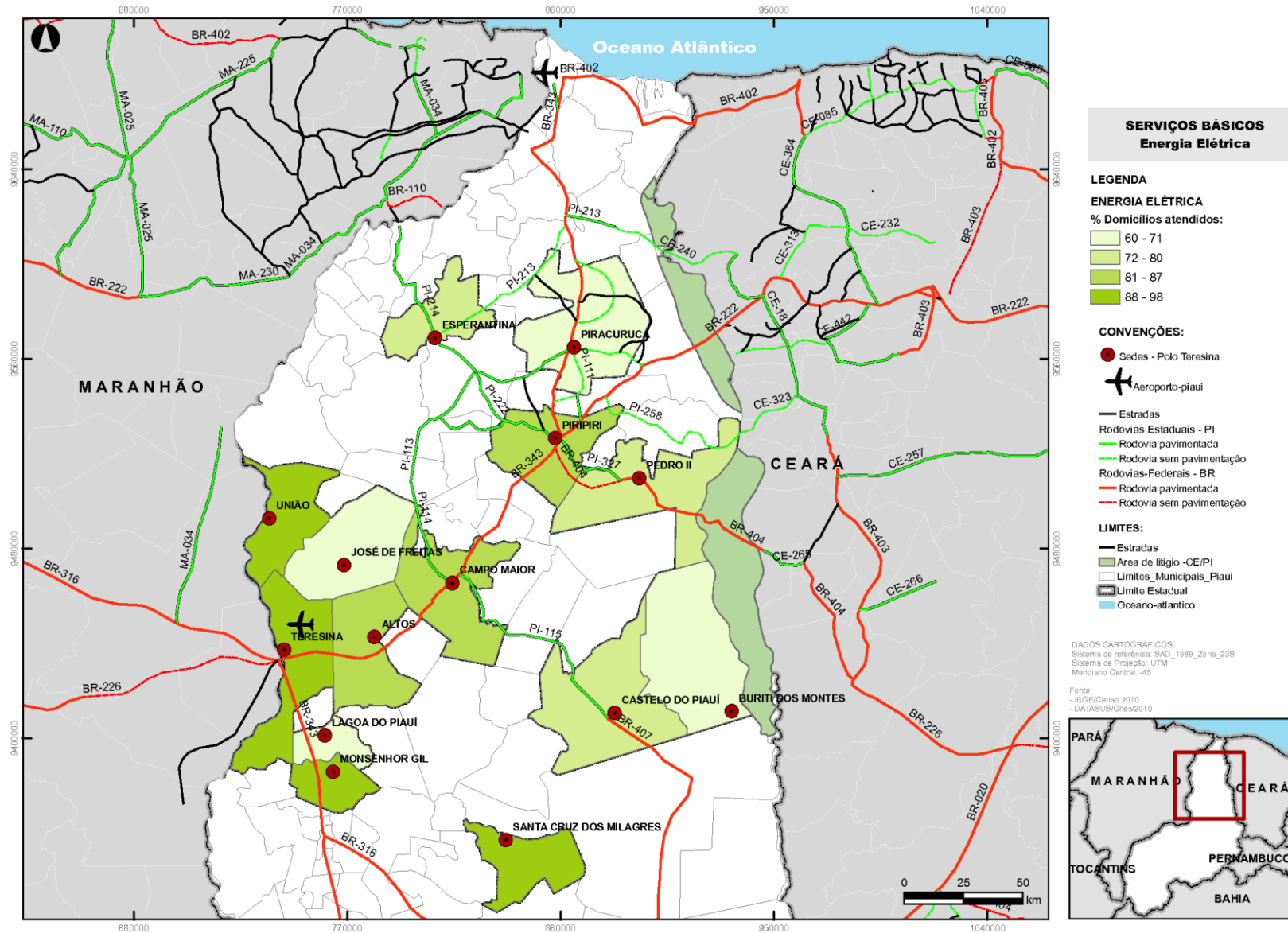
Em relação à Banda Larga móvel, conforme informações do Ministério das Comunicações, apenas Altos dispõe do serviço entre os municípios do Polo.

**QUADRO 14 - DISPONIBILIDADE DE TECNOLOGIAS DE INTERNET**

MUNICÍPIOS	TECNOLOGIA			
	Banda Larga (DSL)	Backhaul instalada	ADSL	Banda larga móvel
ALTOS	Sim	Sim	Sim	Sim
BURITI DOS MONTES	Não	Sim	Não	Não
CAMPO MAIOR	Sim	Sim	Sim	Não
CASTELO DO PIAUÍ	Não	Sim	Não	Não
ESPERANTINA	Sim	Sim	Sim	Não
JOSÉ DE FREITAS	Sim	Sim	Sim	Não
LAGOA DO PIAUÍ	Não	Sim	Não	Não
MONSENHOR GIL	Não	Sim	Não	Não
PEDRO II	Sim	Sim	Sim	Não
PIRACURUCA	Sim	Sim	Sim	Não
PIRIPIRI	Sim	Sim	Sim	Não
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Não	Sim	Não	Não
TERESINA	Sim	Sim	Sim	Sim
UNIÃO	Não	Não	Não	Não

Fonte: Ministério das Comunicações (2009).

Figura 26 - Mapa de energia elétrica





#### 5.3.1.2. Televisão, Rádio e Jornais

Em todos os municípios da região operam as quatro principais redes de TV nacionais, com tecnologia digital, entretanto, nenhum conta com TV por assinatura, exceto Teresina. As áreas rurais são atendidas por meio de antenas parabólicas via sinais de satélite.

Ainda em relação à radiodifusão, os municípios Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí José de Freitas, Santa Cruz dos Milagres e União contam com emissoras AM e FM. Em alguns municípios o número de rádios comunitárias é expressivo, embora operem sem concessão.

Em todos os municípios do Polo de Teresina circulam jornais de abrangência estadual e jornais locais. Jornais de abrangência nacional são encontrados apenas na Capital ou solicitados via encomenda.

#### **5.3.3. Serviços bancários e correios**

Os municípios, com a exceção dos quatro mais populosos, contam com apenas uma agência bancária e 01 agência de correios, conforme mostra a tabela 16. Cabe destacar que as agências de correio funcionam também como Banco postal atuando como correspondente de prestação de serviços básicos visando principalmente a inclusão social no sistema bancário.



**TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS E CORREIOS**

SERVIÇOS BANCÁRIOS E CORREIOS			
MUNICÍPIOS	Instituições Financeiras	Correios	
	Agência bancária	Agência	Banco Postal
Altos	01	01	01
Buriti dos Montes	00	01	01
Campo Maior	04	01	01
Castelo do Piauí	01	01	01
Esperantina	02	01	01
José de Freitas	01	01	01
Lagoa do Piauí	00	01	01
Monsenhor Gil	00	01	01
Pedro II	01	01	01
Piracuruca	01	01	01
Piripiri	03	01	01
Santa Cruz dos Milagres	00	01	01
Teresina	48	25	n.i.*
União	01	04	01

Fonte: BCB (2009).

#### 5.3.4. Serviços de Saúde

Para uma população de 273,2 mil habitantes, com distâncias em relação ao Polo de Teresina que variam de 37 km (Altos) a 250 km (Buriti dos Montes) o atendimento dos serviços de saúde devem contar com transporte eficiente (ambulâncias) e equipamentos como: hospitais de referência (ou regionais) hospitais locais e postos de saúde.

A Tabela 17 apresenta o quantitativo de estabelecimentos públicos e privados de saúde e o número de leitos distribuídos por município evidenciando a concentração em alguns municípios e o limite de acesso a serviços básicos. Algumas situações específicas chamam atenção ao relacionar a quantidade de postos de saúde e leitos com a população total segundo censo do IBGE: o caso de municípios com inexistência de leitos do SUS ou número reduzido, como é o caso de Campo Maior e o caso de municípios que apresentam um indicador extremamente alto na relação entre população e postos de saúde, como é o caso de Castelo de Piauí, Altos e Piracuruca. Tais indicadores evidenciam limites e a dependência de uma rede integrada da região, concentrando o atendimento em municípios vizinhos ou em Teresina, reconhecida como Polo prestador de serviços de saúde.

**TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E LEITOS DISPONÍVEIS NOS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA**

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE							
	Unidade de Saúde	Hospital	Ambulância	Atendimento 24 horas	Pop total	Leitos	Rel. hab/leitos	Relação habitantes/postos de saúde
Altos	14	1	0	1	38.480	48	802	2.749
Buriti dos Montes	4	1	0	1	7.763	16	485	1.941
Campo Maior	45	4	0	3	45.005	209	215	1.000
Castelo do Piauí	5	1	0	1	18.593	39	477	3.719
Esperantina	27	2	0	2	37.728	90	419	1.397
José de Freitas	23	1	0	1	36.138	25	1.446	1.571
Lagoa do Piauí	3	0	0	1	3.863	0	sem leitos	1.288
Monsenhor Gil	10	0	0	1	10.316	21	491	1.032
Pedro II	26	2	1	2	36.895	70	527	1.419
Piracuruca	15	3	0	3	27.545	53	520	1.836
Piripiri	43	1	3	2	60.757	92	660	1.413
Santa Cruz dos Milagres	3	0	0	0	3.794	0	sem leitos	1.265
Teresina	85	73	13	5	814.230	1913	425	9579
União	21	1	0	1	42.384	54	785	2.018

Fonte: DATASUS (2009).

Figura 27 - Mapa de saúde – número de leitos

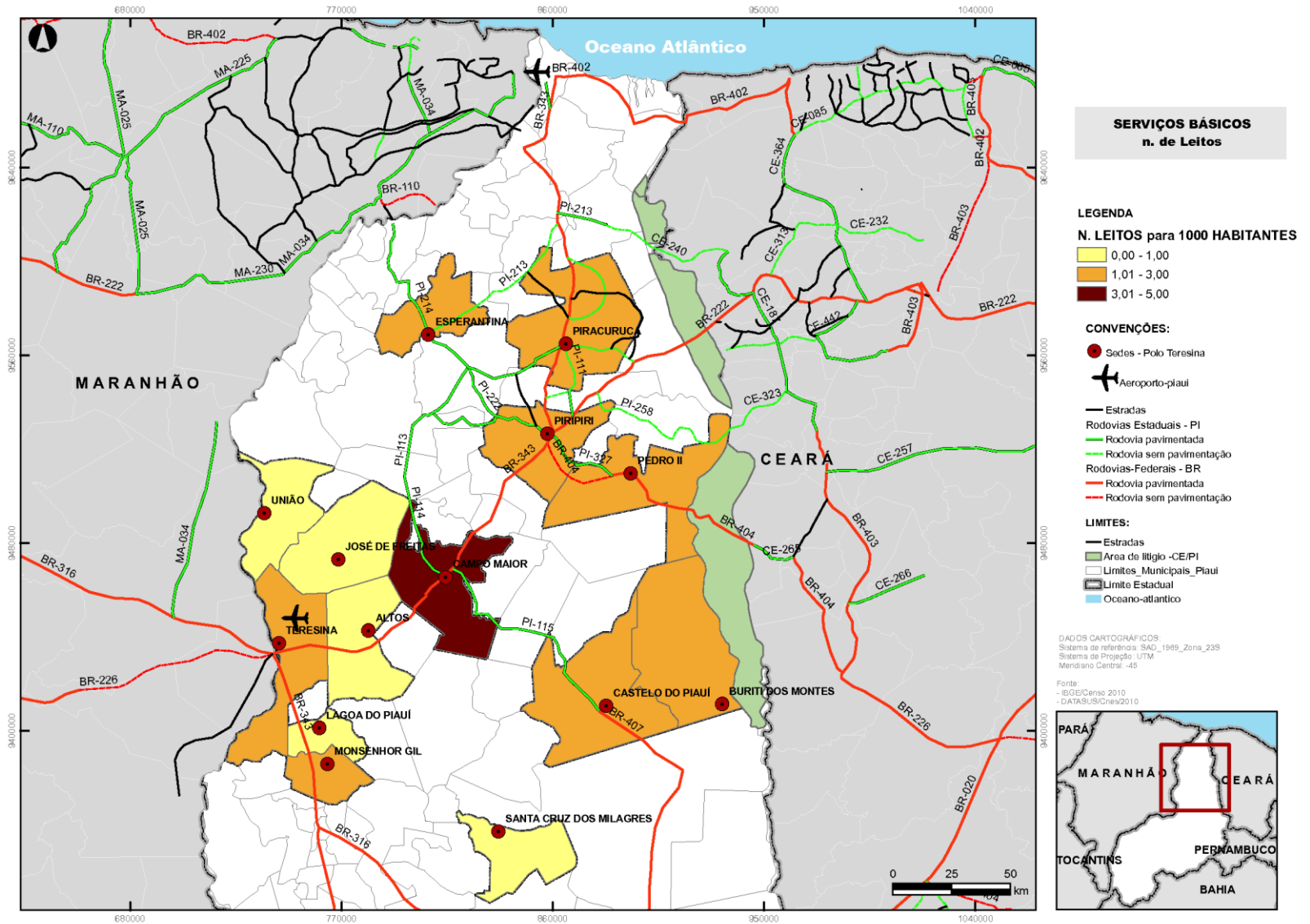
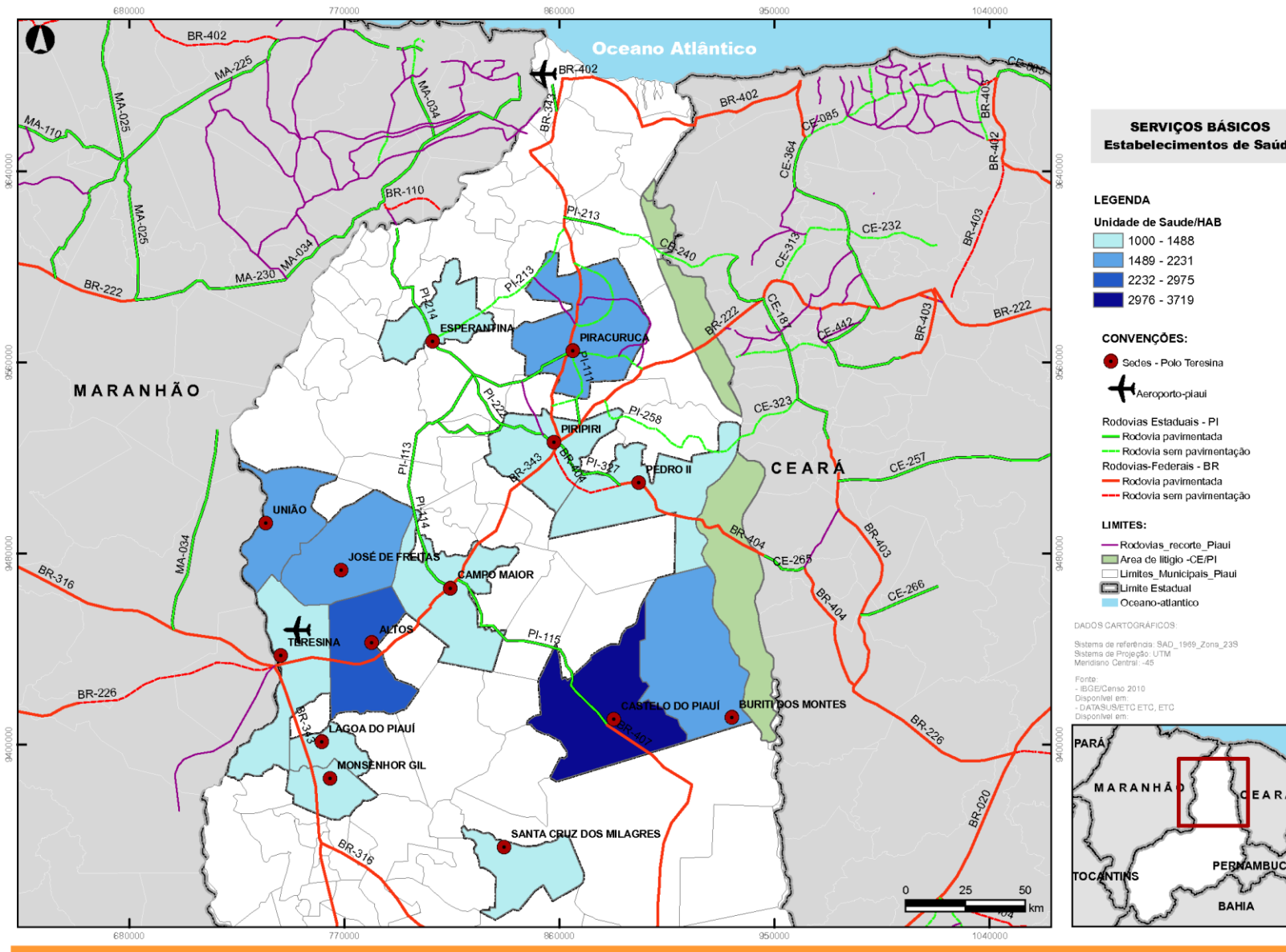


Figura 28 - Mapa de postos de saúde



Na avaliação geral sobre os equipamentos de saúde existentes nos municípios integrantes do polo constata-se que:

- Há carência de hospitais;
- Nos municípios de turismo religioso os serviços de atendimento à saúde não são suficientes, considerando o acréscimo populacional sazonal;
- Faltam equipamentos de atendimento móvel (ambulância), principalmente nos municípios mais afastados de Teresina.

### **5.3.5. Serviços de Segurança**

A segurança pública é uma preocupação constante, tanto para turista quanto moradores. Um dos aspectos favoráveis para circuitos turísticos na região do Polo de Teresina é a tranquilidade nos espaços de visitação e nas áreas centrais dos municípios. Durante levantamento de informações e entrevistas in loco foi possível verificar que este não é um fator preocupante segundo moradores. As ocorrências relatadas são de baixa gravidade e não superam a preocupação com o trânsito por exemplo. Em síntese, um dos aspectos favoráveis para desenvolvimento dos circuitos turísticos na região do Polo de Teresina é a percepção de tranquilidade dos turistas quanto à segurança em relação as ocorrências policiais.

No entanto, um dos problemas verificados e considerado grave em relação à segurança é a ausência de Corpo de Bombeiros. Muitos dos Municípios sequer têm a disposição organizações de Defesa Civil, ficando a cargo do Corpo de Bombeiros de Teresina o atendimento a todos os municípios do Polo. A situação é mais agravante para os municípios Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Esperantina, Pedro II, Piracuruca, Piripiri e Santa Cruz dos Milagres devido as distâncias que variam entre 157 e 250 km da sede do Corpo de Bombeiros.

O quadro 15 demonstra a ocorrência dos equipamentos de segurança no Polo de Teresina. Verifica-se que os Municípios de Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, José de Freitas, Monsenhor Gil, Pedro II, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres e União contam com 01 Delegacia de Polícia, Campo Maior possui 02 Delegacias.

Altos, Campo Maior, Monsenhor Gil e União além da Delegacia contam com 01 Batalhão de Polícia Militar cada. Entre os 14 municípios, Teresina e Piripiri são os únicos que possuem delegacia especializada de atendimento à mulher.

**QUADRO 15 - DISTRIBUIÇÃO DE SEGURANÇA NO POLO DE TERESINA**

MUNICÍPIO	SEGURANÇA			
	Delegacia de polícia civil	Corpo de Bombeiros	Guarda Municipal	Defesa civil
Altos	Sim	Não	Sim	Não
Buriti dos Montes	Sim	Não	Não	Sim
Campo Maior	Sim	Não	Não	Sim
Castelo do Piauí	Sim	Não	Não	Sim
Esperantina	Sim	Não	Não	Sim
José de Freitas	Sim	Não	Sim	Sim
Lagoa do Piauí	Sim	Não	Não	Sim
Monsenhor Gil	Sim	Não	Sim	Sim
Pedro II	Sim	Não	Não	Sim
Piracuruca	Sim	Não	Não	Sim
Piripiri	Sim	Não	Não	Não
Santa Cruz dos Milagres	Sim	Não	Não	Não
Teresina	Sim	Sim	Sim	Sim
União	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE (2009).

#### 5.4. CONCLUSÃO

Todo processo de desenvolvimento econômico, a depender da escala, interfere na lógica de produção e cultura local, regional ou em dimensão superior, afetando a vida das comunidades atingidas. Ao se tratar de uma dimensão regional é evidente que qualquer alteração impacta positiva ou negativamente as comunidades incorporadas no plano, direta ou indiretamente (como é caso dos municípios situados na área de influência do Polo de Teresina)

Investigar a condição de infraestrutura e serviços básicos da comunidade atingida torna-se essencial não apenas por orientar futuros investimentos que deem suporte a atividade turística, mas, principalmente, por qualificar o espaço de vida e trabalho dos atuais moradores da região. Estruturar as vias de acesso e fluxo de pessoas e mercadorias para o turismo, ampliar ou qualificar serviços e equipamentos significa responder simultaneamente as demandas atuais de moradores que não tem todos direitos fundamentais garantidos.

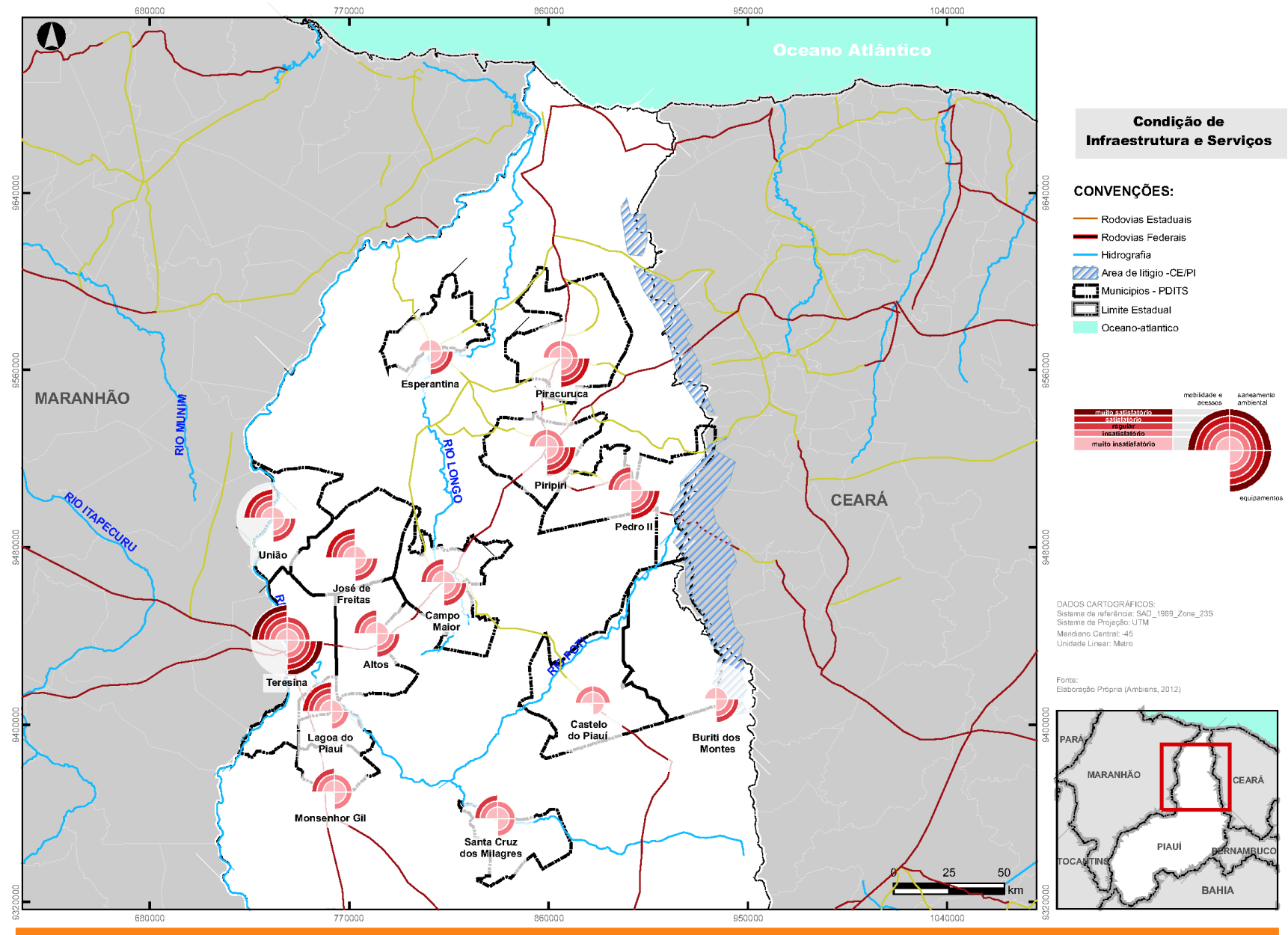
Se por um lado, a expectativa do desenvolvimento turístico pode significar uma nova oportunidade de trabalho e renda, também é verdade que esta transformação sem a devida orientação governamental pode concentrar atenção nos visitantes e na atração de empresários do segmento turístico e ocorrer sem a universalização de políticas públicas e a redistribuição dos benefícios para os moradores.

Com base nestas premissas, todos os componentes de infraestrutura e serviços foram avaliados com base simultânea em dois beneficiários: moradores e visitantes que demandam os mesmos serviços e infraestrutura. O mapa a seguir representa a condição destas variáveis de forma aglutinada em 3 componentes: (i) Mobilidade e acessos, (ii) Saneamento ambiental e (iii) Equipamentos e serviços. Cada um destes três componentes foi avaliado em cada município e classificado entre condição muito satisfatória, satisfatória, regular, insatisfatória ou muito insatisfatória.

A síntese da leitura destes três componentes, consideradas as variáveis analisadas, permite destacar dois fatores que contribuem especialmente para uma baixa avaliação das condições de infraestrutura no polo: (i) a inexistência de redes de coleta e sistemas de tratamento de esgoto e (ii) a pouca ou nenhuma destinação apropriada de resíduos sólidos, compromete, além da saúde pública dos moradores e visitantes, a própria paisagem e, portanto, a qualidade dos atrativos. Ambos fatores analisados são relativos a condição do saneamento ambiental. Em relação aos demais componentes, embora existam fragilidades, se destacam dois fatores que contribuem para uma boa avaliação do polo: (ii) boa qualidade de conexão entre municípios, consideradas, principalmente as últimas obras viárias realizadas no estado e (iii) a existência e qualidade dos equipamentos e serviços básicos nos municípios.



Figura 29 - Mapa de condição da infraestrutura e serviços



## 6. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA TURÍSTICA

### 6.1. ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, QUE ATUAM NA GESTÃO DO TURISMO

No tocante às parcerias privadas locais, o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - detém destacada relevância de atuação em onze municípios do polo (Buriti dos Montes, Campo Maior, Castelo do Piauí, Esperantina, José de Freitas, Monsenhor Gil, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, União e Teresina). Através da promoção da competitividade e empreendedorismo local, o SEBRAE fomenta capacitações, divulgação e produção de eventos, produtos e serviços turísticos. Além disso, sobressaíram-se outras parcerias nos municípios de Buriti dos Montes (cooperativa de artesãos – responsável pela produção e venda dos artesanatos), Castelo do Piauí (Condatur - Associação de Condutores e Visitantes com papel similar a de uma secretaria), José de Freitas (SENAC – com suporte na capacitação; haras, pousadas e restaurantes – suporte na consolidação dos atrativos turísticos locais), Monsenhor Gil (Associação de Peregrinos Amigos de Monsenhor Gil – resgate das manifestações culturais tradicionais locais: Balandê Baião, Caminhada da Purificação, Reisado, Divindade, Incelências etc. ), Pedro II (Fundação Santa Angela – assistência rural; Fundação Mandacaru – proteção ambiental; e Ong Vida – gestão sustentável e proteção ambiental) e Teresina (ABAV) que demonstram a complexidade do arranjo local para solucionar desafios relacionados ao turismo.

**QUADRO 16 - PARCERIAS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL**

MUNICÍPIOS	RELAÇÕES ENTRE SECRETARIAS MUNICIPAIS	RELAÇÕES MUNICIPAIS	RELAÇÕES ESTADUAIS/ REGIONAIS	RELAÇÕES NACIONAIS
ALTOS	-	-	-	-
BURITI DOS MONTES	Secretaria do Meio Ambiente	SEBRAE – Cooperativa de Artesãos	SeTur	Iphan-IBAMA
CAMPO MAIOR	Secretaria de Educação, Administração, Cultura e Assistência Social	SEBRAE	Fundação Cajuína – Federação do Comércio	MTur - Minc
CASTELO DO PIAUÍ	-	SEBRAE - Condatur	SeTur	-
ESPERANTINA	Secretaria de Educação, Obras, Infraestrutura e Meio Ambiente	SEBRAE	-	-
JOSÉ DE FREITAS	-	SEBRAE – SENAC – Haras, pousadas e Restaurantes	-	-
LAGOA DO PIAUÍ	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Assistência Social	-	-	Minc
MONSENHOR GIL	-	SEBRAE – Associação de Peregrinos Amigos de Monsenhor Gil	-	Centro da Juventude
PEDRO II	Secretaria de Cultura através das ações de Ponto de Cultura	SEBRAE – Fundação Santa Ângela – Fundação Mandacaru e ONG Vida	Projeto Serras Nordeste	MTur – Minc - Mec
PIRACURUCA	-	SEBRAE	Projeto Serras Nordeste	-
PIRIPIRI	Secretaria de Educação e Cultura - Saúde	SEBRAE	Projeto Serras Nordeste	IBAMA – Mtur – Minc – Meio-Ambiente - Cidades
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Secretaria de Educação e Cultura - Saúde	-	-	MTur - Cidades
UNIÃO	-	SEBRAE	-	-
TERESINA	Secretaria de Planejamento (responsável pela gestão dos convênios do PRODETUR), Secretaria de Meio Ambiente, Fundação de Cultura Monsenhor Chaves e Superintendências de Desenvolvimento Urbano	SEBRAE e ABAV	Setur	MTur

Fonte: Ambiens 2010.

No cenário estadual/regional, foram citados poucos atores e, entre eles, destacam-se as ações da SETUR – Secretaria de Turismo do Piauí junto aos municípios de Buriti dos Montes, Castelo do Piauí e Teresina. Há também a função estratégica de consultoria, elaboração de projetos e articulação de recursos públicos do orçamento estadual e federal bem como por emenda parlamentar, prestado pela Fundação Cajuína ao município de Campo Maior. Isso ajuda a explicar o segundo lugar no ranking de recursos federais captados para o turismo. Os municípios de Pedro II, Piracuruca e Piripiri desenvolvem conjuntamente o Projeto Serras Nordeste, na região serrana, num roteiro novo e alternativo que atravessa a divisa do Piauí e do Ceará.

No âmbito Federal, tanto o Ministério do Turismo (Campo Maior, Pedro II, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres e Teresina) como o Ministério da Cultura (Campo Maior, Lagoa do Piauí, Pedro II e Piripiri) são os mais acionados no suporte e financiamento das atividades turísticas. O Ministério da Cultura leva uma ligeira vantagem devido a parceria do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (autarquia federal vinculada ao Minc) com o município de Buriti dos Montes na preservação do patrimônio cultural. Pode-se citar ainda as parcerias com o Ibama (Buriti dos Montes e Piripiri), Ministério da Educação (Pedro II), Ministério do Meio ambiente (Piripiri) e Ministério das Cidades (Santa Cruz dos Milagres e Piripiri). O município de Piripiri foi o que demonstrou maior articulação federal e, não por acaso, ocupa o terceiro lugar no ranking de recursos federais captados para o turismo.

Apesar de apenas a prefeitura de Pedro II citar a parceria com o Ponto de Cultura, mais nove municípios (Esperantina, Piracuruca, Piripiri, Campo Maior, Altos, José de Freitas, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres) possuem convênios com quatorze associações culturais de caráter popular com trabalho destacado em patrimônio material e imaterial, dança, música e etc., estando todo o trabalho relacionado direta ou indiretamente ao turismo regional, com recursos oriundos do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e da Fundação Cultural do Piauí.

## 6.2. IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA

Neste tópico do diagnóstico serão trabalhadas as questões referentes à gestão democrática do turismo no Polo de Teresina. A instância pesquisada com maior cuidado foi a municipal, por ser o principal canal de interlocução entre a sociedade civil local e o poder público, além de ser também o principal órgão a ser fortalecido para que se deem os efetivos processos de regionalização e descentralização administrativas das políticas, programas e projetos propostos pelo Estado. Nesse sentido, o fortalecimento institucional do turismo envolve o desenvolvimento de competências dos órgãos públicos municipais e estruturas organizacionais bem definidas, mas dotadas de flexibilidade e agilidade para adaptarem-se às demandas, nem sempre previstas. Em paralelo, na iniciativa privada, o fomento a novos empreendimentos turísticos locais torna-se uma ação estratégica necessária para a ampliação e consolidação do setor conjuntamente com as ações de indução e regulação do poder público.

## 6.2.1. Quadro dos incentivos para o investimento turístico

### 6.2.1.1. Estrutura administrativa do poder público municipal

Nesta seção serão apresentados os resultados das análises sobre a estrutura formal; a integração entre as estruturas administrativas das prefeituras; a gestão de pessoal e as condições da estrutura física de trabalho, realizadas nas prefeituras municipais do Polo de Teresina

Durante o período de coleta de dados, dois municípios não responderam se a prefeitura possuía secretaria, gerência ou coordenação de turismo: Altos e Santa Cruz dos Milagres. Já Lagoa do Piauí foi o único a afirmar a inexistência de qualquer estrutura formal de turismo. Em relação aos demais, identificou-se prefeituras que, mesmo possuindo estrutura formal, não apresentavam funcionário alocado na pasta de turismo (Ex: Esperantina), e situações como a da prefeitura de Buriti dos Montes que, recentemente, criou uma secretaria de turismo, mas que, na prática, utiliza-se do expediente de um coordenador de turismo vinculado a secretaria de meio ambiente.

Neste aspecto o Município de Teresina é o que se encontra melhor estruturado, possuindo uma Coordenação Especial de Turismo vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). A Coordenação Especial é formada por três gerências: de Turismo e Eventos, de Cadastro e Informações Turística e de Produção Turística, apesar das funções específicas não se apresentarem claramente determinadas. Cabe destacar que o Secretário Executivo da SEMDEC, segundo cargo em hierarquia abaixo apenas do Secretário Municipal, é costumeiramente ocupado por pessoas ligadas ao setor do turismo. Além das estruturas funcionais ligadas ao Turismo, há, ainda, a Coordenação Operacional do PRODETUR, vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN), que tem por atribuição a gestão dos convênios com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo (PRODETUR). Tal como disposta, esta estrutura acaba por remeter a algumas sobreposições de autoridade e de esforços.

De maneira geral, constatou-se que todas as prefeituras precisam de melhorias em suas estruturas e competências turísticas, como se pode perceber quadro 17.

**QUADRO 17 - ESTRUTURA FORMAL DE TURISMO**

MUNICÍPIOS	SECRETARIA ESPECÍFICA	SECRETARIA COMPARTILHADA COM DIRETORIA ESPECÍFICA	SECRETARIA COMPARTILHADA SEM DIRETORIA ESPECÍFICA
Altos	-	-	-
Buriti dos Montes	-	-	X
Campo Maior	X	-	-
Castelo do Piauí	-	-	X
Esperantina	X	-	-
José de Freitas	-	X	-
Lagoa do Piauí	-	-	-
Monsenhor Gil	X	-	-
Pedro II	-	-	X
Piracuruca	X	-	-
Piripiri	-	X	-
Santa Cruz dos Milagres	-	-	-
União	-	X	-
Teresina	-	X	-

Fonte: Ambiens 2010.

No que diz respeito à integração da estrutura administrativa (fator estratégico para a melhoria da qualidade das ações assim como para melhoria das ações das secretarias, coordenações ou gerências de turismo), as prefeituras de Altos, Castelo do Piauí, José de Freitas, Monsenhor Gil, Piracuruca e União não demonstraram nenhum tipo de gestão integrada entre as próprias secretarias na condução do turismo municipal. Num estágio intermediário estão as prefeituras de Buriti dos Montes e Pedro II com gestão integrada com a Secretaria do meio ambiente e de cultura, respectivamente; um pouco mais articuladas estão as prefeituras de Piripiri e Santa Cruz dos Milagres na relação com as Secretarias de educação e cultura e de saúde. No topo da gestão integrada, e mais aptas a gerir os recursos públicos de maneira eficiente, estão as prefeituras de Campo Maior (Secretarias de educação, administração, cultura e assistência social), Esperantina (Secretarias de educação, obras, infraestrutura e meio ambiente), Lagoa do Piauí (Secretarias de educação, cultura, esporte e assistência social) e Teresina (Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente, Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves).

Outro elemento central para se analisar a efetividade de uma estrutura formal é a gestão de pessoal, também denominado de recursos humanos e que trata dos processos de organização e alinhamento do esforço de trabalho das pessoas que compõem uma organização na direção para realizar os objetivos da instituição (ROBBINS, 2006). Com base nisso, foram considerados os seguintes aspectos de recursos humanos das prefeituras do Polo de Teresina: quadro técnico, tipo de vínculo, formalização, nível de escolaridade, capacitação, avaliação de desempenho, plano de carreira e aspectos legais.

A pesquisa identificou que as prefeituras de Esperantina, Lagoa do Piauí e Santa Cruz dos Milagres não possuem funcionários para o turismo, enquanto que Castelo do Piauí trabalha com funcionários terceirizados pela Associação dos Condutores de Visitantes – CONDATUR. Já as prefeituras de José de Freitas e de União possuem respectivamente uma Secretária Executiva e uma Gerente de Turismo (cargos comissionados) cursando a graduação em Turismo, o que permite vislumbrar, num período próximo, um profissional técnico para cada uma das respectivas prefeituras. Apesar disso, apenas duas prefeituras indicaram dispor de Turismólogo em seu quadro técnico, Campo Maior com 1 profissional e Teresina com 5 profissionais graduados na área.

O município de Pedro II, por sua vez, afirmou utilizar, sempre que precisa, de profissional cedido pela SETUR – Secretaria de Turismo do Piauí. Esse exemplo apresenta uma solução pontual criativa, mas levanta questionamentos do por que dos demais municípios, sem Turismólogo, não utilizarem do mesmo expediente para a gestão do turismo local. Além disso, gera dúvida sobre até que ponto não se incorre em flexibilização do trabalho ou postergação de contratação de quadro técnico nas secretarias de turismo municipais.

Embora as prefeituras de Teresina, com vinte funcionários, de Piripiri, com dez funcionários, e Pedro II, com seis funcionários, tenham o maior contingente de trabalhadores do turismo no Polo de Teresina, observou-se uma elevada incidência de cargos comissionados, realidade comum nas demais prefeituras e que pode resultar em instabilidade institucional devido às mudanças de gestões das prefeituras. Essa instabilidade ainda pode ser agravada com a falta de conselhos municipais do turismo e a conseqüente descontinuidade na gestão e aplicação dos investimentos públicos para o setor. Com exceção de Campo Maior, que dos cinco funcionários quatro são servidores estatutários efetivos, todas as demais prefeituras do Polo, conforme demonstra o quadro 18, precisam ampliar o quadro de pessoal efetivo para a pasta do turismo.



**QUADRO 18 - RECURSOS HUMANOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

MUNICÍPIOS	NÍVEL DE FORMAÇÃO	MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
<b>Altos</b>	Não respondeu	Não respondeu
<b>Buriti dos Montes</b>	2 funcionários com pós-graduação	2 cargos comissionados
<b>Campo Maior</b>	5 funcionários – e ensino médios e 2 superior completo	1 cargo comissionado 2 4 concursados efetivos
<b>Castelo do Piauí</b>	Funcionário da Condatur	Funcionários terceirizados
<b>Esperantina</b>	-	-
<b>José de Freitas</b>	3 funcionários – 1 ensino médio completo, 1 graduando em turismo e 1 superior completo	2 cargos comissionados e 1 função de confiança – efetivo
<b>Lagoa do Piauí</b>	-	-
<b>Monsenhor Gil</b>	2 funcionários superior incompleto	2 cargos comissionados
<b>Pedro II</b>	6 funcionários – 4 ensino médio completo e 2 superior completo	-
<b>Piracuruca</b>	2 funcionários	2 cargos comissionados
<b>Piripiri</b>	10 funcionários – 7 ensino médio completo e 3 superior completo	8 cargos comissionados e 2 concursados efetivos
<b>Santa Cruz dos Milagres</b>	-	-
<b>União</b>	1 funcionário ensino superior incompleto	1 cargo comissionado
<b>Teresina</b>	20 funcionários – 1 ensino médio incompleto, 3 ensino médio completo, 1 ensino superior incompleto, 10 ensino superior completo e 5 com pós-graduação	18 cargos comissionados, 1 concursado efetivo e 1 cedido de outras esferas de governo

Fonte: Ambiens 2010.

No que tange à capacitação de recursos humanos, foram analisados os processos ligados aos cursos de aperfeiçoamento e treinamento e identificou-se que, de modo geral, os mesmos são gerenciados pelas próprias secretarias. Contudo, nos órgãos voltados ao turismo, constatou-se que não há processo de levantamento sistemático das necessidades de treinamento em nenhuma das prefeituras do Polo. Além disso, nenhum procedimento formal foi disponibilizado, apesar das Secretarias de Educação e Saúde avaliarem com maior frequência as necessidades internas de capacitação. As Prefeituras de Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Esperantina, José de Freitas, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres e

União tiveram ações de formação de servidores nos últimos dois anos (2009/2010). Por isso, e compreendendo que a capacitação é o processo de formação continuada dos integrantes de uma organização para a realização ou aperfeiçoamento de suas habilidades e competências utilizadas na realização das atividades cotidianas (ROBBINS, 2006), pode-se afirmar que a sistemática de levantamento das necessidades de treinamento dentro das instituições públicas deveriam ser formalizadas, assim como os instrumentos para avaliação dos resultados de treinamento.

Em Teresina, existe uma política geral de qualificação na Prefeitura Municipal, que associa o plano de carreira e a remuneração ao grau de instrução formal e que mantém dois programas de capacitação dos servidores: (i) o “servidor universitário” que distribui bolsas de estudos para os servidores que ingressam em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas; e (ii) o curso preparatório de pré-vestibular gratuito para os servidores. Além dos processos de capacitação ligados à educação formal, existe um levantamento bianual junto aos gestores das unidades administrativas sobre as demandas de treinamento e capacitação que serve de suporte para a formatação dos cursos/treinamentos que serão oferecidos para os servidores, mas de acordo com entrevistas não há formação específica para os gestores do turismo. De acordo com as entrevistas, existe uma demanda elevada pela capacitação técnica e pela formação continuada dos servidores, influenciada, possivelmente, pelo baixo nível de formação do quadro geral de pessoal, constituído, na sua grande maioria, de servidores com ensino fundamental e médio e com uma parcela muito pequena de servidores com graduação ou outros cursos de nível superior. Contudo, como se observou, esta não é uma especificidade da Coordenação Especial de Turismo. Além disso, é importante destacar ainda dois aspectos: (i) no caso da Coordenação Especial de Turismo (como também em outros setores da Prefeitura) não há uma descrição adequada dos cargos e funções que permitam delinear as necessidades de capacitação em função das atividades a serem executadas, de tal forma que os treinamentos *outdoor*, treinamentos motivacionais (relações humanas) ou treinamentos para o desenvolvimento de competências específicas são realizados, no ambiente da prefeitura, de modo desorganizado; e (ii) as políticas de capacitação não incidem sobre servidores não efetivos (comissionados), ou seja, quase a totalidade do pessoal na Coordenação de Turismo.

Em relação à estrutura física de trabalho - fator de extrema relevância por viabilizar as condições para a realização das atividades cotidianas (ROBBINS, 2006) – pode-se inferir, a partir das observações diretas e das entrevistas com os servidores municipais, a existência de uma percepção generalizada sobre a falta de espaço que inviabiliza a execução do trabalho de modo mais eficiente. No tocante ao mobiliário de trabalho, a situação percebida pelos servidores se aproxima da máxima: “temos que trabalhar com aquilo que possuímos” em busca de oportunidades melhores para o turismo. Essa situação precária se sustenta com base no argumento de que as prefeituras, muitas vezes, não possuem secretaria e recursos humanos para o turismo; são muito pequenas, com reduzido orçamento e carecem de uma visão estratégica do turismo; resultando num contexto favorável à desarticulação e à insatisfação da comunidade local. A exceção fica por conta do município de Teresina, cuja infraestrutura de trabalho foi adquirida por meio do convênio com o Ministério do Turismo para a Implantação, Estruturação e Modernização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC, visando à aquisição de veículos, mobiliário, equipamentos de informática e audiovisuais. Nas observações e entrevistas foi possível constatar que o mobiliário possui condições de atender as necessidades de trabalho atuais da Coordenação Especial de Turismo, restando restrições apenas em

relação à estrutura de telefonia e internet e à rede elétrica para promover a climatização do ambiente de trabalho.

### 6.2.2. Gestão da Informação e Capacitação Tecnológica Institucional

Os tópicos pesquisados dizem respeito às condições que envolvem o uso da informação e suas tecnologias em favor do turismo nos municípios do Polo. Infelizmente, foi possível contato com apenas dez entre os quatorze municípios pesquisados, dada a dificuldade de localizar os colaboradores responsáveis pela área de turismo.

A análise da necessidade de capacitação envolveu duas questões (Quadro 19). Com a primeira buscou-se conhecer as condições de uso das tecnologias de informação na administração direta das prefeituras, bem como com os envolvidos no turismo municipal. Na segunda, questionou-se se as prefeituras ofertam cursos relacionados às tecnologias da informação para seus colaboradores e, especialmente, para o pessoal de turismo. Como tecnologias da informação, nesse caso, entende-se como as técnicas que apoiam a realização de atividades atinentes à coleta, gerenciamento e disseminação de dados e informações – em geral, envolve o uso da informática e da internet

**QUADRO 19 - ANÁLISE DA NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA O TURISMO: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

MUNICÍPIOS	COLABORADORES QUE UTILIZAM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PERIODICAMENTE				OFERTA CURSOS?
	0 a 25%	26 a 50%	51 a 75%	76 a 100%	
Buriti dos Montes				X	Sim
Castelo do Piauí		X			Sim
Esperantina				X	Sim
Lagoa do Piauí	X				Não
Monsenhor Gil		X			Sim
Pedro II			X		Sim
Piripiri				X	Sim
Santa Cruz dos Milagres		X			Não
União			X		Não

Fonte: Ambiens 2010.

Os resultados revelam um quadro bastante sensível na maior parte das prefeituras, em que menos de 50% dos colaboradores usam as tecnologias da informação. Nas prefeituras de somente quatro municípios – Buriti dos Montes, Esperantina, Piripiri e Teresina – os recursos informacionais são usados de forma mais ampla. Em contrapartida, o município de Lagoa do Piauí é o que apresenta situação mais crítica, com menos de 25% de uso. Em mais de um caso os entrevistados fizeram referência à idade já avançada dos colaboradores diretos, buscando justificar o emprego minimizado da informática. Quando questionados em relação à oferta de cursos de informática voltados à capacitação desses funcionários, em

sete prefeituras foi mencionada ao menos uma iniciativa. A maior parte delas, no entanto, diz respeito à capacitação ofertada no âmbito da rede regular de ensino, com exceção para a Prefeitura de Teresina que oferece cursos nesta área por meio do Centro de Capacitação do Servidor Municipal – CCSM.

Ao serem questionados sobre o uso da informática, especialmente em favor da gestão do turismo, vários respondentes ficaram em dúvida, uma vez que, conforme comentado antes, são raras as prefeituras do Polo que possuem uma equipe exclusiva no turismo – embora alguns entrevistados tenham comentado sobre a necessidade e o interesse de aprimorar a estrutura nesse aspecto, com uma secretaria e uma equipe, a exemplo de Santa Cruz dos Milagres. Por conseguinte, alguns respondentes indicaram a capacitação de guias, garçons etc., em cursos normalmente providos pelo SEBRAE ou pela SETUR, como únicas iniciativas de capacitação que beneficiam o turismo nos municípios.

Em relação às tecnologias da informação, também foi questionado sobre a disponibilidade de espaços públicos nos municípios que possibilitem o acesso à *internet* pela comunidade e, obviamente, pelos visitantes. Isso foi confirmado em sete municípios, mas com uma ressalva: o acesso é possibilitado apenas à comunidade através de telecentros e dos laboratórios de informática disponibilizados na rede escolar pública. Em apenas três casos (Esperantina, Lagoa do Piauí e Teresina) foram citadas iniciativas que, além da comunidade, podem beneficiar os visitantes.

Outro aspecto levantado diz respeito à realização de pesquisas de demanda turística pelos municípios e também, buscou-se saber se possuem inventário da oferta turística. A maior parte dos respondentes revelou que fazem uma estimativa de visitantes apenas quando há grandes eventos – como os de caráter religioso que ocorrem em Santa Cruz dos Milagres. No município de Pedro II é realizada uma pesquisa que visa subsidiar o planejamento de seu evento mais importante – o Festival de Inverno. Em Teresina, dados de demanda podem ser obtidos a partir de informações: (i) da CEPRO (Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí), que desenvolveu pesquisa sobre o comportamento da demanda turística no Estado; e (ii) do Ministério do Turismo e Fundação Getúlio Vargas, que desenvolveu o *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional*. Quanto ao inventário turístico, cinco municípios possuem (Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Monsenhor Gil, Pedro II e União), mas em pelo menos dois deles foi informado que a elaboração do inventário foi realizada por estudantes e, embora tenha sido entregue à prefeitura, o mesmo ainda não foi usado. Em Teresina, apesar de não haver um inventário formalizado, a Prefeitura dispõe de informações sobre seus principais atrativos.

Em geral, pode-se inferir que o uso da informação e suas tecnologias em favor do turismo no Polo envolve uma realidade sensível, dada a falta de uma estrutura sólida no campo da gestão municipal do turismo. E no conjunto de medidas necessárias para fortalecer essa estrutura, considera-se fundamental que sejam criadas iniciativas em torno da capacitação de colaboradores em informática, bem como no emprego de sistemas que apoiem a tomada de decisões e facilitem a gestão do turismo.

### **6.2.3. Órgãos e instituições que atuam na Atividade Turística do Polo de Teresina**

A gestão do turismo vai além da secretaria municipal de turismo e alcança outros órgãos da administração pública cujas áreas estão relacionadas ao meio ambiente, educação, planejamento, saúde, cultura, agricultura e entre outras que, conforme a realidade da localidade turística, influenciam no desenvolvimento da atividade. É válido acrescentar que a iniciativa privada, os profissionais autônomos, as organizações não governamentais e a população organizada também são importantes referências para que a gestão do turismo seja compartilhada e integrada no sentido de atender às necessidades dos municípios e regiões turísticas.

Comparando-se a estrutura formal de turismo dos municípios que compõem o Polo, identificou-se que os municípios de Altos, Lagoa do Piauí e Santa Cruz dos Milagres não possuem Secretaria Municipal e, não por acaso, o primeiro possui o pior índice de captação de recursos federais, com os outros dois no nível intermediário; José de Freitas, Piripiri, e União possuem Secretaria compartilhada com diretoria ou coordenação específica e ocupam o nível intermediário da captação de recursos federais; enquanto que Buriti dos Montes, Castelo do Piauí e Pedro II tem Secretaria compartilhada sem diretoria específica, tendo o último desenvoltura destacada na aprovação de projetos turísticos e os demais desempenho crítico; os municípios de Campo Maior, Esperantina, Monsenhor Gil e Piracuruca possuem Secretaria específica, mas apenas Campo Maior traduz a estrutura em maior investimento turístico para o seu município. Teresina, que possui uma Coordenação Especial de Turismo, inserida em uma Secretaria compartilhada, além de uma unidade administrativa destinada exclusivamente à gestão dos convênios com o PRODETUR, possui o melhor desempenho em captação de recursos. Evidentemente, o fato da capital se constituir no portal de entrada de parte significativa dos visitantes do Estado contribui para esta posição.

O cenário acima descrito demonstra que mesmo nos municípios onde há estrutura formal de turismo, como no caso de Buriti dos Montes e Castelo do Piauí, há um sub dimensionamento dos trabalhos relacionados ao setor. No outro extremo, embora os municípios de Altos e Santa Cruz dos Milagres não possuam estrutura formal para gerir o turismo local, estão posicionados no nível intermediário de recursos federais aplicados no setor.

**TABELA 18 - RECURSOS FEDERAIS PARA O TURISMO 2005-2010**

MUNICÍPIOS	MONTANTE CAPTADO	%
Teresina	R\$29.520.926,00	57,5%
Altos	R\$ 1.811.994,00	8,3%
Buriti dos Montes	R\$ 512.333,00	2,4%
Campo Maior	R\$ 2.990.679,84	13,7%
Castelo do Piauí	R\$ 1.565.833,00	7,2%
Esperantina	R\$ 1.086.250,00	5,0%
José de Freitas	R\$ 1.379.774,00	6,3%
Lagoa do Piauí	R\$ 217.000,00	1,0%
Monsenhor Gil	R\$ 1.730.693,48	8,0%
Pedro II	R\$ 4.022.702,50	18,5%
Piracuruca	R\$ 1.259.250,00	5,8%
Piripiri	R\$ 2.476.520,00	11,4%
Santa Cruz dos Milagres	R\$ 1.441.500,00	6,6%
União	R\$ 1.260.000,00	5,8%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 51.275.450,82</b>	<b>100%</b>

Fonte: Portal da Transparência, 2010

Por fim, vale atestar que no período de 2005 a 2010, os municípios do polo de Teresina captaram aproximadamente 51 milhões de reais para o turismo. Desse montante, a quase totalidade dos recursos captados foi para obras de infraestrutura urbana<sup>30</sup>, ficando no segundo plano o investimento em manutenção de centros culturais e museus e promoção de eventos para divulgação do turismo interno.

Além do Município de Teresina, cuja captação representa 57,57% do total, os três municípios com maior volume de recursos captados foram Pedro II (7,85% do montante), Campo Maior (5,83%) e Piripiri (4,83%). Já os 3 municípios com menor volume de recursos captados foram Lagoa do Piauí (0,42% do montante), Buriti dos Montes (1,00%) e Esperantina (2,12%). Contudo, todos os municípios podem e devem captar mais recursos federais a medida que institucionalizarem suas estruturas de governança local, com a ampliação da participação dos atores turísticos locais e melhorando os projetos elaborados pra todo o setor turístico.

<sup>30</sup> Apenas as transferências relativas à Ponte Estaiada do Rio Poty representam mais de 50% deste valor (R\$ 26.325.000,00)



### 6.3. ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O trabalho de planejamento turístico é importante porque se propõe a identificar as potencialidades e as deficiências de uma organização a partir de um enfoque próprio, analisando o cenário atual e contribuindo para que as metas e estratégias de um cenário futuro sejam mais facilmente atingidas. Porém, é somente com a reflexão e o comprometimento da comunidade, em colaboração com técnicos e profissionais da área, que o planejamento consegue obter propostas de viabilidade para revitalização e diversificação da economia local.

A estrutura organizacional representa o modo como um tipo de instituição se organiza para realizar suas atividades cotidianas (HALL, 1984). Dentre os diferentes aspectos que compõem esse conceito, o estudo avalia a questão da formalização de processos e ações e a estrutura física em si no contexto das repartições públicas do Polo de Teresina. Basicamente, formalização é o processo de constituir determinada situação ou característica e se estabelece a partir de normas escritas para orientar as atividades e/ou interpretações (DAFT, 2002). Esse aspecto foi mensurado a partir da existência e análise da legislação estadual e da municipal.

O processo de planejamento do turismo Piauiense está a cargo da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR – órgão responsável pela elaboração de instrumentos relacionados à implementação da política estadual do turismo, execução das ações previstas e por mensurar, através de levantamento e indicadores específicos, o alcance dos programas, projetos e ações elaboradas para o turismo no Estado. A SETUR é também o órgão responsável pela articulação entre os organismos e instâncias nacionais e internacionais, com objetivo de contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo no Piauí, além da implementação de projetos de fortalecimento setoriais com vistas a qualificação de mão de obra e de serviços turísticos. Dentre os trabalhos realizados consta o apoio ao SEBRAE - PI na elaboração do Plano Estratégico do Turismo do Estado do Piauí, com vigência para 2012-2020.

Dessa forma, pode-se concluir que atualmente o Piauí não possui nenhum dos instrumentos de gestão territorial do turismo plenamente em vigor – ao menos nenhum com alguma incidência no território que compreende o Polo de Teresina . É importante frisar que, além da atualização do referido Plano Estratégico do Turismo, está em processo de elaboração, segundo a Seplan, os Zoneamentos Ecológicos e Econômicos (ZEES) das diferentes regiões do Piauí, cujos resultados deverão constituir as informações necessárias para a elaboração do ZEE estadual. Por hora, apenas o ZEE da região Sul e o ZEE da Costa do Parnaíba estão finalizados.

Ao nível municipal, a carência de estrutura institucional antes mencionada nos tópicos anteriores acaba também por não permitir que se realize um plano integrado de desenvolvimento turístico, seja municipal ou setorial. Ainda que alguns municípios possuam um Plano Municipal de Turismo, faz-se necessário planejar as ações a serem implementadas de forma que os resultados possam se somar sinergicamente. Para tanto, as instâncias de planejamento – estaduais e municipais – precisam ser mais bem estruturadas. A exceção fica com Teresina que, em função da excepcionalidade conferida pelo Ministério do Turismo, possui seu próprio Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável



– PDITS, além do Plano de Fortalecimento Institucional do Turismo – PFI em fase de elaboração.

## 6.4. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO

### 6.4.1. Legislação Federal

A legislação brasileira pertinente ao turismo segue as diretrizes estabelecidas pela Lei 11.771/2008, que define a Política Nacional do Turismo. Esse instrumento normativo busca orientar a atividade turística no Brasil em seus distintos aspectos, além de normatizar os princípios que devem reger a relação entre as atividades turísticas específicas e o território específico em que elas ocorrem. Nesse sentido é que o parágrafo único do artigo 4º Lei 11.771/2008 reafirma os princípios “da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável” como os basilares da Política Nacional do Turismo.

A referida Lei estabelece também o Plano Nacional do Turismo (PNT) como o instrumento responsável pela regência da política de crédito destinada ao setor, de modo a sistematizar as diversas iniciativas – tanto públicas quanto privadas – e otimizar os resultados obtidos. O conselho gestor, responsável pela elaboração do PNT, está regulamentado nos artigos 8º e seguintes, os quais tratam do Sistema Nacional de Turismo e seus objetivos. Por sua vez, o art. 16 trata do suporte financeiro a ser oferecido às atividades turísticas e nomeia, inclusive, as linhas de créditos das quais deve afluir a verba para o setor. Dentre elas, merece destaque neste trabalho o mecanismo operacional constante no inciso VI, o qual permite a possibilidade de canalização de recursos através de “organismos e entidades nacionais e internacionais”. Merece destaque por ser justamente uma das linhas com que trabalha o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), o qual também encontra seu fundamento legal na Lei 11.771/2008, (art. 8º, §2º).

O PRODETUR, criado pelo Ministério do Turismo, tem por objetivo o financiamento de programas regionais para captação de recursos de organismos financiadores externos. Nesse sentido, trata-se de uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do BID que visa fortalecer a Política Nacional do Turismo nos âmbitos regional, estadual e municipal. No que diz respeito à produção legal, o programa financia uma série de instrumentos normativos, a maior parte deles voltados à gestão territorial.

### 6.4.2. Legislação Estadual

No que diz respeito ao seu arcabouço legal – especificamente as legislações urbanística, ambiental e turística – o Estado do Piauí possui alguns pontos bastante importantes, capazes de direcionar a ação dos municípios para um controle sistemático do território, mormente naquilo que tange à gestão ambiental do espaço.

A Política Estadual do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei 4.854/1996, regulamenta uma série de atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais, tanto no espaço rural quanto no urbano. A Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí, criada em 1995 pela Lei 4.797, é o órgão responsável pela efetivação desse diploma legal. No que diz respeito à atividade turística, a Lei 4.797/1995 prevê (no art. 3º, II,

i) uma cadeira ao representante da Empresa Piauiense de Turismo na plenária do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

A Lei da Política Estadual do Meio Ambiente traça ainda diretrizes urbanísticas a serem colocadas em prática pelos municípios. Tais diretrizes estão delineadas desde a parte principiológica do diploma legal (art. 3º, II e V), perpassam aquilo que concerne à proteção do meio ambiente urbano e sua relação com o uso e a ocupação do solo de áreas urbanas em expansão (art. 9º, VII), do meio ambiente urbano com interesse de preservação do patrimônio histórico (art. 9º, XI), além de disciplinar a coleta, o transporte e a disposição final do lixo (art. 29, §1º, I) e prescrever as infrações e penalidades relacionadas à poluição atmosférica, à poluição do solo e ao uso sustentável dos recursos hídricos.

Ainda ao nível estadual, há no Piauí outros mecanismos que buscam inter-relacionar as questões ambientais e urbanísticas às atividades econômicas voltadas ao turismo. Um deles é proposto pela Secretaria de Planejamento – SEPLAN, órgão com diversas responsabilidades e com presença marcante na formulação das estratégias de desenvolvimento do turismo no estado, principalmente por ser o órgão responsável pela descentralização administrativa e pela regionalização dos programas, ações e distribuição orçamentária (art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº 87/07), tudo levado a cabo com o auxílio dos CTDS – Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Contudo, a regionalização administrativa proposta pela SEPLAN acaba por alocar os diferentes municípios do Polo de Teresina em aglomerados e territórios distintos (mesmo em macrorregiões diferentes), o que acaba por multiplicar as instâncias regionais de deliberação e pode dificultar o processo participativo na construção das políticas, programas e projetos voltados ao Polo.

A estrutura institucional estadual Piauiense, como se pode depreender, possui os instrumentos legais necessários para formular o planejamento do turismo e concretizar os programas, projetos e ações idealizados no que diz respeito ao planejamento integrado, ao financiamento de obras e ao treinamento e capacitação da mão de obra ligada ao setor. Contudo, faz-se necessário implementar os instrumentos que ainda não foram regulamentados, tal como a versão atualizada do Plano Estratégico do Turismo e estrutura que viabilize os Conselhos Regionais, responsáveis pelo planejamento turístico setorial.

#### **6.4.3. Legislação Municipal**

A legislação municipal referente aos temas em análise – basicamente legislação urbanística, ambiental e turística – é de suma importância para a compreensão do enfoque institucional, pois os municípios detêm competência constitucional para fazer valer um ordenamento territorial que lhes interesse mais, tendo em vista a importância e a prevalência das questões locais na regulamentação do uso e da ocupação do solo.

Nesse sentido, pode-se constatar que as instâncias municipais abarcadas pelo Polo ainda não possuem, em sua maioria, a capacidade institucional suficientemente fundamentada para fazer frente às necessidades com as quais precisam lidar.

A análise em questão toma por premissa o conteúdo do Regulamento Operacional da Linha de Crédito do Prodetur Nacional – CCLIP. Segundo consta no referido documento, há algumas ações prioritárias para o desenvolvimento do turismo sustentável no Polo, ações nas quais a agência financiadora se propõe a investir com mais afinco, algumas delas

relacionadas com a capacidade institucional das prefeituras municipais para regulamentar o uso sustentável dos recursos locais.

Dentre as ações prioritárias, o Regulamento Operacional refere-se ao “planejamento estratégico e operacional dos destinos: elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) e planos de ação, planos diretores de uso e ocupação do solo e ordenamento territorial, planos de manejo e de uso público, planos de ordenamento territorial e de turismo”<sup>31</sup>. A partir deste trabalho, cuja abrangência visa diagnosticar a situação do turismo no polo em seus distintos matizes e nos distintos municípios que o compõem, pode-se então trabalhar no sentido de aprimorar tanto a gestão pública quanto a participação privada na esfera turística.

Em relação ao aspecto específico do ordenamento territorial, alguns municípios que integram o Polo de Teresina demonstram grande carência de instrumentos legais, como se pode depreender no quadro 20:

---

<sup>31</sup> Relatório Operacional da Linha de Crédito do Prodetur Nacional – CCLIP., p. 10. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/downloads\\_regionalizacao/Regulamento\\_Operacional.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Regulamento_Operacional.pdf)>

**QUADRO 20 - PLANO DIRETOR, POLÍTICAS E PLANO DE TURISMO**

MUNICÍPIOS	PLANO DIRETOR APÓS 2003	PLANO DE TURISMO
Altos	Não	Não
Campo Maior	Sim	Não
Castelo do Piauí	Não	Não
União	Não	Não
José de Freitas	Sim	Não
Monsenhor Gil	Sim	Não
Santa Cruz dos Milagres	Não	Não
Piripiri	Sim	Sim
Lagoa do Piauí	Sim	Não
Piracuruca	Sim	Não
Esperantina	Não	Não
Pedro II	Não	Sim
Buriti dos Montes	Não	Não
Teresina	Sim	Sim

Fonte: Ambiens 2010.

Embora vários municípios tenham respondido, através de entrevistas, que possuem Plano Diretor promulgado depois de 2003, apenas quatro deles disponibilizaram uma cópia da Lei para análise do conteúdo. Isso pode ser um indício de que os referidos diplomas legais em nada influenciam nas tomadas de decisões realizadas pelos gestores municipais, apesar de os planos estarem concluídos e estarem em vigência.

O Plano Diretor do Município de Piripiri contém, no rol de princípios que devem orientar a política municipal urbana, as diretrizes de “promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por micro bacias hidrográficas, proteção de matas ciliares e nascentes e criação de Unidades de Conservação” (art. 14, VI), além da incumbência, dirigida ao poder executivo municipal, de “promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município” (art. 15), além de diretrizes específicas para o desenvolvimento do turismo no município (art. 16). Possui também lei de uso e ocupação do solo, instrumento de suma importância para regulamentar as atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais.

Já o Plano Diretor de Campo Maior, embora defina parâmetros para uso e ocupação do solo, não possui uma política destinada ao turismo municipal, não obstante discipline a política ambiental municipal.

Por sua vez, Plano Diretor do município de União estabelece a necessidade de elaboração dos parâmetros de uso e ocupação do solo (art. 12), mas o município não forneceu a lei específica. O referido plano também não trata especificamente de uma política municipal para o turismo, embora mencione a atividade turística como uma das diretrizes econômicas a serem desenvolvidas no município (art. 10). Da mesma forma, ele não estabelece uma política municipal de meio ambiente, resumindo-se em expor a conservação do meio como uma das diretrizes que devem orientar a ação dos órgãos municipais.

O Plano Diretor de Teresina (Lei 3.558/06), que se constitui como uma lista de objetivos, diretrizes e ações, não estabelece parâmetros urbanísticos ou regulamentação sobre o uso e a ocupação do solo, remetendo-os parcialmente à Lei Complementar 3.560/06 que dispõe sobre as diretrizes para o uso do solo urbano e institui o zoneamento municipal. No Plano Diretor há indicações relacionadas ao turismo no artigo 5º dos objetivos econômicos (fortalecer Teresina como centro de serviços no setor de turismo de negócios e eventos) e em indicações específicas e esparsas nos artigos 9º, 11º, 13º e 17º, que tratam, respectivamente, das diretrizes de desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, meio ambiente e revitalização do centro urbano. Nestas, merece destaque a referência à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo e a implantação do comitê gestor do arranjo produtivo local “Turismo”. Vale destacar que o Município de Teresina desenvolveu seu próprio PDITS, constituindo um dos poucos que não se refere a um plano regional.

## 6.5. QUADRO DOS INCENTIVOS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO

Neste ponto do diagnóstico serão trabalhadas as diferentes modalidades de incentivos estatais direcionados à atividade turística, todas elas com incidência no território compreendido pelo Polo de Teresina. Primeiramente, será realizado um estudo do arcabouço legislativo pertinente ao tema. Em seguida, realizar-se-á uma análise dos programas e projetos existentes para o financiamento do setor turístico junto às instâncias governamentais.

O Estado do Piauí não possui uma lei de incentivo ao turismo que isente as empresas do ramo de quaisquer tributos estaduais. Algo similar, embora não direcionada ao turismo, pode ser encontrada nas Leis Estaduais nº4859/1996 e nº5875/2009. Ambas versam sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa de pagamento do ICMS, mas se dirigem apenas ao ramo de empreendimentos industriais e agroindustriais. Por outro lado, o Decreto nº 9.174/1994 concede isenção de ICMS no fornecimento de energia elétrica a hotéis, cinemas e teatros, modalidade de isenção que de uma forma bastante tímida acaba por incentivar a atividade turística.

Uma forma legal encontrada pelo ente estadual para incentivar a conservação ambiental por parte dos municípios foi instituir a Lei nº 5.813/2008, que versa sobre o benefício do ICMS Ecológico como estratégia de beneficiar os municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente. De acordo com o parágrafo primeiro do art. 1º, receberão o recurso do ICMS Ecológico aqueles municípios que conquistarem o Selo Ambiental, documento de certificação ambiental dividido em três categorias (art. 1º, §2º) estabelecidas conforme níveis

de gestão dos recursos naturais e meio ambiente. Tal incentivo, ainda que não direcionado diretamente à área do turismo, acaba por contribuir com as potencialidades da região para a exploração do ecoturismo e do turismo de aventura, afinal a preservação ambiental é um pressuposto fundamental para ambas as modalidades.

Há, por outro lado, uma série de programas de incentivo e linhas de crédito para desenvolvimento dirigidos ao fomento da atividade turística sustentável. O próprio PNT, desenvolvido pelo MTUR, contém uma série de programas nacionais de incentivo ao turismo, voltados para as áreas de desenvolvimento de competitividade, planejamento, regionalização e infraestrutura. Dentre eles destacam-se: o Programa Sistema de Informações do Turismo, o Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro, Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização, Programa de Estrutura dos Segmentos Turísticos, Programa de Estrutura da Produção Associada ao Turismo, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo, Programa de Atração de Investimentos, Programa de Articulação Interministerial para Infraestrutura de apoio ao Turismo e o Programa de Apoio à Infraestrutura turística<sup>32</sup>.

Para a efetivação dos objetivos dispostos para o turismo brasileiro no PNT, existem algumas linhas oficiais de crédito, geridas pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Banco do Nordeste. Somadas a elas, há outras linhas de financiamento que não se destinam diretamente ao turismo, embora as atividades turísticas também possam delas se valer. Dentre esses programas, destacam-se:

a) FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo): destinado ao financiamento para ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, oferece crédito de R\$ 400.000,00 a R\$ 10.000.000,00; com carência que varia de 90 dias a 60 meses e limite de financiamento de 240 meses.

b) PROGER-Turismo (Programa de Geração de Emprego e Renda): o programa, do Governo Federal, oferece linhas de financiamento do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Foi instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo CODEFAT e seu objetivo é fomentar e capacitar o setor produtivo composto por micro e pequenas empresas.

c) PRODER (Programa de Emprego e Renda): programa implantado pelo Sebrae Nacional, veio a ser, desde 2000, paulatinamente substituído pelo Programa Sebrae de Desenvolvimento Local. Tem por objetivo a capacitação e financiamento dirigido à micro e pequena empresa.

d) PROATUR (Programa de Apoio ao Turismo): programa que trabalha com verbas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), também se destina à reforma, ampliação e modernização dos empreendimentos turísticos.

e) PRÓ-EMPREGO: linha de financiamento aberta pelo BNDES, busca, de acordo com a Resolução Nº 289/2002, atender às demandas oriundas dos setores público e privado, com a observância dos objetivos de I) a geração direta e/ou indireta de emprego e renda; II - que comprovem os benefícios e melhorias da qualidade de vida para a população de baixa

---

<sup>32</sup> Plano Nacional do Turismo 2007-2010. In [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/downloads\\_plano\\_nacional/PNT\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf)



renda; III - que demonstrem os reflexos de sua implementação no aprimoramento da competitividade externa; e IV - que sejam ambientalmente sustentáveis e atendam aos requisitos normativos da Política Nacional para o Meio Ambiente.<sup>33</sup>

f) PANFLOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador): implantado pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde 1996, suas verbas advêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Visa articular as redes pública e privadas de educação profissional com intuito de qualificar ou requalificar parcelas da população para uma área de trabalho específica.

g) CREDIAMIGO: outro programa destinado à micro e pequena empresa, cria linhas de crédito facilitadas que não necessitam das exigências tradicionais do sistema financeiro. Além disso, o programa oferece capacitação técnica e gerencial para pequenos empresários. É financiado pelo Banco do Nordeste.

Finalmente cabe destacar que na esfera municipal apenas Teresina possui instrumentos de incentivo, nos quais se inclui: (i) o Fundo Municipal de Turismo, destinado a aplicar recursos em infraestrutura turística e demais ações previstas no PDITS; e (ii) a “Política de Benefícios e Incentivos do Município”, normatizada pela Lei Municipal n.º 2.528 de 23 de maio de 1997, que apesar de não tratar especificamente da atividade turística e ter sua utilização associada na prática mais fortemente às atividades industriais, pode ser utilizada para concessão de incentivos fiscais a estabelecimentos do setor turístico.

## 6.6. CONCLUSÃO

O capítulo de conclusão sintetiza as principais análises extraídas da compilação dos dados coletados no diagnóstico. Essencialmente, essas análises procuram explicitar o entendimento fundamental ou as informações mais importantes que traduzem todo o conjunto de análises realizadas em cada um dos temas abordados na pesquisa. Assim, o texto apresentado neste tópico segue apenas como orientação o sequenciamento mais geral dos tópicos anteriores para assegurar a coerência interna do documento.

Em relação ao quadro institucional dos municípios e à sua capacidade para lidar com complexificação da estrutura de governo local, foi identificado a carência **de processos básicos de fortalecimento e organização das unidades de turismo nos municípios, relativos ao quadro de pessoal e participação em programas**. Tais necessidades foram encontradas em níveis distintos nos diferentes municípios do Polo, mas todos eles apresentaram algum grau de fragilidade institucional em todos os aspectos pesquisados – legislativo, de quadro técnico e de qualificação técnica, de estrutura administrativa existente, de gestão da informação e de governança local. Portanto, entende-se que o levantamento sistemático das necessidades de treinamento dentro das instituições públicas deveriam ser formalizadas, assim como os instrumentos para avaliação dos resultados de treinamento. Como dito, todas as prefeituras precisam ampliar suas estruturas, investir em aquisição de tecnologia e treinamento de pessoal.

Os poderes públicos municipais e estadual desempenham papel estratégico na viabilização das ações turísticas e no entanto, constata-se a ausência **de instrumentos de gestão**

---

<sup>33</sup> Resolução Nº 289, de 23 de Julho de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego. Consultada em 17/12/2010: [http://www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes/2002/r\\_20020723\\_289.asp](http://www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes/2002/r_20020723_289.asp)

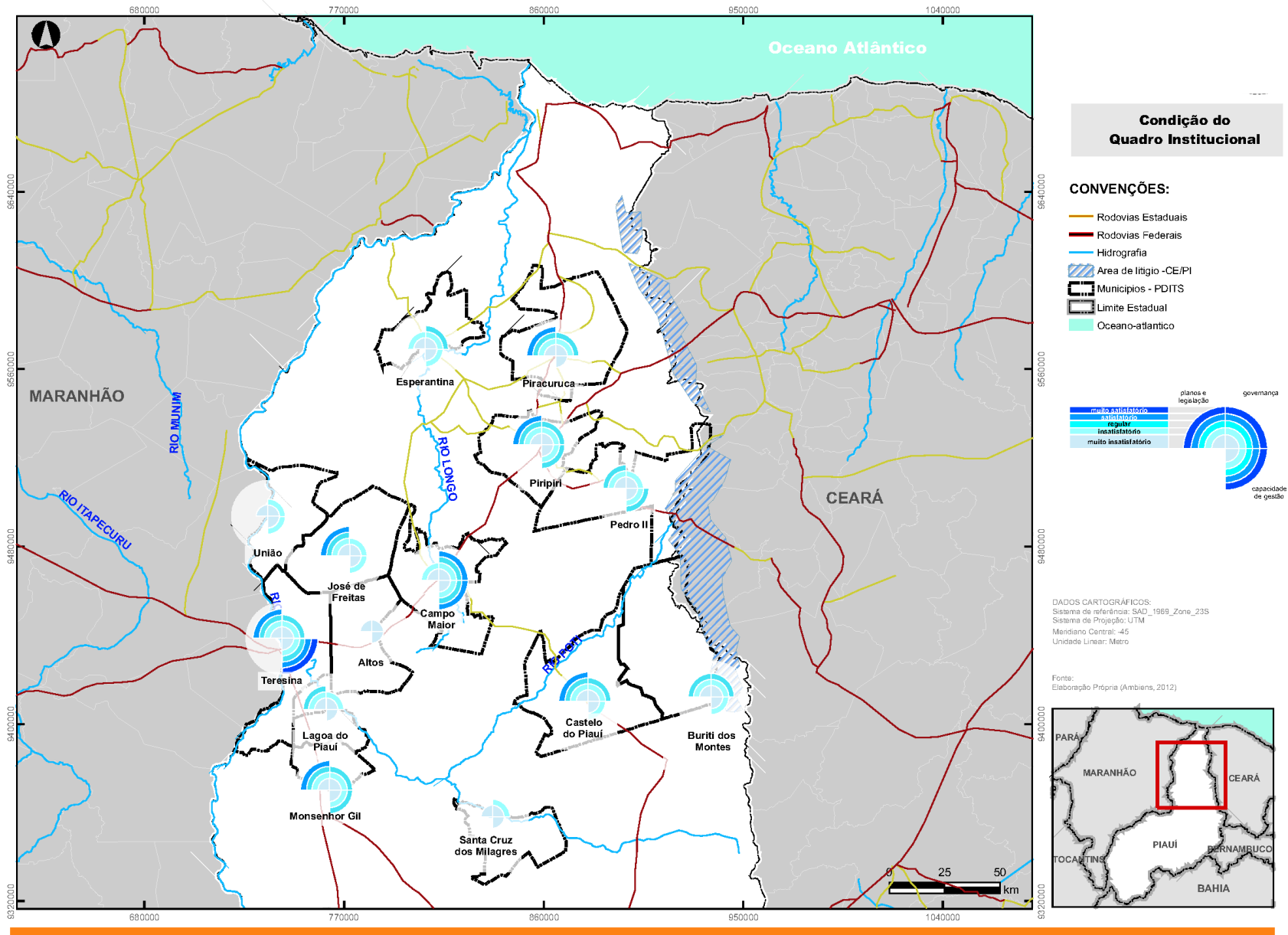


**pública para o turismo.** Nesse sentido, o Polo de Teresina, à exceção da Capital, carece de um cronograma de políticas, projetos e programas, construído em parceria pelas diferentes instâncias públicas – ligadas ao turismo, meio ambiente, desenvolvimento social e de infraestrutura – e pelos espaços organizados da sociedade civil, o que gera também a falta de **eficiência dentro dos espaços de gestão democrática.** Tal cronograma orientará o desenvolvimento do turismo sustentável no Polo e permitirá o **estabelecimento de parcerias entre as secretarias municipais e o estado.**

No que diz respeito **aos instrumentos de planejamento estratégico territorial,** o estado do Piauí ainda não possui nem ZEE e os planos diretores quando existem, encontram-se em desuso. O diagnóstico aponta também para a necessidade de **fortalecimento das instâncias e órgãos ligados ao turismo** para que ações mais eficazes possam ser planejadas e implementadas no território que compreende o Polo.

No tocante aos **incentivos para o investimento privado,** o poder público e parceiros presentes na região devem ser capacitados para fornecer assistência técnica nos diversos assuntos que envolvem o desenvolvimento do turismo, carecendo o estado do Piauí de legislação específica de fomento público a empreendimentos de turismo. Já em relação à arrecadação fiscal, foi constatado a **presença de diversos empreendimentos informais, o que prejudica a arrecadação municipal** em função da pouca geração de impostos.

Figura 30 - Mapa de condição institucional



## 7. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA TURÍSTICA

### 7.1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA

A caracterização ambiental do Polo de Teresina considerou os principais biomas<sup>34</sup> e ecossistemas<sup>35</sup> (tipologia e formações paisagísticas); o clima; o solo; a diversidade biológica; as informações sobre as espécies<sup>36</sup> chaves da fauna e flora; as propostas de estratégias de conservação ambiental e os impactos ambientais prováveis decorrentes da prática de turismo nessa região.

Para isso, foram utilizados basicamente dois métodos: (i) a análise integrada de dados secundários; e (ii) análise de informações de campo coletadas pela equipe técnica (por meio de Fichas de Campo que orientaram as observações).

Para a descrição das características ambientais gerais do Polo de Teresina foram utilizados dados secundários disponíveis em bancos de dados governamentais, relatórios da atividade turística da região e outras publicações de órgãos governamentais ou instituições de pesquisa. Também foram realizadas consultas a revistas e jornais acadêmicos especializados, dissertações e teses. Vale ressaltar, que o uso de dados secundários possibilita o planejamento de ações e permite explorar áreas onde os problemas e/ou potencialidades ainda não são claros o suficiente.

O trabalho de análise das informações de campo, por sua vez, foi feito com base nas observações realizadas pela equipe técnica. Apesar das Fichas de Campo focarem os atrativos turísticos da região, foram também coletadas informações ambientais, as quais foram/estão incorporadas nas descrições contidas nesse documento.

A área do Polo de Teresina apresenta uma diversidade de aspectos ambientais que mostra seu potencial turístico e seu potencial como polo indutor do turismo estadual. A diversidade de recursos naturais, de ecossistemas e de espécies, somado às características próprias das pessoas que moram nessa região, são aspectos reconhecidamente importantes, determinando, assim, um potencial para geração de cenários convidativos para a visita. A descrição que se segue teve como proposta citar essas características, além dos aspectos relacionados à fragilidade e possíveis impactos nesse ambiente.

Para isso, foram considerados os seguintes tópicos: Aspectos Físicos (clima e solo), Biomas e Ecossistemas, Diversidade Biológica<sup>37</sup> e Possíveis Impactos Ambientais do Turismo.

---

<sup>34</sup> Bioma é um conjunto de diferentes ecossistemas, que possuem certo nível de igualdade.

<sup>35</sup> Ecossistema é um conjunto de animais, vegetais e outros organismos que interagem entre si e com o meio ambiente que eles pertencem.

<sup>36</sup> As espécies e ecossistemas considerados como “chaves” pela biologia da conservação, aquelas que exercem “poder” de garantia da proteção de uma série de outras, seja pela sua relação trófica, ou seja a sequência de transferência de energia, de organismo para organismo, em forma de alimentação, ou sensibilização social de proteção (carisma).

<sup>37</sup> Diversidade Biológica ou Biodiversidade é a diversidade da natureza viva. Em outras palavras, é a variedade existente de organismos vivos e de ecossistemas em uma determinada região.

### 7.1.1. Aspectos Físicos – Clima, Solo e Hidrografia

A influência do **clima** sobre a região foi tratada por meio de dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)<sup>38</sup> e por observações de campo.

De forma abrangente, o clima na região do Polo de Teresina é tropical semiárido<sup>39</sup> quente, com período seco de seis meses, submetido à influência de diferentes sistemas de circulação atmosférica (Reis, 1976). As comunidades locais caracterizam duas estações do ano, conforme a intensidade de chuvas, chamando a época seca de verão e a época de chuvas, de inverno (as chuvas ocorrem principalmente em janeiro, fevereiro, março e abril). Por situar-se em uma zona de latitudes baixas, predominam médias térmicas anuais superiores a 25°C, com baixa amplitude térmica<sup>40</sup>.

Sobre a pluviometria, pode-se dizer que na região do Polo de Teresina as chuvas apresentam uma distribuição bastante desigual, com fases mais úmidas e outras mais secas. No período chuvoso, a pluviosidade máxima chega a 3.352,5 mm por ano ou 220 mm por mês, com o pico das chuvas ocorrendo nos meses de fevereiro e março (podendo se estender até maio); e no período de seca, a pluviosidade mínima é de 14 mm anuais ou sete mm por mês. Um ponto importante a ser destacado em relação ao turismo é que esta falta de chuva pode influenciar alguns atrativos naturais, como por exemplo, cachoeiras, rios e lagoas, que devido ao período de seca acabam sendo sazonais. Um exemplo é a Cachoeira do Riachão, no Parque Sete Cidades, uma queda livre de 25 metros que só pode ser apreciada na temporada de chuvas.

No Polo de Teresina as temperaturas mais altas são atingidas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro (38°C), e como todos esses meses terminam em “bro”, é comum os habitantes do Polo utilizarem a expressão “brobró” para falar desse período. Já as temperaturas mínimas acontecem nos meses de junho e julho, quando se registra até 18°C. A temperatura média anual é de 26,8°C.

Ainda em relação à temperatura, uma característica interessante do Polo é que, devido a proximidade com a Serra da Ibiapaba, as cidades de Pedro II, Piripiri e Buriti dos Montes possuem temperaturas mais amenas ao longo do ano. No inverno, a temperatura média fica entre 16°C e 19°C, o que, para a região nordestina chama bastante atenção. Esse aspecto está diretamente relacionado ao turismo, sendo que Pedro II é conhecida como a “Suíça do Piauí”. Localizada na Serra dos Matões, a cidade é palco, inclusive, de um Festival de Inverno, que reúne, anualmente, atrações de renome.

Os meses que apresentam as taxas mais elevadas de evaporação são agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, com valores próximos a 100 mm. A partir de janeiro as taxas de evaporação decrescem, atingindo o menor valor em abril, com cerca de 50 mm.

---

<sup>38</sup> Para isso foram consideradas as classificações de Köppen e Thornthwaite & Mather (1955).

<sup>39</sup> O clima semiárido é um tipo de clima caracterizado pela baixa umidade e pouco volume de chuva. Na classificação mundial do clima, o clima semiárido é aquele que apresenta precipitação de chuvas média entre 300 mm e 800 mm.

<sup>40</sup> De acordo com Köppen, a área apresenta o tipo climático Aw' – tropical chuvoso (quente e úmido). Complementarmente, de acordo com Thornthwaite & Mather, no qual o grau de umidade do clima é determinado pelo índice hídrico ou índice de umidade efetiva, pode-se enquadrar essa região na tipologia climática subúmida seca (C1), com moderado excesso de água no inverno (w).

Em relação aos ventos, a velocidade média anual registrada na região do Polo de Teresina é de 5,9 m/s. Os meses que registram as maiores velocidades são agosto (com 7.2 m/s) e setembro (com 7.3 m/s). A menor velocidade foi registrada em abril, 3.8 m/s. Para melhor visualizar essa temática, a classificação dos ventos vai de zero até valores acima de 32,7 m/s (que são os furacões ou tornados). No caso do Polo de Teresina, os ventos são caracterizados na maior parte do tempo como “Brisa Moderada” (de 5,5 à 7,9 m/s) (Silva *et al.*, 2001). Esse fato faz com que muitas vezes a sensação térmica aumente, aspecto interessante para se observar no planejamento do turismo. O que reflete em uma carência de arborização pública em muitas cidades.

A partir dessas características, pode-se dizer, de modo geral, que a irregularidade climática do Polo de Teresina é um dos fatores que mais interferem na vida do sertanejo (que habita o sertão, as regiões interioranas da Caatinga e do Cerrado). Mesmo quando chove, o solo raso e pedregoso não consegue armazenar a água que cai e a temperatura elevada provoca intensa evaporação. Por isso, somente em algumas áreas próximas às serras, onde a abundância de chuvas é maior, a agricultura se torna possível. Na longa estiagem, os sertões são, muitas vezes, semidesertos nublados, mas sem chuva. O vento seco e quente não refresca. Mas assim que começam as primeiras chuvas, a vegetação ganha novos ramos, aparecem várias gramíneas e a paisagem toma um aspecto verde, bem diferente do marrom acinzentado que se tem como cor predominante na estação seca. O que torna a região peculiar, com mudanças visíveis na paisagem.

Em relação ao **solo**, tem-se, para o estado do Piauí, uma característica de boa drenagem, baixa fertilidade, alta acidez e teores elevados de íons de alumínio (Haridasan, 1992). A baixa disponibilidade de alguns nutrientes minerais, a alta irradiação solar e a alta temperatura alteram a estrutura das plantas (como raízes diferenciadas para procura de água e nutrientes) e a fertilidade do solo (Franco & Lüttge, 2002).

Os solos predominantes na região do Polo de Teresina são do tipo concrecionário laterítico<sup>41</sup>, ocupando as áreas da formação Itapecuru Longá e Areias Quartzosas<sup>42</sup>. Sua geomorfologia apresenta pequenos conjuntos de formas estruturais, com um domínio de formas modeladas por processos de erosão e de acumulação. Dentre as formas erosivas destacam-se as superfícies estruturais pediplanadas, "elaboradas em rochas sedimentares apresentando em algumas áreas vales aplainados e vales pedimentados com retomada da erosão recente". Algumas superfícies apresentam-se em forma de mesas, notadamente nas áreas das formações Barreiras e Itapecuru<sup>43</sup>. As formas de acumulação restam nos fundos de vales, conformando planícies fluviais<sup>44</sup> geralmente inundáveis (Barbosa & Pinto, 1975).

A erosão é um grave problema enfrentado em algumas regiões do Polo de Teresina e ocorre principalmente devido ao desmatamento e ao manejo inadequado do solo na agricultura e pecuária (problemática agravada pela característica arenosa no solo). Estas atividades, como a criação de bovinos e caprinos, a queima ilegal e o desmatamento, têm levado ao empobrecimento e a desestruturação do solo no Polo de Teresina. Agravando

---

<sup>41</sup> Concrecionário laterítico é um tipo de solo caracterizado por ser arenoso e com grãos médios e finos, normalmente encontrado na parte superior do terreno.

<sup>42</sup> Itapecuru, Longá e Areias Quartzosas são os tipos de rocha ou a classificação das rochas do subsolo que formam os solos na região.

<sup>43</sup> Barreiras e Itapecuru são os tipos de rocha ou a classificação das rochas do subsolo que formam os solos na região.

<sup>44</sup> Planícies fluviais são áreas planas formadas por meio da deposição de sedimentos vindos dos rios.



esta situação, já são reconhecidos núcleos de desertificação associados ao sobrepastejo e, principalmente, ao pisoteio de animais na região (Medeiros *et al.*, 2000, Leal *et al.*, 2003). Em 2001, na região do Complexo de Campo Maior (municípios Campo Maior, Altos e Castelo do Piauí), havia o registro de que aproximadamente 50% das áreas estavam degradadas, especialmente em função da atividade pecuária, plantações de café e retirada de lenha para as atividades de olaria (Veloso *et al.*, 2001).

Sobre a **hidrografia**, de forma geral, a drenagem do Polo compreende bacias hidrográficas com extensão territorial considerável, mas com uma rede bastante pobre, devido à impossibilidade de manutenção constante de grandes rios caudalosos (ou seja, com grande volume de água). Um dos fatores para a definição desse comportamento é que as nascentes se localizam em regiões onde as chuvas são mal distribuídas ao longo do ano. Em relação ao turismo, é bastante importante considerar esse tipo de informação, em especial para o planejamento de atividades que dependem da água em virtude do aumento da circulação de pessoas e demanda por banhos e saneamento. Além de influenciar o turismo, essas características determinam o modo de viver da população do Polo de Teresina, sendo que essa cultura pode contribuir enormemente para a divulgação da região.

Porém, a poluição das águas (devido, principalmente, à falta de saneamento básico e aos problemas relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos) também é uma característica marcante do Polo. Além disso, a região do Ibiapaba-Araripe (Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e Pedro II) tem sido local de pecuária extensiva, o que resulta em contínua perda de habitat (incluindo a mata ciliar, fundamental na qualidade da água). Segundo Coimbra-Filho & Câmara (1996), as florestas de galeria encontradas em algumas destas áreas foram substituídas por formações abertas, o que pode ter influenciado no assoreamento de córregos e até mesmo de grandes rios.

**Figura 31 - Encontro dos Rios Parnaíba e Poti em Teresina**



Foto: Gil Gomes Lima

A rede hidrográfica regional é caracterizada pela presença do grande Parnaíba, que atravessa todo o trecho no sentido sul-norte, e pela presença do Rio Poti, que corre no sentido leste-oeste. Estes dois sistemas são considerados uns dos maiores do nordeste brasileiro, a bacia do Parnaíba, com 342.988 km<sup>2</sup> (dos quais 249.374 km<sup>2</sup> encontram-se no Piauí) e a bacia do Rio Poti, com uma área total de 52.202 km<sup>2</sup> (sendo 37.750 km<sup>2</sup> no estado). O Rio Parnaíba é dividido em três principais regiões: o Alto; o Médio e o Baixo Paranaíba. O Polo de Teresina encontra-se na região do Médio e Baixo Paranaíba. Ainda, no município de Teresina os turistas podem desfrutar de um passeio de barco no encontro dos rios Poti e Parnaíba, local onde foi instituído um parque municipal (Parque Ambiental Encontro dos Rios).

Ao relacionarmos as informações hidrográficas com o turismo, podemos citar nesta região principalmente os Cânions do Rio Poti. O qual está localizado no município de Buriti dos Montes, mas com acesso por Castelo do Piauí e por Juazeiro do Piauí. Chamam atenção os paredões da garganta, que chegam a 60 metros de altura. A rocha é cheia de escavações feitas pela correnteza, originando formas diferenciadas, chegando a formar cavernas e abrigos naturais, muito utilizados pelos pescadores. Além das atividades naturais na definição das formas dos paredões, há registros de civilizações antigas em inscrições rupestres em alguns pontos, principalmente associados aos abrigos.

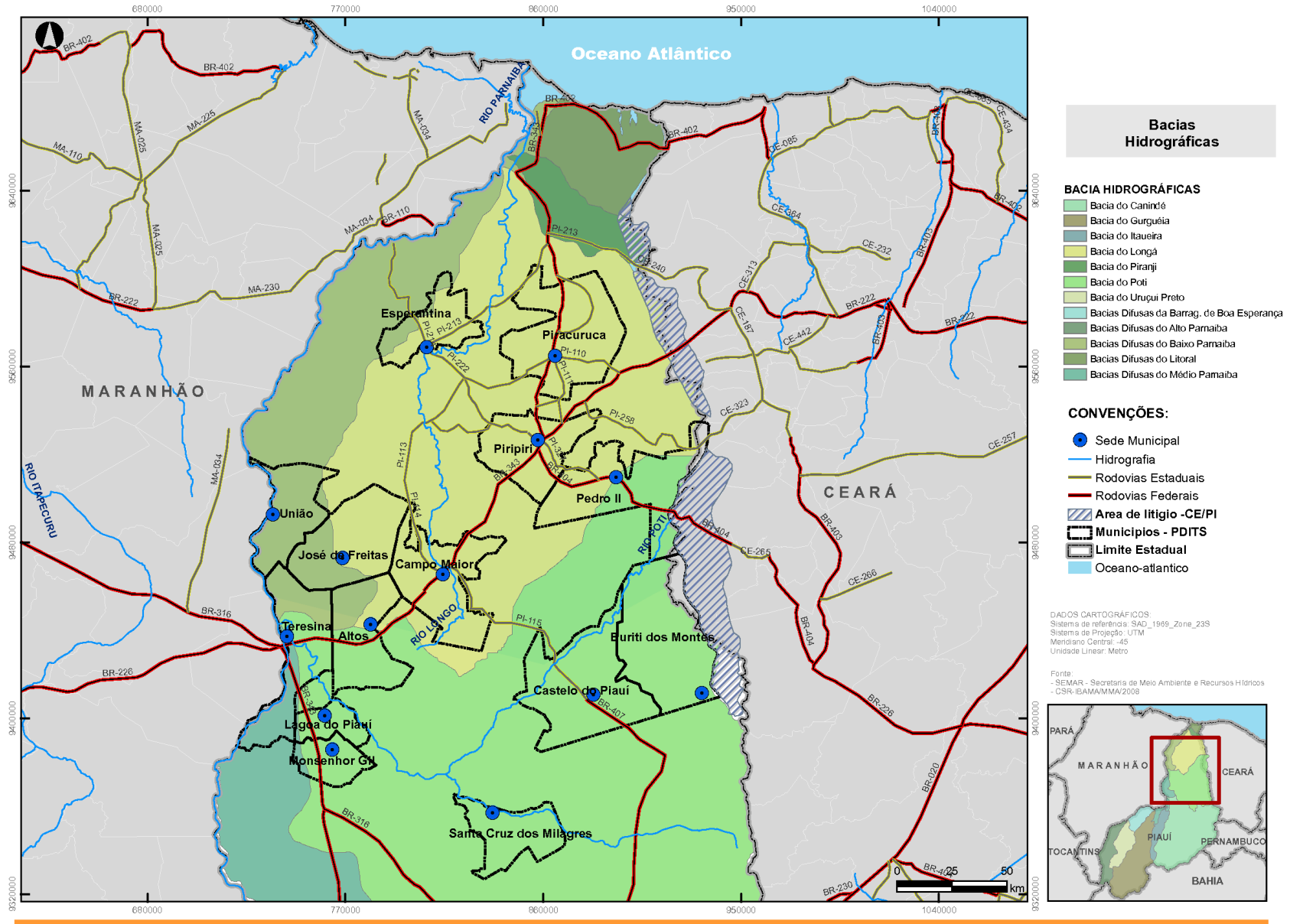
**Figura 32 - Cânion do Rio Poti**



Foto: Moisés Saba



Figura 33 - Mapa de bacias hidrográficas



### 7.1.2. Biomas e Ecossistemas

De modo geral, as paisagens naturais no Estado do Piauí são áreas espacialmente heterogêneas, cujas extensões variam de alguns hectares a muitos quilômetros quadrados (Forman & Godron, 1986; Turner, 1989). Devido a sua heterogeneidade, os biomas e ecossistemas presentes nessa região merecem destaque na discussão do turismo, já que podem representar potencialidades e/ou fragilidades para a execução das atividades planejadas. Neste sentido, as informações aqui descritas sobre o Bioma e os Ecossistemas do Polo de Teresina visam auxiliar o planejamento das atividades turísticas, tendo como base a breve descrição das unidades ambientais<sup>45</sup> que compõem essa região.

Baseado no Mapa de Vegetação do Brasil<sup>46</sup> é possível identificar três grandes categorias de paisagem para o Estado do Piauí: o Bioma Caatinga, o Bioma Cerrado e a Zona de Transição (também composta por Matas Semidecíduais). Segundo Oliveira *et al.* (1997), o Piauí possui uma área total de 252.350 km<sup>2</sup>, sendo cerca de 95.893 km<sup>2</sup> ocupados por formações vegetacionais da Caatinga (37%), 83.275 km<sup>2</sup> por Cerrado (33%) e 73.181 km<sup>2</sup> por áreas de Transição, incluindo algumas manchas de Floresta Semidecidual (30%).

No quadro 21, há a identificação dos Biomas Caatinga e Cerrado para a região do Polo de Teresina. A Caatinga ocorre no leste e sudoeste do Piauí, e é o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa que grande parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em outro lugar. Em relação ao Cerrado, o Piauí aparece como o quarto estado brasileiro com a maior representatividade no bioma e o primeiro em relação à região Norte-Nordeste. As áreas de transição, por sua vez, compostas muitas vezes por áreas de floresta, não aparecem demarcadas no mapa em função da complexidade de se limitar a ocorrência dessa paisagem, já que além das áreas entre a Caatinga e o Cerrado, existem manchas de Transição ao longo dos biomas.

A alteração desses biomas, contudo, tem gerado o isolamento de algumas áreas florestais. Neste mosaico de áreas fragmentadas são encontradas matas primárias, cercadas por pastagens, áreas cultivadas e fragmentos de vegetação alterada. Diante deste cenário, o desmatamento e as queimadas acarretam não só na perda do solo e na alteração dos recursos hídricos, mas levam à perda de biodiversidade por perda de habitat. Esses problemas, associados à falta de políticas integradas de conservação da natureza, agravam a alteração da paisagem, o que pode, em médio e longo prazo, comprometer a atividade de turismo em áreas naturais. Portanto, no mesmo mapa está ilustrada a alteração da paisagem do Polo de Teresina, isto é, a identificação dos remanescentes atuais de vegetação dos biomas.

Para melhor visualizar esses biomas no Polo de Teresina, abaixo se encontra uma lista dos municípios do Polo de Teresina em relação a esses biomas.

<sup>45</sup> Uma unidade ambiental de análise é caracterizada pelas propriedades da região natural na qual está localizada, constituindo-se em um sistema físico, dinâmico e complexo, formado por elementos em interação, que se encontram sob significativa transformação pelo homem. Devido a esta inter-relação, qualquer alteração acompanha todo um conjunto de trocas, tanto em seus componentes, como nas unidades próximas ou conjugadas (Cavalcante, 2004). Por isso, é de grande importância se conhecer cada vez mais os ambientes onde são realizadas quaisquer atividades.

<sup>46</sup> O Mapa de Vegetação do Brasil feito pelo IBGE em parceria com o Ministério do Meio Ambiente reconstitui a situação da vegetação no território brasileiro (IBGE, 2004).

**QUADRO 21 - TIPOS DE BIOMAS EM CADA UM DOS MUNICÍPIOS DO POLO DE TERESINA**

MUNICÍPIO	CAATINGA	CERRADO	TRANSIÇÃO
Teresina			X
Altos	X	X	
Campo Maior		X	
Castelo do Piauí	X	X	
José de Freitas	X		X
Monsenhor Gil	X		
Santa Cruz dos Milagres	X	X	
Piripiri		X	
Lagoa do Piauí	X		
Piracuruca	X	X	
Esperantina	X		
União	X	X	
Buriti dos Montes	X	X	

Fonte: IBGE, 2004.

Como o Polo de Teresina apresenta este complexo mosaico de tipos vegetacionais (que vão desde ambientes mais secos, como as caatingas, passando pelos carrascos, os cerrados, até os ambientes mais úmidos, como as matas de babaquais e florestas semidecíduas<sup>47</sup>), a seguir são apresentadas algumas características complementares de cada um destes biomas, com um foco especial para o Polo de Teresina.

A **Caatinga** ocupa grande parte da porção leste do Polo (Cepro, 1984; 1996a). Como a Caatinga é o bioma em que se registram alguns dos valores meteorológicos mais extremos para o Brasil, espera-se que a vida das espécies locais apresente adaptações peculiares em relação às condições extremas, tornando-se uma região especialmente importante para

<sup>47</sup> Floresta semidecídua é uma floresta marcada por estações climáticas diferentes (verão e inverno), que perde parte das folhas (20 a 50%) nos períodos secos. O grau de decidualidade, ou seja, a perda das folhas é dependente das temperaturas mínimas e máximas e da deficiência do balanço hídrico.

estudos sobre as relações das comunidades bióticas e destas com o ambiente (Santos, 2004; 2010).

**Figura 34 - Caatinga<sup>48</sup>**



Foto: Miriam Prochnow.

Outra importante característica do bioma é o grande número de pessoas que vivem e dependem da Caatinga. A população rural é considerada bastante pobre e os longos períodos de seca diminuem ainda mais a produtividade da região, aumentando a falta de recursos materiais da população.

Muitas vezes, então, esta situação leva à atividade humana não sustentável, como a agricultura de corte e queima – que converte, anualmente, remanescente de vegetação em culturas de ciclo curto –; o corte de madeira para lenha; a caça de animais e a contínua remoção da vegetação para a criação de bovinos e caprinos. Desde o início da colonização europeia neste bioma as áreas de solos mais produtivos foram convertidas em pastagens e culturas agrícolas. As florestas de galeria foram largamente substituídas por formações abertas, afetando o regime de chuvas local e regional e levando ao assoreamento de córregos e até mesmo de grandes rios.

Abaixo são citadas algumas espécies chaves<sup>49</sup> da fauna e da flora da Caatinga (espécies de interesse para a conservação e espécies com potencial para o turismo científico e de observação).

---

<sup>48</sup> Na língua tupi guarani significa "Mata Branca", bioma típico do semiárido, resistente a secas e rico em recursos naturais. Foto: Miriam Prochnow. Figura – Imagem da Caatinga, que na língua tupi guarani significa "Mata Branca", bioma típico do semiárido, resistente a secas e rico em recursos naturais.

<sup>49</sup> Espécie-chave é uma espécie de grande importância para um ecossistema. O desaparecimento de uma espécie-chave pode ter consequências sérias ao ambiente que ela ocupa.

**QUADRO 22 - ESPÉCIES-CHAVE DA FAUNA DA CAATINGA NO POLO DE TERESINA**

ESPÉCIE	NOME COMUM	CARACTERÍSTICA	GRUPO
<i>Antilophia bokermanni</i>	soldadinho-do-araripe	Endêmica e ameaçada de extinção	Ave
<i>Tolypeutes tricinctus</i>	tatu-bola	Ameaçada de extinção	Mamífero
<i>Leopardus tigrinus</i>	gato-do-mato	Ameaçada de extinção	Mamífero
<i>Mazama americana</i>	veado-mateiro	Característica da Caatinga e sob pressão	Mamífero
<i>Wiedomys pyrrhorhinos</i>	rato-bico-de-lacre	Característica da Caatinga	Mamífero
<i>Iguana iguana</i>	Iguana	Característica da Caatinga	Réptil
<i>Icterus icterus</i>	Corrupião	Característica da Caatinga	Ave
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	Característica da Caatinga	Ave
<i>Kerodon rupestris</i>	roedor mocó	Endêmica	Mamífero
<i>Megaxenops parnaguae</i>	bico-virado-da-caatinga	Endêmica	Ave
<i>Anopetia gounellei</i>	rabo-branco-de-cauda-larga	Endêmica	Ave

Fonte: Ambiens 2010.



**Figura 35 - Representação da Fauna da Caatinga**



Mocó, espécie característica da Caatinga -  
Academic pictures



Tatu-bola<sup>50</sup>- Cabras da peste



Veado-mateiro - Wikipédia.



Corrupião<sup>51</sup> (Icterus icterus) -  
Aububonvenezuela.

Em relação à flora, o Polo de Teresina pode ser caracterizado por diversas espécies, sendo as mais características citadas no quadro 23.

<sup>50</sup> Espécie ameaçada de extinção na Caatinga e no Cerrado

<sup>51</sup> Uma das aves características da Caatinga

**QUADRO 23 - ESPÉCIES-CHAVE DA FLORA DA CAATINGA NO POLO DE TERESINA**

ESPÉCIE	NOME COMUM
<i>Curatella americana</i>	sambaíba
<i>Platonia insignis</i>	bacuri
<i>Byrsonima crassifolia</i>	murici
<i>Qualea grandiflora, Qualea parviflora</i>	pau-terra
<i>Bromelia laciniosa</i>	macambira
<i>Pilocereus gounellei</i>	xique-xique
<i>Myracrodruon urundeuva</i>	aroeira
<i>Mimosa acutistipula, Mimosa verrucosa, Mimosa adenophylla</i>	juremas
<i>Astronium urundeuva, Astronium fraxinifolium</i>	aroeira
<i>Cecropia cinérea</i>	torém ou imbaúba
<i>Agonandra brasiliensis</i>	pau-marfim

Fonte: Ambiens 2010.

Algumas dessas plantas são utilizadas pela população do Polo de Teresina das mais diferentes formas, desde o consumo humano local e para remédios naturais, como alimento para a pecuária (de cabra e gado). Este é o caso principalmente do babaçu, do buriti, da carnaúba e do caju, plantas com uma grande importância cultural, política, histórica e econômica no Polo de Teresina.

**Figura 36 - Representação da Flora da Caatinga**



Fruto do Buriti<sup>52</sup> - Silvestre Silva



Carnaúbas - Arboretto.

Uma das maiores concentrações dos **cerrados** no Nordeste encontra-se nos estados do Piauí e do Maranhão, ocupando as porções centro-sul e nordeste (Maranhão) e sudoeste e

<sup>52</sup> Utilizado com uma grande fonte de recurso



centro-norte (Piauí), cobrindo uma área estimada de 21.656.866 ha, correspondendo a aproximadamente 13,98% da área total da região, ou a 67,35% da área total dos cerrados do Nordeste (Fernandes, 1998).

**Figura 37 - Cerrado característico no Polo de Teresina**



Fonte: Conservação Internacional.

Em sua especificidade, o Cerrado encontrado no Polo de Teresina apresenta um tipo intermediário de vegetação, não sendo nem floresta nem campo, sendo essencialmente um tipo arbóreo e arbustivo. É em geral estratificado, juntando em um só estrato as árvores com os arbustos e semiarbustos, com a denominação técnica de “Estrato Arbóreo-arbustivo” (Mantovani, 1983), nem sempre sendo fácil fazer a separação entre árvores de arbustos (Rizzini, 1979).

Resumidamente, o Cerrado possui ao menos três importantes características relacionadas à biodiversidade: alta riqueza, grande endemismo e grande heterogeneidade espacial. O nível de endemismo pode ser bastante elevado para alguns grupos, como para os lagartos (45%), espécies raras de répteis (anfíbios) (50%), plantas superiores (44%) e plantas herbáceas (70%).

Abaixo são citadas algumas espécies chaves da fauna e da flora do Cerrado (espécies de interesse para a conservação e espécies com potencial para o turismo científico e de observação).

No que se refere ao Cerrado, algumas espécies chave de fauna encontradas no Polo de Teresina também podem ser encontradas na Caatinga (por isso alguns detalhes já foram citados nesse texto), como por exemplo o veado-mateiro, a raposa e a iguana. Também comum entre a fauna destes dois biomas são as espécies ameaçadas: o tatu-bola e o gato-do-mato. Além dessas, existem espécies do Cerrado que correm o risco de desaparecer no Polo de Teresina. A que segue apresenta um resumo das espécies de animais características do Cerrado, endêmicas, ameaçadas e até mesmo algumas já extintas na região.

**QUADRO 24 - ESPÉCIES-CHAVE DA FAUNA DO CERRADO NO POLO DE TERESINA**

<b>ESPÉCIE</b>	<b>NOME COMUM</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>GRUPO</b>
<i>Lonchophylla dekeyseri</i>	Morceguinho-do-cerrado	Endêmica e ameaçada de extinção	Mamífero
<i>Tolypeutes tricinctus</i>	tatu-bola	Ameaçada de extinção	Mamífero
<i>Leopardus tigrinus</i>	gato-do-mato	Ameaçada de extinção	Mamífero
<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim	Característica do Cerrado	Ave
<i>Coryphospingus pileatus</i>	tico-tico-rei-cinza	Característica do Cerrado	Ave
<i>Cantorchilus longirostris</i>	garrinchão-de-bico-grande	Característica do Cerrado	Ave
<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i>	sebinho-de-olho-de-ouro	Característica do Cerrado	Ave
<i>Thamnophilus pelzelni</i>	choca-do-planalto	Característica do Cerrado	Ave
<i>Trogon curucui</i>	surucuá-de-barriga-vermelha	Característica do Cerrado	Ave
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	Característica do Cerrado	Ave
<i>Cacicus cela</i>	Xexéu	características do Cerrado	Ave

Fonte: Ambiens.

**Figura 38 - Representação da Fauna do Cerrado**



Morceguinho-do-cerrado<sup>53</sup> - Daniela Coelho



Fim-fim<sup>54</sup> - Wikiaves

Sobre a flora do Cerrado no Polo de Teresina, são encontradas espécies consideradas de ampla abrangência para os Cerrados Marginais, com destaque para *Jacquemontia* sp., *Elephantopus* sp. e *Stilpnopappus* sp. O quadro 25 apresenta também outras espécies características do Polo de Teresina.

**QUADRO 25 - ESPÉCIES-CHAVE DA FLORA DO CERRADO NO POLO DE TERESINA**

ESPÉCIE	NOME COMUM
<i>Dimorphandra mollis</i>	barbatimão ou faveira
<i>Bowdichia virgilioides</i>	sucupira
<i>Caryocar glabrum</i>	pequi-do-gerais ou piquiarana
<i>Vochysia thyrsoidea</i>	pau d'água
<i>Pseudobombax longiflorum</i>	embiriçu
<i>Alibertia edulis</i>	marmelada ou puruí
<i>Campomanesia SP</i>	gabirola
<i>Myrcia guianensis</i>	pau-mulato
<i>Orbignya phalerata</i>	babaçu
<i>Mauritia flexuosa</i>	buriti
<i>Copernicia prunifera</i>	carnaúba

Fonte: Ambiens.

<sup>53</sup> Espécie endêmica do Cerrado que se alimenta basicamente de néctar, frutas e insetos. Espécie ameaçada de extinção.

<sup>54</sup> Espécie do cerrado que é citada na música de Luiz Gonzaga

**Figura 39 - Representação da Flora do Cerrado**



Barbatimão, árvore características do Cerrado -  
Árvores do Brasil



Pau d'água - Árvores do Brasil

No Piauí, especialmente no Polo de Teresinha, o Cerrado, a Caatinga e algumas manchas de Floresta se interpenetram em diversos pontos, tornando-se difícil estabelecer limites entre tais tipos de formações (Emperaire,1989). Nestas zonas de **transição**, também chamadas de Ecótonos, pode-se observar uma vegetação mais rica que a da Caatinga, com florestas de árvores de folhas secas. O clima é mais seco que o do Cerrado, com solo mais ressecado e com períodos mais intensos sem chuva (Risser *et al.*, 1984).

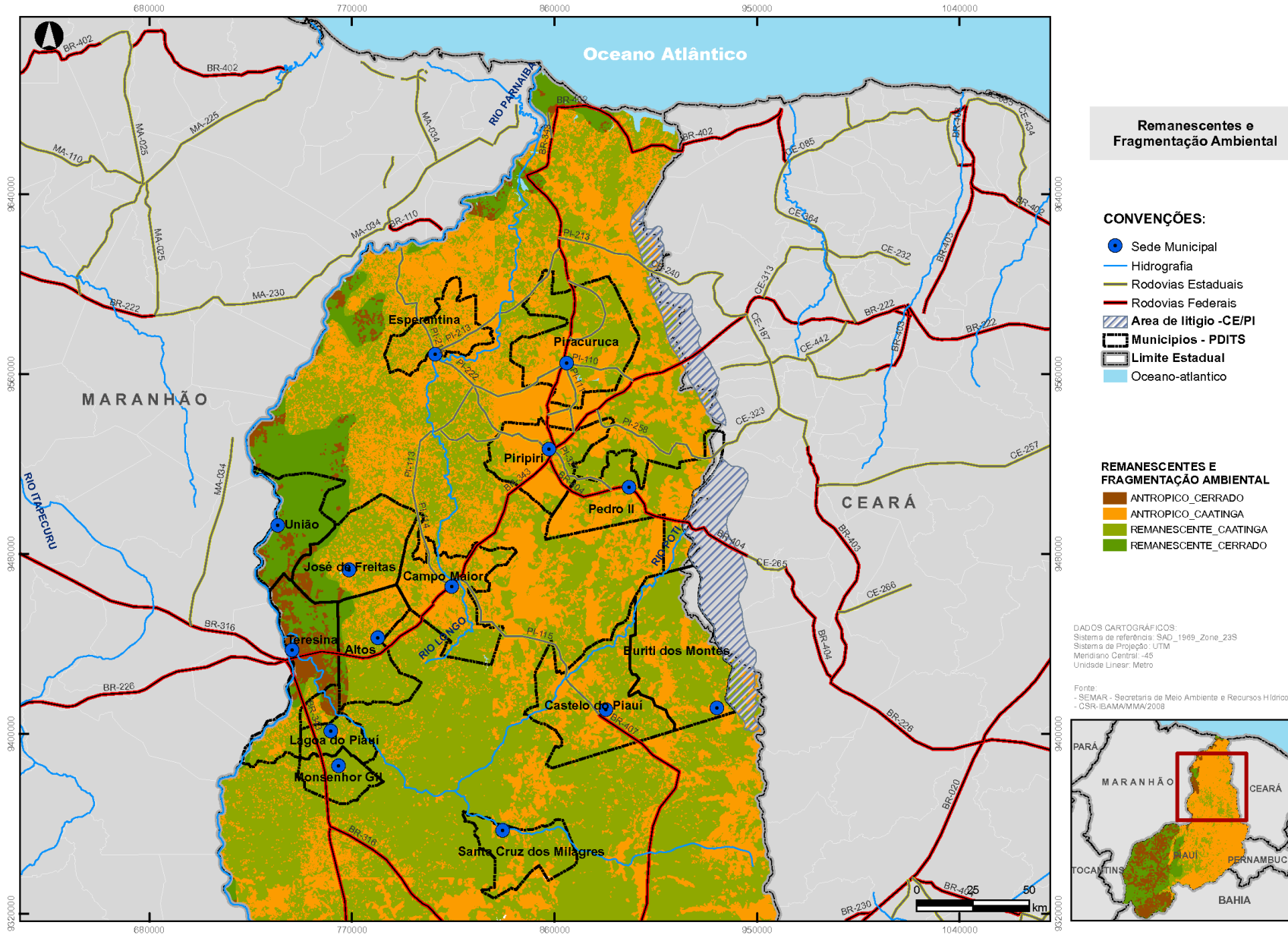
O Ecótono<sup>55</sup> Cerrado-Caatinga, com cerca de 113 mil km<sup>2</sup>, representa 1,33% do Brasil. Esta área está sob forte pressão da agropecuária e existem grandes projetos com produção de grãos (Arruda, 2003).

No Polo de Teresina, as formações vegetais de transição sofrem a influência de diferentes domínios, como o Amazônico, o do Planalto Central e o do Nordeste, caracterizando-se por apresentar grande diversidade de ecossistemas, como a floresta latifoliada subcaducifólia, a floresta mista subcaducifolia, a floresta latifoliada caducifólia não espinhosa e as áreas de transição entre mata de babaçu/cerrado, mata seca/cerrado e cerrado/caatinga (Cepro, 1996a).

Em ambos os biomas e nas áreas de transição, vale salientar que ainda há pouco investimento público no levantamento da biodiversidade (Machado *et al.*, 2008; Bini *et al.*, 2006; Costa *et al.*, 2007).

<sup>55</sup> Ecótono consiste em uma área de transição ambiental, na qual comunidades ecológicas ou ecossistemas diferentes entram em contato.

Figura 40 - Mapa de remanescentes e fragmentação ambiental





## 7.2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS

De maneira geral, os problemas ambientais são consequência do desequilíbrio causado pelo uso inadequado dos recursos naturais (Vieira & Silva, 2010), que no caso do turismo resulta das dificuldades institucionais no planejamento e implantação de um plano integrado de desenvolvimento da atividade (Mendonça, 1996; Ruschmann, 1997; Cruz, 2003).

Para o Polo de Teresina, os estudos específicos relativos ao desempenho da atividade de turismo são ainda muito incipientes, dificultando a análise histórica da atividade. De modo mais geral, o turismo ainda é muito inexpressivo, o que leva a crer que as atividades hoje existentes não atingiram ainda o potencial e a capacidade de suporte natural dos atrativos. Pode-se dizer, porém, que a falta de controle e monitoramento das atividades de turismo podem levar a um processo de especulação imobiliária em áreas naturais além de outros impactos, algo que ocorreu em outras regiões do Brasil. O problema deste crescimento desordenado é a promoção indireta de danos ambientais sérios, como o aterro de áreas úmidas, a eliminação de ambientes originais e a ocupação de áreas de preservação permanente.

Quanto a possibilidade de impactos ambientais por essa falta de planejamento do turismo no Polo (falta de dados sobre a capacidade suporte de trilhas; concentração da visitação em poucos pontos; aumento sazonal de população; aumento da geração de resíduos sólidos; aumento do tráfego de veículos; construção inadequada de infraestrutura) é possível citar, ainda (Marques, 2005; Ferreira, 2010):

**Solo** - Os principais impactos causados ao solo são a compactação e a redução da capacidade de retenção de água pelo solo, alterando assim a capacidade de sustentar a vida vegetal e animal do ambiente, seguido pela erosão.

**Vegetação** - Os impactos causados podem levar à extinção local de plantas por choque mecânico diretamente e indiretamente causado pela compactação do solo, a erosão deixa raízes expostas (comprometendo a sustentação de plantas e tornando-as vulneráveis à contaminação por pragas) e mesmo a perda de espécies por perda de habitat.

Complementando o tópico de problemáticas ambientais relacionadas ao turismo no Polo, vale citar, ainda, a questão da falta de formação de guias de turismo capacitados na área ambiental e a falta de centros de visitantes que tratem da temática (como forma de conduta em ambientes naturais e ações de educação para sensibilização ambiental de turistas).

De maneira geral, os municípios do Polo de Teresina possuem um bom estado de conservação de seus fragmentos naturais, apesar dos crescentes índices de desmatamento. O município de Esperantina, por exemplo, já apresenta áreas de caatinga isoladas, sem fragmentos conectados. Por outro lado, possuem importantes atrativos turísticos e monumentos naturais, como por exemplo, a Serra do Ibiapaba, a Cachoeira das Arraias, o Cânion Rio Poty, Morro da Boca do Jacaré, entre outros.

Em relação a estudos específicos feitos sobre problemas no Cerrado, o desmatamento para a prática de atividades agropecuárias se apresenta como a principal ameaça ao bioma. Segundo Myers *et al.* (2000), 80% das áreas originais do Cerrado estão convertidas em

áreas antrópicas, restando apenas 20% de áreas consideradas originais ou pouco perturbadas. Já segundo a Embrapa (2004) a área desmatada do Cerrado aumentou 218% em seis anos, com uma perda anual média de 9,75 milhões de hectares.

Outras problemáticas relacionadas ao Cerrado são a degradação do solo (em especial a erosão causada por plantios convencionais), a dispersão de espécies exóticas (semeadura de espécies exóticas para pasto, como é o caso das gramíneas africanas *Andropogon gayanus*, *Brachiaria brizantha*, *Brachiaria decumbens*, *Hyparrhenia rufa* e *Melinis minutiflora*) e o uso do fogo (Barcellos, 1996; Pivello *et al.*, 1999; Ramos Neto & Pivello, 2000; Rodrigues, 2002; Castro *et al.*, 2007).

Alho & Martins (1995) explicam que o Cerrado apresenta topografia favorável à agricultura e que são encontradas, no ambiente, espécies de gramíneas utilizadas como pasto natural, características essas que podem explicar as problemáticas e os números acima citados. Além disso, o Cerrado do Piauí é considerado a última fronteira agrícola do Brasil, o que tem atraído muitos agricultores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, principalmente em função dos preços baixos da terra e da facilidade de mecanização. Com isso, imensas e importantes áreas estão dando lugar a polos agrícolas de plantação de soja, provocando gravíssimos impactos ambientais à região (Conservação Internacional do Brasil, 2005).

No Cerrado do Polo de Teresina também há a problemática da caça ilegal de diversos vertebrados, especialmente para alimentação e comércio de peles (Paiva, 1999). É prática corrente, ainda, o uso de madeira para a obtenção de carvão para fins industriais, siderúrgicos ou de olarias.

### **7.2.1. Mineração**

A mineração no Polo de Teresina tem-se constituído, ao longo dos anos, numa importante atividade comercial, possibilitando a ocupação de um significativo contingente de mão de obra. Atualmente, a garimpagem constitui-se no meio de produção de gemas e cristais, comercializadas, em geral, por meio de uma estrutura familiar informal, mas que atrai muitos compradores de pedras para a região. A mineração é realizada na região dos arenitos devonianos, presentes nos municípios de Castelo do Piauí, Buriti dos Montes, Altos, Piripiri e Pedro II. Dentre estes municípios, Castelo do Piauí e Pedro II (com grandes áreas de exploração de opala) apresentam maior desenvolvimento desta atividade.

De modo geral, o Polo apresenta muitos garimpos irregulares e há ausência de controle dos impactos ambientais. Segundo Silva *et al.* (2010), mesmo as ações mais simples nos garimpos, como por exemplo, abertura de trincheira ou poços, podem causar grandes modificações no meio ambiente.

Portanto, como a atividade tem a sua importância social, por permitir a ocupação da mão de obra local, é importante que haja maior investimento no monitoramento e no ordenamento das atividades mineradoras.

## **7.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA**

A gestão tratada neste tópico se refere à ação do poder público nas três esferas governamentais, quais sejam, Federal, Estadual e Municipal, bem como às atividades



privadas correlacionadas à política ambiental. O tópico tem como objetivo analisar tais ações desenvolvidas na área ambiental em parceria e/ou relacionadas à questão do turismo no Polo de Teresina. Foram utilizados como subsídios documentos públicos relacionados a *sites* governamentais, base de informações do IBGE, entrevistas com gestores públicos através de questionários estruturados e visita *in loco*.

Do ponto de vista da gestão ambiental, o Polo de Teresina é formado por 14 administrações públicas municipais, pelas instâncias federais (IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e ICMBio - Instituto Chico Mendes), e pela estadual (SEMAR – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí), bem como pela gestão privada no que se refere a equipamentos e serviços turísticos.

A figura 41 representa a hierarquização da política ambiental no Brasil, no estado do Piauí e municípios do Polo de Teresina, com objetivo de demonstrar graficamente o sistema criado para a integração e distribuição de tarefas das diferentes esferas. Cabe ressaltar que nem todos os municípios possuem uma secretaria específica de meio ambiente, e/ou uma organização mínima para a gestão ambiental proposta por tal sistema, como será discutido na sequência. Porém, todos estão aqui elencados.

**Figura 41 - Hierarquização da Gestão Ambiental**



O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentado pelo Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990, é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados e dos Municípios, responsáveis pela

proteção e melhoria da qualidade ambiental. A atuação do SISNAMA se dá mediante articulação coordenada dos órgãos e entidades que o constituem (MMA, 2010). O SISNAMA é formado por:

CONAMA - atua como órgão consultivo e deliberativo definindo as ações de proteção ambiental por atos e resoluções, na produção da base legal e de regulamentação da gestão ambiental;

MMA - atua como órgão de planejamento e implementação de políticas públicas, através da criação de princípios e diretrizes, assim como no direcionamento do foco de ação pública.

Os órgãos ICMBIO, IBAMA e SEMAR<sup>56</sup> são executores das políticas públicas. Dependendo dos interesses envolvidos são acionados, atuando principalmente na fiscalização e conservação ambiental;

As “unidades” de Meio Ambiente municipais, de maneira geral, têm sua atuação reduzida, focadas principalmente no que diz respeito à gestão ambiental urbana, ampliando-se somente no que for entendido como assuntos de interesse local.

A análise será estruturada através da discussão da atuação do ente local na gestão ambiental (Gestão pública municipal e Gestão Privada), as estratégias de conservação ambiental promovidas pelo poder público e os instrumentos de planejamento e controle territorial para o Polo de Teresina. Deste modo, a discussão vislumbra traçar a articulação das estratégias públicas na área ambiental e sua repercussão frente à atividade turística.

### **7.3.1. Gestão nos Municípios do Polo**

Atualmente há esforços governamentais para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, ou seja, busca-se uma gestão compartilhada que aproxima estado e município e dá maior autonomia para o ente municipal (Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais - PNC). Porém, este ainda é um cenário distante dos municípios do Polo de Teresina, os quais possuem uma gestão ambiental frágil e de atuação limitada, seja por falta de estrutura física, corpo técnico e subsídios financeiros e/ou, também, pela organização e fortalecimento institucional.

Para o incentivo ao melhoramento da Gestão Ambiental municipal, uma recente Lei Estadual Nº 5.813, de 03.12.2008, “cria o ICMS ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente” enquadrando os entes locais em três categorias (A, B e C) conforme a atuação da gestão ambiental com a expedição de “Selo Ambiental” de acordo avaliação da SEMAR. As categorias são:

Categoria A: gestão ambiental de acordo com os padrões de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, aproximando-se do que seria ideal,

---

<sup>56</sup> Tais órgãos também fazem ações de planejamentos e direcionamento de ação, porém focados em áreas específicas;

com efetivas providências para solução de, pelo menos, seis dos critérios pré-estabelecidos<sup>57</sup>.

Categoria B: em relação ao grupo da Categoria A, o município está caminhando para uma gestão ambiental adequada, já tendo regulamentado e estando em funcionamento, pelo menos quatro critérios.

Categoria C: o município está dando os primeiros passos para implantar uma política ambiental adequada, que garanta seu desenvolvimento sustentável, com apenas três dos critérios.

Quanto a estrutura mínima da unidade municipal o Art. 5º da mesma Lei Estadual estabelece que “para o município participar do ICMS Ecológico é essencial a existência, ou que seja criado, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente que, entre outras atribuições, deverá elaborar legislação sobre a política municipal de meio ambiente, obedecidas às peculiaridades locais, respeitadas a legislação federal e estadual sobre o assunto”. Já no parágrafo único do mesmo artigo aponta que “o Plano Diretor Municipal deve dispor capítulo sobre a política e ações ambientais, com objetivos a serem perseguidos”.

O ICMS Ecológico, tratado na lei, é um recurso que cada vez se torna mais importante na arrecadação municipal, principalmente para municípios que são afetados por ações de conservação. Assim, ampliando as possibilidades de investimento em ações da gestão ambiental local, combatendo a escassez de recursos locais e destinação direta de recursos. Porém nenhum dos municípios do Polo recebe tal benefício

Porém, analisando a situação dos municípios do Polo de Teresina somente quatro dos quatorze municípios apresentam secretaria específica de meio ambiente (Teresina, Buriti dos Montes, Campo Maior e Pedro II). No entanto, nos municípios de Campo Maior, Castelo do Piauí, Esperantina, José de Freitas, Piracuruca, Piri-piri, e União a Pasta “Meio Ambiente” é compartilhada com outras secretárias. Já no caso de Monsenhor Gil tem uma situação diferenciada dos demais, pois conta com a “Casa Verde”, uma organização da prefeitura que trata das questões de Meio Ambiente. Cabe ressaltar que no caso de Teresina, por se tratar da capital do estado, é uma cidade mais complexa, com maiores demandas e também com maior volume de investimento na gestão ambiental, desta forma acaba por se diferenciar na gestão com melhor estruturação e efetividade na atuação. A questão a ser observada, ao retratar a forma da disposição da pasta de meio ambiente, é a importância conferida ao tema e a possibilidade do direcionamento das ações de meio ambiente para recuperação, fiscalização e proteção ambiental conforme os critérios da SEMAR. Cabe

---

<sup>57</sup> a) ações de gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive lixo hospitalar - coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos - aterro sanitário, incineração, reciclagem e compostagem; b) ações efetivas de educação ambiental, na zona urbana e rural, nas escolas e grupos da sociedade organizada; c) redução do desmatamento, recuperação de áreas degradadas - reflorestamento; d) redução do risco de queimadas, conservação do solo, da água e da biodiversidade; e) proteção de mananciais de abastecimento público; f) identificação de fontes de poluição atmosférica, sonora e visual, procurando minimizá-las; g) edificações irregulares - inadequação às normas de uso e ocupação do solo; h) disposições legais sobre unidades de conservação ambiental - comunidades indígenas, estações ecológicas, parques, reservas florestais, hortos florestais, áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, existentes no município; i) elaboração de legislação sobre a política municipal de meio ambiente, obedecidas as peculiaridades locais, respeitadas a legislação federal e estadual sobre o assunto.

ressaltar, ainda, que as unidades vinculadas ao meio ambiente são recentes em sua maioria e em fase de estruturação e não possuem o “Selo Ambiental”.

Ainda, no tocante às atividades executadas pela gestão municipal, segundo os gestores públicos, somente os municípios de Castelo do Piauí, Monsenhor Gil e Piriipiri realizam licenciamento ambiental. O que significa que o controle do impacto ambiental está vinculado primordialmente à atuação do Estado e, neste sentido, o controle de visitação das áreas e atrativos está relacionado quase que exclusivamente às unidades de conservação estaduais e federais, quando estruturadas. Outras formas de controle são praticamente inexistentes.

Com relação ao quadro institucional, o perfil predominante é de pessoal com curso superior completo, como se pode observar em dez dos quatorze municípios. Porém, os municípios apresentam um quadro muito reduzido de servidores vinculados à gestão ambiental, com uma média<sup>58</sup> de dois funcionários públicos por secretaria, em algumas secretarias compartilhadas chegam a ter mais de cinco casos de Castelo do Piauí, Piriipiri e Teresina, muito em virtude do aumento das atribuições. A falta de funcionários é um dos principais limitantes da gestão ambiental, uma vez que não é possível gerir os aspectos burocráticos da administração pública e ainda associar a organização técnica, de campo e fiscalização com o contingente reduzido.

As principais ações da gestão ambiental municipal estão vinculadas à limpeza urbana, o que consome, em grande parte, o seu poder de atuação<sup>59</sup>. Porém, quando se indaga sobre outras formas de atuação, observa-se no quadro subsequente que as principais ações da gestão ambiental municipal estão ligadas a intervenções na recuperação de áreas degradadas (são ações pontuais, boa parte das vezes apenas relacionadas à mobilização de moradores). No que diz respeito às ações mais diretamente vinculadas ao turismo, grande parte dos municípios tem alguma ação associada à proteção e conservação de áreas reconhecidas como atrativo turístico.

---

<sup>58</sup> Não foi considerado o Município de Teresina na média para não causar distorções, em virtude da diferença na estrutura da gestão ambiental deste município.

<sup>59</sup> Em Teresina verificou-se que muitas das atividades que, por força da lei, são de responsabilidade da SEMAM, em razão do déficit de pessoal e equipamentos, acabam sendo executadas pelas Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SDUs, conforme informação em entrevista. Exemplo disso é a manutenção da área arborizada do município e a prática do poder de polícia, que por lei competem à SEMAM, mas são exercidas pelas SDUs. Outras ações, como fiscalização das emissões sonoras e do meio ambiente, o monitoramento ambiental, manutenção do Plano Diretor de Arborização Urbana, são atribuições de ambas as secretarias na forma da lei, mas de acordo com representantes da SEMAM

**QUADRO 26 - PRINCIPAIS ATIVIDADES VINCULADAS À PROTEÇÃO DA NATUREZA E AOS ATRATIVOS TURÍSTICOS PELA GESTÃO MUNICIPAL**

MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS AÇÕES VINCULADAS À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	ATRATIVOS GERIDOS PELOS MUNICÍPIOS
ALTOS	Não há.	Balneários de rio (piscinas naturais). Sítios arqueológicos.
BURITI DOS MONTES	Recuperação da mata ciliar do Rio Poty e Mocambira. Atividades formativas	Cânion do Rio Poty (sítio arqueológico). Cachoeira da Lembrada
CAMPO MAIOR	As ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente são voltadas, quase que exclusivamente à limpeza pública e destinação dos resíduos sólidos.	Açude Grande
CASTELO DO PIAUÍ	Recuperação da mata ciliar	Cânion do Rio São Miguel. Pico dos Andrés onde construíram passarela e colocaram agentes fiscalizadores com verba e auxílio do IPHAN.
ESPERANTINA	Recuperação de mata ciliar.	Cachoeira
JOSÉ DE FREITAS	Reflorestamento das encostas	Não
LAGOA DO PIAUÍ	Não há.	Não
MONSENHOR GIL	Conservação de biomas e ecossistemas; recuperação de áreas degradadas; manejo de fauna e flora.	Atrativos hídricos – riachos naturais, açudes, balneários fluviais
PEDRO II	Recuperação de mata ciliar. Controla e minimiza danos nas margens dos rios através de ações conjuntas com escolas municipais, conta apenas com voluntários.	Parque Ambiental Pirapora (cercado de residências), Cachoeira e mirante
PIRARUCUCA	Controle de incêndio: brigadas, monitoramento de áreas pra evitar incêndios.	Praias fluviais
PIRIPIRI	Recuperação de área degradada, manejo de fauna e flora	Açude do caldeirão e Açude do Anajás
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Não há	Rio São Nicolau e nascente
TERESINA	Conservação de biomas e ecossistemas, recuperação de áreas degradadas, manejo de fauna e flora	Gestão das 31 UCs como é o caso do Parque Ambiental Floresta Forte/ P. Encontro dos Rios/ P. da Cidade
UNIÃO	conservação de biomas e ecossistemas, recuperação de áreas degradadas	Barragem aquática

Fonte: Ambiens, 2010.

Porém, em pesquisa feita sobre os atrativos naturais localizados no Polo (universo de quinze pesquisas<sup>60</sup>), dez deles apresentavam problemas de limpeza e pouca estrutura para conservação, como: lixeiras, placas educativas, entre outros. O que evidencia que tais ações ocorrem em virtude de demandas casuais, sem planejamento, sem frequência predeterminada e investimentos. Já para o município de Teresina foi possível identificar três categorias de projetos e programas: (i) Educação Ambiental: os projetos “Caravana Ambiental”, “Blitz Ambiental”, “Escola Arborizada” e “Amiguinhos do Parque” são todos voltados à educação ambiental para crianças pertencentes à comunidade local. As atividades consistem em levar as crianças aos parques da cidade e aproximá-las da reflexão sobre a temática ambiental e dos modos e instrumentos de preservação e, da ação do homem sobre o meio ambiente. Projetos como estes atuam na conscientização da população local, incentivando a valorização dos espaços naturais. (ii) Ações de revitalização dos parques: o segundo grupo se refere a ações de Revitalização dos Parques, sobretudo no Parque Vila do Porto, Parque Municipal Encontro dos Rios, Parque Floresta Fóssil, Parque da Cidade e Parque Beira Rio. Estes projetos são direcionados à preservação do ecossistema e melhoria de infraestrutura de visitação. (iii) Diminuição da poluição sonora no Município: já o terceiro grupo está relacionado com a diminuição da poluição sonora no Município e possui como destaque o Programa Silêncio, realizado em conjunto com a Delegacia do Silêncio. O programa visa a educação da população local para conhecimento da importância da Lei do Silêncio. Atua principalmente nos bares e restaurantes, empreendimentos que funcionam no período noturno

Com relação a instrumentos de planejamento como é o caso de zoneamentos, planos e legislações as ações públicas são fragmentadas e com pouca efetivação (como será melhor discutido no próximo tópico). Os planos são elaborados por força de ações do Governo Federal, mas entram em desuso na sequência. O que promove uma injeção financeira, do recurso que já é escasso, em instrumentos não compatíveis com as necessidades do órgão, ou minimamente necessitando de maior fortalecimento da gestão pública para o uso dos instrumentos.

#### 7.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS

Outra questão importante ao pensar a gestão ambiental e a sua vinculação com a questão turística, é a possibilidade de ampliar “ações ecologicamente corretas” através de incentivos públicos. Entretanto nenhuma das gestões municipais executa programa de certificação para boas práticas ecológicas em empreendimentos turísticos. Já quando questionado a **Gestão Privada** de meios de hospedagem (em um total de 29 pesquisas) e serviços de alimentação (em um total de 28 pesquisas), com a seguinte questão: “O estabelecimento participa de algum programa de certificação ambiental?”, somente um deles respondeu que participava de um programa vinculado a certificação. Demonstrando assim, a pouca capacidade de fomento público nas mudanças de comportamentos sociais e minimizações de impacto ambientais.

Como cenário geral da gestão ambiental, pode-se concluir que há uma grande dependência municipal das ações e das estruturas do Estado e da União para efetivação da política ambiental local. Também se evidencia a carência de fortalecimento institucional da gestão local, estruturação e ampliação do quadro de pessoal e ampliação dos recursos financeiros

---

<sup>60</sup> Questionário Oferta/Equipamentos e Serviços de Alimentação



vinculados. Limitando assim, o poder de atuação quantitativa e qualitativamente da gestão ambiental local e conseqüentemente interferindo na conservação dos atrativos e recursos naturais para o turismo atual e futuro.

## 7.5. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE TERRITORIAL

Neste tópico serão trabalhados os instrumentos de planejamento e controle territorial existentes no estado do Piauí e nos municípios que compõem o polo. Trata-se do momento da análise em que se busca verificar a proposta estatal para disciplinar e orientar o desenvolvimento econômico e social no espaço. Para esse fim, foram verificadas as vigências, estaduais e municipais, dos instrumentos para uso e ocupação do solo, tal como o Zoneamento Ecológico-Econômico do Piauí (ZEE), além de planos diretores e leis de uso e ocupação do solo dos municípios que compõem o polo. Além disso, buscou-se também estudar quais planos, programas e projetos estão sendo desenvolvidos no território em análise, notadamente aqueles vinculados diretamente com a gestão ambiental e aqueles que apresentam alguma interface com a atividade turística ou com o desenvolvimento social – local e setorial.

A gestão ambiental promovida do estado do Piauí é regida pela Lei nº 4.854/1996, que disciplina a Política Estadual do Meio Ambiente. Em seu artigo 5º, o referido diploma legal estabelece que “a política ambiental do Piauí deverá ser consubstanciada na forma de um plano global, integrando programas e respectivos projetos e atividades”. Tal plano global, embora ainda em processo de elaboração, pode certamente se tornar factível na medida em que é previsto legalmente e se sustenta em instrumentos de planejamento e controle territorial que buscam, em seu conjunto, propor uma ordenação do espaço na qual as políticas, programas e projetos se relacionem.

A Lei da Política Estadual do Meio Ambiente estabelece, dentro do rol de competências da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o dever de participar “do macrozoneamento do Estado do Piauí e de outras atividades de uso e ocupação do solo” (art. 9º, §1º, VIII). No artigo 9º, arroladas estão também uma série de incumbências da referida Secretaria, dentre as quais se destacam sua competência para propor e executar, direta ou indiretamente, a política ambiental do Piauí; coordenar ações e execução de planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental; além de prestação de assessoria às administrações regionais na elaboração e revisão do planejamento local, quanto a aspectos ambientais, controle de poluição, expansão urbana e propostas para criação de novas unidades de conservação e de outras áreas protegidas.

Embora detentor de uma legislação ambiental que propõe uma Política Estadual de Meio Ambiente, os instrumentos de planejamento e controle territorial nela previstos ainda não foram implantados, fato que indica a atual fraqueza deste ente federado para fazer valer um ordenamento territorial eficaz, dialogicamente construído e capaz de orientar a ação dos agentes, públicos e privados.

Dentre eles, o Zoneamento Ecológico Econômico é um dos instrumentos estaduais com maior possibilidade de intervenção na gestão do território. Segundo o Relatório de Ações da SEMAR, os trabalhos para elaboração do ZEE do Piauí tiveram início com o zoneamento das regiões mais frágeis do estado, no caso o ZEE da região sul e o ZEE da Zona Costeira. Está ainda por ser feito um zoneamento para a região abrangida pelo Polo de Teresina.



Outro instrumento de grande importância para a gestão dos impactos ambientais relacionados à atividade turística é o Plano Estratégico do Turismo do Estado (PET). Da mesma forma que o ZEE, o PET ainda está em fase de elaboração. Certamente a convergência de interesses ambientais e de desenvolvimento turístico poderá oferecer maior controle dos impactos ambientais e orientar o desenvolvimento de programas, políticas e projetos para o desenvolvimento local relacionado ao turismo. Nesse sentido, faz-se necessário frisar que o referido PET é uma atualização de um Plano Estratégico do Turismo elaborado em 2001 e deverá ser finalizado ainda no primeiro semestre de 2011, com o apoio na execução pelo SEBRAE-PI.

Paralelamente, o governo do Estado do Piauí aprovou em 2007 a Lei Complementar nº 87, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para Desenvolvimento Sustentável do Estado. Através dele, dividiu-se o estado do Piauí em 28 aglomerados, distribuídos por 11 territórios, todos contidos em 4 macrorregiões distintas. A proposta de regionalização das instâncias fundamenta-se em “características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente” (art. 1º, §1º). Com o objetivo de descentralizar o planejamento territorial por setores específicos, a LC 87/07 estabelece como espaços institucionais de participação e controle social a) Assembleias Municipais; b) Onze Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CTDS); e c) Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável.

Não obstante tal regionalização tenha proposto uma articulação setorial com vistas ao desenvolvimento sustentável, nota-se que os municípios membros do polo compõem distintos aglomerados de distintos territórios, sendo um deles (Santa Cruz dos Milagres) inclusive de outra macrorregião. Embora ta articulação regional possa vir a gerar uma série de benefícios aos municípios que compõem o Polo Turístico de Teresina, as variadas instâncias de planejamento e participação existentes podem fazer com que o território compreendido pelo polo sofra com a ação de programas, políticas e projetos desarticulados entre si.

### **Nível Municipal**

A análise da gestão do uso e ocupação do solo existente nos municípios membros – passível de ser encontrada nas leis municipais de uso e ocupação do solo e nos planos diretores municipais – também é de suma importância para diagnosticar a existência de instrumentos de controle territorial, até porque, segundo o art. 182 da Constituição Federal, também é da competência municipal legislar sobre seu território, assim como traçar as diretrizes da sua política urbana.

Nesse sentido, o quadro 20 (p. 160) explicita quais municípios do Polo possuem instrumentos de gestão territorial em vigor. Não há, contudo, programas ou projetos em desenvolvimento capazes de propor um plano de desenvolvimento da atividade turística que leve em conta os riscos de impactos ambientais.

Dentre todos os municípios do Polo, apenas quatro deles forneceram as respectivas leis de ordenamento territorial. O município de Piri-piri possui Plano Diretor, LEI Nº 568/06, que contém a Lei de Zoneamento e de Uso e Ocupação do Solo (art. 4º, III), além da Política Municipal de Ordenamento Territorial, constante nos artigos 36 e seguintes. O município de Campo Maior também forneceu seu Plano Diretor, Lei 09/06. Nele também consta a necessidade de disciplinar o parcelamento, uso e ocupação do solo (art. 1º §2º, I), além de

definir a Política Municipal de Ordenamento Territorial (art. 25). No município de Teresina o Plano Diretor, legislação de referência do ponto de vista do ordenamento territorial, agregou em seu texto e principais objetivos a questão físico-ambiental, administrativa, socioeconômica classificadas como centrais para a realização da política de desenvolvimento urbano, traduzida na expressão “Plano de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2015” (Lei Municipal n.º 3558/2006). Além do Plano Diretor existem ainda a Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei Municipal n.º 3560/2006; Lei de Parcelamento do Solo - Lei Municipal n.º 3561/2006; Código de Obras - Lei Municipal n.º 3608/2007; e Código de Posturas - Lei Municipal n.º 3610/2007. O Município de União, por sua vez, determina que sejam realizados programas, projetos, obras e serviços relativos ao desenvolvimento econômico, ao meio ambiente e ao uso e ocupação do solo (art. 9º). Contudo a Lei de uso e ocupação do solo não foi fornecida pelo município. O artigo 5º do referido plano estabelece os objetivos ambientais para o município, dentre os quais constam as propostas de aprimoramento da gestão ambiental municipal, limpeza e conservação dos cursos d’água, recuperação da mata ciliar e das áreas urbanas degradadas, preservação patrimonial e educação ambiental. Nota-se que o Plano Diretor de União foi construído para ser mais uma carta de princípios do que uma lei que prescreve condutas objetivas aos órgãos públicos e à iniciativa privada.

Resta, dessa forma, clara a inexistência – ou a falta de aplicação – dos instrumentos de controle territoriais por parte dos municípios que compreendem o Polo de Teresina. Tal carência pode gerar incertezas quanto aos impactos ambientais futuros, justamente pela falta de direcionamento a ser dado à iniciativa privada no desenvolvimento das atividades econômicas, principalmente no que se refere às atividades turísticas.

### **Estratégias de Conservação**

Dada a pluralidade dos objetivos de conservação ambiental no Brasil, nos estados e muitas vezes até mesmo nos municípios, faz-se necessário considerar tipos distintos de áreas protegidas, que somadas podem garantir a conservação de uma região. Dentre as diferentes estratégias de conservação pode-se destacar as Unidades de Conservação, os Corredores Ecológicos, as Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, as Reserva da Biosfera, os Sítio do Patrimônio Mundial e as Terras Indígenas, conjunto esse bastante importante para planejar atividades de turismo em uma região.

#### Unidades de Conservação (UC)<sup>61</sup>

As Unidades de Conservação (UC) integrantes do SNUC<sup>62</sup> estão divididas em dois grandes grupos: unidades de Proteção Integral e unidades de Uso Sustentável. O Piauí, segundo Mendes (2008), possui 28 UC, além de nove áreas naturais que não se enquadram nas categorias previstas no SNUC. Esse levantamento foi realizado a partir de dados coletados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA; Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Piauí – SEMAR; Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM; Associação Caatinga; dados bibliográficos e com

---

<sup>61</sup> Unidades de Conservação (UC) são “porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedades privadas, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração e às quais se aplicam garantias de proteção” (Funatura, 1989).

<sup>62</sup> SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000.

base no mapeamento das UC do estado realizado pela Codevasf em 2006. Para a atualização dessa descrição para o PDITS, foi consultado novamente a SEMAR, além do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente, por meio de informações específicas sobre a Caatinga e Cerrado e a partir do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo o MMA (2010), atualmente, o estado do Piauí possui 35 unidades de conservação: 17 UC federais, 08 estaduais e 10 municipais. Ao todo, essas áreas contemplam, aproximadamente, 10,57% do território do estado.

Em sua especificidade, o Polo de Teresina possui: 16 UC, sendo nove UC federais, três estaduais e quatro municipais. Além dessas, existem outras áreas protegidas pelo estado ou pelos municípios que não se encontram nas categorias previstas no SNUC, mas que muitas vezes são utilizadas para realização de atividades de turismo como: Parque Ecológico Recanto das Palmeiras, em Monsenhor Gil; e Horto Florestal de Campo Maior, em Campo Maior. Há, também, algumas propostas para criação de outras unidades de conservação: Pedra do Castelo (Castelo do Piauí), Parque das Orquídeas/Serra dos Matões (Pedro II), Serra de Santo Antonio e Parque Vale do Jatobá (Campo Maior) (Prochnow, 2007).

Além disso, o Município de Teresina detém em seu território a demarcação de 31<sup>63</sup> pequenas áreas urbanas protegidas, que vão desde praças até parques municipais, sendo que apenas 13 possuem algum tipo de infraestrutura de visitação. Alguns desses parques ambientais são direcionados, sobretudo, ao uso da população local, como por exemplo, o Parque Mini-Horto das Samambaias, o Parque Mariana, o Parque Ambiental da Ilhota, o Parque Ambiental Santa Clara, o Parque Raul Lopes e o Parque Vale do Gavião. A estrutura mais comumente disponível nos parques é a pista para caminhadas e corridas. Entre os parques ambientais visitados, foi possível notar a falta de manutenção de algumas estruturas, falta de profissionais que atendam ao visitante e falta de serviços públicos ou privados que propiciem atividades de lazer para otimizar a visitação aos atrativos.

A seguir, estão alguns detalhes relacionados ao turismo em algumas Unidades de Conservação, aqui consideradas as mais importantes na região em relação à atividade turística.

Sobre o Parque Nacional (PARNA) de Sete cidades, há registro de aproximadamente 43 Sítios Arqueológicos, além de outros locais de beleza cênica, como cachoeiras e piscinas naturais. O PARNA é aberto à visitação (são realizadas atividades de ecoturismo e turismo cultural) e o acesso ao parque é feito por meio de rodovias federais, as quais se encontram sinalizadas e em bom estado de conservação. Os turistas têm a sua disposição a infraestrutura existente na UC (hotel, restaurante e lanchonete, piscina natural e vestiários, centro de recepção, trilhas). Em 1998, o parque passou por uma completa reforma em sua infraestrutura, para melhor adequá-la às necessidades dos visitantes. As trilhas são realizadas com condutores, mas há ausência de sinalização indicativa do grau de

---

<sup>63</sup> Parque Ambiental Encontro dos Rios, Parque São Pedro; Parque Mocambinho; Parque Ambiental de Teresina; Parque Ambiental Nova Brasília; Parque Ambiental Vila do Porto; Parque da Cidade; Parque do Acarape; Parque Poty I; Parque Ihotas; Parque Ambiental da Prainha; Parque Macaúba; Parque São João; Parque Haroldo Vaz; Parque Boa Vista; Parque Sete Estrela; Parque Porto Alegre; Parque Porto Alegre I; Parque Santa Clara; Parque São Paulo; Parque Frei Damião; Parque Caneleiro II; Parque Mini-Horto da Samambaia; Parque Floresta Fóssil; Parque Potycabana; Parque Ambiental do Beira Rio; Parque Nossa Senhora do Livramento; Parque Caneleiro I; Parque Zoobotânico; Parque Vale do Gavião e Parque Marina.

dificuldade delas, também não há estudo relacionado à capacidade de carga máxima dos sítios arqueológicos, principais atrativos do PARNA (Della Fávera, 2002).

Sobre a APA da Serra da Ibiapaba, vale ressaltar que a UC está localizada na Macro Região Turística Litoral Oeste/Ibiapaba e que cita, em seus objetivos de criação, o ordenamento do turismo ecológico. Porém, esta UC não possui ainda ações efetivas voltadas ao turismo e a sede fica no estado do Ceará, o que dificulta uma integração com as ações voltadas ao Estado do Piauí.

A APA da Cachoeira do Urubu, por sua vez, tem no seu interior a instituição do Parque Ecológico Cachoeira do Urubu, como principal ponto turístico deste complexo de Unidades de Conservação está a Cachoeira do Urubu. No período de janeiro a maio, caracterizado pelas cheias do rio Longá, a área torna-se bastante propícia à contemplação das belezas naturais. Em maio é a vez da piracema, fenômeno conhecido popularmente na região como “salto do peixe”. Nos meses de seca as quedas d’água tornam-se mais tranquilas, formando piscinas naturais bastante utilizadas pelos visitantes.

Já sobre o Parque Ambiental de Teresina, conhecido também como Jardim Botânico de Teresina, vale citar que ele compreende a maior área verde urbana do município. No Parque são desenvolvidas pesquisas, contando para isso com um laboratório e um herbário para estudos de botânica. Destacam-se também trilhas educativas e um auditório com capacidade para 50 pessoas.

**QUADRO 27 - LISTA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	MUNICÍPIOS DO POLO	ÁREA (HA)	BIOMA	PLANO DE MANEJO
<b>FEDERAL</b>				
Parque Nacional das Sete Cidades	Piripiri e Piracuruca	6.331,50	Cerrado	Sem informação
APA da Serra da Ibiapaba	Piracuruca, Piripiri, Pedro II e Buriti dos Montes	1.245.301,44	Caatinga	Sem informação
FLONA de Palmares	Altos	168,96	Transição	Não
RPPN Recanto da Serra Negra	Piracuruca	179,16	Cerrado	Sem informação
RPPN Fazenda Boqueirão dos Frades	Altos	579,79	Transição	Sem informação
RPPN Santa Maria de Tapuã	Teresina	238	Transição	Sem informação
RPPN Marvão	Castelo do Piauí	5.096,00	Cerrado	Sem informação
RPPN Palmares	Altos	Sem informação	Sem informação	Sem informação
RPPN Serra das Almas	Buriti dos Montes	Sem informação	Sem informação	Sim
<b>ESTADUAL</b>				
Parque Zoobotânico	Teresina	136,1	Floresta	Sim
Parque das Mangueiras	Teresina	4,59	Floresta	Não
APA Cachoeira do Urubu	Esperantina	3.052,00	Transição	Não
Parque Ecológico Cachoeira do Urubu	Esperantina	7,54	Transição	Não
<b>MUNICIPAL</b>				
Parque da Cidade	Teresina	17	Transição	Sem informação
Parque Ambiental Poti	Teresina	2,7	Transição	Sem informação
Parque Ambiental de Teresina	Teresina	38	Transição	Sem informação
Parque Encontro dos Rios	Teresina	3	Transição	Sem informação

Fonte: Ambiens, 2010.

### Reservas da Biosfera

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros, internacionalmente reconhecidas pelo programa “O Homem e a Biosfera” (“*Man and Biosphere*”), desenvolvido pela UNESCO, desde 1972, juntamente com o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – e a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza. Estas reservas possuem três importantes funções: conservação, desenvolvimento e apoio logístico às áreas protegidas. Atualmente, existem 411 Reservas da Biosfera em 94 países, cobrindo uma área superior a 250 milhões de hectares. As Reservas da Biosfera privilegiam o uso sustentável dos recursos naturais em suas áreas de proteção e têm como objetivos a promoção do conhecimento e a prática de atividades sustentáveis.

No Polo de Teresina, nove municípios fazem parte das Reservas da Biosfera: Teresina, Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, José de Freitas, Piri-piri, Piracuruca da RB da Caatinga; Buriti dos Montes da RB Mata Atlântica e Santa Cruz dos Milagres da RB Cerrado (PNE, 2010). Entretanto, apesar de existirem diretrizes voltadas às RB no Brasil, no estado do Piauí ainda não há uma gestão integrada dessas reservas com as Unidades de Conservação, o que dificulta o planejamento conjunto de ações de turismo em áreas naturais.

### Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade

As Áreas Prioritárias são reconhecidas como áreas importantes para a conservação da biodiversidade, nas quais são aplicadas diretrizes de zoneamento das atividades econômicas e onde são implantadas políticas federais, estaduais e municipais de conservação ambiental. O levantamento das Áreas Prioritárias para a Conservação (APC) visa identificar as regiões onde o Poder Público deve, preferencialmente, concentrar as suas ações com vistas à conservação, bem como orientar as políticas públicas de desenvolvimento. Permite visualizar as áreas mais conservadas e também as tendências de ocupação, onde as ações devem ser emergenciais (Ganem *et al.*, 2008).

Com este objetivo, o MMA vem trabalhando, desde 1998, na definição das APC no Brasil, por meio da apresentação de mapas de “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”.<sup>64</sup> Dentre as áreas prioritárias existentes, oito APC estão presentes no Polo de Teresina .

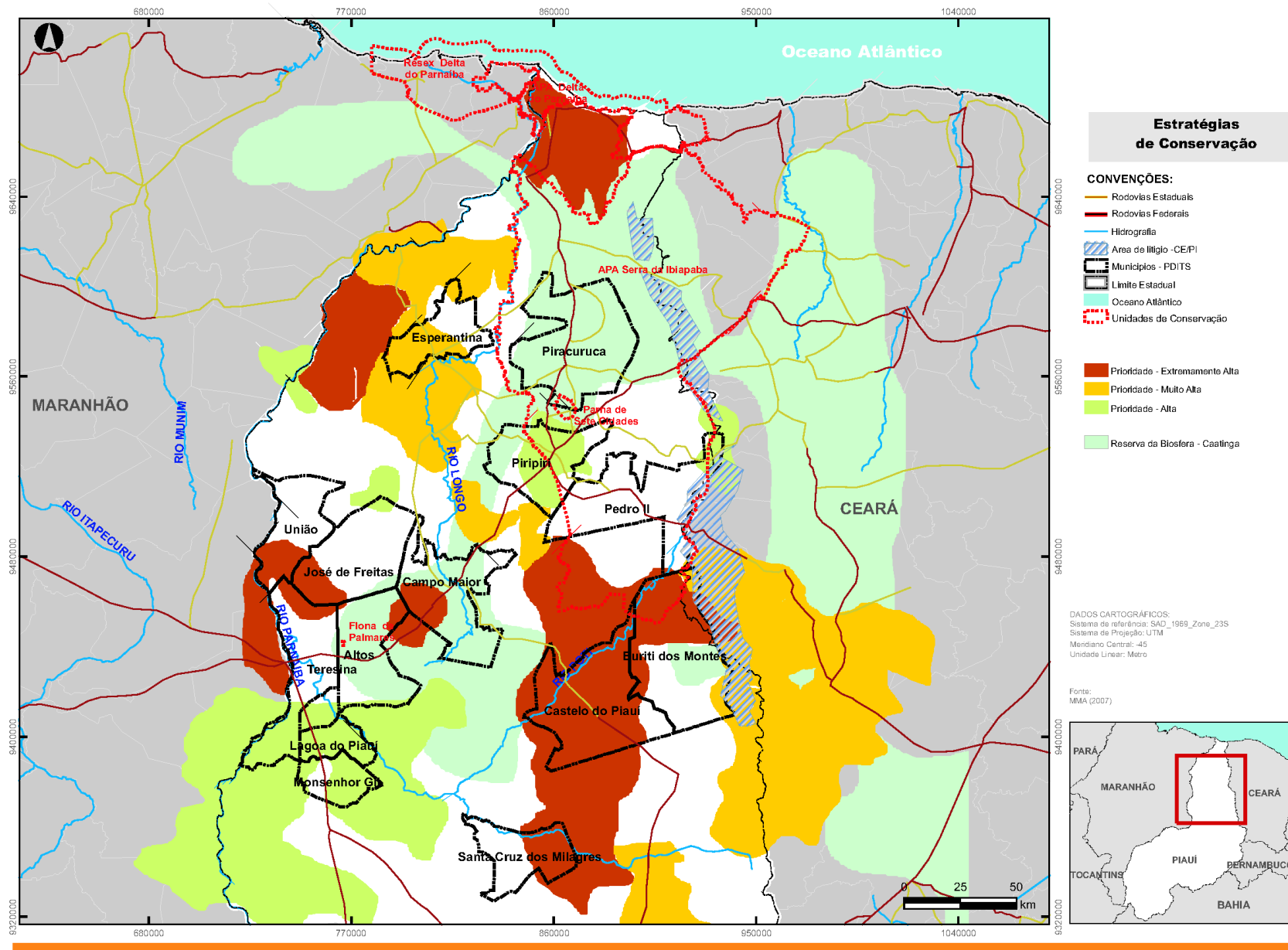
De maneira geral, as APC presentes no Polo de Teresina se sobrepõem aos remanescentes do bioma Caatinga, hoje seriamente ameaçados. Mesmo que o foco seja a Caatinga, há também importantes áreas no Cerrado.

---

<sup>64</sup> A avaliação e a identificação das áreas e ações prioritárias para a Conservação, trabalho publicado em 2000 pelo MMA, identificou 900 APC. Em novembro de 2003, dando continuidade a esse projeto, foram realizados diagnósticos sobre o conhecimento dos diferentes biomas e a revisão da avaliação das APC. Este trabalho foi reeditado em maio de 2004 e novamente revisado em janeiro de 2007, com a inclusão de novas áreas e áreas já protegidas (UC federais e estaduais, de proteção integral e de uso sustentável, exceto Áreas de Proteção Ambientais e Terras Indígenas) (MMA, 2007).



Figura 42 - Mapa de estratégias de conservação





## 7.6. GRAU DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO

Já na questão dos conselhos e fundos municipais de meio ambiente oito dos municípios não possuem conselho municipal de meio ambiente, e em dois que possuem (Pedro II e Piracuruca) o conselho formado não é legalizado, não somente agindo em Teresina o conselho é atuante. Quanto ao fundo municipal de meio ambiente, somente o município de Teresina possui. Estes dados demonstram a fragilidade da gestão ambiental municipal, e também, refletem as dificuldades na gestão municipal de forma geral como já foi sinalizado na discussão do “Quadro Institucional”.

**QUADRO 28 - ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO POLO**

MUNICÍPIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
ALTOS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; sem diretoria específica.	Não há.	Não há
BURITI DOS MONTES	Secretaria específica com um ano de existência	Não há.	Não há
CAMPO MAIOR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Não há	Não há
CASTELO DO PIAUÍ	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente; sem diretoria específica	Não há	Não há
ESPERANTINA	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente - formada há cerca de quatro meses - ainda não está atuando. Quem responde pelas questões ambientais é o Departamento de Meio Ambiente (formado há dois anos)	Não há.	Não há
JOSÉ DE FREITAS	Secretaria compartilhada com diretoria específica prevista em lei, porém na prática, a diretoria ainda não está em funcionamento	Não há.	Não há
LAGOA DO PIAUÍ	Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura dividem as questões ambientais municipais.	Não há.	Conselho de saúde contempla as questões do Meio Ambiente.
MONSENHOR GIL	Instituição Casa Verde – Divisão de fiscalização de meio ambiente	Não há.	Formado e legalizado.
PEDRO II	Secretaria específica	Não há.	Formado, mas não legalizado.
PIRARUCUCA	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo sem diretoria específica	Não há.	Formado, mas não legalizado
PIRIPIRI	Secretaria de Infra Estrutura conta com um Departamento de Meio Ambiente	Não há.	Formado e legalizado
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Não há	Não há.	Não há
TERESINA	Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM)	Fundo Municipal de Meio Ambiente	Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA)
UNIÃO	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEAMA) sem diretoria específica	Não há.	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Fonte: Ambiens, 2010.

### 7.6.1. Conselhos e esferas de governança

Apesar da importância dos conselhos gestores, criados na década de 90, sob o efeito da Constituição de 1988, falta um importante percurso para sua efetiva institucionalização. Segundo Cortês (2007), os conselhos gestores apresentam como característica principal a participação efetiva de setores organizados da sociedade nas discussões envolvendo o planejamento e a gestão das diversas políticas públicas em desenvolvimento. A ausência de uma instância de governança municipal fragiliza a gestão democrática do turismo e o controle social de toda população. Como bem escreveu Habermas (1997), cada cidadão deve assumir parcelas do contexto do poder do Estado para que haja a descentralização da decisão, no que se convencionou chamar de democracia participativa no Brasil.

A participação da sociedade civil é um importante fator para o êxito do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis. O propósito desta análise é ampliar a compreensão sobre os mecanismos de participação como determinantes do desempenho da gestão municipal no tocante ao desenvolvimento do turismo e sua viabilidade econômica, à conservação ambiental e do patrimônio cultural. Além disso, os Conselhos de Turismo podem contribuir nas questões como engajamento social, transparência, prestação de contas; igualdade e inclusão social, sustentabilidade e respeito às leis. Vale ressaltar que a ausência de instâncias de governanças pode vir a ser no futuro uma restrição para a captação de recursos federais, fato que se soma à necessidade e importância dos municípios de criarem seus conselhos.

No caso específico da governança, os Conselhos Municipais andam lentamente já que na prática, apenas Teresina dentre os municípios do polo possui Conselho Municipal de Turismo, apesar de Buriti dos Montes e Piracuruca possuírem lei que institui seus Conselhos deliberativos e paritários. Em Teresina, contudo, o conselho criado em 1998 e vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer apenas operou nos momentos subsequentes à sua constituição. Uma nova minuta de projeto de lei para reconstituição do conselho vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo foi desenvolvida durante o ano de 2010. No âmbito da governança regional e estadual, embora cinco municípios (Monsenhor Gil, Castelo do Piauí, Piripiri, Esperantina, Pedro II) demonstrem participar do Conselho de Turismo Regional e outros quatro (Monsenhor Gil, Castelo do Piauí, Piripiri, Esperantina) afirmem participar do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo do Piauí, não há nenhuma referência legal sobre sua real existência, composição e funcionamento.

**QUADRO 29 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO**

MUNICÍPIOS	CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
ALTOS	Não
BURITI DOS MONTES	Sim
CAMPO MAIOR	Não
CASTELO DO PIAUÍ	Não
ESPERANTINA	Não
JOSÉ DE FREITAS	Não
LAGOA DO PIAUÍ	Não
MONSENHOR GIL	Não
PEDRO II	Não
PIRACURUCA	Sim
PIRIPIRI	Não
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Não
TERESINA	Sim
UNIÃO	Não

Fonte: Ambiens, 2010.

### 7.7. BENS CULTURAIS

O turismo possui uma relação direta com o patrimônio cultural, principalmente devido ao fato de que em muitos casos, o viajante se desloca do seu meio de origem com o objetivo de conhecer e viver a experiência de outros povos e costumes. O contato humano e cultural e a troca de experiência entre a população local e o turista é em si um atrativo. Desta forma, localidades onde a cultura e a história estão materializadas em edificações, costumes, objetos, entre outras formas de manifestações são localidades que possuem atrativos turísticos em potencial.

O Patrimônio Cultural é um conjunto de bens materiais ou imateriais que refletem a identidade de um grupo de pessoas, e por este motivo são considerados de interesse, pois são relevantes para a permanência de sua identidade cultural. Este patrimônio é muitas vezes relacionado com o passado, fazendo parte da história e do modo de vida das pessoas. Sua preservação e conservação garantem não somente a perpetuação da cultura para as gerações vindouras, mas também enriquece a diversidade cultural da localidade onde este patrimônio se manifesta, inserindo-se na cultura regional, nacional, formando o mosaico cultural da humanidade.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído por os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores

de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- as formas de expressão;
- os modos de criar, fazer e viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desta maneira a salvaguarda deste patrimônio é realizada através de instrumentos jurídicos, cabendo ao poder público (município, estado ou federação) definir quais são os bens materiais e imateriais e também os instrumentos que serão aplicados para a sua proteção.

O Patrimônio Cultural pode ser dividido em três grupos:

- Bens Materiais Imóveis,
- Bens Materiais Móveis,
- Patrimônio Imaterial.

Os Bens Materiais Imóveis são os bens construídos, como edificações, conjuntos urbanos, cidades e locais que possuem expressivo valor histórico, arqueológico e paleontológico. Este patrimônio é mais facilmente percebido pela população, pois geralmente são eleitos como Bens Materiais Imóveis os edifícios que se destacam na paisagem urbana ou rural, ou que de certa maneira estão vinculados com um evento histórico importante. Estas edificações também podem representar instituições importantes, como o poder público, religiões ou ordem religiosa e até se destacar devido à tecnologia empregada em sua construção, singularidade construtiva ou apuro técnico.

Atualmente os órgãos de proteção ao patrimônio cultural têm demonstrado a preocupação de salvaguardar os bens imóveis produzidos pelas camadas médias da população, não somente o palacete, a igreja ou o edifício público. A preocupação de salvaguarda do Patrimônio Imóvel popular contribui para a conservação da cultura local, visto que os saberes, o modo de vida e a relação da cultura humana com o meio se dão em todas as camadas sociais. Os Bens Materiais Móveis são bens relacionados com a expressão artística, artesanato ou saberes. Como exemplo as pinturas, esculturas, literatura, fotos, móveis, utensílios, instrumentos, entre outros. Os Bens Móveis podem ser preservados individualmente ou em conjunto, como acervos de museus, bibliotecas, coleções de arte e demais coleções ou acervos de interesse cultural.

Os Bens Imateriais são bens que refletem os saberes, práticas, expressões, conhecimentos e técnicas, juntamente com os utensílios e instrumentos e lugares que estes bens estão associados. Este patrimônio está intimamente relacionado com o conhecimento tradicional, que é transmitido de geração para geração. Desta maneira os saberes relacionados a ele

são dinâmicos, sofrendo alteração na medida em que cada geração ou indivíduo se apropria destes conhecimentos. Segundo a UNESCO, o Patrimônio Cultural Imaterial se manifesta das seguintes formas:

- tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- expressões artísticas;
- práticas sociais, rituais e atos festivos;
- conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- técnicas artesanais tradicionais.

As cidades de Teresina, Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, União, José de Freitas, Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piripiri, Lagoa do Piauí, Piracuruca, Esperantina, Pedro II e Buriti dos Montes possuem singularidades no que se refere à manifestações do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Estas manifestações serão dispostas abaixo segundo suas características:

#### Patrimônio Material Imóvel

As fontes e referências do patrimônio material imóvel e dos bens tombados do estado do Piauí foram pesquisadas junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, através da Coordenação de Registro e Conservação. Dentre os municípios estudados Teresina, Piracuruca e Campo Maior possuem bens tombados no âmbito federal, sendo eles:

- Igreja São Benedito em Teresina, datada de 1874, o tombamento inclui todo o seu acervo, foi registrado em 13/08/85, sob o processo administrativo 0184-T-38.

- Conjunto histórico e paisagístico de Piracuruca, compreendendo o conjunto da Rua Tertuliano Vieira, Praça Getúlio Vargas, Praça Santo Antônio, Praça Irmãos Dantas, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Praça José de Moraes Meneses às margens do rio Piracuruca e da Santa Luzia, no Cemitério Campo da Saudade à rua Félix Gomes e o Grupo Escolar Anísio Brito. O tombamento federal está registrado no livro Histórico e no livro arqueológico, etnográfico e paisagístico, no dia 23/02/2010 sob o processo número 1562T08.

- A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca, que foi construída entre os anos de 1718 e 1743. O edifício se localiza defronte a Praça Irmãos Dantas, s/n e é de propriedade da Diocese de Parnaíba. O tombamento federal está registrado no livro de Belas Artes, volume 1, sob o número 142 em 15/08/1940 e no livro histórico, volume 1, sob o número 115 em 27/12/1938.

**Figura 43 - Conjunto histórico, Igreja Matriz de Piacuruca**



Fonte: Visita de campo equipe Ambiens, 2010.

- O Cemitério do Batalhão, na cidade de Campo Maior é um dos importantes marcos da história do Piauí, relacionado com a independência do Brasil. Neste sítio estão os restos mortais dos combatentes da Batalha do Jenipapo que ocorreu em 13/03/1823 entre brasileiros e as tropas do exército português. No local há um monumento construído na década de setenta, onde foi instalado o Museu do Couro, uma exposição permanente com objetos utilizados na batalha, entre outros acervos. O tombamento federal está registrado no livro de Belas Artes, volume 1, sob o número 232 em 30/11/1938, processo 185 T-38 e no livro histórico, volume 1, sob o número 113 em 30/11/1938

**Figura 44 - Cemitério do Batalhão de Campo Maior**



Fonte: Visita de campo equipe Ambiens, 2010.



O “Parque Nacional das Sete Cidades”, possui uma área de aproximadamente 6200 há que foi criada pelo decreto 50.744, de 08 de junho de 1961. A caracterização como parque nacional é um dispositivo que tem como objetivo principal garantir a preservação do local, através do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, criado pela Lei 9.985 de 2000. Os Parques Nacionais, assim como outras unidades de conservação federal, são geridos pela autarquia federal ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007.

Dentre os municípios estudados Esperantina, José Freitas, Pedro II, Piracuruca e Piriipiri, possuem registro de tombamento estadual, a saber:.

- A Fazenda Olho D'Água dos Pires, localizada no município de Esperantina compreende no seu sítio histórico a sede da fazenda, a casa da farinha, a casa do engenho, o olho d'água e quintais cercados por muro de pedra. O conjunto é um remanescente da arquitetura rural do século XIX e está localizado na rodovia estadual PI 117, a 18 Km de Esperantina. Seu tombamento estadual foi efetuado através do decreto 9.311 de 23/03/95 e publicado no diário oficial número 58 de 24/03/95. O registro no Livro Tombo foi realizado no dia 25/02/97, sob o código 28.

- A Casa Grande de São Domingos, localizada no município de José Freitas é um importante sítio histórico, não somente pelo seu valor arquitetônico, mas também pelos eventos históricos e personagens influentes que estão relacionados ao local. Seu tombamento estadual foi efetuado através do decreto 10.524 de 25/04/2001. O registro no Livro Tombo foi realizado no dia 28/05/2001, sob o código 37.

- O Memorial Tertuliano Brandão Filho, localizado no município de Pedro II, na Praça da Independência. O edifício data da década de vinte e possui referências neoclássicas. O imóvel foi restaurado em 1987. Seu tombamento estadual foi efetuado através do decreto 8.686 de 06/07/92 e publicado no diário oficial número 126 de 06/07/92. O registro no Livro Tombo foi realizado no dia 15/09/92, sob o código 24.

- A casa da antiga intendência de Piracuruca foi a primeira sede do governo municipal, na sua instalação em 23 de dezembro de 1823. O edifício data possivelmente do início do século XIX, e ocupou diversas atividades, porém atualmente encontra-se sem uso. Está localizado na Praça Irmãos Dantas, 130. Seu tombamento estadual foi efetuado através do decreto 10.327 de 02/10/2000 e publicado no diário oficial número 139. O registro no Livro Tombo foi realizado no dia 02/10/2000, sob o código 36.

- O Casarão do Embaixador, localizado em Piriipiri é considerado o imóvel mais antigo do município, datado de 1888. O imóvel é um exemplar típico da arquitetura do estado no século XIX. Seu tombamento estadual foi efetuado através do decreto 9.818 e publicado no diário oficial número 239 em 11/12/97. O registro no Livro Tombo foi realizado no dia 29/02/98, sob o código 33.

Dentre os bens de interesse, que não possuem tombamento, destacam-se o centro histórico de Campo Maior mais precisamente o entorno da Praça Bona Primo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Praça Domingos de Mourão, na cidade de Pedro II.

Os demais municípios possuem característica urbana pitoresca com forte influência do meio rural. O reflexo desta influência é percebido no comércio local e também na paisagem. Desta forma é importante uma pesquisa mais detalhada deste patrimônio, incluindo imóveis



populares, cujas características construtivas ou do modo de morar não remeta apenas ao palácio, o edifício religioso ou público, mas sim à população em geral, sendo, portanto um testemunho edificado da rica cultura local.

### Patrimônio Material Móvel

O patrimônio material móvel é formado pelos acervos e coleções de objetos, podendo ser tanto públicos como privados. Neste caso podemos destacar duas coleções particulares presentes no Museu da Roça em Pedro II, o Museu do Zé Didor em Campo Maior e o Museu do Tito em Castelo do Piauí, ambos têm acervo de diversos objetos antigos, tais como: documentos, porcelanas, móveis, eletrônicos, peças indígenas, roupa, dinheiro, entre outros. Outro patrimônio material móvel é a arte sacra que compõe o interior dos edifícios religiosos.

Em Teresina destaca-se a Casa da Cultura, com exposições de arte e fotografia e mostras de cinema, o Museu do Piauí, com acervo de duas mil peças que contam a história do estado, e a Central de Artesanato Mestre Dezinho, complexo cultural que possui escolas de dança e música, vinte e cinco lojas de produtos artesanais e espaços para eventos.

### Patrimônio Imaterial

A área de estudo possui um rico patrimônio imaterial, relacionado com os saberes e produção cultural local, destacando-se:

#### **Saberes construtivos**

As técnicas tradicionais como o “pau a pique” ou “taipa de mão” e o uso do adobe são comuns em algumas cidades. A salvaguarda destas técnicas tradicionais é de fundamental importância para a cultura nacional, pois eram saberes muito difundidos em todo o território nacional, restando atualmente poucas comunidades que dominam sua confecção. Estes saberes construtivos, além de possibilitarem um melhor acesso às edificações e moradia, devido ao seu baixo custo de confecção apresentam solução às questões de conforto ambientais adequados para região cujo clima requer edificações pensadas regionalmente.

#### **Culinária**

A culinária Piauiense, assim como toda a gastronomia brasileira, é fruto de influências dos colonizadores portugueses, índios e negros que formaram a cultura local. Pode-se dizer que não existe nenhum prato exclusivo do Piauí, mas adaptações de receitas regionais que foram modificadas com o passar dos anos de acordo com os recursos naturais e econômicos encontrados na região.

A gastronomia do estado apresenta-se rica em cores, aromas e sabores. Um dos ingredientes chave da culinária Piauiense é a farinha de mandioca, utilizada na produção de *beijus* e tapiocas e na complementação de outros pratos. Temperos como o “cheiro verde” - mistura de coentro e cebolinha - a pimenta de cheiro e o urucum também dão um toque peculiar à gastronomia local.

Sendo o Piauí um grande produtor de frutas, um dos pontos relevantes de sua gastronomia é a *doceria*. É considerada muito rica e diversificada, devido à produção de doces e compotas feitos com as frutas típicas da região. Destacam-se as compotas de caju, manga, goiaba, buriti, bacuri, casca de laranja da terra e de outras frutas, sendo o doce de casca de limão azedo um dos mais apreciados.

A bebida típica de grande representatividade para o estado é a Cajuína, um espécie de refresco de caju clarificado que devido a sua relevância cultural e a seu modo artesanal de fabricação encontra-se em processo de tombamento como Patrimônio Cultural do Piauí. Com relação a sua importância como atividade econômica, a Cajuína tem se fortalecido no agronegócio regional através da criação de cooperativas para a produção e venda e da padronização para a maior valorização do produto.

### **Arte e Artesanato**

A história do artesanato está vinculada à própria história do homem. A necessidade de produzir objetos que seriam necessários para a sua sobrevivência e a produção de adornos e objetos pessoais motivou a produção de peças, estimulando assim sua capacidade criativa e produtiva.

O artesanato é um dos principais representantes da cultura de onde se manifesta, tendo-se em vista que no processo de confecção das peças há reflexos dos costumes e da história da população local. Outro aspecto relevante é a matéria-prima utilizada nas confecções, o qual na maioria das vezes irá direcionar a tipologia das peças e ao mesmo tempo permitir conhecer as características do ambiente natural.

No Estado do Piauí, o artesanato é muito rico e variado, destacando-se em âmbito nacional e internacional. A variedade de matérias-primas alimenta a criatividade dos artesãos, que compõem diversos trabalhos em renda de bilros, cestarias de carnaúba, cerâmicas, móveis de talos de Carnaúba, esculturas entalhadas em madeira, peças em couro, tecelagens e tapeçarias com figuras rupestres, cerâmica, entre outros.

Dentro da atividade turística, o artesanato merece grande destaque por fazer parte do conjunto da oferta de uma localidade, podendo em alguns casos tornar-se um atrativo a parte, como é o caso das peças produzidas através do beneficiamento da opala em Pedro II e das Cerâmicas em Teresina.

Pode-se dizer que o Pedro II merece destaque regional não somente na produção de jóias, como também na tecelagem, através da confecção de redes e tapetes. A estrutura comercial, também é diferenciada, há diversas associações de artesanato e um mercado específico para a comercialização dos produtos locais.

O município de Castelo do Piauí também apresenta traços marcantes sendo de grande relevância as peças produzidas em couro, as quais geralmente representam o artesanato local em feiras e eventos que promovem a divulgação da localidade. Entalhes em madeira também merecem destaque, com peças que ilustram suas belezas naturais.

Tanto Castelo do Piauí quanto Pedro II demonstram traços de originalidade e peculiaridade na produção de suas peças. Ambas as cidades possuem associações que fomentam a produção artesanal local. Já Campo Maior, Piri-piri, União possuem centrais de artesanato,

mas, no entanto, nota-se a ausência de produtos que remetam a uma identidade regional de forma qualificada.

Teresina possui na cerâmica um diferencial, exportando diversas peças pela qualidade e originalidade do trabalho realizado pelos artesãos no polo ceramista. Na central de artesanato localizada na área central, Central de Artesanato Mestre Dezinho, a matéria prima está mais relacionada aos demais municípios sendo os artesanatos confeccionados a base de fibras naturais, couros e talos de buriti.

Em Santa Cruz dos Milagres, segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Assistência Social, os moradores que comercializam peças artesanais de motivos religiosos, compram-nas em Teresina e outras cidade vizinha, para revender nos eventos locais.

Em José de Freitas o estabelecimento comercial da Secretaria de Ação Social é o local onde se pode conhecer a produção artesanal do município. Já em Piriipiri há uma associação de artesão com sede na rodoviária. Entretanto, as peças apresentam poucos traços de originalidade.

Nas demais localidades a produção artesanal comercial existe em menor proporção, quando comparada a outros municípios da região. Contudo, encontram-se peças de arte santeira, bordados, crochês, redes, bonecas, almofadas e artigos em madeira, com destaque para alguns artistas locais com a pintura de telas e a confecção de esculturas em madeira e alumínio.

## 7.8. GESTÃO CULTURAL

O tópico trata da gestão da cultura, principalmente no que se refere aos municípios. As informações utilizadas são resultado de visita *in loco* e dados secundários da base do IBGE - MUNIC.

Segundo as informações obtidas dos quatorze municípios estudados apenas Altos, Buriti dos Montes e União não possuem secretaria específica para tratar das questões da cultura, ou seja, não possuem uma pasta de cultura nem agregada a outra temática. Os únicos municípios que possuem estrutura específica para a temática são Pedro II e Teresina, através da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, criada em 1986 pela lei municipal nº 1.842. Já, no caso do restante dos municípios a secretaria é subordinada ou compartilhada. Os municípios, também, não apresentam conselho e fundo municipal de cultura.

Em geral, as ações da gestão pública municipal encontram-se em função da organização de eventos e na relação com os pontos de cultura, quando existem no município. Os municípios não trabalham com a inventariação do patrimônio material e imaterial, e também, não praticam ações de tombamento municipal, ou seja, as ações acabam sendo mais de cunho operacional e pouco de caráter de gestão de uma política pública de cultural.

Em alguns dos municípios a presença de museus municipais e estaduais demonstra os esforços locais na conservação de fatos e objetos que marcaram a vida na região, como é o caso de:

- Teresina – Casa da Cultura, Museu do Piauí;

- Campo Maior - Museu do Couro, Memorial do Jenipapo;
- Monsenhor Gil - Memorial Carlos Prestes;
- Pedro II - Museu Tetuliano Brandão;
- Piripiri - Museu de Perypery, Memorial Embaixador Expedito Resende;
- União - Museu do Vaqueiro.

Já com relação a Gestão Privada, a atuação nos municípios é através dos pontos de cultura, que são organizações não governamentais que atuam com parcerias públicas em ações principalmente de educação, valorização e resgate cultural. Entre os municípios doze possuem a formação de pontos de cultura<sup>65</sup> com destaque a Teresina, Piripiri, Campo Maior, José de Freitas e Pedro II que possuem mais que uma unidade.

Ainda, com relação a atuação privada em alguns dos municípios há existência de museus particulares, como é o caso de Campo Maior com o Museu do Zé Didor, de Castelo do Piauí com Museu do Tito e, de Pedro II que tem o Museu da Roça. O acervo é constituído por objetos antigos da vida cotidiana, todos são abertos a visitação e fazem parte do produto turístico local.

A atuação privada demonstra a importância e o reconhecimento que a cultura tem para o povo do Polo de Teresina, porém em ações que ainda são pontuais. Em diversas prefeituras o SEBRAE/PI é apontado como parceiro na para produção artesanal local, com a aplicação de cursos de capacitação. Mesmo diante da falta de organização formal e de identidade na produção artesanal de alguns municípios, pode-se considerar relevante a evolução do setor quando analisado em âmbito regional.

Mesmo havendo algumas produções e materializações dos saberes que constituem o patrimônio imaterial, não foi encontrado nenhum instrumento de proteção a deste patrimônio cultural, algo que não ocorre com o patrimônio material imóvel, visto a listagem de bens tombados pelo estado ou pela união. Instrumentos como o registro e inventariação destes bens deveriam auxiliar não somente a sua salvaguarda, mas também para o reconhecimento destes saberes culturais, que muitas vezes passam despercebidos pela população local, devido a sua expressão cotidiana, mas que em âmbito nacional apresenta singularidades e importância para a cultura brasileira, como o caso dos saberes construtivos.

A salvaguarda do patrimônio material e imaterial dos municípios estudados não é desenvolvida e executada, não havendo legislações com essa função com exceção de Campo Maior e Piripiri que tem legislação geral, porém em desuso. Como demonstrado, a atuação das prefeituras frente à questão da cultura é pontual, ficando a cargo do Estado e

---

<sup>65</sup> Altos - Associação da Juventude Praticante da Cidadania-ACODE; Campo Maior - Fundação Cultural Prof. Ludetana Araújo, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômica e Social-CADES; Castelo do Piauí - Fazenda Mangueira; Esperantina - Obra Kolping Estadual do Piauí; José de Freitas - Fundação Cidadania, Fundação Rosângela Souza; Lagoa do Piauí - Associação Comercial de pequenos Produtores Rurais da localidade de Bonfim; Monsenhor Gil - Associação dos Peregrinos amigos; Pedro II - Ecocultura Cidadania e Arte, Mandacarú; Piracuruca - APAE de Piracuruca; Piripiri - Associação Itacoliana dos Remanescentes Indígenas de Piripiri, Fundação Ecológica de Piripirí, Centro cultural de Artes em Desenvolvimento; e Santa Cruz dos Milagres - Associação dos B. de Santa Cruz dos Milagres.

União o tombamento de patrimônios materiais entendidos como de relevância, não havendo participação pública nem gestão democrática do que é entendido como patrimônio.

## 7.9. CONCLUSÃO

Conforme descrito no tópico “Aspectos socioambientais” a singularidade dos biomas locais e as peculiaridades dos bens culturais propiciam ao Polo de Teresina uma característica importante para a atividade turística. O patrimônio arqueológico, os centros históricos e os modos de fazer, associado à grande concentração de atrativos com beleza cênica, é um dos pontos mais fortes na relação turismo e ambiente da região. Os remanescentes ainda preservados de Caatinga e de Cerrado possibilitam uma experiência de avistamento de fauna local e de contemplação paisagística. As **Unidades de conservação são os atrativos melhor estruturados em relação a visitação pública**, como exemplos de atrativo do Polo de Teresina, têm-se o Parque Nacional das Sete Cidades, já estruturado para recepção de visitantes, e o Cânion do Rio Poti, somam patrimônio arqueológicos com remanescentes de vegetação nativa. Já os centros históricos dos municípios de Campo Maior e Piracuruca, além de outros imóveis isolados, nos demais municípios, são áreas de importância histórica colonial e beleza construtiva.

A presença de rios temporários (que desaparecem em épocas de seca), dificultando a realização de atividades de lazer ou recreação, e os solos essencialmente arenosos (que aumentam a probabilidade de erosão) são fatores que acentuam a fragilidade da região. Fator importante, também, em virtude das características térmicas locais, de elevada temperatura que demanda de lazer vinculado a água.

São poucas as estratégias de conservação ambiental que são efetivas para a região, embora fique claro o interesse e a importância dada ao ambiente natural, seja caatinga ou cerrado, quando observado os mapas de Áreas Prioritárias de Conservação e da Reserva da Biosfera, já que **várias estratégias de conservação ambiental apontam a região como de importância biológica**. Exemplo da inefetividade são as Unidades de Conservação - **UC que não estão totalmente implementadas ou não possuem Planos de Manejo**; têm limites não adequadamente demarcados; há pouca infraestrutura de apoio ao turista e falta o estabelecimento de Corredores Ecológicos entre as UC. Intrinsecamente ligado a essas características está a escassez de estudos e pesquisas na área ambiental. Essas problemáticas estão relacionadas, também, à falta de divulgação dos biomas, da sua importância e das UC nos locais de maior recepção de turistas e à falta de pessoal qualificado (guias e condutores) para realização de atividades em áreas naturais.

Com relação aos bens culturais a problemática é principalmente vinculada ao patrimônio imaterial, que como em outras cidades do país perde força com a introdução de facilidades e novidades tecnológicas. Outro fator de destaque, frente aos bens culturais, é a falta da gestão efetiva e democrática na decisão dos tombamentos e mesmo de inventariação do que é considerado enquanto patrimônio. Desta forma a **gestão cultural municipal é enfraquecida e pouco instrumentalizada, sem fundo e conselho de cultura, os processos de tombamento do patrimônio cultural existentes são estaduais ou federais**.

Como um dos principais impactos ambientais na região há a pressão agropecuária. O Polo de Teresina se caracteriza pela existência de atividades econômicas que produzem

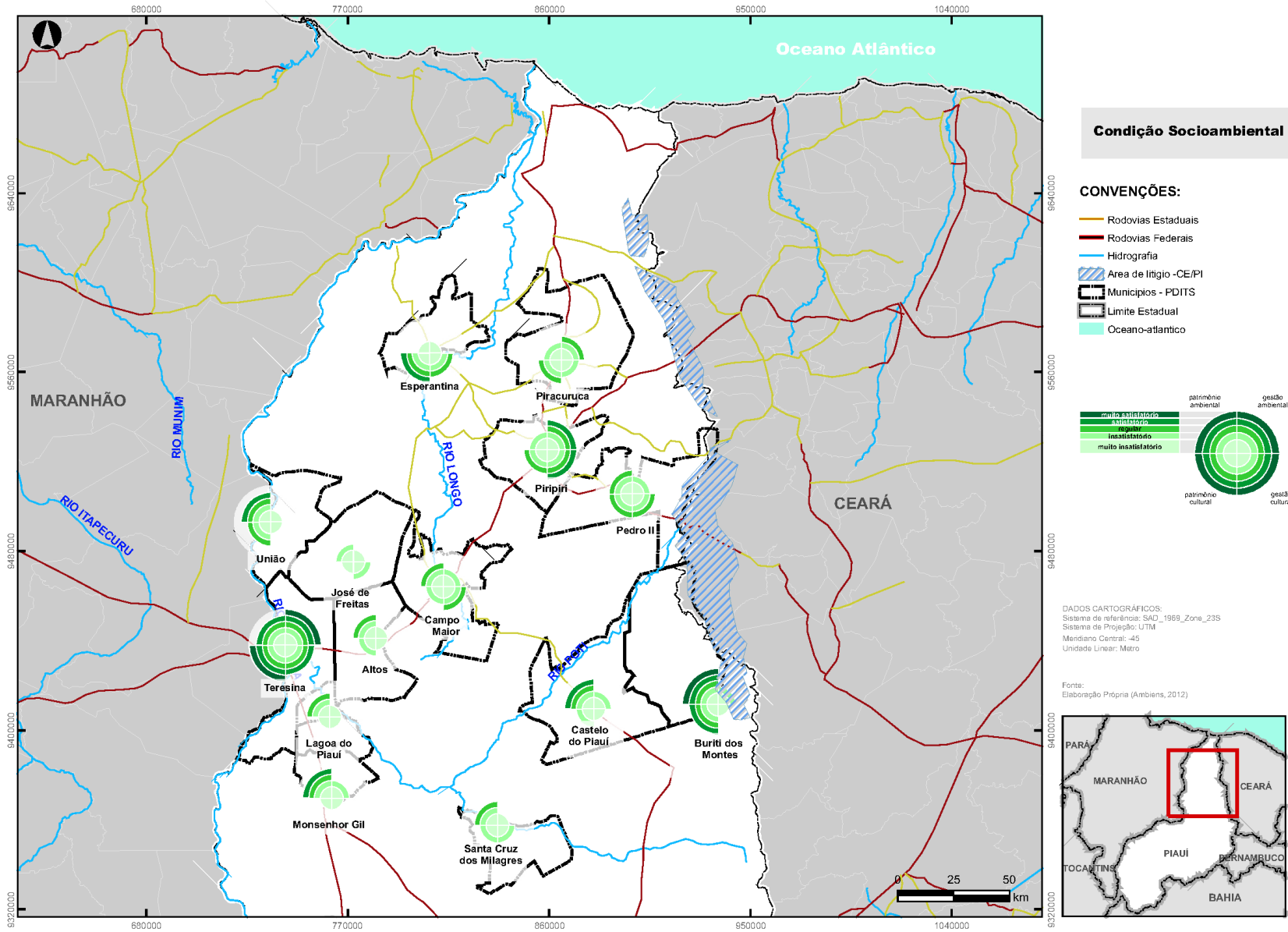
modificações significativas no ambientes e poucos estudos sobre os impactos ambientais dessas atividades, e pela exploração de minério de forma irregular em algumas áreas. Outras atividades que pressionam os biomas são a queimada, o desmatamento e a caça ilegal.

**A gestão ambiental municipal é enfraquecida e pouco instrumentalizada, nenhum dos municípios recebeu o “selo ambiental” da SEMAR de qualidade de gestão**, sendo que apresentam problemas de gestão, política e administração públicas, os quais também prejudicam a conservação dos bens socioambientais no Polo de Teresina, como: (i) a falta de instrumentos consolidados de planejamento; (ii) as frágeis estruturas administrativas municipais relacionadas à questão ambiental e cultural; (iii) o desenvolvimento urbano desordenado; (iv) os Planos Diretores Municipais não concluídos ou em desuso; (v) a falta de controle da utilização, fiscalização e exploração dos bens; e (vi) o aumento dos autos de infração relacionados ao meio ambiente e ao patrimônio cultural no Piauí. Desta forma concluímos também **que existe uma ineficácia do planejamento de uso e ocupação do solo nos municípios, os planos diretores quando existem estão em desuso.**

Na região, ainda ocorre o problema de pequeno contingente de fiscalização, o que resulta no descumprimento da legislação estadual e federal. Essa questão é agravada devido ao uso e ocupação desordenada do solo, à descontinuidade administrativa, escassez de verbas públicas, mudança de foco das prioridades de ações e enfraquecimento e/ou inutilização da gestão democrática.



Figura 45 - Mapa de condição socioambiental





## 8. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O presente capítulo é composto pela análise síntese do “diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas” do Polo de Teresina. A leitura da realidade existente foi estruturada, conforme orientação do termo de referência, nas seguintes dimensões de análise: (i) Mercado Turístico, composto pela análise da oferta e demanda; (ii) Aspectos Socioambientais, compreensão dos bens ambientais e culturais da área; (iii) Infraestrutura e Serviços Básicos, relativo a capacidade de suporte da estrutura básica do municípios; e (iv) Quadro Institucional, que analisa a forma de estruturação, organização e gestão do setor público.

Neste sentido, a síntese aqui proposta tem como pressuposto a necessidade de compreensão do todo por meio da compilação dos principais indicadores de qualidade relativos a cada dimensão acima apresentada. Para tanto, o diagnóstico estratégico é composto pela: (i) Identificação das áreas críticas de intervenção; (ii) Valoração ponderada das linhas de produtos turístico; (iii) Posição Atual da área versus mercado potencial e (iv) estruturação da Matriz SWOT.

O desenvolvimento sustentável da atividade implica que o polo conquiste uma posição no mercado a partir da construção de uma identidade turística e sua estruturação nas diversas dimensões relacionadas. Portanto, em primeira análise, o diagnóstico estratégico será orientado a partir da identificação de tipos de turismo atuais e potenciais.

### 8.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO

A identificação das áreas críticas de intervenção foi elaborada considerando a qualidade de dois conceitos adotados como estratégicos para a elaboração do PDTIS – Integração e Desenvolvimento. A **integração** é definida pela capacidade de conectividade territorial dos destinos, bem como pela integração da gestão e da política de promoção e comercialização regional. Já o **desenvolvimento** refere-se às atividades econômicas vinculadas ao turismo, ao planejamento e gestão pública e privada do setor, a infraestrutura básica de apoio, aos bens socioambientais da área.

Para a construção das áreas críticas foram utilizados os índices apresentados no mapa de condições de cada uma das dimensões de análise, agrupada por linhas de produtos, demonstrando no conjunto dos municípios a condição de cada uma das variáveis estratégicas de qualidade definidas a partir do Mapa de Integração<sup>66</sup>. Conforme, apresentado no quadro 30, a condição das variáveis é representada em cinco escalas – muito satisfatório, satisfatório, regular, insatisfatório, muito insatisfatório - em termos de qualidade e disponibilidade

A definição das áreas críticas de intervenção busca subsidiar a validação da área pela definição das áreas geográficas mais importantes, bem como o plano de ação a ser

<sup>66</sup> Mapa de Integração define as variáveis e suas relações de forma a garantir uma linha de raciocínio estratégica que balizará a construção de todas as etapas do diagnóstico estratégico da área turística, destacando a Matriz SWOT em que será apresentado.

proposto para o polo. Entretanto, cabe ressaltar que toda a análise aqui presente deverá ser validada com aos gestores e população local. Áreas críticas de intervenção.

**QUADRO 30 - ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO**

		Cultural	Social	Religioso	Ecoturismo
<b>INTEGRAÇÃO</b>	Acessibilidade e Conectividade	insatisfatorio	regular	regular	regular
	Governança	insatisfatorio	regular	insatisfatorio	regular
	Comercialização e promoção	satisfatório	insatisfatorio	insatisfatorio	regular
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	Saneamento Ambiental	muito insatisfatório	muito insatisfatório	insatisfatorio	insatisfatorio
	Equipamentos	satisfatório	regular	insatisfatorio	satisfatório
	Oferta . Atrativos e recursos	regular	insatisfatorio	regular	regular
	Oferta . Equipamentos e serviços de alimentação e hospedagem	insatisfatorio	insatisfatorio	insatisfatorio	insatisfatorio
	Oferta . Outros serviços	regular	regular	regular	regular
	Planos e Legislação	regular	insatisfatorio	regular	regular
	Capacidade de gestão	regular	insatisfatorio	insatisfatorio	insatisfatorio
	Patrimonio ambiental	insatisfatorio	regular	satisfatório	satisfatório
	Gestão Ambiental	regular	insatisfatorio	muito insatisfatório	regular
	Patrimônio cultural	regular	insatisfatorio	insatisfatorio	satisfatório
	Gestão Cultural	regular	insatisfatorio	muito insatisfatório	insatisfatorio

Fonte: Ambiens, 2010.

Conforme se observa a oferta de equipamentos e serviços de alimentação e hospedagem apresenta o menor nível de satisfação no conjunto dos segmentos, sendo esses a base para a recepção e atendimento das necessidades básicas dos turistas. Os atrativos foram avaliados como regulares, pois as condições de uso dos atrativos não apresentam níveis satisfatórios de estrutura para atender as necessidades dos visitantes, independente do segmento.

Em relação ao planejamento e legislação todos os segmentos também apresentam um nível regular de satisfação, considerando a importância do envolvimento do poder público no planejamento da atividade turística a fim de potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos da atividade, pode-se destacar a carência de processos de planejamento e instrumentos legais para o desenvolvimento sustentável do turismo.

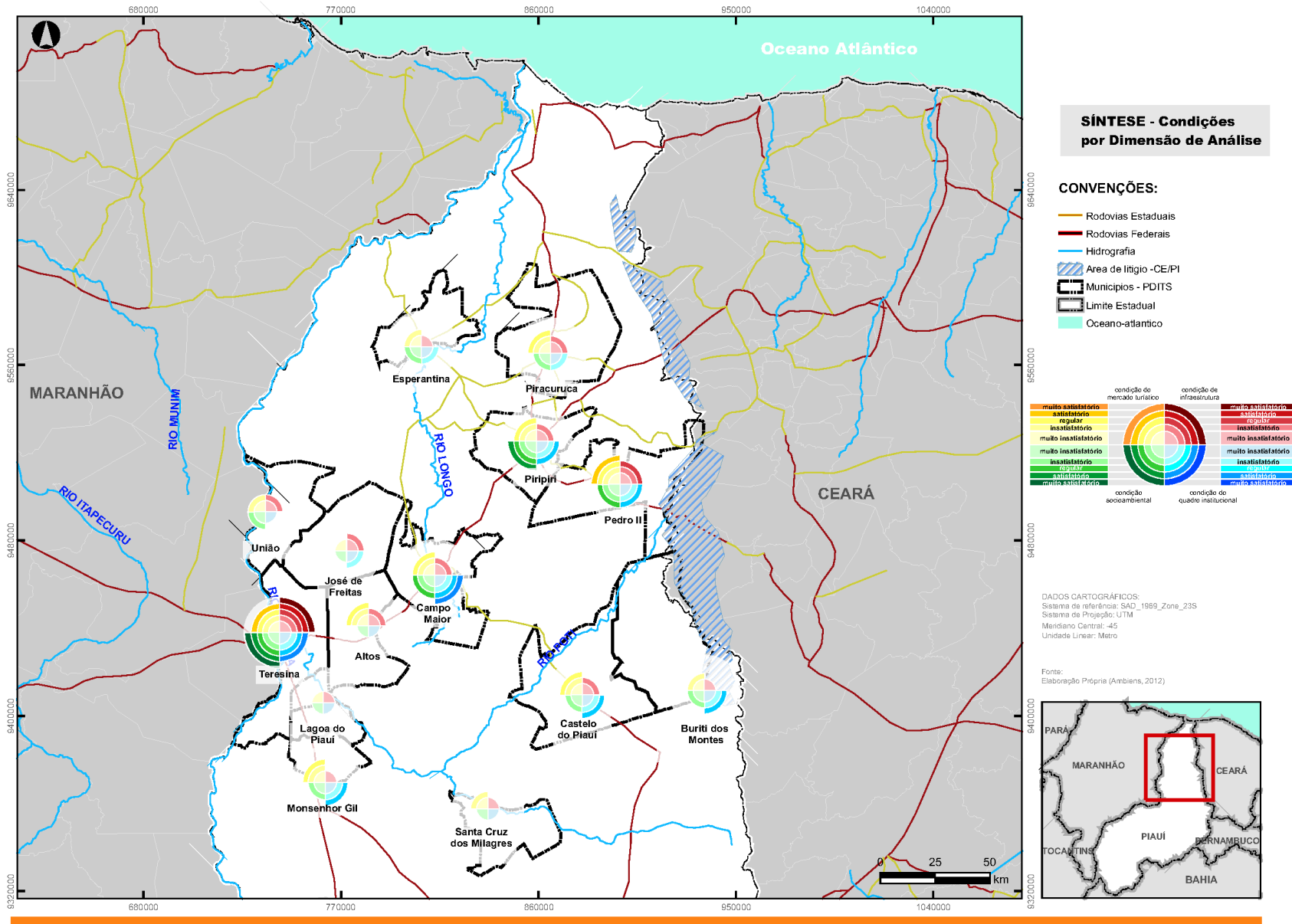
O saneamento ambiental é um indicador muito insatisfatório ou insatisfatório em todos os segmentos da região, apesar de não estar diretamente relacionado a estrutura turística o saneamento dá suporte ao desenvolvimento sustentável da atividade turística, principalmente nos locais onde a matéria-prima do turismo são os bens ambientais.

Outro aspecto insatisfatório apresentado no quadro de áreas críticas apresenta-se nas localidades que englobam o turismo social são elas: a gestão ambiental e gestão cultural. Entretanto vale destacar que para o desenvolvimento do turismo é de fundamental importância uma gestão qualificada, pois gerir é reconhecer o meio em seu processo dinâmico, identificando as possibilidades e limites de desenvolvimento turístico do Polo de Teresina.

Os demais indicadores apresentam diferentes níveis de qualidade em relação a cada segmento. Os municípios que compreendem o turismo cultural e o ecoturismo, por exemplo, são os que apresentam melhores indicadores em relação a região. Para ambas as linhas de produto vale destacar a importância da gestão ambiental, ainda que essa tenha apresentado o melhor nível de satisfação em relação aos demais, é considerada regular. Neste caso é relevante analisar que a gestão qualificada, como citada a cima, é o que promove tanto o reconhecimento local quanto o processo de identificação das possibilidades e limites de uso do vasto patrimônio regional. Sabe-se que ecoturismo necessita de locais que promovam a utilização sustentável dos bens ambientais e culturais.

Vale ressaltar que além da leitura regional por linhas de produtos das áreas críticas de intervenção é necessário o reconhecimento municipal destas, como apresentado a seguir no mapa síntese das quatro dimensões de análise.

Figura 46 - Mapa síntese das condições por dimensão de análise



## 8.2. VALORAÇÃO PONDERADA DAS LINHAS DE PRODUTOS TURÍSTICO

A construção da **Valoração Ponderada das linhas de produtos turísticos** levou em consideração a oferta de atrativos e recursos para a definição das linhas de produtos, e confrontou-as com as demais dimensões em sua complexidade municipal, somada no conjunto referente a cada segmento.

A análise elaborada sobre os atrativos e recursos turísticos, apresentada no capítulo do Mercado Turístico, demonstra que pelas características da oferta há quatro segmentos turísticos, entre reais e potenciais, mais competitivos para a região. Alguns dos segmentos já apresentam uma fatia do mercado, porém todos de forma ainda incipientes, ou seja, tem um potencial significativo para o crescimento da atividade. Esse fato demonstra que a capacidade de atração dos destinos é pouco explorada, na maioria das vezes pela baixa estruturação do setor. Os segmentos reais referem-se ao Turismo Social, Religioso, Cultural e Ecoturismo, sendo estes detalhados a seguir.

O **turismo cultural**, presente prioritariamente nos municípios de Pedro II, Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, Teresina, Esperantina, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes apresenta, no conjunto, indicadores positivos em relação aos equipamentos de apoio ao desenvolvimento da atividade e na variável de comercialização e promoção. Nos locais referenciados este segmento destacam-se componentes do patrimônio material e imaterial, em relação aos demais segmentos, dando ênfase para as edições históricas tombadas pelo IPHAN, para os sítios arqueológicos, também presentes em Castelo do Piauí e Buriti dos Montes e a valorização da cultura popular, a exemplo de Esperantina. Em relação a integração o segmento apresenta um indicador de qualidade de satisfatório, com destaque e promoção e comercialização regional. Já em relação ao desenvolvimento a maioria das variáveis estão avaliadas como regulares o que significa a necessidade de qualificação factível, já para as variáveis de saneamento ambiental e patrimônio ambiental destaca-se a condição de muito insatisfatório e pouco satisfatório.

O **ecoturismo**, presente nos municípios de Teresina, União, Campo Maior, Altos, Piracuruca, Esperantina, Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes, tem sua maior representatividade nos parques ambientais da capital, nos cânions, nas cachoeiras e nas peculiares formações rochosas dos atrativos situados nos demais municípios. Dentro da análise estratégica, este segmento apresenta a melhor condição em relação a integração com todas as variáveis analisadas como regulares. As variáveis de menor qualificação representam a precariedade do saneamento ambiental, a baixa organização da gestão cultural e da capacidade da gestão pública local, a baixa oferta e qualificação dos equipamentos turísticos. Por se tratar do segmento de ecoturismo vale ressaltar que as variáveis de melhor nível de qualificação se dão pela presença e reconhecimento dos Bens Ambientais e Bens Culturais, pois a base de desenvolvimento desse produto pressupõe a utilização desses recursos para fins turísticos.

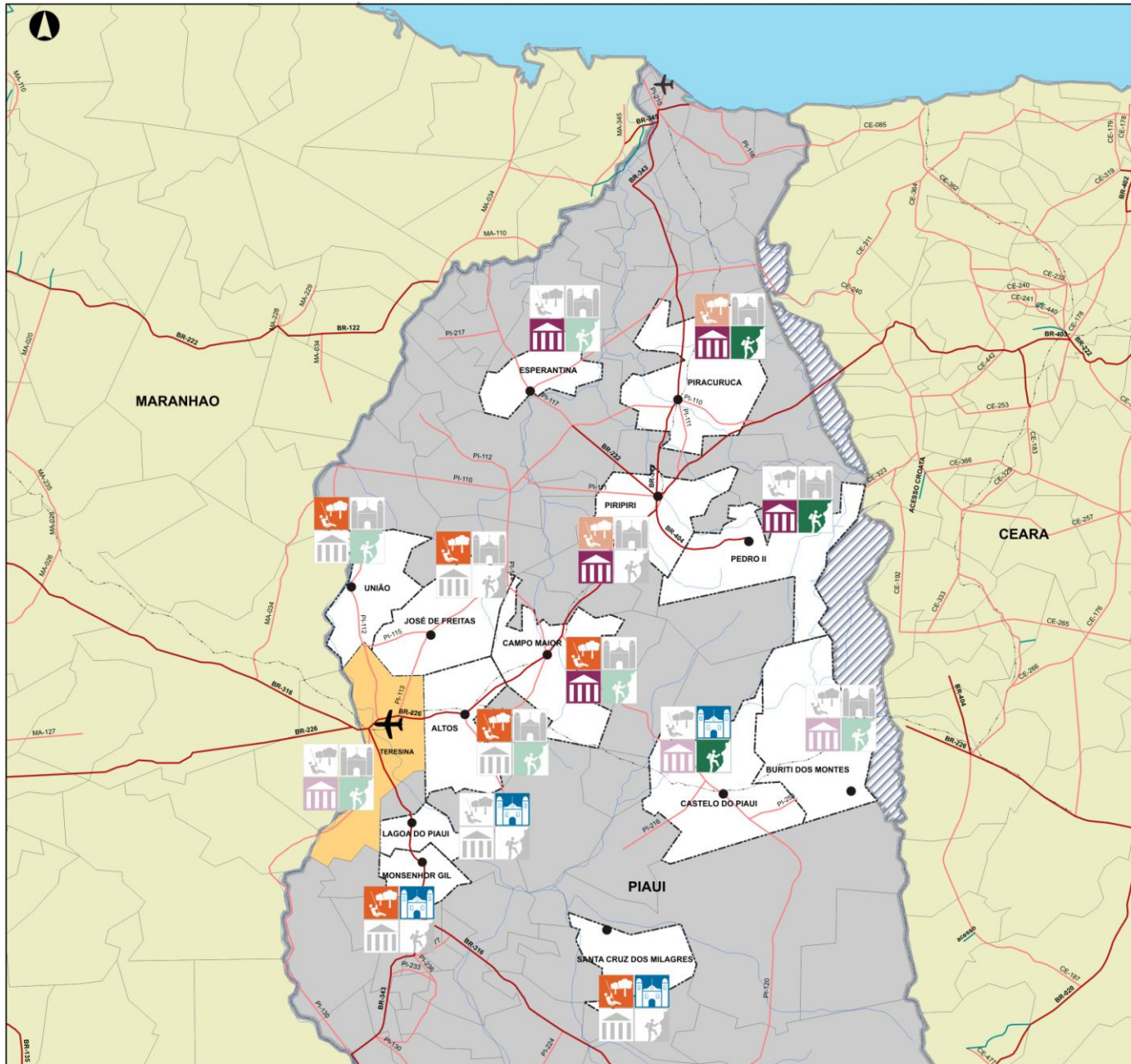
Já o **turismo social** compreendido pelos municípios de União, José de Freitas, Campo Maior, Altos, Piracuruca, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres e Monsenhor Gil apresentam os menores níveis de satisfação do polo. O destaque para a integração se dá pelo nível regular avaliado para a acessibilidade e conectividade, fato que contribui para o fluxo de visitantes característico destes de segmentos, os quais buscam momentos de lazer em ambientes que não remetam ao cotidiano urbano, em viagens de curta distância e duração.

Por fim, o **turismo religioso** em Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres e Castelo do Piauí, em relação a integração está abaixo dos demais com a variável de governança considerada como pouco satisfatória. Apresenta no total nove variáveis consideradas como pouco satisfatória ou muito insatisfatória.

Vale ressaltar que os segmentos turísticos identificados não se apresentam da mesma forma em todos os municípios. Considerando a distribuição geográfica no Polo, a concentração de atrativos e recursos, somado à oferta de equipamentos turísticos, serviços e infraestrutura não permite a definição de linhas de produto orientadas pela conectividade, uma vez que a região é ampla no que diz respeito a extensão territorial. O mapa a seguir representa a distribuição dos segmentos no Polo, alguns com maior concentração territorial mas ainda com focos pontuais em municípios distantes entre si.



Figura 47 - Mapa de Segmentação turística atual e potencial



### Segmentação Turística Real e Potencial

**LEGENDA:**

<b>REAL</b>	<b>POTENCIAL</b>	<b>INEXISTENTE</b>

**Convenção**

- Rodovias - BR
- Rodovias - PI
- Ferrovia
- Principais Rios
- Hidrografia
- Aeroporto/ campo de pouso

Fonte:  
Junção de folhas do Ministério do Externo - DSG  
Escala de origem: 1:100.000 - Anos: 1978





### 8.3. POSIÇÃO ATUAL E POTENCIAL: SEGMENTOS PRIORITÁRIOS

A análise da **posição atual** da área apresentada na análise da demanda real no capítulo do Mercado Turístico mostra que o maior percentual dos turistas da rede hoteleira visitantes do Polo, é motivado pelo turismo de negócios (66,5%). Esse público segundo pesquisa com empreendedores do setor de hospedagem é, em geral, formado por representantes comerciais que atuam na região. Como apresentado anteriormente a região apresenta um potencial de atração turística, ou seja, vantagens competitivas, para atingir a demanda de consumidores de outras características. Neste sentido, é necessário estruturar a estratégia de posicionamento de mercado em busca da diversificação do público atual conforme característica da oferta e possibilidades competitivas.

A estratégia de posicionamento diz respeito a como o participante vai competir em um determinado segmento, diferenciando-se dos demais para estar em condições de obter sucesso, à medida que pode se constituir em uma vantagem (PALMER et al, 1995). A importância do posicionamento reside no fato de que ele estimula os demandantes a desenvolverem considerações acerca de um produto, além de contribuir para que o público-alvo diferencie esse produto dos concorrentes e escolham aquela que percebam como de maior valor.

Esses referenciais teóricos podem ser aplicados ao Polo de Teresina no que diz respeito a sua posição atual para poder projetar modificações e maximizar o uso das vantagens comparativas existentes. A subdivisão do Polo em quatro linhas de produtos para análise dos critérios de integração e desenvolvimentos permite o uso das teorias como forma de melhor analisar seu posicionamento no mercado. Em um contexto geral, verifica-se que as quatro linhas presentes obtiveram percentuais que os qualificam como pouco suficientes no que diz respeito ao atendimento das demandas turísticas, com melhores qualificações nas linhas de turismo cultural e o ecoturismo, que mesmo com coeficientes baixos podem se manter no mercado atual, porém com mínimas expectativas de alavancagem em caso de não intervenção.

Na análise mais detalhada, verifica-se que os padrões de acessibilidade, de saneamento ambiental, de promoção e reconhecimento e, de gestão cultural possuem coeficientes inferiores de avaliação com agravantes no saneamento ambiental e gestão cultural o que implica em insuficiência de atendimento da demanda atual e comprometimento da capacidade de atendimento da demanda potencial, podendo inclusive funcionar como motivo de aversão dos produtos pelos demandantes.

É válido ressaltar que, o melhor posicionamento do Polo em relação ao mercado concorrencial, depende da sua capacidade de se diferenciar dos competidores na entrega de valor aos seus clientes, o que deve se estabelecer pela geração de produtos que levem em consideração os critérios Importância para o consumidor; sejam superiores aos ofertados pelos concorrentes potenciais; sejam acessíveis aos consumidores potenciais e; proporcionem lucratividade para empreendedores locais.

Diante desses dados e após demais análises realizadas, a equipe consultora identifica que os segmentos **ecoturismo** e **turismo cultural** possuem maior capacidade para contribuir no incremento do turismo no Polo de Teresina.

Tendo como base a existência e a concentração de atrativos e recursos, entre os de tipologia natural, nota-se uma concentração em determinados municípios de localização geográfica próxima, formando sub áreas de incidência, a exemplo de (i) Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes; (ii) Teresina, União, Campo Maior e Altos e; (iii) Piracuruca e Esperantina. Estes agrupamentos caracterizam um potencial de desenvolvimento e estruturação de produtos turísticos que se dotados de equipamentos e serviços de apoio, apresentam capacidade de incremento e diversificação da oferta turística no Polo.

Em razão das concentrações supracitadas e das análises feitas no capítulo de valoração ponderada, impulsionada pela perspectiva de crescimento e aderência de mercado para este segmento, identifica-se o **ecoturismo** como **linha de produto** a ser **priorizada** e desenvolvida no Polo. Vale destacar que o ecoturismo foi também identificado como um dos segmentos prioritários apresentado na proposta elaborada para o PDITS Teresina (municipal), o que convergirá para o fortalecimento deste segmento possui na capital o principal eixo de conectividade do Polo.

A outra porção de atrativos e recursos com maior incidência no Polo é representada pelos elementos culturais, os quais constituem o patrimônio cultural associado à história e a memória das pessoas e lugares, além dos diversos sítios arqueológicos presentes em alguns municípios. No âmbito dos atrativos culturais, nota-se também uma concentração nos municípios de (i) Campo Maior, (ii) Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Esperantina e (iii) Castelo do Piauí e Buriti do Montes, formando nestas sub-regiões um agrupamento significativo de atrativos e recursos com grande potencial para o desenvolvimento do **turismo cultural**, configurando-se, segundo análise da equipe consultora, como outro segmento a ser priorizado no Polo.

Como apresentado no capítulo que trata das “características socioambientais”, o perfil dos elementos turísticos presentes no Polo se baseia em bens naturais e culturais que necessitam de cuidados especiais em razão das suas características, em sua maioria, dotados de elementos naturais e culturais que demandam estruturação e conservação. A opção pela priorização do **turismo cultural** e do **ecoturismo**, configura-se como ferramenta de desenvolvimento econômico e social, pelo potencial de estruturação de produtos customizados e de maior valor agregado ao passo que trabalha com parâmetros de conservação dos elementos, pois em sua base, primam pela utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação destes ambientes.

Os demais segmentos identificados no presente diagnóstico são considerados como complementares e poderão ser tratados em outros projetos específicos para o desenvolvimento de cada segmento, o que não diminui a importância dos atrativos integrantes destes segmentos no contexto regional, uma vez que também possuem demandas reais de fluxos turísticos, porém em menor escala e na maioria das vezes, sob forte influência da sazonalidade, como o caso dos festejos religiosos.

No entanto, após leitura das discussões e análises realizadas, é importante destacar a demanda real de visitantes aos municípios que realizam eventos e festejos religiosos, tornando o **turismo religioso** foco de atenção, mesmo que se configure como segmento de pouco potencial de desenvolvimento de maneira integrada e sustentada, uma vez que não são perenes e assim, geram demanda em períodos específicos.

Aliada à demanda gerada pelo turismo religioso, destaca-se também a prática do **turismo social** que se utiliza dos bens naturais para lazer e recreação, podendo exercer pressão ambiental aos atrativos e recursos utilizados e gerar degradação e prejuízos ao meio ambiente. Ciente dessa realidade, uma vez que tais eventos programados já estão consolidados perante o mercado regional e atraem demandas consideráveis mesmo que de maneira sazonal, faz-se necessário incrementar as estruturas de apoio ao desenvolvimento da atividade tanto para os atrativos de cunho religioso, como para os utilizados para a prática do turismo social.

#### 8.4. ANÁLISE SWOT

Após as discussões anteriores, referente ao posicionamento turístico e a situação do mercado local, para a avaliação da integração das variáveis do PDITS do Polo de Teresina foi adotado como referência a **metodologia SWOT**, também conhecida como FOFA, conforme será apresentado na sequência.

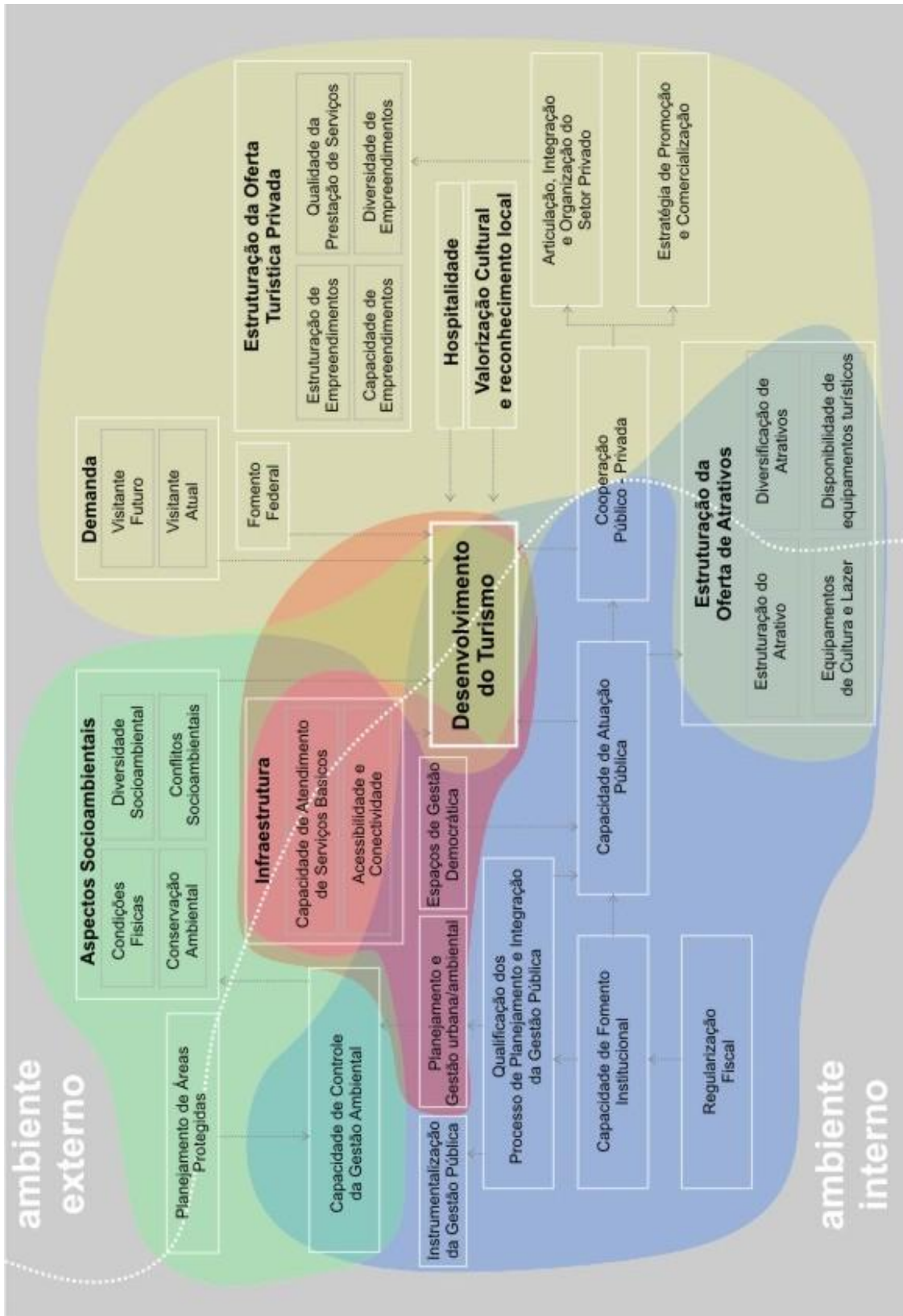
O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e significa Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). As oportunidades e ameaças referem-se ao macroambiente (situação externa) e as forças e fraquezas ao microambiente (situação interna). Em linhas gerais, a análise de SWOT consiste em (i) identificar as principais variáveis de cada condicionante; (ii) cruzar as variáveis numa matriz e (iii) formular as estratégias a partir dos resultados do cruzamento das variáveis.

Considerando que a análise SWOT é resultante das variáveis elencadas a partir do diagnóstico da região e daquelas presentes na realidade do turismo Piauiense e brasileiro, apresenta-se a seguir o percurso metodológico adotado para a avaliação deste plano.

A primeira etapa do processo de elaboração foi a seleção das variáveis, entendidas aqui como as características e propriedades de um objeto de estudo que são passíveis de mensuração ou classificação. A discriminação das variáveis ocorre por meio dos instrumentos de análise empregados, que podem ser qualitativos ou quantitativos.

A seleção das variáveis teve como ponto de partida a Matriz de Relações que estabelece, de acordo com o termo de referência trabalho e também diagnóstico, o escopo das principais variáveis e sua relação direta. Também na mesma matriz distingue as variáveis que são internas e externas. Esta distinção foi estabelecida em função do seguinte pressuposto: i) interna a gestão pública do Estado e Municípios; e ii) externa aos mesmo.

Figura 48 - Matriz de Relações



As variáveis da situação interna (microambiente) são aquelas sobre as quais o Estado e Municípios possuem maior ou grande poder de intervenção e controle. As variáveis são classificadas em forças e fraquezas. As forças referem-se às características e vantagens competitivas internas, atuais ou potenciais, que contribuem para que o Estado e as regiões alcancem seus objetivos em relação ao turismo. As fraquezas, por sua vez, são características ou deficiências internas, atuais ou potenciais, que prejudicam ou dificultam o alcance dos objetivos do turismo pelo Estado e pelas regiões, colocando-os em desvantagem em relação aos concorrentes.

As variáveis da situação externa (macroambiente) são aquelas sobre as quais o Estado, neste caso Governo do Estado do Piauí, possui pouco ou nenhum controle, mas que afetam direta e indiretamente o desempenho e a forma de atuação em relação ao turismo. As variáveis são relacionadas às oportunidades e ameaças. As oportunidades referem-se aos fenômenos ou condições externas, atuais ou potenciais, que contribuem substancialmente para que o Estado e as regiões alcancem seus objetivos em relação ao turismo e melhorem a sua posição competitiva no turismo nacional e internacional. Já as ameaças correspondem ao sentido oposto das oportunidades, pois dizem respeito a fenômenos ou condições externas que possam trazer dificuldades ao Estado e às regiões no alcance de seus objetivos, ou resultar na perda de participação no mercado turístico.

É importante salientar que as variáveis da situação externa devem ser selecionadas considerando (i) o grau de probabilidade de que um determinado evento ou tendência se concretize e (ii) a sua relação com o turismo, para que se possam evitar as ameaças reais e explorar as oportunidades de maneira mais proveitosa.

Finalizada a divisão das variáveis internas entre os componentes e suas respectivas estratégias específicas e, considerando o posicionamento de mercado para a região, procedeu-se ao cruzamento destas mesmas variáveis. O cruzamento objetivou relacionar as variáveis selecionadas, a fim de analisá-las de forma conjunta; ou seja, as principais variáveis internas frente às principais variáveis externas, reconhecendo com isso as principais questões a serem discutidas e resolvidas a partir do PDITS.

O cruzamento das variáveis deu-se em função das relações estabelecidas entre elas (conforme Matriz de Relação). Sendo no cruzamento caracterizada como relação forte (vermelho) média (laranja) e fraca (amarelo) e ainda ficando em branco as variáveis entendidas como sem relação direta.

Cabe ressaltar que a consolidação da análise SWOT se dará por meio do debate das dimensões de análise aqui apresentadas nos espaços participativos e que, portanto, o conteúdo da mesma será parte do próximo produto, com a qual serão elaboradas as estratégias de ação do PDITS.

Figura 49 - Swot

			AMBIENTE INTERNO																							
			Capacidade de atuação Pública	Capacidade de atuação Pública	Gestão Ambiental	Gestão Ambiental	Capacidade de Atendimento de Serviços Básicos	Acessibilidade e Conectividade	Espaços de Gestão Democrática	Qualificação dos Processos de Planejamento e Integração da gestão pública	Planejamento e Gestão Urbano Ambiental	Instrumentalização da Gestão Pública	Capacidade de Fomento Institucional	Regularização Fiscal	Gestão Ambiental	Gestão Ambiental	Gestão Cultural	Capacidade de Atendimento de Serviços Básicos	Capacidade de Atendimento de Serviços Básicos	Cooperação Público Privada	Estruturação do Atrativo	Equipamentos de Cultura e Lazer	Promoção			
			Força	Força	Força	Força	Força	Força	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade	Fragilidade			
			Existência de parcerias entre secretarias municipais, municípios e estado	Processo básico de fortalecimento e organização institucional das unidades de turismo nos municípios, relativos ao quadro de pessoal e participação de programas	Unidades de Conservação são os atrativos melhor estruturados em relação a visitação turística	Várias estratégias de conservação ambiental apontam a região como de importância biológica e paisagística	Bom qualidade de equipamentos e serviços principalmente relacionados a saúde e segurança para o atendimento turístico	Bom qualidade viária de conexão entre os municípios, com problemas mais característicos a acostamento e pontos de apoio	Espaços de Gestão Democráticas são ineficazes e esvaziados	Legislações urbanas, ambientais e turísticas existentes em alguns municípios, porém com pouca eficácia	Ineficácia do planejamento de uso e ocupação do solo nos municípios, os Planos Diretores quando existem, estão em desuso	Faltam instrumentos de gestão pública do turismo, como plano de ação de gestão e inventariação de atrativos e recursos	Falta de fomento público para empreendimentos de interesse turístico	Grande parte dos empreendimentos e serviços não são regularizados, causando problemas de arrecadação	Gestão Ambiental Municipal é enfraquecida e pouco instrumentalizada, nenhum dos municípios recebeu o "Selo Ambiental" da SEMAR de qualidade de gestão	UCs não estão totalmente implementadas e estão sem Planos de Manejo efetivos	Gestão Cultural municipal é enfraquecida e pouco instrumentalizada, sem lundo e conselho de cultura. Os processos de tombamentos do patrimônio cultural existentes são estaduais ou federais	O saneamento ambiental é de baixa qualidade com deficiência quase que total no Esgotamento Sanitário e problema na distribuição universal da água	Problemas na limpeza pública referentes a coleta e principalmente a destinação de resíduos sólidos	Baixa integração entre o setor público e privado sem instâncias formalizadas	Poucos atrativos consolidados e estruturados, e inexistência de postos de informações turísticas.	Falta da diversificação da oferta de equipamentos de lazer e de atividades de entretenimento em todos os municípios	Em relação a promoção de destinos e atrativos do polo um dos fatores mais negativos identificados diz respeito à ausência de conteúdos na web			
AMBIENTE EXTERNO	Hospitalidade	Oportunidade	Reconhecida hospitalidade do Povo Piauiense favorece a visitação																							
	Bens Ambientais	Oportunidade	Diversidade biológica e paisagística dos biomas e conservação dos bens naturais reconhecidos enquanto positiva																							
	Bens Culturais	Oportunidade	Diversidade de bens culturais reconhecidos vinculados a festejos, artesanato e patrimônio edificado																							
	Gestão Cultural	Oportunidade	Gestão cultural privada está vinculada aos pontos de cultura e alguns museus particulares																							
	Valorização Cultural e Reconhecimento Local	Ameaça	A valorização cultural local é enfraquecida, vinculada apenas com os festejos e com a produção de artesanato																							
	Fomento Federal	Ameaça	Limitação da capacidade de captação de recursos federais pelo limite no grau de endividamento																							
	Estruturação da Oferta Turística Privada	Ameaça	A disponibilidade de serviços de hospedagem e alimentação é limitado em termos de quantidade e qualidade																							
	Articulação, Integração e Organização do Setor Privado	Ameaça	São poucas as iniciativas de entidades privadas de fortalecimento do turismo																							
	Estruturação da Oferta de Atrativos	Ameaça	Baixa participação da iniciativa privada na oferta de atividades turísticas																							
	Acessibilidade e Conectividade	Ameaça	As condições de acesso dos atrativos são insatisfatórias																							
	Bens Ambientais	Ameaça	Aumento da fragmentação e pressão agropecuária sobre os biomas																							
	Gestão Ambiental	Ameaça	Gestão ambiental privada é enfraquecida, com baixos investimentos em ações ecológicamente corretas																							
	Demanda Real	Ameaça	A demanda do Polo está diretamente vinculada às condições de oferta de infraestrutura turística da capital do Estado																							



## 9. VALIDAÇÃO DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

Localizado na porção centro-oeste da Região Nordeste do Brasil, o Piauí tem como estados limítrofes Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão, reconhecidos pela importância de seus destinos turísticos, cujo foco principal de atração de demanda baseia-se no extenso litoral que a região possui. Mesmo com a menor porção de litoral entre os estados do nordeste, o Piauí possui polos e destinos turísticos de grande relevância na composição da oferta turística nordestina, entre eles o Polo de Teresina.

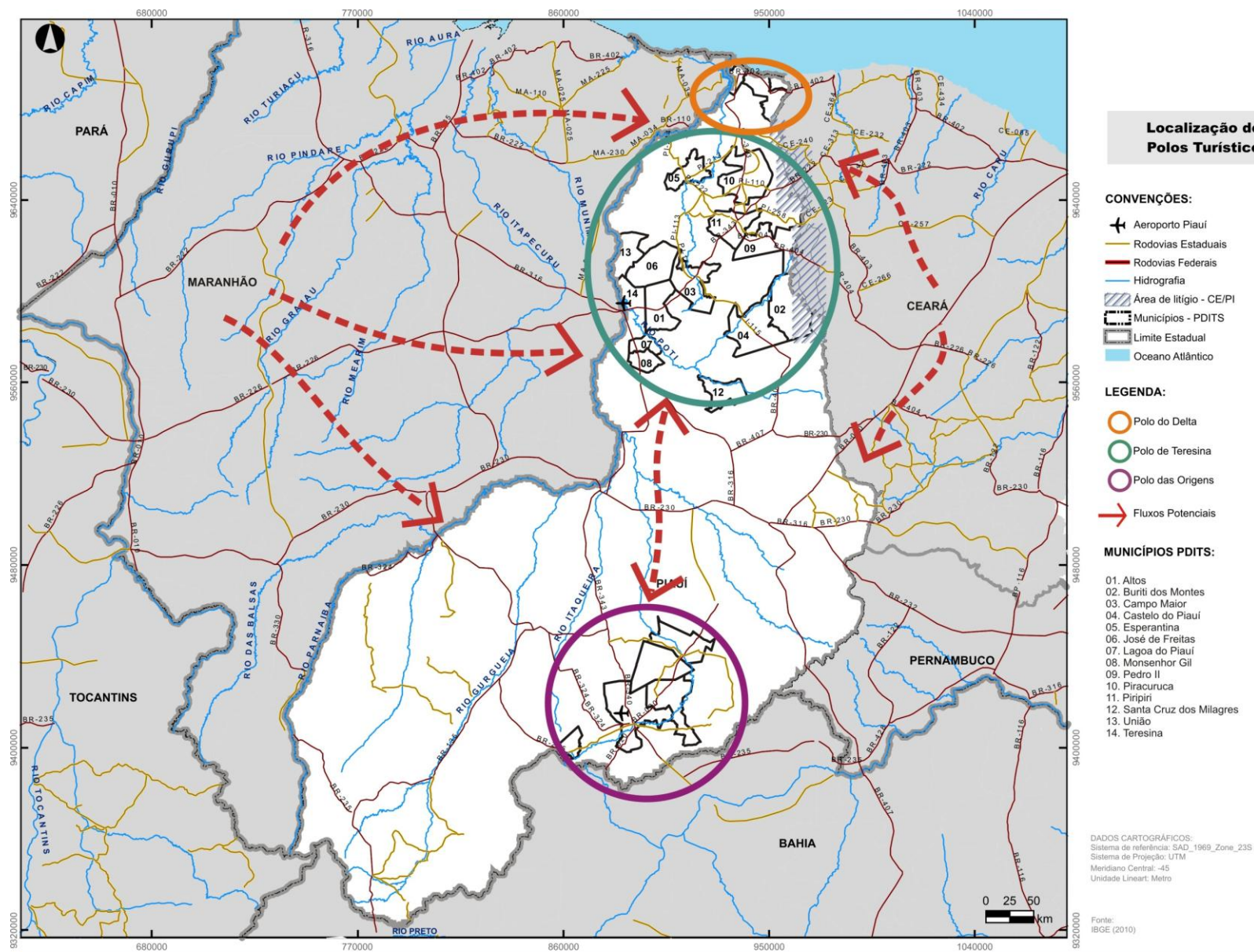
Com seus 14 municípios, o Polo está geograficamente posicionado de maneira estratégica dentro do planejamento das ações e propostas para o desenvolvimento turístico no estado. Além de englobar a capital Teresina, os demais municípios se concentram a distâncias próximas à capital, em média em um raio de 200 quilômetros, que permite melhor acesso e mobilidade entre os destinos. Apresenta como limites geográficos ao norte o Município de Piracuruca, a leste Buriti dos Montes e ao sul Santa Cruz dos Milagres.

Pode-se destacar também o posicionamento geográfico do Polo em relação aos outros dois polos prioritários para o desenvolvimento turístico no estado: o Polo das Origens - localizado na porção sul do estado e distante cerca de 450 quilômetros da capital - e o Polo Costa do Delta - situado no litoral. É importante observar que o principal acesso ao Polo Costa do Delta se dá pela BR 343, que corta municípios integrantes ao Polo de Teresina, a exemplo de Altos, Campo Maior, Piripiri e Piracuruca, demonstrando potencial de integração regional entre os dois polos. Essa relação pode também ser observada nos roteiros comercializados, a exemplo do roteiro “Piauí Surpreendente” que engloba os atrativos do Delta do Parnaíba e do Parque das Sete Cidades e o roteiro “Piauí: Surpresa, Aventura e Mistério” que explora a culinária e o artesanato de Teresina e seu entorno e avança para o litoral, com visita ao Parque das Sete Cidades e as jazidas de Opala no Município de Pedro II. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Polo de Teresina possui vantagens competitivas em relação ao Polo das Origens por estar mais próximo à Capital, principal portão de entrada do Piauí, e por estar mais próximo ao Costa do Delta que possui características próprias e chama atenção por oferecer produtos turísticos vinculados ao Ecoturismo e Turismo de Sol de Praia, dois segmentos bastante demandados por visitantes nacionais e internacionais. Deve-se ainda destacar o potencial de integração turística existente entre os municípios que estão interligados pela BR 343 que conecta os dois Polos (Teresina e Costa do Delta). Considerando o trecho Teresina - Delta do Parnaíba como um corredor turístico<sup>67</sup>, pode-se pensar também nos municípios ali presentes como centros turísticos<sup>68</sup> com funções distintas de acordo com a disponibilidade de oferta turística, a partir da comercialização de roteiros que utilizem os atrativos e serviços de ambos os polos. Essa distribuição geográfica pode ser notada no mapa a seguir que apresenta a localização dos municípios integrantes do Polo de Teresina em relação aos demais Polos.

<sup>67</sup> “(...) é configurado como as diversas formas de acesso entre um centro e outro, estando presente em uma zona” (Boullon, 2002, p.80).

<sup>68</sup> “Todo conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e influência capazes de motivar uma viagem turística.” (Boullon, 2002, p.80)

Figura 50 - Mapa: Localização dos Polos Turísticos



## 9.1. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

Principais motivadores do fluxo de turistas a um destino, os atrativos e recursos turísticos compõem o elemento central do desenvolvimento da atividade econômica do turismo. Aspecto fundamental para o processo de decisão e escolha dos destinos, no Polo de Teresina, esses elementos são representados pela variedade significativa de componentes culturais materiais e imateriais, eventos programados de importância nacional e regional, além de diversos atrativos e recursos naturais que configuram paisagens e espaços com diferentes perfis de uso para desfrute de moradores e visitantes.

Nesse sentido, foi considerada como fator de análise a disponibilidade de atrativos e recursos, compreendida como o total de bens turísticos existentes, aptos e não aptos a receber fluxos de visitação, sob a perspectiva de um planejamento que vise a estruturação e qualificação destes bens com o objetivo de diversificar a oferta de produtos nos municípios. Além disso, merece destaque a concentração de atrativos e recursos físicos, ou seja, aqueles que se mostram nos espaços naturais e também modificados pela ação do homem. Esta concentração, segundo análises já realizadas, apresenta potencial para formatação de produtos turísticos mais homogêneos, facilitando a integração entre os municípios que possuem perfis de oferta similares, conforme apresentado no diagnóstico estratégico.

Os demais elementos de destaque que compõem a oferta de atrativos e recursos, ou seja, os eventos programados e as atividades econômicas serão apresentados. Entretanto, por não apresentarem estruturas físicas fixas, serão somente destacados ao fim deste capítulo.

Os bens naturais estão presentes em diversos municípios, com destaque a Teresina que apresenta maior número de atrativos perenes em todo Polo, em função do elevado número de parques municipais em seu território. Teresina apresenta também, segundo PDITS elaborado para o município, foco de ação voltada ao turismo de negócios e eventos, relacionando-se de maneira indireta e complementar com os demais segmentos foco identificados como vocação regional do Polo.

Além da capital, os municípios de Altos, União, Campo Maior, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Pedro II, Piracuruca e Esperantina apresentam número representativo de atrativos naturais com a presença de diversas formações rochosas, rios, cachoeiras e cânions de significativa beleza já utilizados para a prática do ecoturismo. Possuem, portanto, diversos recursos com potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao segmento de Ecoturismo que tem potencial de atrair demandas nacionais e internacionais em função do aumento de viajantes motivados pelo contato com ambientes naturais nos moldes desse segmento no Brasil e no mundo.

No Polo de Teresina destacam-se o Parque Nacional das Sete Cidades; a presença de diversos atrativos naturais no entorno de Pedro II; os atrativos no entorno do Cânion do Rio Poty presentes em Buriti dos Montes e Castelo do Piauí que se destaca também pelo Parque Municipal da Pedra do Castelo; a Floresta Nacional dos Palmares; os atrativos no entorno do Vale do Tucunaré e o Parque Ecológico Cachoeira do Urubu.

Neste contexto, para compreender o nível de importância da oferta turística relacionada a cada segmento turístico, a equipe responsável pela elaboração do PDITS utilizou como metodologia de hierarquização a análise dos atrativos e recursos âncora apresentados no capítulo supracitado, considerando as variáveis observadas durante a visita de campo, a saber: (i) condições de acesso; (ii) condições de uso; (iii) singularidade e; (iv) grau de atratividade.

Cabe destacar ainda que a maioria dos atrativos e recursos analisados no diagnóstico estratégico são perenes, ou seja, estão disponíveis para visitação o ano todo, independente das condições climáticas ou época do ano para visitação. Isso ocorre porque no quadro geral de atrativos e recursos há uma grande quantidade de oferta de bens culturais materiais, e entre o patrimônio natural, 7,1% sofrem com a variação climática predominante. Cabe ressaltar que, mesmo estes atrativos e recursos naturais, quando influenciados pela disponibilidade de tempo, perdem em beleza cênica, pois estão relacionados à influência das cheias dos rios para a formação de cachoeiras. No entanto, estes atrativos integram elementos de conjuntos ambientais (parques ecológicos, parques nacionais etc.) que possuem outros atrativos na sua oferta, o que influencia, mas de maneira indireta, a atratividade nestes locais.

A metodologia<sup>69</sup> utilizada para a classificação considerou nota 5 para as variáveis – muito satisfatório e muito alto; 4 para satisfatório e alto; 3 para regular e médio; 2 para insatisfatório e baixo e; 1 para muito insatisfatório e irrelevante. Já para a análise do grau de atratividade foi considerado o índice 3 para Nacional, 2 para Regional e 1 para Local, chegando aos quadros a seguir. Ressalta-se que a hierarquização é um instrumento de orientação numa escala de importância, representando os atrativos e recursos de maior destaque, mas não necessariamente uma classificação que represente aplicação ou corte de investimentos a serem feitos no Polo.

**QUADRO 31 - HIERARQUIZAÇÃO – ATRATIVOS E RECURSOS – ECOTURISMO**

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO ÂNCORA	TOTAL
PIRACURUCA	Parque Nacional das Sete Cidades	30
TERESINA	Parque Ambiental Encontro dos Rios	29
PEDRO II	Mirante do Gritador	28
CASTELO DO PIAUÍ	Cânion Rio Poty;	27
CASTELO DO PIAUÍ	Parque Municipal da Pedra do Castelo	27
PEDRO II	Cachoeira do Urubu Rei	27
PEDRO II	Cachoeira do Salto Liso	27
BURITI DOS MONTES	Cânion Rio Poty;	26
ALTOS	Floresta Nacional dos Palmares	24
BURITIBA DOS MONTES	Cachoeira da Lembrada	24
TERESINA	Parque Floresta Fóssil	23
TERESINA	Parque Zoobotânico	21
ESPERANTINA	Parque Ecológico Cachoeira do Urubu	20
UNIÃO	Vale do Tucunaré	20
CAMPO MAIOR	Serra de Santo Antonio	19

Fonte: Ambiens, 2013.

<sup>69</sup> Para as notas finais, as variáveis acesso e uso tiveram peso 1, enquanto que singularidade peso 2 e grau de atratividade peso 4.



Os atrativos culturais são representados pelos bens que expressam os valores e costumes locais e regionais e que, no Polo, são reconhecidos por meio das edificações históricas, dos museus, dos memoriais e das manifestações culturais e religiosas.

Sob a ótica do patrimônio material, pode-se destacar Teresina, Piracuruca, Campo Maior, Piri-piri e Pedro II como os municípios mais expressivos com relação às edificações históricas relevantes para a visitação e detentores de edificações tombadas pelo IPHAN em âmbito federal, presentes principalmente nos centros históricos dos municípios. Já em relação ao patrimônio imaterial, destaca-se o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu representado pela Casa do Quilombo em Esperantina. Outro importante componente da oferta cultural presente no Polo são os sítios arqueológicos encontrados nos espaços naturais em Pedro II, Piracuruca, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí que detém um bom acervo pela presença das diversas gravuras e inscrições rupestres.

**QUADRO 32 - HIERARQUIZAÇÃO – ATRATIVOS E RECURSOS – TURISMO CULTURAL**

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO ÂNCORA	TOTAL
PIRACURUCA	Sítios Arqueológicos – Parque Nacional das Sete Cidades	28
CASTELO DO PIAUÍ	Parque Municipal da Pedra do Castelo	27
PIRACURUCA	Centro Histórico	27
CASTELO DO PIAUÍ	Sítio Arqueológico – Picos dos André	26
PIRIPIRI	Sítio Arqueológico Buriti dos Cavalos	25
BURITI DOS MONTES	Gravuras Rupestres do Cânion do rio Poty	24
PEDRO II	Centro Histórico	24
TERESINA	Parque Floresta Fóssil	23
PIRIPIRI	Centro Histórico	22
PEDRO II	Sítios Arqueológicos: Comunidade de São Miguel e Comunidade Torre	20
CAMPO MAIOR	Memorial do Jenipapo / Museu do Couro	19
ESPERANTINA	Casa Grande do Quilombo – Fazenda Olho D Água dos Pires	19
CAMPO MAIOR	Centro Histórico	18
PEDRO II	Memorial Tertuliano Brandão Filho;	17
PIRIPIRI	Museu Perypery	17
CAMPO MAIOR	Museu Zé Didor	15

Fonte: Ambiens, 2013.

Outro elemento da oferta turística está presente nos municípios que possuem principalmente bens naturais que permitem a prática de atividades de lazer, sejam nas barragens, nos açudes ou nos balneários que se formam ao longo dos rios e riachos. Devido

à proximidade com a capital e a sua concentração de atrativos e recursos com este perfil, destacam-se nesse segmento os municípios de José de Freitas, União, Campo Maior e Altos. Outros municípios que se utilizam dos bens naturais, mas em menor escala devido aos fluxos motivados pelos eventos religiosos, são Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres, com o aproveitamento do Balneário Natal e do Balneário São Nicolau, respectivamente.

Já o patrimônio edificado relacionado às questões religiosas está concentrado em Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres e Lagoa do Piauí, cuja vocação turística está totalmente vinculada a eventos com este perfil, que acontecem periodicamente nestes municípios. Ainda sob a perspectiva do turismo religioso, Castelo do Piauí merece destaque com o aproveitamento do seu Parque Municipal.

**QUADRO 33 - HIERARQUIZAÇÃO – ATRATIVOS E RECURSOS – TURISMO SOCIAL E RELIGIOSO**

MUNICÍPIO	ATRATIVO OU RECURSO ÂNCORA	TOTAL
ALTOS	Floresta Nacional dos Palmares	24
CASTELO DO PIAUÍ	Parque Municipal da Pedra do Castelo	23
TERESINA	Parque Floresta Fóssil	23
JOSÉ DE FREITAS	Balneário do Bezerra	22
CAMPO MAIOR	Açude Grande e Complexo Cultural e Lazer Valdir de Carvalho Fortes	20
MONSENHOR GIL	Balneário Natal	20
MONSENHOR GIL	Igreja Matriz Menino Deus; Morro do Cruzeiro – Via Sacra	19
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Paróquia Santa Cruz dos Milagres	19
PIRACURUCA	Balneário de Piracuruca	19
PIRIPIRI	Açude Caldeirão	19
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	Balneário São Nicolau	18
LAGOA DO PIAUÍ	Gruta Betânia	14

Fonte: Ambiens, 2013.

Além dos atrativos e recursos já listados, pode-se destacar como componente da oferta de atrativos turísticos no Polo os eventos culturais e a existência de atividades econômicas que representam a cultura e os costumes locais. A seguir, serão pontuados os elementos de maior relevância para os mercados regional e nacional.

- **Eventos Culturais Artísticos:** O **Festival de Inverno** de Pedro II com duração de quatro dias, conta com apresentações de importantes nomes da música, além de manifestações artísticas com escopo na cultura local e barracas com a gastronomia típica do estado. Durante o evento a cidade oferece diversos roteiros incluindo atividades de ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural, representando uma



atividade indutora de demanda para o município e também para a região. Castelo do Piauí, município que pode ser considerado um dos mais expressivos da região na produção da cachaça, é sede do **Cachaça Fest**, evento que toma proporções maiores a cada edição e assim como Pedro II, oferece passeios aos principais atrativos turísticos da cidade. Campo Maior realiza o **Festival Gastronômico Sabor Maior**, que tem como principal intuito agregar valor a gastronomia Piauiense e conta com feira gastronômica e de artesanato, apresentações artísticas, oficinas e *shows*.

- **Eventos Culturais Religiosos:** Atraem fiéis de várias cidades e regiões com destaque as realizadas no **Santuário de Santa Cruz dos Milagres** que segundo informações de representante da prefeitura chega a receber cerca de 30 mil visitantes durante os festejos. Outro município de destaque é Lagoa do Piauí, com a realização do **festejo de “Nossa Senhora de Lourdes”**, realizado no principal atrativo da cidade a Gruta Betânia. Ainda sob o perfil religioso, acontece no Município de Monsenhor Gil, os festejos durante a **Semana Santa**, que atraem fiéis de várias cidades da região para participar das romarias.
- **Atividades econômicas:** A **Fábrica de Cachaça Mangueira** está localizada na fazenda de mesmo nome no município de Castelo do Piauí; O **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB** em Esperantina representado pelas trabalhadoras rurais que tem como principal fonte de renda a comercialização de produtos feitos a partir da palmeira de babaçu; A **Indústria de Confeção** localizada em Piri-piri tem seu potencial turístico devido ao significativo fluxo de visitantes provenientes dos municípios da região. Em Pedro II, considerada de grande potencial econômico e turístico, a extração e beneficiamento da **Opala**, e o **Polo Cerâmico do Velho Poty** de Teresina, que proporciona ao visitante o contato direto do turista com o artesão.

A distribuição geográfica no Polo, somada à oferta de equipamentos turísticos, serviços e infraestrutura, permite um agrupamento da oferta em função da correlação entre os atrativos e seu perfil de uso, porém ainda com focos pontuais em municípios por vezes distantes entre si.

No entanto, face às características da oferta de atrativos e recursos, sua concentração territorial, e em virtude dos benefícios ambientais advindos da necessidade da preservação e conservação destes bens como princípio básico na prática do **Ecoturismo** e do **Turismo Cultural**, bem como em razão dos benefícios econômicos gerados por estes segmentos conforme já apresentado, a equipe responsável sugere a priorização destes segmentos como meta de desenvolvimento ao Polo de Teresina. Enquanto que o **Turismo Social** e o **Turismo Religioso**, mesmo apresentando demanda real de fluxos turísticos, configuram-se como segmentos complementares às estratégias de desenvolvimento turístico para o Polo de Teresina.

## 9.2. ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

Dois dos aspectos mais influentes no segmento turístico são a acessibilidade e a conectividade, uma vez que a visita aos atrativos depende de um sistema de circulação que possibilite o acesso de pessoas e mercadorias ao destino desejado. Este sistema – composto por rodovias, ferrovias, aeroportos – é o que garante a qualidade e a quantidade de visitas e, conseqüentemente, influencia o ritmo das relações econômicas, culturais e sociais de caráter local e regional. Logo, entende-se que avaliar as condições dos

elementos envolvidos no deslocamento de pessoas e mercadorias até o atrativo e no seu entorno é imprescindível, de forma a subsidiar medidas potencializadoras, corretivas ou mitigadoras, conforme necessidade diagnosticada.

No Brasil, em linhas gerais, o meio mais utilizado – e também de maior oferta – para acessar diferentes localidades é a rede de rodovias que se estende pelo país de forma bastante heterogênea, com diferentes índices de qualidade e estados de conservação. Seguindo esta tendência, o meio mais utilizado no Piauí para deslocamento é a rede de rodovias. Os fluxos das rodovias estão divididos, basicamente, em quatro tipologias: na região sudoeste o principal fluxo é o de transporte de cargas. Na região sul, juntamente com o fluxo de escoamento da produção, serviços e abastecimento comercial, um dos motivos para o movimento rodoviário, ainda incipiente, é o deslocamento entre a região de Teresina e os atrativos turísticos relacionados aos sítios arqueológicos, como os existentes na Serra da Capivara (Polo das Origens). Na região noroeste/leste, mais precisamente em Teresina e seu entorno, encontram-se os fluxos voltados às relações de negócios, ao turismo religioso e ao turismo de aventura. Ao norte está o litoral do estado (Polo Costa do Delta), região de grande atratividade turística – talvez a maior do Piauí e, conseqüentemente, de grande movimento rodoviário, com os melhores trechos em termos de condições físicas e de circulação. Na capital, localiza-se um importante nó rodoviário de conexão com os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, além de se tratar de uma localização de referência para o deslocamento inicial em direção aos diferentes produtos turísticos do estado – religiosos, culturais, ecoturismo.

Em linhas gerais, grande parte das rodovias federais no Piauí está asfaltada, apresentando boas condições de trafegabilidade, já que, na sua maioria, foram recentemente pavimentadas ou recapeadas. Segundo informações da Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS), as rodovias federais e estaduais existentes no Piauí que ainda não possuem asfalto, estão recebendo este investimento.

No que tange à sinalização, a mesma mostra-se bastante precária na maioria das rodovias. Em determinados casos, a localização das placas indicativas confunde o usuário e, em outros, as placas de sinalização encontram-se deterioradas. Em alguns trechos rodoviários, como da BR-316, não há nenhum tipo de sinalização vertical (como placas, pórticos) e tampouco sinalização horizontal (como olhos de gato, faixas contínuas) – carências estas que contribuem para o caráter perigoso das rodovias. De forma geral, o estado de conservação e trafegabilidade das rodovias estaduais é inferior ao das federais.

Existem duas rodovias federais que dão acesso aos municípios constituintes do Polo de Teresina, a saber: BR-316 e BR-343. A primeira, que passa por Teresina e se direciona ao centro do estado, atravessa os municípios de Lagoa do Piauí e Monsenhor Gil, referências de turismo religioso. Nestas cidades, estão localizados importantes atrativos religiosos, como a Gruta Betânia, Via Sacra e Morro do Cruzeiro. Esta rodovia atravessa o Piauí sentido noroeste-sul e chega até a cidade de Araripina, no estado de Pernambuco, constituindo um importante eixo de deslocamento.

A partir da BR-316 é possível acessar também o Município de Santa Cruz dos Milagres através de conexões viárias com a PI-452 e, em seguida, com a PI-225. A pavimentação, tanto na BR quanto nas Pis, possui ótimas condições de trafegabilidade.

Já com relação ao acostamento, o mesmo é inexistente no trecho estadual. Sede da Igreja Matriz, um dos atrativos religiosos nordestinos mais procurados pelos fiéis, em época de festejo ocorre um aumento considerável na frota que transita por essa região. Como todas as rodovias são constituídas por pista simples, esse aumento ocasional interfere no fluxo

normal, resultando em congestionamentos, ampliação do número de acidentes e maior degradação do pavimento.

A BR-343 tem como ponto de partida Teresina e se direciona ao litoral, passando pelos municípios de Altos, Campo Maior, Piripiri e Piracuruca. Devido aos atrativos turísticos existentes nestes núcleos urbanos, a rodovia é bastante movimentada, principalmente na época de maior visitação (específica para cada atrativo). Como o fluxo de veículos entre Piripiri e Piracuruca apresenta picos de movimentação em determinadas épocas do ano (fluxo Teresina – Parnaíba), a ausência de acostamento pavimentado não é tão grave neste trecho quanto no trajeto entre Campo Maior e Piripiri, rodovia de conexão interestadual e, conseqüentemente, com fluxo intenso e frequente.

Essa rodovia também conecta dois trechos da BR-222 que, segundo projeto do Governo Federal – Ministério dos Transportes deve atravessar, futuramente, todo o estado no sentido leste-oeste, ligando Maranhão ao Ceará. Os demais municípios do Polo são acessados a partir da BR-343, por meio de conexões entre a BR e Pis: União, bem próximo de Teresina, é acessado pela PI-112; José de Freitas é acessado pela BR-343 e, posteriormente, pela PI-113. Para chegar a Castelo do Piauí, o percurso mais recomendado é o pela PI-115, pois esta é a única rodovia pavimentada, até o momento, que dá acesso ao município. Buriti dos Montes, município bem próximo de Castelo do Piauí, é acessado pela PI-115 e PI-322.

Nas rodovias citadas acima, a qualidade da pavimentação e sinalização decaem bastante se relacionadas com as demais rodovias do Polo, porém com condições normais de trafegabilidade.

O acesso a Pedro II se dá pela BR-343 e, em seguida, pela BR-404 – estando esta última em obras finais de pavimentação e sinalização. Devido ao festival de inverno, que acontece no feriado de Corpus Christi, muitas pessoas se dirigem ao município, resultando em aumento intensivo no fluxo de veículos nas rodovias da região.

Um dos problemas levantados que envolve os municípios de Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e Pedro II é a inexistência de um eixo rodoviário que estabeleça a conexão direta entre eles. Além disso, por existir uma dificuldade de circulação entre Buriti dos Montes e Castelo do Piauí, os buritienses estabelecem maior relação comercial e de serviços com o município vizinho do Estado do Ceará. A integração em si não é o problema, mas sim, a falta de opção para os deslocamentos.

O Município de Esperantina é acessado via BR-343 de duas formas: a partir de Piracuruca, pela PI-110, até o Município de Batalha e, em seguida, pela PI-117 (que liga Batalha à Esperantina), trecho que se sobrepõe ao trajeto da BR-222. A segunda forma é a partir de Piripiri, cujo acesso se dá pela continuidade da BR-222/PI-117.

Além das rodovias, o Polo conta com outro elemento muito importante e facilitador dos deslocamentos: o Aeroporto Senador Petrônio Portella. Localizado em Teresina, é o único aeroporto que opera com voos regulares no estado. Segundo dados da Infraero (2010), os voos regulares são operados por três companhias aéreas, a saber, Gol VRG Linhas Aéreas S/A, TAM Linhas Aéreas S/A e Azul Linhas Aéreas Bras. S/A.

Com uma extensão área de 1.288.105,38 m<sup>2</sup> e capacidade para atendimento de até 1,7 milhões de passageiros por ano, o aeroporto dispõe de 05 posições para o estacionamento de aeronaves, 180 vagas no estacionamento de automóveis e 21 pontos comerciais dentro do conceito de *Aeroshopping*, dos quais se destacam lanchonetes, restaurantes, lojas de artesanato, produtos regionais, locadoras de veículos e terminal de saque eletrônico (INFRAERO, 2013).

O Estado do Piauí conta ainda com o aeroporto de Parnaíba, sob a direção da Infraero desde 2004. Bem menor que o aeroporto de Teresina e com uma importância também inferior, este aeroporto conta com um estacionamento para automóveis com apenas trinta vagas e um estacionamento de aeronaves com apenas duas posições. Além das obras em andamento para melhorias na pista e aquisição de equipamentos, estão previstas para 2014 melhorias no terminal de passageiros (INFRAERO, 2013).

No que tange às ferrovias, verifica-se que não há nenhuma em atividade no Polo.

Diante dessas considerações, ressalta-se o fato de que o Polo é atendido por uma série de modais e infraestruturas que possibilitam o acesso até ele, bem como o deslocamento entre os municípios que o compõem. Trata-se, portanto, de uma região com possibilidade de integração às demais áreas do país e, não obstante, do exterior.

### 9.3. NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

No Polo, de forma geral, a capacidade da zona em suportar o aumento do turismo atualmente é relativa, considerando que o nível atual de uso é baixo, ocasionado principalmente por movimentações regionais.

Um ponto importante a ser destacado em relação ao turismo é que a falta de chuva pode influenciar diretamente em alguns atrativos naturais, como por exemplo, cachoeiras, rios e lagoas, que devido ao período de seca acabam sendo sazonais. Um exemplo é a Cachoeira do Riachão, no Parque Sete Cidades, uma queda livre de 25 metros que só pode ser apreciada na temporada de chuvas.

Outra questão importante a ser ressaltada inicialmente, é que, de maneira geral, os municípios do Polo de Teresina possuem um bom estado de conservação de seus fragmentos naturais, apesar dos crescentes índices de desmatamento. Há importantes atrativos turísticos e monumentos naturais, como por exemplo, a Serra do Ibiapaba, a Cachoeira das Arraias, o Cânion Rio Poty, Morro da Boca do Jacaré, entre outros.

Em termos de desenvolvimento futuro e ampliação do fluxo turístico, de antemão observam-se as problemáticas relacionadas à degradação do solo, a dispersão de espécies exóticas e o uso do fogo. A ampliação destes processos de degradação ambiental afeta diretamente a paisagem do local e, por conseguinte, o interesse turístico.

Mesmo dotados de originalidade e singularidade no ambiente do Polo, as condições de acesso aos atrativos, retratadas pela sinalização informativa, não são satisfatórias, dificultando a chegada dos turistas. Observa-se que a sinalização de acesso à maioria dos atrativos encontra-se deficitária. Ampliando esta problemática, a sinalização turística interpretativa é praticamente inexistente e degradada nos poucos casos em que aparece.

Já quanto às condições de uso, os atrativos não apresentam níveis satisfatórios de estrutura para atender às necessidades dos visitantes. Apontou-se para a baixa participação da iniciativa privada na oferta de atividades turísticas, sendo que grande parte dos atrativos é de domínio público, porém, com problemas de estruturação e controle ambiental.

Com relação ao ecoturismo, tal segmento atualmente está mais presente nos municípios de (i) Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes; (ii) Teresina, União e Altos e; (iii) Piracuruca e Esperantina. Tem sua maior representatividade nos parques ambientais, nos cânions, nas cachoeiras e nas peculiares formações rochosas. As variáveis de menor qualificação representam a precariedade do saneamento ambiental, a baixa organização da gestão e a baixa oferta e qualificação dos equipamentos turísticos. Por se tratar do

segmento de ecoturismo vale ressaltar que as variáveis de melhor nível de qualificação se dão pela presença e reconhecimento dos Bens Ambientais e Bens Culturais, pois a base de desenvolvimento desse produto pressupõe a utilização desses recursos para fins turísticos.

Com relação ao Turismo Cultural, os municípios com maior representatividade na atividade são: (i) Campo Maior, (ii) Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Esperantina e (iii) Castelo do Piauí e (iv) Buriti dos Montes. O segmento está baseado principalmente na presença do conjunto das edificações históricas tombadas, dos sítios arqueológicos, memoriais e museus. Por outro lado, as variáveis de gestão pública, saneamento ambiental e gestão ambiental destacam-se negativamente na composição do produto.

Desta forma, ao se tratar da capacidade da região em suportar a ampliação da atividade em relação aos segmentos, pode-se afirmar que atualmente ainda existe tal condição impeditiva. Entretanto, para o desenvolvimento do turismo sustentável e aumento da oferta existe a necessidade da ampliação da infraestrutura básica, principalmente de saneamento ambiental, e também de fortalecimento das esferas de planejamento e controle público sobre os recursos e atrativos.

## 9.4. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

### 9.4.1. Condições Físicas

As condições físicas, ao mesmo tempo em que são empecilhos para o desenvolvimento turístico, em virtude da aridez local, são também um dos principais elementos da região, por serem características de singularidade do Polo.

De forma abrangente, o clima na região do Polo de Teresina é tropical semiárido quente, com período seco de seis meses, submetido à influência de diferentes sistemas de circulação atmosférica (Reis, 1976). Localmente são reconhecidas duas estações por ano: o verão e época das chuvas (inverno). Por situar-se em uma zona de latitudes baixas, predominam médias térmicas anuais superiores a 25°C, com baixa amplitude térmica. No período chuvoso, a pluviosidade máxima chega a 3.352,5 mm por ano ou 220 mm por mês, com o pico das chuvas ocorrendo nos meses de fevereiro e março (podendo se estender até maio); e no período de seca, a pluviosidade mínima é de 14 mm anuais ou sete mm por mês.

Desta forma, destaca-se o clima semiárido como um dos principais fatores a serem considerados no planejamento turístico em consonância com a realidade local, muito em virtude da necessidade de convivência, tanto dos moradores quanto dos visitantes, com tais características na região. Sendo assim, o desenvolvimento do turismo local está também pautado nas determinações físicas, principalmente o processo de precipitação e a variação térmica, tendo em vista que tais processos influenciam na disponibilidade de água (para consumo e nos atrativos naturais) e também no conforto térmico.

Em termos de peculiaridade climática, ou mesmo formação de microclimas, uma característica importante no Polo é que, devido à proximidade com a Serra da Ibiapaba, as cidades de Pedro II, Piripiri e Buriti dos Montes possuem temperaturas mais amenas ao longo do ano. No inverno, a temperatura média fica entre 16°C e 19°C, o que, para a região nordestina chama atenção. Esse aspecto está diretamente relacionado à atividade turística, servindo como atração de moradores da região para desfrutar de climas mais amenos.

Em relação ao solo, como dito no diagnóstico da área, tem-se, para o estado do Piauí, uma característica de boa drenagem, baixa fertilidade, alta acidez e teores elevados de íons de



alumínio (Haridasan, 1992). A baixa disponibilidade de alguns nutrientes minerais, a alta irradiação solar e a alta temperatura alteram a estrutura das plantas e a fertilidade do solo (Franco & Lüttge, 2002).

Em função da tipologia da vegetação, assim como também as demais características físico-ambientais do Polo, a erosão é um grave problema enfrentado em algumas regiões, onde, principalmente devido ao desmatamento e ao manejo inadequado do solo, na agricultura e pecuária, existem problemas de degradação em função da erosão e até mesmo início de processos de desertificação. Desta forma, os principais impactos causados ao solo são a compactação e a redução da capacidade de retenção de água, alterando assim a capacidade de sustentar a vida vegetal e animal do ambiente, seguido pela erosão.

De outra forma, não foram identificados problemas de deslizamento de encostas e instabilidades de áreas ocupadas pela atividade turística. Sendo assim as características físicas da região são de origem mais ampla, principalmente associadas às atividades econômicas extrativistas. Cabe ressaltar que tais características não são de origem do turismo, mas podem afetar a atividade futuramente.

A partir dessas particularidades ambientais, pode-se dizer que, de modo geral, a irregularidade climática do Polo de Teresina é um dos fatores que mais interferem na vida do sertanejo, assim como na atividade turística. Mesmo quando chove, o solo raso e pedregoso não consegue armazenar a água que cai e a temperatura elevada provoca intensa evaporação. Tais características afetaram a disponibilidade hídrica da região, mantendo grande parte dos seus cursos de água como intermitentes, desta forma, alguns atrativos turísticos também acabam por ser sazonais. Outra questão importante a ser levantada é que, devido a fatores climáticos, principalmente, os reservatórios de água são muito procurados para a atividade turística de lazer, porém, não possuem qualquer manejo ou controle de impacto ambiental.

Tendo em vista os apontamentos feitos, o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável tem como princípio a necessidade de superação de tais dificuldades, assim como a necessidade de convivência com essa conformação físico-ambiental. Fazendo com que, desta forma, as características do ambiente local sejam valorizadas e conservadas, também por meio das atividades turísticas, garantindo a sustentabilidade do turismo na região.

#### **9.4.2. Saneamento Básico**

A condição dos elementos que constituem os serviços básicos, como rede de abastecimento de água, rede de esgoto, drenagem, coleta de resíduos sólidos, energia e segurança, auxilia na concepção do grau de estruturação de uma localidade, bem como influencia diretamente no seu desenvolvimento turístico, ambiental, econômico, cultural e social.

Nas situações em que esses elementos são diagnosticados como sendo precários, o entendimento de que não há investimentos públicos na região se torna quase que imediato. Considerando que a relação desse contexto com a atividade turística é de caráter intrínseco, a carência de infraestrutura básica compromete a qualidade dos atrativos e seu entorno – o que acarreta no declínio ou baixa atração de fluxos turísticos.

Ante estas considerações, ressalta-se que a importância de se analisar os serviços básicos existentes em uma localidade se dá não só no sentido de garantir qualidade de vida para os munícipes diretamente impactados e aos visitantes ocasionais, mas como também no sentido de garantir o adequado desenvolvimento urbano, rural e das atividades realizadas nesses meios.



Em se tratando do saneamento básico, sua inexistência ou existência pontual coloca em risco a qualidade de vida, ambiental e hídrica, além de favorecer a proliferação de doenças. A respeito do sistema de abastecimento de água, dos treze municípios que constituem o polo, apenas três municípios apresentam percentual situado entre 80% e 100% da população total atendida: Santa Cruz dos Milagres, Monsenhor Gil e Castelo do Piauí (AGESPISA, 2010).

Os demais foram distribuídos em dois grupos: (i) municípios com percentual de abastecimento entre 70% e 80% e (ii) municípios com percentual de abastecimento abaixo de 70% (AGESPISA, 2010).

O primeiro grupo é constituído pelos municípios de Altos, Piripiri, Pedro II, Piracuruca e Campo Maior. No segundo grupo, em piores condições de abastecimento de água estão: Esperantina, José de Freitas, Lagoa do Piauí, Buriti dos Montes e União, sendo este último o município com o menor percentual de atendimento, com menos de 50% do total de moradores (AGESPISA, 2010).

Com relação à rede de esgotamento sanitário, segundo informações disponibilizadas pela AGESPISA (2010), apenas o Município de Altos apresenta rede coletora de esgoto. No restante dos municípios não existem redes de coleta e tratamento de esgoto vinculadas a um sistema público. Segundo informações obtidas *in loco*, o tratamento do esgoto é realizado em fossas comuns e, na minoria dos casos, em fossas sépticas, executadas com orientação técnica da prefeitura, de programas vinculados a FUNASA ou por particulares, no caso de empreendimentos não residenciais mais estruturados.

No que se refere à coleta de resíduos sólidos, tem-se que o serviço de varrição e coleta de resíduos é um dos grandes problemas da conservação e qualidade da paisagem urbana em todos os municípios visitados. Qualificando o serviço de coleta de lixo por município, no que diz respeito ao percentual de domicílios atendidos em cada um dos treze analisados, com base nos dados disponibilizados no site do DATASUS – SIAB70 pode-se inferir que três municípios apresentam um percentual de serviço de coleta situado entre 53% e 72%, são eles: Campo Maior, Piripiri, Santa Cruz dos Milagres, sendo que nenhum atingiu um percentual superior a 72%. Os demais foram distribuídos em quatro grupos: (i) quatro municípios com percentual de serviço de coleta entre 41% e 52%, (ii) um município com percentual de serviço de coleta entre 32% e 40%, (iii) quatro municípios com percentual entre 13% e 31%, e (iv) um município que apresentou percentual de serviço de coleta inferior a 13% .

O sistema de drenagem é o item com diagnóstico mais preocupante, uma vez que nenhum dos municípios do polo apresenta esse sistema. Tal carência é considerada grave ao considerar que, com a inexistência desse serviço, a água pluvial fica em contato direto com elementos poluidores do meio urbano – tais como resíduos sólidos, dejetos de animais etc.

Destacando-se o fato de que a atratividade de uma localidade está condicionada à situação da infraestrutura básica ofertada, ressalta-se que a necessidade de investimento nessa área é crucial para que o desenvolvimento turístico seja viabilizado, face às carências identificadas.

---

<sup>70</sup> <http://siab.datasus.gov.br/SIAB>

### 9.4.3. Outros Serviços

Duas concessionárias distribuem energia no Estado do Piauí: a Companhia Energética do Piauí – CEPISA e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Embora seja reconhecida a ampliação e melhoria no sistema em sua totalidade, durante o levantamento de dados primários foi comum o relato de que o fornecimento de energia é precário, com interrupções frequentes do serviço, inclusive nas sedes municipais.

Item de importância cada vez mais relevante, a segurança é imprescindível para a qualidade de vida de munícipes e turistas. Um dos aspectos favoráveis para circuitos turísticos na região do Polo de Teresina é a tranquilidade nos espaços de visitação e nas áreas centrais dos municípios. Durante levantamento de informações e entrevistas *in loco* foi possível verificar que este não é um fator preocupante, segundo moradores. As ocorrências relatadas são de baixa gravidade e não superam a preocupação com o trânsito por exemplo.

Um dos problemas verificados e considerado grave em relação à segurança é a ausência de Corpo de Bombeiros. Muitos dos municípios sequer têm à disposição organizações de Defesa Civil, ficando ao cargo do Corpo de Bombeiros de Teresina o atendimento a todos os municípios do Polo. A situação é mais agravante para os Municípios de Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Esperantina, Pedro II, Piracuruca, Piripiri e Santa Cruz dos Milagres, devido às distâncias que variam entre 157 e 250 km da sede do Corpo de Bombeiros.

## 9.5. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

A avaliação dos aspectos legais e institucionais dos municípios que compõem o Polo de Teresina é elemento relevante para viabilizar a validação da área e demonstrar as vantagens competitivas para o desenvolvimento turístico desta área de referência.

Nesse sentido, merecem destaque as políticas de parceria entre poder público e iniciativa privada presentes em praticamente todos os municípios que integram o Polo, com relações estabelecidas em âmbito municipal, estadual e federal. No plano local, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE se sobressai pela atuação voltada à promoção do empreendedorismo, com incidência em dez municípios do Polo (Buriti dos Montes, Campo Maior, Castelo do Piauí, Esperantina, José de Freitas, Monsenhor Gil, Pedro II, Piracuruca, Piripiri e União). Dentre o repertório de ações executadas por tais parcerias, encontram-se programas de capacitação, divulgação e produção de eventos, produtos e serviços turísticos.

Para além dessas relações, o arranjo turístico local compreende outros atores e iniciativas associativistas com atuação em todo o território, a exemplo do Município de Buriti dos Montes (Cooperativa de artesãos – produção e venda de artesanatos); Castelo do Piauí (Condatur – Associação de Condutores e Visitantes); José de Freitas (Senac – suporte na capacitação, haras, pousadas e restaurantes); Monsenhor Gil (Associação de Peregrinos Amigos de Monsenhor Gil – resgate de manifestações culturais tradicionais) e Pedro II (Fundação Santa Angela – assistência rural; Fundação Mandacaru – proteção ambiental e ONG Vida – gestão sustentável e proteção ambiental; ACONTUR – Associação de Condutores e Turistas de Pedro II). Todos estes grupos e organizações apresentam-se como uma promissora rede institucional de articulação da gestão turística, atuando como vetores de ampliação e diversificação dos produtos a serem ofertados.

Em relação à estrutura municipal do poder público para gestão do turismo, parte significativa dos municípios possui secretaria específica (Campo Maior, Esperantina, Monsenhor Gil e

Piracuruca) ou, ao menos, secretaria compartilhada com diretoria específica (José de Freitas, Piripiri, Milagres e União). Aspectos fundamentais para a condução do desenvolvimento turístico – como capacidade administrativa, integração interinstitucional e quadro técnico habilitado – ainda se apresentam como os pontos de maior fragilidade e demandam qualificação e aperfeiçoamento.

No que tange às articulações dos municípios do Polo com outros órgãos do poder público estadual e federal, há que se ressaltar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR, especialmente nos municípios de Buriti dos Montes e Castelo do Piauí. No âmbito federal, o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura apresentam-se como os principais órgãos de suporte e financiamento às atividades turísticas, com evidenciado papel desempenhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) junto aos sítios arqueológicos da região. Ainda a este respeito, é preciso mencionar que o conjunto de municípios que integram o Polo já obteve êxito no acesso a recursos federais para o turismo, sendo que o montante captado foi investido prioritariamente em infraestrutura.

Finalmente, embora o Estado do Piauí não possua legislação ou política de incentivos voltada diretamente aos agentes que compõem a cadeia produtiva do turismo, alguns benefícios incidem sobre empreendimentos e atrativos turísticos e, portanto, acabam por impactar nos resultados do setor. Nesse sentido, é possível citar o Decreto estadual n.º 9.174/1994, que concede isenção de ICMS no fornecimento de energia elétrica a hotéis, cinemas e teatros, bem como a Lei estadual n.º 5.813/2008, que versa sobre o benefício do ICMS ecológico aos municípios que desenvolvam atividades de destaque na proteção do meio ambiente. Esta última política, ao favorecer a sustentabilidade ambiental, apresenta-se como incentivo ao desenvolvimento de produtos turísticos, especialmente àqueles vinculados ao ecoturismo ou turismo de aventura.

Em suma, pode-se concluir que, embora o Polo de Teresina possua certos entraves de desenvolvimento a serem superados, mormente vinculados à qualificação da gestão pública, existem elementos que permitem validar o conjunto de municípios como área apta a se desenvolver como destino turístico e a receber investimentos para o aprimoramento da atividade na região.

## 9.6. VALIDAÇÃO DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

Com base na leitura das discussões realizadas no presente produto, é possível afirmar que o Polo de Teresina, apesar de possuir carências em determinados componentes de análise, apresenta oferta de produtos turísticos de relevância regional e nacional. É importante destacar que, do **ponto de vista do turista**, são vários os fatores que contribuem para o desenvolvimento do turismo nos segmentos meta identificados.

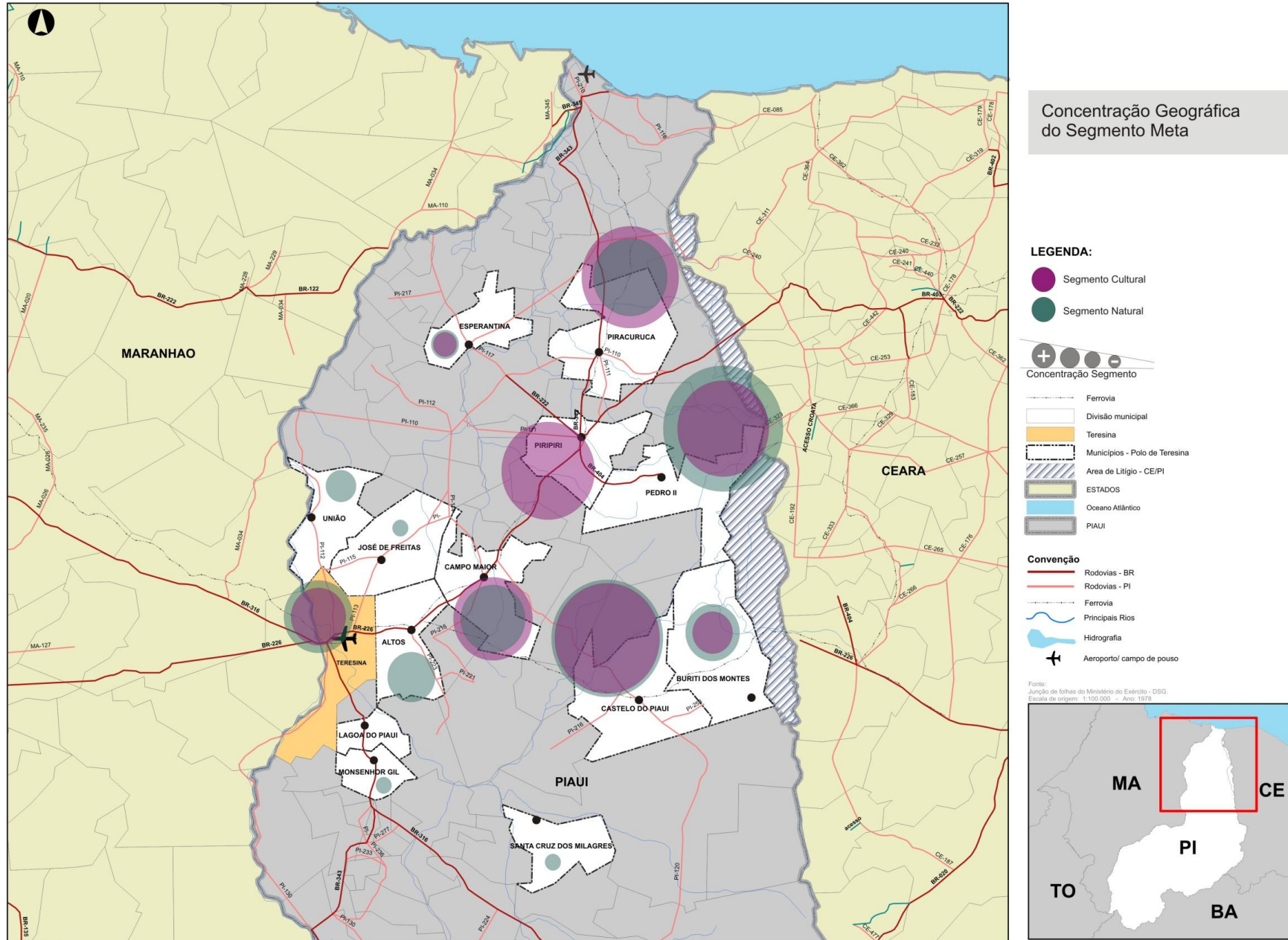
Teresina, principal portão de entrada no estado, tanto por via aérea como terrestre, além da oferta própria de produtos turísticos, possui diversos municípios vizinhos com capacidade de atração turística sendo que os municípios mais distantes estão situados a um raio 200 km da capital. Essa proximidade geográfica permite um deslocamento facilitado entre as cidades, que é também impulsionado pela boa condição do asfaltamento nas estradas que ligam as sedes municipais.

Outra característica relevante que justifica a seleção da área turística sob a perspectiva do turista é a oferta de equipamentos turísticos, principalmente de hotéis e restaurantes em Teresina, em Campo Maior e com menor representatividade, porém ainda em destaque,

Pedro II e Piripiri. Podendo, estes últimos, serem aproveitados no processo de planejamento turístico como centros de apoio e de distribuição em relação aos municípios com menor oferta de equipamentos e serviços turísticos.

Sob a perspectiva da proximidade da oferta turística é possível afirmar que, conforme as concentrações identificadas, há sub-regiões com características para o desenvolvimento do turismo, facilitando assim a segmentação da oferta e contribuindo para a formatação de produtos e roteiros integrados. Esta característica permite ao visitante desfrutar de serviços turísticos com padrões de qualidade específicos, garantindo o atendimento dos diferentes níveis de exigência relativos a cada perfil de segmento meta. Com base nestes fatores, a figura 51 demonstra essas inter-relações:

Figura 51 - Mapa: Concentração Geográfica do Segmento Meta





Apesar da existência real de demandas motivadas pelos eventos e festejos religiosos nos municípios supracitados, é notória a sazonalidade destes fluxos turísticos, uma vez que sua ascensão depende de ocasiões e datas específicas. Tendo em vista essa realidade, a disponibilidade e a concentração de bens naturais e culturais, bem como os benefícios socioeconômicos e ambientais gerados pelo ecoturismo e turismo cultural, conforme já pontuado, ambos os segmentos são apontados como prioritários para o desenvolvimento turístico no Polo de Teresina.

Corroborando com essa decisão estratégica, vale destacar a existência de grupos de condutores de visitantes em Pedro II (ACONTUR) e em Castelo do Piauí (CONDATUR), ambos os municípios que apresentam atrativos naturais já estruturados para recepção de visitantes. A disponibilidade desses serviços torna-se fundamental para o conforto e a segurança dos visitantes que têm o acompanhamento de profissionais nos passeios de ecoturismo, demonstrando a integração dos agentes locais e o fortalecimento da oferta turística por meio da existência desses serviços.

No que tange aos aspectos relacionados às vantagens do Polo de Teresina sob a ótica **dos gestores públicos e privados do turismo**, pode-se afirmar que:

O Estado do Piauí e principalmente Teresina estão geograficamente localizados numa região estratégica de fluxo de visitantes que se deslocam pelas estradas dos estados do norte ao nordeste, principalmente aos destinos de sol e praia localizados no litoral nordestino.

Também relacionado ao posicionamento geográfico, e em virtude da proximidade com os estados do norte e nordeste (Ceará, Maranhão, Tocantins e Pará), fica evidente o caráter regional do turista que visita Teresina e que por consequência, denota o potencial de demanda para o Polo.

A capital Teresina, vista como um município emissor de visitantes, cuja população aproximada chega a 800 mil habitantes, apresenta perfil real de demanda aos municípios vizinhos que apresentam atrativos naturais para uso de lazer e descanso e perfil potencial aos demais municípios do polo, principalmente sob a perspectiva da concentração de atrativos e recursos direcionados ao ecoturismo e ao turismo cultural e em razão do crescimento do fluxo dessas motivações.

O Polo de Teresina apresenta vantagens competitivas em razão do seu posicionamento geográfico se comparado aos outros dois polos turísticos de destaque no Piauí, o Polo das Origens e o Polo Costa do Delta.

A proximidade geográfica entre os municípios do Polo que possuem uma identidade de atrativos e produtos turísticos conota a oportunidade de integração entre o poder público dos municípios envolvidos, da mesma forma que possibilita a integração física e a conectividade entre os mesmos como já acontece em ações de parceria entre Buriti dos Montes e Castelo do Piauí.

Essa mesma concentração permite o desenvolvimento de estratégias de comercialização integradas, principalmente se houver a entrada de operadoras no processo de divulgação e comercialização dos produtos e dos segmentos meta.

Os segmentos meta propostos (ecoturismo e turismo cultural) conferem potencial de investimento do setor privado para a melhoria e ampliação da oferta de equipamentos e serviços turísticos, preenchendo assim as lacunas de atendimento ao perfil da demanda, principalmente sob a perspectiva dos serviços de hospedagem (pousadas e hospedarias para atendimento ao perfil do ecoturista) e dos serviços de alimentação, com a



diversificação da oferta gastronômica (ampliação das opções para além da gastronomia regional).

O Parque Nacional das Sete Cidades, por se tratar de um atrativo já consolidado e reconhecido, pode ser utilizado como componente indutor de fluxos motivados pelo ecoturismo e pelo turismo cultural com ênfase na visita aos sítios arqueológicos. Essa atribuição ao Parque, incluída em tal planejamento, pode contribuir para atração de demanda aos municípios do entorno (Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes) que possuem bens naturais semelhantes, aumentando o potencial de permanência do visitante à essa sub-região que oferta atrativos naturais de mesma identidade.

O mesmo pode acontecer com os já consolidados Festival de Inverno e Cachaça Fest, eventos que promovem a mobilização de fluxos à região e possuem potencial de ampliação da visibilidade destes municípios e seus atrativos, bem como dos municípios do entorno e do Polo, de maneira geral.

Considerando todos os aspectos aqui tratados é possível concluir que o Polo de Teresina é uma área turística de relevância estratégica para o desenvolvimento turístico do Estado do Piauí. Com base nas análises realizadas, as etapas seguintes, Elaboração das Estratégias e Plano de Ações, poderão impulsionar o fluxo de visitantes aos municípios integrantes do Polo e, por consequência, atingir os objetivos propostos neste Plano de Desenvolvimento.

## 10. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

No âmbito do PDITS, as estratégias determinam as grandes linhas de ação necessárias para o alcance dos objetivos propostos durante o período de vigência do plano. Elaboradas com base no diagnóstico estratégico realizado e nas áreas críticas de intervenção identificadas, as estratégias determinam as prioridades e os meios de desenvolvimento da atividade turística, levando em conta (i) a utilização de um posicionamento de mercado com base na oferta dos elementos que compõem a vocação turística frente aos mercados-alvo, (ii) os investimentos em infraestrutura necessários, (iii) as adequações no quadro institucional e (iv) as diretrizes socioambientais requeridas para o uso racional dos bens e recursos naturais e culturais.

### 10.1. POSICIONAMENTO DE MERCADO

Fator determinante para a estruturação da imagem turística que se pretende consolidar, o posicionamento de mercado, possibilita o desenvolvimento turístico com foco e direcionamento, de modo a estabelecer vínculo de percepção e associação entre consumidores, setor público e privado da vocação turística desejada.

Após levantamento dos dados e análises de mercado realizados na etapa anterior, denominada “diagnóstico estratégico”, bem como a leitura dos aspectos relativos à seleção da área presente neste documento, propõe-se para o Polo Teresina o seguinte posicionamento de mercado:

**Demarcar sua posição na região Nordeste e Brasil enquanto um destino turístico que permita a experiência do conhecimento pré-histórico e histórico da vida sertaneja, assim como o contato e integração com a natureza, de forma a proporcionar experiências diferenciada aos visitantes.**

### 10.2. VALORIZAÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS ATRATIVOS PRINCIPAIS

Conforme já destacado, o Polo de Teresina apresenta oferta de atrativos e equipamentos turísticos que se relacionam a quatro segmentos de turismo reais e potenciais, com destaque à definição do ecoturismo e do turismo cultural como meta para o desenvolvimento para o polo. Cabe ressaltar que essa definição é estratégica como fator de orientação de mercado, uma vez que irá direcionar a proposição de projetos e ações de maneira específica para os segmentos meta. Desta forma, dando foco ao alcance dos objetivos do plano e à efetivação do posicionamento de mercado desejado.

Nesse sentido o quadro 34 apresenta os segmentos-meta apontados para o polo, destacando os elementos fundamentais da imagem que deve transmitir aos mercados alvo:

**QUADRO 34 - RELAÇÃO DOS SEGMENTOS META COM OS ELEMENTOS CENTRAIS**

SEGMENTOS META	MERCADO ALVO	ELEMENTOS CENTRAIS
<b>ECOTURISMO</b>	Nacional	Natureza e paisagem singular, Serras, Formações Rochosas, Cânions, Rios e Cachoeiras.
<b>CULTURAL</b>	Nacional	Patrimônio edificado, Vida Sertaneja, Música, Manifestações Populares, Culinária, Eventos Gastronômicos e Acervo Arqueológico

Fonte: Ambiens, 2013.

Com maior representatividade nos parques ambientais, nos cânions, nas cachoeiras e nas peculiares formações rochosas, o Polo Teresina apresenta forte ligação com o Ecoturismo, que por princípio básico, utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentada e busca a formação de uma consciência ambientalista dos visitantes por meio da interpretação do ambiente. Para o Polo, este campo de atuação se torna abundante quando analisado a disponibilidade da oferta de recursos e atrativos naturais, e assim, será apresentado a seguir, o portfólio de produtos vinculado a este segmento com destaque aos bens identificados como âncora de cada município.

**QUADRO 35 - PORTFÓLIO DE PRODUTOS – ECOTURISMO**

MUNICÍPIO	PRODUTOS TURÍSTICOS
<b>ALTOS</b>	Possui como elemento de destaque a Floresta Nacional dos Palmares, unidade de conservação de uso sustentável administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O atrativo conta com um centro de recepção aos visitantes e se destaca pela prática de caminhadas nas diversas trilhas preestabelecidas pela administração da FLONA, as quais são diferenciadas por níveis de dificuldade. Tratando-se de uma Unidade de Conservação e pelas características naturais que apresenta, o atrativo utiliza parcialmente seu potencial de atração de fluxos destinados ao ecoturismo.
<b>BURITI DOS MONTES</b>	Encontra-se numa área rodeada de cânions e outras formações rochosas. Possui grande quantidade de pinturas e gravuras rupestres espalhadas pelos vários sítios arqueológicos da região, principalmente situados ao longo e nos arredores do Cânion do Rio Poti, com 180 km de extensão. O local apresenta significativa beleza com grande notoriedade de seus atrativos e recursos, como por exemplo, o Cânion Verde e o Canelão, sendo este último composto por um paredão de pedras de 50 m de altura. Outros atrativos são as quedas d'água, com destaque para a Cachoeira da Lembrada, a qual tem sua beleza evidenciada durante os meses com maior incidência de chuvas no primeiro semestre do ano. A formação do Cânion também é propícia para o turismo de aventura por meio da prática de rapel, canoagem e <i>trekking</i> , configurando-se como opção de diversificação da oferta turística, porém ainda carente de produtos turísticos condizentes com as normas reguladoras das atividades.
<b>CAMPO MAIOR</b>	A Serra de Santo Antonio apresenta grande quantidade de depressões decorrentes das chapadas, que represam a água da chuva, elevando o volume dos riachos. Além dessas características, a fauna e flora típicas

	<p>do Cerrado Brasileiro, se destacam como importantes elementos para o ecossistema local a exemplo, do Lírio da Montanha, várias espécies de bromélias, borboletas, pássaros como o tucano, dentre outras. O local é bastante utilizado por moradores da região e pelos visitantes, principalmente no período do chuvoso, onde as piscinas naturais aumentam de volume, originando até pequenas cachoeiras.</p>
<b>CASTELO DO PIAUÍ</b>	<p>Castelo do Piauí apresenta características bastante similares às de Buriti dos Montes, com ricas paisagens naturais, constituídas pelas formações rochosas, rios e cânions. É a partir de Castelo do Piauí que se consegue acessar mais facilmente bens naturais situados no Cânion do Rio Poti. Assim como o Poti, o Cânion do Rio São Miguel impressiona pelas formações dos paredões rochosos, embora estes sejam de menor proporção, com cerca de 15m de altura. O atrativo está localizado a 22 km do centro de Castelo do Piauí e o acesso se dá por estrada não pavimentada, pela comunidade de Buritizinho.</p> <p>Além destes elementos, o Parque Municipal da Pedra do Castelo, considerado pela Associação dos Condutores de Visitantes de Castelo do Piauí como o atrativo âncora do município, destaca-se pelo monumento que dá nome ao parque e é constituído por vários blocos de arenito que se encaixam de tal forma que dão a impressão de ser uma única estrutura com formato de castelo medieval. O castelo, com cerca de 20 metros de altura, possui aproximadamente 13 compartimentos, com destaque para o salão de entrada, o salão dos anjos, o mirante (topo) e o quarto escuro.</p>
<b>ESPERANTINA</b>	<p>Possui como elemento natural de destaque o Parque Ecológico Cachoeira do Urubu que possui como principal atrativo a Cachoeira que dá nome ao parque, com 12 metros de altura formada pelo Rio Longá. No interior do parque há uma passarela de 400 metros que facilita o acesso às duas margens do rio que oferece também banhos em piscinas naturais e caminhadas pelas. Com maior atratividade no período de janeiro a abril, em função do volume de águas do Rio Longá, a cachoeira apresenta ainda como característica a piracema, processo natural de milhares de peixes que nesta época procuram as nascentes para desovar, saltando sobre as quedas d'água e proporcionando um espetáculo fantástico.</p> <p>O atrativo oferece bom acesso desde Esperantina e apresenta estruturas de lazer para os visitantes, porém em estado ruim de uso e conservação cabendo destacar que para potencializar seu uso para fins de ecoturismo, é notória a necessidade de melhoria de sua infraestrutura, além do incremento dos aspectos relativos aos fatores de gestão.</p>
<b>PEDRO II</b>	<p>Pedro II, assim como Castelo do Piauí e Buriti dos Montes, possui atrativos vinculados ao segmento de ecoturismo, apresentando entre os municípios com esta identidade a maior concentração de atrativos, ou seja, locais que já possui alguma estrutura básica de visitação.</p> <p>Os atrativos de maior destaque estão localizados na Serra dos Matões, a exemplo do Mirante do Gritador e da Cachoeira do Urubu Rei. Com 64 metros de altura, foi constituída pelos afloramentos rochosos da Serra que contribuem para a formação de outras cachoeiras na região, além de trilhas propícias para atividades de contemplação da natureza e para a prática de atividades de aventura. Outro atrativo de destaque é a Cachoeira do Salto Liso, distante 14 quilômetros do centro da cidade, com uma queda d'água de 35 metros, ideal para banho na piscina natural que se forma em sua base e para a prática de rapel. Para um melhor aproveitamento do potencial desses atrativos, vale destacar a necessidade de melhoria das trilhas utilizadas para acesso a ambas as</p>

	cachoeiras.
<b>PIRACURUCA</b>	Possui em seu território o atrativo de maior reconhecimento regional e nacional, o Parque Nacional das Sete Cidades, sendo o atrativo com melhor estrutura de uso entre os demais conjuntos naturais presentes no Polo. Também administrado pelo ICMBio, o parque recebe este nome devido às peculiares formações rochosas, distribuídas em sete conjuntos e é responsável pela preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza, além dos diversos sítios arqueológicos catalogados dentro e nos arredores do parque.
<b>TERESINA</b>	Com a presença de diversos espaços livres como praças e parques tem sua atratividade composta pela paisagem reconhecida pela formação da hidrografia local que manteve diversas áreas naturais preservadas, representado uma quantidade significativa de parques ambientais municipais com potencial de desenvolvimento de ecoturismo, entre eles, o Parque Encontro dos Rios, o Parque Zoobotânico e o Parque Floresta Fóssil. Os três parques foram também priorizados pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo apresentado ao município e já apresentam ações de melhoria em suas estruturas para ampliar as formas de uso, diversificando a oferta da capital também para fins de ecoturismo.
<b>UNIÃO</b>	Seu potencial turístico está nos recursos naturais de seu entorno, onde se destacam o Morro do Urubu, o Assentamento Belas Fontes, os rios e cachoeiras. O Vale do Tucunaré, um dos únicos atrativos do Polo mantido pela iniciativa privada é utilizado como o principal atrativo da cidade com disponibilidade de boa estrutura, dentro dos quais se destacam os serviços de alimentação e hospedagem além de locais para a prática de esportes e outras atividades de lazer.

Fonte: Ambiens, 2013.

Já o Turismo Cultural, compreendido pelas atividades relacionadas à vivência do conjunto dos elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e pela valorização dos bens materiais e imateriais da cultura, se faz notório com a existência do conjunto das edições históricas tombadas, dos sítios arqueológicos, memoriais e museus, além do patrimônio imaterial representado pelos costumes e manifestações que se formaram ao longo da história do Piauí.

#### QUADRO 36 - PORTFÓLIO DE PRODUTOS – TURISMO CULTURAL

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PRODUTOS TURÍSTICOS</b>
<b>BURITI DOS MONTES</b>	De inestimável valor histórico e cultural, destaca-se pela presença dos inúmeros vestígios de uso do território por povos antigos que deixaram através das pinturas e inscrições rupestres localizadas em toda a extensão do Cânion do Rio Poti as marcas de seu tempo. Apesar de abundante, vale destacar que a maioria dos recursos encontra-se ainda sem estrutura para visitação, o que pode interferir na conservação deste patrimônio.
<b>CAMPO MAIOR</b>	Campo Maior se destaca culturalmente, pois foi palco de uma das mais violentas batalhas travadas pela Independência do Brasil, a Batalha de

	<p>Jenipapo. Em homenagem a tal acontecimento, foi construído o Memorial de Jenipapo, o qual é parte integrante do acervo cultural da cidade, tombado em âmbito federal no ano de 1938. O centro histórico de Campo Maior também possui grande significância histórica pelas várias construções ali presentes, juntamente com a Praça Bona Primo, outro local de relevância arquitetônica do município, local onde se encontra a Igreja Matriz de Santo Antônio, que completou recentemente 298 anos. Outro atrativo de relevância regional é o Museu Zé Didôr composto por aproximadamente 70 mil peças, dentre as quais se destacam objetos que remontam a centenas de anos de história da região.</p> <p>Campo Maior ainda se destaca pela gastronomia, um importante componente da cultura local. O município conta com o Festival Gastronômico Sabor Maior criado com o intuito de fortalecer a imagem da cidade como polo gastronômico da região. Para atender tal demanda, o município conta com boa estrutura de bares e restaurantes, sendo a principal iguaria a carne de sol.</p>
<p><b>CASTELO DO PIAUÍ</b></p>	<p>O município de Castelo de Piauí concentra sua atratividade relacionada ao turismo cultural pela presença de pinturas e gravuras rupestres no Parque Municipal da Pedra do Castelo e na Comunidade Picos dos André. Como atrativo imaterial, o município dispõe Cachaça Fest, evento que toma proporções maiores a cada edição que reúne artistas locais e regionais numa mistura de música e gastronomia típica local.</p> <p>Em menor escala de relevância o município também se destaca pela produção artesanal com entalhes em madeira e peças em couro e pelo Museu do Tito, propriedade particular que abriga considerável acervo de peças de notável valor histórico-cultural.</p>
<p><b>ESPERANTINA</b></p>	<p>A cidade tem seus aspectos culturais mais relevantes vinculados ao patrimônio imaterial e ao ambiente rural, incluindo bens com tombamento estadual. Entre as ações desenvolvidas da localidade, estão os projetos com escopo na valorização da cultura quilombola e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, importante recurso turístico e econômico do município. A Fazenda Olho D'Água dos Pires, localidade tombada pelo Estado, abriga a Casa Grande do Quilombo e compreende a sede da fazenda, a casa da farinha, a casa do engenho, o olho d'água e quintais cercados por muro de pedra. Mesmo sendo um bem tombado, a localidade demonstra estar abandonado o que interfere diretamente no aproveitamento do atrativo para o turismo cultural.</p>
<p><b>PEDRO II</b></p>	<p>Com um conjunto arquitetônico de significativa relevância para a oferta turística local, Pedro II possui no centro histórico a maior concentração de atrativos vinculados a este segmento. O Memorial Tertuliano Brandão Filho, localizado na Praça da Independência, é um edifício com referências neoclássicas que data da década de vinte e possui referências neoclássicas restaurado em 1987 e seu tombado em 1992 pelo estado do Piauí. Além do centro histórico, o município apresenta também relação com o patrimônio arqueológico presente nesta região do Polo, presente nas Comunidades de São Miguel e Torre.</p> <p>No campo dos atrativos imateriais, o Festival de Inverno se configura como principal produto turístico do município. O evento que conta com apresentações de importantes nomes da música, além de manifestações artísticas com escopo na cultura local e barracas com a gastronomia típica do estado, chega a atrair vinte mil pessoas as quais são</p>



	<p>procedentes na maioria do próprio Estado. Outro importante atrativo que agrega valor a localidade gira em torno da opala, mineral abundante na região que oportuniza a vivência turística por meio da visita do ciclo de exploração e beneficiamento do mineral desde a visita a uma mina desativada até os pontos de vendas no centro da cidade.</p>
<b>PIRACURUCA</b>	<p>Possui em sua área central um belo conjunto arquitetônico de representativo valor histórico-cultural. Juntamente com o centro histórico, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Carmo é tombada em âmbito federal como patrimônio histórico. O conjunto histórico e paisagístico da cidade, que compreende o conjunto da Rua Tertuliano Vieira, Praça Getúlio Vargas, Praça Santo Antônio, Praça Irmãos Dantas (, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Praça José de Moraes Meneses às margens do rio Piracuruca e da Santa Luzia, no Cemitério Campo da Saudade à rua Félix Gomes e o Grupo Escolar Anísio Brito, teve seu tombamento registrado em âmbito federal em 2010. Ainda sob a ótica do patrimônio cultural, a casa da antiga intendência de Piracuruca foi a primeira sede do governo municipal.</p> <p>Também em Piracuruca, sede do Parque Nacional das Sete Cidades, os sítios arqueológicos constituem importante produto turístico, com seus quatorze sítios pré-históricos cadastrados espalhados pelo entorno do parque e nas proximidades do município. Entre os que se destacam no município está o sítio a Pedra do Arco, cujas pinturas apresentam formas geométricas, espirais e carimbos de mãos.</p>
<b>PIRIPIRI</b>	<p>Piripiri apresenta em seu centro urbano diversas edificações conservadas de relevante valor histórico. O Casarão do Embaixador, construção típica do século XIX é considerado o imóvel mais antigo de Piripiri e o edifício que já foi sede do Museu Perypery, importante para história municipal é também uma das referências de Piripiri, mas atualmente está sem uso devido a falta de condições da estrutura física do edifício, passando o acervo do Museu para outra estrutura de menor relevância. A cidade também se posiciona com potencial para desenvolvimento do turismo cultural – arqueológico com o Sítio Buriti dos Cavalos que concentra várias pinturas pré-históricas inseridas em rochas que formam belezas cênicas incomparáveis.</p>
<b>TERESINA</b>	<p>A capital possui na Praça da Bandeira e na Praça Marechal Deodoro, o maior e mais preservado conjunto de edificações históricas, destacando-se o Museu do Piauí como espaço cultural, instalado em um antigo casarão datado da metade do século XVIII. Possui o maior acervo do patrimônio histórico do estado. Nas proximidades está a Praça Dom Pedro II, a qual abriga o Theatro 4 de Setembro, compondo um ambiente de lazer e cultura com intensa vida noturna para moradores e visitantes.</p> <p>Porém, são os afloramentos de troncos fossilizados encontrados no Parque da Floresta Fóssil, localizado no leito do rio Poti, que merecem maior destaque para a apropriação do turismo cultural. Criado por decreto municipal em 1993 o parque elevou-se a patrimônio nacional em 2008 com o tombamento do IPHAN, entretanto permanece sem estrutura de visitação, razão pela qual foi também priorizado pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do município que prevê ações de melhoria de sua estrutura para o uso turístico.</p>

Fonte: Ambiens, 2013.

### 10.3. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

#### Produto Turístico

- **Estratégia 01:** Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.
- **Estratégia 02:** Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
- **Estratégia 03:** Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados.

#### Promoção e Comercialização

- **Estratégia 01:** Posicionar os segmentos meta no mercado nacional através do desenvolvimento de ações de comunicação e comercialização direcionadas ao mercado turístico real e potencial.

#### Infraestrutura e Serviços Básicos

- **Estratégia 01:** Ampliar e requalificar as condições de mobilidade do Polo, por meio de investimentos em sinalização rodoviária e turística, acesso aos atrativos e conexão viária, com vistas à qualificação da circulação e aumento do fluxo turístico.
- **Estratégia 02:** Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.

#### Fortalecimento Institucional

- **Estratégia 01:** Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.

#### Gestão Socioambiental

- **Estratégia 01:** Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.

## 11. PLANO DE AÇÃO

### 11.1. AÇÕES PREVISTAS

#### 11.1.1. Produto Turístico

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico. Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Instrumentalizar o poder público municipal através levantamento, organização e registro atualizado dos recursos, atrativos, equipamentos e serviços relacionados diretamente e indiretamente com a atividade turística.
<b>Justificativa</b>	O inventário turístico é o instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística. A elaboração dos inventários possibilita a identificação dos elementos reais e potenciais relacionados à atividade nos destinos, logo, amplia o conhecimento técnico dentro das gestões municipais acerca dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos e de apoio que compõem a oferta local. Poucos são os municípios do Polo que possuem inventário turístico (Teresina, Pedro II, Piri-piri e Buriti dos Montes), os quais terão a oportunidade de atualiza-los e adaptá-los aos moldes sugeridos pelo MTur (INVITUR), caso ainda não estejam. Já os demais municípios que não apresentam o instrumento, poderão angariar e registrar os dados a respeito do turismo no Polo de maneira padronizada e desta forma, facilitar o ordenamento e o planejamento das ações, contribuindo para o desenvolvimento do turismo nas esferas local e regional. Além disso, a realização e atualização do inventário turístico servirão como ferramentas de consulta para visitantes, investidores e entidades diversas.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Realizar e atualizar os inventários turísticos municipais, contemplando: a) mapeamento da oferta turística, considerando os atrativos e recursos reais e potenciais, o levantamento dos serviços e da infraestrutura de apoio ao turismo, o levantamento dos serviços e equipamentos turísticos (atividades características do turismo - ACTs); b) organização e sistematização dos dados coletados para inserção em plataforma digital específica que segue o modelo sugerido pelo Ministério do Turismo (INVITUR); c) cadastramento dos dados na plataforma digital e teste do sistema; d) capacitação de agentes públicos municipais para uso e atualização da plataforma digital;
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 447.720,00

<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Incentivo a formatação de novos produtos; II. Instrumentalização da Gestão Pública.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item B – realização de inventários e classificação de recursos turísticos.
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.2 – Realização de Pesquisa de Demanda Turística</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	<p>Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.</p> <p>Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.</p> <p>Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados</p>
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Instrumentalizar o poder público municipal através da realização de pesquisas relacionadas ao turismo, possibilitando uma análise do perfil de turistas que visitam o Polo, além de avaliar o nível de satisfação dos mesmos.
<b>Justificativa</b>	<p>O levantamento de dados estatísticos do turismo possibilita ao poder público criar políticas eficazes para a atividade sendo de suma importância para determinar os seus impactos diretos ou indiretos na economia, auxiliando no planejamento e desenvolvimento de políticas e estratégias de desenvolvimento turístico. Para compreender o perfil dos visitantes e o impacto que causam em cada destino turístico é necessário que se crie, continuamente, pesquisas capazes de gerar séries históricas, facilitando assim, um grau de comparação da atividade como um todo e sua evolução com o passar dos anos. Dentre os tipos de pesquisa fundamentais para a análise do turismo, encontram-se as pesquisas de demanda que tem como objetivo principal traçar o perfil dos turistas e excursionistas que visitam determinado território turístico, além de suas principais motivações, nível socioeconômico e expectativas em relação aos produtos e serviços consumidos durante sua estadia, além do perfil dos gastos financeiros de cada visitante.</p> <p>O diagnóstico apresentado em relação ao Polo de Teresina, aponta para a carência de dados estatísticos para análise dos resultados socioeconômicos da atividade turística, tornando a realização desta pesquisa estratégica para sistematização de dados primários importantes para a compreensão dos fluxos</p>

	turísticos no Polo, que contribuirão também para o monitoramento de indicadores do turismo Polo de Teresina, servindo como insumo essencial para as estratégias de gestão da Unidade Coordenadora do Programa.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Realizar 03 pesquisa de demanda quantitativa nos municípios do Polo de Teresina, considerando: a) delimitação da metodologia de coleta de dados (questionários, locais de aplicação, formas de abordagem, períodos de abordagem), bem como da amostragem de pesquisa com base nos dados de pesquisa de demanda existentes; b) delimitação do plano de trabalho, considerando os recursos físicos e necessários para realização da pesquisa; c) seleção e treinamento de equipe de campo para coleta de dados; d) aplicação dos questionários com posterior sistematização e análise dos dados; e) apresentação de relatórios com as informações obtidas com a pesquisa.</p> <p>Obs: As pesquisas deverão acontecer em 3 períodos distintos, sendo uma no ano inicial de implementação do PDITS, outra no terceiro ano de implementação do plano e outra no último ano de implementação do plano. Os locais de aplicação da pesquisa nos municípios deverão ser acordados entre a UCP e a empresa contratada, podendo sofrer alterações caso haja necessidade.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 540.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Instrumentalização da Gestão Pública;</p> <p>II. Divulgação de dados estatísticos para formulação de estratégias e ações voltadas ao turismo</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item B – Caracterização dos recursos e da oferta de áreas turísticas: caracterização da demanda atual vis-à-vis a demanda potencial..</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.3 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	

<b>Objetivo</b>	Registrar os elementos do patrimônio cultural imaterial relativo à história, costumes e tradições do povo sertanejo no Piauí para resgatar, valorizar e divulgar a vida sertaneja, assim como agregar valor ao produto turístico cultural presente no Polo de Teresina.
<b>Justificativa</b>	O turismo possui uma relação direta com o patrimônio cultural, principalmente devido ao fato de que em muitos casos, o viajante se desloca do seu meio de origem com o objetivo de conhecer e viver a experiência de outros povos e costumes. O contato humano e cultural e a troca de experiência entre a população local e o turista é em si um atrativo. Nas comunidades integrantes do Polo destacam-se, por exemplo, algumas técnicas tradicionais de construção das moradias como o “pau a pique” ou “taipa de mão” e o uso do adobe. A salvaguarda destas técnicas tradicionais é de fundamental importância, pois, além de previsto no Art. 216 da Constituição Federal que rege sobre a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, possibilita o reconhecimento, neste caso, de soluções às questões de acesso à moradia com uso adequado aos elementos ambientais para a região cujo clima requer edificações pensadas regionalmente. Esse conhecimento tradicional faz parte, entre os demais costumes e tradições dos povos sertanejos, de um conjunto de saberes que podem constituir narrativas culturais importantes na composição dos produtos turísticos culturais. Tendo em vista essa realidade, o inventário do patrimônio cultural imaterial sertanejo representa importante ferramenta de base para valorização da vida do sertanejo, além de agregar valor ao segmento meta relativo ao Turismo Cultural.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Realizar o mapeamento das expressões populares presentes no território abarcado pelo Polo de Teresina, considerando: a) levantamento e registro dos personagens sertanejos; dos saberes e fazeres (lendas, mitos, técnicas de construção, métodos de produção, processos de cura tradicional, entre outros); das manifestações artístico-culturais (material e imaterial) de teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras; linguagem típica local; b) sistematização e ordenamento do conteúdo para publicação dos resultados obtidos.</p> <p>(ii) Elaborar e publicar materiais de comunicação e divulgação dos resultados obtidos, considerando: a) cartilha com os resultados obtidos pelo estudo, servindo como material de educação e valorização social da cultura sertaneja, a ser distribuída pelo poder público em eventos de turismo e postos de informações turísticas no Polo; b) mídia digital para utilização como ferramenta de comunicação e comercialização, seguindo as diretrizes e conceitos de comunicação inseridos no plano de comunicação (Ação 2.1).</p> <p>OBS: O estudo deve ser coordenado por um(a) antropólogo(a) com experiência no campo de comunidades tradicionais e deverá seguir os princípios metodológicos adotados nos Programas de Cartografia Cultural requeridos pelo IPHAN. A cartilha com os resultados do estudo deverá ter uma tiragem mínima de 5.000 exemplares.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 847.050,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Valorização do patrimônio cultural;</p> <p>II. Elaboração de conteúdo de base com potencial para diversificação da oferta turística;</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:Item B - Caracterização dos recursos e da oferta de áreas turísticas;</p> <p>Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos</p>



<b>Financiamento</b>	PRODETUR
----------------------	----------

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.4 – Resgate e valorização das culturas tradicionais de Esperantina e sensibilização para o turismo</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Esperantina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a organização das comunidades tradicionais residentes em Esperantina (Ciganos, Quilombolas e Quebradeiras de Coco) e sensibilizá-las sobre a atividade turística como alternativa de desenvolvimento socioeconômico.
<b>Justificativa</b>	Esperantina possui sua oferta turística baseada no Parque Ecológico Cachoeira do Urubu e nos costumes das comunidades tradicionais que residem em seu território como os ciganos, as comunidades quilombola e as mulheres que integram o movimento das quebradeiras de coco. Como posicionamento geográfico, Esperantina está situada próxima a municípios que possuem oferta turística ligada a elementos culturais como Piripiri, Pedro II e Piracuruca, seja pelo patrimônio material com suas edificações históricas, pelo acervo arqueológico ou mesmo pela existência de outras atividades econômicas, a exemplo da extração da Opala em Pedro II. Este cenário de concentração de atrativos e recursos de mesma identidade, somado ao resgate e ao estabelecimento de vínculos com as comunidades tradicionais de Esperantina que atualmente encontram-se desarticuladas, permite a diversificação da oferta de produtos turísticos de cunho cultural imaterial. Ainda, esse resgate e valorização podem servir como ferramenta de inclusão social destas comunidades proporcionada pela interatividade com a atividade turística ou pela ação socioeconômica definida pelas comunidades.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Realizar o resgate e a valorização das comunidades tradicionais residentes no território de Esperantina, a saber, Quilombola, Quebradeiras de Coco e de Ciganos, considerando: a) etnografia das comunidades tradicionais contemplando a identificação quantitativa da sua população, mapeamento geográfico, levantamento dos aspectos culturais materiais e imateriais como técnicas materiais, organização laboral e social, crenças religiosas, estruturas de parentesco, sistemas de comunicação; b) elaboração e publicação de cartilha com os resultados obtidos pelo estudo, servindo como material de educação e valorização social destas comunidades, a ser distribuída aos alunos das escolas municipais e estaduais de Esperantina, bem como nos centros de recepção de visitantes e postos de informações turísticas no Polo; c) capacitação dos professores da rede de ensino municipal e estadual, a fim de torná-los agentes multiplicadores dos conteúdos publicados pelo estudo considerando a

	<p>representatividade histórico-cultural das comunidades tradicionais estudadas.</p> <p>(ii) Realizar ciclo de oficinas para sensibilização turística das comunidades estabelecidas, prevendo como conteúdo mínimo: a) valorização dos recursos naturais, culturais e modo de vida das comunidades tradicionais; b) o que é a atividade turística e os tipos de turismo; protagonismo comunitário no ordenamento do turismo; c) economia solidária e associativismo; d) construção de pré-projeto com os interesses de atuação de cada comunidade com enfoque às possibilidades de criação e desenvolvimento de ações ligadas ao turismo de base comunitária.</p> <p>OBS: O estudo deve ser coordenado por um(a) antropólogo(a) com experiência no campo de comunidades tradicionais e deverá seguir os princípios metodológicos adotados nos Programas de Cartografia Cultural requeridos pelo IPHAN. A cartilha com os resultados do estudo deverá ter uma tiragem mínima de 2.000 exemplares.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 295.480,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Valorização do patrimônio cultural;</p> <p>II. Diversificação na oferta de produtos turísticos culturais;</p> <p>III. Incremento no volume de visitantes;</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item B - Caracterização dos recursos e da oferta de áreas turísticas</p> <p>Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.5 – Elaboração e implementação de projeto para restauração da Casa do Quilombo - Fazenda Olho D'Água dos Pires</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Esperantina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Restaurar a Casa do Quilombo a fim de qualificar o uso turístico da Fazenda Olho D'Água dos Pires e agregar valor à oferta de atrativos culturais no município

<b>Justificativa</b>	A Fazenda Olho D'Água dos Pires compreende no seu sítio histórico a sede da fazenda (Casa do Quilombo), a casa da farinha, a casa do engenho, o olho d'água e quintais cercados por muro de pedra. Remanescente da história quilombola no município, a Casa é o principal bem material de representação destas comunidades tradicionais e mesmo sob tombamento estadual, encontra-se em péssimas condições de manutenção, chegando a apresentar aspecto de abandono. Desta forma, a restauração da Casa do Quilombo deve considerar sua importância para a história local, seu potencial para composição da oferta turística local e principalmente, em virtude do risco da perda deste patrimônio cultural pela falta de uso e manutenção adequada.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar projeto de restauro e implementar das obras decorrentes do projeto, considerando: a) levantamento participativo dos dados históricos culturais da construção com os representantes da comunidade quilombola para assegurar as características originais da construção; b) elaboração dos projetos executivos arquitetônicos e complementares de restauro; c) implementação das obras previstas nos projetos executivos arquitetônicos.  OBS: Sugere-se que sejam realizadas consultas junto ao IPHAN para orientação na fase de concepção e da implementação dos projetos.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 379.977,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Valorização do patrimônio cultural; II. Diversificação na oferta de produtos turísticos culturais;
<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.6 – Qualificação e valorização do Memorial do Jenipapo</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Campo Maior
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Qualificar a estrutura do Monumento Nacional do Jenipapo a fim de diversificar a oferta turística associada à História e a Cultura local.
<b>Justificativa</b>	O município de Campo Maior foi marcado pela mais violenta batalha sangrenta pela Independência do Brasil. A Batalha do Jenipapo, no 13 de março de 1823

	<p>teve papel decisivo para manter a unidade territorial do país. Consistiu na luta de vaqueiros, agricultores e outros trabalhadores contra as tropas do Marechal Fidié, que cumpria ordens do Rei de Portugal, D.João VI, para que o norte do Brasil permanecesse sob o domínio português. O povo do Piauí lutava com facões e instrumentos de trabalho, não com armas. Perderam a batalha, mas não a guerra. Fidié, seguiu para o Maranhão, onde foi preso. Em homenagem aos heróis do Jenipapo ergueu-se o Monumento que atualmente abriga história e indumentárias, Museu da Batalha, um memorial que conta a história da Batalha do Jenipapo, a única luta armada pela independência do Brasil, que aconteceu às margens do rio Jenipapo, em Campo Maior.</p> <p>O Monumento Nacional do Jenipapo, erguido em 1975, fica aproximadamente a 07 km do centro da cidade de Campo Maior, situado à margem esquerda da BR-343 no sentido Parnaíba, próximo ao rio Jenipapo. É considerado o patrimônio histórico mais antigo da cidade, onde se testemunha a bravura dos que preservaram a unidade nacional. Lá estão localizados também alguns artefatos que pertenceram ao Antigo Museu do Couro. Entre esses artefatos estão alguns armamentos usados na Batalha do Jenipapo, além de roupas antigas e artefatos de couro, sendo que tais peças contam a história de Campo Maior. A qualificação do acervo presente no Memorial e a valorização dos conteúdos tende a fortalecer o atrativo e diversificar a oferta de produtos turísticos culturais no município.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar e executar o Projeto de Requalificação do Memorial do Jenipapo, prevendo: a) Sistematização das informações do acervo local; b) elaboração e implementação de projeto expográfico do Museu, considerando a valorização das características histórico-culturais da Batalha;</p> <p>(ii) Promover a valorização do atrativo através de: a) confecção e impressão de material de divulgação (20 mil exemplares); b) realização de seminários e oficinas de sensibilização e valorização histórico-cultural com os prestadores de serviços do museu e da comunidade local.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$206.675,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Incremento no volume de visitantes;</p> <p>II. Formatação de novos produtos;</p> <p>III. Incentivo ao setor privado na criação de novos empreendimentos;</p> <p>IV. Aumento da satisfação do visitante.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
Ação 1.7 – Elaboração e implementação de Projeto para qualificação do Museu Perypery	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Piripiri
Detalhamento da Ação	
<b>Objetivo</b>	Requalificar o Museu Perypery a fim de contribuir para valorização do Centro Histórico do município e diversificar a oferta de produtos turísticos culturais
<b>Justificativa</b>	O edifício onde já esteve instalado o Museu Perypery é uma das edificações que fortalecem a relevância cultural e turística do Centro Histórico de Piripiri. Construído na década de 30, o edifício encontra-se em estado precário de uso, sendo que seu acervo foi transferido para outro prédio em razão das más condições estruturais que apresentava. Desta forma, a requalificação do Museu visa melhorar as condições de conservação da edificação (desgaste da pintura, comprometimento das estruturas de madeira) e potencializar o uso turístico do Museu enquanto equipamento cultural. Além da reforma na estrutura física, esta ação prevê a qualificação do conteúdo disponível e seu formato de exposição, de forma a agregar valor às experiências dos visitantes.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto de qualificação do Museu Histórico e implementação das ações de previstas, considerando: a) elaboração de projetos executivos arquitetônicos e complementares para reforma da edificação do Museu; b) elaboração de projeto expográfico do Museu, considerando a valorização das características histórico-culturais de Piripiri; c) implementação e execução das obras contidas nos projetos supracitados.  OBS: Sugere-se que sejam realizadas consultas junto ao IPHAN para orientação na fase de concepção e da implementação dos projetos e que sejam seguidos os padrões de acessibilidade universal.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 314.242,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Valorização do patrimônio cultural; II. Incremento no volume de visitantes; III. Aumento da permanência no município e no Polo; IV. Acréscimo no gasto médio por pessoa; V. Aumento da satisfação dos visitantes e moradores.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.8 – Elaboração de Projeto e Implantação do Memorial da Opala</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural.
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Pedro II
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Valorizar o patrimônio cultural de Pedro II por meio da implantação do Memorial da Opala
<b>Justificativa</b>	A Opala, minério singular presente no território de Pedro II constitui, além de importante atividade econômica do município, um elemento de destaque na oferta turística municipal. O município conta com a oferta estruturada de visitação às etapas que compõem o ciclo da extração, possibilitando a visitação a uma mina desativada, ao processo de beneficiamento das pedras extraídas até visita o ponto final do ciclo, nas diversas joalherias existentes no município. Com o propósito de potencializar o produto turístico decorrente da extração da Opala, a implantação do Memorial como elemento complementar na oferta turística local, servindo como centro de referência a respeito do minério e elo de integração com os demais atrativos já consolidados que utilizam a atividade econômica como componente da oferta turística local.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projetos executivo/arquitetônico e complementar do Memorial da Opala e implementação das ações previstas, considerando: a) estudo de viabilidade econômica do memorial que aborde a definição do plano de gestão do espaço, com a proposição do formato ideal de gestão (pública, parceria público-privada, formas de contratação e qualificação de gestores e funcionários); b) elaboração de projetos arquitetônicos e complementares levando em conta a previsão de espaços para recepção dos visitantes, salas de exposição permanente, auditório, sala para exposições temporárias e espaço para comercialização de artesanato; c) elaboração de projeto expográfico do Memorial e d) implementação e execução das obras contidas nos projetos supracitados.  OBS: Sugere-se que sejam seguidos os padrões de acessibilidade universal.
<b>Custo Estimado</b>	R\$785.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Valorização do patrimônio cultural; II. Incremento no volume de visitantes; III. Aumento da permanência no município e no Polo; IV. Acréscimo no gasto médio por pessoa; V. Aumento da satisfação dos visitantes e moradores.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR



<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.9 – Elaboração de Projeto e Implantação do Centro de Recepção de visitantes e informações turísticas em Piracuruca</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados
<b>Área de Abrangência</b>	Piracuruca
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Disseminar e valorizar a oferta turística de Piracuruca e dos produtos turísticos do entorno com a implantação do centro de recepção de visitantes e informações turísticas
<b>Justificativa</b>	O conjunto histórico e paisagístico de Piracuruca composto pelas diversas edificações históricas, praças e ruas, teve seu tombamento registrado em âmbito federal em 2010. Situado principalmente no centro histórico, tem como marcos arquitetônicos a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, também tombada em âmbito federal em 1940, e a Casa da Antiga Intendência, primeira sede do governo municipal, do início do século XIX, tombada no âmbito estadual em 2000. Além desse conjunto de bens materiais e paisagísticos no meio urbano, Piracuruca tem em seu território o Parque Nacional das Sete Cidades, atrativo indutor de fluxos turísticos pela sua beleza natural e pelo rico acervo arqueológico presente no Parque e seu entorno. A implantação do Centro de Recepção de Visitantes e Informações Turísticas na cidade servirá como referência ao visitante que poderá obter informações sobre os produtos turísticos do município e também da região, principalmente pelo potencial de conectividade dos atrativos turísticos de mesma identidade localizados num raio de proximidade entre si. Logo, o Centro de Recepção potencializa a promoção dos produtos turísticos locais e fomenta a integração regional.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projetos executivos, arquitetônicos e complementares e implementação das ações previstas, prevendo: a) Estudo de Viabilidade Econômica que aborde a definição do plano de gestão do Centro de Recepção e Informações, considerando o estudo de parceria público-privada e formas de contratação e qualificação de gestores e funcionários; b) elaboração dos projetos considerando a adequação e previsão de espaços para recepção dos visitantes, miniauditório, sala para exposições temporárias e espaço para comercialização de artesanato; c) implementação e execução das obras estabelecidas nos projetos supracitados. OBS: Sugere-se que sejam seguidos os padrões de acessibilidade universal.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 690.905,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Valorização do patrimônio cultural; II. Incremento no volume de visitantes; III. Aumento da permanência no município e no Polo; IV. Acréscimo no gasto médio por pessoa; V. Aumento da satisfação dos visitantes e moradores.

<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>1.10 – Atualização e Implementação do Plano Diretor de Turismo Arqueológico</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Teresina, Piracuruca, Piripiri, Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes.
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Atualizar o Plano Diretor de Turismo Arqueológico realizado pela SETUR, adaptando o plano para sítios arqueológicos de destaque, a fim de propor e implementar ações de interpretação e visitação dos sítios arqueológicos identificados
<b>Justificativa</b>	<p>Os municípios de Piracuruca, Piripiri, Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes possuem em seu território diversos sítios arqueológicos que configuram um conjunto de atrativos e recursos turísticos com alto potencial de atração de demanda. Estes recursos despertam os olhares e a curiosidade dos moradores e visitantes pela peculiaridade que suas gravuras e inscrições representam.</p> <p>Fator limitador do uso sustentável desses bens é a inexistência de dados atualizados sobre a viabilidade de uso destes atrativos e recursos de forma ordenada, de maneira que contribua para sua conservação ao passo que gerem desenvolvimento socioeconômico às comunidades envolvidas e atores relacionados. Ainda, pode-se destacar a perda do potencial turístico pela inexistência de uma narrativa integrada, como função agregar valor a este patrimônio, sendo esta importante pois define as formas com que se orienta o visitante a compreender e apreciar o conjunto dos bens que está conhecendo.</p> <p>Embora não haja dados atualizados, em outubro de 2000 a Secretaria de Estado do Turismo do Piauí publicou um plano de orientação para uso ordenado do patrimônio arqueológico presente no Estado que após análise detalhada servirá de base de conteúdo para uma nova proposta de visitação aos sítios arqueológicos destacados no PDITS. Os resultados da atualização do Plano Diretor de Turismo Arqueológico devem apresentar os fatores críticos relacionados aos atrativos e recursos e as respectivas intervenções necessárias para o ordenamento da visitação, garantindo a satisfação dos visitantes e a mitigação dos impactos socioambientais que ocorrem pela pressão de fluxos turísticos sem o devido planejamento. Ainda, tem como perspectiva identificar rotas potenciais entre os atrativos, garantindo a integração do produto turístico e</p>

	a valorização deste segmento no contexto do Polo de Teresina.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Realizar o levantamento de todos os monumentos que demonstrem resultado da ocupação humana nos sítios arqueológicos âncora, considerando: a) mapeamento dos bens existentes com a identificação da tipologia das inscrições (gravura, pintura), datação e descrição do contexto histórico relacionado; b) interpretação dos registros realizados e adequação das informações para contextualização e uso turístico.</p> <p>(ii) Elaborar plano de viabilidade para o uso turístico nos sítios arqueológicos de destaque, considerando: a) diagnóstico das estruturas já instaladas (trilhas suspensas, corrimão, placas de sinalização etc.); b) análise da capacidade de carga dos sítios já estruturados e dos recursos com potencial turístico; c) diagnóstico sobre a necessidade e a capacidade de instalação de estruturas de apoio como estacionamento, sanitário, centros de recepção de visitantes, serviços de alimentação; d) projeto de sinalização turística indicativa e interpretativa; e) propostas de roteiros integrando os atrativos em destaque.</p> <p>(iii) Disseminar os resultados aos agentes públicos e privados com o intuito de compatibilizar o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico existente no Polo de forma regionalizada, considerando: a) organização e publicação de material didático a ser utilizado nas oficinas de disseminação do patrimônio cultural existente; b) mobilização do público alvo; c) realização de 2 oficinas em cada município; d) apresentação do relatório com os resultados.</p> <p>OBS: Os sítios arqueológicos que farão parte do levantamento são: (i) Cânion do Rio Poty; (ii) Parque Municipal Pedra do Castelo, (iii) Picos dos André; (iv) Comunidade de São Miguel; (v) Comunidade Torre; (vi) Buriti dos Cavalos; (vii) Parque Nacional das Sete Cidades. Sugere-se que o público alvo das oficinas sejam os funcionários do poder público dos municípios envolvidos; grupos e associações de condutores de visitantes (Pedro II e Castelo do Piauí); colaboradores dos equipamentos e serviços turísticos.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 782.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Valorização do patrimônio cultural;</p> <p>II. Incremento no volume de visitantes;</p> <p>III. Aumento da permanência no atrativo e no Polo;</p> <p>IV. Acréscimo no gasto médio por pessoa;</p> <p>V. Aumento da satisfação dos visitantes e moradores.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos</p> <p>Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.11 – Elaboração de roteiros turísticos para os segmentos meta identificados</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados.
<b>Área de Abrangência</b>	Teresina, Altos, União, Pedro II, Esperantina, Piracuruca, Piripiri, Castelos do Piauí e Buriti dos Montes
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Estruturar roteiros a partir da concentração da oferta turística vinculada aos segmentos meta identificados, de forma a proporcionar conectividade entre os municípios e potencializar a comercialização dos produtos turísticos de forma integrada
<b>Justificativa</b>	De acordo com o diagnóstico apresentado e com a validação da seleção da área turística, fica evidente o potencial do Polo de Teresina para oferecer produtos de ecoturismo e turismo cultural, concentrando elementos da oferta de mesma identidade turística. Esses elementos, no entanto, aparecem de forma isolada, sem uma conexão que possibilite a visitação aos atrativos do Polo de forma organizada e integrada. Logo, a estruturação de roteiros turísticos com foco nos segmentos meta de Ecoturismo e Turismo Cultural deve gerar maior permanência dos visitantes no Polo, além de contribuir para melhor integração e distribuição dos fluxos de visitantes no Polo. Outro aspecto de importância na estruturação de roteiros integrados está relacionado ao potencial de articulação institucional entre os agentes municipais, gerado pelo estímulo e fomento da construção conjunta de opções de diversificação da oferta turística regional.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar estudo técnico para criação de no mínimo 01 roteiro para cada segmento meta (ecoturismo e turismo cultural), abrangendo os produtos turísticos já estruturados e a oferta de equipamentos e serviços distribuídos entre os municípios, contemplando as seguintes etapas: a) elaboração da proposta preliminar dos roteiros, contemplando os atrativos identificados nos inventários turísticos municipais; b) realização de oficina com os agentes do poder público municipal e estadual, além dos representantes da iniciativa privada envolvidos nas rotas sugeridas para apresentação e aprovação dos roteiros. c) detalhamento dos roteiros com mapeamento, registro fotográfico, construção de narrativas e informações temáticas de visitação.</p> <p>OBS: Após definição dos roteiros, os mesmos serão divulgados através da elaboração de materiais gráficos e digitais contemplado na Ação. 2.2 – Componente de Estratégias de Comercialização.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 181.400,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Incremento no volume de visitantes;</p> <p>II. Formatação de novos produtos;</p> <p>III. Incentivo ao setor privado na criação de novos empreendimentos;</p> <p>IV. Aumento da permanência nos municípios envolvidos e no Polo</p> <p>V. Aumento da satisfação do visitante.</p>

<b>ROP</b>	Componente 1: Item E - formulação e implantação de itinerários e roteiros turísticos temáticos, geração de redes de museus e centros de interpretação. Item G - estabelecimento ou revisão do conjunto de incentivos para investimento e fomento à criação de novos produtos e projetos empresariais.
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.12</b> Elaboração de Plano de Negócios para desenvolvimento do Ecoturismo na Serra de Santo Antonio	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Campo Maior
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Criar condições adequadas de uso aos atrativos naturais existentes na região da Serra de Santo Antonio e seu entorno
<b>Justificativa</b>	A Serra de Campo Maior, também conhecida como Serra de Santo Antônio está localizada à 10 km da sede municipal e apresenta ao longo da sua extensão pequenos riachos perenes como também intermitentes que são alimentados por nascentes e pelas chuvas, sendo a água represada naturalmente devido à formação rochosa. A região é marcada pela presença de chapadas num bioma de transição entre o cerrado- caatinga e mata dos cocais, conformando uma rica diversidade na flora e uma área com um grande potencial para o ecoturismo. Mesmo sem a existência de uma plano de manejo ou documento similar que oriente o uso dos atrativos presentes na Serra, a mesma já apresenta volume de visitação considerável, principalmente na época das chuvas que aumentam o nível das águas dos rios, tornando-os importantes atrativos. Porém, inexistente uma ordenação que contribua para o incremento da renda das comunidades locais que residem na região, além da mitigação dos impactos ambientais causados pelo volume de visitantes sem o devido planejamento. Com base nesse cenário, o Plano de Negócios para o ordenamento do uso dos atrativos naturais existentes na região da Serra, apresenta-se como ferramenta de orientação ao poder público, às comunidades locais e aos empreendedores para planejar e executar ações condizentes com a realidade sócio ambiental da área.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar plano de negócios para o uso turístico dos atrativos presentes na Serra de Santo Antonio, contemplando: a) diagnóstico participativo dos atrativos materiais e imateriais, considerando a delimitação do zoneamento de uso; b) diagnóstico da oferta de serviços turísticos e complementares existente e necessários para a prática do ecoturismo; c) prognóstico das potencialidades da área estudada, contemplando as atividades a serem desenvolvidas bem como as carências de infraestrutura e estrutura turística necessárias; d) descrição das estruturas necessárias para implementação das atividades propostas (acesso, sinalização, implantação de trilhas, estruturas de apoio como centro de recepção

	de visitantes, pontes, etc); e) identificação das comunidades locais envolvidas, seu papel na composição da oferta turística local e as necessidades de capacitação; e f) descrição das características dos empreendimentos privados correlacionados ao ecoturismo que se enquadram na cadeia de prestação de serviços. Obs: As fases de levantamento e diagnóstico devem considerar a participação e o envolvimento das comunidades locais presentes na regiões estudadas.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 304.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Formatação de novos produtos; II. Incentivo ao setor privado na criação de novos empreendimentos; III. Aumento da satisfação do visitante.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.13 – Programa de qualidade para oferta de hospedagem domiciliar e assistência técnica direcionada</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados
<b>Área de Abrangência</b>	Pedro II, Castelo do Piauí, Monsenhor Gil, Lagoa do Piauí, Santa Cruz dos Milagres
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar a qualidade dos sistemas de hospedagem utilizados nos municípios da área de abrangência e orientar o poder público municipal na criação de critérios e procedimentos mínimos para habilitação de hospedagens domiciliares
<b>Justificativa</b>	Tendo em vista que os municípios em destaque realizam eventos programados que movimentam grandes fluxos turísticos, principalmente de cunho religioso, e sabendo que muitos dos participantes nestes eventos utilizam estruturas improvisadas para pernoite como prédios públicos ou mesmo redes, o programa visa orientar os agentes do poder público municipal na gestão de um programa de qualidade para residentes interessados em compor base de oferta de hospedagens domiciliares. O programa será pautado na orientação para cumprimento de critérios mínimos de qualidade, observando a realidade e as necessidades locais, a fim de nortear os residentes para atendimento destes critérios, aumentando a satisfação dos visitantes e com isso também, gerar renda aos moradores participantes do programa de hospedagem domiciliar.



<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar e implementar Programa de Qualidade para hospedagem domiciliar, considerando: a) definição das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização do Programa a partir da identificação dos critérios mínimos de padrão de qualidade dos municípios envolvidos e do público alvo usuário; b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações a partir da sistematização dos critérios mínimos; c) elaboração do material didático para sensibilização e qualificação de moradores interessados em compor o quadro residências participantes do programa; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das atividades/oficinas de qualificação para implantação dos padrões de qualidade;</p> <p>(ii) Realizar assistência técnica para auxílio na melhoria das habitações que integram o programa de qualidade. para adoção dos padrões de qualidade, considerando também a orientação para busca de crédito.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 247.500,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Sensibilização dos moradores quanto à melhoria das condições de habitação;</p> <p>II. Melhoria dos serviços oferecidos;</p> <p>III. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes.</p> <p>IV. Geração de oportunidade de renda alternativa aos moradores participantes do programa.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item F - Gestão de qualidade</p> <p>Item H - Capacitação e Qualificação da mão de obra</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.14 – Programa de qualificação dos profissionais da cadeia produtiva do turismo</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Aprimorar os serviços e equipamentos turísticos e aperfeiçoar a gestão do turismo no Polo
<b>Justificativa</b>	O fortalecimento dos produtos turísticos no mercado e a satisfação dos visitantes de um destino estão diretamente relacionados à qualidade dos serviços, equipamentos e atrativos turísticos. Consequentemente, isto depende do nível de profissionalização e de hospitalidade dos profissionais que atuam no setor turístico, sejam eles gestores públicos, empreendedores ou funcionários. Assim, diante da falta de mão de obra qualificada e da necessidade constante de ações de capacitação e formação de profissionais em nível gerencial e operacional, sugere-se a elaboração de um Programa de Qualificação do Turismo a fim de contribuir para o aprimoramento da oferta e da gestão turística do Polo de Teresina.

<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar e implementar Programa de Qualificação Profissional do Turismo que contemple as seguintes fases: a) definição das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização do Programa por meio de pesquisa de necessidades de qualificação em cada município, b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações, c) elaboração do material didático, d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes, e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas), f) emissão de certificados de participação e g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados do Programa.</p> <p>OBS: Sugere-se que o público-alvo do Programa seja funcionários, colaboradores, empresários dos seguintes setores: a) meios de hospedagem, b) serviços de alimentação, c) agências de receptivo, d) guias e condutores de turismo, e) serviços de transporte (táxi, vans), f) artesãos e comerciantes dos espaços qualificados.</p> <p>Como temáticas a serem trabalhadas propõe-se: a) informações turística dos municípios do Polo, b) valorização do patrimônio natural e cultural, c) hospitalidade, d) empreendedorismo, e) atendimento de portadores de necessidades especiais e melhor idade, f) precificação e técnicas de venda (do artesanato), g) programa alimento seguro, h) elaboração e preparação de cardápios regionais e nacionais e i) língua estrangeira aplicada ao turismo.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 1.153.400,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Sensibilização de empresários e usuários quanto a necessidade de atendimento às necessidades dos visitantes;</p> <p>II. Melhoria dos serviços oferecidos;</p> <p>III. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes;</p> <p>IV. Aumento dos investimentos privados</p> <p>V. Aumento da competitividade dos negócios turísticos no Polo</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item F - Gestão de qualidade</p> <p>Item H - Capacitação e Qualificação da Mão de Obra</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.15 – Formação e qualificação de condutores em áreas naturais</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados.
<b>Área de Abrangência</b>	Teresina, Altos, Campo Maior, União, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Esperantina, Pedro II e Piracuruca
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Capacitar agentes municipais para atuar como condutores em áreas naturais, garantindo as condições de segurança na operação das atividades de ecoturismo.
<b>Justificativa</b>	O Polo de Teresina tem o ecoturismo como segmento mais representativo em relação à oferta de produtos já estruturados e com potencial de expansão. A existência de associações de condutores locais nos municípios de Pedro II e Castelo do Piauí que executam atividades nos atrativos naturais é também um elemento que fortalece a atividade, já que o serviço de condução torna-se

	<p>essencial quando se trata de visitação à espaços muitas vezes inacessíveis aos visitantes que desconhecem o espaço geográfico local. Entretanto, sabe-se da importância da atualização constante dos conhecimentos relativos a condução em áreas naturais, principalmente sob a ótica dos riscos impostos à prática do ecoturismo, gerando a necessidade de aprimoramento das competências e habilidades exigidas para esta atuação, em especial, no que se refere ao bem estar e a segurança dos participantes nas atividades, bem como à mitigação de impactos ambientais decorrentes da atividade. Há que se destacar ainda a prática de atividades de aventura em alguns atrativos do Polo, seja como meio de acesso (caminhadas de médio percurso), ou pela utilização dos recursos naturais como a prática do Rapel na Cachoeira do Salto Liso, demandando também conhecimentos técnicos e específicos dos condutores locais. Tendo em vista que o ecoturismo é um segmento que movimenta cada vez mais praticantes, a formação de novos condutores e a qualificação dos grupos já existentes torna-se estratégica para a oferta de serviços locais prevendo o atendimento das necessidades e exigências deste perfil de visitantes.</p>
<p><b>Descrição da ação</b></p>	<p>(i) Elaborar e aplicar curso de formação e capacitação de condutores locais para atuação no segmento de ecoturismo considerando a realização das seguintes etapas: a) definição dos módulos a serem trabalhados a partir das temáticas mínimas sugeridas na observação abaixo; b) elaboração dos conteúdos programáticos a partir dos módulos mínimos sugeridos; c) elaboração do material didático para a realização do curso; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das oficinas; f) orientação para realização de atividades práticas com carga horária mínima de 20 horas e; g) emissão dos certificados de conclusão da formação e qualificação.</p> <p>OBS 1: Sugere-se que sejam capacitados entre 20 a 25 pessoas de cada município, sendo este (25) o número máximo de participantes por turma. Dependendo da demanda de cada município, o número de participantes poderá ser ajustado, não ultrapassando a quantidade máxima por turma para garantir a qualidade dos conteúdos apresentados.</p> <p>OBS 2: Como conteúdos mínimos sugerem os seguintes módulos e temáticas: <b>a) Turismo</b> – (i) Turismo, Políticas Públicas e Segmentação; (ii) Turismo em Áreas Naturais no Brasil; (iii) Experiências de Ecoturismo no Brasil e no Mundo; <b>b) Meio Ambiente e Educação Ambiental</b> – (i) Aspectos Históricos, Econômicos e Socioculturais; (ii) Aspectos Geológicos do estado do Piauí, Geoturismo; (iii) Legislação Ambiental, Unidades de Conservação e Ecoturismo; (iv) Educação Ambiental e o Ecoturismo; c) <b>Módulo Condução em áreas naturais</b> – (i) Excursionismo de Mínimo Impacto; (ii) Como conduzir grupos de forma profissional; (iii) Competências Mínimas de Condutores – Normas da ABNT; (iv) Interpretação na Natureza – fauna e flora; (v) Planejamento, Monitoramento e Manutenção de trilhas; <b>d) Módulo de Técnicas Verticais</b> – (i) Procedimentos; (ii) Requisitos para produtos – normas técnicas ABNT; <b>e) Módulo suporte básico de vida e gestão de riscos</b> - (i) Emergências Médicas e Primeiros Socorros; (ii) Gestão da segurança – normas técnicas ABNT.</p>
<p><b>Custo Estimado</b></p>	<p>R\$ 548.545,00</p>
<p><b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b></p>	<p>I. Melhoria dos serviços oferecidos;                  II. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes;                  III. Diversificar as atividades ofertadas aos turistas;                  IV. Melhorar a percepção ambiental e sociocultural dos turistas;                  V. Realizar a condução de grupos de modo ordenado e seguro;                  VI. Geração de renda e emprego, através do Ecoturismo, como uma atividade alternativa para as comunidades locais.</p>

<b>ROP</b>	Componente 1: Item H - Capacitação e Qualificação da Mão de Obra
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.16 – Ampliação e requalificação Sinalização Turística Interpretativa e Indicativa</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Ampliar e requalificar as condições de sinalização turística interpretativa e indicativa nos atrativos dos municípios do Polo, com vistas a facilitar a circulação de turistas pelo território municipal.
<b>Justificativa</b>	A sinalização turística interpretativa e indicativa é um importante meio de transmissão de informações sobre os atrativos. É a partir delas que turistas e população interessada se locomovem pelo município de forma prática e segura, conforme orientações por elas indicadas. Entretanto, face às condições atuais em que se encontram, os elementos que compõem estas sinalizações nos municípios do Polo de Teresina configuram entraves para o desenvolvimento da atividade turística. Por este motivo, ampliar e requalificar tais elementos significa garantir a orientação dos visitantes, direcionar os fluxos e informar sobre as características peculiares dos atrativos, roteiros e destinos pretendidos. Assim, propõe-se a ampliação e requalificação da sinalização turística interpretativa e indicativa nos atrativos destacados na descrição desta ação.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar e implementar Projeto Conceitual de Sinalização, considerando: a) delimitação de roteiro e trajetos de circulação de acesso aos principais atrativos; b) definição dos pontos estratégicos para a sinalização indicativa e interpretativa; c) elaboração do conteúdo histórico-cultural e ambiental (fauna e flora) da sinalização interpretativa; d) definição do escopo de sinalização, com base nos princípios da sinalização turística (legalidade, padronização, visibilidade, legibilidade, segurança, suficiência, continuidade, coerência, atualidade, valorização, manutenção e conservação); e) elaboração de cronograma de execução e implementação das placas conforme orientações quantitativas e qualitativas a seguir: <b>a) Altos:</b> 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas na Floresta Nacional dos Palmares; <b>b) Campo Maior:</b> 5 placas indicativas no Açude Grande; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Complexo Cultural e Lazer Valdir de Carvalho Fortes; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Memorial Jenipapo/Museu do Couro; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Museu Zé Didor; <b>c) Castelo do Piauí:</b> 3 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Municipal da Pedra do Castelo; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Sítio Arqueológico Picos dos André; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Cânion do Esporão; <b>d) Lagoa do Piauí:</b> 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas na Gruta Betânia; <b>e) José de Freitas:</b> 10 placas indicativas no Balneário Bezerra; <b>f)</b>

	<p><b>Monsenhor Gil:</b> 10 placas indicativas no Balneário Natal; 10 placas indicativas no Poço Azul; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Igreja Matriz Menino Deus; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Morro do Cruzeiro – Via Sacra; <b>g) Santa Cruz dos Milagres:</b> 10 placas indicativas no Balneário São Nicolau; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Paróquia Santa Cruz dos Milagres; <b>h) Teresina:</b> 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Floresta Fóssil; 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Ambiental Encontro dos Rios; <b>i) Buriti do s Montes:</b> 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Cânion do Rio Poty; <b>j) Esperantina:</b> 2 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Casa Grande do Quilombo – Fazenda Olhos D’Água dos Pires; 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Ecológico Cachoeira do Urubu; <b>k) Pedro II:</b> 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 2 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Memorial Tertuliano Brandão Filho; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas na Comunidade de São Miguel; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas na Comunidade Torre; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Mirante do Gritador; 5 placas indicativas na Cachoeira do Urubu Rei; 5 placas indicativas na Cachoeira do Salto Liso; <b>l) Piripiri:</b> 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 2 placas interpretativas e 3 placas indicativas Museu Perypery; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas Sítio Arqueológico Buriti dos Cavalos; <b>m) Piracuruca:</b> 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas Parque Nacional das Sete Cidades; <b>n) União:</b> 5 placas indicativas Vale do Tucunaré.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 665.400,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Melhoria dos serviços oferecidos;                      II. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes;                      III. Melhorar a percepção ambiental e sociocultural dos turistas;                      IV. Deslocamento pelos municípios facilitado;                      V. Integração dos atrativos e roteiros;</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:                      Item E - Integração da oferta existente: sinalização turística e interpretativa; etc.</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.17 – Elaboração e implementação do Projeto de Urbanização do Balneário Piracuruca</b>	
<b>Linha de Produto</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Piracuruca
<b>Detalhamento da ação</b>	

<b>Objetivo</b>	Promover a urbanização da Orla do Balneário de Piracuruca como via de interesse paisagístico e de lazer, com a finalidade de ampliar a representatividade turística do atrativo e a qualificar a experiência dos visitantes.
<b>Justificativa</b>	A singularidade do espaço turístico natural das áreas de rio conjugada às altas temperaturas tornam os atrativos e recursos naturais possuidores de considerável diferencial turístico. Nessa perspectiva, o Rio Piracuruca se destaca como atrativo no município de Piracuruca. Contudo, tal atrativo não apresenta condições de uso turístico regulares devido, principalmente, a fatores como dificuldades de mobilidade, falta de manutenção das áreas comuns, de serviços e estrutura de apoio aos visitantes, de saneamento e limpeza pública. Assim, considerando a necessidade de melhorar seu uso turístico, propõem-se a urbanização do local como forma de ampliar a notoriedade turística do atrativo e de potencializar as atividades de entretenimento, náuticas e de pesca, além dos serviços de alimentação no seu entorno.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar e implementar projetos arquitetônicos e complementares para urbanização da Orla da Barragem do Rio Piracuruca, considerando: a) estruturas de suporte para passeios náuticos, atividades esportivas e pesca b) espaços de convivência e eventos, c) estacionamento, d) mobilidade c) sinalização, d) iluminação e) mobiliário urbano e f) parâmetros de acessibilidade universal;
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 10.938.500,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Incremento no volume de visitantes; II. Diversificação do perfil dos visitantes; III. Aumento da permanência no atrativo e no destino; IV. Aumento da satisfação dos visitantes; V. Acréscimo no gasto médio por pessoa; VI. Valorização dos atrativos naturais.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Fonte de Financiamento</b>	OUTRA FONTE
<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.18 – Execução do Projeto de Urbanização do Açude Caldeirão</b>	
<b>Linha de Produto</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Piripiri
<b>Detalhamento da ação</b>	



<b>Objetivo</b>	Promover a execução do Projeto de Urbanização do Açude Caldeirão como via de interesse paisagístico e de lazer, com a finalidade de ampliar a representatividade turística do atrativo e a qualificar a experiência dos visitantes.
<b>Justificativa</b>	A singularidade do espaço turístico natural das áreas de rio conjugada às altas temperaturas tornam os atrativos e recursos naturais possuidores de considerável diferencial turístico. Nessa perspectiva, o Açude Caldeirão se destaca como atrativo no município de Piri-piri. Contudo, tal atrativo não apresenta condições de uso turístico regulares devido, principalmente, a fatores como dificuldades de mobilidade, falta de manutenção das áreas comuns, de serviços e estrutura de apoio aos visitantes, de saneamento e limpeza pública. Assim, considerando a necessidade de melhorar seu uso turístico, propõem-se a execução do projeto de urbanização do local como forma de ampliar a notoriedade turística do atrativo.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Executar Projeto de Urbanização, resultando na implantação de Unidades adm/enfermaria/bombeiros/PM, banheiros, bar e trilhas, considerando detalhamento específico existente no projeto no que tange a: (i) serviços preliminares; (ii) infraestrutura; (iii) estrutura; (iv) pisos; (v) alvenarias; (vi) cobertura; (vii) Instalações; (viii) Revestimentos; (ix) Esquadrias de madeira; (x) esquadrias de alumínio; (xi) pintura;
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 288.279,42
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Incremento no volume de visitantes; II. Diversificação do perfil dos visitantes; III. Aumento da permanência no atrativo e no destino; IV. Aumento da satisfação dos visitantes; V. Acréscimo no gasto médio por pessoa; VI. Valorização dos atrativos naturais.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR

COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO	
Ação 1.19 – Execução da II etapa de Urbanização do entorno da Igreja de Santa Cruz dos Milagres	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.

<b>Área de Abrangência</b>	Santa Cruz dos Milagres
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Executar projeto de urbanização do entorno da Igreja do Município de Santa Cruz dos Milagres, com finalidade de qualificação do produto turístico e melhoria da qualidade da visitação.
<b>Justificativa</b>	Santa Cruz dos Milagres é considerada um dos principais polos receptores de romeiros da região Nordeste, assim como Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e de Juazeiro do Norte, no Ceará. O principal atrativo é a Paróquia Santa Cruz dos Milagres, considerada o ponto de encontro dos visitantes. A Igreja localiza-se no alto de um morro; o acesso ocorre logo na entrada da cidade. No entorno da Igreja encontra-se o estacionamento para carros e ônibus, banheiros e bebedouros com água gelada. Devido ao fato do município já apresentar um representativo fluxo de visitação, está em andamento um projeto financiado pelo PRODETUR Nacional, o qual visa à melhoria de acesso à Igreja, e à melhoria de infraestrutura do local. Desta forma existe a necessidade de qualificação deste entorno, com a execução deste projeto.
<b>Descrição da ação</b>	i) executar projeto arquitetônico e complementar de urbanização enfatizando: a) construção do estacionamento; b) construção de 4 redódromos.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 3.500.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Melhoria dos serviços oferecidos; II. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes; III. Melhorar a percepção ambiental e sociocultural dos turistas;
<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

11.1.2. Comercialização

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO	
Ação 2.1 – Plano de Marketing Turístico	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Posicionar os segmentos meta no mercado nacional através do desenvolvimento de ações de comunicação e comercialização direcionadas ao mercado turístico real e potencial.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
Detalhamento da ação	
<b>Objetivo</b>	Elaborar o Plano de Marketing Turístico com finalidade de ordenar e integrar as estratégias de comunicação e promoção turística para fortalecer o posicionamento designado ao Polo de Teresina, consolidando seus produtos turísticos no mercado regional e nacional.
<b>Justificativa</b>	<p>A elaboração e implantação de um plano de <i>marketing</i> tende a fortalecer os segmentos turísticos prioritários, consolidando o posicionamento de mercado desejado ao polo, contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística, principalmente em relação à atração de fluxos de visitantes de maneira planejada e organizada.</p> <p>O posicionamento turístico do Polo deve estar diretamente ligado às estratégias de marketing adotadas seja pelos agentes privados ou pelo poder público. Diante disso, durante a elaboração do diagnóstico do Polo de Teresina identificou-se a inexistência de uma estratégia conjunta dos municípios para promoção dos produtos turísticos, inclusive para a composição de um calendário regional de eventos. Além disso, foram constatadas também as necessidades de qualificação das ações de promoção dos atrativos culturais e naturais com o propósito de diversificar o portfólio de produtos das agências de receptivo e de emissivo que operam o Polo. Ressaltando os elementos centrais de destaque da oferta identificados na validação da seleção da área turística.</p>
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar plano de marketing que deverá considerar os seguintes componentes: a) Análise do ambiente em que está inserido o destino (fatores externos e internos); b) o comportamento de compra do cliente, atentando para as demandas atual e futura; c) análise da concorrência; d) apresentar as estratégias, as metas e o plano de ações e plano de financiamento que deve ser detalhado para cada um dos elementos do composto de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição; e) criação dos conceitos e das marcas e segmentos; f) proposta de aprimoramento da gestão pública para a manutenção das ações de marketing e g) programa de monitoramento dos resultados obtidos a partir da execução do plano.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 520.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento</b>	I. Consolidação das linhas de produtos nos mercados-alvo II. Instrumentalização dos gestores públicos e da iniciativa privada III. Incremento no volume de visitantes IV. Aumento da permanência no Polo

<b>turístico</b>	V. Acréscimo no gasto médio por pessoa
<b>ROP</b>	Componente 2: Item B - Criação de marcas para posicionamento de destinos Item C - Planos de marketing estratégicos e operacionais
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Prazo</b>	1 ano

<b>COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>Ação 2.2 – Implementação do Plano de Marketing</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Posicionar os segmentos meta no mercado nacional através do desenvolvimento de ações de comunicação e comercialização direcionadas ao mercado turístico real e potencial.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Dotar os agentes públicos e privados do Polo de materiais de comunicação, bem como realizar ações de promoção (campanhas e anúncios) considerando os resultados apontados no plano operacional de comunicação.
<b>Justificativa</b>	A comunicação e promoção turística são eficientes ferramentas que oportunizam ao mercado maior conhecimento e contato com o produto turístico. Como observado na fase de diagnóstico, os municípios do Polo apresentam pouquíssimos conteúdos na web que favoreça a promoção e a comercialização dos seus destinos e paralelamente a esse fator, o Polo de Teresina não possui materiais impressos que promovam todos os municípios de maneira equitativa ou como um polo de turismo. Com a elaboração do plano de operacional previsto na ação 2.1, o Polo terá subsídios para criar e produzir materiais de comunicação e promoção condizentes com as estratégias comuns estabelecidas e assim, disseminar o posicionamento de mercado constituído pro Polo, fortalecendo os canais de comercialização representados pela iniciativa privada por meio das agências de operadoras de turismo.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Criar e disponibilizar materiais gráficos prevendo os seguintes conteúdos: a) elaboração de guia técnico (bilíngue); b) criação do mapa turístico com ênfase nos produtos associados ao Ecoturismo e ao Turismo Cultural presentes no Polo de Teresina, prevendo recursos para impressão; c) elaboração de kits de comunicação para cada segmento meta; d) elaboração de 01 vídeo promocional para cada um dos segmentos metas definidos.  (ii) Elaborar banco de imagens profissionais tratando dos elementos centrais e atrativos do Polo, com destaque aos segmentos meta definidos no plano, para composição dos materiais gráficos e digitais previstos nas ações anteriores.  Obs.: A impressão do kit de comunicação deverá contemplar para cada

	segmento meta os seguintes materiais: a) 2.000 guias técnicos; b) 25.000 mapas; c) Kits de comunicação para os segmentos meta sendo 5.000 cartazes e 10.000 folders, contemplando os roteiros turísticos elaborados na ação 1.9.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 141.130,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Consolidação dos segmentos meta; II. Instrumentalização dos gestores públicos e da iniciativa privada; III. Incremento no volume de visitantes; IV. Diversificação do perfil dos visitantes; V. Aumento da permanência no Polo; VI. Acréscimo no gasto médio por pessoa; VII. Aumento na satisfação dos visitantes.
<b>ROP</b>	Componente 2: Item E - Formulação e produção de materiais
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Prazo</b>	6 meses

### 11.1.3. Fortalecimento Institucional

<b>COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>Ação 3.1 – Programa de Capacitação da Gestão Pública do Turismo nos Municípios do Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Capacitar os gestores públicos das municipalidades que integram o Polo de Teresina para a atuação em processos de planejamento, formulação, execução e monitoramento de políticas públicas de turismo.
<b>Justificativa</b>	A existência de quadro técnico capacitado na administração pública municipal, é condição necessária à implementação de políticas públicas que possam fomentar a atividade turística. Nos municípios que integram o Polo de Teresina, um dos grandes entraves ao desenvolvimento do turismo refere-se à fragilidade de recursos humanos habilitados a desenvolver tais atribuições. Por tal razão, a qualificação do poder público municipal apresenta-se como ação subsidiária a todas as demais, considerando-se a centralidade da atuação da administração municipal para a consecução da expansão sustentável da atividade turística. Conforme constatado na fase diagnóstica deste Plano, no que tange ao quadro institucional e à capacidade de lidar com a complexificação da estrutura de governo local, todos os municípios apresentaram fragilidades e demandam investimento. Embora tais carências apresentem-se em distintos níveis, de acordo com as características do município, a necessidade de fortalecimento no âmbito dos recursos humanos e da qualificação técnica foi encontrada em todas

	<p>as situações. Desta forma, para que possa alcançar a ampliação da demanda e oferta por produtos e serviços turísticos e a preservação de recursos naturais e culturais que compõem o repertório regional, é de fundamental importância que haja a ampliação das estruturas administrativas, o investimento em tecnologia e treinamento de pessoal.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Realizar curso de capacitação voltado aos gestores públicos municipais do Polo de Teresina com ênfase nas seguintes temáticas: a) administração pública e desenvolvimento urbano; b) o papel dos agentes na construção da política pública; c) relações entre poder público e trade turístico; d) política municipal de turismo; e) instrumento de planejamento e gestão turística; f) qualificação da oferta turística; g) preservação do patrimônio histórico-cultural; instrumentos de uso público de áreas naturais.</p> <p>(i) Prestar serviços de assessoria técnica especializada para o desenvolvimento turístico municipal do Polo de Teresina, compreendendo as seguintes atribuições: a) Definição e sensibilização do público alvo, que compõe os quadros de recursos humanos das gestões municipais; b) Identificação dos problemas de gestão turística pertinentes ao desenvolvimento dos segmentos-meta - Ecoturismo e Turismo Cultural - com registro em relatório específico; c) Eleição de três problemas de cada administração pública municipal a ser submetido ao processo de assessoria técnica; d) Realização trimestral de assessoria técnica em cada município, no período de 12 meses, para desenvolvimento de instrumentos de gestão pública do turismo.</p> <p>Obs: A empresa contratada será responsável pela mobilização e seleção de 02 (dois) servidores públicos por município que irão participar do curso de capacitação. À empresa contratada caberá providenciar a infraestrutura física (auditório, equipamentos), logística (transporte, hospedagem e alimentação dos participantes) bem como o material didático a ser utilizado. Carga horária sugerida: 40h</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 720.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Qualificação e organização da gestão pública do turismo em âmbito municipal</p> <p>II. Ampliação da demanda e oferta de produtos turísticos</p> <p>III. Fortalecimento de políticas públicas para o fomento da atividade turística</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 3 - Item f: Apoio às unidades de gestão turística nos níveis estadual e municipal (atividades de reengenharia de processos de gestão turística e ambiental; assistência técnica para administrar obras turísticas sob sua jurisdição; cursos de treinamento para capacitar profissionais nas áreas de planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística, e sensibilização de comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística)</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR



COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
<b>Ação 3.2 – Plano de Fortalecimento Institucional da Unidade Coordenadora de Projetos (UCP) no Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Ampliar e qualificar a capacidade administrativa do órgão estadual responsável pela coordenação da implantação das ações previstas no PDITS – Polo de Teresina, de modo a otimizar os resultados almejados para o desenvolvimento turístico no território.
<b>Justificativa</b>	<p>O Plano de Fortalecimento Institucional (PFI) é uma das ações promovidas pelo PRODETUR que contribui para a consolidação do Plano Nacional de Turismo (PNT). No âmbito de execução das ações previstas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), prevê-se a constituição de Unidade de Coordenação Estadual com atribuição para “operacionalizar um processo permanente de mobilização e engajamento dos órgãos executores envolvidos, de forma a permitir a efetiva execução das referidas ações, respeitando a interdependência técnica e temporal entre elas, bem como a consecução de suas metas e o exercício de um permanente monitoramento quanto à adequada evolução do processo e as causas de sua ocorrência, com vistas à adoção das competentes medidas de correção para a superação dos fatores que possam dificultar o alcance das metas e resultados programados.” (Ministério do Turismo, Regulamento Operacional PRODETUR, 2008).</p> <p>Desta forma, e considerando que a Unidade de Coordenação Estadual do PDITS – Polo de Teresina estará sediada na Secretaria de Turismo do Estado do Piauí, para que tais objetivos sejam realizados com êxito fazem-se necessários a ampliação da capacidade administrativa e o estabelecimento de fluxos para o planejamento contínuo e democrático.</p> <p>Em síntese, a elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão do Turismo do Polo de Teresina apresenta-se como um instrumento de gestão e planejamento que permitirá aperfeiçoar a institucionalidade estadual responsável pela gestão do turismo, ampliando a exploração dos recursos turísticos e considerando as repercussões da atividade para o meio ambiente e a população local.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional de Gestão em Turismo, no âmbito da Secretaria Estadual de Turismo do Piauí, órgão responsável por sediar a Unidade Coordenadora de Projetos (UCP), em conformidade com as orientações e objetivos gerais fixados para o Programa pelo PRODETUR NACIONAL. Recomenda-se, ademais, a observância dos seguintes aspectos identificados na análise da dimensão institucional do PDITS – Polo de Teresina:</p> <p>a) Adequação institucional e revisão de atribuições e ocupações funcionais, considerando a implementação das ações no âmbito no PRODETUR e a conseqüente necessidade de contratação de profissionais especializados para</p>

	<p>esta demanda específica.</p> <p>b) Gestão de Pessoas: Consolidação do quadro técnico da Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Piauí, considerando as políticas de Recursos Humanos, dimensionamento e força de trabalho, necessidades de treinamento ou capacitação técnica e gerencial dos profissionais e normas de distribuição, alocação, cessão e requisição de pessoal. Ao final recomenda-se a elaboração de termo de referência que balize a realização de concursos públicos para o provimento dos respectivos cargos.</p> <p>c) Gestão da Informação: Estruturação de Sistema de Informações, considerando o exame dos procedimentos, instrumentos, fluxo e registros das informações, que instrumentalize os processos de trabalho internos à Unidade de Coordenação Estadual e permita a promoção e divulgação dos segmentos-meta (Ecoturismo e Turismo Cultural).</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 600.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Qualificação da oferta de produtos turísticos em função da ampliação da capacidade administrativa do órgão estadual de turismo</p> <p>II. Ampliação da articulação interinstitucional das municipalidades que compõem o Polo de Teresina</p> <p>III. Promoção dos destinos turísticos que integram o Polo de Teresina</p>
<b>ROP</b>	Componente 3 - Item f: Apoio às unidades de gestão turística nos níveis estadual e municipal (atividades de reengenharia de processos de gestão turística e ambiental; assistência técnica para administrar obras turísticas sob sua jurisdição; cursos de treinamento para capacitar profissionais nas áreas de planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística, e sensibilização de comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística)
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>Ação 3.3. Elaboração do Plano Diretor dos Municípios do Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.
<b>Área de Abrangência</b>	Altos, Castelos do Piauí, Buriti dos Montes, União, Santa Cruz dos Milagres, Esperantina e Pedro II
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão territorial dos municípios que integram o Polo de Teresina, com vistas a qualificar a atuação do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento turístico.
<b>Justificativa</b>	O Plano Diretor Municipal constitui-se como elemento fundamental voltado ao planejamento urbano e desenvolvimento territorial das municipalidades. Sua previsão encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 (Art. 182) e também

	<p>no Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.251/2001). Dentre as situações enumeradas por esta legislação (Art. 41). prevê a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor em municípios que sejam “integrantes de áreas de especial interesse turístico.” Isso porque, o desenvolvimento da atividade turística impacta necessariamente na dinâmica territorial – seja em função do aumento do fluxo de pessoas, seja em razão da utilização de recursos naturais e culturais como atrativos. Tal incidência acaba por demandar ferramentas de planejamento que respaldem a tomada de decisão pelo gestor público de forma a controlar os possíveis resultados não desejados e otimizar as potencialidades decorrentes desta atividade econômica</p> <p>Na análise realizada sobre a existência de instrumentos de planejamento urbanístico e territorial nos municípios que integram o Polo de Teresina, constatou-se significativa carência de instrumentos que cumpram esta finalidade. Diante disso, a elaboração de Planos Diretores nos municípios de Altos, Castelos do Piauí, Buriti dos Montes, União, Santa Cruz dos Milagres, Esperantina e Pedro II, permitirá instrumentalizar a gestão pública para um melhor desenvolvimento turístico, qualificando a municipalidade para a atuação no ordenamento territorial e no desenvolvimento municipal como um todo.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Plano Diretor Participativo nos municípios de Altos, Castelos do Piauí, Buriti dos Montes, União, Santa Cruz dos Milagres, Esperantina e Pedro II.</p> <p>Além do conteúdo mínimo e da realização de processo participativo, previsto na Lei Federal n.º10.251/2001, Art.40 e seguintes, os referidos Planos Diretores deverão abarcar também a dimensão turística das municipalidades, de modo a promover articulação entre diagnóstico, objetivos e ações do instrumento face às ações determinadas no presente Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 900.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>I. Fortalecimento da política de desenvolvimento municipal e consequente melhoria na gestão de atrativos culturais e naturais</li> <li>II. Articulação entre poder público e agentes da iniciativa privada, promovendo o aprimoramento dos serviços turísticos existentes e a criação de novos produtos voltados ao turismo</li> </ol>
<b>ROP</b>	Componente 3 - Item f: Apoio às unidades de gestão turística nos níveis estadual e municipal (atividades de reengenharia de processos de gestão turística e ambiental; assistência técnica para administrar obras turísticas sob sua jurisdição; cursos de treinamento para capacitar profissionais nas áreas de planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística, e sensibilização de comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística)
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>Ação 3.4. Revisão do Plano Diretor dos Municípios do Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.
<b>Área de Abrangência</b>	Piripiri, Lagoa do Piauí, Piracuruca, José de Freitas, Monsenhor Gil, Campo Maior e Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão territorial dos municípios que integram o Polo de Teresina, com vistas a qualificar a atuação do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento turístico.
<b>Justificativa</b>	<p>O Plano Diretor Municipal constitui-se como elemento fundamental voltado ao planejamento urbano e desenvolvimento territorial das municipalidades. Sua previsão encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 (Art. 182) e também no Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.251/2001). Dentre as situações enumeradas por esta legislação (Art. 41). prevê- a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor em municípios que sejam “integrantes de áreas de especial interesse turístico.” Isso porque, o desenvolvimento da atividade turística impacta necessariamente na dinâmica territorial – seja em função do aumento do fluxo de pessoas, seja em razão da utilização de recursos naturais e culturais como atrativos. Tal incidência acaba por demandar ferramentas de planejamento que respaldem a tomada de decisão pelo gestor público de forma a controlar os possíveis resultados não desejados e otimizar as potencialidades decorrentes da atividade econômica.</p> <p>Na análise realizada sobre a existência de instrumentos de planejamento urbanístico e territorial nos municípios que integram o Polo de Teresina, constatou-se significativa carência de instrumentos que cumpram esta finalidade. Nesse sentido, embora os municípios de Piripiri, Lagoa do Piauí, Piracuruca, José de Freitas, Monsenhor Gil, Campo Maior e Teresina possuam Planos Diretores elaborados após 2003, faz-se necessária sua revisão em face das mudanças no desenvolvimento municipal atual. A atualização deste instrumento legal, e sua apropriação e implantação pela gestão pública, permitirá consolidar o ordenamento territorial destas municipalidades e, conseqüentemente, qualificar a oferta de produtos e serviços vinculados à atividade turística.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Realizar a revisão do Plano Diretor Participativo nos municípios de Piripiri, Lagoa do Piauí, Piracuruca, José de Freitas, Monsenhor Gil, Campo Maior e Teresina</p> <p>Além do conteúdo mínimo e da realização de processo participativo, previsto na Lei Federal n.º10.251/2001, Art.40 e seguintes, a revisão dos referidos Planos Diretores deverá abarcar também a dimensão turística das municipalidades, de modo a promover articulação entre diagnóstico, objetivos e ações do instrumento face às ações determinadas no presente Plano de Desenvolvimento Integrado</p>

	do Turismo Sustentável.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 1.2000.000
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Fortalecimento da política de desenvolvimento municipal e consequente melhoria na gestão de atrativos culturais e naturais</p> <p>II. Articulação entre poder público e agentes da iniciativa privada, promovendo o aprimoramento dos serviços turísticos existentes e a criação de novos produtos voltados ao turismo</p>
<b>ROP</b>	Componente 3 - Item f: Apoio às unidades de gestão turística nos níveis estadual e municipal (atividades de reengenharia de processos de gestão turística e ambiental; assistência técnica para administrar obras turísticas sob sua jurisdição; cursos de treinamento para capacitar profissionais nas áreas de planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística, e sensibilização de comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística)
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

11.1.4. Infraestrutura e serviços básicos

<b>COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.1 – Estudo/projeto para implantação de 18km de Trecho Rodoviário entre Buriti dos Montes (PI) e Crateus (CE)</b>	
<b>Segmentos meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Ampliar e requalificar as condições de mobilidade do Polo, por meio de investimentos em sinalização rodoviária e turística, acesso aos atrativos e conexão viária, com vistas à qualificação da circulação e aumento do fluxo turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Requalificar as condições dos 18km que conectam os municípios de Buriti dos Montes (PI) à Crateus (CE), por meio de elaboração de estudo e implementação das ações para adequação da mobilidade, com vistas à melhoria da circulação na região.
<b>Justificativa</b>	A conexão entre Buriti dos Montes, no estado do Piauí e Crateus, no estado do Ceará, é consideravelmente complicada, afetando diretamente a atividade turística pelo fato de que, face à precariedade da pavimentação da rodovia existente entre esses municípios, muitos turistas optam por não percorrer o trajeto. Com a realização do estudo para a requalificação do acesso, vinculado ao projeto de adequação da via que faz tal ligação rodoviária, prevê-se a melhoria do deslocamento entre esses dois estados, proporcionando maior integração entre eles e, conseqüentemente, aumento da atividade turística no Polo de Teresina.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Implementar ações de melhoria do trecho rodoviário de 18km entre os municípios de Buriti dos Montes (PI) e Crateus (CE), considerando: a) realização de estudo sobre a adequação da rodovia levando em conta as características socioambientais do território impactado, como, por exemplo, movimento sazonal; o fluxo de circulação, o perfil de uso da rodovia e a preservação ambiental do entorno imediato; b) elaboração de Projeto Executivo da obra e; c) execução das obras previstas no Projeto Executivo.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 17.742.111,12
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>I. Ampliação da circulação;</li> <li>II. Viabilização de maior conexão entre os Estados;</li> <li>III. Maior visitação aos atrativos.</li> </ol>
<b>ROP</b>	Componente 4: Item A - Reabilitação e recuperação de estradas e rodovias de acesso



<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento
<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.2 – Execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de Rodovia Estadual no trecho Buriti dos Montes – Cachoeira da Lembrada (Rio Poti) – 59,5km</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Ampliar e requalificar as condições de mobilidade do Polo, por meio de investimentos em sinalização rodoviária e turística, acesso aos atrativos e conexão viária, com vistas à qualificação da circulação e aumento do fluxo turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Buriti dos Montes
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Qualificar as condições dos 59,5km que conectam o município de Buriti dos Montes (PI) à Cachoeira da Lembrada (Rio Poti), por meio de execução do Projeto Executivo de Engenharia, com vistas à melhoria da circulação na região.
<b>Justificativa</b>	A conexão entre Buriti dos Montes e a Cachoeira da Lembrada (Rio Poti), é consideravelmente complicada, resultando no fato de que muitos turistas optam por não percorrer o trajeto. Com a execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de 59,5km de Rodovia Estadual entre essas duas localidades, prevê-se uma melhoria de deslocamento e, conseqüentemente, aumento da atividade turística no Polo de Teresina.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Contratar a execução do projeto da Rod. Trecho Buriti dos Montes à Cachoeira da Lembrada, atendendo às especificidades que compõem: a) Volume 1 – Relatório do Projeto e Documentos para Licitação; b) Volume 2 – Projeto de Execução; c) Volume 3 – Memória Justificativa; d) Volume 3A – Relatório Final de Avaliação Ambiental; e) Volume 3B – Estudos Geotécnicos; f) Volume 4 – Orçamento e Plano de Execução da Obra; considerando detalhamento específico existente no projeto no que tange a: (i) mobilização; (ii) instalação de canteiro de obras; (iii) terraplanagem; (iv) drenagem; (v) revestimento primário; (vi) sinalização; (vii) obras complementares; (viii) reabilitação ambiental; (ix) projeto de desapropriação;
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 18.949.126,05
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Ampliação da circulação; II. Viabilização de maior conexão entre os atrativos; III. Maior visitação aos atrativos.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item A - Reabilitação e recuperação de estradas e rodovias de acesso
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.3 – Criação e Implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade nos municípios do Polo, investindo na criação e implementação de consórcio de resíduos sólidos, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O acúmulo de resíduos sólidos é um dos principais problemas diagnosticados nos municípios do Polo de Teresina e respectivos atrativos. Tal fato condiciona a proliferação de roedores, doenças e mau cheiro, impactando negativamente a atividade turística, além de degradar o ambiente. Face a esta problemática, tem-se que o investimento na criação e implementação de consórcio de resíduos sólidos entre os municípios favorecerá a correta coleta, armazenagem, destinação e tratamento dos resíduos sólidos, auxiliando na sustentabilidade do meio e, não obstante, tornando o ambiente dos atrativos mais agradável.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto para implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos considerando, além das orientações do Ministério do Meio Ambiente, a realização de: a) diagnóstico dos municípios que constituem o Polo de Teresina, analisando aspectos gerais; infraestrutura e serviços; aspectos jurídico institucionais; aspectos econômicos; aspectos ambientais; aspectos sociais; fluxograma atual dos resíduos sólidos no município; b) projeção de evolução populacional e evolução da geração de resíduos; c) organização dos municípios em grupos, conforme diagnóstico, para compor o consórcio; d) análise e identificação de local para implantação de aterro sanitário; e) fontes de financiamento; f) determinação de responsabilidades e especificações técnicas para a gestão integrada de resíduos sólidos; g) formalização dos projetos consorciados entre os municípios participantes.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 405.260,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Sistema adequado de coleta de resíduos sólidos; II. Benefício ambiental, social, urbano e turístico;
<b>ROP</b>	Componente 4:

	Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.4 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Altos, PI</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Altos
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Altos, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O município de Altos tem 39.975 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Altos necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 22.583.476,50
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>I. Favorecimento da atividade turística;</li> <li>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</li> </ol>
<b>ROP</b>	Componente 4:

	Item E – Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico.
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.5 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Altos e sensibilização da população local</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Altos
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Altos, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Altos é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 10.599.371,25
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística;

	III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E – Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico.
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.6 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Campo Maior, PI</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Campo Maior
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Campo Maior, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O município de Campo Maior tem 45.180 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Campo Maior necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 25.523.989,20
<b>Efeito esperado no</b>	I. Favorecimento da atividade turística;

<b>desenvolvimento turístico</b>	II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.7 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Campo Maior e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Campo Maior
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Campo Maior, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Campo Maior é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 11.979.477,00



<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Recuperação ambiental municipal;</p> <p>II. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E – Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.8 – Ampliação da rede de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário de Castelo do Piauí, PI**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Castelo do Piauí
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Castelo do Piauí, investindo na implantação do sistema de esgotamento sanitário e ampliação da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O município de Castelo do Piauí tem 18.338 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário precisa ser implantado e a rede de abastecimento de água do município de Castelo do Piauí necessita ser ampliada para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.

<b>Custo Estimado</b>	R\$ 10.359.869,72
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E – Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.9 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Castelo do Piauí e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Castelo do Piauí
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Castelo do Piauí, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Castelo do Piauí é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.</p> <p>(ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas;</p>

	d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 4.862.320,70
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.10 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de União, PI</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	União
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em União, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de União tem 42.657 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.  Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de União necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.

<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 24.098.645,58
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Favorecimento da atividade turística; II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.11 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em União e sensibilização da população local

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	União
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em União, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de União é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.

<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.</p> <p>(ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 11.310.503,55
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Recuperação ambiental municipal;</p> <p>II. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.12 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de José de Freitas, PI**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	José de Freitas
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em José de Freitas, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.

<b>Justificativa</b>	<p>O Município de José de Freitas tem 40.000 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de José de Freitas necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 22.597.600,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.13 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em José de Freitas e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	José de Freitas



Detalhamento da ação	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em José de Freitas, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de José de Freitas é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 10.606.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.14 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Monsenhor Gil, PI

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de</b>	Monsenhor Gil

<b>Abrangência</b>	
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Monsenhor Gil, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O município de Monsenhor Gil tem 10.337 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Monsenhor Gil necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 5.839.784,78
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E – Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.15 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Monsenhor Gil e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.

<b>Área de Abrangência</b>	Monsenhor Gil
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Monsenhor Gil, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Monsenhor Gil é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 2.740.855,55
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.16 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Santa Cruz dos Milagres, PI</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Santa Cruz dos Milagres
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Santa Cruz dos Milagres, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O município de Santa Cruz dos Milagres tem 3.794 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Santa Cruz dos Milagres necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 2.143.382,36
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Favorecimento da atividade turística;</li> <li>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</li> </ul>
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.17 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Santa Cruz dos Milagres e sensibilização da população local</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Santa Cruz dos Milagres
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Santa Cruz dos Milagres, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Santa Cruz dos Milagres é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 1.005.979,10
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e

	saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

<b>COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>	
<b>Ação 4.18 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Piripiri, PI</b>	
<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Piripiri
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Piripiri, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O Município de Piripiri tem 61.840 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Piripiri necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 34.935.889,60
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>I. Favorecimento da atividade turística;</li> <li>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</li> </ol>
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e



	saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.19 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Piripiri e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Piripiri

**Detalhamento da ação**

<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Piripiri, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Piripiri é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 16.396.876,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.

<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.20 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Lagoa do Piauí, PI**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Lagoa do Piauí
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Lagoa do Piauí, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	<p>O município de Lagoa do Piauí tem 3.863 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Lagoa do Piauí necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 2.182.363,22
<b>Efeito esperado no desenvolvimento</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>I. Favorecimento da atividade turística;</li> <li>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</li> </ol>

<b>turístico</b>	
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.21 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Lagoa do Piauí e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Lagoa do Piauí
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Lagoa do Piauí, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Lagoa do Piauí é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 1.024.274,45

<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.22 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Piracuruca, PI**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Piracuruca
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Piracuruca, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Piracuruca tem 27.548 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.  Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Piracuruca necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 15.562.967,12

<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.23 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Piracuruca e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Piracuruca
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Piracuruca, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Piracuruca é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo etc.</p> <p>(ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.</p>

<b>Custo Estimado</b>	R\$ 7.304.352,20
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.24 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Esperantina, PI

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Esperantina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Esperantina, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Esperantina tem 37.765 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.  Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Esperantina necessitam ser ampliados para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.
<b>Descrição da ação</b>	i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c)



	Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 21.334.959,10
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

**COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

**Ação 4.25 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Esperantina e sensibilização da população local**

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Esperantina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Esperantina, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Esperantina é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da

	edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 10.013.389,75
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.26 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Pedro II, PI

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Pedro II
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Pedro II, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Pedro II tem 37.500 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.  Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água do município de Pedro II necessitam ser ampliados para que a atividade turística

	possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.
<b>Descrição da ação</b>	( i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 21.185.250,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Favorecimento da atividade turística; II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.27 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Pedro II e sensibilização da população local

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Pedro II
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Pedro II, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Pedro II é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental

	municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo, etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 9.943.125,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.28 – Ampliação da rede de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário de Buriti dos Montes, PI

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Buriti dos Montes
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Buriti dos Montes, investindo na implantação do sistema de esgotamento sanitário e ampliação da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.

<b>Justificativa</b>	<p>O município de Buriti dos Montes tem 7.977 habitantes e o turismo vem tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem nos últimos anos. Infelizmente, o destino ainda não possui uma rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água compatíveis com a demanda.</p> <p>Sabendo-se que a capacidade de uma região para atrair turistas está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local, a oferta das condições estruturais é imprescindível para que os visitantes possam usufruir de conforto e os negócios turísticos tenham condições de prosperar. Nesse sentido, o sistema de esgotamento sanitário precisa ser implantado e a rede de abastecimento de água do município de Buriti dos Montes necessita ser ampliada para que a atividade turística possa se desenvolver de maneira a oferecer produtos turísticos de qualidade.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>i) Elaborar Plano de Trabalho detalhado e proposta metodológica a ser apresentada, discutida e validada pelas equipes de acompanhamento dos representantes municipais e de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA, considerando posterior elaboração e implementação de: a) licitação e contratação de empresa de engenharia; b) Execução do projeto aprovado; c) Aquisição de equipamentos e materiais.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 4.506.526,38
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Favorecimento da atividade turística;</p> <p>II. Beneficiamento ambiental, social e urbano.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.29 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Buriti dos Montes e sensibilização da população local

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Buriti dos Montes

#### Detalhamento da ação

<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade em Buriti dos Montes, investindo na ampliação do sistema de esgotamento sanitário e da rede de abastecimento de água, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O município de Buriti dos Montes é um importante atrativo para o Polo Teresina. Apesar disso, diagnostica-se a ocorrência de inadequada exposição de esgoto, que coloca em risco a vida das pessoas que vivem e/ou visitam esses espaços, além de degradar o meio ambiente. O investimento em uma estação de tratamento de esgoto (ETE) para resolver essa situação auxiliará na recuperação ambiental municipal e favorecerá a atividade turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto Executivo e implementação das ações previstas para implantação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), que atenda a todas as recomendações e dimensionamentos previstos nas normas da ABNT para sistemas de saneamento em locais não atendidos pela rede pública, a saber, NBR 7229/93 e NBR 13969/97. Para tanto, deverão ser analisadas informações como: a) número de usuários fixos/eventuais; b) local/clima; c) tipo e função da edificação; d) altura do lençóis freático; e) tipo de solo etc.  (ii) Elaborar e implementar Programa de Sensibilização, contemplando: a) elaboração de projeto de comunicação, considerando o público alvo; b) elaboração de estratégia de atuação que alcance crianças, adultos e turistas; c) elaboração de material educativo a ser utilizado com crianças, adultos e turistas; d) formação de multiplicadores para constante aplicação da campanha.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 2.115.101,55
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Recuperação ambiental municipal; II. Favorecimento da atividade turística; III. Beneficiamento ambiental, social e urbano.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico
<b>Financiamento</b>	Outras fontes de financiamento

### 11.1.5 Gestão Ambiental

<b>COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
<b>Ação 5.1– Criação de um Corredor de Biodiversidade nas Margens do Rio Poti</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.
<b>Área de Abrangência</b>	Teresina, Lagoa do Piauí, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e Pedro II.



Detalhamento da ação	
<b>Objetivo</b>	Instituir um corredor de biodiversidade com vistas a estabelecer áreas prioritárias para recuperação ambiental, conservação da biodiversidade e orientar a criação de unidades de conservação nas margens do Rio Poti.
<b>Justificativa</b>	<p>A rede hidrográfica regional é caracterizada pela presença do grande Parnaíba, que atravessa todo o trecho no sentido sul-norte, e do Rio Poti, que corre no sentido leste-oeste. Estes dois sistemas são considerados uns dos maiores do nordeste brasileiro, a bacia do Parnaíba, com 342.988 km<sup>2</sup> (dos quais 249.374 km<sup>2</sup> encontram-se no Piauí) e a bacia do Rio Poti, com uma área total de 52.202 km<sup>2</sup> (sendo 37.750 km<sup>2</sup> no estado). No município de Teresina os turistas podem desfrutar de um passeio de barco no encontro dos rios Poti e Parnaíba, local onde foi instituído um parque municipal (Parque Ambiental Encontro dos Rios).</p> <p>Ao relacionarmos as informações hidrográficas com o turismo, podemos citar nesta região principalmente os Cânions do Rio Poti. O qual está localizado no município de Buriti dos Montes, mas com acesso por Castelo do Piauí e por Juazeiro do Piauí. Chamam atenção os paredões da garganta, que chegam a 60 metros de altura. A rocha é cheia de escavações feitas pela correnteza, originando formas diferenciadas, chegando a formar cavernas e abrigos naturais, muito utilizados pelos pescadores. Além das atividades naturais na definição das formas dos paredões, há registros de civilizações antigas em inscrições rupestres em alguns pontos, principalmente associados aos abrigos.</p> <p>Considerando a relevância cênica do Rio, assim como também a necessidade de proteção das águas, a instituição de políticas ambientais de proteção da biodiversidade e recuperação dos remanescentes florestais está dentro de um escopo positivo de cuidados com o ambiente do polo e também incremento na atração turística do local.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar o mapeamento e a criação do Corredor, contemplando: a) identificação de áreas degradadas prioritárias para recuperação ambiental, por meio do: - levantamento cartográfico e de dados georreferenciados da região; - diagnóstico da cobertura do solo em áreas adjacentes ao Rio Poti e seus principais afluentes; - levantamento do grau de degradação de áreas de preservação permanente; - pontos críticos de intervenção quanto à qualidade ambiental e proteção da biodiversidade; - indicação das áreas a serem priorizadas em futuros projetos visando à recuperação ambiental de espaços de relevância ao desenvolvimento turístico do Polo; b) elaboração de mapeamento de remanescentes florestais e áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, por meio do: - diagnóstico das áreas de remanescentes florestais em melhor estado de conservação; - verificação da concentração dos fragmentos clímax dos biomas; - indicação quanto à criação preferencial de Unidades de Conservação, com a formação de um mosaico de unidades públicas e privadas em um Corredor Ecológico; - indicação quanto à criação preferencial de tipos de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, em área de especial interesse para a conservação, priorizando locais com possibilidade para o uso público vinculado ao turismo; c) divulgação e publicidade, quando ao término do estudo deverá ser dada ampla publicidade ao documento, com disponibilização na internet e junto às pastas, órgãos e conselhos municipais e estaduais de meio ambiente e comitês de bacias hidrográficas existentes; d) instituição de comitê gestor do corredor ecológico do rio Poti; e) estabelecimento de um plano de ação de políticas ambientais para proteção do Rio Poti; f) instituir um processo de capacitação para os componentes do</p>

	comitê gestor e processo participativo de discussão do corredor de biodiversidade. ii) instituição do Corredor de Biodiversidade do Rio Poti.
<b>Gastos estimados</b>	R\$ 619.200,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>I. Identificação de espaços turísticos degradados prioritários para recuperação ambiental;</li> <li>II. Subsídios à criação de Unidades de Conservação de interesse para o uso público vinculado ao turismo.</li> <li>III. Estabelecimento de um comitê gestor das políticas ambientais sobre o corredor ecológico do Rio Poti</li> <li>IV. Criação de políticas ambientais permanente de proteção, recuperação e uso turístico do Rio Poti.</li> </ol>
<b>ROP</b>	Componente 5 - Item II - recuperação de espaços turísticos degradados.
<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR

<b>COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
<b>Ação 5.2– Implementação de Unidades de Conservação do Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.
<b>Área de Abrangência</b>	Esperantina, Castelo do Piauí
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Implementar por meio da institucionalização legal e elaboração de planos de manejo da APA Cachoeira do Urubu, Parque Cachoeira do Urubu e Parque Municipal da Pedra do Castelo, no Polo de Teresina, visando a proteção ambiental e o aumento de possibilidades para uso público das áreas naturais.
<b>Justificativa</b>	<p>As unidades de conservação (UCs) possuem importante papel no desenvolvimento do turismo no Polo devido às possibilidades de uso público vinculado ao ecoturismo e turismo de aventura no Polo.</p> <p>Na APA da Cachoeira do Urubu tem no seu interior a instituição do Parque Ecológico Cachoeira do Urubu, como principal ponto turístico deste complexo de Unidades de Conservação, está a Cachoeira do Urubu. No período de janeiro a maio, caracterizado pelas cheias do Rio Longá, a área torna-se bastante propícia à contemplação das belezas naturais. Em maio é a vez da piracema, fenômeno conhecido popularmente na região como “salto do peixe”. Nos meses de seca as quedas d’água tornam-se mais tranquilas, formando piscinas naturais bastante utilizadas pelos visitantes. Importante ressaltar que o Parque Ecológico Cachoeira do Urubu não tem institucionalização legal</p>

	<p>enquanto Unidade de conservação.</p> <p>Já o Parque Municipal da Pedra do Castelo é um dos principais atrativos naturais, entretanto também não apresenta institucionalização legal, assim como não apresenta o plano de manejo para controle do uso público.</p> <p>Ou seja, tais Unidades de Conservação não possuem um instrumento de gerenciamento de gestão do uso público no seu interior, o que faz com que possa haver um uso turístico descontrolado, com possíveis impactos negativos para o meio ambiente. Além disso o Parque Ecológico Cachoeira do Urubu e o Parque Municipal da Pedra do Castelo também não apresentam institucionalização legal.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Implementar as unidades de conservação, contemplando: a) instituição do instrumento legal do Parque Ecológico Cachoeira do Urubu e o Parque Municipal da Pedra do Castelo e implantação de Conselho das três unidades, com assessoramento para a criação e implantação, a ser presidido pelo órgão responsável pela administração da UC, devendo considerar a elaboração do regimento interno e a delimitação de participação de representantes da sociedade civil, empresariado local, poder público e comunidades do entorno; b) elaboração do Plano de Manejo em conjunto ao Conselho, constituído, tendo por finalidade a elaboração do instrumento, devendo ser observado minimamente a realização das seguintes etapas: diagnóstico socioambiental; definição dos objetivos gerais e específicos de manejo para cada UC; estabelecimento de diretrizes para o seu desenvolvimento; definição de ações específicas para o manejo da UC; definição do uso público; estabelecimento de zoneamento; c) implementação da UC, através de assessoramento pós-criação do Plano de Manejo, visando o estabelecimento das ações primordiais ao início das atividades de uso público na área protegida.</p>
<b>Gastos estimados</b>	R\$ 755.550,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Incremento de áreas protegidas no Polo de Teresina;</p> <p>II. Conservação dos recursos naturais;</p> <p>III. Unidade de conservação com gestão fortalecida e adequada ao uso público vinculado ao turismo.</p>
<b>ROP</b>	Componente 5 - Item I - planos e sistemas de ordenamento e de gestão territorial para unidades de conservação de uso turístico.
<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR
<b>COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
<b>Ação 5.3– Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.

<b>Área de Abrangência</b>	Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piracuruca, Campo Maior, José de Freitas
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Elaborar um plano de Gestão Ambiental para Balneário Natal, Balneário São Nicolau, Balneário Piracuruca, Açude Grande, Balneário Bezerro, visando à qualificação de áreas naturais para a atividade turística.
<b>Justificativa</b>	<p>Entre os atrativos mais procurados no Polo de Teresina estão os Balneários e outros atrativos ligados a recursos hídricos, entretanto não possuem qualquer manejo ou controle de impacto ambiental.</p> <p>A utilização de tais espaços é desordenado, sem controle de uso público ou do impacto gerado pelo turismo, assim como também não apresentam organização da gestão dos resíduos produzidos pelos visitantes. A continuação de tal processo tende a trazer a degradação ambiental, assim como também a diminuição da atratividade turística.</p> <p>Portanto, justifica-se que a ação poderá em curto prazo melhorar a qualidade ambiental dos atrativos, além de reverter à situação atual de uso desordenado, a qual muitas vezes ultrapassa os limites aceitáveis para segurança dos frequentadores e para resguardar a prática segura do ecoturismo e de contemplação da natureza.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Plano de Gestão Ambiental, contemplando: a) elaboração de Estudo de Capacidade de Carga para os atrativos, abrangendo: análise da situação atual do meio ambiente nas áreas em que ocorre uso público; definição de indicadores de impacto ambiental; identificação de impactos e de capacidade de suporte do meio ambiente; determinação da capacidade de carga; delimitação do uso público controlado; divulgação do estudo e orientações à gestão municipal e aos proprietários quanto ao início do controle e necessidade de fiscalização permanente; b) produção de um modelo de gestão ambiental para tais espaços de uso turístico; c) estabelecimento de processo de capacitação de gestores públicos e privados para melhorias de gestão e para a sensibilização relativa à participação em processo de monitoramento do fluxo de visitantes, minimizando os impactos ao ambiente natural; d) elaboração de um plano de educação ambiental para os atrativos; e) produção de projeto de gestão de resíduos sólidos nos atrativos;</p> <p>Obs.: 4 oficinas de apresentação e discussão dos estudos com os agentes envolvidos em cada balneário; 2 encontros de capacitação sobre o modelo de gestão e as estratégias de educação ambiental em cada balneário;</p>
<b>Gastos estimados</b>	R\$ 548.800,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Visitação ordenada e sustentável nos ambientes naturais;</p> <p>II. Instrumentos de gestão ambiental para espaços naturais;</p> <p>III. Melhorias de gestão dos atrativos;</p>
<b>ROP</b>	Componente 5 - Item VI - estudos de capacidade de carga dos atrativos mais importantes e de maior vulnerabilidade.

<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR
-------------------------------	----------

<b>COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
<b>Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo, Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PRODETUR Nacional no Estado do Piauí, que integra o conjunto de ações elencados no PDTIS do Polo de Teresina.
<b>Justificativa</b>	<p>A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento que faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações-investimentos (políticas, planos e programas) que excede, portanto, a esfera de projetos isolados.</p> <p>No turismo corresponde a um processo contínuo com enfoque analítico e participativo que visa identificar e avaliar os efeitos ambientais das ações desenvolvidas através do PDITS, e outras políticas, programas e projetos relacionadas, objetivando, desta forma, fundamentar a tomada de decisões ainda no estágio inicial do planejamento. Dando condições para assegurar a formulação de estratégias de ação sustentáveis e modelos de mitigação de impactos.</p> <p>No âmbito do PRODETUR NACIONAL no Estado do Piauí, constitui-se também num conjunto de estudos necessários para a contratação da linha de crédito para financiamento de projetos estruturantes voltados para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas no Estado.</p>
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Estado do Piauí para o Polo de Teresina, com: a) desenvolvimento metodológico, b) diagnóstico da situação atual, c) identificação dos impactos atuais e potenciais com influência da/para a atividade turística, d) prospecção de cenários para avaliação dos impactos, e) proposição de medidas de mitigação de impactos ambientais, f) metodologia de acompanhamento e monitoramento da atividade turística no polo.
<b>Gastos estimados</b>	R\$ 765.800,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Desenvolvimento sustentável nos ambientes naturais;</li> <li>II. Instrumentos de gestão ambiental para espaços naturais;</li> <li>III. Melhorias de gestão dos atrativos;</li> </ul>

<b>ROP</b>	Componente 5 - Item VI - estudos de capacidade de carga dos atrativos mais importantes e de maior vulnerabilidade.
<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR



11.2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

COMPONENTE	NOME DA AÇÃO	ÁREA DE ABRAGÊNCIA	FONTE DE FINANCIAMENTO	R\$	US\$
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 447.720,00	USD 194.660,87
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.2 – Realização de pesquisa de demanda turística	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 540.000,00	USD 234.782,61
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.3 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 847.050,00	USD 368.282,61
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.4 – Resgate e valorização das culturas tradicionais de Esperantina e sensibilização para o turismo	Esperantina	PRODETUR	R\$ 295.480,00	USD 128.469,57
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.5 – Elaboração e implementação de projeto para restauração da Casa do Quilombo - Fazenda Olho D'Água dos Pires	Esperantina	PRODETUR	R\$ 379.977,55	USD 165.207,63
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.6 – Qualificação e valorização do Memorial do Jenipapo	Campo Maior	PRODETUR	R\$ 206.675,00	USD 89.858,70
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.7 – Elaboração e implementação de Projeto para qualificação do Museu Perypery	Piripiri	PRODETUR	R\$ 314.242,00	USD 136.626,96
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.8 – Elaboração de Projeto e Implantação do Memorial da Opala	Pedro II	PRODETUR	R\$ 785.000,00	USD 341.304,35
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.9 – Elaboração de Projeto e Implantação do Centro de Recepção de visitantes e informações turísticas em Piracuruca	Piracuruca	PRODETUR	R\$ 690.905,00	USD 300.393,48
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.10 – Atualização e Implementação do Plano Diretor de Turismo Arqueológico	Teresina, Piracuruca, Piripiri, Pedro II, Castelo do Piauí e Buriti dos Montes	PRODETUR	R\$ 782.000,00	USD 340.000,00
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.11 – Elaboração de roteiros turísticos para os segmentos meta identificados	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 181.400,00	USD 78.869,57

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.12 Elaboração de Plano de Negócios para desenvolvimento do Ecoturismo na Serra de Santo Antonio	Campo Maior	PRODETUR	R\$ 304.000,00	USD 132.173,91
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.13 – Programa de qualidade para oferta de hospedagem domiciliar e assistência técnica direcionada	Castelo do Piauí, Pedro II, Monsenhor Gil, Lagoa do Piauí, Santa Cruz dos Milagres	PRODETUR	R\$ 247.500,00	USD 107.608,70
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.14 – Programa de qualificação dos profissionais da cadeia produtiva do turismo	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 1.153.400,00	USD 501.478,26
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.15 – Formação e qualificação de condutores em áreas naturais	Teresina, Campo Maior, Altos, União, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Esperantina, Pedro II e Piracuruca	PRODETUR	R\$ 548.545,00	USD 238.497,83
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.16 – Ampliação e requalificação Sinalização Turística Interpretativa e Indicativa	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 665.400,00	USD 289.304,35
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.17 – Elaboração e implementação Projeto de Urbanização do Balneário Piracuruca	Piracuruca	OUTRA FONTE	R\$ 10.938.500,00	USD 4.755.869,57
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.18 – Execução do Projeto de Urbanização do Açude Caldeirão	Piripiri	PRODETUR	R\$ 288.279,42	USD 125.338,88
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	Ação 1.19 – Execução da II Etapa de Urbanização do entorno da Igreja de Santa Cruz dos Milagres	Santa Cruz dos Milagres	PRODETUR	R\$ 3.500.000,00	USD 1.521.739,13
<b>ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	Ação 2.1 – Plano de Marketing Turístico	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 520.000,00	USD 226.086,96
<b>ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	Ação 2.2 - Implementação do Plano de Marketing	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 141.130,00	USD 61.360,87
<b>QUADRO INSTITUCIONAL</b>	Ação 3.1 - Programa de Capacitação da Gestão Pública do Turismo nos Municípios do Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 720.000,00	USD 313.043,48
<b>QUADRO INSTITUCIONAL</b>	Ação 3.2 - Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão Pública do Turismo no Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 600.000,00	USD 260.869,57

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>QUADRO INSTITUCIONAL</b>	Ação 3.3. Elaboração do Plano Diretor dos Municípios do Polo de Teresina	Altos, Campo Maior, União, Santa Cruz do Piauí, Esperantina e Pedro II	OUTRA FONTE	R\$ 900.000,00	USD 391.304,35
<b>QUADRO INSTITUCIONAL</b>	Ação 3.4. Revisão do Plano Diretor dos Municípios do Polo de Teresina	Castelo do Piauí, José de Freitas, Monsenhor Gil, Piri-piri, Piracuruca, Lagoa do Piauí, Buriti e Teresina	OUTRA FONTE	R\$ 12.000.000,00	USD 5.217.391,30
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.1 – Estudo/projeto para implantação de 18km de Trecho Rodoviário entre Buriti dos Montes (PI) e Cratêus (CE)	Polo de Teresina	OUTRA FONTE	R\$ 17.742.111,12	USD 7.713.961,36
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação. 4.2 - Execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de Rodovia Estadual no trecho Buriti dos Montes – Cachoeira da Lembrada (Rio Poti) – 59,5km	Buriti dos Montes	PRODETUR	R\$ 18.949.126,05	USD 8.238.750,46
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.3 – Criação e Implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 405.260,00	USD 176.200,00
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.4 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Altos, PI	Altos	OUTRA FONTE	R\$ 22.583.476,50	USD 9.818.902,83
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.5 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Altos e sensibilização da população local	Altos	OUTRA FONTE	R\$ 10.599.371,25	USD 4.608.422,28
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.6 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Campo Maior, PI	Campo Maior	OUTRA FONTE	R\$ 25.523.989,20	USD 11.097.386,61
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.7 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Campo Maior e sensibilização da população local	Campo Maior	OUTRA FONTE	R\$ 11.979.477,00	USD 5.208.468,26
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.8 – Ampliação da rede de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário de Castelo do Piauí, PI	Castelo do Piauí	OUTRA FONTE	R\$ 10.359.869,72	USD 4.504.291,18
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.9 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Castelo do Piauí e sensibilização da população local	Castelo do Piauí	OUTRA FONTE	R\$ 4.862.320,70	USD 2.114.052,48
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.10 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de União, PI	União	OUTRA FONTE	R\$ 24.098.645,58	USD 10.477.671,99

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.11 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em União e sensibilização da população local	União	OUTRA FONTE	R\$ 11.310.503,55	USD 4.917.610,24
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.12 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de José de Freitas, PI	José de Freitas	OUTRA FONTE	R\$ 22.597.600,00	USD 9.825.043,48
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.13 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em José de Freitas e sensibilização da população local	José de Freitas	OUTRA FONTE	R\$ 10.606.000,00	USD 4.611.304,35
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.14 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Monsenhor Gil, PI	Monsenhor Gil	OUTRA FONTE	R\$ 5.839.784,78	USD 2.539.036,86
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.15 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Monsenhor Gil e sensibilização da população local	Monsenhor Gil	OUTRA FONTE	R\$ 2.740.855,55	USD 1.191.676,33
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.16 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Santa Cruz dos Milagres, PI	Santa Cruz dos Milagres	OUTRA FONTE	R\$ 2.143.382,36	USD 931.905,37
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.17 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Santa Cruz dos Milagres e sensibilização da população local	Santa Cruz dos Milagres	OUTRA FONTE	R\$ 1.005.979,10	USD 437.382,22
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.18 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Piripiri, PI	Piripiri	OUTRA FONTE	R\$ 34.935.889,60	USD 15.189.517,22
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.19 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Piripiri e sensibilização da população local	Piripiri	OUTRA FONTE	R\$ 16.396.876,00	USD 7.129.076,52
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.20 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Lagoa do Piauí, PI	Lagoa do Piauí	OUTRA FONTE	R\$ 2.182.363,22	USD 948.853,57
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.21 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Lagoa do Piauí e sensibilização da população local	Lagoa do Piauí	OUTRA FONTE	R\$ 1.024.274,45	USD 445.336,72
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.22 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Piracuruca, PI	Piracuruca	OUTRA FONTE	R\$ 15.562.967,12	USD 6.766.507,44
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.23 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Piracuruca e sensibilização da população local	Piracuruca	OUTRA FONTE	R\$ 7.304.352,20	USD 3.175.805,30

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.24 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Esperantina, PI	Esperantina	OUTRA FONTE	R\$ 21.334.959,10	USD 9.276.069,17
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.25 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Esperantina e sensibilização da população local	Esperantina	OUTRA FONTE	R\$ 10.013.389,75	USD 4.353.647,72
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.26 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Pedro II, PI	Pedro II	OUTRA FONTE	R\$ 21.185.250,00	USD 9.210.978,26
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.27 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Pedro II e sensibilização da população local	Pedro II	OUTRA FONTE	R\$ 9.943.125,00	USD 4.323.097,83
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.28 – Ampliação da rede de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário de Buriti dos Montes, PI	Buriti dos Montes	OUTRA FONTE	R\$ 4.506.526,38	USD 1.959.359,30
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.29 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Buriti dos Montes e sensibilização da população local	Buriti dos Montes	OUTRA FONTE	R\$ 2.115.101,55	USD 919.609,37
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.1 - Criar um Corredor de Biodiversidade nas Margens do Rio Poti	Teresina, Lagoa do Piauí, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e Pedro II.	PRODETUR	R\$ 619.200,00	USD 269.217,39
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.2 - Ação 5.2– Implementação de Unidades de Conservação do Polo de Teresina	Esperantina, Castelo do Piauí	PRODETUR	R\$ 755.550,00	USD 328.500,00
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.3– Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais	Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piracuruca, Campo Maior, José de Freitas	PRODETUR	R\$ 548.800,00	USD 238.608,70
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 765.800,00	USD 332.956,52
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 390.539.380,80</b>	<b>USD 156.215.752,32</b>
			<b>PRODETUR</b>	<b>R\$ 36.202.440,02</b>	<b>USD 14.480.976,01</b>
			<b>OUTRA FONTE</b>	<b>R\$ 373.286.066,83</b>	<b>USD 149.314.426,73</b>

### 11.3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

#### 11.3.1 Cronograma Físico Financeiro Ações PRODETUR

COMPONENTE	NOME DA AÇÃO	ÁREA DE ABRAGÊNCIA	FONTE DE FINANCIAMENTO	R\$	ANO 01		ANO 02		ANO 03		ANO 04		ANO 05	
					1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 447.720,00	■	■								
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.2 – Realização de pesquisa de demanda turística	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 540.000,00	■	■			■	■			■	■
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.3 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 847.050,00	■	■	■							
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.4 – Resgate e valorização das culturas tradicionais de Esperantina e sensibilização para o turismo	Esperantina	PRODETUR	R\$ 295.480,00					■	■				
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.5 – Elaboração e implementação de projeto para restauração da Casa do Quilombo - Fazenda Olho D'Água dos Pires	Esperantina	PRODETUR	R\$ 379.977,55					■	■				
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.6 – Qualificação e valorização do Memorial do Jenipapo	Campo Maior	PRODETUR	R\$ 206.675,00				■	■					
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.7 – Elaboração e implementação de Projeto para qualificação do Museu Perypery	Piripiri	PRODETUR	R\$ 314.242,00							■	■		
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.8 – Elaboração de Projeto e Implantação do Memorial da Opala	Pedro II	PRODETUR	R\$ 785.000,00				■	■					
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.9 – Elaboração de Projeto e Implantação do Centro de Recepção de visitantes e informações turísticas em Piracuruca	Piracuruca	PRODETUR	R\$ 690.905,00				■	■					





**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>QUADRO INSTITUCIONAL</b>	Ação 3.2 - Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão Pública do Turismo no Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 600.000,00															
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação. 4.2 - Execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de Rodovia Estadual no trecho Buriti dos Montes – Cachoeira da Lembrada (Rio Poti) – 59,5km	Buriti dos Montes	PRODETUR	R\$ 18.949.126,05															
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.3 – Criação e Implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 405.260,00															
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.1 - Criar um Corredor de Biodiversidade nas Margens do Rio Poti	Teresina, Lagoa do Piauí, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes e Pedro II.	PRODETUR	R\$ 619.200,00															
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.2 - Ação 5.2– Implementação de Unidades de Conservação do Polo de Teresina	Esperantina, Castelo do Piauí	PRODETUR	R\$ 755.550,00															
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.3– Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais	Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piracuruca, Campo Maior, José de Freitas	PRODETUR	R\$ 548.800,00															
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 765.800,00															
				<b>PRODETUR</b>	<b>R\$ 36.202.440,02</b>														

11.3.2 Quadro Resumo Ações PRODETUR – 18 primeiros meses\*

COMPONENTE	NOME DA AÇÃO	ÁREA DE ABRAGÊNCIA	FONTE DE FINANCIAMENTO	R\$
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 447.720,00
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.2 – Realização de pesquisa de demanda turística	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 540.000,00
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.3 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 847.050,00
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.14 – Programa de qualificação dos profissionais da cadeia produtiva do turismo	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 1.153.400,00
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.16 – Ampliação e requalificação Sinalização Turística Interpretativa e Indicativa	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 665.400,00
PRODUTO TURÍSTICO	Ação 1.19 – Execução da II Etapa de Urbanização do entorno da Igreja de Santa Cruz dos Milagres	Santa Cruz dos Milagres	PRODETUR	R\$ 3.500.000,00
ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	Ação 2.1 – Plano de Marketing Turístico	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 520.000,00
ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	Ação 2.2 - Implementação do Plano de Marketing	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 141.130,00
QUADRO	Ação 3.1 - Programa de Capacitação da Gestão Pública do Turismo nos	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 720.000,00

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

<b>INSTITUCIONAL</b>	Municípios do Polo de Teresina			
<b>QUADRO INSTITUCIONAL</b>	Ação 3.2 - Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão Pública do Turismo no Polo de Teresina	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 18.949.126,05
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação. 4.2 - Execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de Rodovia Estadual no trecho Buriti dos Montes – Cachoeira da Lembrada (Rio Poti) – 59,5km	Buriti dos Montes	PRODETUR	R\$ 600.000,00
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Ação 4.3 – Criação e Implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 405.260,00
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.3– Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais	Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piracuruca, Campo Maior, José de Freitas	PRODETUR	R\$ 548.800,00
<b>GESTÃO SOCIAMBIENTAL</b>	Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica	Polo de Teresina	PRODETUR	R\$ 765.800,00
			<b>PRODETUR</b>	<b>R\$ 29.803.686,05</b>

\*Nota: A metodologia utilizada para definição das ações prioritárias foi estruturada em 2 elementos básicos: (i) resultado das fichas preenchidas pelos presentes na oficina participativa realizada em Campo Maior no dia 03/02/2014 cujo objetivo era coletar a opinião dos presentes sobre o grau de prioridade de execução das ações contidas no plano (alta, média e pequena) e, (ii) análise técnica da equipe de consultores em relação aos resultados obtidos com a pesquisa, considerando a realidade do quadro institucional local bem como o montante de recurso disponível para execução das ações propostas.

11.4. FICHA DAS AÇÕES PRIORIZADAS - DEZOITO PRIMEIROS MESES PRODETUR

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	<p>Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.</p> <p>Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.</p>
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Instrumentalizar o poder público municipal através levantamento, organização e registro atualizado dos recursos, atrativos, equipamentos e serviços relacionados diretamente e indiretamente com a atividade turística.
<b>Justificativa</b>	O inventário turístico é o instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística. A elaboração dos inventários possibilita a identificação dos elementos reais e potenciais relacionados à atividade nos destinos, logo, amplia o conhecimento técnico dentro das gestões municipais acerca dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos e de apoio que compõem a oferta local. Poucos são os municípios do Polo que possuem inventário turístico (Teresina, Pedro II, Piripiri e Buriti dos Montes), os quais terão a oportunidade de atualiza-los e adaptá-los aos moldes sugeridos pelo MTur (INVITUR), caso ainda não estejam. Já os demais municípios que não apresentam o instrumento, poderão angariar e registrar os dados a respeito do turismo no Polo de maneira padronizada e desta forma, facilitar o ordenamento e o planejamento das ações, contribuindo para o desenvolvimento do turismo nas esferas local e regional. Além disso, a realização e atualização do inventário turístico servirão como ferramentas de consulta para visitantes, investidores e entidades diversas.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Realizar e atualizar os inventários turísticos municipais, contemplando: a) mapeamento da oferta turística, considerando os atrativos e recursos reais e potenciais, o levantamento dos serviços e da infraestrutura de apoio ao turismo, o levantamento dos serviços e equipamentos turísticos (atividades características do turismo - ACTs); b) organização e sistematização dos dados coletados para inserção em plataforma digital específica que segue o modelo sugerido pelo Ministério do Turismo (INVITUR); c) cadastramento dos dados na plataforma digital e teste do sistema; d) capacitação de agentes públicos municipais para uso e atualização da plataforma digital;
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 447.720,00
<b>Efeito esperado no</b>	I. Incentivo a formatação de novos produtos;

<b>desenvolvimento turístico</b>	II. Instrumentalização da Gestão Pública.
<b>ROP</b>	Componente 1: Item B – realização de inventários e classificação de recursos turísticos.
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<u>BENEFÍCIOS:</u> (i) Inventários turísticos realizados e disponíveis para consulta em portal próprio acessado via site oficial da secretaria de estado do turismo; (ii) agentes municipais capacitados a atualizar o sistema de informações. <u>BENEFICIÁRIOS:</u> Poder público, investidores, iniciativa privada e visitantes.
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	<u>INDICADORES DE RESULTADO:</u> Inventários turísticos atualizados e realizados. <u>FONTE DE VERIFICAÇÃO:</u> (i) portal eletrônico atualizado e em funcionamento; (ii) relatório de cada município sobre a participação no processo de capacitação
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais</li> <li>• Ação 1.2 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina</li> <li>• Ação 1.9 – Atualização e Implementação do Plano Diretor de Turismo Arqueológico</li> <li>• Ação 1.11 – Elaboração de roteiros turísticos para os segmentos meta identificados</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Os municípios de Teresina, Pedro II, Piripiri e Buriti dos Montes já possuem inventário turístico e com base nesse documento inicial, serão atualizados.

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.2 – Realização de Pesquisa de Demanda Turística</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	<p>Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.</p> <p>Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.</p> <p>Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados</p>
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Instrumentalizar o poder público municipal através da realização de pesquisas relacionadas ao turismo, possibilitando uma análise do perfil de turistas que visitam o Polo, além de avaliar o nível de satisfação dos mesmos.
<b>Justificativa</b>	<p>O levantamento de dados estatísticos do turismo possibilita ao poder público criar políticas eficazes para a atividade sendo de suma importância para determinar os seus impactos diretos ou indiretos na economia, auxiliando no planejamento e desenvolvimento de políticas e estratégias de desenvolvimento turístico. Para compreender o perfil dos visitantes e o impacto que causam em cada destino turístico é necessário que se crie, continuamente, pesquisas capazes de gerar séries históricas, facilitando assim, um grau de comparação da atividade como um todo e sua evolução com o passar dos anos. Dentre os tipos de pesquisa fundamentais para a análise do turismo, encontram-se as pesquisas de demanda que tem como objetivo principal traçar o perfil dos turistas e excursionistas que visitam determinado território turístico, além de suas principais motivações, nível socioeconômico e expectativas em relação aos produtos e serviços consumidos durante sua estadia, além do perfil dos gastos financeiros de cada visitante.</p> <p>O diagnóstico apresentado em relação ao Polo de Teresina, aponta para a carência de dados estatísticos para análise dos resultados socioeconômicos da atividade turística, tornando a realização desta pesquisa estratégica para sistematização de dados primários importantes para a compreensão dos fluxos turísticos no Polo, que contribuirão também para o monitoramento de indicadores do turismo Polo de Teresina, servindo como insumo essencial para as estratégias de gestão da Unidade Coordenadora do Programa.</p>
<b>Descrição da ação</b>	(i) Realizar 03 pesquisas de demanda quantitativa nos municípios do Polo de Teresina, considerando: a) delimitação da metodologia de coleta de dados (questionários, locais de aplicação, formas de abordagem, períodos de abordagem),

	<p>bem como da amostragem de pesquisa com base nos dados de pesquisa de demanda existentes; b) delimitação do plano de trabalho, considerando os recursos físicos e necessários para realização da pesquisa; c) seleção e treinamento de equipe de campo para coleta de dados; d) aplicação dos questionários com posterior sistematização e análise dos dados; e) apresentação de relatórios com as informações obtidas com a pesquisa.</p> <p>Obs: As pesquisas deverão acontecer em 3 períodos distintos, sendo uma no ano inicial de implementação do PDITS, outra no terceiro ano de implementação do plano e outra no último ano de implementação do plano. Os locais de aplicação da pesquisa nos municípios deverão ser acordados entre a UCP e a empresa contratada, podendo sofrer alterações caso haja necessidade.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 540.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Instrumentalização da Gestão Pública;</p> <p>II. Divulgação de dados estatísticos para formulação de estratégias e ações voltadas ao turismo</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item B – Caracterização dos recursos e da oferta de áreas turísticas: caracterização da demanda atual vis-à-vis a demanda potencial..</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<p>BENEFÍCIOS: base de dados estatísticos sobre o perfil da demanda disponível para utilização no planejamento público e privado da atividade turística.</p> <p>BENEFICIÁRIOS: Poder público, investidores e iniciativa privada</p>
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: Pesquisas de demanda realizadas e disponíveis para verificação



	FONTE DE VERIFICAÇÃO: Relatórios apresentados.
<b>Relação com outras ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Todas as demais ações do Plano</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Possui dados referentes à Teresina, porém encontram-se desatualizados.

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.3 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Qualificar o uso do patrimônio cultural do Polo como elemento da oferta turística por meio do resgate dos costumes e das manifestações populares locais e da valorização do patrimônio material nos centros urbanos e também do acervo arqueológico.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Registrar os elementos do patrimônio cultural imaterial relativo à história, costumes e tradições do povo sertanejo no Piauí para resgatar, valorizar e divulgar a vida sertaneja, assim como agregar valor ao produto turístico cultural presente no Polo de Teresina.
<b>Justificativa</b>	O turismo possui uma relação direta com o patrimônio cultural, principalmente devido ao fato de que em muitos casos, o viajante se desloca do seu meio de origem com o objetivo de conhecer e viver a experiência de outros povos e costumes. O contato humano e cultural e a troca de experiência entre a população local e o turista é em si um atrativo. Nas comunidades integrantes do Polo destacam-se, por exemplo, algumas técnicas tradicionais de construção das moradias como o “pau a pique” ou “taipa de mão” e o uso do adobe. A salvaguarda destas técnicas tradicionais é de fundamental importância, pois, além de previsto no Art. 216 da Constituição Federal que rege sobre a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, possibilita o reconhecimento, neste caso, de soluções às questões de acesso à moradia com uso adequado aos elementos ambientais para a região cujo clima requer edificações pensadas regionalmente. Esse conhecimento tradicional faz parte, entre os demais costumes e tradições dos povos sertanejos, de um conjunto de saberes que podem constituir narrativas culturais importantes na composição dos produtos turísticos culturais. Tendo em vista essa realidade, o inventário do patrimônio cultural imaterial sertanejo representa importante ferramenta de base para valorização da vida do sertanejo, além de agregar valor ao segmento meta relativo ao Turismo Cultural.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Realizar o mapeamento das expressões populares presentes no território abarcado pelo Polo de Teresina, considerando: a) levantamento e registro dos personagens sertanejos; dos saberes e fazeres (lendas, mitos, técnicas de construção, métodos de produção, processos de cura tradicional, entre outros); das manifestações artístico-culturais (material e imaterial) de teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras; linguagem típica local; b) sistematização e

	<p>ordenamento do conteúdo para publicação dos resultados obtidos.</p> <p>(ii) Elaborar e publicar materiais de comunicação e divulgação dos resultados obtidos, considerando: a) cartilha com os resultados obtidos pelo estudo, servindo como material de educação e valorização social da cultura sertaneja, a ser distribuída pelo poder público em eventos de turismo e postos de informações turísticas no Polo; b) mídia digital para utilização como ferramenta de comunicação e comercialização, seguindo as diretrizes e conceitos de comunicação inseridos no plano de comunicação (Ação 2.1).</p> <p>OBS: O estudo deve ser coordenado por um(a) antropólogo(a) com experiência no campo de comunidades tradicionais e deverá seguir os princípios metodológicos adotados nos Programas de Cartografia Cultural requeridos pelo IPHAN. A cartilha com os resultados do estudo deverá ter uma tiragem mínima de 5.000 exemplares.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 847.050,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Valorização do patrimônio cultural;</p> <p>II. Elaboração de conteúdo de base com potencial para diversificação da oferta turística;</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item B - Caracterização dos recursos e da oferta de áreas turísticas;</p> <p>Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<p>BENEFÍCIOS: cultura sertaneja registrada e sistematizada em materiais para divulgação e valorização da cultura e costumes locais</p> <p>BENEFICIÁRIOS: Poder público, iniciativa privada, investidores, visitantes e comunidades envolvidas</p>
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas</b>	Não se aplica.

por lei	
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: Registro e sistematização da pesquisa de dados realizada sobre a cultura sertaneja no Polo de Teresina FONTE DE VERIFICAÇÃO: Relatório e cartilha disponível para consulta.
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não apresenta
<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.14 – Programa de qualificação dos profissionais da cadeia produtiva do turismo</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Aprimorar os serviços e equipamentos turísticos e aperfeiçoar a gestão do turismo no Polo
<b>Justificativa</b>	O fortalecimento dos produtos turísticos no mercado e a satisfação dos visitantes de um destino estão diretamente relacionados à qualidade dos serviços, equipamentos e atrativos turísticos. Consequentemente, isto depende do nível de profissionalização e de hospitalidade dos profissionais que atuam no setor turístico, sejam eles gestores públicos, empreendedores ou funcionários. Assim, diante da falta de mão de obra qualificada e da necessidade constante de ações de capacitação e formação de profissionais em nível gerencial e operacional, sugere-se a elaboração de um Programa de Qualificação do Turismo a fim de contribuir para o aprimoramento da oferta e da gestão turística do Polo de Teresina.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar e implementar Programa de Qualificação Profissional do Turismo que contemple as seguintes fases: a) definição das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização do Programa por meio de pesquisa de necessidades de qualificação em cada município, b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações, c) elaboração do material didático, d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes, e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas), f) emissão de certificados de participação e g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados do Programa.  OBS: Sugere-se que o público-alvo do Programa seja funcionários, colaboradores, empresários dos seguintes setores: a) meios de hospedagem, b) serviços de alimentação, c) agências de receptivo, d) guias e condutores de turismo, e) serviços de transporte (táxi, vans), f) artesãos e comerciantes dos espaços qualificados.  Como temáticas a serem trabalhadas propõe-se: a) informações turística dos municípios do Polo, b) valorização do patrimônio natural e cultural, c) hospitalidade,

	d) empreendedorismo, e) atendimento de portadores de necessidades especiais e melhor idade, f) precificação e técnicas de venda (do artesanato), g) programa alimento seguro, h) elaboração e preparação de cardápios regionais e nacionais e i) língua estrangeira aplicada ao turismo.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 1.153.400,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Sensibilização de empresários e usuários quanto a necessidade de atendimento às necessidades dos visitantes; II. Melhoria dos serviços oferecidos; III. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes; IV. Aumento dos investimentos privados V. Aumento da competitividade dos negócios turísticos no Polo
<b>ROP</b>	Componente 1: Item F - Gestão de qualidade Item H - Capacitação e Qualificação da Mão de Obra
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	BENEFÍCIOS: Colaboradores das atividades características do turismo melhor capacitados para atendimento às necessidades e expectativas dos visitantes; aumento da satisfação dos visitantes. BENEFICIÁRIOS: Iniciativa privada, investidores e visitantes
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: Aproximadamente 1200 pessoas capacitadas nos 14 municípios do Polo. FONTE DE VERIFICAÇÃO: certificados de conclusão das capacitações e relatórios apresentados

<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 1.15 – Formação e qualificação de condutores em áreas naturais</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não apresenta.

<b>COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO</b>	
<b>Ação 1.16 – Ampliação e requalificação Sinalização Turística Interpretativa e Indicativa</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer os produtos turísticos do Polo por meio do fomento à qualificação dos equipamentos e serviços de interesse turístico e o incentivo a novos investimentos visando a melhoria e a diversificação dos serviços prestados.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da Ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Ampliar e requalificar as condições de sinalização turística interpretativa e indicativa nos atrativos dos municípios do Polo, com vistas a facilitar a circulação de turistas pelo território municipal.
<b>Justificativa</b>	A sinalização turística interpretativa e indicativa é um importante meio de transmissão de informações sobre os atrativos. É a partir delas que turistas e população interessada se locomovem pelo município de forma prática e segura, conforme orientações por elas indicadas. Entretanto, face às condições atuais em que se encontram, os elementos que compõem estas sinalizações nos municípios do Polo de Teresina configuram entraves para o desenvolvimento da atividade turística. Por este motivo, ampliar e requalificar tais elementos significa garantir a orientação dos visitantes, direcionar os fluxos e informar sobre as características peculiares dos atrativos, roteiros e destinos pretendidos. Assim, propõe-se a ampliação e requalificação da sinalização turística interpretativa e indicativa nos atrativos destacados na descrição desta ação.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar e implementar Projeto Conceitual de Sinalização, considerando: a) delimitação de roteiro e trajetos de circulação de acesso aos principais atrativos; b) definição dos pontos estratégicos para a sinalização indicativa e interpretativa; c) elaboração do conteúdo histórico-cultural e ambiental (fauna e flora) da sinalização interpretativa; d) definição do escopo de sinalização, com base nos princípios da sinalização turística (legalidade, padronização, visibilidade, legibilidade, segurança, suficiência, continuidade, coerência, atualidade, valorização, manutenção e conservação); e) elaboração de cronograma de execução e implementação das placas conforme orientações quantitativas e qualitativas a seguir: <b>a) Altos:</b> 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas na Floresta Nacional dos Palmares; <b>b) Campo Maior:</b> 5 placas indicativas no Açude Grande; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Complexo Cultural e Lazer Valdir de Carvalho Fortes; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 3 placas interpretativa s e 3 placas indicativas no Memorial Jenipapo/Museu do Couro; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Museu Zé Didor; <b>c) Castelo do Piauí:</b> 3

	<p>placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Municipal da Pedra do Castelo; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Sítio Arqueológico Picos dos André; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Cânion do Esporão; <b>d) Lagoa do Piauí:</b> 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas na Gruta Betânia; <b>e) José de Freitas:</b> 10 placas indicativas no Balneário Bezerra; <b>f) Monsenhor Gil:</b> 10 placas indicativas no Balneário Natal; 10 placas indicativas no Poço Azul; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Igreja Matriz Menino Deus; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Morro do Cruzeiro – Via Sacra; <b>g) Santa Cruz dos Milagres:</b> 10 placas indicativas no Balneário São Nicolau; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Paróquia Santa Cruz dos Milagres; <b>h) Teresina:</b> 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Floresta Fósil; 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Ambiental Encontro dos Rios; <b>i) Buriti dos Montes:</b> 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Cânion do Rio Poty; <b>j) Esperantina:</b> 2 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Casa Grande do Quilombo – Fazenda Olhos D’Água dos Pires; 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas no Parque Ecológico Cachoeira do Urubu; <b>k) Pedro II:</b> 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 2 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Memorial Tertuliano Brandão Filho; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas na Comunidade de São Miguel; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas na Comunidade Torre; 3 placas interpretativas e 3 placas indicativas no Mirante do Gritador; 5 placas indicativas na Cachoeira do Urubu Rei; 5 placas indicativas na Cachoeira do Salto Liso; <b>l) Piripiri:</b> 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 2 placas interpretativas e 3 placas indicativas Museu Perypery; 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas Sítio Arqueológico Buriti dos Cavalos; <b>m) Piracuruca:</b> 5 placas interpretativas e 5 placas indicativas no Centro Histórico; 10 placas interpretativas e 10 placas indicativas Parque Nacional das Sete Cidades; <b>n) União:</b> 5 placas indicativas Vale do Tucunaré.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 665.400,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Melhoria dos serviços oferecidos;</p> <p>II. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes;</p> <p>III. Melhorar a percepção ambiental e sociocultural dos turistas;</p> <p>IV. Deslocamento pelos municípios facilitado;</p> <p>V. Integração dos atrativos e roteiros;</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 1:</p> <p>Item E - Integração da oferta existente: sinalização turística e interpretativa; etc.</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<p><b>BENEFÍCIOS:</b> (i) maior mobilidade entre os municípios do Polo e mais alcance aos atrativos pela disponibilidade da sinalização indicativa; aumento da permanência e da satisfação dos visitantes em função da implantação da sinalização interpretativa.</p> <p><b>BENEFICIÁRIOS:</b> Poder público, iniciativa Privada, visitantes e comunidade local envolvida</p>
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo

<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setur – Secretaria Estadual de Turismo</li> <li>• Secretaria Estadual da Infraestrutura - SEINFRA</li> </ul>
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Em elaboração.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: Placas de sinalização elaboradas e implantadas FONTE DE VERIFICAÇÃO: Relatórios de execução das obras.
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 1.11 – Elaboração de roteiros turísticos para os segmentos meta identificados</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Sinalização existente em alguns municípios e atrativos.

### COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO

#### Ação 1.19 – Execução da II etapa de Urbanização do entorno da Igreja de Santa Cruz dos Milagres

<b>Segmento meta</b>	Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Aprimorar e ampliar a oferta de produtos de Ecoturismo através do incentivo à conservação do patrimônio ambiental e da melhoria das estruturas de acesso e uso turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Santa Cruz dos Milagres



Detalhamento da Ação	
<b>Objetivo</b>	Executar projeto de urbanização do entorno da Igreja do Município de Santa Cruz dos Milagres, com finalidade de qualificação do produto turístico e melhoria da qualidade da visitação.
<b>Justificativa</b>	Santa Cruz dos Milagres é considerada um dos principais polos receptores de romeiros da região Nordeste, assim como Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e de Juazeiro do Norte, no Ceará. O principal atrativo é a Paróquia Santa Cruz dos Milagres, considerada o ponto de encontro dos visitantes. A Igreja localiza-se no alto de um morro; o acesso ocorre logo na entrada da cidade. No entorno da Igreja encontra-se o estacionamento para carros e ônibus, banheiros e bebedouros com água gelada. Devido ao fato do município já apresentar um representativo fluxo de visitação, está em andamento um projeto financiado pelo PRODETUR Nacional, o qual visa à melhoria de acesso à Igreja, e à melhoria de infraestrutura do local. Desta forma existe a necessidade de qualificação deste entorno, com a execução deste projeto.
<b>Descrição da ação</b>	i) executar projeto arquitetônico e complementar de urbanização enfatizando: a) construção do estacionamento; b) construção de 4 redódromos
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 3.500.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Melhoria dos serviços oferecidos; II. Melhoria da satisfação e qualificação da experiência dos visitantes; III. Melhorar a percepção ambiental e sociocultural dos turistas;
<b>ROP</b>	Componente 1: Item C - Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos Item D - Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	BENEFÍCIOS: (i) Município com melhor estrutura para atendimento aos visitantes; (ii) aumento da satisfação e na permanência dos visitantes. BENEFICIÁRIOS: Iniciativa Privada, Visitantes e comunidade local envolvida
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setur – Secretaria Estadual de Turismo</li> <li>• Secretaria Municipal de Obras</li> </ul>
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Em elaboração.
<b>Mecanismos</b>	Não se aplica.

previstos para recuperação de custos	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.
Indicadores de resultado e fonte de verificação	INDICADORES DE RESULTADO: Estruturas implementadas FONTE DE VERIFICAÇÃO: Relatórios e visitas in loco
Relação com outras ações	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais</li> </ul>
Nível de avanço	I Etapa da obra concluída.

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO	
Ação 2.1 – Plano de Marketing Turístico	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Posicionar os segmentos meta no mercado nacional através do desenvolvimento de ações de comunicação e comercialização direcionadas ao mercado turístico real e potencial.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
Detalhamento da ação	
<b>Objetivo</b>	Elaborar o Plano de Marketing Turístico com finalidade de ordenar e integrar as estratégias de comunicação e promoção turística para fortalecer o posicionamento designado ao Polo de Teresina, consolidando seus produtos turísticos no mercado regional e nacional.
<b>Justificativa</b>	<p>A elaboração e implantação de um plano de <i>marketing</i> tende a fortalecer os segmentos turísticos prioritários, consolidando o posicionamento de mercado desejado ao polo, contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística, principalmente em relação à atração de fluxos de visitantes de maneira planejada e organizada.</p> <p>O posicionamento turístico do Polo deve estar diretamente ligado às estratégias de marketing adotadas seja pelos agentes privados ou pelo poder público. Diante disso, durante a elaboração do diagnóstico do Polo de Teresina identificou-se a inexistência de uma estratégia conjunta dos municípios para promoção dos produtos turísticos, inclusive para a composição de um calendário regional de eventos. Além disso, foram constatadas também as necessidades de qualificação das ações de promoção dos atrativos culturais e naturais com o propósito de diversificar o portfólio de produtos das agências de receptivo e de emissivo que operam o Polo.</p>

	Ressaltando os elementos centrais de destaque da oferta identificados na validação da seleção da área turística.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar plano de marketing que deverá considerar os seguintes componentes: a) Análise do ambiente em que está inserido o destino (fatores externos e internos); b) o comportamento de compra do cliente, atentando para as demandas atual e futura; c) análise da concorrência; d) apresentar as estratégias, as metas e o plano de ações e plano de financiamento que deve ser detalhado para cada um dos elementos do composto de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição; e) criação dos conceitos e das marcas e segmentos; f) proposta de aprimoramento da gestão pública para a manutenção das ações de marketing e g) programa de monitoramento dos resultados obtidos a partir da execução do plano.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 520.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Consolidação das linhas de produtos nos mercados-alvo II. Instrumentalização dos gestores públicos e da iniciativa privada Incremento no volume de visitantes Aumento da permanência no Polo Acréscimo no gasto médio por pessoa
<b>ROP</b>	Componente 2: Item B - Criação de marcas para posicionamento de destinos Item C - Planos de marketing estratégicos e operacionais
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Prazo</b>	1 ano
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	BENEFÍCIO: Instrumento de marketing elaborado capaz de posicionar o Polo Turístico conforme desejado e impulsionar a atividade turística por meio da execução das propostas apresentadas no plano. BENEFICIÁRIOS: Poder Público e iniciativa privada
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados</b>	Não se aplica.

<b>de Operação</b>	
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: detalhamento da situação de mercado (real e potencial); posicionamento de mercado estabelecido; diretrizes estratégicas de marketing elaboradas; marcas e conceitos dos segmentos meta elaborados. FONTE DE VERIFICAÇÃO: Relatórios apresentados pela empresa contratada.
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2.2 Implementação do Plano de Marketing.</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não apresenta.

<b>COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>Ação 2.2 – Implementação do Plano de Marketing</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Posicionar os segmentos meta no mercado nacional através do desenvolvimento de ações de comunicação e comercialização direcionadas ao mercado turístico real e potencial.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Dotar os agentes públicos e privados do Polo de materiais de comunicação, bem como realizar ações de promoção (campanhas e anúncios) considerando os resultados apontados no plano operacional de comunicação.

<b>Justificativa</b>	A comunicação e promoção turística são eficientes ferramentas que oportunizam ao mercado maior conhecimento e contato com o produto turístico. Como observado na fase de diagnóstico, os municípios do Polo apresentam pouquíssimos conteúdos na web que favoreça a promoção e a comercialização dos seus destinos e paralelamente a esse fator, o Polo de Teresina não possui materiais impressos que promovam todos os municípios de maneira equitativa ou como um polo de turismo. Com a elaboração do plano de operacional previsto na ação 2.1, o Polo terá subsídios para criar e produzir materiais de comunicação e promoção condizentes com as estratégias comuns estabelecidas e assim, disseminar o posicionamento de mercado constituído pro Polo, fortalecendo os canais de comercialização representados pela iniciativa privada por meio das agências de operadoras de turismo.
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Criar e disponibilizar materiais gráficos prevendo os seguintes conteúdos: a) elaboração de guia técnico (bilíngue); b) criação do mapa turístico com ênfase nos produtos associados ao Ecoturismo e ao Turismo Cultural presentes no Polo de Teresina, prevendo recursos para impressão; c) elaboração de kits de comunicação para cada segmento meta; d) elaboração de 01 vídeo promocional para cada um dos segmentos metas definidos.</p> <p>(ii) Elaborar banco de imagens profissionais tratando dos elementos centrais e atrativos do Polo, com destaque aos segmentos meta definidos no plano, para composição dos materiais gráficos e digitais previstos nas ações anteriores.</p> <p>Obs.: A impressão do kit de comunicação deverá contemplar para cada segmento meta os seguintes materiais: a) 2.000 guias técnicos; b) 25.000 mapas; c) Kits de comunicação para os segmentos meta sendo 5.000 cartazes e 10.000 folders, contemplando os roteiros turísticos elaborados na ação 1.9.</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 141.130,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Consolidação dos segmentos meta;</p> <p>II. Instrumentalização dos gestores públicos e da iniciativa privada;</p> <p>III. Incremento no volume de visitantes;</p> <p>IV. Diversificação do perfil dos visitantes;</p> <p>V. Aumento da permanência no Polo;</p> <p>VI. Acréscimo no gasto médio por pessoa;</p> <p>VII. Aumento na satisfação dos visitantes.</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 2:</p> <p>Item E - Formulação e produção de materiais</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Prazo</b>	6 meses
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<p>BENEFÍCIOS: novas ferramentas de comunicação elaboradas e disponíveis para uso; empreendimentos da iniciativa privada melhor estruturados para comercializar o turismo em cada município e regionalmente;</p> <p>BENEFICIÁRIOS: Póde público, iniciativa privada e comunidade local envolvida.</p>
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo

<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: ferramentas de comunicação e promoção elaboradas e aplicadas aos mercados alvo definidos no Plano de Marketing;  FONTE DE VERIFICAÇÃO: materiais gráficos impressos e acessíveis para distribuição.
<b>Relação com outras ações</b>	Ações condicionantes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2.1 Plano de Marketing Turístico</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não apresenta.

### COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

#### Ação 3.1 – Programa de Capacitação da Gestão Pública do Turismo nos Municípios do Polo de Teresina

<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina

Detalhamento da ação	
<b>Objetivo</b>	Capacitar os gestores públicos das municipalidades que integram o Polo de Teresina para a atuação em processos de planejamento, formulação, execução e monitoramento de políticas públicas de turismo.
<b>Justificativa</b>	<p>A existência de quadro técnico capacitado na administração pública municipal, é condição necessária à implementação de políticas públicas que possam fomentar a atividade turística. Nos municípios que integram o Polo de Teresina, um dos grandes entraves ao desenvolvimento do turismo refere-se à fragilidade de recursos humanos habilitados a desenvolver tais atribuições. Por tal razão, a qualificação do poder público municipal apresenta-se como ação subsidiária a todas as demais, considerando-se a centralidade da atuação da administração municipal para a consecução da expansão sustentável da atividade turística.</p> <p>Conforme constatado na fase diagnóstica deste Plano, no que tange ao quadro institucional e à capacidade de lidar com a complexificação da estrutura de governo local, todos os municípios apresentaram fragilidades e demandam investimento. Embora tais carências apresentem-se em distintos níveis, de acordo com as características do município, a necessidade de fortalecimento no âmbito dos recursos humanos e da qualificação técnica foi encontrada em todas as situações. Desta forma, para que possa alcançar a ampliação da demanda e oferta por produtos e serviços turísticos e a preservação de recursos naturais e culturais que compõem o repertório regional, é de fundamental importância que haja a ampliação das estruturas administrativas, o investimento em tecnologia e treinamento de pessoal.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Realizar curso de capacitação voltado aos gestores públicos municipais do Polo de Teresina com ênfase nas seguintes temáticas: a) administração pública e desenvolvimento urbano; b) o papel dos agentes na construção da política pública; c) relações entre poder público e trade turístico; d) política municipal de turismo; e) instrumento de planejamento e gestão turística; f) qualificação da oferta turística; g) preservação do patrimônio histórico-cultural; instrumentos de uso público de áreas naturais.</p> <p>(i) Prestar serviços de assessoria técnica especializada para o desenvolvimento turístico municipal do Polo de Teresina, compreendendo as seguintes atribuições: a) Definição e sensibilização do público alvo, que compõe os quadros de recursos humanos das gestões municipais; b) Identificação dos problemas de gestão turística pertinentes ao desenvolvimento dos segmentos-meta - Ecoturismo e Turismo Cultural - com registro em relatório específico; c) Eleição de três problemas de cada administração pública municipal a ser submetido ao processo de assessoria técnica; d) Realização trimestral de assessoria técnica em cada município, no período de 12 meses, para desenvolvimento de instrumentos de gestão pública do turismo.</p> <p>Obs: A empresa contratada será responsável pela mobilização e seleção de 02 (dois) servidores públicos por município que irão participar do curso de capacitação. A empresa contratada caberá providenciar a infraestrutura física (auditório, equipamentos), logística (transporte, hospedagem e alimentação dos participantes) bem como o material didático a ser utilizado. Carga horária sugerida: 40h</p>
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 720.000,00
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Qualificação e organização da gestão pública do turismo em âmbito municipal</p> <p>II. Ampliação da demanda e oferta de produtos turísticos</p> <p>III. Fortalecimento de políticas públicas para o fomento da atividade turística</p>
<b>ROP</b>	Componente 3 - Item f: Apoio às unidades de gestão turística nos níveis estadual e municipal (atividades de reengenharia de processos de gestão turística e ambiental; assistência técnica para administrar obras turísticas sob sua jurisdição; cursos de



	treinamento para capacitar profissionais nas áreas de planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística, e sensibilização de comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística)
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<b>BENEFÍCIOS:</b> Qualificação da gestão pública do turismo no Polo Teresina; Fortalecimento e ampliação das políticas públicas de turismo em âmbito municipal; Aprimoramento dos atrativos naturais e culturais no Polo. <b>BENEFICIÁRIOS:</b> Gestores públicos municipais do Polo Teresina; trade turístico; visitantes em geral.
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	<b>INDICADORES DE RESULTADO:</b> i) n.º de gestores públicos municipais participantes do curso de capacitação; ii) n.º de ações realizadas pelas municipalidades para incidência nos problemas diagnosticados pela assessoria técnica contratada. <b>FONTE DE VERIFICAÇÃO:</b> i) assinaturas em listas de presença veiculadas durante os cursos; ii) relatórios elaborados pela assessoria técnica contratada; iii) dados primários coletados junto às prefeituras municipais.
<b>Relação com outras ações</b>	A ação relaciona-se com todas as demais ações previstas no PDITS.
<b>Nível de avanço</b>	Inicial

<b>COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>Ação 3.2 – Plano de Fortalecimento Institucional da Unidade Coordenadora de Projetos (UCP) no Polo de Teresina</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Fortalecer a gestão pública do turismo nos municípios que compõem o Polo de Teresina, por meio de ações de estruturação administrativa e capacitação de recursos humanos, com vistas a fomentar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade na região.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Ampliar e qualificar a capacidade administrativa do órgão estadual responsável pela coordenação da implantação das ações previstas no PDITS – Polo de Teresina, de modo a otimizar os resultados almejados para o desenvolvimento turístico no território.
<b>Justificativa</b>	<p>O Plano de Fortalecimento Institucional (PFI) é uma das ações promovidas pelo PRODETUR que contribui para a consolidação do Plano Nacional de Turismo (PNT). No âmbito de execução das ações previstas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), prevê-se a constituição de Unidade de Coordenação Estadual com atribuição para “operacionalizar um processo permanente de mobilização e engajamento dos órgãos executores envolvidos, de forma a permitir a efetiva execução das referidas ações, respeitando a interdependência técnica e temporal entre elas, bem como a consecução de suas metas e o exercício de um permanente monitoramento quanto à adequada evolução do processo e as causas de sua ocorrência, com vistas à adoção das competentes medidas de correção para a superação dos fatores que possam dificultar o alcance das metas e resultados programados.” (Ministério do Turismo, Regulamento Operacional PRODETUR, 2008).</p> <p>Desta forma, e considerando que a Unidade de Coordenação Estadual do PDITS – Polo de Teresina estará sediada na Secretaria de Turismo do Estado do Piauí, para que tais objetivos sejam realizados com êxito fazem-se necessários a ampliação da capacidade administrativa e o estabelecimento de fluxos para o planejamento contínuo e democrático.</p> <p>Em síntese, a elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão do Turismo do Polo de Teresina apresenta-se como um instrumento de gestão e planejamento que permitirá aperfeiçoar a institucionalidade estadual responsável pela gestão do turismo, ampliando a exploração dos recursos turísticos e considerando as repercussões da atividade para o meio ambiente e a população local.</p>

<p><b>Descrição da ação</b></p>	<p>(i) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional de Gestão em Turismo, no âmbito da Secretaria Estadual de Turismo do Piauí, órgão responsável por sediar a Unidade Coordenadora de Projetos (UCP), em conformidade com as orientações e objetivos gerais fixados para o Programa pelo PRODETUR NACIONAL. Recomenda-se, ademais, a observância dos seguintes aspectos identificados na análise da dimensão institucional do PDITS – Polo de Teresina:</p> <p>a) Adequação institucional e revisão de atribuições e ocupações funcionais, considerando a implementação das ações no âmbito no PRODETUR e a consequente necessidade de contratação de profissionais especializados para esta demanda específica.</p> <p>b) Gestão de Pessoas: Consolidação do quadro técnico da Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Piauí, considerando as políticas de Recursos Humanos, dimensionamento e força de trabalho, necessidades de treinamento ou capacitação técnica e gerencial dos profissionais e normas de distribuição, alocação, cessão e requisição de pessoal. Ao final recomenda-se a elaboração de termo de referência que balize a realização de concursos públicos para o provimento dos respectivos cargos.</p> <p>c) Gestão da Informação: Estruturação de Sistema de Informações, considerando o exame dos procedimentos, instrumentos, fluxo e registros das informações, que instrumentalize os processos de trabalho internos à Unidade de Coordenação Estadual e permita a promoção e divulgação dos segmentos-meta (Ecoturismo e Turismo Cultural).</p>
<p><b>Custo Estimado</b></p>	<p>R\$ 600.000,00</p>
<p><b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b></p>	<p>I. Qualificação da oferta de produtos turísticos em função da ampliação da capacidade administrativa do órgão estadual de turismo</p> <p>II. Ampliação da articulação interinstitucional das municipalidades que compõem o Polo de Teresina</p> <p>III. Promoção dos destinos turísticos que integram o Polo de Teresina</p>
<p><b>ROP</b></p>	<p>Componente 3 - Item f: Apoio às unidades de gestão turística nos níveis estadual e municipal (atividades de reengenharia de processos de gestão turística e ambiental; assistência técnica para administrar obras turísticas sob sua jurisdição; cursos de treinamento para capacitar profissionais nas áreas de planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística, e sensibilização de comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística)</p>
<p><b>Financiamento</b></p>	<p>PRODETUR</p>
<p><b>Benefícios e Beneficiários</b></p>	<p>BENEFÍCIOS: Ampliação e qualificação da capacidade administrativa da Secretaria de Estado do Turismo do Piauí – SETUR-PI. Fortalecimento da política municipal de turismo no Polo de Teresina.</p> <p>BENEFICIÁRIOS: Unidade Coordenadora de Projetos (UCP); Municipalidades que integram o Polo Teresina; trade turístico; visitantes.</p>
<p><b>Responsáveis pela execução</b></p>	<p>Setur – Secretaria Estadual de Turismo</p>

<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Não se aplica.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: Plano concluído. FONTE DE VERIFICAÇÃO: Entrega final do Plano.
<b>Relação com outras ações</b>	Por se tratar de ação voltada ao fortalecimento institucional da unidade coordenadora de projetos (UCP) do Polo Teresina, esta ação relaciona-se com todas as demais.
<b>Nível de avanço</b>	Inicial.

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.2 – Execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de Rodovia Estadual no trecho Buriti dos Montes – Cachoeira da Lembrada (Rio Poti) – 59,5km

<b>Linha De Produto</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Ampliar e requalificar as condições de mobilidade do Polo, por meio de investimentos em sinalização rodoviária e turística, acesso aos atrativos e conexão viária, com vistas à qualificação da circulação e aumento do fluxo turístico.
<b>Área de Abrangência</b>	Buriti dos Montes

#### Detalhamento da ação

<b>Objetivo</b>	Qualificar as condições dos 59,5km que conectam o município de Buriti dos Montes (PI) à Cachoeira da Lembrada (Rio Poti), por meio de execução do Projeto Executivo de Engenharia, com vistas à melhoria da circulação na região.
<b>Justificativa</b>	A conexão entre Buriti dos Montes e a Cachoeira da Lembrada (Rio Poti), é consideravelmente complicada, resultando no fato de que muitos turistas optam por não percorrer o trajeto. Com a execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de 59,5km de Rodovia Estadual entre essas duas localidades, prevê-se uma melhoria de deslocamento e, conseqüentemente, aumento da atividade turística no Polo de Teresina.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Contratar a execução do projeto da Rod. Trecho Buriti dos Montes à Cachoeira da Lembrada, atendendo às especificidades que compõem: a) Volume 1 – Relatório do Projeto e Documentos para Licitação; b) Volume 2 – Projeto de Execução; c) Volume 3 – Memória Justificativa; d) Volume 3A – Relatório Final de Avaliação Ambiental; e) Volume 3B – Estudos Geotécnicos; f) Volume 4 – Orçamento e Plano de Execução da Obra; considerando detalhamento específico existente no projeto no que tange a: (i) mobilização; (ii) instalação de canteiro de obras; (iii) terraplanagem; (iv) drenagem; (v) revestimento primário; (vi) sinalização; (vii) obras complementares; (viii) reabilitação ambiental; (ix) projeto de desapropriação;
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 18.949.126,05
<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Ampliação da circulação; II. Viabilização de maior conexão entre os atrativos; III. Maior visitação aos atrativos.
<b>ROP</b>	Componente 4: Item A - Reabilitação e recuperação de estradas e rodovias de acesso
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	BENEFÍCIOS: melhoria nas condições de acesso ao atrativo destacado com potencial de aumento no fluxo de visitantes. BENEFICIÁRIOS: iniciativa privada, visitantes e munícipes.
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	Setur - Secretaria de Turismo do Piauí
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Em elaboração.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental</b>	Licenciamento municipal

<b>exigidas por lei</b>	
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADOS: estrada revitalizada com projeto complementares executados. FONTE DE VERIFICAÇÃO: projeto executivo; avaliação in loco.
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 5.4 – Avaliação Ambiental Estratégica</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não possui avanço

### COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Ação 4.3 – Criação e Implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos

<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo e Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Melhorar as condições de saneamento ambiental nos municípios, por meio da qualificação da gestão, abrangência e oferta dos serviços, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Melhorar as condições de salubridade nos municípios do Polo, investindo na criação e implementação de consórcio de resíduos sólidos, para que o aumento da qualidade ambiental e de vida seja viabilizado.
<b>Justificativa</b>	O acúmulo de resíduos sólidos é um dos principais problemas diagnosticados nos municípios do Polo de Teresina e respectivos atrativos. Tal fato condiciona a proliferação de roedores, doenças e mau cheiro, impactando negativamente a atividade turística, além de degradar o ambiente. Face a esta problemática, tem-se que o investimento na criação e implementação de consórcio de resíduos sólidos entre os municípios favorecerá a correta coleta, armazenagem, destinação e tratamento dos resíduos sólidos, auxiliando na sustentabilidade do meio e, não obstante, tornando o ambiente dos atrativos mais agradável.
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar Projeto para implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos considerando, além das orientações do Ministério do Meio Ambiente, a realização de: a) diagnóstico dos municípios que constituem o Polo de Teresina, analisando aspectos gerais; infraestrutura e serviços; aspectos jurídico institucionais; aspectos econômicos; aspectos ambientais; aspectos sociais; fluxograma atual dos resíduos sólidos no município; b) projeção de evolução populacional e evolução da geração de resíduos; c) organização dos municípios em grupos, conforme diagnóstico, para compor o consórcio; d) análise e identificação de local para implantação de aterro sanitário; e) fontes de financiamento; f) determinação de responsabilidades e especificações técnicas para a gestão integrada de resíduos sólidos; g) formalização dos projetos consorciados entre os municípios participantes.
<b>Custo Estimado</b>	R\$ 405.260,00

<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Sistema adequado de coleta de resíduos sólidos;</p> <p>II. Benefício ambiental, social, urbano e turístico;</p>
<b>ROP</b>	<p>Componente 4:</p> <p>Item E - Infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico</p>
<b>Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<p>BENEFÍCIOS: melhoria das condições ambientais, qualificação dos espaços turísticos.</p> <p>BENEFICIÁRIOS: iniciativa privada, visitantes e munícipes.</p>
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setur - Secretaria de Turismo do Piauí</li> <li>• Prefeituras Municipais – Secretaria Municipal de Obras Públicas</li> </ul>
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Em elaboração.
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica.
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	Licenciamento municipal
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	<p>INDICADORES DE RESULTADOS: novo aterro sanitário; inexistência de acúmulo de resíduos sólidos e lixo; qualificação da gestão, coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos e lixo.</p> <p>FONTE DE VERIFICAÇÃO: projeto executivo; avaliação in loco.</p>
<b>Relação com outras ações</b>	<p>Ações complementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 5.3 – Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais</li> <li>• Ação 5.4 – Avaliação Ambiental Estratégica</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não possui avanço



<b>COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
<b>Ação 5.3 – Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo
<b>Estratégia</b>	Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.
<b>Área de Abrangência</b>	Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piracuruca, Campo Maior, José de Freitas
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Elaborar um plano de Gestão Ambiental para Balneário Natal, Balneário São Nicolau, Balneário Piracuruca, Açude Grande, Balneário Bezerro, visando à qualificação de áreas naturais para a atividade turística.
<b>Justificativa</b>	<p>Entre os atrativos mais procurados no Polo de Teresina estão os Balneários e outros atrativos ligados a recursos hídricos, entretanto não possuem qualquer manejo ou controle de impacto ambiental.</p> <p>A utilização de tais espaços é desordenado, sem controle de uso público ou do impacto gerado pelo turismo, assim como também não apresentam organização da gestão dos resíduos produzidos pelos visitantes. A continuação de tal processo tende a trazer a degradação ambiental, assim como também a diminuição da atratividade turística.</p> <p>Portanto, justifica-se que a ação poderá em curto prazo melhorar a qualidade ambiental dos atrativos, além de reverter à situação atual de uso desordenado, a qual muitas vezes ultrapassa os limites aceitáveis para segurança dos frequentadores e para resguardar a prática segura do ecoturismo e de contemplação da natureza.</p>
<b>Descrição da ação</b>	<p>(i) Elaborar Plano de Gestão Ambiental, contemplando: a) elaboração de Estudo de Capacidade de Carga para os atrativos, abrangendo: análise da situação atual do meio ambiente nas áreas em que ocorre uso público; definição de indicadores de impacto ambiental; identificação de impactos e de capacidade de suporte do meio ambiente; determinação da capacidade de carga; delimitação do uso público controlado; divulgação do estudo e orientações à gestão municipal e aos proprietários quanto ao início do controle e necessidade de fiscalização permanente; b) produção de um modelo de gestão ambiental para tais espaços de uso turístico; c) estabelecimento de processo de capacitação de gestores públicos e privados para melhorias de gestão e para a sensibilização relativa à participação em processo de monitoramento do fluxo de visitantes, minimizando os impactos ao ambiente natural; d) elaboração de um plano de educação ambiental para os atrativos; e) produção de projeto de gestão de resíduos sólidos nos atrativos;</p> <p>Obs.: 4 oficinas de apresentação e discussão dos estudos com os agentes envolvidos em cada balneário; 2 encontros de capacitação sobre o modelo de gestão e as estratégias de educação ambiental em cada balneário;</p>
<b>Gastos estimados</b>	R\$ 548.800,00

<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	I. Visitação ordenada e sustentável nos ambientes naturais; II. Instrumentos de gestão ambiental para espaços naturais; III. Melhorias de gestão dos atrativos;
<b>ROP</b>	Componente 5 - Item VI - estudos de capacidade de carga dos atrativos mais importantes e de maior vulnerabilidade.
<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	BENEFÍCIOS: Ordenamento de visitação nos balneários; maior satisfação dos visitantes; qualidade ambiental superior nas áreas naturais; melhorias de gestão dos empreendimentos relacionados; incentivo aos proprietários quanto a melhorias no negócio. BENEFICIÁRIOS: Iniciativa privada, visitantes e população local.
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setur – Secretaria Estadual de Turismo</li> <li>• Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR);</li> <li>• Gestão Municipal de Meio Ambiente dos Municípios de Monsenhor Gil, Santa Cruz dos Milagres, Piracuruca, Campo Maior, José de Freitas e União</li> </ul>
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do Regulamento Operacional Prodetur Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	INDICADORES DE RESULTADO: (i) Número de palestras e encontros realizados; (ii) número de proprietários privados envolvidos; (iii) número de assessorias realizadas; (IV) verificação da capacidade de carga e estudos elaborados; (V) número de Planos de Realizados. FONTE DE VERIFICAÇÃO: Plano de Gestão Ambiental entregues e relatórios apresentados pela empresa contratada.
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica</li> </ul>
<b>Nível de avanço</b>	Não apresenta

<b>COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	
<b>Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica</b>	
<b>Segmento meta</b>	Ecoturismo, Turismo Cultural
<b>Estratégia</b>	Promover a instrumentalização da proteção ambiental no Polo por meio da identificação de áreas com potencial de proteção ambiental e criação de instrumentos de manejo de áreas naturais, com finalidade de sustentabilidade da atividade turística conservação ambiental.
<b>Área de Abrangência</b>	Polo de Teresina
<b>Detalhamento da ação</b>	
<b>Objetivo</b>	Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PRODETUR Nacional no Estado do Piauí, que integra o conjunto de ações elencados no PDTIS do Polo de Teresina.
<b>Justificativa</b>	<p>A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento que faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações-investimentos (políticas, planos e programas) que excede, portanto, a esfera de projetos isolados.</p> <p>No turismo corresponde a um processo contínuo com enfoque analítico e participativo que visa identificar e avaliar os efeitos ambientais das ações desenvolvidas através do PDITS, e outras políticas, programas e projetos relacionadas, objetivando, desta forma, fundamentar a tomada de decisões ainda no estágio inicial do planejamento. Dando condições para assegurar a formulação de estratégias de ação sustentáveis e modelos de mitigação de impactos.</p> <p>No âmbito do PRODETUR NACIONAL no Estado do Piauí, constitui-se também num conjunto de estudos necessários para a contratação da linha de crédito para financiamento de projetos estruturantes voltados para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas no Estado.</p>
<b>Descrição da ação</b>	(i) Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur Nacional no Estado do Piauí para o Polo de Teresina, com: a) desenvolvimento metodológico, b) diagnóstico da situação atual, c) identificação dos impactos atuais e potenciais com influência da/para a atividade turística, d) prospecção de cenários para avaliação dos impactos, e) proposição de medidas de mitigação de impactos ambientais, f) metodologia de acompanhamento e monitoramento da atividade turística no polo.
<b>Gastos estimados</b>	R\$ 765.800,00

<b>Efeito esperado no desenvolvimento turístico</b>	<p>I. Desenvolvimento sustentável nos ambientes naturais;</p> <p>II. Instrumentos de gestão ambiental para espaços naturais;</p> <p>III. Melhorias de gestão dos atrativos;</p>
<b>ROP</b>	Componente 5 - Item VI - estudos de capacidade de carga dos atrativos mais importantes e de maior vulnerabilidade.
<b>Fonte de Financiamento</b>	PRODETUR
<b>Benefícios e Beneficiários</b>	<p>BENEFÍCIOS: Qualificação dos processos de elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas de turismo estaduais e municipais; obtenção, agrupamento e sobreposição de informações pertinentes ao planejamento territorial e a minimização de riscos ambientais; disponibilização pública de informações ambientais que auxiliem na obtenção de dados por parte do trade turístico e população local.</p> <p>BENEFICIÁRIOS: Poder público, população local e trade turístico.</p>
<b>Responsáveis pela execução</b>	Setur – Secretaria Estadual de Turismo
<b>Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setur – Secretaria Estadual de Turismo</li> <li>• Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR);</li> <li>• Gestão Municipal de Meio Ambiente dos Municípios</li> </ul>
<b>Gastos estimados de Operação</b>	Não se aplica
<b>Mecanismos previstos para recuperação de custos</b>	Não se aplica
<b>Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei</b>	De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do Regulamento Operacional Prodetur Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
<b>Indicadores de resultado e fonte de verificação</b>	<p>INDICADORES DE RESULTADO: (i) Avaliação Ambiental Estratégica Realizada</p> <p>FONTE DE VERIFICAÇÃO: Apresentação e entrega da AAE; relatórios apresentados pela empresa contratada.</p>
<b>Relação com outras ações</b>	Ações complementares:
<b>Nível de avanço</b>	Não apresenta

11.5. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

IMPACTO SOCIOAMBIENTAL									
Nome	Índice	Categoria	Impacto	Efeito esperado	Forma de Incidência	Tipologia da medida	Medida	Ações Gerenciais	Indicadores Ambientais
Ação 1.1 – Realização e atualização dos inventários turísticos municipais	1,10	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação;	. Disponibilização da informação	Instrumento disponibilizado
Ação 1.3 – Levantamento e divulgação do patrimônio cultural imaterial existente nas tradições e costumes sertanejos presentes nos municípios do Polo de Teresina	1,00	Fraco	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária	Instrumento disponibilizado
Ação 1.4 – Resgate e valorização das culturas tradicionais de Esperantina e sensibilização para o turismo	1,00	Fraco	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária	Instrumento disponibilizado
Ação 1.5 – Elaboração e implementação de projeto para restauração da Casa do Quilombo - Fazenda Olho D'Água dos Pires	1,57	Médio	Qualificação de estrutura	Positivo	Direta	Potencializar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos
Ação 1.6 – Qualificação e valorização do Memorial do Jenipapo	1,67	Médio	Qualificação de estrutura	Positivo	Direta	Potencializar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

Ação 1.7 – Elaboração e implementação de Projeto para qualificação do Museu Perypery	1,57	Médio	Qualificação de estrutura	Positivo	Direta	Potencializar	Estruturas ecologicamente corretas; Educação Ambiental.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal	Área construída ; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos
Ação 1.8 – Elaboração de Projeto e Implantação do Memorial da Opala	1,57	Médio	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos
Ação 1.9 – Elaboração de Projeto e Implantação do Centro de Recepção de visitantes e informações turísticas em Piracuruca	1,57	Médio	Qualificação de estrutura	Positivo	Direta	Potencializar	Estruturas ecologicamente corretas; Educação Ambiental.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal	Área construída ; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos
Ação 1.10 – Atualização e Implementação do Plano Diretor de Turismo Arqueológico	2,33	Forte	Instrumentalização da Gestão; Qualificação de estrutura	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental.	. Disponibilização da informação;. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal;	Instrumento disponibilizado; Área construída ; Supressão de recursos naturais; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos
Ação 1.11 – Elaboração de roteiros turísticos para os segmentos meta identificados	1,43	Médio	Instrumentalização da Gestão; Sensibilização Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializar	Multiplicação de Conteúdo ; Educação Ambiental;	. Disponibilização da informação.;	Instrumento disponibilizado; Sensibilização socioambiental
Ação 1.12 Elaboração de Plano de Negócios para desenvolvimento do Ecoturismo na Serra de Santo Antonio	1,14	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária	Instrumento disponibilizado

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

Ação 1.13 – Programa de qualidade para oferta de hospedagem domiciliar e assistência técnica direcionada	1,00	Fraco	Sensibilização Ambiental	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária	Instrumento disponibilizado; Sensibilização socioambiental
Ação 1.14 – Programa de qualificação dos profissionais da cadeia produtiva do turismo	2,48	Forte	Sensibilização Ambiental	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária	Sensibilização socioambiental
Ação 1.15 – Formação e qualificação de condutores em áreas naturais	1,81	Médio	Sensibilização Ambiental	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária	Sensibilização socioambiental
Ação 1.16 – Ampliação e requalificação Sinalização Turística Interpretativa e Indicativa	1,00	Fraco	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 1.17 – Elaboração e implementação Projeto de Urbanização do Balneário Piracuruca	1,81	Médio	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Sensibilização socioambiental; Geração de resíduos
Ação 1.18 – Execução do Projeto de Urbanização do Açude Caldeirão	1,81	Médio	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos.	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 1.19 – Execução da II Etapa de Urbanização do entorno da Igreja de Santa Cruz dos Milagres	1,24	Médio	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

Ação 2.1 – Plano de Marketing Turístico	1,24	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 2.2 - Implementação do Plano de Marketing	1,33	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 3.1 - Programa de Capacitação da Gestão Pública do Turismo nos Municípios do Polo de Teresina	1,10	Médio	Capacitação da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Articulação institucional da gestão turística e a gestão ambiental	. Articular com o sistema de informações sobre o meio ambiente . Sensibilização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 3.2 - Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão Pública do Turismo no Polo de Teresina	1,10	Médio	Capacitação da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Articulação institucional da gestão turística e a gestão ambiental	. Articular com o sistema de informações sobre o meio ambiente . Sensibilização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 3.3. Elaboração do Plano Diretor dos Municípios do Polo de Teresina	1,33	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 3.4. Revisão do Plano Diretor dos Municípios do Polo de Teresina	1,33	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 4.1 – Estudo/projeto para implantação de 18km de Trecho Rodoviário entre Buriti dos Montes (PI) e Cratêus (CE)	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

Ação 4.2 - Execução do Projeto Executivo de Engenharia para Implantação de Rodovia Estadual no trecho Buriti dos Montes – Cachoeira da Lembrada (Rio Poti) – 59,5km	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.3 – Criação e Implementação de Consórcio de Resíduos Sólidos	2,24	Forte	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Disponibilização da informação</li> <li>. Capacitação pública comunitária</li> <li>. Valorização ambiental</li> </ul>	Instrumento disponibilizado
Ação 4.4 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Altos, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.5 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Altos e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.6 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Campo Maior, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.7 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Campo Maior e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

Ação 4.8 – Ampliação da rede de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário de Castelo do Piauí, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.9 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Castelo do Piauí e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.10 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de União, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.11 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em União e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.12 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de José de Freitas, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.13 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em José de Freitas e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

								turístico	
Ação 4.14 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Monsenhor Gil, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.15 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Monsenhor Gil e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.16 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Santa Cruz dos Milagres, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.17 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Santa Cruz dos Milagres e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.18 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Piripiri, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

Ação 4.19 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Piripiri e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.20 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Lagoa do Piauí, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.21 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Lagoa do Piauí e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.22 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Piracuruca, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.23 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Piracuruca e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.24 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Esperantina, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal . Implementar programa de qualidade ambiental do destino	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

								turístico	
Ação 4.25 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Esperantina e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.26 – Ampliação da rede de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Pedro II, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.27 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Pedro II e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.28 – Ampliação da rede de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário de Buriti dos Montes, PI	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.
Ação 4.29 – Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Buriti dos Montes e sensibilização da população local	2,76	Forte	Alteração Paisagística	Negativo	Direta	Mitigar	Estruturas ecologicamente corretas; Controle de Supressão Vegetal; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal</li> <li>. Implementar programa de qualidade ambiental do destino turístico</li> </ul>	Área construída ; Supressão de recursos naturais; Geração de resíduos.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA**

Ação 5.1 - Criar um Corredor de Biodiversidade nas Margens do Rio Poti	<b>2,33</b>	Forte	Conservação Ambiental	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 5.2 - Ação 5.2– Implementação de Unidades de Conservação do Polo de Teresina	<b>1,86</b>	Médio	Conservação Ambiental	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 5.3– Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais	<b>2,10</b>	Forte	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado
Ação 5.4– Avaliação Ambiental Estratégica	<b>1,57</b>	Médio	Instrumentalização da Gestão	Positivo	Direta	Potencializar	Participação Pública; Disseminação da Informação; Multiplicação de Conteúdo; sensibilização ambiental	. Disponibilização da informação . Capacitação pública comunitária . Valorização ambiental	Instrumento disponibilizado



11.6. PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO

INDICADORES	VERIFICAÇÃO	ACOMPANHAMENTO	PERIODICIDADE
Instrumento disponibilizado	Número de Planos e projetos	Pesquisa Primária	Anual
Sensibilização socioambiental	Número de Oficinas; Hora aula; Público atingido	Pesquisa Primária	Anual
Conservação Ambiental	Plano por área protegida	Pesquisa Primária	Bianual
Geração de resíduos nos atrativos	Toneladas/Atrativo; Toneladas/Eventos;	Pesquisa Primária	Bianual
Área construída	M <sup>2</sup> de construção/ M <sup>2</sup> de pavimentação/ M <sup>2</sup> de reestruturação	Pesquisa Primária	Anual
Número de usuários	Número de visitantes/ Número de capacitados/ Número de atingido	Pesquisa Primária	Anual
Gestão democrática	Número de assuntos submetidos ao conselho/ reuniões do conselho	Pesquisa Primária	Anual
Produção de informação	Número de materiais/ Conteúdos divulgados da região	Pesquisa Primária	Anual
Supressão de recursos naturais	M <sup>2</sup> de área natural suprimida	Pesquisa Primária	Por Ação

11.7. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

	GOVERNO MUNICIPAL	GOVERNO ESTADUAL	CONSELHOS
AÇÕES DE MONITORAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar equipe técnica para fiscalização ambiental;</li> <li>• Coleta e disponibilização de dados;</li> <li>• AAE: Cenários e Fatores Críticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivação do monitoramento dos impactos ambientais;</li> <li>• AAE: Cenários e Fatores Críticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da implementação;</li> </ul>
MEDIDAS INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento das legislações municipais;</li> <li>• Fortalecimento do quadro técnico municipal efetivo;</li> <li>• Uso do Plano Diretor e legislações de usos e ocupação do solo;</li> <li>• Implantação de normas e parâmetros de uso e ocupação do solo condizentes com a paisagem histórica;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PDITS: Implementar o Plano de Fortalecimento Institucional da Gestão Pública do Turismo no Polo de Teresina;</li> <li>• PDITS: Implementar o Programa de Capacitação da Gestão Pública do Turismo nos Municípios do Polo de Teresina</li> <li>• PDITS: Elaboração e Atualização de Planos Diretores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento dos conselhos e das gestões públicas de meio ambiente, turismo e infraestrutura</li> </ul>

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – POLO DE TERESINA

<p><b>ARRANJO INSTITUCIONAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento/Licenciamento de ações de pequeno porte;</li> <li>• Alinhamento com as políticas estaduais de turismo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração com a SEMAR</li> <li>• Assessoria as gestões municipais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da implementação;</li> <li>• Articulação e mobilização pública;</li> <li>• Proposição de normas e procedimentos;</li> </ul>
<p><b>AÇÕES DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP;</li> <li>• Incorporação de Planos de Manejo, Incorporação do instrumentos de avaliação de Capacidade de Carga;</li> <li>• Mapeamento das áreas críticas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes;</li> <li>• Elaborar estudos de capacidade de carga eficientes;</li> <li>• Elaborar Plano de Gestão Ambiental para Balneários e Atrativos Naturais eficiente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da implementação;</li> </ul>
<p><b>MEDIDAS MITIGADORAS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação de sistemas com informações ambientais e turísticas;</li> <li>• Mobilização social;</li> <li>• Articulação intergovernamental;</li> <li>• Apoio as medidas de participação social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agregar conteúdos técnicos da ecologia da região</li> <li>• Articular com o sistema de informações sobre o meio ambiente;</li> <li>• Integrar os processos de licenciamento ambiental Estadual e Municipal;</li> <li>• Acesso público da Informação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da implementação;</li> <li>• Articulação para a criação de RPPNs;</li> </ul>

## 12. FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Todo processo de planejamento demanda a utilização de sistemas e mecanismos que permitam avaliar a implementação das ações planejadas, a eficácia dos resultados esperados e o impacto das políticas públicas para o desenvolvimento de determinado setor. Nesse sentido, ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo de Teresina integra-se o fluxo de avaliação de acompanhamento, que corresponde a um conjunto de mecanismos que permitem monitorar a execução das ações planejadas bem como dimensionar seus reflexos na qualificação da atividade turística da Área.

Os sistemas de análise e monitoramento das políticas públicas devem responder ao problema fundamental da adequação das ações planejadas em relação ao objetivo geral estabelecido no planejamento, qual seja:

fomentar o desenvolvimento turístico do Polo de Teresina do Estado do Piauí, para que oriente as ações estatais, da sociedade civil e das forças econômicas na construção de alianças e parcerias, com vistas à implementação de políticas e projetos de cunho sustentável de forma eficaz, promovendo a diversificação e o incremento da economia estadual, a inclusão social e a satisfação dos turistas.

### 12.1. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (LINHA BASE – PDITS PI)

Os indicadores de impacto identificam-se pela “natureza abrangente e multidimensional”, relacionando-se com a sociedade de uma maneira geral e tendo por função a aferição das estratégias de políticas públicas a médio e longo prazo, estabelecendo a sistemática de avaliação dos resultados. Neste Plano, a medição dos indicadores de impacto refere-se à análise da repercussão das ações realizadas no desenvolvimento da atividade turística no Polo de Teresina, tendo por conteúdo os parâmetros definidos na Linha Base.

O acompanhamento dos indicadores estabelecidos na Linha Base, deverá ser realizado pela Secretaria Estadual de Turismo, em periodicidade anual, considerando a evolução dos dados por municipalidade. Trata-se de monitoramento necessário para a construção de um padrão histórico que permita comparar o desempenho da atividade turística, antes e após a implementação do Plano.

Considerando-se a atual indisponibilidade de tais informações nos municípios que compõem o Polo de Teresina, a Unidade Coordenadora do Programa sediada na Secretaria Estadual de Turismo terá como fonte principal de informação para acompanhamento e avaliação dos impactos estabelecidos no quadro de Linha Base, os resultados da ação 1.2 “Realização de Pesquisa de Demanda Turística”, bem como da ação 1.1 “Elaboração e Atualização dos Inventários Turísticos Municipais” e suas subseqüentes atualizações geradas pelos gestores públicos municipais na plataforma digital a ser implantada.

Ambas ações permitirão o levantamento e atualização constante dos principais dados socioeconômicos diretamente relacionados à atividade turística e seus impactos gerados no Polo de Teresina. A seguir, apresenta-se o quadro de Linha Base para realização desta medição e avaliação.

**QUADRO 37 - IMPACTOS, INDICADORES DE MONITORAMENTO E LINHA BASE DO TURISMO NO POLO DE TERESINA**

		Unidade de Medida	Linha Base - 2009*	Fonte de Verificação	Meta para 2018
<b>Impacto</b>	<b>Ampliar o Fluxo Turístico, distribuir sua motivação e incrementar a receita turística</b>				
<b>Indicador</b>	Turistas em visita ao Polo de Teresina**	Número de turistas	653 mil	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento de 12,5%
<b>Indicador</b>	Turistas Motivados a Turismo Cultural***	%	4,95	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento para 22,5%
<b>Indicador</b>	Turistas Motivados a Ecoturismo	%	4,95	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento para 22,5%
<b>Indicador</b>	Gasto médio por dia por turista****	R\$/dia	92,82	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento de 9%
<b>Impacto</b>	<b>Aumento nos investimentos privados, na geração de trabalho e renda das ACT (Atividades Características do Turismo)</b>				
<b>Indicador</b>	Número de Empresas das Atividades Características do Turismo	Empresas	763	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	aumento de 10%
<b>Indicador</b>	Postos de Trabalhos das ACTs	Postos de trabalho	7.082	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	aumento de 20%
<b>Indicador</b>	Renda Média das ACTs*****	R\$	713,03	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	aumento de 16%
<b>Impacto</b>	<b>Ampliar a qualidade dos serviços turísticos (ACTs) e de apoio</b>				
<b>Indicador</b>	Avaliação Positiva da infraestrutura turística	%	23,5	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento para 45%
<b>Indicador</b>	Avaliação Positiva do comércio dos demais serviços	%	20,3	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento para 40%
<b>Indicador</b>	Avaliação Positiva da infraestrutura urbana	%	9,3	Pesquisa de demanda - Ação 1.2	aumento para 30%
<b>Impacto</b>	<b>Fortalecimento do Arranjo Institucional</b>				
<b>Indicador</b>	Preenchimento do formulário de monitoramento municipal	Relatórios	-	Relatórios entregues	100% de participação
<b>Indicador</b>	Realização das reuniões semestrais das 2 câmaras temáticas	Reuniões	-	Ata e Lista de Presença da Reunião	100% de participação

\* Fonte de Partida: PDITS Polo de Teresina. Sugere-se a atualização dos dados referentes ao fluxo turístico e a percepção da qualidade dos serviços turísticos e de apoio após realização da pesquisa de demanda prevista na execução deste plano.

\*\* Dados baseados no número de desembarques no aeroporto da Capital Capital, município integrante do Polo.

\*\*\* Segundo dados Fundação CEPRO a categoria considerada foi "Passeio".

\*\*\*\* Média entre o gasto dos visitantes por regiões consideradas na análise.

\*\*\*\*\* Média entre as ACTs consideradas na análise.

## 12.2. MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PDITS PI

Além do acompanhamento dos indicadores supramencionados, é preciso prever mecanismos que viabilizem leituras globais do Plano, periodicamente, com ampla participação e em período adequado à realização das ações programadas.

O acompanhamento da execução das ações deverá ser realizado tanto em âmbito municipal quanto estadual, para o fortalecimento do arranjo institucional decorrente da implantação de um plano de caráter regional.

Para tanto, com periodicidade mínima trimestral, os municípios que compõem o Polo de Teresina deverão realizar, por meio de sua Secretaria de Turismo ou órgão com atribuição análoga, o preenchimento de formulário, conforme modelo a seguir.

### QUADRO 38 - MODELO DO MONITORAMENTO MUNICIPAL DAS AÇÕES

<b>Município:</b>	<i>Nome do Município</i>
<b>Período de Referência:</b>	<i>Identificar o trimestre a que se refere o relatório. Ex: 02/2013 a 04/2013.</i>
<b>Cronograma de ações planejadas:</b>	<i>Inserir cronograma das ações, referente a cada município</i>
<b>Ação n.º X:</b>	<i>Indicar o número e o nome da ação realizada no período</i>
<b>Indicação da evolução das ações no trimestre:</b>	<i>ações iniciadas e o estágio de desenvolvimento</i>
<b>Responsáveis pela execução:</b>	<i>Órgãos da administração pública e empresas privadas contratadas</i>
<b>Dificuldades identificadas:</b>	<i>Apresentação de problemas observados durante a execução das ações e questões intervenientes na realização das ações planejadas.</i>
<b>Ações complementares realizadas pelo Município:</b>	<i>Descrição das ações realizadas pelo Município com o intuito de auxiliar e incrementar os resultados produzidos pelas ações financiadas pelo PRODETUR.</i>

Na sequência, caberá à Secretaria Estadual de Turismo sistematizar os dados encaminhados pelos representantes da administração pública municipal e consolidar as informações em um Relatório Parcial de Acompanhamento do PDITS – Polo de Teresina.

Este Relatório deverá ser submetido semestralmente aos representantes das municipalidades que compõem o Polo de Teresina, os quais serão subdivididos em duas Câmaras Técnicas temáticas,

identificadas com os segmento-meta fixados como prioritários pelo PDITS, quais sejam: i) Câmara Técnica de Ecoturismo e ii) Câmara Técnica de Turismo Cultural.

O objetivo destas **Câmaras Técnicas** é fortalecer a integração intermunicipal dos segmentos-meta e, conseqüentemente, promover e qualificar a oferta turística no Polo de Teresina. Nas reuniões semestrais, a Secretaria Estadual de Turismo apresentará os resultados parciais da execução das ações aos representantes municipais, consultando-os em relação às dificuldades de implementação e oportunizando a propositura de possíveis adequações. Em todos os casos, as adequações e propostas advindas da Reunião da Comissão de Acompanhamento do PDITS deverão alinhar-se ao posicionamento de mercado estabelecido neste Plano bem como às estratégias fixadas no Plano de Comunicação que será elaborado, e subsidiada pelo agente financiador do programa.

Na seqüência do sistema de revisão do plano, indica-se a **realização de Audiência Pública**, com a convocação de membros do poder público e representantes do trade turístico de cada municipalidade beneficiada pelo Plano, para o desenvolvimento de Avaliação Geral do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável no Polo de Teresina. A realização de um espaço de discussão, comum a todos os municípios abrangidos pelo Plano, tem por objetivo congregar as distintas experiências de implementação das ações, contemplando êxitos e dificuldades em cada um dos destinos turísticos.

Com este propósito, serão realizadas no âmbito do PDITS – Polo de Teresina duas Audiências Públicas, coordenadas pela Secretaria Estadual de Turismo do Piauí, sendo: i) **Audiência Pública para Avaliação dos Resultados parciais do Plano** (efetuada dois anos após o início da implementação do Plano) e ii) **Audiência Pública para Avaliação Geral do Plano** (realizada ao final dos cinco anos de realização das ações financiadas pelo PRODETUR).

A **Audiência I** terá como objetivo apresentar os resultados parciais decorrentes das ações já realizadas bem como indicar ao público as próximas etapas planejadas. O acúmulo das discussões realizadas na Câmara Técnica de Ecoturismo e na Câmara Técnica de Turismo Cultural deverá compor tal apresentação. Nesta oportunidade será realizada, também, a avaliação qualitativa com a aplicação questionários aos participantes, objetivando aferir a percepção do público em relação às ações implementadas e ao turismo nas municipalidades como um todo. As informações obtidas por meio desta pesquisa irão balizar possíveis adequações na condução da execução do Plano para o próximo período, observando-se sempre o conteúdo mínimo referente ao posicionamento de mercado estabelecido no PDITS.

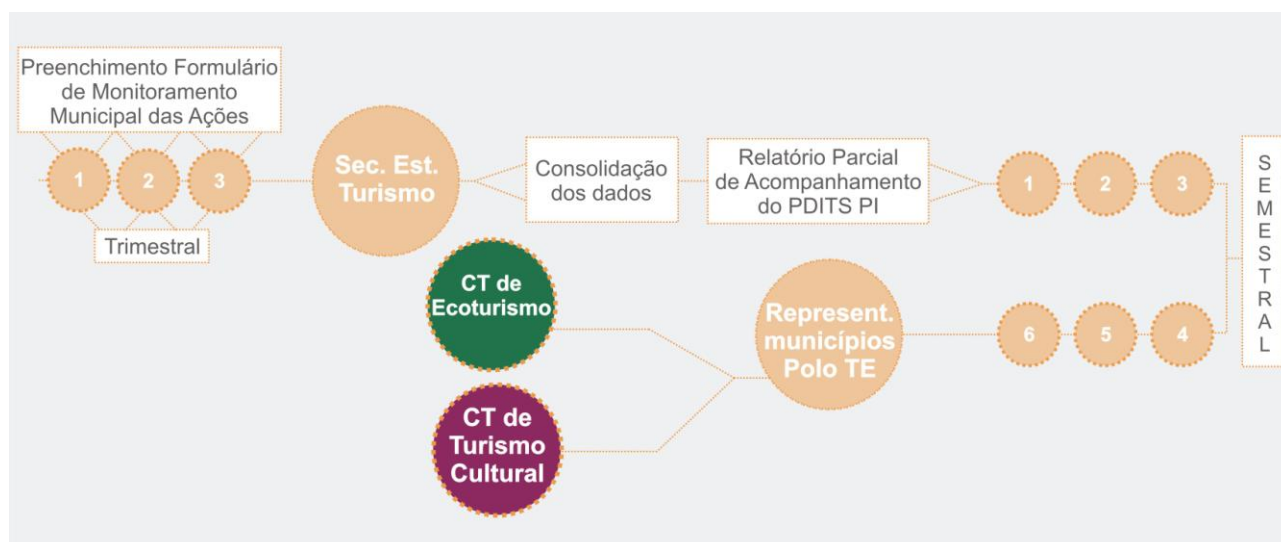
A **Audiência Pública II** servirá à apresentação geral das ações executadas no âmbito do PDITS – Polo de Teresina. O espaço deverá viabilizar aos participantes a oportunidade para apresentação de propostas que servirão de ponto de partida para a Revisão do PDITS – Polo de Teresina a ser contratada para o próximo quinquênio. De igual maneira, será aplicado questionário para verificação qualitativa das ações implementadas, em continuidade a pesquisa já realizada na Audiência Pública anterior.



**QUADRO 39 - ESPAÇOS DE MONITORAMENTO**

Espaços Democráticos de Revisão do PDITS	Objetivo	Subsídios Municipais	Subsídios Estaduais	Coleta de Dados	Resultado Esperado
Audiência I	Apresentar e Debater os resultados parciais decorrentes das ações	Relatórios Bimestrais de Monitoramento do PDITS e Políticas Municipais de Integração	. Relatório Parcial de Acompanhamento do PDITS . Relatório Semestral de Monitoramento das ações em implantação	. Aplicar Questionário de Percepção dos Impactos do Programa	. Avaliar os resultados parciais decorrentes do programa . Avaliar o impacto sobre a gestão pública municipal do turismo
Audiência II	Apresentar e Debater o geral das ações executadas no âmbito do PDITS	Relatórios Bimestrais de Monitoramento do PDITS e Políticas Municipais de Integração	. Relatório Parcial de Acompanhamento do PDITS . Relatório Semestral de Monitoramento das ações em implantação . Relatório Anual de Avaliação de Resultados	. Aplicar Questionário de Percepção dos Impactos do Programa	. Levantar orientações estratégicas para a continuidade

**Figura 52 - Diagrama de Monitoramento**



### 13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA. **Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí**. Diagnóstico, 2009. Disponível em: <[http://www.adh.pi.gov.br/pehis/p02\\_diagnostico\\_vol2.pdf](http://www.adh.pi.gov.br/pehis/p02_diagnostico_vol2.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Registros administrativos 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELAGPAB>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

BENI, M. C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006

CHESEF. **Relatório Anual da Administração**, 2009.

COOPER, C; FLETCHER, J; WANHILL, W; GILBERT, D; SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, C.M.C.; *et. al.* **Bases para planejamento de rede viária em reflorestamento no sul do Brasil**. Floresta, Curitiba, PR, v. 36, n.2, mai/ago. 2006.

DAFT, R. L. **Organizações: teoria e projeto**. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2002.

DATASUS - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS. **Informações de saúde 2009**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FARIA, J H de. **GESTÃO PARTICIPATIVA: - Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2007**. Relatório executivo. Principais resultados selecionados. São Paulo: 2009. Disponível em: Disponível em: <<http://www.ctinordestedobrasil.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 26 jan. 2014.>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FUNDAÇÃO CEPRO - FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Atlas da exclusão social no Piauí**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/200804/CEPRO09\\_0d576a4f59.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200804/CEPRO09_0d576a4f59.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FUNDAÇÃO CEPRO - FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Pesquisa de Demanda Turística de Teresina 2007**: relatórios de Maio e Julho. Disponível em: <<http://www.cepro.pi.gov.br/pesqturistica.php>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FUNDAÇÃO CEPRO - FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Pesquisa de Demanda Turística de Teresina 2008**: relatórios de Julho e Novembro. Disponível em: <<http://www.cepro.pi.gov.br/pesqturistica.php>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FUNDAÇÃO CTI/NE. **Desempenho do Turismo no Nordeste 2009**. Disponível em: <<http://www.ctinordestedobrasil.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

HALL, R. **Organizações: estrutura e processos**. Rio de Janeiro, Prentice Hall do Brasil, 1984.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros - 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2006**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

INFRAERO. **Aeroporto de Parnaíba**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/Piau%C3%AD/aeroporto-de-parnaiba.html>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

INFRAERO. **Aeroporto de Teresina**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/Piau%C3%AD/aeroporto-de-teresina.html>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

LEVINE, David M. et al. **Estatística: teoria e aplicações**. quinta edição Rio de Janeiro: Ltc, 2008.

LIMA, F. H. B. *et al.* (Org.). **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 - 2009**. 5. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Iphan/copedoc, 2009. 166 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Dados do setor de comunicação**. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/DSCOM/view/Principal.php>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**. Brasília: 2008. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/14manuais.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Aquarela 2003- 2006**. Brasília: 2003. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/06planos\\_mkt.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/06planos_mkt.html)>. Acesso em: 26 jan. 2014.>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PALMER, A.; COLE, C. **Services marketing: principles and practices**. New Jersey: Prentice-Hall, 1995.

POLÊSE, M. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

PORTAL DA TRANSPARENCIA. **Recursos federais repassados aos municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/#>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional** - 11ª edição, 2006.

RODRIGUES, D. C. **Viabilidade Ecoturística da Serra de Campo Maior: Análise e Proposta**. Teresina, Universidade Estadual do Piauí, 2009.

SALTO, M G.. **El impacto del turismo sobre el desarrollo económico: el caso de Argentina**. 1998. 425 f. Tesis (Doctorado em Economía Internacional y Desarrollo) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - . **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Município de Teresina**. Teresina, 2011.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação; Área de Concentração: Turismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.